

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



ACADEMIA MILITAR

AS OPERAÇÕES MILITARES DE IMPOSIÇÃO DE ORDEM COLONIAL EM ANGOLA (1885-1915) E A TEORIA GERAL DO COMANDO HOLÍSTICO DA GUERRA

Marco Paulo Fortunato Arrifes

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa.

Orientador:

Brigadeiro General Doutor, Nuno Lemos Pires,
Professor Coordenador
Academia Militar/ISCTE

outubro, 2021



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS OPERAÇÕES MILITARES DE IMPOSIÇÃO DE ORDEM COLONIAL EM
ANGOLA (1885-1915) E A TEORIA GERAL DO COMANDO HOLÍSTICO DA
GUERRA

Marco Paulo Fortunato Arrifes

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa.

Júri:

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Catedrático, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente);

Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático, Universidade de
Lisboa;

Doutor João Jorge Botelho Vieira Borges, Professor Coordenador, Academia Militar;

Doutor Filipe Ribeiro de Meneses, Professor, National University of Ireland Maynooth;

Doutora Ana Paula Soares Pires, Professora Auxiliar, Universidade dos Açores;

Doutor Bruno César Santos Cardoso Reis, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário
de Lisboa;

Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Professor Coordenador, Academia Militar.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não teria sido possível sem três apoios fundamentais, a quem, por isso, me cumpre agradecer.

O primeiro agradecimento é duplo e dirige-se ao meu orientador, Brigadeiro General Doutor Nuno Lemos Pires. Para além de não haver palavras para descrever a constante disponibilidade, atenção, perspicácia e competência com que me foi orientando, não é possível esquecer que o meu interesse pelo tema desta tese resultou, de forma decisiva, do contacto com a sua produção académica. As conclusões aqui apresentadas são de minha responsabilidade, e só a mim comprometem, mas sem a sua inspiração e encorajamento este trabalho não teria sido possível. Fica, por tudo isso, a minha gratidão.

O segundo agradecimento vai para o Exército e para o Colégio Militar, pelo período de equivalência a Bolseiro, sem o qual as tarefas de pesquisa em arquivos e bibliotecas teriam sido inviáveis.

Por fim, mas não menos significativo, fica um reconhecimento a todos os professores do programa de Doutoramento em História, Estudos de Defesa e Segurança, no ISCTE e na Academia Militar: António José Telo, Francisco Proença Garcia, João Vieira Borges, Luís Nuno Rodrigues, Luis Bernardino e Maria João Vaz, pela sabedoria, paciência, conselhos e encorajamento, no decorrer da componente letiva.

RESUMO

A presente investigação visa propor uma análise das confrontações militares entre europeus e africanos, no Centro e Sul de Angola, no período entre a Conferência de Berlim de 1885 e a vitória da Môngua em 1915, considerando os desenvolvimentos político-estratégicos, operacionais e táticos. Por fim, o objetivo desta investigação é demonstrar que no decurso daquelas ações militares é possível validar diversos preceitos nucleares da Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra.

Para esse efeito procuramos responder às seguintes questões: Qual a tipologia das forças empenhadas nas operações, e quais os modos utilizados para a sua coordenação? Quais as formas de relacionamento entre militares e civis (europeus e africanos) no terreno e sua adequação à condução das missões? Quais eram, como se formaram e evoluíram os objetivos políticos coloniais, em matérias de defesa e segurança? Existiu coerência entre esses objetivos e as realidades operacionais? Quais os modelos de relacionamento entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais? Qual a possibilidade de encontrar uma visão prospetiva nos planeamentos estratégicos e táticos?

Para responder a estas questões a metodologia utilizada decorre dos princípios holísticos adotados e assenta na análise documental, privilegiando-se uma abordagem qualitativa, seguindo o método dedutivo, apelando a lógicas interdisciplinares, onde o propósito de radicar o essencial da pesquisa no âmbito da História, não dispensa uma abordagem de natureza compósita, tributária das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança e Defesa.

A escolha destes princípios teórico-metodológicos, permitiu apresentar um novo olhar sobre estas operações, validando muitos dos preceitos holísticos, contribuindo para um melhor entendimento do papel desempenhado pelo esforço militar, enriquecendo as visões sobre a experiência colonial portuguesa.

A tese termina sugerindo algumas direções futuras de investigação.

Palavras-chave: Angola, Colónias, Operações Militares, Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra.

ABSTRACT

The present investigation proposes an analysis of the military confrontations between Europeans and Africans, in Central and Southern Angola, in the period between the Berlin Conference of 1885 and the victory of Mongua in 1915, considering the political-strategic, operational and tactical developments. The objective of this investigation is the validation of several major principles of the General Theory of Holistic War Command.

To this end, we have tried to answer the following questions: What is the typology of the forces engaged in military operations, and what are the methods used for their coordination? What are the relationships on the ground between military and civilians (Europeans and Africans) and what is their suitability for conducting operations? What were and how were colonial political objectives formed and what's their evolution in matters of defense and security? Was there consistency between these objectives and operational realities? What are the relationship models between the metropolitan and the colonial political powers? What is the possibility of finding a prospective view in strategic and tactical planning?

To answer these questions, the methodology used derives from the holistic principles adopted and it is based on documentary analysis, following a qualitative approach, according to the deductive method and appealing to interdisciplinary logics. The purpose of rooting the essentials of research within History requires a composite, tax-based approach to International Relations and Security and Defense Studies.

The choice of these theoretical-methodological principles, allowed us to present a new look of these military operations, validating many of the holistic principals, contributing both to a better understanding of the role played by the military effort and enriching the views on the Portuguese colonial experience.

We conclude this work by giving some suggestions on possible future paths for investigation.

Key Words: Angola, Colonies, Military Operations, General Theory of Holistic War Command.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE GERAL.....	ix
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS.....	xiii
GLOSSÁRIO.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
1. Objetivos, enquadramento cronológico e espacial.....	2
2. Estrutura e conteúdo.....	6
3. Estado da arte.....	12
1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	23
1.1 Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra.....	23
1.1.1 Filiação.....	23
1.1.2 A Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra.....	29
1.2. Enquadramento Institucional.....	31
1.3 Metodologia.....	32
1.4 Enquadramento conceptual.....	34
1.5 Notas sobre Fontes e Bibliografia.....	46
2. OS CASOS INGLÊS, FRANCÊS E ALEMÃO.....	51
2.1. O caso inglês.....	51
2.1.1. <i>Colonial Defence</i>	53
2.1.2. Fatores de aceleração da mudança.....	58
2.1.3. <i>Imperial Defence?</i>	65
2.2. O caso francês.....	74
2.2.1. O grande hiato?.....	75
2.2.2. <i>On gouverne de loin, on administre de près</i>	80
2.3. O caso alemão.....	89
2.3.1. De Bismarck à <i>Mittelafrika</i>	90
2.3.2. <i>Oberkommando</i>	93
Síntese Conclusiva.....	96

3. A DEFESA DO ULTRAMAR NA EVOLUÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA PORTUGUESA ..	101
3.1. O Período informal.....	102
3.2. O Período de transição	105
3.3. O Período formal.....	108
Síntese Conclusiva	122
4. AS OPERAÇÕES MILITARES DE IMPOSIÇÃO DE ORDEM COLONIAL	125
4.1. A cronologia.....	125
4.2 Condicionantes geográficas.....	126
4.3 As operações 1885 – 1902	128
4.3.1 O Litoral.....	128
4.3.2. A região centro.....	132
4.3.3. O Sul	136
4.4 As operações 1902 – 1915	142
4.4.1 A região centro.....	142
4.4.2 O Sul	150
Síntese Conclusiva	163
5. O PRIMEIRO PLANO. TIPOLOGIA DE FORÇAS E SEUS MODOS DE RELACIONAMENTO. 169	
5.1 A evolução do dispositivo	170
5.2 Os Corpos coloniais	173
5.2.1 O Exército ultramarino.....	173
5.2.2. Forças irregulares de europeus	176
5.2.3 As forças nativas	178
5.2.4 Os bóeres.....	183
5.3 As forças metropolitanas.....	186
5.3.1 As forças terrestres	186
5.3.2 As Estações Navais	188
Síntese conclusiva	192
6. AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES	197
6.1 Os governadores gerais e a unidade de comando	198
6.2 As Relações com os povos indígenas.....	205
6.2.1 Conhecimento e poder.....	206

6.2.2 Quem conhece?.....	208
6.2.3 O que se conhece.....	210
6.2.4 Como se utiliza	213
6.3 As relações com os civis não indígenas	226
6.3.1. Os colonos europeus.....	226
6.3.2 Os afro-portugueses	236
6.3.3 Os bóeres.....	238
Síntese conclusiva	239
7 RELAÇÕES ENTRE NÍVEIS DE AUTORIDADE.....	243
7.1 A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar.....	243
7.1.1 Órgãos consultivos.....	249
7.1.2. Recursos humanos.....	253
7.2 Os governadores-gerais.....	257
Síntese conclusiva	259
8. AS EVOLUÇÕES DOUTRINÁRIAS	263
8.1. Enquadramento internacional.....	264
8.2 O caso português.....	271
Síntese conclusiva	283
9. O PENSAMENTO HOLÍSTICO NOS COMANDANTES DE ÁFRICA.....	285
9.1 As biografias	285
9.2 Os textos.....	286
9.3 Os cargos.....	290
9.4 O pensamento holístico?	294
9.4.1 A primeira dimensão	294
9.4.2 A segunda dimensão	300
9.4.3 A terceira dimensão	305
9.4.4 A quarta dimensão.....	312
Síntese conclusiva	314
CONCLUSÃO	319
Indicações para futuras investigações	331
FONTES E BIBLIOGRAFIA	335

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 Mapa de Angola.....	6
Quadro 4.1 Operações Militares no Sul de Angola (1885/1902)	137
Quadro 4.2 Operações Militares no Centro de Angola (1902/1915).....	143
Quadro 4.3 Operações Militares no Sul de Angola (1902/1915)	151
Quadro 6.1 População branca proveniente do reino (1861/1900)	229
Quadro 7.1 Pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar	254

GLOSSÁRIO

(Acrónimos e Siglas Utilizados):

AHM - Arquivo Histórico Militar;

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino;

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar;

AHMNE – Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

AHMarinha – Arquivo Histórico da Marinha;

BCU – Boletim do Conselho Ultramarino;

CDC - *The Colonial Defence Committee*;

CID - *Committee of Imperial Defence*;

CINAMIL - Centro de Investigação da Academia Militar;

CO - *Colonial Office*;

FO - *Foreign Office*;

ICS - Instituto de Ciências Sociais;

IO – *Indian Office*;

ISCTE-IUL – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa;

RC - *Royal Commission Appointed to Enquire into the Defence of British Possessions and Commerce Abroad*;

RUSI - *Royal United Services Institut*;

WO – *War Office*;

SEMU – Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar.

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objeto de estudo as confrontações militares entre europeus e africanos, no Centro e Sul de Angola, no período entre a Conferência de Berlim de 1885 e a vitória da Môngua em 1915, com o objetivo de compreender as suas dinâmicas estratégicas, operacionais e táticas, defendendo que no seu desenvolvimento elas validam diversos preceitos nucleares da Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra (de ora em diante a Teoria Geral) apresentada por Nuno Lemos Pires¹.

A pertinência do tema resulta de considerarmos a ausência de uma compreensão do envolvimento militar, limitadora do entendimento pleno do projeto colonial português, quando o crescente interesse pelos estudos coloniais não tem sido acompanhado por metodologias inovadoras nos domínios da defesa e da segurança, no referente ao espaço angolano, no período em apreço.

Como, por si só, um enfoque nas operações não é suficiente para oferecer contributos relevantes para esse entendimento, importa regressar às fontes e ultrapassar a hagiografia, o foco exclusivo na debilidade e as visões atomistas e, para isso, propomos convocar análises não parcelares, atendendo às várias dimensões contextuais e às relações estabelecidas entre elas, não permitindo o aprisionamento a aspetos particulares. No fundo, isto significa a urgência de abordagens sistémicas, exigindo a atenção sobre um amplo conjunto de variáveis de ordem interna (referentes ao sistema) e externa (referentes ao contexto), de acordo com os preceitos da Teoria Geral.

Concordando com a ideia de História, como um campo do saber em constante processo de reescrita², a proposta aqui apresentada passa por ser uma experiência de reescrita da história militar do colonialismo português oitocentista, mas afastada de qualquer posicionamento ideológico apriorístico, e não eivada de qualquer tipo de revisionismo. Não nos interessa tomar posições ou fazer julgamentos, mas sim aprofundar o conhecimento a propósito da dimensão concreta das campanhas militares desta época, e do seu papel na construção do espaço colonial. E, se pela natureza do próprio objeto de estudo nos focamos mais na atuação de quem domina e menos na dos dominados, fugindo um pouco à moda historiográfica, a verdade é que também

¹ LEMOS PIRES, Nuno. *O Comando Holístico da Guerra. Wellington, Spínola e Petraeus*, Tese Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, texto policopiado, Lisboa, AM/ISCTE, 2013; LEMOS PIRES, Nuno, *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*, Lisboa, Nexo Literário, 2014.

² RICOEUR, Paul. *História e verdade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1968. (edição original 1955).

não é possível um cabal conhecimento destes, se não entendermos os mecanismos utilizados para os submeter.

1. Objetivos, enquadramento cronológico e espacial

O objetivo específico desta tese é demonstrar a presença, nas operações militares no Sul e Centro de Angola, entre 1885 e 1915, de realidades enquadráveis nos princípios da Teoria Geral. De modo a cumprir esse propósito, e partindo das premissas nucleares da referida teoria, cuja apresentação será feita no próximo capítulo, definimos as seguintes questões que conduzirão a nossa pesquisa:

- Quais eram, como se formaram, evoluíram e chegaram ao terreno os objetivos políticos coloniais, em matérias de defesa e segurança?
- Existiu coerência entre esses objetivos e as realidades operacionais?
- Qual a tipologia das forças empenhadas nas operações militares de imposição de ordem colonial³, e quais foram os modos utilizados para a sua coordenação?
- As formas de relacionamento entre militares e civis (europeus e africanos) no terreno foram adequadas à condução das operações?
- Quais os modelos de relacionamento entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais, e entre estes e os comandos operacionais?
- É possível encontrar uma visão prospetiva nos planeamentos estratégicos e táticos?

Sendo a intenção última destas campanhas a afirmação de soberania e, portanto, a consolidação de modos de ocupação efetiva, pretende-se, pois, averiguar se aos vários níveis da hierarquia estratégica, se podem encontrar exemplos de propostas com uma dimensão prospetiva global, integrada e exequível, de consolidação de sistemas de paz e construção de um futuro.

Com a resposta a estas questões, as quais só ganham originalidade e coerência por via da sua integração na Teoria Geral, pretendemos entender o modo como o instrumento militar instalado no teatro de operações foi importante para a prossecução dos objetivos definidos no âmbito de uma grande estratégia.

³ Propomos o conceito de «Operações militares de imposição de ordem colonial» para substituir «campanhas de pacificação», como se explica no capítulo 1 - Enquadramento Teórico, p. 45 desta Tese.

A propósito do âmbito cronológico selecionado, a análise dos grandes debates historiográficos, metodológicos e teóricos, relativos à relação portuguesa com os espaços coloniais, permitiu definir um esquema cronológico, onde as datas de 1822⁴ e 1974 servem para balizar o chamado III Império Português. Neste grande intervalo, a unidade advém do desejo do centro em controlar a periferia, contudo a necessidade de atender às mutações políticas internas e à diversidade dos três sistemas internacionais encontrados no seu decurso, obriga ao estabelecimento de três subdivisões no seu interior: 1822-1885, 1885-1915 e 1915-1974, justificadas pelo facto de o primeiro momento se caracterizar pela quase ausência do ultramar do centro das preocupações estratégicas portuguesas⁵, situação simbolicamente transformada com a Conferência de Berlim, quando se acelera o trânsito das temáticas ultramarinas para esse mesmo centro, de onde não mais sairão até 1974.

Sendo esta sistematização cronológica carente de minúcias, obrigando ao estabelecimento de subdivisões no interior de cada um daqueles momentos, ela permite-nos isolar 1885 como o ponto inicial do nosso estudo por dois motivos:

- Representa o momento simbólico a partir do qual os atos e os discursos se viram forçados a alinhar com as dinâmicas do novo sistema internacional;
- Representa o reforço das narrativas formais, visando mecanismos de domínio dos povos e dos espaços, implicando, por isso, o aumento paulatino das operações militares no terreno.

A escolha do ano de 1915 para encerrar o período sob pesquisa também pode ser problemática, porque o trânsito da Monarquia Constitucional para a República, ao implicar

⁴ A escolha de 1822 como início do III Império não é pacífica, pois não corresponde ao reconhecimento português da independência brasileira nem implica transformações estruturais significativas, as quais só se iriam começar a sentir no início da década de 1890, como refere TELO, António José. Modelos e Fases do Império Português 1890-1961. Em: Hipólito de la Cruz Torre GOMEZ, coord. *Portugal, Espanha y Africa en los Últimos Cien Años*, (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles), Mérida, Universidade Nacional de Educacion a Distância, 1992, pp. 65-92, mas como não podemos ignorar o facto de o III Império ter sido de início, e sobretudo, uma mudança de paradigma narrativo consideramos fazer sentido marcar o seu arranque no momento simbólico da rutura, ou seja, o episódio do Grito do Ipiranga.

⁵ Adaptando RAMOS, Rui. *Tristes Conquistas - A expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea*, dissertação apresentada para provas de acesso a investigador auxiliar, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997, p. 110. Rui Ramos identifica essa ausência entre 1830 e 1880, mostrando algum do relevo assumido pelas questões coloniais entre 1822 e 1830, sobretudo no quadro dos debates, a propósito da redação constitucional e dos riscos pressentidos de Angola seguir o exemplo do Brasil, juntando-se mesmo a este novo país com quem tinha relações económicas privilegiadas.

mudanças estruturais e ideológicas relevantes, poderia justificar a opção por 1910 e também porque, após a data escolhida, os conflitos com os africanos não cessaram por completo, persistindo com alguma intensidade noutras regiões angolanas.

A nossa opção por 1915 encontra a sua justificação no facto de se poder argumentar que a mudança de regime não impediu a permanência dos movimentos de apropriação territorial como pilar estratégico, pois os reforços autonomistas e civilistas não alteraram a essência dos propósitos, características e dinâmicas do esforço militar (apesar de terem tentado alterar os processos), nem sequer os riscos e ameaças, resultando a escolha de 1910 como redutora, por não permitir acompanhar a consolidação territorial até ao seu término, a qual, na minha opinião, se pode estabelecer no ano de 1915, com a vitória da Môngua e a posterior entrada em N'giva, capital dos cuanhamas⁶.

Por outro lado, não ignoramos a grande revolta iniciada em 1917, nas regiões do Seles e de Amboim, a qual se propagou por diferentes eixos, tendo-se mesmo aproximado de Luanda e Benguela, ameaçado o Bié e o Huambo, bem como os confrontos nas regiões do Uíge, Malange, Lundas e Bengo, entre 1917 e 1921 e, sobretudo a guerra com os Mucubais⁷, no dealbar da década de quarenta. Todavia, e não colocando em causa a relevância destas campanhas, no final de 1915, os territórios do Centro e Sul de Angola estavam genericamente pacificados e ocupados. Estava consolidado o domínio português sobre os povos locais, de acordo com os meios disponíveis e com o essencial dos fins desejados, os quais nunca foram a ocupação extensiva ou a erradicação absoluta da conflitualidade, mas sim o controlo dos principais corredores de penetração para o interior. Estes possibilitariam alguma capacidade de irradiação a partir de núcleos estratégicos, a imposição mínima de instrumentos fiscais e de submissão do trabalho, a aceitação formal de símbolos de poder soberano e a presença nas linhas fronteiriças determinadas pela diplomacia. E, a partir desse momento, a presença de população branca nestas regiões começou a ser mais significativa⁸, refletindo-se no crescimento económico local,

⁶ Esta data não é consensual. Para António Telo, o processo de pacificação só se conclui em 1918; TELO, António José. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. 214-224. Aida Freudenthal estabelece o período de 1920 a 1926 como término do período da ocupação (nas suas palavras), valorizando o último tratado de delimitação de fronteiras de Angola, assinado com a União Sul-Africana; FREUDENTHAL, Aida. Angola. Em: A.H. de Oliveira Marques, coord., *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, v. XI, pp. 268 e 277.

⁷ Neste conflito para submeter os Mucubais, os portugueses empenharam cerca de 2 mil homens, durante seis meses, tendo feito mais de 3 mil prisioneiros. Números em PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, v. II, pp. 270-273.

⁸ Nos inícios da década de vinte, a população branca em Angola estaria próxima dos 20.000 indivíduos. CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 59.

a despeito dos percalços moçambicanos, inerentes aos conflitos da grande guerra, que não eram desconhecidos em Angola e tiveram ali algum impacto imediato, no sentido de desmobilizar alguns projetos de colonização.

Quanto à opção em termos de escolha espacial, ela justifica-se por Angola ter sido o espaço onde as confrontações com os povos nativos, enquadrável numa lógica de tipologia militar, se prolongaram por um período mais alargado de tempo. René Pélissier fala de 190 campanhas entre 1848 e 1926, as quais terão empenhado mais de trinta mil soldados regulares⁹; Luiz Teixeira é mais modesto e indica 66 operações militares e de polícia para o intervalo cronológico de 1872 a 1918¹⁰, mas destaca a desproporção destes números, face ao sucedido noutras parcelas do Império, pois em Moçambique apenas identifica 37 operações militares, entre 1867 e 1917, na Guiné 27 operações, entre 1871 e 1919, em Timor 7 operações, entre 1889 e 1912, e na Índia 3 operações, no período de 1895 a 1912¹¹.

Ao mesmo tempo, se no decorrer do período aqui em causa é possível identificar ações de tipo militar por todo o território angolano, algumas das quais com proporções muito relevantes, como as campanhas dos Dembos, de Ambaca, das Lundas ou do Congo, parece inegável terem sido as regiões do Sul a assumirem-se como os principais focos de instabilidade e resistência, sobretudo para lá do Cunene, onde nas regiões fronteiriças com o sudoeste africano alemão, os ovambos (sobretudo os cuamatos e cuanhamas) se constituíram como sendo a principal e mais temível força de oposição ao domínio colonialista. Contudo, o estudo isolado daquelas regiões faz pouco sentido e é pouco explicativo, por consequência dos contactos comerciais, das alianças militares, dos conflitos entre sociedades africanas e das lógicas de penetração e circulação comercial. Com efeito, aquelas zonas encontravam-se interligadas com o *hinterland*, o qual foi projetado desde Benguela até às vastas regiões do Huambo, do Bié e do Moxico, onde as fronteiras administrativas não passavam de meras formalidades, amiúde sem qualquer tipo de substância fora dos mapas, apenas refletindo realidades formais com pouco contacto com a realidade quotidiana dos povos,

Pelas razões supra apresentadas, importa convocar para análise todos os focos de agitação, enquadráveis em lógicas militares, verificados nas regiões de Benguela, Bailundo, Bié, Moxico, Ganda, Huambo, Alto Zambeze, Menongue, Alto e Baixo Cubango, Mossâmedes, Huila, Lubango, Quilengues, Chibia, Caconda, Gambos, Alto e Baixo Cunene, Dirico, as quais, para

⁹ PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, v. I, p. 19.

¹⁰ TEIXEIRA, Luiz. *Heróis da Ocupação, Discurso pronunciado na praça do Império em 28 de maio de 1943, durante as cerimónias oficiais de homenagem nacional aos heróis das Campanhas da ocupação militar nos territórios de África*, Lisboa, Editorial Ática, 1943, pp. 53-58.

¹¹ IDEM, pp. 59-66.

apreciação a propósito das fontes e da bibliografia utilizadas. A opção por abordar as problemáticas teóricas e metodológicas num capítulo à parte, e não nesta introdução, resulta da posição central ocupada pela Teoria Geral. Assim, ela será apresentada e explicada, detalhando as suas características para melhor se entender as razões da sua escolha, acautelando a questão do contexto. Ou seja, não obstante os fundamentos históricos aduzidos na sua construção (Wellington, Spínola e até Petraeus), o principal objetivo da Teoria Geral é uma reflexão sobre o presente e o futuro, procurando estabelecer um processo racional e eficaz de conduzir momentos de conflitualidade, os quais, na atualidade, se revelam cada vez mais complexos e dinâmicos.

Neste sentido, e logo à partida, não seria expectável encontrar, no dispositivo de defesa e segurança instalado na África Portuguesa no século XIX, todos os pressupostos relevantes da Teoria Geral. Contudo, assumindo-se esta, em simultâneo, como um objeto, pois pretende-se surpreender, no real, factos que a demonstrem e uma metodologia, na medida em que conduz as questões formuladas (as quais poderiam ser diferentes, caso a abordagem metodológica fosse outra) as cautelas contextuais são salvaguardadas. Tendo em conta que se vai trabalhar com a guerra, enquanto conceito, onde o evoluir das especificidades diacrónicas não faz perder características nucleares, como o confronto violento, organizado, intra e interestadual, implicando dimensões múltiplas de uma realidade específica concreta.

Já o enquadramento conceptual assume-se como determinante, pois importa clarificar as terminologias específicas e os esquemas conceptuais utilizados no corpo do texto, de modo a não permitir ruídos disruptivos no seu desenvolvimento, contornando a sua polissemia. Por isso, vai-se esclarecer o sentido atribuído neste trabalho a conceitos como grande estratégia, estratégia militar, império, imperialismo, colonialismo informal e formal, *small wars*, nativo, indígena, ou o conceito, por nós proposto, de operações militares de imposição de ordem colonial.

A propósito da descrição dos fundos documentais trabalhados, uma questão incontornável em trabalhos de investigação sobre a história de África deverá, desde logo, ser problematizada: a ausência de fontes escritas africanas e o enviesamento das fontes coloniais onde, por norma, se reporta o ponto de vista dos colonos e se esconde ou deturpa a perspetiva dos povos colonizados. Impõe-se, então, perguntar o que se ganha em trabalhar fontes merecedoras de pouca confiança. Sendo o âmbito deste trabalho a perspetiva portuguesa, a resposta é positiva, até porque a confiança nas fontes depende sempre das perguntas colocadas e dos métodos utilizados, nunca se podendo dispensar a adoção das devidas precauções críticas.

Segue-se um capítulo onde se procede a uma caracterização geral do contexto internacional, refletindo-se sobre várias dimensões das políticas coloniais da Inglaterra, da França e da Alemanha. A justificação para a escolha destes países reside no papel nuclear por eles assumidos no colonialismo oitocentista e no facto de considerarmos que um entendimento da realidade portuguesa nesta matéria só é viável se integrado no seu contexto global, não só por via das necessárias relações sistémicas estabelecidas entre aquelas diversas realidades nacionais, mas sobretudo porque muitos dos problemas de defesa e segurança imperial lá debatidos, assim como as propostas para os resolver, foram semelhantes, embora afinados com as especificidades de cada estado.

Assim, no capítulo 2, procede-se a uma caracterização geral das políticas de defesa e segurança coloniais destes países, procurando saber quem e porquê define os objetivos das referidas políticas e como estes condicionaram a criação de instituições, tanto em África como nas metrópoles. Deste modo, torna-se necessário considerar as perspetivas ideológicas dominantes e os processos de negociações desenvolvidos.

No capítulo seguinte, inicia-se a análise do caso português.

Neste caso, mesmo aceitando a falta de articulação do pensamento político a propósito dos espaços coloniais, vai-se procurar surpreender a definição e evolução dos objetivos face aos territórios africanos nos *Diários da Câmara dos Deputados*, da *Câmara dos Dignos Pares do Reino*, das *sessões da Assembleia Nacional Constituinte* e do *Congresso da República*, em articulação com os *Diários do Governo*, do *Boletim Militar do Ultramar*, do *Boletim Militar das Colónias* e do *Boletim do Conselho Ultramarino*. Depois, pretende-se entender o modo como essa definição de propósitos se refletiu em termos de posicionamentos perante a dimensão militar, no respeitante às expectativas e aos enquadramentos genéticos.

Entendidos os contextos interno e externo, percebidos os grandes objetivos políticos na sua mutação diacrónica e o modo como estes se refletiram nos níveis táticos, importa apreciar as ações concretas no terreno, que se fará no capítulo seguinte. Ou seja, importa passar do planeamento para a fricção, como a entende Clausewitz, porque nem os planos mais cuidados podem prever todos os imprevistos dos choques agónicos, muito menos quando estes se realizam em condições e espaços com os atributos já estudados neste texto.

Tirando da teoria todas as suas consequências, neste capítulo não nos satisfaz o conceito clássico de «teatro de operações», pois este parece remeter para uma ideia de palco isolado, onde os diversos agentes intervêm e estabelecem relações agónicas durante um período determinado para depois saírem de cena, obscurecendo o que se passa nos bastidores e no tempo. Assim, a nossa análise das operações militares, vai destacar as suas causas,

características, desenvolvimentos e consequências, mas, ao enquadramento oferecido pela tese no seu todo, ainda se acrescenta a observação atenta das condicionantes dos vários espaços empenhados, a propósito da geografia, topografia, clima, densidades de ocupação humana e infraestruturas.

Os capítulos seguintes estruturam-se em torno dos três planos e quatro dimensões propostos pela Teoria Geral. No primeiro plano, incluem-se as duas primeiras dimensões: uma remete para a problemática das relações entre as estruturas operacionais empenhadas no terreno e a outra para a retroação entre civis e militares. O segundo plano corresponde à terceira dimensão e diz respeito ao político, averiguando o relacionamento entre os patamares políticos e os operacionais. Finalmente, o terceiro plano preocupa-se com o tempo, ou seja, com a coerência da ação no desenrolar dos vários momentos do processo.

Nesta sequência começamos por refletir em torno das relações entre as diversas tipologias de forças empenhadas nas operações, para depois equacionarmos o relacionamento entre civis e militares. Como no primeiro caso se irá estudar as forças do Exército metropolitano, afetas a estas missões, o exame dos vários projetos de reorganização militar, diacronicamente propostos, assume-se como relevante. De seguida, atentaremos nas tropas coloniais, nos degredados, nas milícias bóeres, nos soldados e carregadores nativos, assim como nas forças de segurança urbanas. Pretendemos destacar os mecanismos de coordenação entre elas, avaliando os processos pelos quais esses mecanismos se foram construindo à medida da complexificação dos ambientes operacionais.

A propósito da aludida análise do relacionamento entre civis e militares, distinguimos as relações entre estes últimos e os colonos europeus das estabelecidas entre eles e os africanos. No primeiro caso, começaremos por caracterizar as populações instaladas no Sul de Angola, sublinhando as suas origens sociais e espaciais, os diversos modelos de integração nas realidades africanas e as suas atividades profissionais, destacando, em particular, as estratégias de apropriação económica e de controlo dos circuitos comerciais de Benguela e Moçâmedes para o interior. De seguida, cumpre avaliar o mais importante, ou seja, o seu envolvimento nas políticas de defesa e segurança e, sobretudo, os seus modelos de participação nas ações táticas.

No respeitante ao relacionamento com as populações locais, considerando a dificuldade em reconstituir as motivações africanas, por via da referida escassez de fontes, importa esclarecer duas questões. A primeira sobre o entendimento demonstrado pelas autoridades portuguesas, nos vários níveis do poder colonial, sobre a natureza polimorfa daquelas populações. A segunda, de que modo esse entendimento, ou a sua ausência em desfavor de uma visão identitária monolítica, foi capitalizado em termos de definição de políticas de alianças e, por

consequência, de que modo essas percepções poderão ter sido relevantes nos desfechos operacionais.

Estudar-se-ão, também, os processos de resistência para lá da dimensão militar, assim como os modelos de cooperação construídos. Assim, num primeiro ponto, a resistência ao pagamento de impostos, a recusa ao trabalho, o boicote às tentativas de aproximação cultural ou as alianças conjunturais com os rivais europeus de Portugal. Num segundo ponto, os modos de recrutamento de auxiliares e carregadores, a proteção portuguesa aos interesses económicos dos seus aliados e as alianças operacionais contra adversários comuns e na defesa de interesses convergentes.

Já no segundo plano, iremos observar a diversidade de relações entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais e entre estes e os comandos operacionais. Partindo da evolução dos propósitos da grande estratégia, verificaremos de que modo eles desceram ao terreno e foram aplicados e transformados.

Para este exercício torna-se incontornável entender o enquadramento institucional, pois importa perceber quem tutela os assuntos coloniais, e como se processa a administração política, orçamental e de segurança do território angolano, tendo sempre presente o conceito de *insularidade colonial*¹², na definição de Michael Pesek, o qual remete para a grande dificuldade das potências coloniais imporem o seu poder fora da órbita muito próxima dos postos militares ou administrativos.

Aqui, também se irá abordar a evolução dos enquadramentos doutrinários, realçando o modo como as bem-sucedidas campanhas moçambicanas, de finais do século XIX, influenciaram a construção de uma verdadeira doutrina colonial. Para esse fim, iremos estudar a obra de Eduardo da Costa (1865-1907) *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África* onde, atualizando o *Regulamento Provisório para o Serviço do Exército em Campanha*, ele apresentou instruções para as operações coloniais, abordando matérias como reconhecimento, informações, marchas, estacionamento e combate, criando um verdadeiro corpo doutrinal, com impacto nos teatros de operações angolanos.

Não se encerra este capítulo sem, no quadro do terceiro plano, se indagar da capacidade prospetiva dos planeamentos colocados em jogo, procurando aferir se a definição dos princípios políticos, e os militares deles decorrentes, se expressam com uma dimensão apenas reativa ou se, ao invés, incluem uma verdadeira dimensão político-estratégica, onde os objetivos se

¹² PESEK, Michael. *Koloniale Herrschaft in Deutsch-Ostafrika: Expeditionen, Militär und Verwaltung seit 1880*, Frankfurt, Campus, 2005, p. 190.

adequem aos meios disponíveis, numa dimensão que alie as necessidades conjunturais com uma visão de futuro, tendo em mente o equacionar de realidades pós-conflito.

No fim, reservamos o capítulo 9 para a apresentação de projetos concretos, aos quais atribuímos potencialidades holísticas, personalizados nas figuras de Eduardo da Costa, Paiva Couceiro (1861-1944) e Norton de Matos (1867-1955). Neste último caso, focamo-nos no vasto programa de fomento e nacionalização por ele empreendido, aquando da sua primeira passagem por Angola, enquanto governador-geral (1912-1915), não apreciando a sua ação como Alto Comissário (1920-1924), por esta ultrapassar o âmbito cronológico do nosso estudo.

Ainda hoje, abordar estes personagens causa polémica e vários constrangimentos. Para uns, são heróis nacionais, representantes maiores da história pátria, justificando o facto de a toponímia das nossas cidades continuarem carregadas das suas recordações. Outros, embora concedendo um estatuto particular a Norton de Matos, por via do seu posicionamento no decurso das primeiras décadas do Estado-Novo, entendem-nos como exemplares da violência, da subjugação de povos e do racismo, inerentes à relação colonial e, por isso, consideram relevante o seu papel¹³ como percursos dos regimes autoritários do século XX¹⁴, seguindo, no fundo, as teorias da continuidade histórica do Nazismo apresentadas por Fritz Fischer e Hans Ulrich Wehler, os quais estabelecem uma ligação direta entre a violência colonial, em particular o genocídio dos hereros e nama no sudoeste africano, e o ocorrido na segunda guerra mundial e no Holocausto¹⁵.

Não sendo o propósito deste trabalho qualquer tipo de posicionamento face a esta polémica, cumpre destacar que as ideologias que nortearam a ação daqueles homens não justifica a sua marginalização ontológica, pois, tratando-se de militares com importantes papéis operacionais

¹³ Em conjunto com a generalidade dos chamados africanistas, com destaque particular para nomes como os de Artur de Paiva, Alves Roçadas ou João de Almeida, por exemplo, esquecendo muitas vezes os percursos pessoais e políticos por vezes muito distintos de alguns destes homens.

¹⁴ NEVES, João Manuel. *La terreur en colonie comme prélude au fascisme*, Apresentação oral no Colóquio Internacional «José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de maio de 2017; NEVES, João Manuel. O Terror nas colónias como prelúdio do fascismo, *Africana Studia*, [Em linha] Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2016, n.º 27, pp. 149-166 [consult. 3 set. 2017]. Disponível em <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/7581-24606-1-SM.pdf>.

¹⁵ HULL, Isabel V. Military Culture and the Production of “Final Solutions” in the Colonies. Em: Robert GELLATELY e Ben KIERNAN. (eds), *The Specter of Genocide*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 141–62; MADLEY, Benjamin. From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe, *European History Quarterly*, 35.3, 2005, pp. 429-64; ZIMMERER, Jürgen, Joachim ZELLER, Edward NEATHER. (eds.), *Genocide in German South-West Africa: the Colonial War (1904-1908) and its Aftermath*, London, Merlin Press, 2008.

e políticos em Angola, onde apresentaram projetos para o seu domínio e desenvolvimento não reduzíveis ao uso da força (embora não a negassem) e projetados para o futuro, pensando no antes, no durante e no depois, o seu estudo é incontornável no âmbito desta tese. Como os seus planos não podem ser desligados dos seus processos formativos e das suas experiências profissionais, consideramos importante estabelecer alguns olhares a propósito dos seus percursos de vida e, para isso, temos de convocar as metodologias mais atualizadas em termos de estudos biográficos, as quais apresentamos no enquadramento metodológico.

3. Estado da arte

Sobre o estado da arte importa começar por dizer que o assumimos como um momento relevante e não uma mera obrigação formal, inerente a esta tipologia de trabalho académico, porque situando a nossa proposta no contexto geral e diversificado do saber já produzido, torna-se possível relevar a sua originalidade, pertinência, capacidade de produzir conhecimento e, sobretudo, de abrir caminhos para futuras investigações onde se possam desenvolver, criticar ou negar, as conclusões aqui apresentadas.

Assim, e desde logo, podemos constatar a ausência, na historiografia portuguesa, de investigações sobre as campanhas militares em Angola, passíveis de ser enquadradas numa lógica holística, pois se muitos autores já abordaram, total ou parcialmente, alguns dos problemas incluídos neste trabalho, fizeram-no de forma atomística, em nome de especializações muito apertadas e restritas.

Com efeito, existem alguns trabalhos focados nas dimensões orgânicas das forças armadas¹⁶ coloniais, mas nenhum atende às dimensões da relação entre tipologias de força; existem diversos estudos versando o problema da colonização europeia e a caracterização das populações nativas, residentes no Sul de Angola, mas sem analisarem a maneira como essas populações participaram nos processos agónicos; também são várias, e desenvolvidas, as abordagens ao nível da grande estratégia, atendendo à sua evolução de acordo com as mutações internas e externas, assim como as investigações sobre as dinâmicas táticas. Todavia, no primeiro caso, não se tenta perceber como aquela evolução se refletiu nos domínios operacionais e, no segundo caso, não se presta atenção ao relacionamento entre as lideranças no terreno e os escalões políticos, nem à evolução dos fundamentos doutrinários de base e a sua coerência com os princípios determinados pela política.

¹⁶ Sempre que no desenvolvimento deste texto se falar de forças armadas importa ter presente que então não existiam forças armadas como hoje as entendemos, apenas existindo Marinha e Exército.

Como de acordo com a própria lógica do pensamento sistémico, é importante começar por conhecer bem as partes (como se explica no próximo capítulo), muitas destas importantes aproximações foram tomadas em consideração no desenvolvimento desta pesquisa e, por esse motivo, a intenção do Estado da Arte, cuja elaboração se empreende de seguida, é relevar esses contributos, situando a tese no *corpus* historiográfico nacional.

No meu entendimento, e decorrente da análise da produção historiográfica sobre o «terceiro Império português», é possível identificar três períodos diferenciados nessa produção¹⁷: o primeiro acompanha a década de 1930, os processos de descolonização pós segunda guerra mundial e as últimas guerras africanas do «terceiro Império»; o segundo, aceitando a proposta do historiador Pedro Aires de Oliveira, corresponde ao eclodir do interesse de investigadores estrangeiros pelo estudo do passado colonial português, no decurso da década de 1960, e o terceiro inaugura-se já nos finais dos anos de 1980, com a publicação de obras como *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*¹⁸, *História da Expansão Portuguesa*¹⁹ e *Nova História da Expansão Portuguesa*²⁰, cuja originalidade e inovação, em simultâneo com gerações de investigadores mais abertos às influências internacionais, contribuíram, de forma decisiva, para a abertura de percursos de investigação inovadores e diferenciados.

O primeiro dos períodos supra esquematizados foi muito marcado pelos circunstancialismos políticos contextuais, sendo dominado pela noção da excecionalidade portuguesa e pela primazia quase exclusivista dos estudos sobre a expansão. Foi assinalado pelo predomínio de abordagens positivistas e, no essencial, caracterizou-se por trabalhos marcadamente ideológicos, laudatórios e com preocupações de sustentação dos posicionamentos políticos vigentes. Neste contexto, as ações militares em África, nos finais do século XIX e inícios do século XX, foram capturadas como forma de construção mitológica e mecanismo propagandístico, assistindo-se a um discurso nacionalista, preocupado em estabelecer plataformas de ligação entre o passado quinhentista e os heroicos soldados e

¹⁷ Pedro Aires de Oliveira, no seu trabalho sobre a historiografia da Diplomacia do Terceiro Império, considera apenas dois: a década de 1960, marcada pela revitalização introduzida por estudos de autores estrangeiros e depois a renovação académica originada pela problemática da descolonização. OLIVEIRA, Pedro Aires. *A Diplomacia do Terceiro Império*. Em: Miguel Bandeira JERÓNIMO, org. *O Império Colonial em Questão, (Séculos XIX e XX) Poderes, Saberes e Instituições*, Lisboa, Edições 70, 2012, pp. 87-117. Consideramos, no entanto, que os trabalhos produzidos entre os anos 1920 e 1960, apesar das suas facetas positivistas e engajadas não podem deixar de ser consideradas para os nossos propósitos.

¹⁸ TELO, cit. 6.

¹⁹ BETHENCOURT, Francisco e Kirti CHAUDHURI, dir. *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, v. 4.

²⁰ MARQUES A.H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, XII Vols.

exploradores dos sertões africanos, pouca atenção concedendo às realidades e aos contextos africanos, do que se oferece como mero exemplo a seguinte citação:

«Chegam as gloriosas horas do sul de Angola. Já a infantaria de Roçadas, depois de memorável carga à baioneta desfez o poderio do soba do Mulondo num ataque fulminante e decisivo. Vejo, neste quadro admirável dos heróis da ocupação, alguns dos homens que cobriram de glória as nossas armas nas lutas de 1905 e 1907... naquele dia de agosto na chana do silêncio quando após longas horas de tiroteio intenso sôbre o quadrado - o famoso quadrado de Mufilo - Roçadas deu ordem para saírem os Dragões. Martins de Lima compôs o chapéu largo. Ajeitou a farda, sem precipitação nemdescuido de elegância. Montou. Que linda figura a desse tenente que marchava para o perigo como quem partia para uma aventura de amor...»²¹.

Desta postura pode destacar-se, como bom exemplo, a estratégia editorial da Agência Geral das Colónias (Agência Geral do Ultramar, a partir de 1951). Fundada em 1924, ela assumiu uma função de propaganda do Império e, durante a sua longa existência, publicou diversas coleções, como a *Colecção Pelo Império*, *O Boletim da Agência Geral das Colónias*, (a partir de 1935 intitulado *Boletim Geral das Colónias* e, a partir de 1951, *Boletim Geral do Ultramar*), *A Biblioteca Colonial Portuguesa*, a *Colecção de Relatórios e Documentos Coloniais*, assim como as Coleções *Temas Lusíadas* e *Colectânea de Legislação Colonial*.

A mais popular daquelas coleções, e a única com vagas pretensões historiográficas, foi a *Colecção Pelo Império*, a qual entre 1935 e 1961, publicou 131 volumes, muitos deles sobre as campanhas militares em África e as suas lideranças²². Também merece destaque a coleção *Cadernos Coloniais*, publicada pelas Edições Cosmos, entre 1920 e 1960, onde se editaram setenta pequenos livros (poucos atingiram as cinquenta páginas e apenas três excederam as sessenta), estudando todas as parcelas do Império e concedendo particular realce aos estudos biográficos. Apesar de nestes dois casos, não ser fácil estabelecer uma linha editorial muito definida pois os autores tinham grande liberdade de ação, a verdade, é que a esmagadora maioria dos textos denota um registo acrítico, quase sempre apologético, defendendo a guerra

²¹ TEIXEIRA, cit. 10, p. 39.

²² CARVALHO, Filipe Nunes. *Historiografia e Propaganda Colonialista do Estado Novo: A Coleção «Pelo Império» (1935-1961)*, *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, número 11-12, janeiro-dezembro, pp. 91-102.

como única forma possível de colonização, concedendo grande relevo às descrições operacionais, numa perspetiva de valorização da ação heroica dos colonizadores.

Entende-se, assim, a importância assumida neste período pelos estudos biográficos dos africanistas. Para o Estado Novo, o culto da personalidade era uma forma de reforçar a unidade nacional em torno do projeto colonial. António Matoso, autor de manuais escolares, chegou mesmo a imputar aos livros escolares a missão de exaltar as virtudes dos grandes homens para desenvolver o patriotismo dos alunos²³. No fundo, os homens de África transformaram-se em mitos, em instrumentos ideológicos e os diversos trabalhos sobre eles produzidos não escondem essa dimensão instrumental. Caldas Xavier, António Ennes, Paiva Couceiro, Eduardo da Costa, por exemplo, para além de verem a sua memória perpetuada em estátuas, monumentos ou topónimos foram glorificados em diversos escritos, muito devedores do rigor e da imparcialidade, onde se destaca a sua bravura militar e (ou) a perícia administrativa e política.

O projeto colonial era visto como uma expressão profunda da própria nacionalidade e, por isso, os textos não questionam a identificação dos homens no terreno com as determinações dos escalões políticos; o importante é exaltar as suas atuações, assim como as virtudes da administração colonial, relevando, em simultâneo, os apetites predatórios das grandes potências internacionais. No novo contexto das descolonizações, lembrar o sucedido no século XIX e inícios do século XX, quando as estratégias de algumas potências europeias, para expandirem a sua influência sobre territórios portugueses, passavam por influenciar as populações nativas contra os representantes de Lisboa, servia para denunciar uma espécie de continuidade histórica dos discursos anticoloniais, construídos, no pós segunda guerra mundial, em torno das narrativas da autodeterminação. Por isso, urgia combatê-los pela diplomacia e pela ideologia e, neste último campo, a produção historiográfica era um aliado importante, mesmo quando não o fosse de forma intencional.

Neste contexto, entende-se não terem sido muito escrutinadas as motivações mais profundas dos focos de revolta dos povos africanos. Por norma, segundo os textos, tratava-se apenas do reflexo das conspirações estrangeiras, da ignorância, da cobardia, ou da selvageria.

O facto de não nos identificarmos com os enquadramentos metodológicos, onde se estabelece o fundamento para a generalidade desta produção, e menos ainda com uma visão da história construída em torno das plataformas ideológicas oficiais, não nos autoriza a desconsiderar os trabalhos então produzidos, até porque muitos deles, se contextualizados e

²³ MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional*, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 130.

sujeitos aos mecanismos da crítica histórica, oferecem aproximações relevantes para a nossa pesquisa.

E, não desmerecendo a riqueza de muita dessa historiografia²⁴, gostaria de sublinhar a obra de Gastão de Sousa Dias (1887-1955). Profundo conhecedor de Angola, sobre a qual escreveu mais de duas dezenas de livros, entre estudos geográficos, textos de ficção, e trabalhos de pendor histórico. Nestes últimos, marcados pelas metodologias positivistas, sobressaem as suas posições em prol da defesa de estratégias de fomento e nacionalização, assim como o seu pendor de exaltação nacionalista; porém, não deixam de lá estar presentes reflexões sobre os enquadramentos políticos, nacionais e internacionais, os contactos entre os poderes metropolitanos e ultramarinos, os mecanismos de tomada de decisão e, em particular, sobre o relacionamento interpessoal entre europeus e nativos, soldados e carregadores e sobre as relações de poder no âmbito das colunas militares, seja nas operações do Bié, do Humbe ou de Pembe, as quais estudou com particular atenção²⁵.

Na década de 1960, podemos isolar um segundo período, correspondendo ao eclodir do interesse de investigadores estrangeiros pelo estudo do passado colonial português, em particular pelo período do *Scramble for África*²⁶. Então, deu-se particular atenção às questões políticas, diplomáticas e económicas e disso são bons exemplos as obras de R.J. Hammond e Gervase Clarence Smith²⁷. O primeiro, em contraponto às teses mais materialistas, defende a ideia do imperialismo não económico português; ou seja, na sua aventura ultramarina, Portugal teria sido guiado pela busca do prestígio, da honra e da glória e não pelos interesses materiais. Esse facto, conjugado com uma lógica de equilíbrio de poderes, teria sido a explicação para a

²⁴ Sobretudo narrativas e políticas, muitas vezes engajadas, mas incontornáveis e de méritos inegáveis são, por exemplo, obras como a *História de Portugal* de Damião Peres, a *História do Exército Português* de Ferreira Martins, ou a *História de Portugal* de Veríssimo Serrão. Esta última, ainda em curso de publicação, aborda as campanhas militares angolanas, nos volumes IX e X, escritos já na segunda metade dos anos de 1980.

²⁵ SOUSA DIAS, Gastão. *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943; IDEM. *Ocupação de Angola (Exploração, conquista e Povoamento)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944; IDEM. O Desastre do Vau de Pembe, *Revista Militar*, v. XCVII (12), 1945, pp. 636-653.

²⁶ Utilizamos a expressão inglesa já institucionalizada pela historiografia. Em Português a palavra pode significar corrida ou luta, o que, em ambos os casos, se aplica bem à realidade que aqui se pretende descrever. A caracterização da política global deste período pode ser encontrada em diversa bibliografia, mas o texto de CHAMBERLAIN, Muriel Evelyn. *The Scramble for África*, 2ª ed. Edinburgh, Pearson Education Limited, 1999 (1ª ed. 1974), apresenta uma excelente e sintética aproximação aos seus aspetos essenciais.

²⁷ Vejam-se a título de exemplo: HAMMOND, Richard J. *Uneconomic Imperialism: Portugal in Africa Before 1910*. Em: Peter DUGNAN, Peter L.H. GANN, eds. *Colonialism in Africa 1870/1960*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, v. I, pp. 352-382; SMITH, Gervase Clarence. *O III Império Português*, Lisboa, Teorema, 1990.

longa permanência de Portugal em África. Smith, por seu turno, sem desprezar a importância dos mitos e das representações ideológicas, valoriza a dimensão económica, sublinhando a ideia da natureza de classe do projeto colonial português.

Apesar de terem introduzido diversos fatores de renovação na historiografia portuguesa, estes autores não demonstraram grande empenho no estudo das questões militares²⁸, por dificuldades de acesso aos arquivos nacionais e por uma evidente marginalização da História Militar, vista como justificativa das próprias estratégias confrontacionais, e entendida como paradigmática do tradicionalismo que pretendiam ultrapassar.

Ao mesmo tempo, a conjuntura interna em Portugal torna difícil a receção das transformações em curso nos estudos coloniais, a nível internacional, onde, numa década marcada pela consolidação dos processos de descolonização, as visões historiográficas centradas em África e nos africanos, começaram a ganhar relevo²⁹, passando a dar-se mais destaque aos passados pré-coloniais e às análises sobre os processos de resistência. Contudo, ainda era cedo para essas influências chegarem à academia portuguesa e por isso continuaram por responder questões como:

- Qual a importância das populações civis no desenrolar dos combates?
- Quais os instrumentos de formulação dos objetivos estratégicos?
- De que modo as estruturas militares no terreno participaram na sua criação?
- Qual a adequação desses objetivos às potencialidades operacionais?
- Quais os mecanismos através dos quais os enquadramentos legais condicionaram o desenrolar das operações?
- Como se processaram, no terreno, as estratégias de liderança e coordenação?
- O evoluir tático contribuiu para a redefinição estratégica?

²⁸ Como exceção podem referir-se: PÉLISSIER, René. *Campagnes Militaires au Sud-Angola: 1885-1915*, Paris, Monton, 1969; WHEELER, Douglas. The Portuguese Army in Angola, *The Journal of Modern African Studies*. [Em linha] 1969, v. 7, n.º 3, pp. 425-439. [consult. 13 jan. 2017]. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/portuguese-army-in-angola/DF090FF89DE4EB3069CB8314B099298A>.

IDEM. Angola is Whose House? Early Stirrings of Angolan Nationalism and Protest, 1822-1910, *African Historical Studies*, [Em linha], 1969, v. 2, n.º1, pp. 1-22. [consult. 13 jan. 2017]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/216324>; IDEM. To Rise with one Mind: The Bailundu War of 1902. Em: F.W. HEIMER coord. *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag 1973, pp. 53-92.

²⁹ Deste momento de rutura merecem destaque, a título de exemplo: CURTIN, Philip. *The Image of Africa: British Ideas and Action, 1780-1850*, Madison, University of Wisconsin Press, 1974; DIKE, K.O. *Trade and Politics in the Niger Delta*, Oxford, Oxford University Press, 1956; VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*, Madison, University of Wisconsin Press, 1966; OLIVER, Roland. *The Missionary Factor in East Africa*, London, Longman, 1965.

- Qual a tipologia das ações militares empreendidas e das tropas empenhadas?

Já a partir dos finais dos anos oitenta, considero pertinente falar de um terceiro momento, inaugurado com a publicação das supra referenciadas obras *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, *História da Expansão Portuguesa* e *Nova História da Expansão Portuguesa*, que contribuíram para a abertura de percursos de investigação mais inovadores e diferenciados, suscitando uma pluralidade de abordagens ontológicas e metodológicas, convocando o tangível e o intangível, o qualitativo e o quantitativo, o político e o social, assim como o tecnológico e o ideológico, valorizando explicações multidisciplinares, multicausais e multiespaciais, alicerçadas no entendimento da complexidade dos processos coloniais. Em simultâneo, começou a valorizar-se a importância de enquadramentos analíticos e metodológicos, posicionados num sistemático jogo de escalas³⁰ e sobretudo de diálogo entre as realidades metropolitanas e periféricas.

Mais recentemente, e aproveitando o caminho assim aberto, os esforços inovadores têm-se traduzido em diversos programas de investigação universitários, como os desenvolvidos pelo grupo de investigação *Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-coloniais* do Instituto de Ciências Sociais (ICS), pelo *Programa interuniversitário em História* do ISCTE-IUL, ICS-IUL, da Faculdade de Letras de Lisboa e das Universidades de Évora e Católica, contemplando, nas suas áreas de especialização, seminários em Impérios, Colonialismo e Pós-colonialismo, ou ainda, pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), onde se desenvolveu um projeto, em parceria com a Universidade de Évora, intitulado *Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra em África* e pelo Centro de Estudos Sociais e Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra onde, no âmbito do programa de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*, existem diversos projetos de investigação interdisciplinares, centrados na influência cultural das diásporas portuguesas.

Nesta sequência têm surgido investigações com conceitos inovadores, versando temas como a análise das relações entre as estruturas missionárias e os poderes políticos locais e metropolitanos³¹, a problemática da escravatura e da sua abolição³², novas abordagens para

³⁰ REVEL, Jacques. *Jeux D'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Lonrai, Gallimard, Le Seuil, 1996.

³¹ JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*, Lisboa, Edições 70, 2012.

³² MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

questões mais clássicas como o político e o diplomático³³, em paralelo com estudos sobre questões sociais³⁴, sobre o corpo³⁵, as ideias³⁶, o género³⁷, a fragilidade³⁸ ou a tecnologia³⁹.

Todavia, este esforço de inovação não tem sido acompanhado, na mesma intensidade, pelos estudos sobre o empenhamento militar em Angola, no período entre a Conferência de Berlim e o eclodir da Grande Guerra, pois, mesmo no âmbito específico da História Militar do III Império, o estudo das campanhas moçambicanas daquele período tem assumido uma posição quase monopolista.

Mesmo assim, as pesquisas desenvolvidas por Valentim Alexandre⁴⁰, Carlos Bessa⁴¹, René Pélissier⁴² ou Aida Freudenthal⁴³ constituem-se como contributos muito relevantes para o estado da arte sobre os conflitos angolanos, e apesar de se posicionarem de modos diversificados perante a questão, abordam-na de forma acutilante.

Valentim Alexandre, sublinhando o facto de ser necessário observar o caso angolano, em função das suas especificidades espaciais, destaca a pouca consistência da presença portuguesa em Angola, centrada sobretudo no litoral, com uma ocupação mínima no interior e com uma presença militar muito frágil, assente em fortes mal construídos, quase sempre mal equipados

³³ TELO, António José. Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891). Em: MEDINA, João, dir. *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, v. IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, [s.d]. pp. 199-218.

³⁴ NETO, Maria. *In Town and out of Town: A Social History of Huambo (Angola) – 1902/1961*, Thesis submitted for the degree of PhD in History, Department of History School of Oriental and African Studies, University of London, 2012. (texto policopiado).

³⁵ VALVERDE, Paulo. O corpo e a busca de lugares de perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa, 1930-1960, Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa, 1997, v. 1, n° 1 pp. 73-96.

³⁶ CALAFATE, Margarida. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.

³⁷ LOWNDES VICENTE, Filipa. Género e Colonialismo: a escrita feminina sobre a Índia colonial portuguesa e britânica. Em: Miguel Bandeira JERÓNIMO org. *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Edições 70, 2012, pp.487-514.

³⁸ ROQUE, Ricardo. The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola, *International Journal of African Historical Studies*, 2003 v. 36, n°1, pp. 105-124. [consult. 3 dez. 2015]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3559321>.

³⁹ TELO, António José. A Terceira Vaga de Inovação em Portugal. Em: Manuel Themudo BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, dir. *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 3, pp 377-409.

⁴⁰ ALEXANDRE, Valentim. Situações Coloniais II – O Ponto de Viragem. As Campanhas de Ocupação (1890-1930). Em: Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI, dirs. *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, v. 4, pp. 182-208.

⁴¹ BESSA, Carlos. Angola. Do Feudalismo Luso-Africano À Ocupação. Em: Manuel Themudo BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, dirs. *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 3, pp. 271-286.

⁴² PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, II vols.

⁴³ FREUDENTHAL, cit. 6, pp 259- 467.

e pouco guarnecidos em termos de recursos humanos. Menciona, ainda, o impulso ganho pelas tentativas de ocupação efetiva durante a década de 1880, referenciando as campanhas realizadas por todo o território angolano, mas insistindo nas seguintes ideias: as relações com os povos africanos foram muito diversificadas, passando pela indiferença, pela colaboração e pelo confronto; o principal esforço militar foi feito no Sul, única região cuja zona de fronteira se encontrava por ocupar na altura do eclodir da Grande Guerra; as campanhas militares assumiram contornos muito distintos, desde os pequenos confrontos com escassa afetação de recursos humanos e materiais, até às ações mais intensivas e prolongadas no tempo, envolvendo milhares de homens e complexas operações logísticas.

Mais incisivamente sobre as operações militares, destaca-se o estudo de Carlos Bessa. Este autor, militar de carreira, dá muita importância ao papel das lideranças operacionais de topo, não se deixando enredar pelos sinuosos caminhos da hagiografia. Não se querendo limitar ao facto, ao descritivo e ao biográfico, não tem pejo em defender a importância dessas dimensões na construção do grande mosaico histórico.

Muito focados na componente militar operacional, os trabalhos de René Pélissier têm-se constituído como referenciais, no estudo das campanhas militares em Angola. Assente numa minuciosa pesquisa de fontes primárias, este autor francês descreve todas as ações militares ocorridas nos territórios portugueses em África, no contexto cronológico do III Império, apresentando, de modo exaustivo, os factos relativos a cada uma das campanhas, em paralelo com os recursos humanos e materiais a elas reservados.

Para além dos méritos das suas vastas pesquisas de arquivo, importa também realçar ter sido ele o primeiro investigador a problematizar os mitos dos cinco séculos de presença portuguesa em África e da sua benignidade. Confrontado com milhares de páginas de relatórios, relatando conflitos de diversas intensidades e durações, com muitas centenas de mortos e graus apreciáveis de destruição, não é fácil aceitar discursos sobre a particular e original bondade das estratégias de domínio colonial portuguesas.

No âmbito das pesquisas sobre as campanhas angolanas, os estudos de Aida Freudhental, publicados na *Nova História da Expansão*, constituem um contributo assinalável. Embora aborde de forma sintética a problemática militar, a autora introduz uma importante novidade na historiografia nacional, ao tentar analisar a questão na perspetiva africana. Limitada pela escassez de fontes, aborda alguns importantes focos de resistência, tentando entendê-los não só em função das características das próprias chefias, mas também dos diversos graus de organização e coesão social, assim como das conjunturas económicas inerentes a cada

movimento de resistência⁴⁴. Freudhental, também caracteriza a população europeia residente em Angola, na transição do século XIX para o XX, mostrando a sua constituição: comerciantes, missionários e degredados, os quais em muitos casos acabaram por ser absorvidos pela população local, através de estratégias de casamentos mistos, geradoras de apreciáveis quantitativos de populações mestiças, as quais, amiúde, desenharam projetos de aproximação ao poder administrativo e económico, raramente coroados de êxito consolidado. A autora ainda analisa os quantitativos demográficos, o peso dos degredados, o fracasso dos projetos de povoamento, as atividades económicas destas gentes e algumas modalidades do seu relacionamento com as populações nativas. Temas significativos para o nosso estudo, no âmbito do primeiro plano da Teoria Geral, quando se preocupa com as relações entre civis e militares.

Apesar de não se debruçarem sobre o contexto angolano, preferindo destacar o ocorrido em Moçambique, ainda assumem relevo, na economia conceptual desta tese, os trabalhos dos historiadores António José Telo, sobre o III Império⁴⁵, e Paulo Jorge Fernandes, a propósito de Moçambique⁴⁶.

Telo, nos seus vários trabalhos sobre esta época, analisa os efeitos exercidos pela mudança do sistema internacional (a transição de um sistema internacional unipolar, centrado na hegemonia naval inglesa, para um outro, multipolar, onde a uma Grã-Bretanha enfraquecida se soma a emergência de novos parceiros com ambição de domínio colonial), na política colonial de Lisboa, para depois estudar as realidades no terreno. Para isso, convoca não só as dimensões políticas, mas também as problemáticas económicas e, de modo pioneiro, na historiografia nacional, as questões relativas às evoluções tecnológicas, referentes à arte operacional. Assim, e munido do aparelho conceptual e operativo resultante da sua visão sistémica, analisou as campanhas de Mouzinho de 1895⁴⁷, olhando não só para a política interna, mas também para a externa, para a organização militar, para o armamento, para as táticas e para as mentalidades.

Fernandes, por seu turno, no trabalho produzido a propósito da biografia de Mouzinho de Albuquerque, consegue introduzir um importante espaço de rutura com as visões mais tradicionalistas, afastando-se da hagiografia, mas permitindo-se fazer um verdadeiro estudo crítico de liderança, apelando às esferas do militar, abordando as batalhas e as armas, e também

⁴⁴ IDEM, pp. 268-278.

⁴⁵ TELO, António José. *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991; TELO, cit. 6.

⁴⁶ FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

⁴⁷ TELO, António José. *Moçambique 1895 a campanha de todos os heróis*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.

os grandes enquadramentos políticos e estratégicos para, deste modo, atingir uma mais plena compreensão da figura em estudo e do seu tempo.

1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O propósito geral desta pesquisa é a análise das confrontações militares entre europeus e africanos, no Centro e Sul de Angola, no período entre a Conferência de Berlim e a vitória da Môngua, para demonstrar a possibilidade de nelas identificar realidades enquadráveis nos princípios da Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra.

Assumindo-se aquela teoria como o corpo estruturante deste texto, é incontornável proceder à sua explicação detalhada, mas antes, e com o propósito de bem entender a sua génese ideológica, começarei por apresentar os racionais da evolução do pensamento holístico, sistémico e complexo, realçando, neste percurso intelectual, os elementos pertinentes para esta tese. Ao mesmo tempo, como o conhecimento do real é sempre uma sua reconstrução, feita por um agente mediado por um método e todo o seu aparato contextual, o enquadramento institucional do projeto, as práticas metodológicas utilizadas, os entendimentos conceptuais perfilhados e as fontes trabalhadas, porque condicionam o produto final, vão ser devidamente apresentados.

1.1 Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra

1.1.1 Filiação

Como se explicou na introdução, a Teoria Geral do Comando Holístico é aqui um objeto e uma metodologia e, por esse motivo, convém clarificar os seus fundamentos teóricos. Deste modo, e como a Teoria Geral se enquadra no pensamento sistémico, é importante começar por destacar determinados momentos da evolução desse pensamento, que tem uma biografia com muitos séculos, e cuja análise permite destacar alguns pontos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

De facto, desde a celebrada afirmação de Aristóteles (384 a.c.- 322 a.c.): «o todo é maior do que a soma das partes tal como o som de uma orquestra é o resultado da combinação de múltiplos e diversificados instrumentos»⁴⁸, até aos desenvolvimentos propostos por Jan Smuts (1870-1950), Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972) ou Edgar Morin, muitos contribuíram para a evolução destas ideias que, se hoje competem com outras tentativas de explicar a realidade, não perderam, por isso, a sua pertinência e capacidade explicativa.

Com efeito, muitos concorreram para o crescimento deste pensamento, como Leibniz (1646-1716) e a sua caracterização de um sistema como sendo um conjunto de partes, Ferdinand de Saussure (1857-1913) e a ideia de sistema como «uma totalidade organizada, feita de

⁴⁸ Cit. por LEMOS PIRES (2013), cit. 1, p. 52.

elementos solidários que só podem definir-se uns em relação aos outros, em função do lugar que ocupam nessa totalidade»⁴⁹, Russell L. Ackoff (1919-2009) cuja afirmação «um sistema é a unidade resultante das partes em interação mútua»⁵⁰ é esclarecedora e útil para o nosso projeto, ou Anatol Rapoport (1911-2007), quando define sistema como sendo «um todo que funciona como todo em virtude dos elementos que o constituem»⁵¹, sublinhando, de modo acutilante, a vertente dinâmica do pensamento sistémico. Contudo, importa-nos estudar com mais detalhe os citados Smuts, Von Bertalanffy e Morin. Os dois primeiros, por terem sido nucleares na emergência contemporânea do holismo e da teoria dos sistemas; Morin, pela sua relevância na compreensão das abordagens da complexidade e dos modos da sua aplicação no domínio das Ciências Sociais.

O primeiro, general e político bóer, foi um dos mais destacados líderes militares sul-africanos, no período da Grande Guerra, e merece ser destacado em virtude do seu texto *Holism and Evolution*⁵². Aí, afirmou a sua intenção de definir um novo tipo de ciência natural, onde os conhecimentos científicos e filosóficos se deviam alimentar mutuamente, deixando de estar isolados.

Smuts condena esse isolamento proveniente das lógicas cartesianas, pois uma filosofia divorciada da ciência limita-se a enunciar conceitos abstratos, sem capacidade de explicar o real, uma vez que uma ciência afastada da filosofia gera visões mecanicistas e, por isso, defeituosas do mundo. Deste modo, no seu entendimento, só o diálogo entre aqueles saberes permite revelar a dimensão sintética do universo, ou seja, a ideia da unidade da realidade em todo o seu alcance; mais especificamente, a unidade da vida em todas as suas formas, a unidade das ideias ao longo do evoluir da civilização, a unidade do espírito humano com os mistérios do cosmos⁵³, demonstrando a existência de um princípio, por ele apelidado de Holismo, que «está em todo o lado e é tudo em tudo»⁵⁴.

Assim, no seu parecer, todos os elementos básicos do real assumem-se como um conjunto de «todos», onde a unidade é sempre maior que a soma das suas partes, pois estas adquirem novas características, por via das reações resultantes do seu processo de integração, através do qual são transformadas e ajustadas, ultrapassando qualquer determinismo. Neste ponto, Smuts

⁴⁹ Cit. por Morin, Edgar. *O método I. A natureza da Natureza*, Mira-Sintra, Publicações Europa-América, [s.d.]. p. 99.

⁵⁰ IDEM.

⁵¹ IDEM.

⁵² SMUTS, Jan. *Holism and evolution*, London, MacMillan and Company Limited, 1927.

⁵³ IDEM. p. VI.

⁵⁴ Cit. por LEMOS PIRES (2013), cit. 1, p.53.

acrescenta uma ideia de particular relevância, chamando-lhe «unidade de ação», que não é mais do que a capacidade do «todo» regular e conduzir as partes, mantendo o equilíbrio e a coerência dos propósitos.

Quando olharmos para as campanhas militares, teremos isso em consideração.

Ludwig Von Bertalanffy, o criador da teoria sistêmica, partindo das suas observações sobre as células, os organismos vivos e as reações químicas, definiu um conceito de sistema, traduzido na ideia de um conjunto de elementos reciprocamente relacionados e organizados, tendo em vista um propósito comum, no qual, sendo o «todo» maior que a soma das suas partes, a análise destas não é dispensável, devendo ser conduzida por via da compreensão das relações estabelecidas entre estas, entre elas e o todo, e entre este e o meio, proclamando, assim, a necessidade de examinar os mecanismos de informação, correlativo *feedback* e organização, os quais concedem unidade e coesão ao todo.

Sendo estes princípios determinantes para o estabelecimento de correntes como a Cibernética ou as teorias dos jogos e da decisão, desde cedo ele entendeu as potencialidades da sua aplicação aos domínios das Ciências Sociais⁵⁵, pois também as dimensões do humano se estruturam de acordo com aqueles princípios vislumbrados nos sistemas naturais, não se podendo limitar ao estudo dos objetos isolados. Sendo esta, no essencial, a proposta nuclear da Teoria Geral quando, para avaliar os quadros de conflitualidade, exige a convocatória de três planos de análise (identificados mais à frente, neste capítulo), cujos constituintes devem ser compreendidos de per si, mas valorizados na dinâmica relacional estabelecida entre eles.

Neste autor, ainda se devem destacar outros pontos relevantes para a fundamentação teórica desta tese. Primeiro, a sua visão de uma unidade como sendo um sistema dentro de sistemas, daí decorrendo a distinção entre sistemas fechados e abertos e correlativa importância dos mecanismos de *feedback*; depois, a noção de entropia como uma realidade sistêmica, passível de ser controlada, mas não eliminada. A primeira visão obriga a ter sempre bem presente a escala analítica da pesquisa e a não cair no reducionismo sistêmico, pois nenhum sistema é suficiente para explicar o real na sua globalidade. No caso específico da nossa investigação, qual o valor de uma afirmação que, partindo da análise exclusiva das deficiências do sistema logístico, pretenda avaliar a concretização dos objetivos estratégicos? Provavelmente pouco, pois exige-se atender aos processos de definição daqueles objetivos, aos

⁵⁵ Designação para a Ciência Política, a Economia, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia Cultural e a História segundo VON BERTALANFFY, Ludwig. *General System Theory*, New York, George Braziller, 2009, pp. 194 -195.

recursos disponíveis, aos mecanismos de relação estabelecidos, às dimensões prospetivas e, sobretudo, aos mecanismos de circulação de informação.

No referente à distinção entre sistemas fechados e abertos, os primeiros, ao remeterem para a física e química tradicionais, não nos interessam; os segundos, em contacto permanente com o meio ambiente, remetem-nos para as organizações sociais e políticas, onde o ocorrido no seu seio é condicionado pela energia proveniente do exterior, sejam enquadramentos legais, propostas orçamentais, teorias filosóficas, movimentos diplomáticos, evoluções tecnológicas ou outras realidades dependentes da escala em que nos situarmos.

Para Von Bertalanffy, o *feedback* pode ser positivo, quando o sistema amplifica os fluxos provenientes do exterior, ou negativo, quando os tenta anular numa tentativa de manter o *status quo*. Por via do primeiro, as unidades mudam o seu semblante; já por consequência do segundo, a criação de mecanismos de resistência, readaptação e ajustamento torna-se obrigatória. Porém, excessos de *feedback* negativo, ao contrariarem de forma dramática a plasticidade natural dos sistemas, podem originar fenómenos de implosão. Por norma, estes não se expressam no aniquilamento, mas sim na mudança radical. Em qualquer dos casos, os processos de decisão e escolha entre as alternativas colocadas em jogo no tratamento da informação (seja ela energia, ideologia, matéria, recursos ou outra) assumem-se como preponderantes na estabilização do «todo» e na regulação das inter-relações entre as partes, ajudando à sua sobrevivência e contribuindo para o controlo da entropia, aqui entendida como tendência para a desordem, desintegração ou, pelo menos, para o desgaste. Na verdade, para Von Bertalanffy, a entropia pode ser controlada, mas não eliminada, devendo ser aceite como uma inevitabilidade dos processos sistémicos.

Na vasta obra de Edgar Morin, interessa-nos apenas a sua busca pelas visões de conjunto e o correlativo afastamento da insularidade no conhecimento. Para ele, isto faz-se por via do chamado pensamento complexo, resultante da evolução de muitos dos conceitos supra identificados. Ora, complexidade não é a confusão, nem a dificuldade, mas sim a consciência de que tudo funciona em relação, num mundo marcado pela heterogeneidade.

Em concreto, verbera o «paradigma da simplificação»⁵⁶ que, por via de uma separação rigorosa entre ciências naturais e humanas, de uma redução do âmbito de análise conducente à hiperespecialização e da tentativa de transformar o complexo em simples, pela criação de fórmulas abstratas, acaba por implicar a incapacidade de entender a diversidade do mundo na sua complexidade. Em simultâneo, Morin também condena um holismo estrito que, só vendo o

⁵⁶ MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*, 6ª ed. Lisboa, Instituto Piaget, 1991, p. 15.

«todo», esquece as partes e, por essas razões, reivindica a urgência de considerar perspectivas de complementaridade entre as partes e o «todo». Este último deve-se entender como um espaço de relação, onde as partes adquirem novas características, por via da «emergência», e perdem algumas das suas particularidades iniciais, por via da «imposição», em favor da coesão do sistema. A ideia de «imposição» permite-lhe introduzir um novo conceito no universo sistémico: a ideia de um «todo» inferior à soma das partes.

O resultado destes processos implica conflitualidade, pois naquele quadro complexo de inter-relações, a oposição, a rivalidade, a competição e a inimizade estão sempre presentes, obrigando o sistema a atuar sobre eles, de modo a ampará-los, neutralizá-los ou reutilizá-los, sendo necessário equacionar o papel da ordem e da desordem na vida dos sistemas. Assim, defendendo a inviabilidade de um sistema sem ordem, em total anarquia, também considera que a ausência da desordem apenas causaria eterna repetição, sem crescimento e renovação. Logo, sendo inevitável a desordem, a incerteza e a entropia, estas devem ser entendidas num quadro de complementaridade, ou seja, apesar de contraditórias e antagónicas, a ordem não pode ser entendida sem a desordem; sem uma, a outra não existe, e sem ambas os sistemas são inviáveis.

Mas, se ordem e desordem são complementares, como se controla tal realidade? Para Morin, isso faz-se por meio de um conjunto de mecanismos, por ele apelidados de organização. Esta é quem garante a unidade e a coesão do sistema, caucionando a complementaridade entre ordem e desordem, permitindo que as informações provenientes do meio ambiente não impliquem a falência do «todo», facultando mecanismos de fechamento face a informações com potencial de aniquilação e facilitando a receção e transformação dos impulsos externos fundamentais para a renovação e manutenção do sistema⁵⁷. Logo, se o processo de receção da informação tende a ser um espaço de transformação, os resultados das mesmas causas sobre unidades diversas não são forçosamente os mesmos; as mesmas causas podem ter efeitos distintos em momentos diferentes, as pequenas causas podem ter grandes efeitos, assim como as grandes causas podem ter pequenos efeitos e, por isso, as explicações deterministas para os fenómenos sociais tornam-se inviáveis.

Encontramo-nos, aqui, numa relação entre o uno e o múltiplo, se quisermos entre a parte e a unidade; a parte condiciona o «todo», como este condiciona aquela que, por seu turno, tem em si marcas do «todo», ao qual também imprime a sua marca.

⁵⁷ MORIN, cit. 49, pp. 100-102.

Seria um erro pressupor este tipo de abordagem como o único adequado para estudar fenómenos de conflitualidade mas, por diversos motivos, parece ser o mais aconselhado, desde logo porque as guerras, para lá das minudências da sua conceptualização, são exemplos perfeitos de sistemas abertos, dificilmente apreendidas com proveito através de visões reducionistas, assentes em mecanismos de simplificação ou disjunção, os quais apenas permitem conhecimentos parciais e defeituosos.

Assim sendo, são pertinentes as seguintes questões:

- Importa analisar processos de liderança, desligados da compreensão das dinâmicas organizacionais?
- Que sentido faz estudar determinadas movimentações operacionais sem o conhecimento do enquadramento estratégico e político?
- Qual é a utilidade, para a compreensão de um fenómeno agónico, da problematização tecnológica desgarrada da compreensão do contexto económico e cultural?
- Qual a razão para se diabolizar as lacunas logísticas, sem entender as potencialidades de um país?
- Qual a importância de tudo isto, sem uma compreensão dos mecanismos de relação entre todos estes componentes?

Mas tudo tem um preço e não podemos ignorar as dificuldades inerentes a este tipo de aproximações teóricas, sobretudo, o perigo de pelo enfoque horizontal se tombar num enciclopedismo vazio, causador de dispersão, podendo implicar a perda de aprofundamento vertical. Contudo, ao aceitarmos a impossibilidade de qualquer conhecimento do real, fora da compreensão dos «todos» em relação, este é um risco a correr, aceitando que conhecer implica separar, para depois juntar, quer dizer, arrancar da confusão, para depois entender que nada existe separado, pois tudo vive da interação. Ou seja, importa começar por distinguir os objetos, caracterizá-los e analisá-los, mas não se pode é ter a pretensão de os compreender sem os olharmos como sistemas, compostos de partes em inter-relação e em relação com o meio ambiente, num contexto de absoluta complementaridade, onde não se dispensa o antagonismo, a entropia ou a desordem.

Todos os sistemas são harmónicos e desarmónicos ao mesmo tempo; harmonia ou desarmonia absoluta não existem e, daí, deriva a sua criatividade e capacidade de renovação.

Não é que tudo esteja necessariamente conectado com tudo, mas, enquanto abordagem heurística, este parece ser o caminho mais profícuo, permitindo entender os processos de relacionamento, identificando os pontos cruciais, estabelecendo articulações e pontes, percebendo os movimentos recursivos pelos quais os elementos aparecem ao mesmo tempo como produto e efeito, produtor e causa um do outro⁵⁸. E, por via de tudo isto, a Teoria Geral, umbilicalmente ligada a estes valores, surge como problema central deste estudo, na dupla vertente que lhe destinamos: objeto e método.

1.1.2 A Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra

Uma teoria, «mais do que uma solução é a possibilidade de tratar um problema»⁵⁹, diz Edgar Morin, acompanhando Friedrich Von Hayek, quando ele afirma: «devemos primeiro inventar o modelo, antes que possamos descobrir a sua presença no fenómeno ou antes que sejamos capazes de pôr à prova a sua aplicabilidade relativamente ao que observamos»⁶⁰. No fundo, uma teoria é, antes de mais, uma metáfora utilizada para a compreensão do mundo e resolução de um problema, implicando sempre uma escolha ontológica, um processo específico de construção de conhecimento, assente numa ideologia e num esforço organizador do pensamento, o qual, por seu turno, não pode excluir a necessidade de constituição de operações articuladas e coerentes de descrição e explicação. Assim formadas, as teorias assumem um papel determinante no desvendar das lógicas mais profundas dos objetos escolhidos para análise e, ao mesmo tempo, adquirem capacidades modelares, facilitadoras de esforços interpretativos mais amplos.

Aceitando estas ideias, assume-se a Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra como núcleo central desta tese, devendo, por isso, esclarecer-se os seus contornos essenciais.

Ela resulta dos vastos conhecimentos, teóricos e práticos, do seu autor, a propósito dos atuais quadros de conflitualidade agónica e das fragilidades evidenciadas pelas forças neles empenhadas. Para Lemos Pires, essas fragilidades expressam-se nas dificuldades de relacionamento horizontal e vertical entre os vários níveis da hierarquia estratégica e na ausência de planeamentos integrados sobre o que fazer nos vários momentos do processo, quer dizer, antes, durante e depois do conflito e resultam da ausência de um efetivo comando holístico, ou seja, de mecanismos eficientes e sobretudo eficazes de coordenação e controlo.

⁵⁸ MORIN, Edgar. *La Méthode 1*, Paris, Editions du Seuil, 1977. p. 12

⁵⁹ MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, p. 251.

⁶⁰ Cit. por LEAL, Hugo, *Complexidade Científica e Sistémica. A Emergência do Novo Movimento Social*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 20.

Perante isto, ele apresenta a proposta de construir uma teoria geral, portanto universal e atemporal, que possibilite a existência de um verdadeiro comando holístico na guerra, estabelecendo, para tal, três planos e quatro dimensões de análise. O primeiro plano inclui as duas primeiras dimensões, correspondendo a primeira à problemática das relações entre as estruturas empenhadas no terreno e a segunda à retroação entre civis e militares.

Na primeira dimensão, começa-se por estabelecer uma distinção entre o relacionamento entre entidades militares e entre estas e as forças de segurança. Assim, e para haver comando holístico, todas as forças empenhadas no terreno, independentemente da sua tipologia e origem, devem estar «subordinadas à estratégia geral, contribuindo para os objetivos comuns»⁶¹. Por isso, os mecanismos de liderança e de coordenação, constituídos sob modelos diversos, devem assumir o papel preponderante de garantir a coerência entre a ação e os objetivos superiormente determinados.

Na segunda dimensão, referente ao relacionamento entre instituições militares e civis, assume-se, como basilar, a necessidade de criar condições para garantir a «unidade de esforços», considerando-se natural, a dificuldade em alcançar a unidade de comando. Para tal, é importante privilegiar a cooperação e não a dependência hierárquica, pois esta é sempre mais difícil de obter num patamar não exclusivamente castrense.

Como se entende pela sua designação completa, na Teoria Geral, a questão do comando é um ponto vital. Este deve ser coerente, se possível unificado, entender os objetivos políticos, colocar-se numa posição de constante ligação entre os diversos patamares da hierarquia estratégica, apreender, na plenitude, as múltiplas dimensões do ambiente onde se movimenta, relacionar-se com as populações e pensar tanto no presente, como nas suas consequências para o futuro. Desta maneira, parece óbvia a importância dos fluxos comunicacionais e o seu tratamento nesta rede: como circula a informação em momentos de evolução tecnológica diferenciados, como é rececionada e transformada no terreno pelos comandos operacionais e como implica no desenvolvimento das operações. Estes são alguns dos problemas relevantes, aqui sugeridos.

O segundo plano corresponde à terceira dimensão e remete para o político, em particular, para o relacionamento entre os patamares políticos e os operacionais. Aqui, devemos distinguir duas realidades. Uma primeira, respeitante ao nível interno, trata de sublinhar a importância da cooperação entre decisores políticos, sejam militares ou civis, e líderes operacionais. Os

⁶¹ LEMOS PIRES (2013), cit. 1, p. 57.

segundos devem informar os primeiros, mas estes decidem, devendo acompanhar e supervisionar.

Uma segunda realidade transporta-nos para o externo. Num quadro de conflitualidade, onde cada vez mais se apela a lógicas multilaterais, consubstanciadas no terreno em sistemas de coligação, urge clarificar, de modo muito claro, as cadeias hierárquicas e a existência, ou não, de uma *lead nation*. Depois, no quadro da decisão estratégica e operacional, é imperioso partilhar o processo de tomada de decisões, não marginalizando nenhuma das nações coligadas. Em simultâneo, ao nível dos patamares da autoridade internacional, no respeitante à coordenação entre organizações tipo ONU ou NATO, importa sublinhar a imperiosidade da clarificação das cadeias de comando. Como refere Nuno Lemos Pires, «Sem clarificação de áreas de responsabilidade, patamares de autoridade, dependências e coordenações, não há comando holístico na guerra»⁶². No caso aqui em estudo, a existência daquela tipologia de organizações internacionais não se aplica, mas isso não dispensa a averiguação desta última ideia.

Situando-nos ao nível da relação entre o político, o estratégico, o operacional e o tático compreende-se, desde logo, a necessidade de esclarecer a dimensão política, ou seja, quais os grandes objetivos definidos pelos escalões políticos e quais as interpretações feitas, a seu respeito, pelos outros níveis da hierarquia estratégica, tendo em consideração a necessidade da coerência entre esses diferentes escalões.

A Teoria Geral finaliza com um terceiro plano. Neste, situa-se a última dimensão de análise que se preocupa com o tempo, ou seja, com a coerência da ação, no desenrolar dos vários momentos do processo. Quer dizer, o comando holístico da guerra implica pensar o antes, o durante e o depois, de modo integrado e consolidado face aos objetivos determinados. E, por isso, desejavelmente não faseado a nível estratégico, embora o possa, e talvez o deva ser, nos níveis operacionais e táticos. Por esse motivo, é necessário entender qual o conhecimento dos agentes sobre o sistema, pois só o conhecimento daquele permite atuar no presente, pensando no futuro.

1.2. Enquadramento Institucional

Retirando consequências dos princípios sistémicos adotados nesta pesquisa, importa relevar o seu enquadramento institucional. Isto, porque existe uma ligação inseparável entre o conhecimento produzido, o seu processo e as suas condições de produção.

⁶² LEMOS PIRES (2013), cit. 1, p. 74.

Em concreto, esta pesquisa pretende ser o resultado de um projeto de investigação, apresentado no ISCTE/Academia Militar, que foi aprovado como condição para a conclusão do Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa. Trata-se, pois, de um trabalho académico, naturalmente constrangido por um corpo de normas inerentes a este tipo de exercícios, e, apesar de esta pesquisa ser o reflexo do espaço de liberdade e criatividade, caracterizador daquelas duas instituições, as quais, em momento algum, colocaram entraves à sua elaboração, a não ser os resultantes de uma saudável exigência e busca pela superação; o certo é que sem pretendermos estabelecer aqui problematizações de nível epistemológico, não podemos deixar de compreender a impossibilidade de existência de um saber fora do seu contexto social e ideológico e, por esse motivo, não duvidamos que o texto aqui proposto poderia ser outro, se outras tivessem sido as suas condições de produção e, sobretudo, de sancionamento e validação de resultados.

Efetivamente, o enquadramento institucional não é um fator despiciendo, pois, por via de múltiplos mecanismos, condiciona o trabalho final. Destaquem-se, entre esses mecanismos, o conjunto de normas e princípios a respeito dos aspetos formais relativos à estrutura do texto, à tipologia das citações e das referências bibliográficas.

1.3 Metodologia

No desenvolvimento deste trabalho, a metodologia a utilizar assentará na análise documental, privilegiando-se uma abordagem qualitativa, seguindo o método dedutivo. Mas, assumindo-se o pensamento sistémico, holístico e complexo como o enquadramento teórico preponderante, compreende-se a obrigação de apelar a lógicas interdisciplinares, onde o propósito de radicar o essencial da pesquisa, no âmbito da História, não pode dispensar uma abordagem de natureza compósita, tributária das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança e Defesa.

A metodologia histórica garante os instrumentos necessários à crítica documental e permite a leitura diacrónica em diálogo com a sincronia, ressaltando assim as continuidades, mas também as ruturas. Já das teorias das Relações Internacionais utilizam-se os enquadramentos realistas para caracterizar o sistema internacional e as suas evoluções em termos de afirmação de poder, tomando em consideração os diversos interesses colocados em jogo e vislumbrando os modos como em Portugal se foram estabelecendo as relações com esse «todo».

Como demonstra Nuno Lemos Pires, a experiência de vida dos líderes militares é um facto que importa tomar em consideração, para avaliar as suas opções estratégicas e operacionais. Por esse motivo, e colocando-se a problemática da liderança numa posição de significativo relevo no desenvolvimento da Teoria Geral, é importante lançar alguns olhares biográficos

sobre quem se posicionou em patamares privilegiados, ao longo da cadeia hierárquica, sobretudo quando acumularam lideranças políticas e militares, como são os casos de Eduardo da Costa, Paiva Couceiro e Norton de Matos, já mencionados na introdução.

Como a elaboração de estudos profícuos em matérias biográficas tem de resultar sempre de um intenso diálogo entre a micro e a macro-história, entre o individual e o coletivo, entre as mentalidades e o político, assim como entre o cuidado literário e o aparato crítico, não se vai tratar aqui de qualquer regresso aos modelos descritivos e hagiográficos mais tradicionais que, muitas vezes, eram meros repositórios de factos, despojados de qualquer ancoradouro contextual. O nosso objetivo é, tão somente, integrar as personagens no todo em que se incluíram, destacando a importância das suas ações, reflexões e projetos. Deste modo, pretende-se ensaiar explicações apoiadas em aparatos teóricos consolidados, capazes de assegurar a objetividade no tratamento das fontes, seguindo, para tal, o programa enunciado por António Reis⁶³, baseado no modelo da Biografia Moderna, enunciado por Daniel Madelénat⁶⁴ e mediado pelos trabalhos de Norman Denzin⁶⁵, onde se sugere não ser suficiente substituir as visões heroicas por vias positivistas, pois estas últimas revelam-se quase sempre redutoras e pouco produtivas, em termos analíticos.

Urge, então, aproveitar as potencialidades do alargamento dos campos de observação, para entender a vida e a obra dos biografados como um entrelaçado não explicável pelo mero desfilar cronológico de acontecimentos, obrigando, assim, a ter em consideração o indivíduo e as relações que, em função da sua liberdade, conseguem estabelecer com o meio.

Destes enunciados resulta, na linha do proposto por Denzin, um procedimento com quatro etapas genéricas: a enunciação dos projetos individuais e das ações deles decorrentes, a caracterização dos contextos vivenciais para fugir aos anacronismos e explicar as ações em função dos seus enraizamentos e, finalmente, um esforço de reintegração do sujeito, dos seus atos e projetos, na plenitude do movimento histórico e social, seguindo, no fundo, uma perspetiva sistémica e holística.

⁶³ REIS, António. *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, 3 vols. pp. 10-14.

⁶⁴ MADELÉNAT, Daniel. *La Biographie*, Paris, PUF, 1984.

⁶⁵ DENZIN, Norman K. Interpreting the lives of ordinary people: Sartre, Heidegger and Faulkner, *Life Stories/Récits de Vie*, n. ° 2, pp. 14-20, 1986.

1.4 Enquadramento conceptual

De forma a não permitir ruídos no corpo do texto, por virtude da polissemia de muitos dos conceitos fundamentais por nós utilizados, terminologias provenientes do pensamento complexo, tais como: sistemas, parte, todo, comunicação, entropia, *feedback*, organização, devem ser entendidas de acordo com os sentidos supra explicitados.

Mas, este trabalho posiciona-se na área do saber histórico e, pelo seu quadro espacial e cronológico, remete para as problemáticas da guerra e do imperialismo, convocando, por isso mesmo, e com assiduidade, conceitos como os de grande estratégia, estratégia militar, império, imperialismo, colonialismo informal e formal, *small wars*, ou operações militares de imposição de ordem colonial, para além de termos como «nativo» ou «indígena». Assumindo-se estes conceitos como problemáticos, por não se conseguir encontrar definições consensuais para cada um deles, é fundamental clarificar, de forma sintética, como os compreendemos e utilizamos neste texto.

O entendimento de André Beaufre (1902-1975) , quando vê a estratégia como a melhor forma de alcançar «... objetivos fixados pela política, utilizando o melhor possível os meios de que se dispõe»⁶⁶, é aqui adotado, em termos genéricos, porque, como esclarece Lucien Poirier (1918-2013) e recorda João Vieira Borges⁶⁷, com esta visão torna-se muito clara a necessidade do estrategista atentar numa multiplicidade de dimensões, situadas para lá do militar, apelando de forma integrada e sistémica a todo o tipo de recursos, tangíveis e intangíveis, adaptando-se, por isso, e de modo cabal, às aproximações holísticas.

A abrangência desta conceção abriu o caminho para se diferenciar e hierarquizar uma linha estratégica, onde no topo se encontra uma estratégia total, subordinada à política, e determinante das estratégias gerais (militar, económica, política e psicológica), cada uma delas expressa por via de estratégias particulares com uma dimensão mais operativa, que, no caso militar, se expressariam em estratégias aeroespacial, naval e terrestre.

Trata-se, pois, de uma visão sistémica, por só ganhar sentido por via das inter-relações estabelecidas ao longo da cadeia hierárquica, a qual acabaria por fixar muitos dos princípios mais tarde adotados e afinados pela comunidade estrategista, permitindo um afastamento copernicano do pensamento matricial de Clausewitz (1780-1831), pois este, apesar do seu

⁶⁶ BEAUFRE, André. *Introduction a la Estrategia*, Trad. Carmen Maria de la Escalera e Luis Arias, Madrid, Ediciones Ejército, 1980, p. 49.

⁶⁷ BORGES, João Vieira. Evolução do pensamento estratégico. Em: *Pensamento Estratégico Nacional*, Editora Prefácio, 2006, pp. 19-59. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/17899>.

papel preponderante no estabelecimento do pensamento estratégico moderno, manteve-se confinado no campo do militar⁶⁸.

A propósito daquelas afinações (mesmo não sendo posteriores), considero relevante a distinção entre grande estratégia e estratégia militar, estabelecida por Liddel Hart (1895-1970), onde a primeira pretende «... coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objeto político, visado com a guerra, que é definido pela política.»⁶⁹, implicando, por isso, em várias dimensões, devendo dialogar interactivamente com uma realidade caleidoscópica, fazendo acompanhar a visão finalista com uma capacidade proativa de informar a política e de pensar para além da guerra. A segunda, também apelidada de estratégia pura, consuma-se na aplicação dos meios militares, com vista à obtenção dos objetivos definidos, determinando os patamares táticos, privilegiando a ação indireta e, daí, a manobra e a contenção, mas num quadro de verticalidade hierárquica.

Concluindo, a grande estratégia materializa os objetivos políticos, na elaboração dos quais deve participar e cria condições para a estratégia militar os concretizar, em quadro de conflitualidade. Esta última não deve desprezar a capacidade de informar os níveis superiores, em simultâneo com a direção dos escalões táticos.

Quando no decorrer desta pesquisa se falar de grande estratégia e estratégia militar (por vezes, por facilidade de discurso, utilizaremos apenas a expressão «estratégia», para falar da estratégia militar) é disto que se fala, não havendo aqui a necessidade de convocar as subdivisões atualmente encontradas na reflexão estratégica⁷⁰.

No desenvolvimento do texto ainda se considera que a ação estratégica sobre o real, não pode ser entendida como linear ou mecanicista, pois, sendo este um sistema composto por vários sistemas em retroação, os *inputs* podem não gerar respostas proporcionais à sua intensidade e até podem produzir resultados diferentes, em momentos distintos, dificultando as ambições preditivas da grande estratégia. Assim, a divergência entre os objetivos definidos e os resultados alcançados não podem ser vistos como uma excentricidade, geradora de conformismo ou impotência, mas antes como motivo de reflexão, adequação e alinhamento constantes.

⁶⁸ FREEDMAN, Lawrence. *Strategy. A History*. Oxford, Oxford University Press, 2013, pp. 82-95. Para uma visão menos hagiográfica da obra de Clausewitz ver: KEGAN, John. *Uma história da guerra*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 19-41.

⁶⁹ HART, Liddel. *As grandes guerras da história*, 5ª ed. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1999, p. 406.

⁷⁰ Ver: BARRENTO, António. *Da Estratégia*, Tribuna da História, Lisboa, 2010.

Abordemos, agora, os conceitos de império e imperialismo, traves mestras do contexto histórico deste estudo. Começando pelo primeiro, há dois cuidados a ter: não cair na tentação de adotar as mesmas terminologias para todas as realidades de cariz imperial, e perceber que, mesmo no século XIX, o entendimento deste conceito não era consensual.

Partilhamos, assim, os cuidados sugeridos por John Gallagher e Ronald Robinson⁷¹, quando chamam a atenção para o facto de os impérios históricos serem realidades profundamente marcadas pelos seus contextos. E, se é possível aceitar a ideia de Wallerstein⁷², Ferguson⁷³ ou Kumar⁷⁴ de uma história do mundo feita de impérios, não podemos admitir estarmos a falar do mesmo, quando nos referimos aos impérios egípcio, romano, carolíngio, britânico ou soviético, porque, se o fizermos, pouco ganhamos no esforço de interpretação dessas realidades.

Entretanto, o facto de muitos homens de oitocentos olharem para a ideia de império, na sua vertente colonial (a única em apreço nesta tese) como uma forma de libertação e civilização dos povos, enquanto outros o observavam apenas pela via dos processos violentos e da opressão, também não facilita a construção de um conceito adequado, operativo, não redutor, abrangente e explicativo.

Assim sendo, há, no entanto, uma vertente incontornável, quando nos referimos aos impérios coloniais oitocentistas, remetendo para a vertente da apropriação territorial. Com efeito, partindo da matriz romana de poder e território, torna-se possível erigir uma definição básica, mas esclarecedora, traduzida num entendimento de império como sendo uma realidade, onde uma entidade política, desejavelmente forte, com uma autoridade soberana fundamentada nas suas tradições legais e simbólicas, exerce o seu poder sobre territórios periféricos e sociedades exógenas, entendidas como *não civilizadas*. Acrescenta-se ainda que as motivações heterogéneas da ação imperial se conduzem por um projeto finalista, assente na apropriação

⁷¹ GALLAGHER, John e Ronald ROBINSON. Imperialism of free trade, *Economic History Review*, [Em linha], 1953, v.6, n.º1, pp.1-15. [consult. 23 out. 2017]. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.1953.tb01482.x>

⁷² WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno – I*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 25: «... os impérios foram um elemento central na cena mundial durante 5000 anos. Existiram continuamente vários impérios desse tipo em diferentes partes do mundo qualquer que seja o período considerado».

⁷³ FERGUSON, Niall. *Império. Como a Grã-Bretanha Construiu o Mundo Moderno*, Lisboa, Civilização Editora, 2013, pp. 23-24: «... enquanto que é possível imaginar como teria sido o mundo sem a Revolução Francesa ou a I Guerra Mundial, a imaginação não consegue conceber uma história moderna contrafactual sem o Império Britânico... existem motivos para duvidar que o mundo seria o mesmo ou até semelhante na ausência do Império».

⁷⁴ KUMAR, Krishan. *Visões Imperiais. Cinco Impérios que mudaram o mundo*, Lisboa, Edições 70, 2017, p. 14: «... Afinal, os impérios sempre tiveram um papel, talvez o mais importante, na história do mundo desde o seu início».

coletiva de uma ideia de missão, na qual, por norma, está presente um desejo de inculcação cultural *latu sensu*, ou seja, uma pulsão para a imposição de visões do mundo, expressas em normas, valores, princípios, símbolos, mas onde a absorção de elementos culturais das várias partes anexadas se revela sempre inevitável.

Trata-se, assim, de uma definição suficientemente genérica, permitindo albergar modelos políticos diferenciados. Isto é, o império entendido desta forma não exige a observação de regimes políticos de tipologia autoritária, por norma a ele associados e, se os mecanismos de poder exigíveis para a manutenção das estruturas imperiais parecem mais exequíveis em contextos políticos iliberais, (ideia validada pela maior parte dos exemplos históricos, se utilizarmos a expressão iliberal num sentido genérico não contextualizado), no período aqui analisado, são vários os exemplos de projetos imperiais, assentes em regimes de matriz liberal, nas suas dimensões e características específicas e inerentes às realidades civilizacionais oitocentistas.

Nesta tese, é disto que se fala, quando se fala de impérios.

A situação torna-se um pouco mais complexa no momento de abordar o conceito de imperialismo. Surgido apenas na década de 1850, para designar as políticas do II Império Francês, o termo apresenta uma conotação pejorativa, remetendo para juízos de valor, falando de regimes ditatoriais, violência, conquistas, desejo de glórias militares ou desprezo pela liberdade. Logo, e como esclarece Norman Etherington, era possível um vitoriano amar o seu Império e odiar o imperialismo⁷⁵.

Apesar de no final do século o conceito ser afinado, falando-se então de um imperialismo inglês, baseado na expansão do comércio livre e em colónias de povoamento, com possibilidades autonómicas, a marca negativa irá perdurar, acentuando-se mesmo, por influência dos textos de J. A. Hobson⁷⁶, Henri Brunschwig⁷⁷, Rosa Luxemburgo⁷⁸ ou Lenine⁷⁹.

Por outro lado, indo para além da perspetiva do conjunto das ações concretas no terreno, o termo tem vindo a ser utilizado a propósito das ideias de sustentação daquelas ações, podendo

⁷⁵ ETHERINGTON, Norman. *Theories of Imperialism. War, Conquest and Capital*, New Jersey, Barnes and Noble Books, 1984, p. 6.

⁷⁶ HOBSON, J.A. *Imperialism, a study*, [Em linha]. New York, James Pott and Company, 1902, [consult. 23 out. 2019]. Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf.

⁷⁷ BRUNSCHWIG, Henri. *Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français*, [Em linha]. Paris, Armand Colin, 1906, [consult. 23 out. 2019] Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3331508g/f>

⁷⁸ LUXEMBURGO, Rosa. *Imperialism and the Accumulation of Capital*, [Em linha]. London, Routledge and Kegan Paul, 1913.

Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/pdf>

⁷⁹ LENINE, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lisboa, Editorial Avante, 1985.

ser, assim, entendido como a ideologia do império, entrando-se, desta forma, no problema das teorias do imperialismo colonial que, em termos genéricos, procuram esclarecer o problema das motivações.

Sendo conveniente prestar alguma atenção a estas teorias, seguimos o modelo proposto por G.N. Sanderson para as sintetizar em três grandes grupos: as teorias do *background*, as teorias eurocêntricas e as teorias periféricas⁸⁰. Nas primeiras, não só encontramos quem valoriza a importância da diferenciação tecnológica nos processos de dominação europeia, mas também quem prefere falar da importância das elites, e entre elas destacamos a chamada teoria do imperialismo capitalista. Baseada no pensamento liberal e marxista, foi desenvolvida por Hobson e Lenine e encontra a origem do processo imperial oitocentista nas necessidades dos grandes capitalistas ocidentais, em termos de matérias primas baratas e de exportação de capitais, reconhecendo-lhes capacidade para influenciar os poderes políticos, em direção à conquista territorial e à dominação violenta dos povos periféricos⁸¹.

Como se percebe pela designação, as teorias eurocêntricas mais tradicionais encontram o esclarecimento para o fenómeno por via da análise das realidades europeias, encontrando-se aqui as explicações estratégicas, onde se sublinha o papel da Inglaterra no desencadear do processo, quando, por via do seu interesse em proteger as rotas para a Índia, consolidou o seu poder no Egito e no Cabo, incentivando a resposta de Paris⁸². Neste grupo, ainda podemos encaixar as narrativas do prestígio, as quais afirmam não terem sido os motivos económicos a justificar as conquistas, mas sim a busca pela honra e pela glória de um grupo ou de um estado⁸³; e as teorias económicas, que veem no desejo por novos produtos e mercados, o fator decisivo para a expansão imperial oitocentista⁸⁴, mesmo quando não partilham a convicção de Lenine e Hobson, a propósito da capacidade dos capitalistas influenciarem os patamares políticos. Daqui, decorre ainda uma outra visão, muitas vezes apelidada de teoria mítica, para quem as motivações europeias se basearam num conjunto de imagens sobre África, na esmagadora

⁸⁰ SANDERSON, G.N. *The European Partition of Africa: Coincidence or Conjuncture?* Em: E.F. Penrose, ed. *European Imperialism and the Partition of Africa*, London, Franck Cass, 1975, pp. 2-17.

⁸¹ Ver: LENINE, cit. 79 e HOBSON, cit. 76.

⁸² KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

⁸³ Aqui se enquadrando a celebrada, mas na minha opinião lacunar, perspectiva do imperialismo português sem motivações económicas, defendida por HAMMOND, cit. 27, pp 352-382. Podendo mesmo considerar-se que as ideias do imperialismo, como uma forma de nacionalismo extremo, como fala Mommsen, derivam deste posicionamento. MOMMSEN, Wolfgang. *Das Zeitalter des Imperialismus*, Frankfurt, Fischer Verlag, 1969, p. 16.

⁸⁴ CAIN, Peter e Anthony. G. HOPKINS. *British Imperialism (1688-1914)*, 2 vols. London, Longman, 1993. (Reeditado num único volume em 2001. Em 2016 os autores publicaram uma nova versão abrangendo o período de 1688 a 2015).

maioria das vezes sem suporte na realidade⁸⁵. Mais centrada no caso específico da Alemanha, ainda se fala de um imperialismo social, pelo qual o objetivo da expansão teria sido a preservação da hierarquia social e política tradicional⁸⁶. Na sua grande maioria estas teorias apresentam visões muito críticas da dominação europeia, mas, mais recentemente, têm surgido valorizações positivas do processo, no caso inglês, através dos trabalhos de Niall Ferguson⁸⁷.

O grupo das teorias periféricas, por seu turno, encontra justificação para o fenómeno em acontecimentos ocorridos nos próprios territórios africanos. Seja porque os africanos deixaram de colaborar como faziam, obrigando os europeus a formalizar a sua presença⁸⁸, seja porque os interesses dos colonos europeus em África incentivaram esses movimentos de ocupação.

No contexto da descolonização, surgiram explicações teóricas emanadas dos próprios espaços periféricos, exemplificadas pelos trabalhos de Marcus Garvey (1887-1940)⁸⁹ e Franz Fanon (1925-1961)⁹⁰. No geral, atribuem as situações de fragilidade das periferias às consequências dos processos de dominação ocidental, pois estes, ao derrotarem os movimentos de resistência política e militar, conduziram à desarticulação das formas de organização tradicional, com severas e persistentes consequências na economia, cultura, sociedade e política dos povos dominados. Estas visões sublinham os processos violentos utilizados pelos europeus: deportações, prisões, execuções, operações militares, imposição de modelos de administração colonial, não aceitando qualquer imagem de valorização civilizacional, revelando uma tentativa de conciliar a teoria com a prática, para justificarem a ação dos movimentos de libertação. Se, por este motivo, as podemos considerar muito parciais, já quando tentam analisar os modos, através dos quais as formas de dominação, que condenam, derivaram dos processos do

⁸⁵ KANYA FORSTNER, A.S. French Expansion in Africa: The Mythical Theory. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds. *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 277-278. No fundo trata-se também da noção de Valentim Alexandre, quando, para o caso português, fala no mito do Eldorado, ALEXANDRE, Valentim. *África no imaginário Político Português, Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1995. n.º 15, pp. 39-52.

⁸⁶ WEHLER, Hans-Ulrich. Bismarck's Imperialism 1862-1890, *Past and Present*, [Em linha] Oxford, Oxford University Press, 1970, n.º 48, pp.119-155, [consult. 8 jul. 2017]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/650484>; WEHLER, Hans-Ulrich. Industrial Growth and Early German Imperialism. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds. *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 71-92, mas em especial p. 76.

⁸⁷ FERGUSON, cit. 73.

⁸⁸ ROBINSON, Ronald. Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 117-142.

⁸⁹ GARVEY, Marcus. *Selected Writings and Speeches of Marcus Garvey*, New York, Dover Publications, 2004.

⁹⁰ FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Letra Livre, 2015. (edição original, 1961).

informalismo da primeira metade do século XIX⁹¹, acabam por revelar um aspeto crucial para a economia da nossa pesquisa.

De modo mais abrangente, há ainda quem sublinhe a alteração do sistema internacional, com a passagem de um mundo unipolar de hegemonia britânica, para um outro multipolar, com a emergência de outras potências de 1ª grandeza, implicando a transferência das rivalidades políticas para o continente africano, também movidas pela crescente pressão das opiniões públicas e exponenciadas pelo fator tecnológico⁹².

A justificação para considerarmos importante fazer aqui esta enunciação tão simplista (ignorando a imensa literatura onde se valida e nega cada uma daquelas teorias) remete para o facto de, por via da perspectiva holística, não nos identificarmos com nenhuma daquelas aproximações, mas sermos obrigados a lidar com todas elas quando, ao nível do segundo plano da Teoria Geral, nos tivermos de ocupar com a dimensão política de criação dos objetivos enformadores da grande estratégia, podendo dar a sensação de alguma falta de espessura teórica.

O problema reside no facto de todas aquelas teorias, ao pretenderem explicar o fenómeno pela valorização de alguns dos seus aspetos particulares, desvalorizam ou desprezam muitos dos outros fatores e incorrem, por vezes, em generalizações redutoras. Mesmo a perspectiva da alteração sistémica, com a qual mais nos identificamos, não esconde uma certa hipervalorização política e diplomática aceitável, mas carente de outros aprofundamentos.

Na verdade, e, não obstante estarmos a pensar num fenómeno histórico curto, (pois se remetermos o seu início para antes da conferência de Berlim e o seu encerramento para a descolonização do pós «revolução portuguesa de abril», não falamos de mais de um século), ele foi complexo e variado, havendo espaços e momentos nos quais determinadas teorias fazem sentido, e outras não. Todavia, a solução não pode ser a de considerar uma espécie de teoria compósita, onde se resolvesse o problema, concedendo a mesma importância a todas aquelas motivações supra consideradas, por isso não corresponder à verdade dos factos. Assim, o melhor é evitar as generalizações e as esquematizações forçadas, olhando com atenção para diversos casos e as suas evoluções diacrónicas. É o que faremos, embora centrados nas relações entre a evolução dos princípios da grande estratégia e os seus reflexos nas políticas de defesa e segurança coloniais.

⁹¹ HODGKIN, Thomas. Some African and third world Theories of imperialism. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds. *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 93-116.

⁹² TELO, cit. 33, pp. 199-218.

Importa, ainda, colocar em cena os conceitos de colónia e colonialismo. O primeiro não escapa ao diagnóstico de Hannah Arendt, quando fala da «terrível confusão da terminologia histórica moderna»⁹³; mas, neste texto, remete apenas para a dimensão territorial. Por colónia, deve-se entender o território dominado por uma potência de outro continente, assim consubstanciando a noção de Império colonial. Contudo, não podemos ignorar o facto de, por motivos políticos, muitas vezes se preferir a sua substituição por terminologias mais inócuas, como províncias ultramarinas e que, no caso específico da Inglaterra, a distinção entre *self-governing colonies* e *crown colonies* remete para a política, mas não pode ser ignorada. As primeiras estão mais próximas da matriz grega, baseiam-se no povoamento e gozam de grande autonomia, acabando por se transformar nos domínios. As segundas são administradas por Londres, através de governadores nomeados para esse efeito e são muitas vezes designadas como *dependencies*.

Quanto à noção de colonialismo, em rigor, ela não é contemporânea dos acontecimentos por nós estudados, só tendo emergido no pós 2ª Guerra, para na linha do conceito de imperialismo, com o qual se acaba por identificar, caracterizar de modo crítico os mecanismos de dominação ocidental sobre as periferias africanas e asiáticas⁹⁴, falando, assim, do processo relacional, através do qual poderes exógenos impõem a sua visão do mundo, por meio de processos políticos, sociais e militares⁹⁵. Krishan Kumar defende mesmo que império, imperialismo e colonialismo são termos fundidos pelo uso e, por isso, muitas vezes utilizados de modo sinonímico (em particular os dois últimos)⁹⁶. Nessa sequência, o termo colonialismo, neste texto, apenas será utilizado em referências historiográficas, atendendo sempre aos quadros contextuais específicos da sua produção e considerando as anteriores escolas de pensamento referidas; ou então, quando apertamos a definição para abordar a distinção entre colonialismo formal ou informal.

⁹³ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, Lisboa, Edições D. Quixote, 2004, p. 172.

⁹⁴ Uma consulta ao *Ngram Viewer* do Google permite a seguinte conclusão: a frequência de utilização da expressão *Colonies/colonies*, em inglês, é muito elevada até 1914; no mesmo período *Colonialism/colonialism* quase não é utilizada. A partir de 1940, a tendência inverte-se: a utilização da primeira diminui e da segunda dispara. No essencial, a língua francesa acompanha a mesma tendência, embora *colonie* continue a ser utilizada com regularidade, no pós 2ª guerra mundial. *O Ngram Viewer* é uma ferramenta para contabilizar a frequência do uso das palavras utilizadas em livros publicados em inglês, espanhol, alemão, russo e italiano, entre 1500 e 2008. Apesar dos problemas técnicos no reconhecimento de alguns caracteres em textos do século XIX, o volume de dados trabalhados é tão impressionante que isto não afeta as conclusões.

⁹⁵ BARTH, Volker e Roland CVETKOVSKI. Introduction - Encounters of Empire: Methodological Approaches. Em: Volker BARTH e Roland CVETKOVSKI eds. *Imperial Cooperation and Transfer*, [Em linha]. London, New York, Bloomsbury Academic, 2015, p.6. [consult.10 jan. 2017] Disponível em: DOI [10.5040/9781474256100.0006](https://doi.org/10.5040/9781474256100.0006).

⁹⁶ KUMAR, cit. 74, pp. 46-47.

Esta última distinção é fundamental para nós, atendendo ao papel do dispositivo militar, na transposição de um estado para outro. A primeira conceção remete para os sistemas de domínio, preponderantes no período prévio à Conferência de Berlim, sustentando-se na ideia do domínio das rotas comerciais com base em alianças com povos nativos, sem necessidade de ocupação territorial extensiva e, por isso, sem grandes exigências ao nível dos dispositivos de segurança. Basta policiar os centros urbanos, os fortes da costa e por vezes controlar vias de penetração para o interior. Assim, e por oposição, o colonialismo formal seria marcado pela necessidade de ocupação efetiva, instalação significativa de população europeia, subjugação dos povos locais e instalação no território de mecanismos soberanos de aplicação da lei e cobrança fiscal que, associado a processos simbólicos de apropriação do espaço, também exigia a territorialização da força e, portanto, um poder militar significativo.

Contudo, há uma ressalva importante: é muito simplista acreditar que até aos anos oitenta do século XIX só vigoravam processos informais, abruptamente substituídos por mecanismos formais, os quais acabariam por se tornar exclusivos. Na verdade, aqueles processos foram simultâneos e marcados, na sua aplicação, pela diversidade espacial⁹⁷. Aliás, no caso específico português, a prática será quase sempre tributária da tentativa de conciliação daqueles dois mecanismos, e nem o intensificar das narrativas de ocupação esconde a ilusão informal sempre presente.

Resta agora esclarecer o que se entende por *small wars* e operações militares de imposição de ordem colonial, ideias, que neste momento, só fazem sentido numa explicação conjunta.

O conceito de guerra tem suscitado amplos debates e propostas de definição muito variadas⁹⁸; mas a noção de «estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para obtenção de fins determinados pela política»⁹⁹ parece-nos suficiente para o caso em estudo. Todavia, ao remeter para noções estatais, exige algumas considerações a propósito da utilização de conceitos como bando, estado e império, para descrever as mundividências políticas africanas.

Diga-se, à partida, que a generalidade das fontes consultadas utiliza aquela terminologia de forma mais ou menos mimética com as realidades ocidentais, não considerando os casos concretos e, por isso, acabando a sublinhar supostas deficiências. Isto é, como as situações reconhecidas no terreno não se identificariam com os modelos europeus, tratar-se-iam de

⁹⁷ CAIN, e HOPKINS, cit. 84.

⁹⁸ Ver: PROENÇA GARCIA, Francisco. *Da Guerra e da Estratégia. A nova Polemologia*, Lisboa, Prefácio, 2011. ISBN 9789896520519.

⁹⁹ BARRENTO, cit.70, p. 85.

entidades defeituosas. Na verdade, a linguagem europeia não é a mais adequada para descrever as realidades africanas, prestando-se a equívocos, motivo pelo qual se deve esclarecer muito bem o entendimento deste texto, a propósito de termos como bandos, reinos ou impérios, quando nos referimos aos povos do Sul de Angola.

Assim, por bandos deve-se entender grupos autónomos, muito pequenos, sem território definido, com estruturas políticas e sociais elementares, usualmente nómadas e com tecnologias de defesa rudimentares, como é o caso dos hotentotes. Por vezes, foram muito dinâmicos e, para superar as suas frequentes crises alimentares, recorriam a assaltos às caravanas comerciais europeias e à pilhagem de gado de outros povos africanos, assumindo, por isso, um papel geoestratégico relevante.

Estados são, aqui, realidades detentoras de estruturas políticas e sociais complexas, enquadramentos legais coerentes, territórios bem definidos (mesmo quando móveis) e forças de segurança estruturadas, como é o caso dos ovambos, em geral, e dos cuamatos, em particular.

Por império, entendemos vastas extensões territoriais, com diversas realidades étnicas, dominadas por um poder político mais ou menos centralizado, como os cuanhamas, onde a descentralização do poder era bem superada pela aposta consistente nos laços de solidariedade, como forma de manter os múltiplos sóbetas numa posição de efetiva dependência do soba principal. Este garantia o controlo dos recursos económicos e humanos e liderava a definição das políticas de defesa.

Ao longo do período em estudo, estas estruturas não se mantiveram estáticas, foram evoluindo em função das relações estabelecidas com os poderes europeus, às vezes por via da resistência, muitas vezes por via da imposição, outras ainda por consequência das tentativas de algum mimetismo; contudo, face a estas características, considero apropriado utilizar o conceito de guerra para descrever os contactos agónicos entre estes povos e as forças militares portuguesas.

Ao mesmo tempo, é útil estabelecer uma distinção entre guerra e estado de guerra, para que com esta última expressão possamos admitir uma situação de não existência imediata de violência, remetendo para uma condição social e política que afeta a vida de todos os que foram ou sentem poder vir a ser afetados pela guerra em si. Esta especificação é relevante pois, no espaço e tempo apreciados, mesmo quando não há guerra, há estado de guerra.

A adoção, neste estudo, daquelas definições genéricas não inviabiliza o facto de nem sempre estarmos a falar da mesma coisa, pois encontramos confrontações de grande escala, mobilizando centenas de homens, ao longo de vários meses, implicando planeamentos elaborados com a colaboração dos patamares políticos metropolitanos e coloniais, ações

combinadas da Marinha e diversas tipologias de forças terrestres que, em determinados momentos se trataram de campanhas de conquista territorial e noutros de meras ações de punição ou exibição de força. Ao mesmo tempo, deparamos com inúmeros pequenos conflitos: ações de patrulhamento, captura de líderes revoltosos, massacres, rixas ou ações de tipo policial, onde o planeamento esteve ausente e a afetação de tropas foi mínima. Deparamos, também, com combates em campo aberto, outros em altura, em margens de rios peçados de atoleiros, penalizadores da ação de tropas a cavalo, ou em bosques cerrados de visibilidade nula, enfrentando adversários bem armados e com experiência de combate ou, então, grupos desesperados a lutar pela vida.

Todavia, em toda esta diversidade confrontacional parece existir uma constante óbvia, o seu caráter assimétrico e outra menos óbvia, a oposição entre forças regulares e irregulares. Menos óbvia pois, não raras vezes, as tropas portuguesas depararam-se com forças que, não obstante o fosso tecnológico e os seus modos peculiares de combate, poderiam ser caracterizadas como *quase-exércitos*.

De qualquer maneira, aqueles dois fatores identificam-se com os elementos isolados por C.E Callwell (1859-1928)¹⁰⁰, para dar consistência ao seu conceito de *small wars*, o qual nos surge, assim, como o mais apropriado para, em termos genéricos, caracterizar o nosso objeto de estudo e, deste modo, circunscrever um pouco mais o conceito de guerra aqui aplicável.

Na verdade, as designações coevas para estas operações militares raramente se valiam da expressão guerra, preferindo termos como «ações», «expedições», «expedições punitivas», «operações», «operações de polícia», «campanhas», «resposta a revoltas ou levantamentos».

Como se entendia estar a lidar com bandidos importava pô-los na ordem, não se lhes reconhecendo qualquer intuito político ou de cariz protonacionalista; contudo deve-se ter presente que muitas das ações percecionadas pelas estruturas de poder colonial, como manifestações de pura criminalidade, na realidade eram vistas, por quem as praticava, como formas de resistência política, enquadráveis no conceito de banditismo social, de acordo com a tipificação proposta por Eric Hobsbawm¹⁰¹. Na verdade, mesmo nas situações de roubo de propriedades, gado, assaltos a caravanas e atentados à integridade física dos europeus, o não acatamento dos normativos legais exógenos, remete para a problematização dos laços de dominação de tipo colonial e, neste sentido, toda a violência é anticolonial, mesmo quando não

¹⁰⁰ CALLWELL, C.E., *Small Wars, Their Principles and Practice*, London, General Staff-War Office, 1906, p. 128.

¹⁰¹ HOBBSAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p. 15.

proto nacionalista, porque se ergue contra um domínio estranho, não reconhecido, nem entendido e não se levanta contra qualquer tipo de poder político originário.

Deste modo, como o racional subjacente às ações das forças de segurança portuguesas era a ideia de imposição de um contexto duradouro de paz, identificado com a aceitação da ordem colonial, toda aquela diversidade agónica acabará por ser abrangida pela ampla cobertura do conceito de «campanha de pacificação». Este conceito, que sendo contemporâneo (e transversal às potências coloniais), acabou por se impor na gramática dos próprios investigadores, levanta uma dificuldade resultante do seu posicionamento ideológico muito determinado, pois, ao remeter todas aquelas ações táticas para um paradigma de segurança interna, obscurece as vertentes de conquista e imposição de um poder soberano, estranho às sociedades africanas, até então independentes. Por esse motivo, consideramos ser conveniente a substituição da expressão «campanhas de pacificação» por uma outra menos determinada em termos ideológicos, propondo utilizar, neste texto, o conceito de «operações militares de imposição de ordem colonial» que, enquadrado na espessura conceptual das *small wars*, é entendido como todo o conjunto de operações assimétricas, através das quais uma potência estrangeira pretende impor o domínio sobre um povo de outro continente, esquecendo o número de vítimas e o estatuto político das comunidades a subjugar. Trata-se, assim, de uma expressão mais neutra e capaz de albergar ações agónicas com tipologias diferenciadas e, portanto, com diferentes exigências estratégicas, operacionais e táticas, mas que para a sua concretização não dispensa a ocorrência de violência armada organizada, onde as partes envolvidas sejam de tipo estadual, de acordo com o supra estabelecido, excluindo manifestações de violência individual¹⁰².

Quanto aos termos «nativo» e «indígena», neste texto, eles são encontrados como sinónimos, respeitando as definições aceites pela Organização das Nações Unidas e remetem para os povos africanos negros que, na sua continuidade histórica, desenvolveram uma identidade cultural, social e jurídica própria, anterior aos processos de colonização ocidental. Tratando-se de uma definição muito abrangente, obscurece as particularidades étnicas e políticas e, por isso, o texto, quando oportuno, recorre a identificações mais finas como

¹⁰² O conceito inspira-se na expressão «campanhas de construção de uma nova ordem soberana», proposta por FERNANDES, Paulo Jorge. O fim do Império Virtual. A África Oriental portuguesa e as representações do domínio colonial na metrópole (1878-1898), em A. NASCIMENTO, A. ROCHA, e Eugénia RODRIGUES, eds. *Moçambique: relações Históricas Regionais e com Países da CPLP*, Maputo, Alcance, 2011, pp. 83-107, mas considera relevante enfatizar a dimensão colonial. Aida Freudenthal é mais incisiva e propõe a substituição de «campanhas de pacificação» por «campanhas de ocupação», FREUDENTHAL, cit.6, p. 268. A proposta, aqui apresentada, é menos prática, mas parece mais capaz de abranger tipologias diversificadas de ação, mesmo quando no limite todas elas concorram para um processo de dominação e ocupação exógena.

cuamatos ou cuanhamas, por exemplo, não esquecendo, no entanto, tratarem-se estas de expressões ocidentais, resultantes de simplificações linguísticas, adaptadas da oralidade dos povos em causa. Aliás, não são raras as fontes portuguesas a utilizar grafias distintas para identificar os mesmos povos.

1.5 Notas sobre Fontes e Bibliografia

Para responder às várias questões suscitadas, deu-se primazia ao estudo de fontes primárias. Tal facto sustenta-se em três motivos: a preponderância dada à metodologia histórica assente na interpretação crítica e na análise dos documentos; a necessidade de aquisição de fundamentos genéticos, para melhor interrogar a documentação bibliográfica, por natureza interpretativa, mas condicionada por posicionamentos ideológicos e metodológicos contextuais e, por fim, a utilização de algumas fontes arquivísticas que, não sendo desconhecidas, merecem ser melhor exploradas.

Neste sentido, assumiu particular destaque o estudo dos fundos dos Arquivos Histórico Militar (AHM), Histórico Ultramarino (AHU), Histórico Parlamentar (AHP), Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE) e Histórico da Marinha (AHMarinha).

No AHM, consultaram-se ofícios, códices, relatórios militares e civis, relatos de viagens, mapas estatísticos, ordens de serviço, relatórios de diversos tipos, operações de guerra, autos de vassalagem, telegramas, ocorrências criminais, atas diversas, procurações, projetos de obras públicas e privadas, para além de processos individuais de militares, no sentido de, pela análise biográfica, nos aproximarmos dos tipos de liderança e dos seus efeitos no desenrolar das operações. Também se estudou a correspondência, na medida das possibilidades da recolha, pois, neste contexto, onde a dimensão espaço/tempo se assume como fator adverso, ela garantia as principais formas de contacto entre as lideranças políticas e as lideranças operacionais, não obstante o telégrafo e o telefone terem começado a ganhar importância.

De particular utilidade foi a documentação trabalhada no AHU e referente à ação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, desde a época de Sá da Bandeira, permitindo identificar a continuidade de muitas das linhas de força da estratégia colonial portuguesa e estudar diversos projetos de reforma da tropa. A maioria destes projetos não teve qualquer tipo de aplicação prática, mas os diagnósticos apresentados, ao sublinharem características quase perenes da orgânica da força armada afeta ao ultramar, foram relevantes para responder a questões referentes ao segundo plano da teoria, nomeadamente a propósito das relações entre homens no terreno e patamares de decisão estratégica, em matérias como as manchas territoriais

de ocupação e a disponibilização de recursos humanos. Sobre este último propósito, foram muito esclarecedores as dezenas de mapas de pessoal consultados, para todos os distritos de Angola, que identificam as unidades e respetivos quadros orgânicos previstos. Ainda se encontrou documentação importante para o estudo do relacionamento entre militares europeus e africanos e para uma análise da colonização presencial, no Sul de Angola.

Por seu turno, na consulta do AHP, contemplou-se a investigação de todas as sessões das Câmaras dos Deputados e dos Pares do Reino, referentes ao período abrangido no estudo, e as sessões da Assembleia Nacional Constituinte e do Congresso da República até 1915, permitindo trabalhar os aspetos relacionados com a ligação entre o político e o militar. Não obstante as publicações dos *Diários da Câmara dos Deputados* e dos *Dignos Pares do Reino* se encontrarem digitalizadas, os instrumentos de procura disponíveis não permitiram dispensar a leitura presencial destes documentos que, nalguns casos, foi feita, com benefício, na Biblioteca Nacional de Portugal (BN), porque, no AHP, as publicações mais antigas não apresentam índice, ao contrário dos exemplares depositados na instituição do Campo Grande¹⁰³.

Neste sentido, aceitamos as ideias de Silveira Pereira¹⁰⁴, a propósito do rigor dos diários parlamentares. Em princípio, e de modo a esvaziar as transcrições divulgadas pela imprensa, muitas vezes truncadas por motivos ideológicos, os textos oficiais registavam com exatidão os discursos e as questões dos deputados¹⁰⁵, embora as matérias referentes à política de defesa, por virtude do secretismo de muitas delas, nem sempre fossem referenciadas nos diários das sessões, para além de ser muito evidente um predomínio dos debates relacionados com temas diplomáticos, económicos e administrativos.

Para além disso, também importa não esquecer a posição secundária do Parlamento, face ao poder executivo, no decurso da Monarquia Constitucional, quando este apresentava a prerrogativa de legislar no intervalo das Cortes, situação por vezes prolongada por grandes

¹⁰³ É o caso dos exemplares referentes aos anos de 1889, 1890 e 1907.

¹⁰⁴ SILVEIRA PEREIRA, Hugo. Debates Parlamentares como fonte histórica: Potencialidades e limitações, *Historiæ*, [Em linha], Rio Grande, 2017, 8 (1), p. 32, [consult. 2 mai. 2019]. Disponível em PDF <https://www.researchgate.net/publication/324080885>; TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa, Portugal, 1965, pp. 175-176.

¹⁰⁵ Em matéria de pormenor, esse rigor podia ser afetado no referente aos discursos e debates, porque as más condições de som do Parlamento, as constantes interrupções e a falta de capacidades vocais de alguns parlamentares dificultavam o trabalho dos taquígrafos. De qualquer dos modos, a prática de pedir aos oradores para procederem à revisão dos seus discursos, antes de publicação, atenuava alguns destes problemas, embora pudesse acrescentar outros, como a introdução de ideias não apresentadas no decorrer da sessão. SILVEIRA PEREIRA, cit. 104, pp. 32-35. Aquele último ponto desvirtuava o ocorrido nos trabalhos, mas não o pensamento do orador, por isso, e para os nossos propósitos, não o consideramos muito relevante. No respeitante aos trabalhos das comissões e aos textos legais, esta questão, não se coloca.

temporadas do ano político¹⁰⁶, o que pode levantar algumas questões a propósito da efetiva utilidade de estudar estas fontes. Contudo, como recorda Teresa Rodrigues: «Mesmo sem ser fulcral para a decisão final, o parlamento foi o local de debate, de construção de opinião e onde a decisão era formalmente tomada»¹⁰⁷, ali se apresentando muitos planos e propostas, muitas avaliações de riscos, ameaças e potencialidades, revelando interesses e perspetivas diversificadas, assumindo, por isso, uma posição merecedora de estudo, quando se pretende averiguar a definição dos grandes objetivos estratégicos para África.

No AHMNE, assumiu-se como motivo de particular interesse, o examinar dos *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas* e o rico espólio de Batalha Reis, constituído por correspondência diversa, relatórios, mapas e outra documentação, referente a vários acontecimentos atinentes ao sertão africano, no período entre 1888 e 1895.

O AHMarinha foi importante, porque aí se apreciou a documentação referente às Estações Navais de Angola, em particular a correspondência entre os governadores e os comandantes navais, e entre estes e o Ministério da Marinha. De realçar, não só as solicitações de recursos humanos e pedidos de proteção naval, por parte de interesses comerciais e autoridades locais, relatórios variados, mapas de forças com discriminação da evolução da quantidade de navios e respetivas guarnições desde 1843, notícias de disputas territoriais, pedidos de rendição de navios, mantimentos e sobresselentes, documentação avulsa sobre as relações entre os colonos e os marinheiros e entre estes e as tropas terrestres; assim como notícias sobre os contactos entre a Armada e as empresas de navegação, e o papel dos navios, na repressão do contrabando, na manutenção da ordem pública e no assegurar do bom funcionamento do serviço de correspondência.

Na sua esmagadora maioria trata-se de uma documentação de cariz oficial, e até mesmo as memórias de combatentes são muito raras, destacando-se, neste particular, os textos de David Lima e Velloso de Castro¹⁰⁸, referentes à campanha dos cuamatos de 1907, primeira a ter cobertura jornalística no terreno.

¹⁰⁶ Esta faculdade foi concedida ao executivo, por via do artigo 15º do primeiro ato adicional de 1852. No ponto 3 deste artigo, afirmava-se a exigência de, quando as cortes reabrissem, o Governo lhes submeter de imediato as providências entretanto tomadas, mas, na verdade, esta prática foi caindo em desuso.

¹⁰⁷ RODRIGUES, Teresa. *O Brasil no discurso parlamentar português, 1836-1889*. Lisboa, Assembleia da República, 2002, Coleção Portugal e o Brasil.

¹⁰⁸ LIMA, David Martins. *A campanha dos Cuamatos contada por um soldado expedicionário*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1908; CASTRO, Velloso de. *A campanha do Cuamato em 1907. Breve narrativa acompanhada de fotografias*, Luanda. Imprensa Nacional, 1908.

Sendo importante o estudo atento da imprensa, exploraram-se os catálogos da BN e da Hemeroteca Municipal de Lisboa, com o propósito de perceber as modalidades de receção, em Portugal, das notícias provenientes de Angola sobre as motivações dos militares, seus objetivos operacionais, dinâmicas e resultados.

Ainda no concernente às fontes periódicas, estudou-se a *Revista Militar* que, como consequência da sua longevidade, foi útil como fonte e como fornecedora de estudos bibliográficos, os *Diários do Governo*, as coletâneas legislativas dos *Boletins do Conselho Ultramarino*¹⁰⁹ e do *Boletim Militar do Ultramar*¹¹⁰, publicado entre 1878 e 1910. Neste último, estudaram-se todas as cartas de lei, decretos, portarias, avisos régios e circulares, colocações, transferências, licenças e concessão de condecorações, referentes à força armada das províncias ultramarinas e do regimento de infantaria do ultramar. Após a instauração da República, esta publicação foi substituída pelo *Boletim Militar das Colónias*, cuja publicação cessou em 1943 e se analisa até 1915.

Em síntese, nestas pesquisas arquivísticas favoreceu-se a análise documental para identificar as tipologias de forças empenhadas nas operações, o desenvolvimento operacional, o conhecimento das lideranças portuguesas sobre o terreno e as gentes, avaliando-se, igualmente, os mecanismos de relacionamento entre os militares e as forças civis, europeias e nativas, assim como os fluxos comunicacionais ao longo da hierarquia estratégica.

Atendendo à quase inexistência de fontes exteriores às estratégias de propaganda de alguém, tomaram-se cuidados redobrados de acordo com a metodologia histórica, procurando sempre enquadrar e contextualizar, atendendo ao contraditório e sem se desprezar a intuição, recorrendo-se a uma vasta bibliografia composta por estudos, monografias e obras de referência nacionais e internacionais.

¹⁰⁹ Para tal recorre-se aos trinta e oito volumes do *Boletim do Conselho Ultramarino (BCU)*, onde se encontra publicada e coligida toda a legislação referente ao ultramar neste período.

¹¹⁰ Início de publicação decretada no *BCU-1875 a 1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, p. 633.

2. OS CASOS INGLÊS, FRANCÊS E ALEMÃO

O nosso objeto de estudo encontra-se definido e remete para o caso português. Porém, para contextualizar as soluções encontradas em Portugal, consideramos útil assinalar algumas das características mais relevantes dos projetos coloniais ingleses, franceses e alemães, para averiguar a relação aí estabelecida entre a grande estratégia e as políticas de defesa coloniais, surpreendendo os modelos de organização estabelecidos e os processos de coordenação encontrados, de modo a fazer chegar ao terreno os *inputs* da política.

Assim, neste capítulo, e para cada um dos casos em estudo, começarei por conceder atenção ao segundo plano da teoria, a respeito da ligação entre a política e o terreno, ou seja, da coerência entre os objetivos estratégicos, as soluções encontradas e as relações no seio da hierarquia estratégica, tomando em consideração a diversidade diacrónica (atendendo à evolução cronológica do informal para o formal) e espacial (atendendo às especificidades muito próprias de cada unidade imperial e das suas partes constituintes).

Este propósito, adequado aos princípios teóricos e metodológicos sistémicos perfilhados, obriga a convocar a História política e as teorias realistas das Relações Internacionais, tal como enquadramentos provenientes do conhecimento estratégico. Da primeira, adotam-se processos conducentes à compreensão da diacronia; das segundas, a valorização de uma análise centrada no Estado, deixando para a estratégia a análise dos procedimentos de seleção e aplicação dos instrumentos conducentes à obtenção dos objetivos definidos pelos patamares políticos, em contextos de conflitualidade.

2.1. O caso inglês

Nos finais do século XIX, Charles Dilke (1843-1911) e Spenser Wilkinson (1853-1937), preocupados com as ameaças à hegemonia inglesa, provenientes da mudança do equilíbrio de poderes, decorrentes da alteração do sistema internacional e do perigo russo na fronteira da Índia e noutros pontos nas rotas estratégicas para Leste, proclamaram a necessidade urgente de uma conexão entre as políticas de defesa coloniais e metropolitanas¹¹¹, inspirando autores, como Leopold Amery (1873-1955), a exigirem o desenvolvimento de uma Marinha eficiente e de um Exército capaz de proteger as fronteiras, mas sobretudo a criação de mecanismos de coordenação entre ambos, num contexto de forças armadas unificadas, sustentadas pelos proventos

¹¹¹ DILKE, Charles. *Imperial Defence*, London and New York, MacMillan and Co., 1892.

resultantes de um Império em crescimento¹¹². A concretização destes princípios não foi linear, tendo suscitado muitos debates e polémicas, mas, em 1921, Charles Lucas encontra aqui a afirmação de um propósito de construção de um sistema integrado de defesa das ilhas britânicas, dos territórios ultramarinos e das ligações comerciais e estratégicas entre eles, onde no essencial se preconizava o termo das lógicas de defesa prevalecentes durante boa parte do século XIX.

Na sua tese de doutoramento, Donald M. Schurman¹¹³, conceptualiza esta transformação, estabelecendo uma distinção entre *Colonial Defence* e *Imperial Defence*, em que estes conceitos significam, respetivamente:

- Uma noção de defesa individualizada, adaptada e autónoma de cada parcela territorial, sem ter que evidenciar uma ligação imediata com a grande estratégia imperial;
- A consolidação de estratégias globais, centralizadas, com reforço dos mecanismos de cooperação entre diversos patamares da hierarquia político-estratégica, exigindo mecanismos de coordenação entre forças de diversas procedências e tipologias, com particular incidência na necessidade de complementaridade entre a Marinha e o Exército.

O primeiro conceito teria caracterizado o período informal, e o segundo, os processos de formalização, mas, o processo de mutação teria sido lento e marcado por hesitações, não se podendo acreditar na pulverização dos princípios estruturantes da primeira fase, como uma espécie de nuvem ligeira empurrada pelo vento. Na verdade, aqueles princípios foram permanecendo, enquanto convenientes a diferentes interesses políticos e económicos, contaminando e condicionando as novas narrativas imperiais.

Sendo óbvia a espessura holística da ideia de *Imperial Defence*, o nosso estudo do caso inglês estrutura-se na apreciação do seu desenvolvimento e transformação, atendendo às consequências concretas da sua implementação, no que respeita às dinâmicas de organização e de consolidação de processos de ligação, ao longo dos diversos patamares da hierarquia estratégica. Assim, começamos por apresentar as características nucleares das políticas de defesa coloniais, referentes ao continente africano até aos anos de 1880 para, de seguida, entendermos

¹¹² AMERY, Leopold. *Imperial Defence and Nacional Policy*. Em: Charles SIDNEY GOLDMAN ed. *The Empire and the Century: A series of Imperial Problems and Possibilities by various Writers*, London, E.P. Dutton and Co., 1905, pp 174-196.

¹¹³ SCHURMAN, Donald M. *Imperial Defence, 1868-1887*, London, Frank Cass Publishers, 2000. (Edição revista da tese de doutoramento defendida em 1955 na Universidade de Cambridge).

a erupção de fatores que terão impulsionado a sua transformação em direção a um sistema de traços holísticos, o qual caracterizamos nas suas dimensões organizacionais.

2.1.1. Colonial Defence

Nos finais do século XVIII, a Grã-Bretanha possuía vinte e dois territórios ultramarinos¹¹⁴ na sua órbita; em 1820 passaram a trinta e quatro, e duas décadas mais tarde ascenderem a quarenta e cinco¹¹⁵, divididos em três grandes realidades territoriais: o subcontinente indiano, as *self-governing colonies*, algumas das quais irão obter o estatuto de domínios¹¹⁶ e as *crown colonies*¹¹⁷, todas elas com as suas especificidades políticas e administrativas e dispositivos de defesa muito próprios.

Ao entrarmos na centúria de oitocentos, nem todas aquelas regiões se assumiam como vitais para os interesses britânicos, então mais centrados no continente americano (por via da recuperação das ligações económicas com a América do Norte), nas regiões do Pacífico (onde a presença europeia era cada vez mais intensa na australásia) e, sobretudo na Índia, elevada a uma posição vital para a economia inglesa. Logo, a necessidade de garantir as condições de sustentação deste Império comercial assumia-se como prioritária, obrigando a uma especial

¹¹⁴ Como consolidação das consequências da guerra dos sete anos (1756-1763), a Grã-Bretanha aumentara os seus territórios coloniais com a ocupação de Santo Domingo e das Guianas Holandesas e desalojara Paris e os seus aliados holandeses e espanhóis de vários pontos estratégicos espalhados pelo globo. Alguns destes serão restituídos, em sede de acordos de paz, mas nem todos. Depois, no decurso das guerras napoleónicas, a Grã-Bretanha adiciona ao seu Império a ilha de Malta, Tobago, Sta. Lúcia, as Maurícias, Ceilão e o Cabo.

¹¹⁵ Dados em BURROUGHS, Peter. *Defence and Imperial Disunity*. Em: Andrew PORTER ed. *The Oxford History of The British Empire*, v. III, Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 320-344.

¹¹⁶ Trata-se do Canadá (domínio a partir de 1867), da Austrália (1901), das ilhas da Nova Zelândia (1907) e da União Sul Africana (1910). Para facilitar a narrativa, utilizamos aqui a designação Canadá, mas não existiu um governo das possessões britânicas da América do Norte como um todo, até 1867, quando se deu a confederação dos territórios do Alto e Baixo Canadá (Ontário e Quebeque), Nova Escócia, e Nova Brunswick. Em 1870, Manitoba e os Territórios do Noroeste, incluindo as futuras províncias de Yukon, Alberta, Saskatchewan e Nunavut, foram integrados no Domínio, tal como irá acontecer com a Columbia Britânica e a Ilha do Príncipe Eduardo, um e três anos depois. Já a Terra Nova (Newfoundland), a mais antiga colónia na região, manteve-se como um governo autónomo até 1949, quando passou a fazer parte do Estado do Canadá. Na Austrália, Nova Gales do Sul foi fundada como colónia penal em 1788, a Tasmânia em 1825, Western Austrália em 1829, Victória e South Austrália em 1835. Em 1850, Tasmânia, Victória e South Austrália receberam direitos completos de *self-government* e, em 1843, Queensland, no Norte, separou-se de Nova Gales do Sul. As ilhas da Nova Zelândia foram exploradas pelo Capitão Cook, logo em 1773, mas só a partir de 1839 começaram a ser ocupadas de modo permanente. Os conflitos com as populações Maori irão perdurar durante muitas décadas, mantendo grande pressão sobre as questões de defesa e segurança interna.

¹¹⁷ Territórios administrados por governadores nomeados por Londres, englobavam as zonas costeiras africanas, as estações navais, as colónias penais e as guarnições militares instaladas em Malta, Gibraltar, Bahamas, Bermudas, Malvinas, Hong Kong e Santa Helena.

atenção com a defesa das rotas para o oriente, como a longa rota do cabo, a perigosa rota do levante, através do deserto da Síria, passando os rios Tigre e Eufrates e, antes de 1869, a rota terrestre do Suez, passando por Alexandria, Cairo e depois pelo Mar Vermelho, infestado de piratas¹¹⁸.

Mas, a primazia em termos de política de defesa encontra-se na Europa. O fundamental é defender o Canal da Mancha, perante a ameaça de possíveis invasões de rivais europeus, manter a hegemonia nos mares e assegurar a manutenção dos equilíbrios continentais, resultantes do Congresso de Viena, impedindo a supremacia de qualquer potência continental.

Todavia, aquele foco na Europa, no continente americano e na Índia, não significa menor atenção pelos espaços africanos, pois, apesar da sua marginalidade e da permanência de lógicas de exploração, não integradas nas novas realidades do comércio global em consolidação, já lá se podiam identificar objetivos de alguma relevância para a grande estratégia britânica, no Egito, na Gâmbia, no Cabo, em Zanzibar e no Mar Vermelho, pontos estratégicos para a defesa das rotas para a Índia e para a contenção das pressões francesas, e, também, na Serra Leoa, Costa do Ouro e nas terras da futura Nigéria, onde as potencialidades económicas despertavam alguns interesses. Por estes motivos, as lógicas de *Colonial Defence*, então vigentes, com a sua escassa sofisticação teórica e a ausência de documentos escritos não deve ser confundida com a inexistência de um pensamento estratégico, pois mesmo sendo informal esse existe, considerando aquelas potencialidades geoestratégicas e económicas do continente africano, refletindo sobre os modos adequados de o defender, no quadro de uma lógica de *free trade* e colonialismo informal.

Em concreto, até finais dos anos de 1860, a grande estratégia para África encontra-se dependente da capacidade de pressão circunstancial de interesses específicos de grupos económicos, dos movimentos anti esclavagistas e dos setores políticos liberais e, por isso, os modos de administrar a defesa resultam do encontro entre os interesses, as realidades materiais e ideológicas e a marginalização sistémica.

Se o grau de maturidade dos interesses económicos em África se encontrava então muito longe do verificado em períodos posteriores, como demonstram Cain e Hopkins¹¹⁹, no âmbito do seu conceito de *gentlemanly capitalism*¹²⁰, sendo, por isso, limitada a sua capacidade de

¹¹⁸ HARCOURT, Freda. The High Road to India. The P&O Company and the Suez Canal, 1840-1874, *International Journal of Maritime History*, [Em linha]. 2010, v. 22, n° 2, 19-72 [consult. em 12 set. 2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/084387141002200203>.

¹¹⁹ CAIN e HOPKINS, cit.84.

¹²⁰ Cain e Hopkins consideram que da convergência de interesses entre grandes proprietários rurais e capitalistas financeiros emergiu um novo tipo social, os *capitalistas cavalheirescos* (minha tradução),

condicionar os patamares superiores da hierarquia estratégica, isso não impediu alguns grupos, ligados ao tráfico negreiro ilegalizado ou às novas possibilidades do mercado de matérias primas, de exercer pressões sobre os patamares políticos, por via de exigências, ao nível da segurança das rotas, das pessoas e dos produtos.

Com efeito, encontrando-se muitas vezes organizados em companhias mercantis, estes interesses económicos obrigavam a assegurar a proteção das suas infraestruturas em terra, constituindo corpos policiais e paramilitares próprios. Como estes implicavam despesas consideráveis, as companhias tentavam transferi-las para os cofres públicos, reclamando atuações políticas, não limitadas à proteção das rotas marítimas e materializadas na implementação de infraestruturas continentais e na disponibilização de recursos humanos.

Já a propósito das movimentações anti esclavagistas, de relevo crescente no jogo político interno, verifica-se uma pressão gradual no sentido da intensificação do controlo, perseguição e apreensão dos navios negreiros, em paralelo com reivindicações de apropriações territoriais para instalar os libertos e de agilização de procedimentos efetivos para quebrar os fluxos africanos de abastecimento.

Na prática, estas duas sensibilidades, com objetivos diferentes, reuniam-se na exigência por mais recursos financeiros e humanos para a defesa e segurança africana, mas também pelo facto de, por norma, não fazerem acompanhar as suas reivindicações de qualquer tipo de pensamento estratégico articulado, no sentido de um pensamento abrangente e projetado no tempo.

O posicionamento liberal, por seu turno, é mais complexo de esquematizar. Tratando-se de uma amálgama de visões filosóficas, políticas e económicas, expressas em entendimentos diversos do mundo e da sociedade, as suas visões sobre o Império são arreadas a quaisquer tentativas simplistas de sistematização. Porém, parece ser possível concordar com Duncan Bell¹²¹, quando rejeita as virtudes analíticas de abordagens teóricas, assentes numa divisão maniqueísta entre liberais contrários à ideia imperial, por a considerarem inconciliável com o seu ideário, e liberais apologistas do Império, visto como inerente à própria ideologia e meio preferencial de difundir as liberdades e a civilização ocidental, de modo pacífico e assente no comércio livre.

correspondendo a uma espécie de fusão entre os ideais aristocráticos mais tradicionais, ligados ao mundo rural, e os interesses dos financeiros ligados à cada vez mais poderosa *City* londrina. Com proveitos económicos no ultramar teriam capacidade de influenciar o poder político, no sentido da defesa dos seus interesses.

¹²¹ BELL, Duncan. *Reordering the World: Essays on Liberalism and Empire*, Princeton, Princeton University Press, 2016, pp. 21-22.

Bell não considera nenhuma destas opções muito relevante em termos operativos, porque existindo, foram de pouca eficácia na sua capacidade de intervenção política concreta. Na verdade, a posição liberal maioritária terá sido uma espécie de espectro flutuante, em torno da ideia de rejeição, olhando com pouca simpatia para o Império (e nenhuma para o imperialismo), mas não defendendo o seu abandono. E mesmo quando se encontravam ausentes das estruturas do poder, quando era mais fácil o patrocínio das ideias de separação¹²², acabavam por aceitar o abandono teórico do Império (ou suas partes), mas por norma acrescentavam a impossibilidade prática de o fazer, por motivos de honra e prestígio.

No entanto, isto não invalida a possibilidade de fazer uma distinção entre os posicionamentos liberais prévios e posteriores à década de 1870. No primeiro momento, contentavam-se em manifestar o desejo pela contenção dos abusos diagnosticados nas terras ultramarinas e pelo incentivar de práticas de autogoverno; depois, e preocupados com o acentuar dos posicionamentos jingoístas e incentivados pelo desastre de Isandlwana, radicalizaram o seu discurso, sendo disto exemplo, as posições assumidas pelo liberal radical John Bright (1811- 1889), membro da Câmara dos Comuns entre 1843 e 1889. Fazendo a apologia do comércio livre e da moralização da prática política, ele não encontrava qualquer justificação para a existência do Império, a não ser o mero orgulho¹²³, motivo incapaz para legitimar qualquer sacrifício fiscal em armas e navios¹²⁴, ainda para mais quando os meios existentes, segundo afirmava, já excediam o dobro dos necessários¹²⁵.

Esta linha de pensamento, não intervencionista, seria influente na ação política de William Gladstone¹²⁶ (1809-1898), primeiro ministro de quatro governos liberais (1868/74, 1880-85, 1886, 1892-94) e defensor da contenção nos custos com a defesa colonial e de uma maior responsabilização da periferia pela gestão financeira da sua segurança, num contexto de aprofundamento do autogoverno.

¹²² Irão dar origem ao movimento dos *Little Englanders*.

¹²³ STURGIS, James Laverne. *John Bright and the Empire*, London, University of London, 1969, p. 83.

¹²⁴ BRIGHT, John, *Selected Speeches of The Right Hon. M.P., on Public Questions*, [Em linha] London, Everyman's Library, 1907, [consult. 10 ago. 2017]. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/bright-selected-speeches-of-the-rt-hon-john-bright-m-p-on-public-questions>.

¹²⁵ STURGIS, cit. 123, p. 83.

¹²⁶ Foi deputado durante 63 anos e líder do Partido liberal por mais de 26 anos; para além de ocupar a chefia do governo foi *Chancellor of the Exchequer* por quatro ocasiões (1852-1855; 1859-1866; 1873-1874 e 1880-1882) nas duas últimas em acumulação com a chefia do gabinete, nunca revelando grande interesse pelo Império e pugnando quase sempre por políticas de grande contenção orçamentalem matérias de defesa e segurança.

Não obstante a falta de consistência teórica deste liberalismo político, parece haver um ponto comum, para lá do livre comércio: a necessidade de contenção de gastos e a primazia da questão orçamental, face às questões políticas. Nada, no Império, justifica o castigo fiscal em casa e isso é relevante nos domínios da defesa e da segurança, realidades consideradas como passíveis de ser asseguradas de modo barato, apelando à partilha de despesas com a periferia.

As características do sistema eleitoral britânico, até ao final da década de 1860, ao excluírem da capacidade eleitoral a quase totalidade das classes populares, facilitaram a manutenção de uma visão aristocrática do Império, mais romantizada e carregada de imagens de heroísmo e, por isso, menos pragmática e economicista; mesmo antes da generalização da capacidade eleitoral, aquela preocupação com a contenção orçamental acabou por ganhar destaque, até porque também nunca foi estranha aos políticos conservadores e mais apologistas do Império, expresso na ideia da *Grande Inglaterra*.

Estas realidades (pressões, por vezes contraditórias, de interesses económicos, humanitários, estratégicos e orçamentais) somaram-se a um contexto político europeu, favorável à neutralização diplomática do ultramar, à distância e correlativas dificuldades de comunicação, às doenças, ao clima, à topografia, ao desconhecimento do terreno, à inferioridade de recursos humanos, à paridade tecnológica com os africanos, à reduzida conflitualidade *on the spot*, ao facto da influência árabe ainda não ser percecionada como perigosa para os interesses vitais de Londres, (apesar de já ser significativa em diversas regiões subsarianas, por via do seu controlo de muitas das principais rotas do tráfico negreiro e da expansão do islamismo nas regiões mediterrânicas do continente e do Golfo da Guiné¹²⁷), para originar uma *praxis* de defesa e segurança colonial sustentada em visões minimalistas.

Isto é, como a grande prioridade era a defesa da Inglaterra contra potenciais ameaças de invasões estrangeiras, o grande objetivo em relação aos territórios periféricos passava pelo desejo de uma defesa autónoma, sem qualquer tipo de preocupação em encontrar sinergias globais e, por isso, sem grandes preocupações de coordenação estratégica central, valorizando o *soft power* diplomático e o poder naval, permitindo uma escassa afetação de pessoal metropolitano e a falta de interesse em estabelecer um pensamento de rede a propósito das fortificações, bases navais e estações de reabastecimento espalhadas pelo mundo, facilitando medidas como as tomadas por Edward Cardwell (1813-1886), secretário da guerra, no primeiro

¹²⁷ Nos inícios do século XIX, o Islão avançou de modo bem relevante na Senegâmbia e nas terras do povo Hausa, na atual Nigéria, onde se criaram vários emiratos teocráticos, subordinados ao califa de Sokoto, originando um vetor de conflitualidade com os povos não afetados por esta influência. Esta conflitualidade irá perdurar ao longo de toda a centúria de oitocentos.

gabinete Gladstone, quando deu ordens de repatriamento das tropas metropolitanas, instaladas no Canadá e na Australásia¹²⁸.

2.1.2. Fatores de aceleração da mudança

As transformações tecnológicas (a generalização do vapor, a expansão das linhas férreas e os desenvolvimentos no armamento), acrescidas às transformações sistêmicas (generalização do desenvolvimento industrial; expansão da influência francesa em África; emergência do Império Germânico, como novo e poderoso ator da cena internacional, colocando em sério risco o «balanço da Europa» e o livre comércio; o desenvolvimento das armadas francesa e russa, logo a partir dos anos de 1870; o crescimento dos grandes exércitos de conscritos no continente; as ameaças russas na Índia e no Afeganistão, obrigando as questões de segurança no subcontinente a deixarem de se resumir ao controlo das revoltas dos povos locais; os episódios da guerra da Crimeia e dos sangrentos motins indianos de 1857-58) fazem aumentar os riscos de erosão da hegemonia britânica e incentivam o aparecimento de importantes trabalhos de reflexão intelectual sobre o futuro do Império britânico, onde considero ser viável validar alguns princípios holísticos.

Homens como Thomas Carlyle (1795-1881), Charles Kingsley (1819-1875) ou Herbert Spencer (1820-1903), influenciados pelo darwinismo, aparecem agora a sublinhar a inevitabilidade dos processos de decadência, o carácter fugaz dos grandes impérios e por isso o perigo de a Inglaterra poder cair numa espiral de declínio irreversível. De alguma forma marginais ao sistema político liberal, com o qual não se identificam, nem por isso deixaram de exercer influência junto de alguns setores políticos e militares.

Todavia, seriam os trabalhos de James Anthony Froude (1818-1894) e John Seeley (1834-1895), a causar um maior impacto junto dos círculos do poder. O primeiro, escreveu uma história das possessões britânicas, chamando a atenção para os perigos da indiferença interna e das ameaças externas¹²⁹ que, em conjunto, poderiam conduzir à desintegração do Império¹³⁰. Nesse texto, onde considerava as colónias de povoamento branco, como parte integrante da nação inglesa, e o aproveitamento das suas riquezas fundamental para contrariar o processo de

¹²⁸ Já antes, durante o governo de Lord John Russel (1846-1852), se tinham retirado quase todas as tropas imperiais de Nova Gales do Sul, recomendando-se a generalização desta medida por todas as *self governing colonies*.

¹²⁹ FROUDE, James Anthony. *Oceana, or England and Her Colonies*, [Em linha]. Cambridge, Cambridge University Press, 2011, [consult. 12 mar. 2016]. Disponível em: <https://archive.org/details/oceanaorenglandh00frouiala/page/n5/mode/2up>. (Edição original 1886).

¹³⁰ IDEM, pp. 330-335.

decadência¹³¹, incentivava a um maior cuidado com a defesa imperial¹³², afirmando a necessidade de se assumir o Império como um todo e não uma mera soma desgarrada de colônias e dependências¹³³. As suas reflexões exerceram grande influência junto de algumas

elites políticas de que Salisbury (1830-1903) e Carnarvon (1831-1890)¹³⁴ são o melhor exemplo¹³⁵, mas não revelaram capacidade para alcançar camadas mais alargadas da população.

John Seeley, pelo contrário, viu a sua obra *The Expansion of England*¹³⁶ atingir uma enorme popularidade, aquando da sua publicação. Considerando a expansão colonial como a essência do poder britânico e as riquezas coloniais como o garante do seu posicionamento central no sistema mundial, ele defendia a necessidade de o Império se constituir como uma unidade política, evitando à Grã-Bretanha o destino histórico de todos os pequenos estados, ou seja, o de serem engolidos pelos seus vizinhos mais fortes¹³⁷. Para isso, fazia a apologia do federalismo e, colocando o problema da defesa nesse contexto, reclamava a necessidade de ela ser pensada de um modo global, integrado, e com uma coordenação centralizada, assumindo-se mesmo como o cerne da grande estratégia britânica.

Nenhum destes intelectuais era militar ou estrategista, nem os seus argumentos económicos foram consensuais¹³⁸, mas as suas reflexões contribuíram para popularizar os debates sobre a

¹³¹ IBIDEM, p.145.

¹³² FROUDE, James Anthony. *Short Studies on Great Subjects* [Em linha]. London, Longmans Green, and Co, 1871, v. 2 p. 151. [consult. 13 mar. 2016]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/20755>.

¹³³ BELL, Duncan. *The Idea of Greater Britain: Empire and the Future of World Order, 1860-1900*, Princeton, Princeton University Press, 2007, pp. 108-113, 143-149.

¹³⁴ Henry Herbert, 4º Earl of Carnarvon, foi membro do Partido conservador, subsecretário de estado das colônias (1858-59) e, por duas vezes, secretário de estado das colônias (1866-67 e 1874-78). Participou na reforma do Sistema penal britânico e chefiou a chamada *Royal Commission Appointed to Enquire into the Defence of British Possessions and Commerce Abroad*, onde apresentou vários projetos para a reforma da defesa imperial. Ver o seguimento deste capítulo.

¹³⁵ PAUL, Herbert W. *The Life of Froude*, London, [Em linha]. Sir Isaac Pitman & Sons, 1905, pp. 117 e 435. [consult. 23 mar. 2016]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=gQjDDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Herbert+W.+Paul,+The+Life+of+Froude>.

¹³⁶ SEELEY, John. *The Expansion of England: Two Courses of Lectures*, [Em linha] London, MacMillan and Co, (1914), [consult. 23 mar. 2016]. Disponível em : <https://archive.org/details/expansionofengla00seeluoft/page/n8/mode/2up>, (edição original é de 1883).

¹³⁷ IDEM, p. 301.

¹³⁸ Ainda hoje a historiografia se divide nesta matéria. Problematizando Hobson, investigadores como Lance Davis e Robert Huttenback, afirmam que os benefícios económicos das colônias nunca foram suficientes para compensar os custos fiscais e de defesa: DAVIS, Lance e Robert HUTTENBACK. *Mammon and the Pursuit of Empire: The Political Economy of British Imperialism, 1860-1912*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987. Patrick O'Brien e Leandro Prados de la Escosura, na introdução feita ao 12º congresso de História Económica, realizado em Madrid, em 1998, defenderam que apesar de os proveitos económicos imperiais serem variáveis ao longo do tempo, no caso inglês, a política de defesa acabou por causar o desvio de recursos que teriam sido importantes para travar a

necessidade de transformações nas políticas de defesa e segurança, influenciando alguns setores militares, onde esses problemas já então se equacionavam, como é o caso dos chamados jingoístas. Estes, influenciados pelas teorias de Halford John Mackinder (1861-1947), acreditavam na iminência de uma guerra com alguma(s) potência(s) europeia(s) em ascensão e, cientes de alguma debilidade da defesa imperial, temiam a sua incapacidade para fazer frente a essas ameaças, motivo pelo qual consideravam urgente pressionar os patamares políticos, de modo a investirem no fortalecimento da defesa ultramarina, desprezando os discursos da contenção fiscal.

Uma boa parte destes homens era proveniente da recém-criada *Royal Military Academy at Woolwich*, e aí adquirira aprendizagens técnicas de engenharia militar, artilharia e aplicação dos modernos conhecimentos científicos à arte da guerra. Muitos deles desempenharam diversas comissões de serviço no ultramar, onde, para além de construírem estradas e pontes, ocuparam cargos políticos, administrativos e judiciais de relevo, adquirindo conhecimentos sobre as realidades ultramarinas, a importância da logística e das ações preemptivas, em teatros de operações exóticos e as particularidades do combate em contexto colonial, onde, por norma, não consideravam possível evitar o uso da violência indiscriminada. Por princípio, não demonstravam grandes preocupações com visões de longo prazo, a propósito do Império, sendo sobretudo pragmáticos, movidos pela vontade de resolver as dificuldades imediatas, e por isso revelaram-se críticos do sistema parlamentar, visto por eles como um empecilho à rapidez de decisão.

Estes homens não eram pensadores isolados. Imbuídos de um forte espírito corporativo, protegeram-se uns aos outros ao longo das suas carreiras e, ao assumirem posições de destaque na administração central, nas forças armadas, no *Institute of Naval Architects* e no *Intelligence Branche* do *War Office*, tornaram-se uma importante força de pressão em favor do Império, como o viam, e da sua defesa, como a desejavam. Deste modo, insistiam, em particular, na necessidade de abordagens unificadas da defesa imperial, clamavam por ligações entre o interno e o externo, advogavam modelos de cooperação entre a Marinha e o Exército, entre a tática e a

ascensão da Alemanha. Mas outros, como Paul Kennedy e Avner Offer, consideram que as vantagens económicas, acrescidas das estratégicas, compensaram todos os investimentos em defesa. KENNEDY, Paul. Debate: The Costs and Benefits of British Imperialism, 1846-1914, *Past and Present*, [Em linha]. Oxford, Oxford University Press, 1989, CXXV, pp-186-192 [consult. 12 mar. 2016]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/650865>; OFFER, Avner, The British Empire, 1870-1914. A Waste of Money? *Economic History Review*, [Em linha] XLVI pp. 215-238, [consult. 12 mar. 2016]. Disponível em linha: <https://www.jstor.org/stable/2598015>

engenharia, fosse naval ou de edifícios, pois a tipologia de navios a construir ou de fortes a edificar não podia estar desligada da sua função específica.

Como ao mesmo tempo utilizaram plataformas diversificadas e poderosas para difundir o pensamento dos seus teorizadores, tornaram-se notados e influentes, embora também temidos e refutados. Gladstone falará mesmo do demónio do jingoísmo, o qual, na sua opinião, em conjunto com o imperialismo, o nacionalismo e o conservadorismo, tinham produzido, no exterior, os regimes de Napoleão III e Bismarck, os quais tanto desprezava.

Entre aquelas plataformas de divulgação note-se, por exemplo, os artigos escritos em jornais, generalistas e especializados, os fóruns profissionais e o importante *Royal United Services Institut* (RUSI) instituição que, munida de um museu colonial e de uma revista (ainda ativa nos dias de hoje) organizava conferências sobre temáticas ultramarinas, onde os jingoístas eram presença assídua, exposições e ações de sensibilização, junto das camadas populares. A partir de 1870, um dos membros do seu conselho consultivo passou a ser nomeado pelo *War Office*, permitindo uma ligação direta com os níveis superiores da decisão política e levando muitos a afirmar, com algum exagero, que daí em diante era o RUSI a teorizar e o *War Office* a tentar implementar. Entre as figuras dominantes deste campo de reflexão, encontramos homens como Alexander Milne¹³⁹ (1806-1896) e John Charles Ready (JCR) Colomb¹⁴⁰ (1838-1909).

Na opinião do primeiro, qualquer futura guerra entre potências europeias teria, no ultramar, um teatro de operações fundamental e, por isso, contrariando a visão estratégica da generalidade dos almirantes, cuja preocupação exclusiva ainda era a defesa do Canal da Mancha e das ilhas britânicas, ele conclui pela necessidade de pensar a defesa da Grã-Bretanha como um todo, patrocinando a participação da metrópole na defesa das periferias e esperando que estas contribuíssem para a defesa do resto do Império.

¹³⁹ Lord Junior do Almirantado (1847-59), Comandante em Chefe das Índias Ocidentais e da América do Norte (1860-64), Primeiro Lord do Almirantado (1866-68), Comandante em Chefe do Mediterrâneo (1869-70), Primeiro Lorde do Almirantado (1872-76), membro da Comissão Carnarvon (1879-82).

¹⁴⁰ JCR Colomb foi oficial de Marinha, estrategista e deputado. Foi palestrante e autor de vários livros sobre defesa imperial, como por exemplo *Colonial Defence and Colonial Opinions* de 1873, *The Defence of Great and Greater Britain* (1879), *Naval Intelligence and the Protection of Commerce* (1881), *The Use and the Application of Marine Forces* (1883), *Imperial Federation: Naval and Military* (1887). Para uma análise do seu pensamento ver D'EGVILLE, Howard (2018), *Imperial Defence and Closer Union: A Short a Short Record of the Life-Work of the Late Sir John Colombo* (sic), in *Connection with the Movement Towards Imperial Organisation*, London, Forgotten Books. (edição original 1913).

Para assegurar a viabilidade deste propósito, era exigível o desenvolvimento de processos eficazes para a proteção das rotas de comunicação, assim como uma aturada reflexão sobre a tipologia dos navios a construir, que, deveriam possuir tonelagem suficiente para proteger a metrópole, sem sacrificar a necessária velocidade, para se puderem projetar para a periferia. Ao mesmo tempo, numa época de transição tecnológica, a generalização do vapor tornava urgente edificar e proteger uma rede de estações abastecedoras de carvão, estrategicamente localizadas¹⁴¹, nas Falklands, St. Helena, Cape York, King George Sound, Port Said, Malta, Halifax e Gibraltar¹⁴². Para a implementação destes princípios, Milne patrocinava a criação de mecanismos de coordenação centralizada, com capacidade de assegurarem uma articulação entre os diversos patamares da hierarquia estratégica.

JCR Colomb, por seu turno, logo no primeiro artigo que escreveu para o jornal do RUSI¹⁴³, afirmou a necessidade de desenvolver sistemas integrados de proteção, considerando a defesa imperial e interna como duas faces da mesma moeda, contestando, assim, o pensamento predominante de valorização da defesa interna, o qual se materializava em grandes investimentos na construção de fortificações nas costas de Inglaterra e infraestruturas de proteção dos seus portos. De acordo com o seu pensamento, essa preponderância devia muito ao impacto alarmista provocado pelo livro de ficção *The Battle of Dorking*¹⁴⁴, onde se descrevia uma fácil e rápida invasão da Inglaterra por um inimigo não identificado, mas em tudo similar à Alemanha, revelando, deste modo, uma faceta demagógica e populista pouco adequada às novas realidades.

Como, para ele, as potencialidades económicas do Império não mereciam qualquer tipo de reticências e a defesa das rotas de comunicação, com os seus portos e bases estratégicas, tinha de se assumir como uma preocupação primordial, sugere, então, a constituição de redes de bases terrestres, conectadas entre si, a partir de um ponto central, onde deveria existir uma ligação direta a Londres, por via do telégrafo, e uma pequena frota permanente, destinada à

¹⁴¹ BEELER, John ed. *The Milne Papers*, v.1, Navy Records Society Publications, Routledge, 2019.

¹⁴² PARKINSON, Roger. *The Late Victorian Navy. The Pre-Dreadnought Era and the Origins of the First World War*. Woodbridge, The Boydell Press, 2008, p. 11.

¹⁴³ COLOMB, Captain J. C. R. The Distribution of our War Forces. Part II, *Royal United Services Institution. Journal*, [Em linha]. 1869, v. 13:53, pp. 57-71, [consult. em 23 abril 2017]. disponível em <https://doi.org/10.1080/03071846909417021>.

¹⁴⁴ CHESNEY, George Tomkyns. *The Battle of Dorking*, [Em linha] London, Grant Richards Ltd., 1914, [consult. em 23 abril 2017]. Disponível em : <https://archive.org/details/battleofdorking00chesrich/page/n8/mode/2up>.

realização de cruzeiros regulares ao longo de toda a rede¹⁴⁵. Para que os navios não se dispersassem do essencial das suas missões, a tarefa de proteção das bases, dos portos e depósitos de carvão, deveria ser assegurada por corpos do Exército e milícias locais, instruídos para cultivarem boas relações com os povos do interior.

Assim, também se garantiam vários portos de abrigo para os navios mercantes, dispensando-se a Armada do exigente esforço de os escoltar em tempo de paz¹⁴⁶.

No caso específico de África, Colomb sugere a constituição de quatro redes adequadas àquele modelo: a da África ocidental, com o quartel general em Ascensão, abrangendo o território da Serra Leoa até São Paulo de Loanda; a do sudoeste, desde aquele último ponto até Simons Bay, ficando com o quartel general em Santa Helena; a estação do Cabo, de Simons Bay a Zanzibar, com quartel general em Simons Town, e a estação do Mar Árábico, com sede em Áden, abrangendo o território entre Zanzibar e Kurrachee (Carachi)¹⁴⁷.

A Grã-Bretanha, por seu turno, deveria assumir-se como a base central de todas as operações para a defesa global do Império, concentrando uma grande frota com capacidade para proteger o Canal da Mancha, e facilidade de projeção rápida para a periferia, permitindo a realização de operações anfíbias em qualquer região periférica sob ameaça. Ao mesmo tempo, deveria manter a capacidade de bloquear as armadas inimigas nos seus portos, garantindo, em simultâneo, a proteção das linhas de comunicação, de modo a minimizar possíveis fugas aos eventuais bloqueios e, para isso, importava dispor de navios em pontos estratégicos periféricos, como o Suez ou Áden.

Ao contrário de Milne, não considera necessária a retirada generalizada de recursos humanos do ultramar, admitindo quando muito, a constituição de uma reserva colonial em solo europeu, em estado de prontidão, para poder responder a qualquer ameaça, em qualquer ponto do Império.

No seu entendimento, as colónias deveriam suportar uma parcela dos gastos com a sua defesa, mas, atendendo à heterogeneidade espacial e até humana e cultural, as soluções encontradas deveriam ser diferenciadas, desenhadas pelo poder central e deviam atender à prevalência das questões estratégicas sobre as orçamentais.

Como o receio de uma invasão estrangeira não esmorecera, estas ideias não demonstraram capacidade imediata para contestar a prevalência estratégica da defesa europeia, mas, através

¹⁴⁵ COLOMB, Captain J. C. R. *The Protection of Our Commerce and Distribution of Our Naval Forces Considered*, [Em linha] London, Harrison and Sons, 1867, [consult. 23 set. 2017]. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=dKIWAAAACAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PP1.

¹⁴⁶ IDEM, pp.17-18.

¹⁴⁷ IBIDEM, p.22.

de palestras, artigos de jornal, livros e intervenções parlamentares, Colomb conseguiu converter alguns decisores políticos ao seu pensamento.

Em simultâneo, o interesse pelas temáticas imperiais vai-se revelando cada vez mais popular e exemplo disso mesmo será o aparecimento da *Imperial Federation League*, e o número crescente de artigos publicados em jornais de massas, a propósito das grandes explorações e das maravilhas das terras exóticas, mas também sobre os feitos de armas em África¹⁴⁸.

A *Imperial Federation League* foi fundada em 1884, com o objetivo de promover uma organização federal entre a Grã-Bretanha, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e a colónia do Cabo. Apesar de nunca ter esclarecido os modos concretos para aplicar aquela solução, a Liga era clara na sua apologia de um Parlamento imperial, sediado em Londres, a quem deveria competir a definição de políticas de defesa, para todo o Império. Os Parlamentos locais, esses, ficariam encarregues da segurança e, por isso, tutelariam a polícia. Sob a sua égide, realizaram-se diversas conferências coloniais¹⁴⁹, onde várias vezes se apelou à utilização das forças armadas de cada território no todo imperial, devendo para isso adotar regulamentos, equipamentos, metodologias de treino, organização e doutrina, comuns e sob comando centralizado.

Na imprensa, a par dos propagandistas do Império¹⁵⁰, também surgiram vozes mais reflexivas, preocupadas em analisar o fenómeno colonial, para além da mera exaltação do heroísmo belicista. Entre estes últimos, destacou-se William Thomas Stead¹⁵¹ (1849-1912), autor de uma série de artigos na *Pall Mall Gazette*, intitulados *The Truth About the Navy*¹⁵², onde condenou as discussões de pendor partidário, a propósito da defesa do ultramar. Na sua

¹⁴⁸ SEBE, Bernie. *Heroic Imperialists in Africa. The Promotion of British and French colonial heroes 1870-1939*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.

¹⁴⁹ As conferências imperiais iniciaram-se em 1887 e perduraram até 1937. Reuniam os líderes governamentais das *self governing colonies* e depois dos domínios. Em 1907, a designação alterou-se para *Imperial Conference*. No período aqui em estudo, realizaram-se conferências nos anos de 1887, 1894, 1897, 1902, 1907 e 1911, todas em Londres, com exceção da realizada em 1897, em Otava. Pretendiam sublinhar a ideia da unidade imperial e serviam como fórum de discussão de temáticas muito diversas.

¹⁵⁰ MACKENZIE, John M. *Propaganda and Empire. The manipulation of British public opinion*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

¹⁵¹ Jornalista e editor, é considerado um dos pioneiros do jornalismo de investigação. Defendia o jornalismo como modo de controlar a ação do governo. Destacou-se por uma série de reportagens, onde denunciava a prostituição em Londres e defendia os direitos das mulheres. Assumia-se como um pacifista, mas ao mesmo tempo era favorável a grandes investimentos públicos de defesa. Foi uma das vítimas do naufrágio do Titanic.

¹⁵² STEAD, W. T. Stead. *The Truth About the Navy*, *The Pall Mall Gazette*, [Em linha] 15 de setembro [consult. 16 março 2020]. Disponível em <https://attackingthedevil.co.uk/pmg/navy.php>.

opinião, este deveria ser um assunto abordado numa perspectiva nacional, visando a obtenção de consensos, porque: «*Not only our Imperial position, but the daily bread of twenty millions out of the thirty millions of our population depends entirely upon our dominion of the sea. If that is lost, or even endangered, our existence is at stake*»¹⁵³.

Como Stead era já um conceituado jornalista de investigação, famoso por uma série de reportagens onde denunciara diversos escândalos políticos e sociais, os seus artigos tiveram impacto e influenciaram outros jornais a investigarem estas matérias, como é o caso do *The Times*¹⁵⁴, onde um texto anónimo¹⁵⁵, publicado em 1884, provocou acesos debates, por afirmar que a Grã-Bretanha oitocentista tinha perdido a sua capacidade de dissuasão face a potenciais inimigos, como consequência da primazia concedida às políticas de contenção orçamental. Por esse motivo defendia a reversão dessa política, reforçando o investimento na Marinha e na proteção das estações abastecedoras de carvão, atendendo também aos interesses continentais, no quadro de uma política de defesa global¹⁵⁶.

E, se no limite, só em 1917 estas ideias parecem ter atingido o seu auge, quando os representantes dos domínios ocuparam os seus lugares no então apelidado *Imperial War Cabinet*, operacionalizando mecanismos efetivos de cooperação imperial, a verdade é que, logo a partir dos anos de 1870, foram-se evidenciando algumas tentativas de criação de mecanismos de coordenação central, visando facilitar a relação entre decisores políticos metropolitanos e coloniais e, ao mesmo tempo, tentou-se incentivar a colaboração entre a Marinha e o Exército, repensando infraestruturas de apoio (fortificações e estações abastecedoras de carvão) e atendendo aos *feedbacks* dos homens no terreno.

2.1.3. Imperial Defence?

A tradição de defesa colonial, com escassa coordenação central, sempre foi, no caso britânico, uma forma de tornar o sistema mais flexível e capaz de respostas imediatas, contornando a grande dispersão territorial e o peso da burocracia metropolitana. Se as alterações ao nível dos transportes e comunicações tornaram menos relevante a primeira daquelas dimensões, encontraram, por outro lado, uma estrutura de tutela formatada pela flexibilidade e, por isso, resistente aos novos preceitos mais unificadores.

¹⁵³ IDEM.

¹⁵⁴ The Imperial Defences, *The Times*, 7 de novembro, 1884, p. 4, disponível em linha: <https://www.thetimes.co.uk/archive/article/1884-11-07/4/3>, [consult. em 16 de mar.2020].

¹⁵⁵ SCHURMAN, cit. 113, p. 130, considera a forte possibilidade de o autor deste artigo ter sido o próprio Colomb.

¹⁵⁶ STEAD, cit. 151, p. 4.

Em concreto, os assuntos referentes à defesa ultramarina eram partilhados por vários ministérios, sendo a capacidade de coordenação do primeiro-ministro muito limitada.

Ao *Colonial Office* (CO) competia nomear o pessoal administrativo do ultramar e apresentar propostas de nomes para cargos políticos de topo, na administração ultramarina, como é o caso dos governadores gerais da Austrália e do Canadá, cuja nomeação era de competência parlamentar. No caso africano, as atribuições iniciais do CO não excediam a Serra Leoa e as regiões de povoamento branco, deixando os restantes territórios entregues aos grupos económicos lá instalados, tradição que mais tarde se irá cimentar com a constituição das poderosas *chartered companys*, como a *Royal Niger Company* ou a *Imperial British East Africa Company*.

Em 1857, a resposta às falhas operacionais e de planeamento, verificadas no decorrer da guerra da Crimeia (1853-1856), deu origem à criação do *War Office* (WO)¹⁵⁷ a quem se atribuiu a tutela do Exército colonial, na sua dimensão orçamental e logística. Porém, o comando político das forças no terreno continuou a ser competência dos governadores gerais, nomeados pelo CO, sem qualquer previsão de modelos de contacto formais entre estes dois ministérios.

Em simultâneo, o comando da Marinha era um exclusivo do Almirantado que fazia rodar as suas ações por uma política de apertado secretismo¹⁵⁸ e via pouco interesse em mecanismos de coordenação com o Exército, recusando, em absoluto, qualquer dependência formal ou funcional perante os poderes locais.

A esta realidade ainda acresce o papel muito relevante do *Foreign Office* (FO), em termos de condução da política colonial. Valorizando a política externa como uma forma barata de manter o Império este ministério chegava a tomar decisões imperiais, sem escutar os restantes membros do gabinete, beneficiando da sua grande autonomia no seio do governo, facilitada pelo facto de as suas poucas despesas o protegerem da influência do todo poderoso Tesouro¹⁵⁹.

Entretanto, na costa nordeste africana, os assuntos de defesa ainda passavam pelo crivo do *Indian Office* (IO), porque Áden estava dependente das autoridades em Bombaim, e porque a missão de policiar o Mar Vermelho e estabelecer contactos com os povos das costas da Somália e da Abissínia competia à frota das Índias Orientais, tutelada por aquele departamento.

¹⁵⁷ Até 1857 a expressão *War Office* já era utilizada, mas para designar apenas o gabinete do *Secretary at War*.

¹⁵⁸ TUNSTALL, W.C.B. *Imperial Defence, 1815-1870*. Em *Cambridge History of The British Empire*, v. 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1940, p. 827.

¹⁵⁹ OTTE, T.G. *The Foreign Office and defence of empire, 1856-1914*. Em: Greg KENNEDY, *Imperial Defence – The old World Order 1856-1956*, New York, Routledge, 2008, pp. 9-29.

Assim, entende-se a dificuldade em empreender uma política de defesa e segurança global, integrada e coordenada, de onde a cooperação entre CO, FO, IO e os dois departamentos militares, apenas surgia em momentos de reação a crises. Ora, é justamente esta realidade que se começa a pretender alterar, por consequência das referidas teorizações de Milne e Colomb, associadas às ameaças russas na Índia, no Afeganistão e no Pacífico, e ao crescente interesse da opinião pública pelas matérias coloniais.

Todavia, encontrando-se aquela estrutura orgânica tão consolidada, e parecendo pouco vantajoso apelar para a sua mudança radical, aqueles apelos para uma maior integração de esforços em direção a uma maior coerência operacional, não se assumem como consensuais e conduzem à constituição de diversas comissões especializadas interdepartamentais, a quem se solicitam propostas de intervenção sobre o dispositivo. O estatuto e as competências destas comissões nem sempre foi claro; para os poderes políticos que as foram nomeando, elas tratavam--se de meros órgãos de conselho, sem atribuições normativas, mas, os nomeados, por seu turno, não raras vezes, acreditaram ser mais do que isso. Seja como for, a partir da década de setenta do século XIX, multiplicaram-se estes grupos de trabalho, que iriam atingir o seu clímax com a formação do *Committee of Imperial Defence* (CID), já nos inícios do século XX, e cujo percurso importa observar, pois, no essencial, e no meu entender, as suas propostas apontam para lógicas de pendor holístico.

Assim, logo em 1875 o duque de Cambridge (1819-1904), apesar de avesso a qualquer esforço reformista, sobretudo se este implicasse um reforço da tutela parlamentar sobre o Exército, do qual era o comandante em chefe, sugeriu a formação de um comité especial interdepartamental para a defesa imperial. Este, constituído pelo próprio duque, pelo secretário de estado da guerra e pelo primeiro lorde do Almirantado, ensaiou formas de cooperação a propósito das defesas submarinas e da construção de torpedos, mas revelou-se impotente na definição de procedimentos de coordenação para a defesa ultramarina, por consequência da relutância do Almirantado em partilhar qualquer das suas prerrogativas de tutela sobre a Armada. Porém, quando dois anos depois o perigo russo, no Pacífico, obrigou a Austrália a reestruturar a sua defesa e a solicitar apoio imperial, lord Carnarvon, então no CO, percebendo a urgência de articular a defesa das estações abastecedoras de carvão com a proteção do Cabo, de modo a permitir capacidades de projeção no Pacífico, sem desproteger as costas de África e muito menos a Índia ou a metrópole, nomeou uma comissão provisória interdepartamental, composta pelo general John Linton Simmons¹⁶⁰ (1821-1903), inspetor geral das fortificações,

¹⁶⁰ J.L.A. Simmons, oficial do Exército britânico, foi Secretário da comissão de caminhos de ferro, conselheiro de Omar Pasha durante a crise da Crimeia, cônsul britânico em Varsóvia, comandante

em representação do WO, Alexander Milne, como representante do Almirantado e, ainda, o ex governador do Cabo Henry Barkly (1815-1898)¹⁶¹, em nome do CO.

A confirmação destes nomes não foi pacífica, revelando as dificuldades de se estabelecerem diálogos interdepartamentais. O secretário de estado da guerra, Gathorne-Hardy (1814-1906), afirmava dispensar a presença de tropas neste comité, pois não lhes competia qualquer capacidade para a tomada de decisões. Ao invés, Carnarvon considerava fundamental a presença de soldados e marinheiros, com funções consultivas, e exigia, embora sem sucesso, a presença de membros do IO¹⁶², enquanto vetava a presença de representantes do Tesouro, por temer o seu efeito dissuasor de qualquer ação concreta¹⁶³.

Nos trabalhos desta comissão, as primeiras grandes questões a serem debatidas remeteram para a procura de uma distinção clara entre matérias coloniais (matérias de interesse particular de cada domínio ou colónia da coroa) e imperiais (matérias de interesse do Império como um todo), procurando estabelecer-se os contributos que as colónias podiam oferecer aos interesses imperiais, em matérias de defesa e procurando-se procedimentos de coordenação entre o WO e o CO.

Todavia, as competências desta comissão não se encontravam clarificadas e, por isso, a sua atuação acabou por ser pouco articulada e consequente. Na perspetiva do CO, ela não passava de um órgão consultivo, mas Alexander Milne, eleito seu presidente, valendo-se do seu prestígio assumia uma postura bem mais ambiciosa, aspirando à formulação de grandes princípios de estratégia imperial e à consequente definição de estruturas orgânicas adequadas à sua implementação.

Michael Hicks-Beach (1837-1916)¹⁶⁴, iria suceder a Carnarvon à frente da Secretaria de Estado das Colónias, e mantendo a Comissão em funcionamento solicitou-lhe uma listagem imediata das necessidades militares urgentes das regiões com interesse imperial. A importância deste facto reside no teor da resposta. Com efeito, Milne e os seus companheiros, não só recomendaram o envio imediato de trinta e quatro peças de artilharia, um reforço dos contingentes humanos da maioria das guarnições das bases navais e estações abastecedoras de

dos *Royal Engineers*, governador da *Royal Military Academy*, Inspetor Geral de fortificações, governador de Malta.

¹⁶¹ Antes de ser governador da Colónia do Cabo entre 1870 e 1877, havia ocupado o mesmo posto na Guiana Britânica (1849-1853), na Jamaica (1853-1856), em Victória na Austrália (1856-1863) e nas Maurícias (1863-1870). Ou seja, quando ocupa o seu lugar nesta comissão tinha vinte e nove anos ininterruptos de serviço colonial.

¹⁶² SCHURMAN, cit. 113, p. 62.

¹⁶³ IDEM, pp. 43-56.

¹⁶⁴ Político conservador, secretário para a Irlanda (1874), secretário de estado das colónias (1878-80), chancellor of the exchequer (1885 e 1895-1902), presidente da Câmara do Comércio 1888-92.

carvão, e um maior investimento em comunicações telegráficas¹⁶⁵, como aconselharam ao estreitamento de relações entre os poderes centrais e locais, de modo a facilitar o recurso ao recrutamento local e o acesso aos seus hipotéticos proventos fiscais. Nada disto seria concretizado no imediato, mas ao apontar-se a necessidade de mecanismos de articulação entre poderes políticos centrais e locais patrocinava-se a construção de mecanismos de comunicação eficientes entre estes patamares e, depois, entre os níveis políticos e os operacionais.

Isto torna-se bem evidente quando se analisam os quatro relatórios, elaborados por este grupo de trabalho, onde se procedeu ao levantamento do ambiente estratégico de diversos pontos do Império¹⁶⁶. Nestes textos, podem-se identificar nítidas influências do ideário de Colomb, na exigência de uma teoria geral de estratégia de defesa imperial, patrocinadora de modelos de cooperação política, económica e militar entre os vários departamentos e entre os governos metropolitano e coloniais. Não obstante as dificuldades da Comissão em encontrar referenciais adequados a todos os casos¹⁶⁷, estes relatórios tornam muito evidente um entendimento da defesa imperial como um sistema, como se vê, por exemplo, na apologia da coordenação entre a Armada e o Exército e entre o governo central e as administrações periféricas, sublinhando-se questões muito concretas como a necessidade de uma clara conexão entre as missões da frota e a localização das estações de fornecimento de carvão, não permitindo a instalação das segundas em pontos de pouco interesse estratégico, por onde poucos navios circulavam, ou a coordenação entre a Armada e o Exército a propósito do posicionamento das fortificações, onde, por norma as motivações do WO (preocupado com questões táticas de projeção terrestre) não convergiam com as do Almirantado (focado no reabastecimento de carvão e nas facilidades de ancoradouro para os navios). Para tal, importava promover estruturas de coordenação central, de acordo com uma perspectiva geral e integrada, que no fundo deveria emanar dos princípios de uma grande estratégia.

Na verdade, pouco disto se verá concretizado até final do ano de 1880, continuando muito problemáticas as relações entre os governos centrais e periféricos, assim como entre o WO, o Almirantado e o CO. De qualquer modo, é inequívoco estarmos perante um passo muito

¹⁶⁵ PRO (London), CAB 7/1, material in Jacket 35-E, Cit. por GORDON, Donald C. The Colonial Defence Committee and Imperial Collaboration: 1885-1904, *Political Science Quarterly*, 1962, v. 77, n.º. 4, 526-545, p. 527.

¹⁶⁶ O Primeiro relatório (*PRO 30/6-12- 4 de abril de 1878*) abordou a situação na colónia do Cabo, Ceilão, Singapura, Maurícias e Hong Kong, o segundo (*12 abril 1878, PRO 30/6-124*) na Australásia, o terceiro (*17 abril 1878, PRO 30/6-124*) em Esquimalt e o quarto (*17 abril 1878, PRO 30/6-124*) em Santa Helena, Barbados, Jamaica, Newfoundland e Serra Leoa, para além da Heligolândia no mardo Norte. SCHURMAN, cit. 113, pp. 100-118.

¹⁶⁷ SCHURMAN, cit. 113, p. 68. Fourth Report of a Colonial Defence Committee on the defences of Heligoland, St. Helena, Barbados, Jamaica and Newfoundland, de 17 abril 1878.

assertivo, no caminho de aprofundamento de novas abordagens, cada vez mais conscientes da necessidade de introduzir alterações orgânicas, no sentido da formação de órgãos colegiais de cariz interdepartamental. Rumo este que conduziu à formação da *Royal Commission Appointed to Enquire into the Defence of British Possessions and Commerce Abroad* (RC) (1879-1882), cuja presidência foi entregue a Lord Carnarvon.

Tendo de lidar com muitos dos problemas abordados pela Comissão Milne, a RC desenvolveu questões como a definição das zonas a ser defendidas com fundos imperiais, a indicação das obras, armamento e guarnições necessárias nesses locais, o custo estimado das fortificações, o modo como a Armada devia defender as rotas comerciais, em tempo de guerra, a proteção das estações abastecedoras de carvão, ou, ainda, os rácios de distribuição desses investimentos entre os governos coloniais e imperial¹⁶⁸. Tendo sido muito fustigada por críticas da oposição parlamentar, então liderada por William Gladstone.

Este último, como supra já se tinha referido, era defensor da contenção de custos em matérias imperiais, sobretudo nas áreas da defesa e segurança, para as quais preconizava a maior responsabilização dos poderes locais, e acusa agora o governo de Disraeli¹⁶⁹ (1804-1881) de utilizar a comissão Carnarvon como uma forma de distrair os britânicos dos problemas económicos e financeiros internos, os quais se deveriam constituir como uma prioridade. Não espanta assim, que por alturas do seu regresso ao poder, em 1880, tenha esvaziado a RC de uma boa parte das suas competências, não a tendo extinguido, apenas pela conveniência em manter alguns equilíbrios com os setores conservadores, mais próximos da Rainha Vitória e cada vez mais interessados nos assuntos ultramarinos.

Mesmo assim, Carnarvon ainda apresentou uma série de recomendações sobre a necessidade de uniformização do equipamento militar das colónias, a importância estratégica do Cabo e a conveniência de os postos imperiais serem sempre comandados por oficiais europeus, matéria onde o CO era menos taxativo, preferindo deixar essas nomeações para o critério dos poderes locais.

Antes de ser dissolvida, a RC ainda produziu três importantes relatórios. O primeiro tratou da importância do Cabo da Boa Esperança e da necessidade de criar forças policiais nas colónias, de modo a não ocupar a tropa em tarefas não essenciais à sua missão; o segundo abordou a defesa da Austrália e o papel da Marinha na defesa colonial, deixando para o último a apresentação de uma série de recomendações detalhadas para todas as bases imperiais.

¹⁶⁸ IDEM, p. 85 Hicks Beach to Carnarvon, 24 julho de 1879.

¹⁶⁹ Líder do Partido Conservador, foi primeiro ministro duas vezes (1868 e entre 1874 e 1880) e *Chancellor of the Exchequer* três vezes (1852; 1858-1859 e 1866-1868).

Apesar de as propostas apresentadas no primeiro relatório não serem ambiciosas, limitando-se a sugerir a divisão de despesas entre o governo central e o colonial, na construção de infraestruturas de apoio em Simons Town (quartel general da Marinha no Sul de África, mas carente de infraestruturas básicas) e de proteção em Table Bay (o porto comercial do Cabo, possuidor de importantes docas, molhes e excelentes instalações para armazenamento de carvão e para manutenção dos navios), elas merecem ser aqui destacadas por terem sido pensadas de modo a extravasar os meros interesses locais.

Para Carnarvon, defender o Cabo significava pensar nos interesses estratégicos da Inglaterra, na proteção da Índia e na salvaguarda do Índico. Sendo aquela região, uma zona crucial como estação abastecedora de carvão para as frotas que policiavam as costas orientais do continente, posto de apoio e fornecimento para as defesas da Índia e do extremo oriente, podendo albergar uma frota com capacidade de fechar a entrada no Índico a quaisquer outros navios, a sua defesa era fundamental. Autores como John Laband¹⁷⁰, Bernard Porter¹⁷¹, ou THR Davenport¹⁷² consideram apenas estas motivações estratégicas no interesse de Carnarvon pelo Cabo, não valorizando as questões económicas, porém, penso ser importante não desprezar, em absoluto, estas últimas, pois o facto de por essa altura muito do comércio com o oriente continuar a ser garantido por veleiros, os quais privilegiavam a rota do Cabo, mantinha a sua relevância na economia britânica.

Assim, considerando questões estratégicas e económicas, Carnarvon também olha para o futuro e, acreditando, que o Cabo se poderia vir a constituir como um ponto estratégico de 1ª classe defende a instalação de uma estação imperial com propósitos militares e navais, com capacidade para controlar todos os outros pequenos portos e enseadas da região, onde poderia ser possível um desembarque inimigo¹⁷³.

No segundo relatório, assumindo-se a missão da Marinha como uma tarefa cada vez mais complexa, pois a generalização do vapor dificultava a aplicação com sucesso da velha tática de bloquear os navios inimigos nos seus portos, (com navios mais rápidos era fácil furar os bloqueios, e a capacidade das armadas inimigas dispersarem os seus navios por portos espalhados ao longo do mundo tornava-se mais viável), afirma-se a necessidade de maior

¹⁷⁰ LABAND, John. *Kingdom in Crisis: The Zulu response to the British invasion of 1879*. Manchester, Manchester University Press, 1992, p. 5.

¹⁷¹ PORTER, Bernard. *The Lion's Share. A short history of British Imperialism 1850-1983*, London, Longman, 1984, p. 55.

¹⁷² DAVENPORT, THR. *South Africa. A Modern History*, London, Macmillan, 1991, p. 37.

¹⁷³ Eram por exemplo os casos de *Saldana Bay*, *Mossel Bay*, *Algoa Bay* (atual *Port Elizabeth*) e *St. Lucia Bay* (Durban).

mobilidade para a *Royal Navy*, e exige-se a criação de uma rede integrada e coerente de estações de abastecimento de carvão e portos de abrigo, com capacidade para se defenderem com meios próprios, não ficando dependentes da Armada, cujas despesas deveriam ser garantidas na totalidade pelo orçamento metropolitano, exigindo-se em contrapartida que as forças coloniais assegurassem a defesa interna do seus territórios e disponibilizassem homens e recursos para a defesa imperial, em caso de necessidade.

O terceiro relatório, partindo desta visão estratégica global, particulariza as bases imperiais necessárias e os recursos que deveriam ser disponibilizados.

Perante o pouco entusiasmo do governo Gladstone, as consequências práticas destes relatórios não foram muito assinaláveis, mas, mais uma vez, não era possível esconder a emergência dos fatores de aceleração, e o crescente interesse pelo Império e sua defesa, o que em conjunto com a comoção pública face à morte de Charles Gordon (1833-1885) em Cartum, e com a ameaça russa nas fronteiras do Afeganistão, obrigou o CO a recorrer de novo à solução de mais um comité interdepartamental. Tratava-se, agora, do *The Colonial Defence Committee* (CDC), o qual, logo após a sua formação, solicitou às colónias informações sobre a defesa dos portos, os quantitativos de tropas coloniais e imperiais, e seu treino, o número de minas submarinas armazenadas e de cabos elétricos disponíveis, as reservas de fio telegráfico, de armas ligeiras e munições, para além da quantidade de peças de artilharia e do estado de conservação das fortificações existentes¹⁷⁴. Os dados recolhidos serviram para elaborar uma série de normativos, enviados para as colónias, onde se abordavam procedimentos a seguir em caso de ataques de surpresa, formas de proteger as comunicações, os cabos terrestres e submarinos, as boias, balizas e luzes dos portos, para além de técnicas de armazenamento de comida e carvão, por exemplo. Estas regras concediam algum espaço de adequação local, considerando as especificidades dos riscos e ameaças; mas essas adequações deveriam ser expressas em planos de defesa, remetidos ao CDC, para estudo e aprovação.

Em 1891, já se tinham analisado trinta e sete desses planos de defesa coloniais e o conjunto de aprendizagens, daí resultantes, contribuiu para a elaboração de um conjunto de princípios gerais, assentes em dois pilares nucleares: a necessidade de preservar a supremacia naval e de garantir processos de cooperação entre a metrópole e as periferias. No primeiro ponto, acrescentava-se às ideias de Colomb as reflexões de Alfred T. Mahan (1840-1914)¹⁷⁵, a

¹⁷⁴ GORDON, cit. 165, pp. 529-530.

¹⁷⁵ Ver: MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, [Em linha], 12ª ed. 1918, [consult. 19 out. 2019]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>.

propósito do papel decisivo do controlo do mar, como forma de sustentação do poder britânico; no segundo considerava-se o desenvolvimento económico das colónias e o assegurar da sua própria segurança interna, como sendo a melhor forma de a periferia apoiar a Inglaterra em tempo de paz.

Apesar de ser um órgão consultivo, constituído por técnicos, e por isso com pouca capacidade de influência junto dos patamares de decisão, o CDC assumiu um importante papel, em termos de reflexão a propósito do planeamento de defesa imperial, tendo relevado a necessidade de cooperação entre recursos militares e navais, metropolitanos e coloniais. Estas reflexões acabaram por ser decisivas para o aparecimento do *Committee of Imperial Defence* (CID), que acabaria mesmo por absorver o CDC, entretanto rebatizado como *Overseas Defence Committee* e redirecionado para a implementação de mecanismos de cooperação e aconselhamento, junto dos governos coloniais.

Logo na sua fase transitória, entre 1902 e 1904, o CID assumiu uma dimensão diferenciada perante os organismos seus antecessores, por virtude da sua composição. Com efeito, nele tinham assento, por inerência, o primeiro-ministro, o secretário de estado da guerra e o primeiro lorde do Almirantado, e quando oportuno, podiam-se convidar membros não permanentes, fora do governo, sobretudo especialistas em matérias de defesa, e representantes dos territórios ultramarinos¹⁷⁶.

Embora o CID não possuísse poderes executivos, enunciava como sua principal missão «*to address the strategic military needs of the Empire in a comprehensive manner*»¹⁷⁷, aceitando a herança dos defensores das noções de *Imperial Defence*, e assumindo a tarefa de incentivar a coordenação entre departamentos e a colaboração entre Exército e Marinha, a nível operacional, treino e equipamento, ao mesmo tempo que apelava para uma distribuição ponderada de navios e estações abastecedoras de carvão, e para um pensamento integrado sobre o tipo de armamento necessário¹⁷⁸.

Apesar de arredado dos grandes problemas operacionais, ciosamente conservados nos corredores do *War Office* e do Almirantado, e limitado pelo pouco interesse dos governos

¹⁷⁶ JOHNSON, F. A. *Defence by Committee: The British Committee of Imperial Defence 1885–1959*, Oxford, Oxford University Press, 1960, pp. 57–59.

¹⁷⁷ UNITED KINGDOM, *Parliamentary Debates, House of Commons*, 4th Series, v. 118, 5th March 1903, cc. 1579, 1582–1583. Disponível em <https://www.parliament.uk/business/publications/hansard/commons/by-date/commons-hansard-bound-volumes/>

¹⁷⁸ MACKINTOSH, John P. The Role of the Committee of Imperial Defence before 1914, *The English Historical Review*, [Em linha] Oxford, Oxford University Press, 1962, v. 77, n.º. 304, p. 490-503, [consult. 27 out. 2016]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/561324>.

liberais, em matérias de defesa ultramarina, o CID fez-se presente pelo conjunto de propostas apresentadas para fazer frente à crescente ameaça do poder naval alemão, onde advoga mecanismos de coordenação com os governos da Austrália, Canadá e Nova Zelândia, os quais deveriam permitir conciliar a unidade de comando com a manutenção de responsabilidades locais, permitindo o intercâmbio de navios e homens, sem comprometer a defesa de cada domínio. Deste modo, contribuiu para a definição de uma estrutura de defesa assente em bases sistemáticas, mantendo--se o carácter colonial das forças, mas criando mecanismos para coordenação de ação, segundo planeamentos comuns, onde todos aceitaram participar na defesa do Império¹⁷⁹, de acordo com uma política externa comum e controlada por Londres.

Estes princípios acabaram por ser concretizados num memorando, publicado em 1911¹⁸⁰, através do qual o CID passou a coordenar a cooperação entre as forças armadas da Grã-Bretanha e dos domínios, o que obrigou à criação de novas subcomissões especializadas e conduziu à realização periódica de reuniões entre os primeiros ministros dos domínios e os membros do Comité¹⁸¹, e à aceitação do princípio de comando unificado de toda a frota em caso de guerra, embora para os navios coloniais isto apenas se aplicasse quando eles navegassem em águas internacionais¹⁸². E, como corolário, o CID, enquanto órgão de planificação, acabou por assumir capacidades executivas em tempo de guerra.

No essencial, são estes os princípios em vigor no Império Britânico, por ocasião do eclodir da Grande Guerra, e, ainda que possam não configurar o triunfo pleno da noção de *imperial defence*, é neles inquestionável a busca pela unidade, integração e coerência na ação, que se irá cimentar ainda mais quando em 1917 os representantes dos domínios ocuparam os seus lugares no *Imperial War Cabinet*.

2.2. O caso francês

Quando olhamos para o caso francês, sobre o prisma da ligação da grande estratégia aos mecanismos institucionais e aos projetos concretos no terreno, a primeira constatação parece

¹⁷⁹ VALKOUN, Jaroslav. *The Establishment of the Committee of Imperial Defence and the British-Dominion Relations, 1904–1911*, [Em linha]. Department of Historical Sciences at the Faculty of Philosophy and Arts of the University of West Bohemia, [s.d], [consult. 12 abr. 2018]. Disponível em: https://praguepapers.ff.cuni.cz/wp-content/uploads/sites/16/2016/01/Jaroslav_Valkoun_61-72.pdf.

¹⁸⁰ *Dominions No. 9: Imperial Conference, 1911: Papers Laid before the Imperial Conference: Naval and Military Defence*, London 1911, citado por VALKOUN, cit. 179, p. 67.

¹⁸¹ Cd. 5745, *Dominions No. 7: Imperial Conference, 1911: Minutes of Proceedings of the Imperial Conference, 1911*, London 1911, p. 23. citado por VALKOUN, cit. 179, p. 69.

¹⁸² VALKOUN, cit.179, p. 71.

validar a ideia de Benoît Habermusch¹⁸³, quando fala de um processo evolutivo, marcado pela ausência de um plano coerente e articulado, marcado por motivações e capacidades de pressão diferenciadas, com dificuldades de coerência e integração. No essencial, teríamos uma primeira fase de colonialismo informal, assinalada pelos interesses e pressões de alguns grupos económicos e militares, onde já se faziam adivinhar percursos de uma maior formalização, mas sem grande respaldo popular, seguindo-se a entrada no grande jogo do *Scramble*, por via de motivações estratégicas, políticas e culturais, aceleradas pela humilhante derrota face à Alemanha, em 1871.

Mas, para afinar este esboço, é importante acompanhar os traços gerais da, de algum modo, instável e atribulada evolução política francesa, no decurso do século XIX, destacando os modos como em cada momento se olhou para o ultramar e a forma como esse olhar influenciou a arquitetura institucional.

2.2.1. O grande hiato?

A entrada no século XIX é para Paris um momento traumático de encontro com uma realidade de afirmação da hegemonia económica da Grã-Bretanha e de esmorecimento das relações com o ultramar. A derrota final de Napoleão, em 1814, implicando perdas territoriais significativas, e exigindo uma maior atenção às questões políticas e económicas internas, conduziu a um desinvestimento colonial¹⁸⁴, levando alguns historiadores a falarem de uma espécie de grande hiato na política ultramarina, que assim teria sido marginal para a esmagadora maioria dos franceses¹⁸⁵, até à eclosão da III República.

Contudo, esta constatação não permite olvidar a existência, nos tempos inaugurais do século XIX, de importantes reflexões a propósito do papel estratégico e económico que o ultramar poderia assumir no destino francês. Economistas, políticos e estrategistas já então chamavam a atenção para as potencialidades das colónias como instrumento de afirmação internacional do país, e determinados grupos de merceeiros, funcionários públicos, intelectuais e militares¹⁸⁶ também não se coíbiam em apresentar projetos de intervenção nas periferias. As

¹⁸³ HABERBUSCH, Benoît. Un espace stratégique? L’empire colonial français à la veille de la Première Guerre mondiale, *Revue historique des armées*, [Em linha], 2014, n.º 274, p. 3 [consult. 8 mai. 2019] Disponível em: <http://rha.revues.org/7957>.

¹⁸⁴ Em 1814 a França perdera grande parte das suas conquistas do Antigo Regime, pouco mais restando do que as Antilhas, *Saint Pierre et Miquelon*, Guianas, São Domingo e Reunião, mais Gorée e *Saint Louis* no Senegal.

¹⁸⁵ MARTIN, Jean. L’Empire renaissant, 1789–1870. Em: *L’Aventure coloniale de la France- 5 v*, Paris, Denoel, 1987-1997, v. II, p. 85.

¹⁸⁶ TODD, David. A French Imperial Meridian, 1814–1870, *Past and Present*, [Em linha] 2011, 210, (1), pp. 155-186, [consult. 23 jan. 2016]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtq063>.

motivações eram muito diversas, e também aqui antagónicas, pois em paralelo com os defensores do comércio livre, existiam os apologistas do protecionismo, e perduravam, com muito peso económico, os grupos dedicados ao tráfico negreiro, podendo até vislumbrar-se, embora em fases muito germinais e pouco articuladas, narrativas de pendor civilizacional. Noutra patamar, encontramos quem desconsidere as questões económicas e prefira relevar as potencialidades geoestratégicas, no que reporta às mais valias do controlo do Norte de África, como forma de condicionar a navegação mediterrânica.

A heterogeneidade de motivações inviabilizando a unidade, enfraquecia a capacidade de pressão junto dos poderes públicos, quando todos aqueles grupos apelavam para um papel mais interventivo do Estado, entendido como um instrumento basilar para a concretização dos seus projetos, pois é no Estado que pensam, quando preconizam a ação fiscal e exigem a proteção de rotas e fronteiras para impor medidas protecionistas; é com intervenções militares que contam, quando ambicionam ocupar posições no Norte de África e, até mesmo os ainda incipientes antecessores da «*mission civilisatrice*» é no Estado que ponderam, quando advogam a expansão da fé ou da cultura ocidental.

Em simultâneo, considera-se essencial não confrontar a Inglaterra, defendendo modalidades de aproximação, capazes de originarem parcerias com Londres. Se os focos de tensão no Senegal, nos anos vinte e trinta e sobretudo no Egito em 1841, são suficientes para contraditar estas intenções e fazer adivinhar as futuras rivalidades, também não é impossível identificar alguns momentos de cooperação na América Latina e na Ásia. No fundo, a consciência do domínio britânico dos mares, aliado à capacidade de bloquear a esquadra francesa nos seus próprios portos, contribuía para o desejo de evitar choques na periferia, de modo a não colocar em risco o equilíbrio no centro e, por isso, o fundamental era preservar as linhas de comunicação, conter as despesas, estabelecer tratados comerciais e conter a instalação de colonos brancos, recusando-se mesmo o apoio a quem já por essa altura manifestava tentações de explorar o interior¹⁸⁷.

Não obstante, a fraca capacidade de pressão destes grupos, ela não foi despicienda, como se percebe quando se averigua as práticas daqueles atores, no sentido de perceber as atitudes tomadas de modo a influenciar os patamares produtores de pensamento estratégico. Aqui, não me interessa perceber a adequação dos seus propósitos com o real, ou seja, não importa se o

¹⁸⁷ JOHNSON, R.W. French Imperialism in Guinea. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 230-247.

golfo da Guiné ou o Sudão tinham, ou não, as riquezas imaginadas¹⁸⁸; não importa sequer se a conquista da Argélia garantia ou não a preponderância no Norte de África e o controlo das rotas para o Oriente. O que interessa é perceber o que foi feito por quem acreditava nestas ideias e se conseguiram interferir nos modelos institucionais e operacionais.

Ora, logo em 1814, alguns acontecimentos assumem uma feição contraditória com a ideia do grande hiato e, em grande parte, isso resulta da capacidade de ação política de alguns grupos económicos com interesses ultramarinos, os quais, constituindo-se como bases de apoio de Luis XVIII¹⁸⁹ (1755-1824), conseguem a restauração do exclusivo colonial nas Antilhas, o reforço das práticas de segregação racial e do tráfico negreiro, com intuitos de exploração laboral, e o aprofundamento do sistema de plantações, contribuindo para um crescimento significativo da produção de açúcar, na Martinica e em Guadalupe, e para um incremento do comércio entre os vários territórios franceses¹⁹⁰. Interrompido pelo «governo dos 100 dias», este interesse não esmorece com o regresso da Monarquia e, quando nos anos de 1820, o crescimento da competição internacional, causada pela emergência dos produtos asiáticos, ameaça os rendimentos daqueles grupos, eles conseguem ter suficiente capacidade de pressão para influenciar o poder central que, não obstante assumir como sua principal preocupação o garantir do «balanço da europa» e a contenção de despesas, não deixou de patrocinar planos referentes ao continente africano, onde agora aqueles negociantes depositavam a esperança de replicar o sistema de plantações, tanto no Norte de África como nas costas da Guiné, onde, em simultâneo, alguns se instalavam em feitorias ribeirinhas e no curso do rio Senegal, com o fito de negociar borracha, ouro, diamantes ou marfim¹⁹¹.

Por outro lado, também as considerações estratégicas, viradas para o Norte de África, se faziam sentir nos discursos favoráveis a uma intervenção na Argélia, onde, apesar de não se desconsiderarem as motivações económicas, valiam sobretudo os referidos argumentos sobre as suas capacidades de controlo do tráfego mediterrânico. Todavia, tratando-se aqui de um projeto preconizador de conquistas militares, não foi possível reunir condições para a sua concretização, antes da subida ao trono de Carlos X (1757-1836)¹⁹². Este, como as suas

¹⁸⁸ KANYA FORSTNER. cit. 85 pp. 277-278. Defende que todas as ideias, a propósito das grandes riquezas do centro de África, não passam de mitos, mas compreende a força propulsora desses mitos.

¹⁸⁹ Irmão de Luis XVI, subiu ao trono em 1814. Deposto por Napoleão, em março de 1815, regressou ao poder nesse mesmo ano, após a derrota final de Napoleão, em Waterloo.

¹⁹⁰ TODD, cit. 186, p. 169.

¹⁹¹ NEWBURY, C. W. e A. S. KANYA FORSTNER. French Policy and the Origins of the Scramble for West Africa, *The Journal of African History*, 1969, v. 10, n.º. 2, p. 254.

¹⁹² Subiu ao trono em 1824, após a morte do irmão Luis XVIII, tentando restaurar práticas absolutistas. Teve um reinado marcado pela contestação e instabilidade que terminaria com a sua deposição, em 1830.

tentativas de restauração de lógicas absolutistas contribuíram para aprofundar as divisões e a conflitualidade na sociedade francesa, convenceu-se das potencialidades de uma intervenção militar como fator de união interna, e reforço do seu prestígio externo. Assim, em julho de 1830, marinheiros e soldados franceses iniciaram a conquista daquele território, abrindo um teatro de operações para cinquenta anos¹⁹³. A deposição daquele monarca e a sua substituição por Luís Filipe de Orleães (1773-1850), com o regresso da Monarquia Constitucional, conduziram a política argelina a um impasse, não permitindo grandes avanços para o interior, mas, como nos finais da década o levantamento dos povos autóctones obrigou à organização de vitoriosas campanhas militares, acabou por se verificar uma extensão espacial do domínio francês, uma popularização das temáticas expansionistas, um fortalecimento do papel do Exército e o emergir de projetos de conquista territorial na África Subsariana.

Na economia do texto importa referir estes pontos na medida em que o quadro estratégico supra descrito implicou a desvalorização de instituições administrativas coloniais complexas, e a afirmação de políticas de defesa globais e integradas, não se considerando, por isso, a necessidade de grandes reformas ou investimentos, levando à marginalização institucional dos assuntos coloniais, como se prova pelo facto de a administração dos territórios ultramarinos ser competência de um simples departamento do Ministério da Marinha e das Colónias¹⁹⁴, dirigido por um funcionário público e constituído por cinco secretarias, das quais três se dedicavam à administração geral, outra às questões financeiras e uma à organização dos serviços militares¹⁹⁵. A integração deste departamento no Ministério da Marinha (constituído por quatro grandes direcções: colónias, consulados, Marinha mercante e Marinha de guerra) compreendia-se por as colónias de povoamento serem quase inexistentes, o essencial das relações com o Império serem missões de cariz naval e as tarefas de defesa e segurança pouco excederem a protecção de rotas e portos, reservando-se as forças da artilharia e da infantaria da Marinha para os escassos esforços terrestres necessários.

Mas, ao mesmo tempo, o desenho diacrónico esboçado, também provou a óbvia não linearidade do processo e, por isso, compreende-se que nas fases de maior atenção à periferia,

¹⁹³ Para uma boa síntese sobre a conquista da Argélia e os primeiros anos da sua ocupação ver: AGERON, Charles-Robert. *Histoire de l'Algérie contemporaine, 1830-1988*, [Em linha] 9ª ed. Paris. P.U.F, 1990. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4809131d.texteImage>.

¹⁹⁴ Entre 1815 e 1894, a designação foi Ministério da Marinha e das Colónias, com exceção dos períodos de 1858 a 1860, 1882 e entre 1890 e 1894, quando se designou apenas como Ministério da Marinha. No primeiro caso, por via da criação do Ministério da Argélia e das Colónias; no segundo, por virtude da existência do Ministério do Comércio e das Colónias e, no terceiro, pela existência do Ministério do Comércio, da Indústria e das Colónias. Informação em Wikipédia.

¹⁹⁵ ABADIE, Maurice. *La Défense des Colonies*, Paris, Charles- Lavauzelle, Éditeurs Militaires, 1937. p.11.

as narrativas visando a racionalização dos modelos de funcionamento, atendendo a processos mais coordenados, de acordo com uma visão integrada de problemáticas económicas, diplomáticas e militares, tenham sido mais sublinhadas e capazes de entender a impossibilidade de se sustentarem naquela orgânica administrativa.

Repare-se que a partir de 1840, os franceses começam a espalhar-se ao longo de importantes faixas da costa da Guiné, Gabão e Costa do Marfim, sonhando com a criação de uma área de influência entre o Norte de África e as regiões da África Ocidental. Depois, quando as contradições da política interna francesa desembocaram na revolução de 1848, com o consequente fim da Monarquia Constitucional de Orleães e a subida ao poder de Luís Napoleão (1808-1873), (depois Napoleão III¹⁹⁶) a estratégia imperial sofreu uma mutação, começando a ser percecionada na sua componente de afirmação de poder interno e de prestígio internacional. Assim, reforçou-se a presença na Argélia, avançou-se para o Extremo Oriente, onde se procedeu às ocupações da Nova Caledónia (1853), da Cochinchina (1858) e do Camboja (1863), para além das várias ilhas do Pacífico, hoje conhecidas como a Polinésia Francesa, e no Senegal começaram a desenhar-se projetos ambiciosos de ocupação territorial e avanço em direção ao interior.

Personificando estas últimas imagens africanas, encontramos personagens como Louis Faidherbe (1818-1889), governador daquele território, entre 1854 e 1865, (com uma interrupção entre 1861 e 1863) e Jean Bernard Jauréguiberry (1815-1887), seu sucessor entre 1861 e 1863. O primeiro servira na Argélia, onde se convencera da inevitabilidade das conquistas territoriais, sob a liderança do Exército. Partindo destas ideias, e persuadido da necessidade de destruir pela força qualquer oposição ao domínio francês, entrou em confronto direto com os poderes mais fortes da região, contrariando os desejos pacifistas do governo central e iniciando um projeto de construção de fortes, ao longo do rio Senegal, os quais se deveriam estender até às planícies de *Fouta Djallon*, nas proximidades do Níger, a partir de onde ele pretendia avançar em direção a Bamako, ponto de projeção para o interior mais profundo, sonhando mesmo alcançar o Mar Vermelho¹⁹⁷. Tratava-se, pois, de um projeto visionário para o qual acreditava poder contar com a colaboração britânica¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Sobrinho de Napoleão Bonaparte foi eleito presidente da 2ª república, em 1848. Num golpe de estado, em 1852, estabeleceu o II Império e adotou o título de Napoleão III.

¹⁹⁷ BARROWS, Leland Conley. The Merchants and General Faidherbe. Aspects of French Expansion in Sénégal in the 1850's. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1974, 61, n.º223, 2º trimestre, pp. 236-283 [consult. 23 abr.2017]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1974_num_61_223_1757.

¹⁹⁸ NEWBURY e KANYA-FORSTNER, cit. 191, pp. 255-256.

Jauréguiberry manteve o essencial daquela política expansionista, mas teve de enfrentar a forte oposição dos interesses económicos, para quem o reforço de responsabilidades do poder colonial implicava o perigo de agravamento fiscal, numa altura onde os próprios poderes metropolitanos ainda não se mostravam muito predispostos a abandonar as premissas fundamentais do informalismo. Mesmo assim, empreendeu campanhas militares muito violentas contra as populações tribais, fazendo tenção de reforçar o controlo direto do governo sobre os povos locais, eliminando mesmo as formas de autonomia tutelada, aceites pelo seu antecessor. Todavia, entendendo não ser possível concretizar os seus projetos na plenitude, perante a falta de apoio dos interesses económicos que lhe poderiam disponibilizar os necessários recursos materiais e humanos, acabou por ver adiados os seus propósitos mais ambiciosos.

Durante esta fase, de maior foco colonial, encetaram-se algumas experiências de reformulação orgânica. Desde logo, com a criação de um novo Ministério, o da Argélia e das Colónias, onde se assumia como grande objetivo a tutela autónoma dos assuntos administrativos relacionados com o ultramar, facilitando o diálogo direto com os Ministérios da Marinha e da Guerra, onde o primeiro continuava a tutelar as forças de África, com exceção das forças localizadas na Argélia, obrigadas a responder ao ministro da guerra.

Por outro lado, como a presença francesa no Norte de África implicava de modo determinante no equilíbrio de forças no mediterrâneo, obrigando a valorizar as relações diplomáticas com a Inglaterra, o Império Otomano e a própria Rússia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha um papel crucial, acabando por assumir a gestão de boa parte dos assuntos argelinos, esvaziando as expectáveis competências do novo ministério, o qual, acabaria por se reduzir a uma experiência fugaz e fracassada, levando os assuntos do ultramar de volta para a Marinha e Colónias, ocasião em que a tutela sobre os assuntos argelinos acabou por ser desdobrada: as questões políticas e administrativas passaram para o Ministério do Interior, as questões operacionais ficaram no Ministério da Guerra. Desta estranha solução resultaria um reforço dos poderes do Exército no terreno, onde os militares se valeram das hesitações desde modo criadas, para reforçarem a sua autonomia e pouco se preocuparem com as determinações dos patamares políticos em Paris.

2.2.2. On gouverne de loin, on administre de près

A humilhante derrota face à Alemanha e a consequente queda do Segundo Império, em favor da implementação da III República (1870-1940), oferecem ao ultramar a possibilidade de se constituir como pilar fundamental de uma estratégia de afirmação interna e externa do regime.

Assim, e apesar de ainda preponderar alguma desconfiança face à viabilidade de colónias de povoamento, atendendo à relativa escassez da população francesa (36 milhões, em 1875 e 39 milhões, em 1901)¹⁹⁹ e ao seu pouco interesse em emigrar²⁰⁰, as narrativas de ocupação e conquista intensificam-se, incentivadas pela própria Alemanha, interessada em desviar a atenção de Paris dos teatros europeus e de hipotéticos desejos revanchistas.

Em França, são exemplares do crescimento daquelas narrativas os militares no terreno, os homens mais tarde conhecidos como o «partido colonial»²⁰¹, (um grupo informal, com membros de vários quadrantes ideológicos, mas com crescente peso em estruturas políticas e sociais, como o parlamento e importantes associações sócio económicas, como o *Comité de l'Afrique Française*, defensor da ligação entre o Senegal e a Argélia, através de ocupações militares e do desenvolvimento do comércio, ou a *Union Coloniale Française*, onde se agrupavam grupos económicos com interesses nas colónias) e também, os pensadores liberais.

Estes últimos aderiram à causa imperial de modo bem menos problemático do verificado em Inglaterra. Homens como Alexis de Tocqueville (1805-1859), Michel Chevalier (1806-1879) ou Jules Duval (1813-1870) sempre se mostraram favoráveis à colonização, embora em moldes diferentes dos aplicados no decurso do Antigo Regime. Em concreto, defendiam o livre comércio, promoviam a emigração europeia para as colónias, e a expansão do modelo civilizacional francês, acreditando na possibilidade de fazer tudo isto em simultâneo com o combate ao escravagismo, a expansão do sufrágio e a melhoria das condições de vida das populações nativas. Para tudo isto, admitiam a necessidade de formalização dos processos de conquista e territorialização, obrigando a um desenvolvimento dos modelos administrativos e de defesa e segurança, e a uma intervenção na arquitetura institucional, de modo a facilitar os procedimentos de cooperação e coordenação.

Todavia, na primeira metade da década de 1870, a prioridade ainda se encontrava na recuperação interna e, por isso, aqueles discursos continuavam a ser contidos pelo poder político, sobretudo quando vinham acompanhados de exigências orçamentais ou de riscos para o equilíbrio europeu. Porém, como a incipiência institucional tornava problemático o fluxo de

¹⁹⁹ QUINN, Frederick. *The French Overseas Empire*, Westport, Praeger Publishers, 2000, p.110.

²⁰⁰ LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*, [Em linha] Paris, Guillaumin Libraires, (1882), [consult. 6 jan. 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k245012.r=modernes?rk=21459>.

²⁰¹ A primeira referência à expressão Partido Colonial é de 1894, num discurso do presidente da União Colonial Francesa. BRUNSCHWIG, Henri. Le parti colonial français, *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1959, 46, n°162, p. 50. [consult. 23 fev. 2016]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1959_num_46_162_1305.

informação, os homens no terreno, em África, valiam-se da sua autonomia para, de acordo com os recursos ao seu dispor, desenhar projetos não convergentes com as determinações centrais. Bom exemplo disto foi o sucedido no Senegal e na região do Golfo da Guiné onde, por agora, os militares expansionistas não hesitavam em dispensar o beneplácito dos poderes políticos na Europa, e, moldados no pensamento de Louis Faidherbe, desenvolveram ações, que conduziram à intensificação da conflitualidade com a Inglaterra e à confrontação militar com os povos muçulmanos, o que, então, não convinha aos interesses da grande estratégia francesa.

Contudo, como muitas destas campanhas se revelaram sucessos operacionais, acabaram por contribuir para o reacender dos projetos de Faidherbe de avanço em direção ao Alto Senegal e de construção de um Império formal no Sudão Ocidental e, também, para o reforço das narrativas preconizadoras da intensificação do esforço militar. Assim, estas narrativas, em sintonia com as pressões da opinião pública e do partido colonial acabaram por assumir a necessidade da territorialização como única forma de conter a conflitualidade local, de garantir a aplicação de políticas fiscais e de controlar as rotas comerciais e as interferências de interesses rivais.

Assim, ao chegarmos aos anos de 1880, com o processo de alteração sistémica em marcha, concedendo à África um novo papel no relacionamento diplomático internacional²⁰², a generalidade das visões a condicionar a estratégia francesa sobre os espaços africanos está consolidada, não sendo novidade as promessas africanas de riquezas infindáveis²⁰³ e as consequentes pressões de grupos económicos privados²⁰⁴, a captura da periferia para os jogos políticos internos e externos, a ação de intelectuais, de alguns políticos e das sociedades de geografia, na popularização dos temas coloniais²⁰⁵, o discurso da missão civilizadora²⁰⁶ ou a

²⁰² DARWIN, John. *Ascensão e Queda dos Impérios Globais. 1400–2000*, Lisboa, Edições 70, 2015, pp. 352-354; HOPKINS, A. G. The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882, *The Journal of African History*, [Em linha], Cambridge, Cambridge University Press. 1986, v. 27, n.º 2, pp.363-391. [consult. 2 jan. 2019]. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/181140>.

²⁰³ HOPKINS, A. G. Economic Imperialism in West Africa: Lagos 1882-92, *Economic Historic Review*, [Em linha], 1968, v. 21, n.º 3, pp. 580-606. [consult. 2 jan. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.1968.tb01677.x>

²⁰⁴ KANYA FORSTNER, cit. 191, p. 273.

²⁰⁵ CHAFER, Tony. *Promoting the Colonial Idea: Propaganda and Visions of Empire in France*, Basingstoke, Palgrave, 2001. Sobre a importância das sociedades de geografia no colonialismo francês ver: BRUNSCHWIG, cit. 77. Sobre a importância do papel da opinião pública ver HARGREAVES, J.D. *Prelude to the partition of West Africa*, London, Macmillan, 1966. Para este autor, a aceleração da mudança de atitude das elites políticas francesas, em particular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que ele considera o verdadeiro motor dessa alteração, ficou a dever-se ao papel mais interventivo da opinião pública.

²⁰⁶ COSTANTINI, Dino. *La mission civilisatrice* Em: Dino COSTANTINI. *Mission civilisatrice: Le rôle de l'histoire coloniale dans la construction de l'identité politique française*, Paris, La Découverte,

compreensão das virtudes dos avanços tecnológicos para a implementação de políticas expansionistas, que de ora em diante se iriam desenvolver e consolidar.

Na verdade, estes tópicos também não divergem do que se havia visto em Inglaterra, ou do que se poderia ver nas restantes potências coloniais, mas parece haver aqui uma novidade decisiva: mais do que em qualquer outro lado, as vozes dos homens nas fronteiras mais remotas do Império, amplificadas pelo peso crescente do partido colonial e dos projetos missionários, chegam aos patamares superiores da hierarquia estratégica e levam-nos a aceitar a inevitabilidade dos esforços militares e das conquistas territoriais. Por essas razões, permitem generosas disponibilizações orçamentais para o Exército, contribuindo para um intenso movimento de conquistas, as quais se assumem como mais uma causa do acelerar da mudança do sistema internacional e não tanto uma consequência, como se verifica no caso inglês, se é possível esquematizar deste modo a questão.

Exemplo desta realidade foram os dois governos de Jules Ferry²⁰⁷ (1832-1893), entre 1880/1881 e depois entre 1883/1885. Apologista do pensamento liberal, era um defensor do livre mercado, olhando para as colónias como espaços privilegiados para a exportação de capitais e da superprodução da Europa industrializada²⁰⁸. Ao mesmo tempo, preconizava a defesa dos interesses das populações nativas, o seu progresso material e a sua libertação de líderes despóticos, mas não escondia óbvias noções racistas quando, por exemplo, afirmava: «We must say openly that indeed the higher races have a right over the lower races ... I repeat, that the superior races have a right because they have a duty. They have the duty to civilize the inferior races»²⁰⁹. Defendia formas de descentralização de poder, quando elas não colocassem em causa os interesses vitais da França e não excluía a possibilidade de intervenções militares, considerando indispensável portos seguros e postos de abastecimento no alto mar, assim como o aumento de investimentos militares, condenando, no entanto, os excessos da política de razias na Argélia, assim como a grande autonomia de ação operacional de que o Exército aí desfrutava.

2008; pp. 77-111; CONKLIN, Alice L. A mission to civilize: the republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930, Stanford, Stanford University Press, 1997.

²⁰⁷ Advogado, jornalista, diplomata e político. Defensor de ideias positivistas, anticlerical, reformou o sistema educativo em direção ao laicismo.

²⁰⁸ FERRY, Jules. Speech Before the French Chamber of Deputies, March 28, 1884, *Discours et Opinions de Jules Ferry*, [Em linha] ed. Paul ROBIQUET. Paris, Armand Colin & Cie., 1897, 1. 5, pp. 199-201, 210-11, 215-18, [consult. 12 mar. 2018]. Disponível em <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1884ferry.asp>.

²⁰⁹ IDEM. p. 216.

Nos seus governos, a presença francesa reforçou-se no Taiti (1880) e expandiu-se para a Tunísia (1881), Vietname (1883), Congo (1885)²¹⁰ e Madagascar (1885). O facto de a entrada na Tunísia se ter prolongado no tempo, transformando uma expectável ação preemptiva numa longa e onerosa ocupação, acabaria por originar a demissão do seu primeiro governo. Já na sua segunda experiência governativa, será a traumática derrota das tropas francesas, no Tonkin²¹¹ (Norte do Vietname), a causar a sua demissão, assim como um reforço das posições anticolonialistas e o consequente impasse na política expansionista, a qual só seria retomada em 1888, na Somália.

Após essa data, consolidou-se a presença na Guiné e no Senegal onde, nas décadas de 1870 e 1880, Joseph Galliéni (1849-1916) e Louis Archinard (1850-1932), através de um conjunto de dispendiosas campanhas, iniciadas sem qualquer respaldo político metropolitano, tinham começado a cumprir os projetos de Faidherbe de criação do Sudão Francês (1890). Por esta altura, ainda se conquistaram territórios, na Costa do Marfim e no Daomé (1893), em Kuang-Tchéou, nas costas da China (1898), no Chade e em Marrocos (1912), levando à formação de duas grandes unidades federais, no continente negro: a África Ocidental Francesa (1895) e a África Oriental Francesa (1904), dando origem a um vasto Império com perto de cinquenta milhões de habitantes, dispersos por mais de 10 milhões de quilómetros quadrados²¹², (embora nas zonas desérticas e da floresta equatorial a administração francesa fosse apenas nominal e sobretudo para afirmação externa), assumindo-se como o segundo maior Império global da época.

Este processo foi acompanhado por esforços contínuos de reformulação orgânica. Logo em 1881, e como corolário da crescente perceção das potencialidades económicas ultramarinas, a III República decidiu-se pela criação de um Ministério do Comércio e das Colónias, que passou a albergar um departamento colonial. Neste, instalou-se a secção de organização militar, proveniente do Ministério da Marinha, revelando a correlação pretendida entre as questões económicas e as de defesa.

²¹⁰ Através da assinatura do chamado tratado de Makoko, os franceses, representados por Brazza, foram autorizados a instalarem-se em *Stanley-Pool* e num pequeno território, nas margens dos rios Djoué e Impila. E aí se instalariam quarenta companhias concessionárias que estariam na origem da colónia do Médio Congo. Para muitos, este é um acontecimento decisivo para o início do *Scramble*, por estar na base das posteriores tensões que irão conduzir à Conferência de Berlim.

²¹¹ Região disputada pela França e pela China levou a um confronto entre estes dois países. Um mal-entendido levou à retirada das tropas francesas, em *Lang Son*. Este episódio foi considerado uma humilhação em Paris, levando a grande contestação e à queda de Ferry. Todavia, no tratado de paz, assinado já depois da sua demissão, a China acabaria por ceder esta região à França.

²¹² ANTIER-RENAUD, Chantal. *Les soldats des colonies*, Rennes, Éditions Ouest-France, 2008, p. 17.

Contudo, correspondendo esta fase ao incremento dos processos de conquista territorial, obrigando a modalidades de planeamento conjunto entre a Marinha, o Ministério da Guerra, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os homens no terreno, o estabelecimento de mecanismos de coordenação entre todos estes agentes, viria a revelar-se problemático. Sobretudo porque os ministérios militares não aceitavam as motivações economicistas e as interferências operacionais do ministro do comércio, os homens no terreno se mostravam avessos a adequações forçadas aos objetivos estratégicos gerais, e as tropas coloniais não se mostravam dispostas a ceder a autonomia conquistada ao longo do século.

Assim, também esta experiência fracassou, concluindo-se com o regresso do departamento colonial ao Ministério da Marinha, mas sem perder o estatuto de subsecretaria de estado, entretanto conquistado²¹³. Todavia, como o subsecretário das colónias era visto como uma figura menos relevante, e os ministros foram quase sempre marinheiros²¹⁴, continuou-se a assistir a uma desvalorização dos assuntos coloniais, em detrimento dos interesses específicos da Armada, os quais nem sempre foram convergentes, ainda para mais, quando agora se começava a assumir a necessidade de operações terrestres, em teatros tão diversos como a Argélia, o Sudão francês, a Costa do Marfim, o Daomé ou a África Oriental.

Ao mesmo tempo, muitos homens no terreno chamavam a atenção para o facto de a sorte das periferias, no caso de um conflito europeu, poder ser decidida pela eficácia do seu próprio dispositivo de defesa, e não por consequência do desfecho do conflito no centro, para além de que os territórios coloniais, se providos com capacidades militares consolidadas, poderiam constituir-se como uma poderosa retaguarda de apoio, ou até mesmo como base para projeção de um contra-ataque, condicionando as potenciais operações nos teatros europeus, e marcando uma posição relevante, em sede de negociações de paz. Mas, para assegurar todas estas possibilidades era necessário começar por garantir a segurança interna das colónias, a proteção das fronteiras e dos pontos de apoio da frota, exigindo-se, para isso, o fim da dispersão funcional de tutela e a criação de um departamento, onde se concentrassem todas as competências relativas ao espaço colonial, de modo a poder geri-las de forma coordenada, facilitando as ligações com as várias estruturas militares e civis instaladas no terreno.

²¹³ Os assuntos coloniais ainda voltarão ao Ministério do Comércio em 1889, regressam de novo à Marinha em 1892, para integrarem o novo Ministério do Comércio e da Indústria em 1893. Nesta instabilidade não se incluem os assuntos de defesa, pois estes não voltam a sair do Ministério da Marinha, até à criação do Ministério das Colónias em 1894. ABADIE, cit. 195, pp. 13-15.

²¹⁴ D'ANDURIAN, Julie. Entre velléité et opiniâtreté: La création du ministère des Colonies en France (1858–1894), em *French Colonial History*, v. 14, 2013, p. 36.

Escutando estas vozes, em 1882, decidiu-se constituir uma comissão extraparlamentar com o objetivo de estudar a pertinência da criação de um Ministério das Colónias autónomo²¹⁵. Mas, por esta ocasião a força dos ministérios militares, que receavam a formação de umas forças armadas coloniais fora da sua alçada, assim como a influência dos Ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros, os quais tutelavam a Argélia e os protetorados da Tunísia e Madagáscar, acabou por inviabilizar aquela solução, apenas se permitindo um reforço dos poderes dos subsecretários de estado, os quais passaram a ser nomeados pelo Presidente da República, reforçando o seu estatuto.

Deste modo, e embora não possuíssem competências orçamentais, nem legislativas²¹⁶, os subsecretários de estado reforçam a sua capacidade de dirigir a política colonial, e de acordo com a máxima «*On gouverne de loin, on administre de près*»²¹⁷, empenham-se em reforçar os poderes das autoridades civis locais, as quais reclamavam por políticas de desenvolvimento, reforma administrativa e descentralização financeira e estratégica. Como consequência deste processo, ainda em 1890, os oficiais da Marinha, em África e na Indochina, foram colocados sob a autoridade dos governadores locais, que eram os representantes do subsecretário de estado e, portanto, do governo.

Em 1894, deu-se a fundação do Ministério das Colónias. Este novo ministério apresentava, na sua estrutura inicial, um serviço de pessoal e secretariado e três direções: de assuntos políticos e comerciais, de assuntos penitenciários, e uma outra dedicada à defesa. Esta última assumiu responsabilidades técnicas (recrutamento de forças policiais e de milícias, instalação das tropas, material) e administrativas (processamento de soldos, alimentação, hospitais e serviços de saúde), mas, numa solução de compromisso, abdicou das questões operacionais, cativas dos ministérios militares. Dois anos mais tarde, esta orgânica acabará por ser reestruturada de acordo com uma lógica geográfica. Mantém-se o secretariado com funções administrativas e três direções. A primeira fica agora incumbida dos assuntos relativos a África, a segunda à Ásia, América, Reunião e Oceânia, reservando-se para a terceira direção, as matérias orçamentais, de aprovisionamento, soldos e transportes²¹⁸. Deste modo, os assuntos de defesa perderam o estatuto de direção, passando para um comité técnico militar, com tarefas consultivas em matérias de realização de planos de mobilização, definição de locais de instalação de tropas europeias e nativas, modalidades de recrutamento para as colónias, pedidos

²¹⁵ IDEM. p. 38.

²¹⁶ IBIDEM, p. 40.

²¹⁷ ABADIE, cit. 195, p. 20.

²¹⁸ D'ANDURIAN, cit. 214, p. 46.

de pessoal aos Ministérios da Guerra e da Marinha e fortificações, inviabilizando-se a possibilidade de criação de umas forças armadas coloniais, autónomas dos Ministérios militares, exigência que de ora em diante se irá transformar na grande bandeira do partido colonial.

A partir deste momento, o processo de conquista de competências, em matérias de política de defesa ultramarina por parte do Ministério das Colónias, não irá abrandar. Para isso, contribuíram acontecimentos como os de Fashoda, em 1898, a guerra anglo-bóer, com os seus maus exemplos de falta de coordenação estratégica e, de um modo talvez paradoxal, o reforço de poderes dos governadores, em matéria de segurança e defesa. Neste último caso, acontece que ao atribuir-se aos poderes locais a autoridade sobre as milícias e sobre os soldados e marinheiros destacados (com exceção de pagamentos, colocações e promoções), acabava por se transferir poder dos ministérios militares para o das colónias, pois era este quem nomeava os funcionários superiores do ultramar e, graças aos progressos dos meios de comunicação e transportes, possuía agora meios eficazes de controlar a sua ação²¹⁹.

Sintomático do reforço de poderes do Ministério das Colónias em matérias de defesa foram as tentativas de aumentar as competências do comité técnico militar. Este, através de um decreto de 1 de agosto de 1899, passou a ser constituído pelo próprio ministro e mais seis oficiais gerais, e adquiriu competências de planeamento e aprovação de obras com propósitos estratégicos globais, ou seja, aquelas que não deviam ser pensadas em função dos interesses específicos de cada território, mas sim numa perspetiva de interesse geral de todo o Império.

O final do século XIX será marcado pelo extremar de posições contraditórias face ao ultramar. Por um lado, o sentimento antimilitarista, exponenciado pelo caso Dreyfus, acaba por ter reflexos no crescimento dos movimentos de oposição a um modelo imperial dependente dos militares, em paralelo, o partido colonial cerrava fileiras fazendo a apologia da expansão como forma de França se impor no sistema internacional, organizaram-se congressos coloniais, surgiram sociedades culturais defensoras da colonização, e Galliéni e Lyautey desenvolveram ações de propaganda, em favor da ação do Exército em Madagáscar, defendendo a extrema violência, aí aplicada, como sendo o modo mais apropriado para a consumação do poder francês. Neste contexto, o Ministério das Colónias foi-se tornando cada vez mais eficaz na sua ação, aumentando de forma paulatina as suas competências sobre matérias essenciais para o

²¹⁹ BERGE, François. Le Sous-secrétariat et les Sous-secrétaires d'État aux Colonies: histoire de l'émancipation de l'administration coloniale, *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1960, tome 47, n°168-169, troisième et quatrième trimestres, pp. 301-376. [consult. 12 abr. 2018]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1960_num_47_168_1324.

funcionamento dos serviços militares²²⁰, apesar de o recurso a forças armadas, tuteladas pelos Ministérios da Marinha e da Guerra, ter continuado a ser uma prática corrente.

Em 1902, apesar de no Ministério das Colónias se entender as grandes questões da expansão militar como resolvidas, restando apostar no desenvolvimento económico e no fomento de obras públicas, também se percebe serem estas últimas inviáveis sem uma política de defesa e segurança consolidada. Assim, e de modo a permitir políticas cada vez mais coordenadas com a grande estratégia francesa, tendendo a incorporar e conectar as dimensões económicas, políticas e militares, inicia-se mais uma reforma orgânica, criando-se três órgãos com responsabilidades em matérias de defesa colonial: o gabinete militar, sob autoridade direta do ministro e responsável pela direção geral da organização defensiva; a inspeção geral permanente das obras de defesa e dos serviços técnicos de artilharia nas colónias, com funções de controlo e, ainda, o comité consultivo de defesa colonial, não por acaso constituído por representantes dos Ministérios das Colónias, da Marinha e da Guerra, cuja missão era estudar e dar pareceres sobre todas as questões a propósito da organização defensiva das colónias, e analisar os projetos e as solicitações provenientes dos gabinetes dos governadores coloniais²²¹. Nesse mesmo ano, ainda se iriam criar conselhos de defesa nas próprias colónias²²², aos quais se atribuíram as tarefas de estudar as questões de organização militar e defensiva, sob solicitação do governador ou do ministro, podendo mesmo recomendar ao governador a aplicação de medidas urgentes, as quais, em determinadas situações, poderiam ser isentas de sanção ministerial. Desta forma, esperava-se a obtenção de processos mais articulados no relacionamento com os poderes no terreno, para melhor atender às suas necessidades reais.

Em simultâneo, e de modo aparentemente contrário, providencia-se no sentido da limitação da autonomia do Ministério das Colónias, através da criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional. A explicação para este facto parece resultar da grande liberdade de ação

²²⁰ Esta concentração de atribuições será feita de modo faseado ao longo de vários anos e através dos seguintes documentos legais: a lei financeira de 26 de dezembro de 1908 criou uma direção dos serviços militares com atribuições técnicas, administrativas e orçamentais; em 12 de outubro de 1910 acrescentou-se às suas competências o serviço de saúde e, em 1919, criou-se no seio do Ministério das Colónias a secção de aeronáutica, extinta só em 1928, com a criação do Ministério do Ar.

²²¹ RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, *Journal officiel de la République française. Lois et décrets*, 2 e 3 de novembro, [Em linha] 1902, p. 7105, [consult. 12 de mar. 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6253244v/f2>.

²²² Na sua composição permanente entravam o governador, o comandante superior das tropas, o oficial general mais graduado, após o comandante superior e comandante da infantaria, o oficial general comandante das forças de artilharia, o chefe de estado maior, encarregue das funções de secretário. Em função dos assuntos debatidos, ainda podiam integrar o conselho: o comandante do porto de abrigo da frota, (nos casos aplicáveis), o comandante da frota, os diretores dos serviços administrativos, de saúde, de obras públicas e o tesoureiro. (1902), RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, cit. 221, pp. 7105-7106.

obtida pelos subsecretários de estado das colônias e depois pelos diretores dos departamentos de defesa do Ministério das Colônias, como consequência do processo errático de evolução da administração colonial, ao longo do século XIX. Essa liberdade de ação, muitas vezes traduzida em falta de escrutínio, permitia-lhes, dentro das suas limitações orçamentais e executivas, aplicar políticas, nem sempre concordantes com os objetivos da política externa francesa, chegando mesmo a incentivar focos de oposição ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando este, para satisfazer a Inglaterra, parecia disposto a sacrifícios em África. Agora, com a criação daquele Conselho Superior, a quem se atribuíam competências de formulação de grandes princípios políticos, o objetivo era alinhar as políticas ultramarinas com os interesses vitais da grande estratégia, operacionalizando mecanismos de integração e coordenação mais coerentes e eficazes. Deste modo, garantia-se alguma unidade na ação de todos os ministérios com competências coloniais, oferecendo ao Ministério das Colônias, nas suas múltiplas valências, a possibilidade de se assumir como um executor dos grandes princípios políticos definidos pelos poderes centrais e não de projetos pessoais ou de determinados grupos de interesses, embora nunca permitindo a sua assunção como um superministério, tal como ambicionava o partido colonial.

2.3. O caso alemão

A chegada tardia da Alemanha à discussão colonial dispensa recuos cronológicos, como os supra ensaiados, tornando-se escusado analisar projetos fortuitos como os de Karl von der Decken (1833-1865), defensor da instalação de uma colónia germânica na Somália²²³, ou a presença comercial de mercadores germânicos, nas costas da Guiné, desde o século XVII²²⁴, pois, ao contrário do defendido por Emil Zimmermann²²⁵, não vislumbro, em nenhuma destas circunstâncias, qualquer capacidade para influenciar a afirmação dos princípios estratégicos da Alemanha unificada.

Mas, tratando-se aqui de averiguar o encontro entre grande estratégia, orgânica institucional e homens no terreno, importa escrutinar o modo como a tendência dominante da

²²³ KERSTEN, Otto. *Ueber Colonisation in Ost-Afrika mit Hervorhebung ihrer Wichtigkeit fur Deutschland und besonders fur Osterreich*, Wien, Hilberg, 1867, pp. 25-27, 35-37.

²²⁴ NUSSBAUM, Manfred. *Vom Kolonialenthusiasmus zur Kolonialpolitik der Monopole. Zur deutschen Kolonialpolitik unter Bismarck, Caprivi, Hohenlohe*, Berlin, Akademie-Verlag, 1962, pp. 133-134

²²⁵ ZIMMERMANN, Emil. *The German Empire of Central Africa*. New York, George H. Doran Company, 1918, defende o papel da Liga Hanseática como fundamental na origem do expansionismo alemão. O nosso entendimento é diferente, porque as redes comerciais, criadas pela Liga, já estavam desarticuladas em 1871, não se identificando nos planos coloniais posteriores, por nós analisados, qualquer tentativa de lhes dar continuidade.

política externa do espaço germânico: expansionismo para o leste, e concentração nos problemas continentais²²⁶, se acomodou ao crescimento da importância das periferias e ao correspondente impulso para a formalização. Sendo este um dos temas clássicos da historiografia do expansionismo alemão, remetendo para a problemática das teorias do imperialismo, não se pretende aqui desenvolvê-lo; contudo, a sua abordagem é fundamental, pois o grau de atenção e investimento concedido às políticas de defesa e segurança coloniais, dependeu da diversidade, força e influência dos interesses favoráveis àquela acomodação.

2.3.1. De Bismarck à *Mittelafrika*

O facto de a Alemanha ter entrado no jogo ultramarino, numa época onde outras potências coloniais já começavam a problematizar as lógicas do informalismo, não impediu Berlim de apostar nesses mesmos modelos, pois os fundamentos da sua grande estratégia desenvolviam-se no continente europeu. Assim, e na linha do observado em Inglaterra e em França, nas primeiras décadas do século, valiam as ideias do chanceler Otto Von Bismarck (1815-1898) que terá afirmado: «A propriedade e o comércio devem ser privados depois a bandeira e a proteção podem entrar também»²²⁷. No fundo, quem tirava proveito das terras ultramarinas devia administrá-las e defendê-las e, como no espaço colonial alemão não se vislumbram colónias de povoamento, nem mesmo no sudoeste africano, onde o número de colonos europeus excedeu a soma dos instalados em todo o restante Império²²⁸, o resultado, até meados dos anos de 1880, foi a aplicação das receitas tradicionais de aposta nas companhias comerciais. Destas, esperava-se o essencial das tarefas de exploração e desenvolvimento, deixando para o Estado as missões de sancionar os tratados com chefes locais, proteger o comércio externo por via diplomática e naval, não havendo qualquer interesse em edificar um Império ultramarino centralizado, com estruturas administrativas de coordenação colonial complexas.

Este informalismo, em termos de política de defesa, significou escassa sofisticação das estruturas políticas de ligação entre os diversos patamares da hierarquia estratégica, modelos administrativos de concretização pouco elaborados e delegação de competências de segurança

²²⁶ Ainda em 1876, Friedrich Ratzel (1844-1904) o criador do conceito de espaço vital, defendia a prioridade da expansão para Leste, de modo a formar um grande poder continental, imune ao perigo de um ataque em duas frentes.

²²⁷ Citação em Kennedy, Paul. *The Rise of the Anglo-German Antagonism. 1860-1914*, London, George Allen & Unwin, 1980, p. 176. (Tradução do autor).

²²⁸ Em 1910 a população europeia nas colónias alemãs em África era: Sudoeste – 9.283; África Oriental – 2.384; Camarões-986; Togo–300. Dados em: KAISERLICHES STATISTICHES AMT, Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich, 1910, [Em linha], Berlin, Puttkammer & Mühlbrecht, 1911, p. 396. [consult. 10 mar. 2018]. Disponível em: <https://www.digizeitschriften.de/dms/toc/?PID=PPN514401303>.

a interesses privados, motivo pelo qual os projetos de infraestruturação militar não foram relevantes; com exceção da Armada, para quem se reservaram os esforços orçamentais, destinados ao aumento da frota, à construção e manutenção de portos, docas e estações de reabastecimento, os quais se assumiram, durante muito tempo, como os únicos testemunhos materiais da presença imperial.

Mas, caminhando para os finais da década de 1880, a desvalorização dos espaços ultramarinos começou a ser contestada. A explicação para esta mutação depende do posicionamento teórico adotado, pois onde alguns preferem valorizar as explicações económicas, outros veem questões estratégicas, civilizacionais ou, de modo mais original e de acordo com Hans-Ulrich Wehler, as noções do chamado «imperialismo social».

Assim, fosse por causa dos lucros interessantes, proporcionados pela borracha, o marfim, o algodão, o sisal, o café e os diamantes, e pelo potencial periférico para o escoamento da produção industrial e, por isso, para a resolução de crises de superprodução, fosse pelo desejo germânico de possuir uma colónia de povoamento branco no Sul, pela intenção de conquistar uma base estratégica na costa marroquina, para controlar as rotas marítimas com destino à América do Sul, à África Ocidental e à África do Sul²²⁹, fosse pela influência das narrativas de incentivo à emigração, fosse pelos argumentos civilizacionais, através dos quais alguns setores, de outro modo estranhos ao Império, preconizavam educar, cristianizar ou converter as populações africanas aos prazeres do trabalho capitalista, ou fosse ainda por consequência de estratégias articuladas visando a criação de um objetivo nacional capaz de originar um sentimento de união, na sociedade alemã, contribuindo para atenuar as críticas internas e o descontentamento social provocado pelos antagonismos provenientes de uma economia em processo de rápida transformação²³⁰, o certo é que os apelos em favor da expansão colonial foram-se ouvindo com maior intensidade, e disso fizeram eco as sociedades de geografia, os missionários, alguns mercadores, a Liga Naval, a Associação Colonial Alemã, a Sociedade para a Colonização Alemã (as quais se fundiram em 1887, originando a Sociedade para a Colonização Alemã²³¹) e também os homens no terreno, os quais clamavam contra as crescentes anexações britânicas, não hesitando em agir, em contramão, com o poder central, ameaçando ocupações, mesmo quando Berlim não as patrocinava.

²²⁹ CANA, Frank R. German Aims in Africa, *Journal of the Royal African Society*, [Em linha] Oxford, Oxford University Press, 1915, v. 14, n. ° 56, pp. 355-365, [consult. 2 mar. 2018]. Disponível em <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a099398>.

²³⁰ WEHLER (1970), cit. 86, pp.119-155; WEHLER (1972) cit. 86, pp. 75-76.

²³¹ FERNANDES, Marisa Alexandra. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O caso do Sudoeste Africano, *Revista de Ciências Militares*, II (1), 2014, pp. 65-86.

Estas pressões começaram por ser contraditadas pelos movimentos sindicais, pelos grupos económicos com fortes ligações à Inglaterra e por quem se recusava a esforços fiscais. Estas sensibilidades apresentavam argumentos como a denúncia das práticas de violência, utilizadas contra os povos ultramarinos, a má administração e corrupção nos governos coloniais²³², e, começaram por ter impacto suficiente para impedir uma adesão popular massiva aos projetos expansionistas, beneficiando do facto de estarem representados por diversas facções, no interior da maioria dos partidos políticos do sistema²³³. Contudo, no dealbar da década de 1890, quando à *Weltpolitik* se adiciona o fortalecimento do projeto de unir as duas costas do continente africano, desde o Togo até à costa oriental (*Mittelafrika*), aqueles argumentos são arredados da esfera de produção estratégica, e os discursos expansionistas tonam-se mais influentes, contribuindo para a consolidação da presença na costa leste africana, com a junção dos reinos do Ruanda e do Burundi à África Oriental Alemã, e para o emergir de impulsos de anexação dos territórios de Angola e Moçambique, em torno dos eixos assumidos pelos rios Congo e Zambeze²³⁴.

Como ao mesmo tempo, a ambição de consolidar a posição internacional²³⁵ já não permite hesitar na posição face à Grã-Bretanha, o afastamento entre estes dois países acentua-se, e os pequenos atritos ultramarinos sucedem-se, como provam as disputas, por causa da demarcação de fronteiras entre a Costa do Ouro e o Togo, e entre a Nigéria e os Camarões, para além das tensões no Sul do continente, onde o apoio alemão aos Bóeres e os avanços de Rhodes para territórios ambicionados por interesses germânicos, leva a recíprocas ameaças de retaliações armadas.

²³² EPSTEIN, Klaus. Erzberger and the German Colonial Scandals, 1905-1910, *The English Historical Review*, [Em linha], 1959, v. 74, n.º 293, pp. 637-663, [consult. 3 mar. 208]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/558886?seq=1>.

²³³ Entre os liberais encontramos alguns dos mais destacados defensores do projeto colonial, mas também quem considere o Império formal, contrário aos princípios do comércio livre. Existiam dois partidos conservadores, o partido conservador alemão e o partido dos conservadores livres. De início, ambos se opuseram à expansão, depois com a mudança de atitude de Bismarck, o segundo também mudou. O Partido católico opunha-se à exploração capitalista, mas era favorável à atividade missionária. Os sociais democratas denunciavam os métodos violentos utilizados nas relações coloniais, mas não se opunham ao projeto em si mesmo. CONRAD, Sebastian, *German Colonialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012, pp. 32-35.

²³⁴ GUEVARA, Gisela. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

²³⁵ LANGER, William Leonard. *European Alliances and Alignments, 1871-1890*, New York, Knopf, 1950, p. 318; TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*, Oxford, The Clarendon Press, 1957, p. 294.

O clima de tensão é crescente, mesmo se para alguns a Inglaterra continua a ser vista como uma aliada²³⁶, não se justificando que as fricções periféricas contribuam para uma aproximação da Inglaterra com a França e/ou da Rússia, o que poderia colocar em causa os interesses vitais na Europa. Porém, o fortalecimento do nacionalismo radical com as suas narrativas em favor da missão civilizadora, os seus ataques ao liberalismo interno e seus apoiantes britânicos e a sua defesa de um Império sem quaisquer concessões à Inglaterra, não cessa o seu caminho ascendente. Em 1898, o *Deutsche Zeitung* afirma mesmo a necessidade de a Alemanha adquirir mais colónias, como a zona neutral na África Ocidental, a Libéria, as regiões insulares portuguesas e espanholas no golfo da Guiné, Walfish Bay, Zanzibar, Delagoa Bay e Moçambique, metade do Estado livre do Congo, Samoa, uma base para a frota na costa Norte africana e outra nas Índias Orientais Holandesas. Não se apontam os meios para atingir estes objetivos, mas isto mostra bem a pressão, então colocada, sobre o governo.

Enquanto a imprensa se radicaliza e a opinião pública se aproxima dos temas coloniais, os discursos antibritânicos começam a ganhar força nas elites políticas, e nas forças armadas. Num contexto de desmantelamento do próprio sistema de equilíbrios no continente, o governo é obrigado a tornar-se mais atento e a engendrar processos elaborados de preservação dos territórios ultramarinos, contribuindo para a emergência da política de fomento naval do Almirante Alfred Tirpiz (1849-1930), Secretário de Estado da Marinha do *II Reich*, e para a posterior corrida aos armamentos liderada, pelo Chanceler Bernard Von Bulow (1849-1929), para quem o reforço territorial ultramarino era inevitável, obrigando a maior investimento na periferia e na organização da sua defesa interna e externa, até porque ele receia a possibilidade de a Inglaterra incentivar movimentos de subversão, nos territórios alemães.

2.3.2. Oberkommando

No terreno, estas movimentações, apesar de contraditórias, foram-se revelando por via de um maior intervencionismo do Estado, através de programas de construção de caminhos de ferro e de canais, da criação de consulados permanentes em África, de uma maior atenção às questões de defesa e segurança e de incentivos a diversos setores da economia com ligações ao Império, como as companhias de navegação ou as instituições bancárias com filiais ultramarinas e, também, por tentativas de racionalização das orgânicas administrativas e políticas.

²³⁶ Paul Kennedy considera a diplomacia alemã, nos inícios de 1890, como desajeitada e por vezes ofensiva, mas jamais antibritânica. KENNEDY, cit. 227, p. 211.

Intensificaram-se, por isso, os apelos à criação de mecanismos centralizados de controle e coordenação, permitindo reforçar as competências da Secção Colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, organismo de tutela dos assuntos africanos, diminuindo os poderes das companhias privadas, em matérias de defesa e segurança. Tudo isto, com a expectativa de se poder avançar para a integração das políticas coloniais, nos enquadramentos estratégicos globais.

Com efeito, a complexificação e valorização das relações comerciais fizeram aumentar as necessidades de coordenação e integração, originando uma solução deveras original: a criação de um organismo consultivo privado, o Comité Económico Colonial, de quem se esperava, em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a formulação de sugestões e pareceres para o desenvolvimento de projetos de investimento na agricultura, captação de investimentos, fomento de estradas e caminhos de ferro. Numa das suas primeiras recomendações, o Comité considerou, como imperiosa, a coordenação entre as políticas de fomento, fiscais e de defesa e segurança, mas, tratando-se de um organismo privado, a sua capacidade de influenciar a ação legislativa revelou-se muito diminuta. A sua longevidade seria curta e, em 1891, num momento de aceleração das lógicas da *Weltpolitik*, acabaria por ser substituído pelo *Kolonialrat*. Este, apesar de manter o estatuto de órgão consultivo, reforçou a sua capacidade de influência, por ter sido integrado no seio da administração pública e pelas características da sua composição. Sendo composto por representantes proeminentes de sensibilidades políticas, sociais e económicas muito diferenciadas, foi capaz de compreender a necessidade de intervir sobre temáticas muito diversificadas, de modo a garantir uma administração eficaz dos espaços ultramarinos²³⁷. O caminho, assim aberto, permitiu o aparecimento, seis anos depois, de um departamento colonial imperial autónomo sob a tutela direta do Chanceler, que era também o comandante chefe de todas as forças coloniais.

Para assessorar o Chanceler nestas competências criou-se, junto dele, o Quartel General Superior das tropas coloniais (*Oberkommando*), composto por um oficial de campo, um capitão de primeira classe, um cirurgião e um conselheiro, com competências sobre todas as matérias referentes às tropas coloniais. Este organismo deveria funcionar em estreita colaboração com os governadores, que eram os comandantes chefes das respetivas forças militares, e, através dos serviços de intendência, tutelavam as questões de pagamentos, fardamento, provisões, armamento, disponibilização de verbas e auditorias.

²³⁷ Entre os membros do *Kolonialrat*, contavam-se professores, funcionários públicos, comerciantes, aristocratas, banqueiros e missionários.

Como era grande a dispersão espacial do Império, assim como a heterogeneidade dos seus povos e modos tradicionais de organização política, aquela integração não implicava a transposição automática para as colónias dos modelos de organização adotados na Europa, permitindo-se às colónias a constituição de forças armadas privadas, com estruturas, orgânicas e dimensões definidas pelas estruturas locais.

Não havendo qualquer intenção de integrar as forças africanas no sistema militar metropolitano, estas soluções híbridas acabaram por se revelar pouco eficazes, sendo as capacidades efetivas do *Oberkommando* fragilizadas, perante os interesses particulares, valendo os posicionamentos individuais dos governadores, mais atentos aos interesses locais, desprezando os princípios estratégicos globais. Esta situação tornava-se ainda mais problemática quando, por consequência dos regulares processos de substituição das lideranças locais, as ruturas nas políticas desenvolvidas eram por vezes significativas. Por outro lado, e numa variação proporcional às dimensões do território, os governadores tinham dificuldade em exercer a sua tutela sobre os chefes de distrito, a quem competia o comando sobre as forças instaladas nas circunscrições, e que, aproveitando uma grande autonomia de ação, exerciam os seus mandatos, pouco considerando os interesses da colónia como um todo, quanto mais do Império.

A consciência destas realidades, e do perigo daí proveniente para a coerência entre as políticas locais e os interesses estratégicos, obrigou ao aprofundamento de mecanismos de controlo central, tendo-se concedido mais poderes ao Parlamento em matéria de aprovação de orçamentos coloniais e fiscalização da ação dos governadores.

Em 1907, o departamento colonial foi deslocado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ganhando o estatuto de Ministério das Colónias com a competência de gerir o corpo de funcionários coloniais. Porém, as estruturas de comando operacional não sofreram alteração, mantendo-se as atribuições do Chanceler, do *Oberkommando*, dos governadores e do Almirantado, em matérias de organização militar, aprovisionamento e disciplina.

De modo a tornar mais efetiva a aplicação dos ditames políticos sobre as populações, passam a ensaiar-se modelos semelhantes ao *indirect rule* britânico, recorrendo-se aos chefes tradicionais. Contudo, aqui a solução não passou pela utilização daqueles chefes como cadeias de transmissão do poder exógeno, mantendo a sua posição e prestígio local, mas sim a de os integrar, como funcionários, nas estruturas mais baixas da administração e das tropas coloniais.

Nos casos onde não existia qualquer organização hierárquica tradicional para ser cooptada naqueles moldes, como no Sul do Togo e dos Camarões e nas zonas mais interiores da África Oriental, os alemães criaram o seu próprio sistema de chefes. No Togo, estes chefes tinham a

incumbência de transmitir as diretivas emanadas pelo governo e garantir o seu cumprimento, informar sobre a irrupção de surtos epidêmicos, impedir a abstenção ao trabalho, certificar a segurança das estradas e cobrar taxas; em contrapartida podiam reservar para si uma percentagem da coleta fiscal realizada e tinham o direito de serem tratados de forma respeitosa pelos funcionários governamentais e pelos colonos em geral²³⁸. Também se contava com eles para providenciarem a guarnição dos postos militares, edificados ao longo das principais linhas de penetração para o interior.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo, a análise das linhas orientadoras das grandes estratégicas das potências coloniais aqui apreciadas, permite uma conclusão: a transição de modelos de colonialismo informal para outros de uma maior formalização, implicando um acréscimo de atenção aos problemas de defesa, foi acompanhada por pressões tendentes a introduzir princípios e mecanismos holísticos nos dispositivos militares, em nome da eficiência e da eficácia na prossecução dos objetivos políticos.

Para provar esta afirmação começámos por analisar a lenta transformação de lógicas de *Colonial Defence* para outras de *Imperial Defence*, no vasto e heterogéneo Império Britânico. Nas primeiras, mais típicas da fase informal, identificamos a ausência de uma ideia de unidade de esforços imperial e uma praxis sustentada em visões minimalistas, privilegiando a contenção orçamental, aproveitando a neutralização diplomática dos territórios africanos, onde o grande objetivo dos estrategistas era a defesa e a segurança autónoma de cada parcela territorial, sem qualquer preocupação em encontrar sinergias globais, dispensando-se, por isso, mecanismos elaborados de coordenação.

Prova disto mesmo, é a arquitetura institucional, que moldada para dar respostas locais flexíveis, tornava complexos os processos de coordenação central. Dispersando as competências sobre matérias de defesa colonial por diversos departamentos e ministérios, tornava-se problemático o processo de definição de objetivos estratégicos, o controle das cadeias de comunicação, a receção de *inputs* do terreno e sobretudo o garantir de coerência entre aqueles objetivos e a ação no terreno.

Até à década de 1880, a posição britânica no sistema internacional e o papel periférico do continente africano no todo estratégico inglês, permitiu não tornar problemática aquela lógica, e apesar dos débeis mecanismos de controlo por parte dos poderes políticos locais nem sempre

²³⁸ HIERY, Herman J. e Arthur J. KNOLL ed. *The German Colonial Experience*, Lanham, University Press of America, 2010, pp. 95-96.

conseguirem garantir a coerência entre a «política decidida e a estratégia determinada»²³⁹, as funções de defesa e segurança pareciam asseguradas pelo poder naval, pelas forças das companhias comerciais e, dependendo das realidades específicas de cada território, pelas milícias locais ou até por alguns corpos regulares de escassos efetivos, mesmo quando não existia coordenação entre estas unidades.

Contudo, as ameaças sistêmicas à hegemonia britânica, acompanhadas pela popularização dos discursos a propósito da inevitabilidade dos processos de decadência e do caráter fugaz dos grandes impérios, assim como o acelerar dos movimentos do *Scramble*, contribuindo para intensificar os processos de formalização, incentivam a emergência de narrativas preconizadoras de alterações nas políticas de defesa colonial, prefigurando a ideia de *Imperial Defence*, de acordo com a conceptualização adotada por Donald M. Schurman, processo que será marcado por um quadro de hesitações e dificuldades, em confronto com as permanências do período antecedente, interesses corporativos e perspectivas ideológicas adversas ao esforço institucional e material inerente à sua aplicação, e será concluído com a afirmação do *Committee of Imperial Defence* (CID).

Bem elucidativo do processo de consolidação do CID, foi o seu caminho de obtenção de capacidades executivas, ausentes na sua formação, mas adquiridas em 1911, permitindo-lhe um papel relevante em termos de coordenação entre departamentos, entre a Marinha e Exército a vários níveis da sua atuação, e entre poderes imperiais e coloniais, nas diversas configurações por eles assumidas, tornando mais sistemáticos os processos de relacionamento entre os poderes políticos e os comandos operacionais, facilitando por isso a coerência entre as grandes linhas de força determinadas pelos patamares políticos e a ação nos teatros.

De seguida, aponte a forma como em França se processou este mesmo processo. Considerei redutora a ideia do grande hiato, porque no período de informalismo a que ele se refere já se encontravam presentes e atuantes algumas das tendências e pressões mais importantes da futura política colonial francesa, as quais foram apresentadas, mas nem por isso recusei a ideia de marginalização institucional dos assuntos coloniais, a qual se pode provar pela sua tutela administrativa pertencer a um departamento do Ministério da Marinha e das Colónias, no seio do qual os serviços militares se integravam numa simples secretaria.

Como, por outro lado, também havia outros ministérios envolvidos em aspetos relevantes das dinâmicas ultramarinas, com impacto nas dimensões de defesa e segurança, sem que existissem mecanismos formais de coordenação entre eles, o resultado foi a persistente sensação

²³⁹ Utilizando uma expressão de LEMOS PIRES, 2014, cit.1, p. 37.

de vazio ao nível da grande estratégia, e como todos os vazios tendem a ser preenchidos, neste caso esse papel, coube aos militares em África. Assim, reforçados na sua autonomia, estes desde cedo assumiram uma vertente expansionista e bélica, a qual acabariam por conseguir impor junto dos patamares políticos, depois de em muitos casos, começarem por apresentar os factos consumados no terreno.

Neste particular, é obvio que o caso francês configura uma originalidade, quando a estratégia emana das bases e não do topo da hierarquia estratégica, acabando por condicionar e moldar a grande estratégia.

Aceite a inevitabilidade da territorialização, empurrando as periferias para o centro político, também aqui a tendência foi para o aprimoramento institucional, expresso na criação de um Ministério das Colónias autónomo, com competências sobre o sistema de defesa e segurança, embora sem tutela sobre a utilização de forças armadas metropolitanas, pois estas permaneciam na dependência dos Ministérios da Marinha e da Guerra, mesmo quando eram utilizadas em conflitos africanos.

Na lógica funcional deste Ministério, ainda considere importante sublinhar a sua preocupação em coordenar as tarefas bélicas com os projetos de desenvolvimento económico, e com a atuação dos citados ministérios militares, através da criação de um comité consultivo de defesa colonial, que constituído por representantes dos três ministérios em causa, propunha-se estudar e dar pareceres a propósito da organização defensiva das colónias.

Culminando este processo de busca pela coordenação e coerência fundou-se um Conselho Superior de Defesa Nacional com a missão de definir princípios de grande estratégia e de forçar o alinhamento das ações ultramarinas a estes mesmos princípios.

Por fim, introduzi a Alemanha nesta equação, de modo a confirmar a noção de paralelismo entre formalização e esforços holísticos, numa realidade cronologicamente diferenciada no que ao arranque do projeto colonial reporta.

Tendo chegado mais tarde ao projeto colonial, a Alemanha viu as suas estruturas políticas concederem pouca importância aos assuntos extraeuropeus, em tudo o que excedesse a capacidade das periferias para amortecer as tensões no centro. Por diversos motivos, internos e externos, esta situação será alterada e Berlim acabará por convergir com as tendências do novo colonialismo, mesmo se as terras disponíveis para ocupação alemã já não eram muitas, e parecia terem pouco a oferecer.

Ao fazer-se isto, também se assistiu à intensificação dos apelos para a criação de mecanismos centralizados de controlo e coordenação, os quais desembocaram no reforço de poderes administrativos da Secção Colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros,

organismo de tutela dos assuntos africanos, assim esvaziando as companhias privadas das funções soberanas por elas assumidas. Em simultâneo, a compreensão da necessidade em integrar assuntos económicos e assuntos políticos, levou à criação de um órgão para aconselhar aquele ministério em matérias de economia colonial. Inicialmente autónomo, este organismo acabaria por ser assimilado pela orgânica do Estado, mas as suas competências foram sempre muito limitadas.

Em 1907, aquela secção colonial acabou por se autonomizar, dando origem a um Ministério das Colónias, o qual, não obstante ter a pretensão de centralizar o essencial das atribuições referentes aos assuntos ultramarinos, não possuía qualquer jurisdição sobre as políticas de defesa e segurança, mesmo sabendo que nunca houve qualquer intenção de integrar as forças colonias nas forças armadas continentais, permitindo-se a formação de corpos muito heterogéneos, em termos de recursos humanos e materiais e doutrinas, em cada uma das parcelas do Império, devendo estas unidades responder aos governadores, os quais, nestas matérias, se encontravam na dependência direta do Chanceler, que era o comandante chefe de todas as forças coloniais, assessorado nestas funções por um *Oberkommando*, do qual se esperava uma estreita colaboração com os referidos governadores.

A violenta repressão dos povos hereros no sudoeste africano, na abertura do século XX, chocando importantes setores da opinião pública alemã, mostrou as dificuldades de relacionamento entre poderes políticos e militares no teatro de operações e a facilidade com que os ditames estratégicos globais eram desrespeitados em favor de interesses particulares, e por isso conduziu a um reforço dos poderes de inspeção do Parlamento, visando garantir a coerência entre a política e o terreno.

No fundo, o acompanhamento diacrónico deste processo político permitiu perceber a afirmação de abordagens que apelavam para visões unificadas da defesa imperial, através de incentivos à ligação entre o interno e o externo, à cooperação operacional e financeira entre as diversas parcelas do Império e entre a Marinha e o Exército, para efeito do que se exigia a criação de mecanismos funcionais de coordenação, capazes de interferir na produção política, de acordo com uma lógica de verticalidade hierárquica mas também de racionalidade estratégica.

3. A DEFESA DO ULTRAMAR NA EVOLUÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA PORTUGUESA

Com este capítulo, entramos no caso português. E como «não se pode entender a forma como a condução da guerra é desenvolvida, se não se souber o que verdadeiramente a política determina para quem nela intervém»²⁴⁰, vamos identificar os objetivos da grande estratégia portuguesa, face ao continente africano, para entendermos os modos como eles se refletem nos domínios concretos da organização do dispositivo de defesa. Para tal, analisamos os *Diários da Câmara dos Deputados* (1869 a 1910), da *Câmara dos Dignos Pares do Reino* (1869 a 1910), das *sessões da Assembleia Nacional Constituinte* e do *Congresso da República*, em confronto com os *Diários do Governo*, do *Boletim Militar do Ultramar* (1885-1910), do *Boletim Militar das Colónias* (1910-1915) e do *Boletim do Conselho Ultramarino*, conferindo, assim, toda a legislação aprovada referente às matérias de defesa e segurança, apesar de nem toda ter chegado ao terreno.

Neste esforço, assumimos duas convicções:

- A definição de uma grande estratégia não é inviável a uma pequena potência, independentemente do seu posicionamento no sistema internacional, onde seguimos o pensamento de Edward Luttwak²⁴¹;
- A ausência de documentos estratégicos formais não invalida a importância da documentação oficial para averiguar a evolução da política ultramarina, no que reporta às dinâmicas de defesa e segurança.

Esta documentação permite esclarecer, de forma completa e satisfatória a posição de Portugal face a África? De todo. Permite avaliar o que se concretizou no terreno? Não plenamente. Mas permite entender o que os decisores políticos ambicionavam e, para os propósitos deste texto isso é de grande significado.

Não assumindo a convicção de John Gallagher e Ronald Robinson, a propósito da capacidade explicativa da *official mind (the ideas, perceptions, and intentions of those policy-makers who had a bearing on British imperial policies)*²⁴², e partilhando os reparos infligidos

²⁴⁰ LEMOS PIRES, (2014), cit. 1, p. 56.

²⁴¹ LUTTWAK, Edward N. *Strategy. The Logic of War and Peace*. Cambridge, Massachusetts/ London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.

²⁴² GALLAGHER, John, Ronald ROBINSON e Alice DENNY. *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*, London, I.B. Tauris, 2015.

a este conceito, pelos trabalhos Peter Cain e Anthony G. Hopkins²⁴³, quando demonstram a capacidade dos *capitalistas cavalheirescos* imporem os seus interesses, condicionando a ação política, e por isso amenizando a relevância da *official mind*, consideramos, todavia, que a análise dos textos emanados dos centros dos poderes executivo e legislativo, é incontornável, pois em Portugal a existência de grupos de pressão poderosos com capacidade de intervenção autónoma, foi menos evidente do que em Inglaterra, e se existiu alguma dimensão onde a capacidade de concretização das determinações oficiais foi relevante, essa foi a defesa e a segurança ultramarina, por via do papel fundamental que o Estado aí foi conquistando.

Para facilitar o processo analítico, começamos por examinar, de forma sumária, dois períodos prévios àquele que apontámos como o núcleo desta pesquisa, os quais correspondem ao estabelecimento de uma subdivisão no interior do período 1822-1885, e remetem para uma fase informal entre 1822 e 1870, e depois para um período de transição, que prolongamos até 1885.

3.1. O Período Informal

Tal como se fez nos casos internacionais, a abordagem tem de ser colocada numa dimensão diacrónica e não sendo, para isso, necessário proceder a uma análise exaustiva da evolução da política colonial portuguesa, até porque nessa matéria pouco se poderia acrescentar ao que António José Telo, Paulo Jorge Fernandes ou Valentim Alexandre têm vindo a demonstrar em muita da sua vasta produção historiográfica²⁴⁴, importa insistir na ideia de que o modo como se olhou para o ultramar não foi constante, ao longo de todo o III Império, e isso implicou evidentes reflexos na forma como se pensava a sua defesa.

Olhando para o período de 1822 a 1870, onde se definem muitas linhas fundamentais do pensamento de defesa colonial, depois sustentadas nas fases formais, a característica, nele preponderante, de uma genérica falta de atenção ao Ultramar não invalidou a possibilidade de se estabelecer, no seu seio, quatro fases distintas, onde a distinção é permitida pelas variações ao nível dos propósitos:

- A primeira fase, correspondendo ao momento subsequente à revolução liberal, foi marcada pela independência brasileira e caracterizada pela tentativa de introduzir mecanismos assimilacionistas nas orgânicas administrativas. África

²⁴³ CAIN e HOPKINS, cit. 84.

²⁴⁴ Por exemplo: TELO, cit. 6; TELO, cit. 33, Telo, cit. 39, TELO, cit. 45, ALEXANDRE, cit. 40 FERNANDES, cit. 46.

ganhou alguma importância discursiva, por via das putativas potencialidades de substituição do território sul-americano;

- Em seguida, nos anos finais da década de trinta, a influência das práticas personalizadas na figura de Bernardo de Sá Nogueira, 1º Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876)²⁴⁵, implicou um discurso reformista sistêmico;
- Segue-se a fase cabralista, na década de quarenta. Agora, o triunfo de uma visão mais conservadora, apostada no assegurar das formas tradicionais de comércio com o sertão, adequadas a uma lógica de colonialismo informal, contribuiu para o afastamento de formas mais intrusivas, inerentes a visões expansionistas e de desenvolvimento;
- A partir da década de cinquenta, no contexto da Regeneração, nota-se um retorno das lógicas do fomento, pretendendo-se conciliar discursos de pendor civilizacional, com práticas económicas de produção. Em ambos os casos, isso implicava a necessidade de controlar os espaços e os homens.

Em concreto, se no imediato pós revolução liberal não se registaram esforços muito significativos para refletir sobre os mecanismos operacionais ultramarinos, a despeito da emergência de discursos de pendor de desenvolvimento e da erupção, em Angola, de ameaças à soberania de Lisboa, os posteriores projetos de Sá da Bandeira, assentes nos recursos nacionais, num modelo de exploração económica livre do trabalho escravo, na ambição de ligar as duas costas do continente e na crença nas potencialidades económicas da periferia colonial, foram acompanhados por tentativas de interferir nos modelos de segurança e na orgânica militar, até porque, na sua ótica, o desenvolvimento material das colónias só era possível se nelas houvesse segurança das pessoas e propriedades e, para isso, era indispensável a existência de «tropa disciplinada»²⁴⁶.

²⁴⁵ Durante a década de 1830, Sá da Bandeira apenas não exerceu cargos políticos nos anos de 1830, 31 e 34. Nos restantes, foi por várias vezes ministro da Guerra, da Marinha, do Reino, da Fazenda e dos Estrangeiros. Ao invés, na década de 1840, foi apenas ministro da Guerra por um período de pouco mais de três meses, nos anos de 1842 e 1846. Já na década de 1850, não só foi ministro da Marinha, entre 1856 e 1859, acumulando por vezes, com as pastas da Guerra e das Obras Públicas, como presidiu ao influente Conselho Ultramarino, entre 1851 e 1859.

²⁴⁶ SÁ DA BANDEIRA, Marquês. *O trabalho rural africano e a administração colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 169.

De acordo com este programa, ele tratou de recolher informações detalhadas sobre a organização das tropas coloniais de outros países²⁴⁷, apresentando, de seguida, algumas propostas para a reorganização das forças coloniais. Desde logo, alvitrou o aumento dos efetivos²⁴⁸, a concessão de vantagens aos oficiais da metrópole, em serviço nas colónias²⁴⁹, e, em 1838, fez aprovar um pacote legislativo²⁵⁰, onde a aspiração de potencializar o continente africano, como substituto do Brasil, não é estranha às soluções propostas: a possibilidade de os governadores gerais de Angola passarem a corresponder-se com o ministro da Marinha, sem a intermediação de funcionários superiores; a divisão da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar em duas secções distintas, uma para tratar dos assuntos da Marinha e outra para os assuntos específicos do ultramar; a organização da força militar de 1ª linha de Angola; a autorização para os governadores gerais criarem batalhões de segunda linha.

Apesar de as limitações orçamentais não terem permitido a desejada interferência no quadro orgânico das forças de 1ª linha²⁵¹, ele consegue acrescentar uma companhia de Sapadores²⁵² às unidades já existentes²⁵³, considerando a utilidade deste corpo para as tarefas de manutenção da ordem e de apoio logístico, mas também para o apoio às estratégias de desenvolvimento, por via dos seus carpinteiros, pedreiros ou ferradores²⁵⁴.

Interrompidos estes projetos, no decurso da década seguinte, os enquadramentos informais tornam-se preponderantes e com eles torna-se escassa a preocupação com o dispositivo de defesa e segurança, em todo aquilo que exceda a proteção dos depósitos litorais e das rotas marítimas, para o que se contava com a *Royal Navy*.

O posterior regresso de Sá da Bandeira à primeira linha de intervenção política, será marcado por novas tentativas de fomento colonial, de algum modo simbolizadas pelo renascer

²⁴⁷ PORTUGAL Arquivo Histórico Ultramarino Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (AHU – SEMU) 2925 - 2G – 1835-1873. Num documento não datado, Sá da Bandeira solicita informações a respeito das tropas coloniais dos seguintes países: Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos, Dinamarca (Santa Cruz, S. Thomaz e S. João), Suécia (S. Bartolomeu).

²⁴⁸ AHU - SEMU 2922 - 2G – 1815 - 1867 (Sá da Bandeira Documentos).

²⁴⁹ AHU - SEMU 2922 - 2G – 1815 - 1867 (Proposta de Lei 1859).

²⁵⁰ PORTUGAL. Conselho Ultramarino. (*BCU*), 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 41, 46, 55, 59-65.

²⁵¹ Então não excedia em muito os novecentos homens.

²⁵² *BCU* - 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p.60.

²⁵³ Regimento de Infantaria, Esquadrão de Cavalaria, Companhia de Artilharia e Companhia de Segurança.

²⁵⁴ O efetivo previsto da Companhia de Sapadores era de 100 praças e 3 oficiais, mas nunca foi respeitado, havendo mesmo queixas de os operários, provenientes da metrópole, serem de má qualidade e a maior parte dos seus membros degredados. PORTUGAL. Arquivo Histórico Militar (AHM) 2/2/61/2. (Resumo da evolução dos organismos militares da província de Angola. Elementos para a História Militar – Tenente de Infantaria Borges Júnior)

do Conselho Ultramarino, em 1851, e sobretudo, pela primeira grande reorganização da força de 1ª linha em Angola, aprovada no ano de 1857²⁵⁵. Esta reorganização denota uma profunda visão regularizadora e inaugura uma tradição de ordenamento centralizador, através do qual o Estado central assumia uma óbvia intenção de controlar a racionalidade das práticas, como forma de garantir a prossecução dos seus intentos. Por isso, ela define, em detalhe, as múltiplas dimensões do dispositivo a instalar e estabelece de modo muito claro dois princípios que, de ora em diante, não mais sairão da narrativa de defesa colonial: a prioridade tática às forças móveis com capacidade de destacamento, de modo a aliviar a incapacidade de alargar a malha de presença efetiva sobre a totalidade do território, sem comprometer o seu controlo, e a crença no papel civilizador das forças militares. Deste modo, consideram-se as unidades instaladas no terreno como um instrumento político, capaz de conquistar simpatias entre os povos locais, dissuadindo a conflitualidade, apelando-se, por isso, à não utilização de pilhagens e outros atos reprováveis²⁵⁶.

3.2. O Período de Transição

As características nucleares do período anterior não permitiram a cabal e profícua concretização das medidas preconizadas por Bernardo de Sá Nogueira e a sua intensa atividade política acabou por não conseguir impor ruturas significativas, nos grandes princípios estruturantes da defesa colonial e nas suas dinâmicas sociais e políticas de sustentação. Por isso, quando já na década de setenta os sintomas de mutação do sistema internacional começaram a fazer-se sentir, não só a presença portuguesa, no interior do continente africano era escassa, como também o dispositivo de defesa e segurança implantado, era frágil e desorganizado, revelando uma notória incapacidade dos poderes central e ultramarino concretizarem o estipulado nas leis.

Nesta década, a tarefa de adequação entre os objetivos, as possibilidades económicas, humanas e geoestratégicas do país e os novos contextos africanos, será conduzida por Andrade Corvo²⁵⁷ (1824-1890), para quem a colaboração com Inglaterra, ainda hegemónica por via do seu poder naval, era incontornável; mas não devia dispensar as boas relações com outras potências como a Espanha ou os EUA.

²⁵⁵ BCU - 1857 a 1862, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 70 a 81.

²⁵⁶ ARRIFES, Marco Fortunato. Organização Militar das Colónias – Adequabilidade e Potencialidades. Em: LOUSADA, Abílio Pires e Jorge Silva ROCHA. *História Militar Concisa da Participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp. 289–312.

²⁵⁷ Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1871 a 1878, acumulando com a pasta da Marinha e do Ultramar entre 1872 e 1877.

Mas em Angola, não havia portos nem estradas, quase não havia alfândegas e faltavam recursos humanos e capitais, e por isso eram dispensáveis as ocupações territoriais extensivas, sendo mais urgente a captação de investimento estrangeiro, em simultâneo com a delimitação de fronteiras por via diplomática, a organização de expedições científicas, uma política de obras públicas diversificada, mas realista, assim como a procura de consensos internos, para deixar as questões coloniais fora da disputa política quotidiana, permitindo um futuro onde as colónias se pudessem desenvolver por si próprias, único modo de poderem ter alguma utilidade económica para Portugal.

Para tudo isto, Corvo recomendava atenção às necessidades locais, às condições económicas e aos hábitos dos indígenas²⁵⁸, podendo dispensar-se menos cuidado às questões militares, que se deveriam submeter aos constrangimentos orçamentais.

Exemplos inequívocos da prioridade orçamental da sua política de defesa, enquanto ministro da Marinha e do Ultramar, foram a organização da Companhia de Segurança Pública da cidade de Luanda²⁵⁹, a proibição dos corpos militares de primeira linha, instalados nas províncias ultramarinas, excederem os oito mil homens²⁶⁰ e a criação do Regimento de Infantaria do Ultramar²⁶¹. No primeiro caso, aceitou a alteração do quadro orgânico da referida companhia, aumentando o seu contingente para 177 homens, considerando as reclamações dos governadores, quando encontravam na escassez de recursos humanos o principal argumento para a sua incapacidade operacional. Contudo, todas as despesas com esta unidade deveriam passar a ser suportadas pelos fundos coloniais e, em caso de necessidade, ela poderia executar funções ao nível da defesa, dispensando o recurso a expedicionários. Ao mesmo tempo, os seus regulamentos passaram a carecer de aprovação metropolitana, criando-se, assim, um foco de fricção, pois, no limite, embora fossem os governadores a escolher as lideranças operacionais, quem pagava não mandava.

²⁵⁸ ANDRADE CORVO, João. *Perigos*, Lisboa, Typographia Universal, 1870; *Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar Apresentados à Camara dos Senhores Deputados na Sessão Legislativa de 1875*; *Diário da Camara dos Deputados*, 2 de março de 1876, pp. 503-506; *Diário da Camara do Deputados*, 15 e 16 Fevereiro 1877, pp. 315-316 e 324-333; *Diário da Camara do Deputados*, 1879, pp 1757-1758 e 1789-1792; *Diário da Camara dos Dignos Pares do Reino*, discurso de 13 de janeiro de 1879; *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas, IV Vols.* Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883-1887.

²⁵⁹ SEMU, Decreto de 16 de novembro de 1872 reorganizando a companhia de segurança publica da cidade de Loanda, em *Collecção de Decretos de Execução Permanente Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar desde 11 de novembro de 1871 até 16 de novembro de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 101-103.

²⁶⁰ BCU - 1875 a 1878, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, p. 104.

²⁶¹ IDEM. pp. 298-307.

No referente ao Regimento de Infantaria do Ultramar, inspirado no modelo da infantaria de Marinha francesa, este tinha a sua sede em Lisboa e aí pretendia concentrar forças, em permanente prontidão para poderem ser destacadas, em qualquer momento de urgência. De início visava-se as regiões do oriente, tendo-se extinto, de imediato, os corpos europeus de primeira linha, sediados em Macau e na Índia, mas ficou desde logo prevista a possibilidade de se poder estender a sua atuação aos territórios africanos²⁶². Sendo evidente o propósito de evitar despesas com tropas destacadas por períodos prolongados.

Em 1876, sugeriu a importância de construir pequenos fortes no litoral e no interior, desde que o Parlamento lhe concedesse autorização para contrair empréstimos para implementar os seus projetos de fomento, mas também deixou claro que esses fortes deveriam ter como missão primordial a defesa das zonas agrícolas e comerciais, desvalorizando as tarefas soberanas e de apoio aos corpos militares terrestres que eles também poderiam assumir²⁶³.

Não se tratavam, no entanto, de medidas desconexas, e faziam sentido, no âmbito do pensamento geral do seu mentor e das circunstâncias políticas externas e internas, que exigiam o estabelecimento de equilíbrios entre o seu desejo de reforçar a ligação com Londres e a resistência aos discursos britânicos, onde se apontava Portugal como um país escravagista; e entre a sua busca por capitais estrangeiros e o desejo de reforçar a iniciativa privada nacional, garantido a recusa de qualquer projeto de venda territorial. Tudo isto sem confrontar, em demasia, quem achava todo o investimento no ultramar como um desperdício e quem, pela mesma altura, exigia zero cedências a interesses externos, mais conquistas e mais tropas.

Por exemplo, para Costa Lobo (1840-1913) na Câmara dos Pares, mandar dinheiro para as colónias ou para o mar era igual²⁶⁴, mas nos deputados, Rodrigues de Freitas (1840-1896) já dizia que o aproveitamento das potencialidades ultramarinas exigia um grande esforço orçamental na Marinha e no Exército. Luís de Lencastre, por seu turno, exigia um reforço da guarnição de Angola, para evitar qualquer invasão e impedir questões como as de Bolama, reclamando uma reorganização da força pública e o reavivar das milícias da chamada «guerra preta»²⁶⁵. Ao mesmo tempo Barbosa Leão (1818-1888), deputado por Angola, reclamava (sem grandes apoios) pela venda de Timor, Guiné e Macau, de modo a ser possível concentrar os

²⁶² IBIDEM. p. 115.

²⁶³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de março de 1876, pp. 503-507 (em especial 504).

²⁶⁴ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 1878, pp. 436-437.

²⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 de março de 1877, pp. 648-650.

recursos disponíveis naqueles territórios de onde, no futuro, se poderiam esperar alguns proventos, ou seja, Angola e São Tomé e Príncipe, para além das costas do Índico²⁶⁶.

No final dos anos de 1870, as críticas a Andrade de Corvo sobem de tom, e o escalar das críticas ao tratado de Lourenço Marques, de 1879, no qual se empenhou²⁶⁷, acabarão por estar na origem do fim da sua experiência governativa, permitindo um reforço da influência política de quem defendia uma maior aposta na política de territorialização e ocupação de extensas áreas, como forma de enfrentar os desafios provenientes das mutações do sistema internacional.

3.3. O Período Formal

Após a Conferência de Berlim, a valorização quase exclusiva, até então concedida às ameaças internas, começou a ser contestada e muitos africanistas apelam para uma maior atenção às ambições britânicas, e mais tarde alemãs, as quais se poderiam constituir como um risco para os objetivos estratégicos de afirmação soberana. Neste contexto, acentuam-se as críticas ao Regimento do Ultramar, defendendo-se presenças mais efetivas nos teatros, e os projetos de ocupação do *Hinterland*, até então entendidos como meras exceções, (vejam-se as falhadas tentativas de desenvolvimento do interior de Moçâmedes e da Huíla, e as investidas sobre as áreas mineiras do Bembe) começam a transformar-se em objetivos estruturantes, obrigando ao estímulo de narrativas e práticas de conquista territorial, com o que isso implica em termos de atuação sobre o dispositivo de defesa e segurança²⁶⁸, e de atrição com as populações locais.

Mesmo assim, as temáticas coloniais abordadas no Parlamento começam por não exceder os debates em torno dos problemas do Congo²⁶⁹ e da definição de fronteiras. Esta última questão foi mesmo uma das mais insistentes, obrigando ao intensificar de contactos com franceses, ingleses e alemães, em busca de soluções diplomáticas²⁷⁰, que se revelaram insatisfatórias para

²⁶⁶ Sobre o pensamento de José Barbosa Leão ver: ARRIFES, Marco Fortunato. O pensamento colonial de José Barbosa Leão, *Atas do XXVII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2019, pp.187-208.

²⁶⁷ Ver: TELO (1991), cit. 45, pp. 35-40.

²⁶⁸ ARRIFES, cit. 256, p. 292.

²⁶⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1883, pp.307, 309, 602, 620-621, 1139, 1196, 1143-1144.

²⁷⁰ Uma convenção de 28 de junho de 1817 definira a extensão das possessões portuguesas, ressaltando os direitos da coroa de Portugal aos territórios compreendidos entre os paralelos de 5° 12' e 8° de latitude Sul. Em 21 de abril de 1870, a sentença arbitral proferida pelo presidente Ulisses Grant dos EUA garantiu a Portugal o domínio da ilha de Bolama, em disputa com os britânicos. A ata geral da Conferência de Berlim e a convenção de 14 de fevereiro de 1885 definiu os limites do Norte de Angola e dos territórios de Cabinda e Molembo com o chamado estado livre do Congo, então ainda Associação Internacional. Em 1886, uma convenção com a França definiu as fronteiras da Guiné e outra com a Alemanha fez o mesmo com as fronteiras Norte de Moçambique e Sul de Angola, apesar de, neste último caso, a discordância sobre quais as cataratas, mencionadas no texto da delimitação, terem implicado um atrito por muitos anos. Na verdade, só iria ser resolvido, em 1926, quando

as correntes expansionistas, agora em crescimento, as quais reivindicavam mais presença militar nas zonas ambicionadas, como forma de pressionar os processos negociais.

No caso particular do Sul de Angola, a convenção de 1886, através da qual se delimitou a fronteira entre territórios portugueses e o sudoeste africano alemão, implicando cedências portuguesas nas suas pretensões sobre Andara²⁷¹, e na intenção de considerar a região do cordão de Cabo Frio como ponto de partida para a marcação da linha de fronteira, foi motivo de forte contestação, causando desconforto e críticas severas nos setores da oposição parlamentar.

António Ennes (1848-1901), em defesa daquela convenção, declarou na Câmara dos Deputados:

«(...) não sou tão partidário da alienação de territórios coloniaes (...) porque as colónias que hoje não remuneram os sacrifícios feitos podem remunerar amanhã e porque aquelas que são apenas padrões de glórias, sem remunerações utilitárias, correspondem também a necessidades morais dos povos, que não vivem só de pão. Inclino-me antes a uma política prudente e circunspecta que não dilatando demasiadamente o nosso domínio colonial não nos prive também de dar às colónias, às províncias ultramarinas, o fomento, a cultura, a civilização que têm direito de esperar de nós e que nós lhe devemos até por interesse da metrópole ... (deveríamos convencer) as pessoas que se ocupam dos negócios do ultramar de que não devem estar sempre a olhar para a história e para os mapas. Olhem também para os orçamentos de estado, para os recenseamentos da população, para os quadros do Exército, da Armada, para o estado do nosso pessoal administrativo, considerem nas estatísticas do comércio e da indústria, porque em todos esses documentos e em todas essas ordens de factos se encontram subsídios indispensáveis para o estudo das questões do ultramar. V. ex.^a sabe que ultimamente tem-se caído entre nós no erro de isolar demasiadamente os assuntos ultramarinos dentro da administração do estado, fazendo-se até uma política ultramarina estranha, quando não hostil à política geral, a que compete atender conjunta e harmonicamente os diversos e divergentes interesses públicos, esse erro, que já está tendo consequências ruinosas, é que precisa uma correção enérgica»²⁷².

Portugal e a União Sul Africana que, após a Grande Guerra, assumiu o mandato da antiga colónia alemã, assinaram um acordo onde se delimitou a fronteira em definitivo, concedendo-lhe os contornos mantidos até à atualidade.

²⁷¹ BCU - 1887, v. XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 137-140.

²⁷² Diário da Câmara dos Deputados, 21 de junho de 1887, p. 1357.

No fundo, ele defende a necessidade de uma política ultramarina, coordenada entre os Ministérios da Fazenda, da Marinha, das Obras Públicas, do Comércio e da Indústria, a qual permitiria entender a vacuidade de se empreender uma dilatação territorial, não amparada pelas reais potencialidades económicas e pelos recursos de defesa disponíveis, justificando, assim, as cedências feitas; até porque, afirma, nas regiões agora lamentadas, Portugal não tinha qualquer presença, nem sequer conseguiria impedir, de facto, o eventual desejo da Alemanha se expandir para norte da linha agora estabelecida²⁷³.

Assim, na sua opinião, o compromisso alemão de não empreender qualquer investida a norte do traçado era a melhor forma de assegurar os direitos portugueses, garantindo as «aspirações sensatas, as aspirações dos que não querem direitos que afinal só representam encargos, dos que dispensam propriedades que só trazem ruína»²⁷⁴; até porque, em contrapartida das cedências, Berlim concordava em reconhecer a Portugal o direito de exercer a sua ação soberana e civilizadora, nos territórios entre Angola e Moçambique.

Contudo, importava olhar para esses territórios com mais atenção, de modo a impor o domínio efetivo sobre as suas gentes, evitando a possibilidade de os germânicos capitalizarem o seu eventual descontentamento, virando-as contra as autoridades portuguesas. Por esse motivo, Enes assegura a constituição de expedições militares, com a finalidade de assinalarem a presença portuguesa no terreno e controlar as atividades dos povos locais.

Todavia, para as correntes mais críticas, estas explicações não satisfizeram. Serpa Pinto (1846-1900), por exemplo, manifestou a sua profunda desilusão pela falta de presença portuguesa naquelas regiões, recordando muitas das expedições já feitas e afirmando: «Na África, não tenho medo de me bater com a Alemanha porque a tática de Moltke e a diplomacia de Bismarck perdem todo o valor, e os processos que os alemães seguem hão-de ser os mesmos que nós seguimos»²⁷⁵. Ainda chama a atenção para a importância económica de Andara, de onde provinham os produtos encontrados no importante mercado do Mucusso, muito frequentado pelos comerciantes oriundos do Bié, que abasteciam Benguela. Na sua opinião, estas e outras vantagens tornavam imperioso o avanço para lá do Cunene e, sendo essas terras tão ariscas à presença europeia, só pela presença militar se conseguiria lá chegar, e conclui afirmando que não era importante conversar, mas sim conquistar.

A propósito do reconhecimento alemão, sobre os direitos de Portugal aos territórios entre Angola e Moçambique, (no mesmo ano, a França também os reconheceu, como contrapartida

²⁷³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22 de junho de 1887, p. 1372.

²⁷⁴ IDEM.

²⁷⁵ IBIDEM. p. 1374.

de cedências portuguesas na Senegâmbia) o deputado José de Azevedo Castelo Branco (1852-1923) considera-os como muito vagos. Na sua opinião, a Alemanha apenas se limitara a reconhecer a possibilidade de exercer influência soberana em territórios sobre os quais outras nações não mostraram interesse, não dispensando a exibição de capacidade efetiva no terreno, até porque se a Ata de Berlim apenas exigia aquela capacidade para as zonas do litoral, cedo ela valeria para o *Hinterland*²⁷⁶. Desta premonitória conclusão, ele retira a ideia do pouco valor daquele articulado, se, em simultâneo, não se apostasse em colocar mais homens no terreno.

Esta polémica é esclarecedora dos campos agora perfilados. De um lado, visões mais próximas dos posicionamentos realistas de Andrade Corvo, como as afirmações de Barros Gomes (1843-1898) nas cortes elucidam: «Há patriotismo que consiste em elevarmos muito as nossas grandezas, acentuando que dominamos metade do mundo, afirmando por todas as maneiras que levámos o nosso prestígio, o nosso nome e a nossa bandeira às regiões mais remotas. Mas também há patriotismo quando se pesa maduramente e com espírito de fina análise e desapaixonado critério as razões pró e contra que se podem apresentar a favor dos nossos direitos»²⁷⁷; do outro lado, quem vaticinava posturas mais ou menos unilaterais, musculadas e apostadas na inevitabilidade da conquista.

As consequências legislativas deste antagonismo não serão, por agora, muito evidentes, pois a preponderância do executivo sobre o legislativo obscurece-as, e as medidas no terreno nem sempre se encontram amparadas por leis, valendo ordens executivas e as posturas locais.

Mesmo assim, no Parlamento tinha-se debatido e aprovado uma nova organização administrativa das províncias ultramarinas e estipularam-se princípios de recrutamento para as forças de 1ª e 2ª linhas em Angola²⁷⁸. Pela primeira, garantia-se proteção aos chefes indígenas, quando eles reconhecessem as suas terras como parte integrante do território português, permitissem a livre passagem a comerciantes e tropas portuguesas, ajudassem na construção de fortificações e impedissem o estabelecimento nos seus territórios de quaisquer estrangeiros. Ao mesmo tempo, os chefes, assim avassalados, submetiam-se aos portugueses em matérias de disciplina e regime de trabalho, comprometendo-se a manter a paz com outros povos vassalos do rei de Portugal, e a fornecer soldados às forças coloniais, em caso de assim serem solicitados e de acordo com normas de recrutamento estipuladas pelos governadores²⁷⁹.

²⁷⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 de junho de 1887, p. 1355.

²⁷⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22 de junho de 1887, p. 1385.

²⁷⁸ Estes princípios só serão regulamentados em 1887. *BCU - 1887*, v. XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 156-174.

²⁷⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de maio de 1884, pp. 1350-1353.

Esta organização administrativa apresenta a particularidade de afirmar que todos os «governos e autoridades de todas as províncias e pontos ocupados, bem como as forças de mar ou de terra que neles estiverem servindo ou eventualmente se achem deverão prestar-se mútuo auxílio em todas as ocasiões e assuntos em que ele seja necessário à segurança, polícia e integridade da soberania nacional»²⁸⁰, e para a coordenação de tais propósitos sugeria-se a necessidade de instalar um agente junto do governo de cada província, o qual deveria ser proposto ao governador pela junta ou concelho do governo provincial. Todavia, esta nomeação era passível de veto por parte do ministro da Marinha e do Ultramar²⁸¹.

O acelerar da partilha deu mais força aos defensores das políticas de anexações territoriais. Neste sentido, Pinheiro Chagas (1842-1895), enquanto ministro da Marinha e a propósito do projeto de estabelecer um protetorado sobre o Daomé, afirmou:

«Era preciso que fizéssemos afluir aos nossos portos as correntes de comércio, que estabelecêssemos caminhos de fácil comunicação entre o litoral e o interior, porque o comércio só ia onde havia ocupação. Era preciso também fazer as anexações necessárias para se garantir o recrutamento dos trabalhadores, que eram o elemento da prosperidade e de comércio nacional. E obedecendo a esta ideia estava seguindo a política de expansão em Angola e Moçambique, e por esse mesmo motivo fomos a Dahomey para assegurar os braços necessários para a província de S Tomé»²⁸².

Em termos concretos, este tipo de narrativas acabaria por implicar uma intensificação das expedições militares por toda a região angolana, embora com incidência particular no planalto Sul, um aumento de preocupações com as condições de vida das tropas coloniais e um acentuar das exigências parlamentares de maior coordenação com o poder executivo.

A chegada de Artur de Paiva (1856-1900) ao planalto foi exemplo daquela primeira preocupação. Orientado para identificar as regiões, com melhores condições para exploração agrícola e implementação do caminho de ferro²⁸³, Paiva foi nomeado delegado do governo provincial e intendente da colonização branca em Benguela e Moçâmedes, com a missão de instalar as colónias brancas na região, em especial os Bóeres. Eram tarefas onde se esperava a sua coordenação com o governador geral, no sentido da apresentação de propostas de alterações

²⁸⁰ IDEM, p. 1351.

²⁸¹ IBIDEM, pp. 1351-1352.

²⁸² *Diário da Câmara dos Deputados*, 10 de fevereiro de 1886, p. 433.

²⁸³ *BCU - 1889*, v. XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pp. 86-87.

legislativas, tendentes a permitir a conciliação de interesses e a administração da justiça entre povos de costumes diferentes²⁸⁴.

Ainda relacionado com este novo impulso de expedições de cariz militar, lembre-se a missão de Paiva Couceiro, que, no âmbito do projeto de ligação da costa à contracosta, foi incumbido de colocar as regiões do Barotze sob soberania portuguesa; tarefa depois interrompida pelos desenvolvimentos relativos ao episódio do ultimato britânico.

Expedições deste tipo não eram uma novidade, mas tornaram-se agora mais frequentes, e como eram tuteladas pelos governadores, não rareavam as ocasiões onde elas colidiam com os interesses da grande estratégia; ou porque causavam antagonismos com as populações locais, ou porque incentivavam atritos fronteiriços com outras potências europeias. Por esses motivos começou a registar-se um esforço, por parte de Lisboa, de modo a implementar mecanismos de controlo mais efetivo destas missões, para garantir a sua adequação aos propósitos da grande estratégia. Por isso, começou a exigir-se a apresentação de planos prévios, onde deveriam constar os objetivos das expedições, o respetivo orçamento e a listagem das necessidades de recursos humanos e materiais. Este plano carecia da aprovação do ministro da Marinha e do Ultramar, apenas se dispensando este procedimento no caso das expedições lançadas para responder a emergências, onde estivessem em risco a segurança de pessoas e bens²⁸⁵.

Já a propósito das inquietações suscitadas pelas condições de vida das tropas coloniais, o Parlamento toma em consideração o estado de abandono dos fortes e as notícias, cada vez mais insistentes, a propósito de soldados indisciplinados e mal municiados, incapazes de garantirem a segurança dos missionários e colonos, sujeitos a extorsões e agressões perpetradas pelos régulos locais²⁸⁶, mas esta não é uma matéria onde se vislumbre grande consenso, pois, face a estas reclamações, alguns deputados preferem contrapor com as regalias de bonificações salariais e de tempo de serviço atribuídas aos militares metropolitanos, quando partiam para o continente negro²⁸⁷.

Mas a «pedra de toque» de tudo isto encontrava-se na necessidade de reforço dos mecanismos de ligação e coordenação, pois o seu estabelecimento e consolidação eram vistos como o melhor caminho para ultrapassar muitas das debilidades diagnosticadas e tornar mais efetiva a concretização dos objetivos políticos. Neste ponto, uma situação assume, desde logo, particular relevo e remete para as dificuldades de comunicação. Trata-se de um problema

²⁸⁴ *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 435.

²⁸⁵ *BCU - 1891*, v. XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 524.

²⁸⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 23 de abril de 1889, pp. 406-407.

²⁸⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 6 de junho de 1888, p. 2393.

inerente a todas as realidades coloniais oitocentistas, por via da distância e das fragilidades tecnológicas que implicava uma constante falta de informações oficiais, provenientes do terreno. Por um lado, os governadores gerais nem sempre enviavam os relatórios a que estavam obrigados por lei, e, por outro lado, nem sempre o poder executivo dava ao Parlamento o seu correspondente *feedback*, situação agravada nos momentos de maior tensão política ou militar, quando o poder executivo considerava valorizar a necessidade de secretismo de muita desta informação.

Ainda a crise com a Inglaterra não se tinha resolvido e já o ministro da Marinha, Júlio Vilhena (1845-1928), apresentava na Câmara dos Pares um plano bianual, que visando a consolidação da ocupação no Sul, refletia em torno de alguns daqueles itens. Nesse plano, ele considerava necessário conciliar o projetado caminho de ferro de Moçâmedes, com uma reforma administrativa e financeira, concessões a companhias privadas, de preferência nacionais, e com uma profunda reorganização da força militar. Neste projeto estaria a solução do problema africano²⁸⁸, mas, tendo ele beneficiado dos então inflamados sentimentos patrióticos para ser aprovado em ambas as Câmaras, o facto de ter sido lançado sem estudos prévios²⁸⁹ ou qualquer sustentação financeira, acabaria por implicar um grau de concretização quase nulo.

Consumado o confronto diplomático, a agitação posterior não foi boa conselheira, mas permitiu a discussão de pontos relevantes para a defesa de África. Elvino de Brito (1851-1902), por exemplo, afirmou: «Agora que regressaram à metrópole todos os exploradores que percorriam o interior de África, agora que a pretexto do *status quo*, quasi não temos nos vastos territórios avassalados, mas não ocupados, quem vigie os manejos pérfidos dos exploradores e delegados estrangeiros, tem graves receios de que sejamos surpreendidos com espoliações de nova espécie que não sendo atalhadas a tempo, dificilmente terão remédio. Confia na inteligência e patriotismo do sr. Ministro da Marinha, e está seguro de que ele terá pensado neste assunto com a circunspeção necessária...»²⁹⁰.

Para Serpa Pimentel (1825-1900), na presidência do conselho²⁹¹, a defesa dos objetivos portugueses não passava pela simples injeção de capitais; na verdade já muito se tinha gasto e os resultados eram poucos, por isso o importante era empreender uma reorganização dos

²⁸⁸ Segundo o proponente.

²⁸⁹ ALEXANDRE, Valentim. *A Questão Colonial no Parlamento v. I, 1821-1910*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008, p. 177.

²⁹⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 9 de maio de 1890, p. 150.

²⁹¹ António Serpa Pimentel chefiou o governo entre 14 de janeiro de 1890 e 14 de outubro do mesmo ano.

princípios funcionais das forças de defesa e segurança, definindo os seus objetivos, recursos e modos de organização, constituindo-se uma comissão especializada para averiguar a origem dos problemas concretos no terreno, pois estes, na opinião de grande parte dos conhecedores da realidade, deviam-se sobretudo ao difícil relacionamento com os povos locais e não às intrigas ou conspirações europeias, como em Lisboa se acreditava, e os recentes acontecimentos pareciam confirmar²⁹².

Acalmada a situação política, da polémica vai sobrar a extinção do moribundo Regimento de Infantaria do Ultramar, cada vez mais descapitalizado em termos de recursos humanos (das 1193 praças previstas, no seu quadro orgânico, chegou a ter apenas 202)²⁹³, e o inflacionar dos discursos favoráveis à criação de unidades territoriais. Estas deveriam ser a expressão da soberania portuguesa, reprimindo e dissuadindo qualquer foco de insubordinação africana e contendo qualquer ambição europeia, para já muito centrada na Inglaterra, vista como instigadora das revoltas africanas²⁹⁴, não se concedendo grande crédito às garantias oferecidas pelo *modus vivendi*, assinado em 1893²⁹⁵.

Por tudo isto, a necessidade de reorganização do dispositivo de defesa e segurança era quase unânime. Ferreira do Amaral (1844-1923), então ministro da Marinha, afirmou: «a organização das tropas do ultramar é um dos problemas mais difíceis de resolver, porquanto é nessa organização que deverá basear-se a administração efetiva dos nossos domínios além-mar e a eficaz expansão da nossa soberania nas esferas de influência que nos são garantidas pelos tratados»²⁹⁶. Ou seja, administração e defesa eram fatores indispensáveis para garantir o sucesso económico do ultramar e, nesse sentido, importava remodelar a organização militar colonial, com a colaboração do Parlamento, o qual deveria «assentar princípios e definir ideias»²⁹⁷.

Para Ferreira do Amaral havia, no entanto, uma ideia basilar para essa reorganização: tropas permanentes de recrutamento africano, as quais deveriam ser enquadradas e treinadas por europeus, devendo oferecer a possibilidade de serem deslocadas para qualquer ponto da colónia de origem, assim como para qualquer outra parcela do Império, onde fossem necessárias.

²⁹² Por exemplo Serpa Pinto, a propósito da morte de Silva Porto: «É preciso que se saiba que no interior da África muitas vezes se encontram dificuldades sem serem sugeridas por nenhum estrangeiro. Estas dificuldades provêm em regra da própria selvageria dos indígenas, são sugeridas por interesses mesquinhos que se debatem lá como aqui», em *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 de maio de 1890, p. 414.

²⁹³ O Regimento é extinto em 8 de junho de 1892. *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 276-278.

²⁹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de outubro de 1894, pp. 103, 106, 111-112.

²⁹⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22 de outubro de 1894, pp. 120-121.

²⁹⁶ *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 276, 278.

²⁹⁷ *IDEM*, p. 277.

Deveriam ser apoiadas por auxiliares irregulares, embora para estes apenas se preconizasse a utilização regional²⁹⁸.

Neste contexto de voragem discursiva, Neves Ferreira (1846-1902), em julho de 1893, vem recomendar a criação de uma força europeia de cavalaria, com uma divisão anexa de artilharia de montanha, destinada ao planalto, mas visando já a outra margem do Cunene, pois não era apenas a segurança dos colonos a movê-lo, mas igualmente o desejo de expansão territorial. Conciliando estas forças com o aumento das dotações orçamentais para as missões, a conclusão do ambicionado caminho de ferro e uma reorganização da força militar indígena, ele acreditava ser possível garantir a soberania portuguesa naquela região, sem a necessidade de recorrer a dispendiosas expedições metropolitanas. Como, em simultâneo, entende a ineficácia da presença militar sem posterior colonização, preconiza ainda o incentivo de políticas de povoamento, propondo que os militares destacados para a unidade de cavalaria pudessem ser acompanhados pelas respetivas famílias, às quais o governo deveria custear as despesas de viagem e dar terrenos agrícolas, alfaias e apoio alimentar²⁹⁹.

No restante desta década, assiste-se ao inflacionar das narrativas patrióticas, exaltando-se o período da expansão quinhentista, por via do emergente discurso dos navegadores, santos e guerreiros, agora constituídos como exemplares para a ação de quem no terreno lutava em nome desse suposto passado glorioso³⁰⁰. Daqui resulta uma visão, em caminho acelerado para se tornar consensual nas elites, onde se assumia a necessidade de políticas integradas de fomento material, obras públicas, reorganização administrativa, reforma militar e naval e investimento no transporte marítimo³⁰¹, e onde a divergência se remetia para o circunstancialismo da rivalidade política, para a discussão em torno do esforço orçamental mais apropriado e dos graus de autonomia mais desejáveis, deixando-se pouco espaço para projetos mais extravagantes como as ideias de alienação territorial³⁰².

²⁹⁸ IBIDEM pp. 276-277.

²⁹⁹ A política de incentivos à emigração iniciara-se em 1838, e por esta altura já conhecera diversas modalidades, embora em grande sucesso. Ver capítulo 6 nesta tese.

³⁰⁰ FERNANDES, cit. 102 fala da emergência daquilo a que apelida de uma ideologia nacionalista e radical de cariz colonial.

³⁰¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1899, pp. 6-24 (Proposta e debate sobre projeto de navegação para África).

³⁰² Em 1888, e mais tarde em 1891 e 1892 o deputado Ferreira de Almeida apresentou projetos de alienação da Guiné, Ajudá, Cabinda, Moçambique, Macau e Timor; *Diário da Câmara dos Deputados*, 10 de junho de 1891, pp.3-12; 21 de janeiro, 1 de fevereiro e 24 de março de 1892, pp. 6-8 e 3-5. Em 1893, Ferreira de Almeida reconhece que o seu projeto não tem acolhimento popular, em *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 de junho de 1893. Nos finais do século, a ideia da venda das colónias para obter capitais para investir voltará. É o caso de Luciano Monteiro, em 23 de julho de 1897, e outra vez Ferreira de Almeida, em 28 de agosto de 1897, nos deputados, e Vaz Preto, nos pares, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 28 de abril de 1898, p. 263.

Neste contexto, integram-se as recorrentes tentativas de interferir na estrutura orgânica das tropas angolanas, de onde resultam as reorganizações de 1893, 1895, 1901 e 1904, as quais, no essencial, apontam para a ideia de concentração de forças em Luanda, Benguela, e Moçâmedes, conferindo-lhes capacidades de fácil irradiação e racionalidade nas despesas e nas dimensões, não se devendo enviar companhias para policiar pequenos atos de banditismo, nem pelotões para enfrentar sublevações de milhares de nativos, como não raras vezes se verificava. Porém, estas revisões legislativas não escondem a posição central agora assumida pelas questões da apropriação territorial e sua consequente defesa, como fica bem exemplificado num extenso relatório³⁰³ apresentado aos deputados em março de 1899, onde o ministro da Marinha e do Ultramar, Eduardo Vilaça (1852-1914) afirmou: «Cumpre-nos conservar o domínio colonial, que pelos tratados nos ficou garantido e procurar aproveitá-lo, desenvolvê-lo, explorá-lo agrícola e industrialmente, fecundá-lo em suma. Sem dúvida que deve ser nosso protesto marchar de acordo com os outros países na grande obra da civilização africana, em que fomos os primeiros, não recusar o concurso dos estados vizinhos, nem tão pouco negarmos a nossa coadjuvação, mas salvaguardando sempre a integridade do nosso solo e mantendo a inteireza da nossa soberania.»³⁰⁴.

No seu entender, as vantagens económicas das colónias poderiam ser mais relevantes num futuro próximo, justificando-se, assim, todos os esforços orçamentais agora passíveis de ser feitos. Contudo, pouco haveria a esperar do futuro se na política interna não se procurassem consensos e não se escutasse a voz dos homens no terreno, « ... a grande obra do ressurgimento colonial não pode realizá-la, um só governo, menos ainda um só ministro. Tem de ser a resultante do espírito de sequência, de perseverança, de tenacidade na administração das colónias. Faz-se mister um plano previamente estudado e definido e levá-lo em seguida à prática com paciência e constância»³⁰⁵, acrescenta.

Para o desenho desse plano, assim vislumbrado no tempo, ele preconiza as ideias cada vez mais presentes de conciliação entre fomento industrial, obras públicas, educação dos indígenas, escolha de bons funcionários e bons colonos, elaboração de leis adequadas às realidades específicas de cada espaço, propagandear das colónias na metrópole, para além do evitar de conflitos internacionais, por via de uma rápida e correta demarcação das fronteiras, recorrendo para isso a oficiais do Exército e da Armada. A amplitude destas visões carecia de uma

³⁰³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de março de 1899, pp. 11-103.

³⁰⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de março de 1899, p.11.

³⁰⁵ IDEM. p.12.

reorganização das estruturas políticas, por via da reestruturação da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar e de uma reorganização das forças militares.

Quando advoga estas ideias, elas já não eram muito originais, mas destaque-se o relevo concedido ao papel das forças militares, pois, no seu entendimento, estas eram vitais para qualquer empreendimento de afirmação colonial, competindo-lhes garantir a soberania nacional, a segurança das pessoas e o desenvolvimento das atividades económicas. Reconhecendo o esforço realizado nas últimas décadas para as reorganizar, ele considera ter faltado, a todas essas tentativas, uma visão de conjunto, uma maior atenção às propostas dos homens no terreno e uma maior atenção à qualidade dos recursos humanos.

Como corolário deste diagnóstico, insiste na necessidade de uma maior coordenação entre patamares políticos e operacionais e concede particular relevo aos incentivos a conceder aos militares europeus, voluntários para o serviço colonial. Como estes eram indispensáveis para enquadrar as forças nativas, deveriam ser incentivados com benefícios salariais, e terem garantias de não serem prejudicados nas promoções, quando regressassem ao reino, pois as suas comissões africanas tinham de ser longas, de modo a evitar frequentes mudanças de pessoal, facilitar a aclimatização e o conhecimento dos espaços.

Em simultâneo, ainda propõe a possibilidade de os sargentos do Exército do reino serem promovidos a tenentes, passando à reforma como capitães ao fim de dez anos de serviço, se optassem por transitar em definitivo para as forças coloniais. Deste modo, ele acreditava ser possível preencher os quadros das unidades europeias em África, criando condições para os africanos se constituírem como a fração mais numerosa das tropas, mas, para tanto, era necessário providenciar o seu recrutamento, de acordo com regras específicas para cada colónia, atendendo às particularidades dos seus habitantes, motivo pelo qual os regulamentos de alistamento deveriam ser elaborados localmente e sancionados pelos respetivos governadores-gerais.

Estes últimos continuariam a ser os comandantes superiores das tropas, mas era importante reforçar os seus mecanismos de ligação com o Ministério da Marinha e institucionalizar a presença junto deles de um oficial superior, com a missão de transmissão de ordens para os patamares operacionais, sugerindo-se, ainda, a criação de um quartel general, dedicado à direção superior dos serviços militares e sanitários e à inspeção dos serviços de engenharia, de material de guerra e justiça. A atribuição destas funções a oficiais do Exército não deveria

dispensar o cuidado em limitar o mais possível as nomeações de militares para tarefas distantes dos teatros de operações, onde eles eram mais necessários³⁰⁶.

Em 1904, será Cristóvão Ayres (1853-1930) a voltar ao problema dos recursos humanos. Observando a grande disparidade entre as condições salariais e de promoção dos oficiais metropolitanos em África, e dos oficiais dos corpos ultramarinos, (na maioria provenientes dos quadros de sargentos do reino) considera tal facto como um contributo para minar o espírito de corpo e para incentivar os homens à inércia, ainda para mais quando a reforma de 1901 permitira aos oficiais do Exército metropolitano a escolha de serviço em terras salubres, obrigando os coloniais a protegerem os espaços mais inóspitos e rigorosos. Assim, reivindica melhores salários e facilidades de promoção para estes homens, a quem reputa a missão de assegurar, a «herança sagrada recebida dos nossos antepassados»³⁰⁷.

Perante as insistências, em favor de planeamentos para conduzir as políticas coloniais, o ministro da Marinha Raphael Gorjão (1846-1918) contrapõe, afirmando: «Desde que sou colonial e eu desde bastante novo me tenho dedicado a estes assuntos, tenho ouvido falar em planos e em estudos de planos ultramarinos para pôr em prática. Mas com inteira franqueza declaro que nunca vi nenhum. A esse respeito, o que entendo é que o que é prático é fazer administração conforme as circunstâncias»³⁰⁸. Respondendo a esta afirmação, Rodrigues Nogueira aponta:

«...disse vexa que desde que é colonial tem ouvido falar em planos ultramarinos, mas que nunca os viu. Tem lido pouco, com certeza, para assim não conhecer e saber que mais de que um portuguez houve na nossa terra que apresentou planos de administração colonial ..., mas o que mais me assombrou foi a sua afirmação de que não precisamos de um plano colonial, mas de uma boa orientação. Não compreendi a diferença metafísica entre plano colonial e orientação colonial. Diz que não precisamos de plano é porque julga que orientação não é a mesma coisa que plano colonial e eu não compreendo a diferença. Disse também que o que precisamos é de fomento e de trabalho. Mas desde que as medidas de fomento e de trabalho não forem orientadas segundo um plano bem definido e meditado, todo o esforço será inútil. Mas orientação,

³⁰⁶ IBIDEM. pp. 53-55, 79-81.

³⁰⁷ *Diário da Câmara dos Deputados, 17 de março de 1904*, p. 6.

³⁰⁸ IDEM. p. 14.

trabalho e medidas de fomento é que constituem um plano e esse é que nós queremos».³⁰⁹

Este deputado, considerando imprescindível um planeamento da ação colonial, advoga uma maior responsabilização dos governadores, com um conseqüente acréscimo das suas responsabilidades e uma alteração do sistema de recrutamento, o qual deveria dar mais ênfase ao voluntariado, para além de uma reorganização da Marinha.

O resto do ano de 1904 e o de 1905 serão marcados pelas discussões, em torno das responsabilidades sobre os acontecimentos de Pembe e da preparação das expedições de retaliação, mas aproveita-se para preconizar mecanismos mais efetivos de ocupação, onde a vertente militar se devia acompanhar por políticas de fomento e reorganização administrativa. Neste âmbito, Cabral Moncada (1859-1908) afirma: «nós não podemos viver no regime de nos consolarmos com essa coisa platónica a que se chama soberania política... (que) é inteiramente respeitável, mas não é para permanecermos na situação de soberanos políticos de uma região cujo domínio é desconhecido»³¹⁰, por isso, um verdadeiro plano deve assentar na valorização económica, investindo no desenvolvimento da indústria, permitindo acelerar o processo de civilização dos povos locais, assim convertidos ao domínio português por vias pacíficas. Um verdadeiro plano, insiste, deveria passar pela ação e não pelo mero apregoar ao mundo da nossa história, pois o passado de pouco servirá para garantir o nosso presente e futuro em África. Mas esta aposta no desenvolvimento económico não pode fazer descurar o esforço militar para assegurar a tranquilidade na região, devendo proceder-se à instalação de postos militares na linha do Cunene e mais além, após a campanha de retaliação de cujo atraso se lamentava quando apresentou estas ideias³¹¹.

Por outro lado, também há quem considere ser o momento oportuno para se reverem os processos de administração colonial, no sentido do reforço da autonomia, pois a centralização até àquele momento dominante não demonstrava ser eficaz³¹². Porém, isso não deveria implicar um descurar da aplicação de mecanismos ágeis de controlo por parte da metrópole, no respeitante às dimensões estratégicas, reiterando-se as necessidades de introduzir reformas na Secretaria de Estado, de melhorar a preparação dos seus funcionários e de reformular as competências dos governadores, de modo a obrigá-los a dirigirem as colónias dentro do espírito

³⁰⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1904, p. 11.

³¹⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de setembro de 1905, p. 10.

³¹¹ IDEM, pp. 9-11.

³¹² *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 de novembro de 1906, p. 5.

de autonomia interna, mas como delegados do governo da metrópole e para com este responsáveis³¹³. Para tornar mais eficaz a atuação dos governadores, havia também quem sugerisse a criação de conselhos de administração coloniais, com a incumbência de dar pareceres sobre qualquer assunto da administração civil e política da colónia e sobre todas as questões relativas aos negócios indígenas, instrução pública, administração financeira, obras públicas, saúde e colonização³¹⁴.

Nos debates das últimas sessões parlamentares da Monarquia, avultam a convocatória assídua de propostas de harmonização dos códigos jurídicos com os costumes dos povos indígenas, a reforma dos serviços de emigração e do ensino, as obras públicas, a medicina e a política sanitária ou o regime penal. Tudo matérias a desenvolver com a mínima intervenção possível do poder metropolitano, ao contrário do sugerido para as políticas de defesa e segurança, onde é sempre muito patente a desconfiança, face a grandes exageros de autonomia, acreditando-se mesmo na mais valia do desenvolvimento tecnológico ao nível dos transportes e comunicações, para reforçar a ligação entre Lisboa e a periferia e, por isso, o controlo político.

O trânsito para a República não parece configurar nenhuma rutura estratégica, pois se o discurso autonomista ganha mais força, ele vai demorar muito tempo a implicar quaisquer consequências. É certo que a cobiça estrangeira parece assumir-se cada vez mais como preocupação central das narrativas políticas³¹⁵, por via das ameaças vislumbradas no Sudoeste Africano, importando defender o Império, num quadro de relações internacionais assente na aliança com a Inglaterra, sem descurar a diversificação de alianças, pois, como diz o presidente do ministério Augusto de Vasconcelos «(deve-se procurar a) amizade íntima com as nações vizinhas da França e Espanha, Bélgica, Holanda e Alemanha e (...) com todas as outras potências com as quais mantemos as melhores relações»³¹⁶, mas temendo sempre as ameaças de aproximação entre Londres e Berlim de cujas notícias a imprensa internacional fazia eco. Todavia, apesar destes receios, da constante desinformação, das tensões por causa da definição da fronteira e até mesmo dos boatos que se vão propagando, como as notícias sem fundamento de que em 1912, os alemães teriam ocupado os fortes de Cuangar, Dirico e Mucusso, a verdade é que vai ser necessário esperar pelos acontecimentos de Naulila em 1914, para que durante um curto espaço de tempo, o confronto militar com forças europeias substitua a permanente tensão com os povos africanos.

³¹³ IDEM.

³¹⁴ IBIDEM, pp. 3-6.

³¹⁵ Em 14 de março de 1912, na 74ª sessão Ezequiel de Campos acusa a imprensa estrangeira de empreender uma campanha a favor da expropriação das colónias portuguesas.

³¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados, 15 de março de 1912, p.4.*

Síntese Conclusiva

Parece evidente que em Portugal, no tempo que nos ocupa, é possível falar de uma grande estratégia, onde o Ultramar africano, como forma de afirmação interna e de reforço no sistema internacional, assumiu um papel crucial.

Mesmo que essa grande estratégia tenha sido, então, informal, carente de planificações sofisticadas, centrada na preponderância do executivo e sem grande escrutínio público, não deixou de refletir a evolução das perceções sobre o papel do ultramar na realidade portuguesa, de acordo com as transformações políticas internas, e em simultâneo com os desenvolvimentos tecnológicos e as mudanças do sistema internacional, e por esse motivo também os discursos e as práticas a propósito dos modos de defender o Império se foram alterando em função da sua necessidade de adequação aos mandamentos políticos, assim, em mutação.

Objetivamente, aquelas mutações refletiram-se, de modo natural, na consistência dos objetivos operacionais e isso repercute nas dificuldades em se definir uma configuração ideal do dispositivo de defesa, não se estranhando, por isso, a febril atividade legislativa, em busca de um racional organizativo coerente, como provam as múltiplas comissões nomeadas para estudar os modelos de defesa e segurança no ultramar, as diversas portarias e despachos, versando assuntos como o armamento, os víveres, os transportes, os hospitais e acantonamentos, mas, sobretudo, os vários decretos de reorganização das forças, produzidos a um ritmo impossível de ser acompanhado no terreno.

Contudo, esta evidência não inviabiliza a possibilidade de isolar um conjunto de princípios permanentes na essência e, por isso, estratégicos. Desde logo, como do ultramar se esperavam alguns proventos económicos, a afirmação internacional num quadro de crescentes dificuldades para potências de pequena dimensão, e, circunstancialmente, a sua utilização como sustentáculo de narrativas políticas internas, esperava-se, das forças armadas no ultramar, a proteção das atividades económicas, a manutenção da ordem pública, a ação civilizadora junto das populações indígenas e, depois, o garantir de algumas modalidades de ocupação efetiva, o assegurar da integridade territorial e o alargamento das zonas de influência, penetrando no sertão, diversificando as rotas comerciais e garantindo as fronteiras delimitadas por acordos internacionais.

Sustentando-se aqueles vetores num conjunto de ideias, crenças, opiniões, valores e atitudes, identificáveis na legislação e nos debates parlamentares, eles revelaram capacidades operativas relevantes, acabando por se assumirem como uma espécie de matriz condicionadora do dispositivo no terreno, na qual se podem incluir princípios como:

- A aspiração de construir umas forças armadas eficazes, mas pouco dispendiosas;
- A utilização preferencial dos recursos humanos locais;
- A necessidade de coordenar processos autonómicos com o reforço de mecanismos de controle central, de modo a garantir a coerência entre a política e a estratégia;
- A crescente aposta na territorialização estratégica, ou seja, de acordo com as possibilidades e por isso não extensiva;
- O valor tático da mobilidade da força;
- As ideias de aproximação civilizacional como meio de controlar as populações, permitindo a dispensa de afetações de recursos humanos incomportáveis para a realidade demográfica portuguesa;
- A compreensão da necessidade de coordenação das políticas de defesa com o fomento material e, sobretudo, com o desenvolvimento das comunicações, exigindo coordenação interministerial;
- A importância da cooperação internacional;

E se estes princípios se revelaram insuficientes para moldar o dispositivo na plenitude das suas intenções, face às contradições entre a teoria e a prática, entre os centros e a periferia, entre militares e civis, entre formalismo e informalismo, a verdade é que no seu conjunto, em recursão e em diálogo com o contexto, assumindo a naturalidade da entropia e da mudança, foram capazes de conceder ao sistema a feição particular que ele foi adquirindo, como instrumento de execução genérica das decisões políticas.

4. AS OPERAÇÕES MILITARES DE IMPOSIÇÃO DE ORDEM COLONIAL

Tendo-se assumido a análise das operações militares de imposição de ordem colonial como o núcleo central desta pesquisa, no sentido de nelas identificarmos elementos enquadráveis nos princípios estabelecidos pela Teoria Geral, importa proceder à sua identificação e caracterização. Essa será a tarefa deste capítulo.

Nesta análise, adotamos uma esquematização cronológica e geográfica, resultante do estabelecimento de uma diferenciação entre dois cortes temporais (1885/1902 e 1902/1915) e dois grupos geográficos de análise: a região Centro e a região Sul. Na esquematização geográfica, introduzimos, ainda, uma distinção entre litoral e *hinterland*, resultado das óbvias diferenciações dos espaços e dos climas, a qual visa facilitar a análise, mas não pode contribuir para obscurecer os processos de conexão estabelecidos entre aqueles territórios

Os dois primeiros momentos deste capítulo servem para justificar estas esquematizações, para, de seguida, apreciarmos as operações militares, onde optámos por estudar os momentos adequados à categoria de operação militar de imposição de ordem colonial, capazes de se constituírem como fundamentais para o esclarecimento das questões colocadas. Não se elaborando uma narrativa exaustiva dos momentos agónicos identificados³¹⁷, procede-se à sua avaliação de acordo com um prisma analítico, através do qual se apresenta um breve esboço das suas causas imediatas, seguido de um relato do seu desenvolvimento operacional, onde se pretende avaliar os modos de integração com os objetivos políticos enunciados no capítulo anterior, os processos de coordenação de forças no terreno e a visão estratégica de longo prazo, revelada por algumas das lideranças operacionais.

4.1. A cronologia

Em termos cronológicos, considera-se útil estabelecer uma distinção entre os períodos de 1885/1902 e 1902/1915, porque a evolução do pensamento estratégico não foi acompanhada ao mesmo ritmo nos territórios angolanos, podendo dizer-se que a cronologia política não foi rigorosamente acompanhada pela cronologia operacional. Enquanto a primeira foi perfilhando, embora com hesitações e sem unanimidades, projetos mais ou menos ambiciosos de apropriação soberana de vastos espaços e múltiplos povos, as condicionantes em Angola implicaram a prevalência de práticas mais adequadas aos princípios essenciais do informalismo,

³¹⁷ Para uma narrativa exaustiva das ações militares portuguesas em Angola neste período, ver por todos: PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*, II vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

continuando a preponderar a intenção de controlo sobre as rotas comerciais, proteção dos comerciantes, dos povos aliados e dos núcleos urbanos, em detrimento das narrativas de conquista territorial, pelo menos até finais do século XIX.

Contudo, a consolidação do sistema multipolar, alicerçada em processos diplomáticos compromissórios e regulatórios, mas acompanhada pelo aumento da desconfiança face a potenciais propósitos de ação disruptiva, direta e indireta, de potências estrangeiras, acabou por intensificar a necessidade de acelerar os processos de conformação entre o discurso e a prática e, se isso nunca se conseguiu consumir na plenitude, pelo menos as modalidades de penetração, territorialização e imposição de mecanismos de soberania foram-se tornando cada vez mais efetivas, expressando-se nas tentativas de controlo fiscal, de imposição de enquadramentos legais, de regulação do trabalho indígena, no crescimento das narrativas de conquista e, por isso, no aumento da atividade operacional.

O predomínio de Moçambique na historiografia destas épocas e temáticas tem implicado a definição de 1895 como data simbólica de rutura entre esses dois momentos, situação explicável pelo relevo assumido pelas campanhas de contenção à resistência personalizada na figura de Gungunhana, mas, no caso específico de Angola, parece mais conveniente considerar a campanha do Bailundo de 1902 como o momento de transição, abrindo caminho para um ambiente operacional, direcionado para narrativas de dominação territorial, implicando, por isso, o empenhamento de mais recursos materiais e humanos, exigindo mesmo o retomar das grandes expedições metropolitanas.

4.2 Condicionantes geográficas

Tendo em conta as condições tecnológicas em que decorreram as operações militares de imposição de ordem colonial, é ariscado marginalizar a geografia na sua interpretação, pois se esta não determina o desenvolvimento daquelas, condiciona-as por virtude das especificidades climatéricas, hidrográficas, orológicas, geológicas e até zoológicas, as quais dificultaram as movimentações das forças portuguesas, revelando-se, em simultâneo, uma mais valia para os povos africanos, capazes de aproveitar as suas potencialidades táticas, tanto em manobras defensivas, como ofensivas.

Em concreto, a vastidão dos 1.246.700 quilómetros quadrados, ocupados pelo território angolano, alberga quadros geográficos e climáticos muito heterogêneos, caracterizados por terras de vegetação exuberante, savanas convidativas à ocupação humana, desertos impiedosos, uma linha de costa pouco propícia à existência de portos naturais, rios pontuados por rápidos e cascatas que, em épocas de chuva intensa, se constituíam como verdadeiras fronteiras líquidas,

para quase desaparecerem nas épocas secas, solos pouco propícios para a marcha de homens e animais, cadeias montanhosas como a imensa parede formada pela Serra da Chela, no coração da zona planáltica, e duas grandes épocas anuais em termos de pluviosidade e temperaturas³¹⁸. Tudo isto, no seu conjunto, revelava-se como um fator de entropia na movimentação das unidades táticas portuguesas, por vezes forçadas a adiar operações ou a enfrentar as consequências daqueles fatores no atraso na marcha das colunas e no enfraquecimento dos corpos e do ânimo dos homens.

Aquela diversidade não impede a identificação de características particulares, nas três zonas operacionais abrangidas pelo nosso estudo. Na faixa litoral, do Lobito até à foz do Cunene, abrangendo as áreas de Benguela e de Moçâmedes, destacam-se duas características muito limitadoras para a mobilidade de unidades táticas (como já o haviam sido para a colonização branca): a extrema aridez dos solos, com a consequente escassez de vegetação e o acidentado do seu relevo, oferecendo poucas alternativas para o aproveitamento de portos naturais (quase inexistentes) ou para a edificação de núcleos habitacionais.

A ausência de costas de arribas em Benguela, Moçâmedes, Dombe Grande e no Lobito, assumindo-se como uma exceção, permitiu a constituição de núcleos de colonização com capacidades de irradiação para o interior; porém, estas rotas de penetração viram-se condicionadas pela existência de uma região intermédia de mais de cem quilómetros de vastas extensões de terrenos arenosos, seguidos de múltiplos cursos de água de navegabilidade reduzida e, depois, pela progressiva elevação dos terrenos que conduziam à zona planáltica central.

De Moçâmedes à foz do rio Cunene o relevo é menos acidentado, mas isso em nada atenua as dificuldades de mobilidade, causadas pela extrema aridez dos solos, marcados por grandes extensões de dunas³¹⁹. Depois, o próprio curso do Cunene não se constituía como eixo favorável à penetração territorial: apertado entre altos rochedos, e de fundo rochoso e baixo só permitia a navegação de pequenas canoas e lanchas. Ao mesmo tempo, os caminhos desde a sua foz até à proximidades das grandes cataratas, quando o rio se começava a projetar para norte, eram de

³¹⁸ A estação das chuvas prolongava-se de outubro a abril, com uma pausa no mês de janeiro, o qual marcava o fim de uma fase de pequenas chuvas, substituída a partir de fevereiro por chuvadas de grande intensidade. A estação seca conhecia, assim, dois momentos: o mês de janeiro e o período entre maio e setembro. No referente às temperaturas, a estação quente prolongava-se entre outubro e abril, coincidindo com uma parte da época chuvosa e uma estação fresca, de maio a setembro, embora aqui as variações regionais fossem mais acentuadas por efeito das brisas marítimas atlânticas, sobretudo nas regiões do litoral Sul.

³¹⁹ ALMEIDA, João de. *Sul de Angola, Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 3-5, 36.

areia, por vezes com alguma argila, tornando muito morosas, quando não impossíveis, as progressões de forças montadas, as quais, se queriam acompanhar à vista o curso das águas, eram forçadas a constantes e penosas subidas e descidas, como consequência das margens erguidas em escarpas pronunciadas³²⁰.

Já no imenso *hinterland*, de Benguela ao Moxico, passando pelas terras do Huambo e do Bié, predominavam os terrenos argilosos, pouco arborizados, pontuados com colinas por vezes abruptas. Estas começavam a rarear, para lá de Belmonte³²¹, quando se tornavam mais frequentes as zonas de mato espesso, com abundantes linhas de água e extensas bacias hidrográficas, que dificultavam o trânsito das colunas militares, na época das chuvas. A abundância de água, em toda a região compreendida entre o Huambo e o Moxico, explicava as suas elevadas densidades populacionais³²², favorecendo a erupção de movimentos organizados de resistência à interferência política e económica dos agentes europeus.

Por fim, no problemático Sul, ultrapassadas as dunas movediças de «areia mais ou menos petrificada»³²³, as altitudes iam-se acentuando de forma progressiva, até se atingir o planalto onde emerge a Serra da Chela, cujas cotas elevadas, entre os 1000 e os 2300 metros, se assumiam como uma grandiosa fronteira natural a entravar o avanço para território dosovambos (cuamatos e cuanhamas), também protegido pelo curso descendente do Cunene.

Para lá da Chela e do rio, ergue-se o país dos cuamatos e dos cuanhamas, bordejando a fronteira com a Damaralândia. Durante cerca de sessenta quilómetros, trata-se de território plano, pontuado por diversas matas, intercaladas por grandes planícies (as chanas³²⁴), mas, prosseguindo a marcha em direção ao Cubango, sucedem-se as serras e os diversos afluentes do Cunene, Cuvelai e Cubango, capazes de dificultar a progressão das colunas, já atormentadas pela abundância de leões, lobos e chacais que, ali, não perdoavam qualquer distração humana.

4.3 As operações 1885 – 1902

4.3.1 O Litoral

³²⁰ FEIO, Mariano. *O Rio Cunene. Estudo Geomorfológico*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 1970. PDF Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/2470-Texto%20do%20Trabalho-5537-1-10-20130228.pdf>.

³²¹ MAGYAR, Ladislau. Carta ao Governador de Benguela sobre o interior da Africa Austral, em *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte não oficial Série I*, Lisboa, 1856, pp. 237 – 240.

³²² ANDRADE, Alfredo. «Estudos do planalto do distrito de Benguela, do Bihé ao Mochico, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. XVI, 1897, pp. 663-669.

³²³ ALMEIDA, cit. 319, p 4.

³²⁴ Norton de Matos acredita ser a palavra «Chana» um neologismo com origem no termo bantu ou hotentote «Oshana». NORTON de MATOS, José. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. v. II, 3ª ed. Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944, p. 36.

Na região costeira entre o Lobito e Moçâmedes, englobando algumas regiões mais interiores como Caconda, Quilengues, Lubango ou Chibia, a presença portuguesa concentrava-se de forma quase exclusiva nos núcleos urbanos, pequenos entrepostos comerciais com escassa população e diminuta organização política ou burocrática. Ao longo deste período, as localidades do Lobito, Benguela e Moçâmedes consolidaram a sua importância estratégica e económica, assumindo-se como pontos nodais das rotas comerciais para o interior, mas o dispositivo de defesa ali instalado era muito rudimentar, ostentando escassas dezenas de homens, na sua maioria nativos, empenhados sobretudo em tarefas de policiamento interno.

O Lobito crescera em torno de uma das raras baías abrigadas de toda a costa angolana e começara por assentar a sua relevância económica no comércio da cal e dos mariscos, mas, para sua proteção, contava apenas com dois soldados empacasseiros e quatro serventes³²⁵, de pouca utilidade, face aos ataques lançados por bandos nativos. Na década de 1880, as condições privilegiadas da sua baía favoreceram o desenvolvimento de estruturas portuárias, pensadas para escoar a borracha proveniente do interior, mas nem isso implicou grande investimento, em termos de dispositivo de defesa. Aumentaram os quantitativos humanos e iniciaram-se obras de fortificação do porto, mas a expectativa de se poder recorrer a forças de Benguela, ou de Luanda, para enfrentar potenciais ataques, levou ao controlo dos investimentos militares e a uma aposta prioritária nas tarefas de policiamento interno.

Benguela, por seu turno, nascera em torno de uma infraestrutura de cariz militar, a fortaleza de São Filipe, pensada para evitar investidas lançadas do mar. Construída em madeira, esta fortaleza foi sofrendo acrescentos pontuais de adobe e pedra, mas nunca deixou de apresentar um aspeto inacabado de permanente debilidade e penúria, nunca posto à prova no decurso do século XIX, pelo facto de a cidade nunca ter sido alvo de qualquer ataque de frotas inimigas. Apesar de na década de oitenta ter visto a sua guarnição aumentada, a fortaleza acabará por ser abandonada e mais tarde demolida³²⁶, por se ter revelado incapaz de albergar os mais recentes avanços, em termos de peças de artilharia³²⁷, e como consequência de um novo entendimento tático, mais focado nas potenciais ameaças internas, em detrimento dos riscos provenientes do oceano.

O desenvolvimento dos laços económicos com o interior, impulsionados pela valorização conjuntural da borracha nos mercados internacionais, implicou o crescimento demográfico, a

³²⁵ DELGADO, Ralph. *Ao Sul do Cuanza*, II v. 1944, Lisboa.

³²⁶ O processo de demolição iniciado em 1895 só será terminado em 1918.

³²⁷ AHM - 2/2/1/13. (Benguela – peças de Artilharia das baterias da Fortaleza de Benguela. Munições de guerra, ferramenta, palamenta, laboratórios existentes para a defesa da capitania).

expansão da malha urbana, o alargamento do número de arruamentos e de edifícios e, também, um maior investimento no dispositivo de defesa e segurança, traduzido num aumento dos efetivos indígenas e numa maior atenção dos interesses privados à política de segurança, não sendo raras as vezes em que os comerciantes se empenharam na recolha de fundos, para as sempre necessárias obras de manutenção e restauro do edificado militar, tendo mesmo disponibilizado os seus serviços para reforçarem as forças de segurança, em períodos de maior instabilidade e ameaça externa. No entanto, estes esforços foram circunstanciais e reativos, nunca implicando alterações estruturais de qualquer relevo.

Este crescimento demográfico, tornou necessária uma maior atenção face ao perigo de investidas indígenas contra a cidade e, por isso, construíram-se novos redutos³²⁸ com capacidade de controlar, em simultâneo, as movimentações provenientes do interior e a costa. Estas novas infraestruturas não apresentavam melhores capacidades operacionais, por consequência da sua fragilidade estrutural (construídas em adobe) e escassez de recursos humanos e materiais, mas o ambiente pacífico da região tornava-as suficientes na equação entre o risco e o investimento.

A mesma sorte já não teve a localidade do Dombe Grande, alvo de frequentes ataques por parte dos povos vizinhos, por consequência das disputas relativas à criação e comércio de gado³²⁹, principal atividade económica da região, e da atuação dos negreiros de origem brasileira, ali muito ativos, bem para lá do desmantelamento legal do tráfico (já por si lento e hesitante), a cidade ainda se viu afligida, por motins dos nativos contratados para as tarefas domésticas, por deserções de compellidos das forças de segurança e por assaltos aos mercadores que se aventuravam pelas rotas de penetração para o interior. Como resultado desta instabilidade, e das dificuldades de Benguela em providenciar reforços regulares, formou-se uma companhia de milícias privativa, construiu-se um reduto, embora frágil e provisório, e, no final da década de 1880, instalou-se ali uma companhia móvel de 2ª linha, que no entanto acabaria por ter uma longevidade diminuta, tendo-se revelado incapaz de conter as «guerras do Nano», os cercos, e as investidas indígenas que transformaram o Dombe Grande na região mais problemática do extenso litoral, até ao início da centúria de novecentos.

Avançando mais para sul, Moçâmedes assume uma posição de particular destaque neste período cronológico. Fundada nos finais do século XVIII, pelo barão do mesmo nome, esteve quase abandonada até 1839, mas, desde a sua fundação, os propósitos estratégicos eram claros: evitar a circunscrição das pretensões portuguesas às zonas de influência de Luanda e Benguela,

³²⁸ Trata-se dos redutos das Bimbas, de São Domingos do Calundo e de Santa Comba.

³²⁹ DELGADO, cit. 325.

mantendo o litoral aberto à influência de Lisboa e assumindo-se como plataforma de projeção para o interior. Deste modo, tornavam-se necessários investimentos, para facilitar a colonização e permitir a implementação de um dispositivo de defesa e segurança, adequado àqueles racionais, de onde resultou a construção de uma fortaleza, em 1846, uma reforma administrativa, concedendo autonomia face a Benguela, a tentativa de implementar projetos de colonização com povos originários do Brasil e a instalação de uma unidade militar. Esta última, com pouco mais de sessenta homens, foi sendo reforçada e reestruturada ao longo dos anos, contribuindo para a criação da Companhia de Dragões do Planalto, mas nunca se revelou suficiente para garantir a tranquilidade dos habitantes, pois, apesar de a zona nunca ter sido muito assolada por focos de violência, teve de se haver com as surtidas dos hotentotes sobre os campos circunvizinhos³³⁰, e de viver sempre atormentada pelo medo cuanhama e pelo receio com a expansão da influência alemã³³¹, situação pouco atenuada com o acordo fronteiriço de 1886.

Assim, pode-se afirmar que ao longo deste período e nesta faixa litoral, as causas fundamentais da conflitualidade podem-se distinguir, entre as tensões sociais e económicas, provocadas por uma vida urbana já relevante, e as investidas esporádicas dos povos do interior contra os interesses portugueses na costa.

No primeiro nível, foram frequentes os confrontos de tipo laboral e económico, a pequena criminalidade, as sabotagens de infraestruturas básicas, os homicídios de funcionários coloniais³³², os motins e as fugas para o interior mais profundo, de criados ou soldados nativos. Este tipo de conflitualidade quotidiana assumiu-se, então, como um fator constante de tensão, embora na esmagadora maioria das vezes se esgotasse em momentos episódicos e reativos, quase nunca organizados e muito raramente motivados por questões políticas de pendor protonacionalista, sendo controlados pelas débeis forças de segurança, presentes nos núcleos urbanos, recorrendo à prisão, aos castigos corporais, ao trabalho forçado e até ao exílio. Por norma, esta conflitualidade não coloca em causa a sobrevivência das estruturas de poder, nem tão pouco o importante controlo das zonas portuárias, fonte vital de receitas coloniais, por via das cobranças alfandegárias.

No segundo nível, detetam-se diversas ações ofensivas, empreendidas por povos locais, contra determinados núcleos urbanos do eixo Benguela, Lobito, Catumbela, Moçâmedes e suas periferias. Muitas vezes, estas ações foram motivadas pela interferência dos colonos brancos

³³⁰ NUNES DA MATA, Sebastião. Relatório de dezembro de 1885, *Angolana*, v. II, 1885 pp. 879-890.

³³¹ AHM - 2/2/6/16. (Companhia de dragões do Planalto de Moçâmedes – 1894).

³³² AHM - 2/2/7/20. (Diligência a Muxima – 1902).

nos sistemas produtivos e comerciais tradicionais, por via de tentativas de imposição de lógicas de mercado distorcidas, e contrárias aos interesses dos nativos, por assentarem em mecanismos exploratórios das relações laborais e se sustentarem no embuste, na usurpação, na exploração e destruição de recursos naturais, assim como na alteração dos princípios de valorização das produções africanas, os quais, ao passarem a estar dependentes de mecanismos desconhecidos pelos locais, também deixavam de ser controlados por eles.

Todos aqueles fatores de instabilidade tinham efeitos perturbadores nas ligações económicas com o interior e desencorajam o aprofundamento de projetos de colonização branca, pondo em causa dois dos vetores nucleares do edifício ideológico colonial em construção, sendo, por isso, expectável que a sua contenção se assumisse como um objetivo prioritário e, assim, suscitasse mais atenção das autoridades políticas metropolitanas. Na realidade, isso não sucede por dois motivos fundamentais: a contenção orçamental e a convicção da suficiência dos recursos instalados para fazerem frente a estes desafios.

4.3.2. A região centro.

Saindo de Benguela, em direção a leste, a presença portuguesa, até à década de oitenta do século XIX, foi episódica e circunstancial; e se durante grande parte do século XVIII as tentativas de penetração comercial foram acompanhadas de grande tensão e violência, a primeira metade do século XIX foi aqui muito pacata. Para os povos Ovimbundo, o comércio pacífico constituía uma fonte de prosperidade e, por isso, não o pretendiam desprezar, sobretudo se conseguissem manter o controlo dos principais eixos de ligação com a costa, como a estrada de Benguela para o Bié, por via da Catumbela, e o caminho da mesma cidade até ao Nano, com etapas no Dombe Grande, Quilengues e Caconda.

Este clima de paz, e relativa prosperidade comercial, seria desarticulado no decurso da segunda metade do século, por consequência do inflacionar de comerciantes europeus na região, e da desintegração dos sistemas tradicionais de poder. O primeiro aspeto, ao implicar a eliminação de muitas cadeias locais de intermediários, originou quebras apreciáveis nos lucros dos africanos e por isso incentivou a rivalidade em povos que agora se encontravam munidos de armamento adquirido aos próprios comerciantes portugueses. O segundo ponto remete para a decadência do reino do Bailundo. Este, até então, tinha-se assumido como a principal potência regional, assegurando o controlo das rotas para o litoral e a supremacia, pela força e pelo medo, sobre diversos estados satélite, sendo o seu relacionamento com os portugueses caracterizado

por uma lógica de estados soberanos³³³, divergindo, deste modo, do padrão normal em Angola, onde as autoridades coloniais nunca dialogavam com os poderes locais em pé de igualdade e reciprocidade.

Contudo, a crescente interferência portuguesa na política local iria contribuir para o fim do equilíbrio pelo medo, até então vigente na região, pois ajudando à decadência do Bailundo, por via da sua fragilização económica, levou a um aumento da rivalidade e conflitualidade entre todos os atores políticos ali presentes, os quais, até aí, não se atreviam a pôr em causa a autoridade dos sobas do Bailundo. Assim, não só aumentaram os confrontos intra-africanos, assaltos e raptos, como se generalizaram os ataques aos postos e fortalezas portuguesas, obrigando a diversas operações de muito baixa intensidade, por norma controladas sem grande afetação de recursos ou tempo, e onde o padrão operacional era sempre idêntico: ataque à *embala* (residência do soba; corresponde por isso à capital) identificada como núcleo da subversão, destruição dos seus interesses económicos como efeito dissuasor, captura do soba e sua substituição por outro mais conivente com os interesses das autoridades coloniais.

Mas, em 1890, no Bié, e seis anos mais tarde no Bailundo, o contacto entre estes contextos regionais e questões de política externa, suscitadas pelas tensões entre Portugal e a Inglaterra por via dos projetos do «mapa cor de rosa», contribuíram para o irromper de focos de agitação afastados daquelas lógicas de muito baixa intensidade. A situação verificada no primeiro daqueles confrontos resultou da recusa dos poderes locais em concederem autorização para as autoridades portuguesas edificarem uma fortaleza na região e contratarem carregadores. Como estas pretensões decorriam das ações em curso, no quadro do projeto de ligação de Angola à costa oriental, a recusa africana foi entendida como uma aproximação aos interesses ingleses, entretanto instalados nos territórios do Barotze.

Tendo Silva Porto, figura de muito prestígio na região, onde se encontrava há mais de quarenta anos, intercedido junto das autoridades tradicionais, em favor das pretensões portuguesas, e visto os seus pedidos recusados, o seu posterior suicídio irá ser interpretado como uma consequência daquela recusa, por ele entendida como um ato de desrespeito e, por isso, as forças portuguesas empreenderam uma série de ações de represália, com o duplo objetivo de afirmação de poder, junto dos soberanos locais e de contenção das ambições britânicas.

Entretanto, como a instabilidade alastrou por toda a região, da metrópole chegaram indicações para se incentivar as operações e consolidar mecanismos de ocupação efetiva, tendo-

³³³ WHEELER 1973, cit.28, p. 61.

se mobilizado uma força expedicionária para se dirigir ao Bié, com o intuito de capturar o soba Dunduna, acusado de ter desrespeitado Silva Porto e contestado a autoridade portuguesa. De acordo com as instruções de Lisboa, estas ações deveriam ser empreendidas com recursos humanos locais, mas sem poupar nas despesas³³⁴.

Uma unidade comandada por Artur de Paiva, integrando homens do Exército colonial, milícias bóeres e auxiliares nativos, dirigiu-se então para o Bié, precedida por batedores com a missão de prepararem o caminho para a progressão das tropas. Estes batedores realizaram obras de engenharia como construção de pontes e limpeza de estradas, empreenderam missões de reconhecimento, visando identificar as táticas e as posições adversárias, revelando-se decisivos no desenvolvimento operacional. Ao mesmo tempo, no sentido de estabelecer uma pressão em duas frentes, um outro contingente, proveniente do Bailundo, também se colocou em marcha³³⁵.

Como era usual, as progressões foram penosas e demoradas, assumindo-se a natureza como um obstáculo de difícil superação, assim como os frequentes ataques de guerrilha, lançados ao longo de todo o percurso da coluna. Deste modo, só dois meses depois da sua nomeação, foi possível a reunião de ambos os contingentes, sendo necessário esperar mais algumas semanas até se poderem realizar as ofensivas sobre a *embala* de Dunduna, onde as tropas nativas, protegidas pelas suas fortificações, ainda resistiram com fogo de artilharia³³⁶. Contudo, a superioridade do armamento português acabou por ser determinante, e graças à utilização de granadas de rutura e explosivas foi possível desfeitear os nativos, incendiar as suas defesas, e ocupar a aldeia, levando à fuga de Dunduna, que, no entanto, acabaria por ser capturado e extraditado para Cabo Verde.

Concluídas estas operações, Artur de Paiva manifestaria a convicção de a ocupação efetiva do Bié se poder considerar concretizada, pelo único meio eficaz, a força. Afirma ele:

«... não se julgue de outra forma possível. Isto não soará, talvez muito bem aos ouvidos dos filantropos de gabinete, mas a verdade é que o preto não deseja ser civilizado e muito menos anexado. Tem, é certo, as suas simpatias e as suas repugnâncias por esta ou aquela nação, mas daí a desejar sinceramente a civilização ou a dominação do europeu vai muito, sem outra alternativa eles preferem o português a outro qualquer, porque, sem contestação, tem sido para eles o mais suave; mas não se vendo obrigados

³³⁴ PAIVA, Artur. Expedição ao Bié. 1ª parte – 1890. Em: *Artur de Paiva, Antologia Bibliográfica*, v. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938 p. 172.

³³⁵ IDEM, pp.179, 184-187.

³³⁶ VASCONCELOS, Carlos da Cunha. *Um Soldado de África. Paulo Amado de Melo Ramalho da Cunha e Vasconcelos*, Coleção pelo Império, nº 79, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.

a escolher nada os levaria a aceitar de bom grado qualquer domínio ou qualquer alteração nos seus usos e costumes»³³⁷.

Assim, na sua opinião, aquela zona, quando controlada por comerciantes portugueses, poderia vir a consolidar-se no futuro como um grande centro exportador de recursos para o litoral e ponte de passagem dos produtos provenientes das regiões mais além, como a importantíssima borracha do Moxico. Mas, para tal, deveria estimular-se a emigração, reforçar o esquadrão ali instalado e fazer uma linha de caminho de ferro entre o planalto e Moçâmedes, contribuindo para conter o risco de uma possível expansão alemã, proveniente da Damaralândia³³⁸.

Esta visão de médio e longo prazo, presente no pensamento de Artur de Paiva, se bem que adequada aos ditames estratégicos em construção no pensamento político da metrópole, teria de esperar por melhores dias, mas, de ora em diante, ultrapassados os traumas mais imediatos do ultimato, com o reconhecimento das chancelarias europeias das pretensões de Lisboa sobre aquelas terras, as movimentações portuguesas direcionadas para o leste mais distante intensificaram-se, transformando a região do Bailundo num concorrido ponto de passagem de mercadores e soldados, fazendo aumentar a tensão com os povos locais. Tensão causada pelos atritos, em torno do controlo das rotas comerciais, a proteção dos mercadores europeus e a repressão de focos de banditismo, revelada nos ataques a interesses brancos e no roubo de gado de povos locais avassalados, os quais, quando se colocavam sob proteção das autoridades portuguesas, esperavam ser por estas defendidos.

Neste contexto, a intervenção portuguesa na política regional também se intensificou e, às lógicas sobreviventes do informalismo: dividir para reinar, e interferir nas estruturas de poder tradicional, apoiando sobas aliados contra pretendentes menos propensos a acatar a soberania virtual dos portugueses, foi-se acrescentando o peso da gramática da formalização, por via do imposto, da conscrição, da lei, da fortaleza ou da ocupação de terras, contribuindo para o acirrar dos ressentimentos, por parte de quem mantinha o desejo de preservar a sua independência.

Como a este facto se devem acrescentar os recorrentes abusos praticados pelos comerciantes portugueses, na sua relação com os produtores e intermediários locais, entende-se a constância das reações violentas contra pessoas, bens, ou outros interesses europeus como infraestruturas militares, sendo disto o melhor exemplo, a supra citada revolta de 1896, liderada

³³⁷ PAIVA, cit. 334, p.229.

³³⁸ PAIVA, Artur. Expedição ao Bié 2ª parte – 1890. Em: *Artur de Paiva. Antologia Bibliográfica*, v. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938, pp. 297-298.

pelo soba Numa. Reagindo contra a concorrência dos comerciantes portugueses e a expropriação de terras, em favor dos agricultores europeus, aquele soba terá penetrado no fortim português, originando a retaliação portuguesa e subsequente revolta popular, originando um conflito que obrigou ao empenhamento de reforços provenientes do Bié, e que se prolongaria por mais de seis meses, até à derrota de Numa³³⁹.

Por norma, os resultados destas operações militares de imposição de ordem colonial, foram circunstanciais, carecendo de consolidação, pois retiradas as tropas destacadas, os homens no terreno (sempre diminutos) só conseguiam exercer algum poder efetivo sobre as populações mais cercanas à fortaleza; para fazer o mesmo, em regiões mais distantes, tinham de confiar na capacidade de influencia sobre as autoridades tradicionais e sobre os sobas que se colocavam no poder.

4.3.3. O Sul

Como atrás foi explicado, muito antes da consolidação dos discursos formais mais integrados, a cidade de Moçâmedes já era vista como potencial núcleo de irradiação para a Huíla, a Humpata, a Chibia, os Gambos, e para a margem esquerda do rio Cunene que se acreditava próxima da costa oriental africana. As primeiras regiões eram valorizadas por se contar com elas para potencializar as riquezas adivinhadas nas terras do planalto, enquanto a passagem do rio era entendida como uma etapa crucial para a concretização do sonho de ligar as costas do Atlântico e do Índico, de acordo com o pensamento enunciado por Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro³⁴⁰. As posteriores confirmações geográficas desmentem aquelas ilusões a propósito do Cunene, mas não o retiram das ambições expansionistas, passando a ser visto como elemento de ligação ao Cubango e, por isso, fundamental para se alcançar o Zambeze.

Deste modo, em épocas bem anteriores ao inflamar do *Scramble*, desenharam-se projetos de penetração, assentes na constituição de algumas pequenas expedições, pouco articuladas, quase sempre mal organizadas e quase nunca apoiadas pelos patamares políticos provinciais, mas que, mesmo assim, conseguiram atingir a Huíla, os Gambos e o Humbe, onde construíram uma fortaleza, nas proximidades do Cunene, nos anos de 1850. Porém, estas expedições estavam destinadas ao fracasso, e causaram focos de tensão entre governadores gerais, chefes

³³⁹ AHM - 2/2/6/21. (Dispositivo das forças participantes nas operações levadas a efeito contra o Soba do Bailundo em 1896).

³⁴⁰ ALVES, Carlos Martins. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. Bosquejo Biográfico do colonizador de Moçâmedes, *Separata Garcia de Horta*, 1970, v. 18, nº 1-4, pp. 71-72.

de concelho e governadores provinciais, e por isso não reuniram quaisquer condições para sustentar uma presença efetiva permanente. Quando se chegar à década de 1870, todos aqueles núcleos encontram-se em estado de abandono e degradação.

Porém, deste período de hiato não resultou a desmobilização das ideias a propósito do valor estratégico daquelas regiões. Pelo contrário, tornou-se mais evidente a importância vital da Huila para a ligação entre o litoral e o interior, e a mais valia do controle dos Gambos para o sucesso do avanço para o Cunene. Em simultâneo, ao desejo de atravessar este rio acrescentou-se a consciência sobre a necessidade de controlar a sua margem direita, de modo a prevenir as temidas movimentações de cuamatos e cuanhamas.

Por todos estes motivos, quando a grande estratégia começa a assumir a necessidade de consolidar a territorialização, estes locais constituíram-se, de imediato, como os eixos privilegiados da nova política, e no decurso da década de 1880, reocupou-se a fortaleza do Humbe, apoiou-se a instalação de bóeres e padres na Huíla e tentou-se interferir na instável e violenta política interna dos Gambos, de modo a estabilizar a região e permitir a circulação de comerciantes portugueses. Em paralelo, alargou-se a mancha territorial de pequenos fortes e postos fronteiriços, conseguindo-se mesmo ultrapassar o Cunene e construir um forte junto do Cubango.

O custo destas movimentações, e das conseqüentes tentativas de aplicação de políticas soberanas, foi o escalar da conflitualidade conforme se sintetiza na seguinte tabela:

Quadro 4.1 Operações militares no sul de Angola (1885/1902)

ANO	OPERAÇÃO
1885	Primeira Revolta Humbe
1889	Expedição ao Cubango
1891	Segunda Revolta Humbe
1893	Ataques Hotentotes
1893	Ataques Hereros
1897	Terceira Revolta Humbe

Fonte: Autoria própria.

Como se vê, a região do Humbe, tornada nuclear para a estratégia regional portuguesa, revelou-se um foco constante de instabilidade e resistência, conhecendo três momentos de intensa conflitualidade: 1885, 1891 e 1897.

No primeiro caso, as autoridades indígenas recusaram-se a pagar os impostos exigidos pelos portugueses e reivindicaram a capacidade de cobrar taxas aos mercadores europeus. Este facto, entendido pelos poderes coloniais como um ato de insubordinação, esteve na origem de práticas repressivas de baixa intensidade, consubstanciadas em ataques a povoações nativas e

perseguições aos líderes dos protestos. Reagindo contra estas ações, os indígenas atacaram a fortaleza portuguesa, diversas casas comerciais e uma patrulha colonial, provocando a morte de um grande número de soldados³⁴¹, e, por isso, o escalar do confronto³⁴². No desenvolvimento das operações, o modelo seguido pelas tropas portuguesas foi a tradicional destruição de aldeias, arresto de cabeças de gado e captura de mulheres e crianças, o que, em conjunto com um elevado número de baixas, acabaria por conduzir à rendição dos humbes e à escolha de um novo soba, disposto a assumir políticas tributárias favoráveis aos colonizadores³⁴³.

No rescaldo das operações, apenas uma parte do concelho ficou avassalada (o sobado do Humbe e o Quiteve), e mesmo aí as competências administrativas e judiciais dos portugueses permaneceram diminutas; como nas restantes regiões (Kamba e Donguena), os portugueses não conseguiram impor qualquer tipo de jurisdição, apostaram no estreitar de relações pacíficas³⁴⁴. Todavia, concluídas as operações militares, a região permaneceu instável e muitos dos revoltosos deslocaram-se para a outra margem do Cunene, a partir de onde empreenderam ataques sistemáticos a comerciantes, colonos e missionários, contestando a autoridade do novo soba.

No fundo, ao interferir na escolha das chefias indígenas, com a esperança de as colocar sob influência das autoridades concelhias, para assim dispensar esforços e investimentos na construção de instrumentos soberanos mais finos, os poderes coloniais acabavam por se transformar em agentes políticos equivalentes a quaisquer outros, abdicando de argumentos de suposta superioridade civilizacional, ficando, por isso, dependentes da efetividade do seu poderio militar. E, como este não era então relevante enquanto instrumento de dissuasão, não é de estranhar a regularidade dos atos de contestação às reivindicações de autoridade por parte das forças coloniais.

³⁴¹ O número de baixas é variável em função das fontes: NASCIMENTO, José Pereira. *O Humbe, Annaes do Club militar naval*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pp. 79-92, fala em 53 mortos, COELHO, Bernardino Peixoto. *Uma Questão por liquidar*, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, n.º 21, pp. 646-647, fala em 37 soldados e 1 oficial mortos; BELO ALMEIDA. *Meio Século de Lutas no Ultramar*, Ed. da Sociedade de Geografia, 1937, aponta 43, p. 6, e DELGADO, cit. 325, refere 30, baixas. Ao contrário dos restantes, Bernardino Coelho combateu nesta campanha.

³⁴² COELHO, Bernardino Peixoto. *A Guerra do Humbe de 1885*, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, n.º 1, pp. 23-27, n.º 4, pp. 115-118, n.º 5, pp. 138-143, n.º 7, pp. 208-212, n.º 8, pp. 242 – 245, n.º 9, pp. 279-282.

³⁴³ O líder da sublevação, por norma, apenas aparece nomeado como Chaungo ou Tyahungo (a grafia difere de acordo com as fontes); contudo, como Tyahungo é o título usado por todos os sobas do Humbe, existem algumas dúvidas sobre o verdadeiro nome deste líder, que seria aprisionado e deportado para Cabo Verde.

³⁴⁴ NASCIMENTO, cit. 341, pp. 79-92.

Deste modo, permaneceu o clima de instabilidade, e em 1891 acabaria por eclodir um outro surto de violência, conhecido como a 2ª revolta do Humbe, em cuja origem esteve a deposição do soba apoiado pelos portugueses, e a sua substituição por Luhuna, protegido por uma grande aliança nativa³⁴⁵.

Como as autoridades coloniais assumiram estes factos como uma desautorização, desencadearam uma série de operações militares com o objetivo imediato de captura do chefe revoltoso, durante as quais uma coluna proveniente dos Gambos empreendeu a destruição de *libatas*³⁴⁶ nativas e seus recursos económicos³⁴⁷, capturando mulheres e crianças³⁴⁸, obrigando à fuga de Luhuna para a Donguena.

Localizada nas proximidades do rio Cunene, aquela última região era considerada estratégica para vigiar e conter potenciais penetrações dos cuamatos, dos hotentotes ou até mesmo dos alemães da Damaralândia e, por esse motivo, qualquer foco de instabilidade ali existente assumia grande perigosidade para os interesses coloniais, levando as tropas portuguesas a lançarem uma intensa campanha de perseguição a Luhuna, a qual se projetou para a outra margem do rio.

Apesar de esta operação não ter sido autorizada pelos decisores políticos, Lourenço Padrel (1846-1911), o seu comandante, justificou a importância desta operação de perseguição com a necessidade de capturar o Luhuna e de infligir danos aos cuamatos, de modo a dissuadi-los de qualquer pretensão de atacar a margem direita³⁴⁹. De acordo com João de Almeida esta terá sido a primeira tentativa séria para dominar o Cuamato³⁵⁰, mas os objetivos de Padrel parecerem sido bem mais modestos e realistas.

³⁴⁵ Por ocasião da deposição do soba terão morrido quatro soldados, um cabo e três auxiliares, segundo NASCIMENTO, cit. 341, p. não numerada.

³⁴⁶ O termo *libata/s* era utilizados pelos portugueses para se referirem a um conjunto de habitações nativas, corresponderá a uma aldeia e é muitas vezes substituído por sanzala ou embala, apesar de, neste último caso, o termo se referir originalmente à residência do soba, extrapolando-se depois para a localidade onde ela se encontrava, correspondendo por isso à capital.

³⁴⁷ LUNA de CARVALHO, Joaquim Maria. Expedição ao Humbe. Relatório do Chefe do Concelho, *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, 17º apenso II, nº 47, 24 de novembro, Luanda, Imprensa Nacional, 1891, pp. 1-8.

³⁴⁸ No seu relatório, Padrel refere que nas campanhas anteriores tinha estabelecido que não se capturassem as mulheres, crianças e velhos, e só se fizesse fogo sobre adultos, contudo, nesta campanha, vira-se forçado a alterar essas ordens, pois os indígenas sabendo da não captura das mulheres e crianças, fugiam das suas *libatas* abandonando as famílias, para se irem entrincheirar nas florestas, de onde faziam fogo mortífero sobre os expedicionários. PADREL, Justiniano. Expedição ao Humbe: Relatório do comandante da expedição, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 11ª série, n.º 12, 1892, pp. 811-847.

³⁴⁹ PADREL, cit. 348 pp. 811-847.

³⁵⁰ ALMEIDA, cit. 319, pp. 95-96.

Seja como for, a verdade é que no dia 11 de julho, as tropas colocaram-se em marcha e, após longas e penosas caminhadas, atravessaram o rio, projetando-se em terras desconhecidas, avançando por vastas planícies de capim, pequenas matas e densas florestas. Ao longo do percurso, foram-se incendiando as *libatas* encontradas e fazendo as habituais presas de guerra: cabras, galinhas, vitelos³⁵¹ e utensílios diversos, relacionados com as atividades agrícolas. Deparando com forças nativas emboscadas numa floresta, os expedicionários envolveram-se numa troca de tiros por mais de seis horas, durante a qual muitos dos aliados cuanhamas terão desertado³⁵², obrigando a retirar, sob terríveis condições de inferioridade numérica e de falta de mobilidade, por virtude do mato denso que protegia as surtidas dos cuamatos e dificultava a visibilidade³⁵³.

Durante as operações, terá morrido o filho e sucessor do soba dos cuamatos³⁵⁴, fragilizando a sua liderança, mas ainda estava muito longe o momento da sua subjugação pelas armas portuguesas, as quais nem sequer capturaram o Luhuna, e, ao retirarem, devolveram a região ao seu tradicional equilíbrio instável³⁵⁵.

O chefe do concelho, após a retirada de Padrel afirmou:

«Pacificado como estava o Humbe e desistindo-se de novo ataque ao Cuamato, que seria improfícuo pela impossibilidade de prender o Luhuna cessaram as hostilidades, conservando-se de prevenção a expedição até que a 1 de agosto retirou do concelho, onde julguei desnecessária a sua presença. Presumo que o Humbe irá permanecer sossegado por algum tempo, pelo salutar corretivo aplicado aos rebeldes, sendo indispensável que a ação da autoridade local seja enérgica e decidida a reprimir a menor incorreção do gentio»³⁵⁶.

³⁵¹ NASCIMENTO, cit. 341, p. 56.

³⁵² BELO ALMEIDA. Campanha do Humbe de 1891, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 53, n.º 11-12, 1935, pp. 410-411.

³⁵³ Por estes motivos, homens como Alves Roçadas ou Eduardo da Costa vão-se referir a esta retirada como tendo sido um grande feito de armas.

³⁵⁴ LUNA de CARVALHO, cit. 347, p. 7.

³⁵⁵ Em particular no Humbe, Gambos, Quipungo, Camba, Mulondo, Hai, Jau, Huíla, Humpata e Quihita, onde a violência se torna endémica.

³⁵⁶ LUNA de CARVALHO, cit. 347, p. 8.

Mas os factos não parecem comprovar a sua convicção e, carente de uma verdadeira ocupação efetiva, a região permanece vulnerável, sendo assolada por frequentes pilhagens de hotentotes e hereros, pelo menos até 1893³⁵⁷.

Na terceira revolta do Humbe, a causa imediata encontra-se na campanha de vacinação, implementada pelas autoridades coloniais, de modo a conter a propagação de um surto de peste bovina. Como aquela tentativa acabou por ser mal recebida pela maioria das populações, por considerarem a vacina como um meio propagador da doença, os focos de contestação alastraram e as brigadas de vacinação tiveram de ser protegidas por unidades militares³⁵⁸. Uma destas unidades acabou por ser atacada, causando a morte de grande parte dos seus homens, incluindo o Conde de Almoester (1858-1897), que se encontrava ao comando de um pelotão da Companhia de Dragões do Lubango³⁵⁹.

Para a literatura portuguesa da época, a resistência à vacinação explica-se pela ignorância dos nativos. Porém, importa acrescentar outros dados a esta inferência: a taxa de sobrevivência dos animais vacinados foi reduzida; os africanos eram obrigados a pagar uma cabeça de gado por cada quinze animais vacinados e o recurso à força armada, para operacionalizar aquela prática sanitária, causou profundo descontentamento entre os povos, até porque foi acompanhada pelo confisco de alimentos, a imposição da vacina pela força, apreensão de gado e a violação de mulheres³⁶⁰. Aliás, o motivo pelo qual os indígenas cercaram e dizimaram o pelotão, comandado pelo Conde de Almoester, terá sido mesmo uma retaliação contra sevícias praticadas contra algumas nativas.

De qualquer modo, este episódio provocou profunda consternação entre as tropas colocadas em território angolano, e na própria metrópole, gerando um incontido desejo de vingança, motivo pelo qual se enviaram mais soldados para a região, sob comando de Artur de Paiva, o qual começou por proteger a fortaleza do Humbe para, de seguida, empreender uma série de

³⁵⁷ SOUSA DIAS, Gastão. *O Tenente Quintino Rogado*, Coleção Pelo Império n.º 127, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.

³⁵⁸ PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, *Relatórios das operações de guerra no Humbe no anno de 1898 enviados ao Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar pelo Governador-geral da Provincia de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

³⁵⁹ Este episódio ficará conhecido como a matança de Jamba Camufate. Em 12 de dezembro de 1897, para além do Conde de Almoester e do sargento Pio, terão morrido doze, dezanove ou vinte soldados, em função das fontes. Doze, segundo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, cit. 358; dezanove, segundo GUIMARÃES, Luiz de Pina. *Campanha do Humbe 1897-98*, Coleção Pelo Império n.º 44, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938, e vinte de acordo com PAIVA, Artur. *Relatórios da expedição ao Humbe no Anno de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

³⁶⁰ Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, cit. 358, pp. 3-4.

ações punitivas ao longo dos territórios entre as margens do Cunene e a localidade de Catequero, passando pelas margens do Caculovar.

A abrangência deste teatro de operações demonstra uma preocupação estratégica bem mais ampla do que um mero desejo de vingança, revelando a intenção de controlar as regiões mais passíveis de penetrações hostis, quer dos hotentotes³⁶¹ e germânicos, provenientes do Sul, quer dos cuamatos, oriundos da margem esquerda. Controlado este eixo, seria possível avançar em direção ao Cubango, de forma sustentada e não episódica, como até então se tinha ensaiado.

Serão necessários seis meses de confrontos, um número incontável de mortes de ambos os lados³⁶², centenas de prisioneiros humbes e um novo soba, imposto pelos portugueses, para se conseguir estabilizar a situação, levando Paiva a insistir junto dos poderes políticos sobre a necessidade de atacar o Mulondo, arrasar o Cuamato e assim estender a influência portuguesa para a outra margem.

Porém, o governador geral Ramada Curto não concorda com este propósito e considera prioritário estancar a sangria financeira provocada pelas operações militares, que tinham sido suportadas pelo orçamento colonial, e por isso advoga o cessar das operações. Para ele, o fundamental era consolidar a posição na margem direita, através do reforço das aproximações pacíficas, e da repressão dos comportamentos abusivos dos colonos. Atingidos estes propósitos, seria fácil limitar as questões de segurança a meras questões de polícia, menos exigentes em termos de afetação de recursos. Deste modo, o governador afirma: «Na minha opinião a paz parece assegurada, se novos desatinos dos nossos a não vierem perturbar.... do prolongamento da campanha resultaria tão somente mais algumas dezenas de contos de réis espalhados pelo planalto, mais algumas centenas de cabeças de gado tomado ao gentio, e depois quando se julgasse pacificado o paiz, a reação reapareceria se aos povos se faltasse com a justiça que aos administrados se deve.»³⁶³.

4.4 As Operações 1902 – 1915

4.4.1 A região centro

Durante este período, tornam-se claros os propósitos de afirmação da soberania portuguesa, assente numa política de territorialização estruturada, no controlo de pontos estratégicos e na consolidação dos modos de dominação dos povos locais. Neste quadro estratégico, decorreram os principais conflitos nesta região, os quais se podem sintetizar do seguinte modo:

³⁶¹ GUIMARÃES, cit. 359.

³⁶² PAIVA, cit. 359, p. 44.

³⁶³ Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, cit. 358, p. 19.

Quadro 4.2 Operações militares no Centro de Angola (1902/15)

ANO	OPERAÇÃO
1902	Revolta do Bailundo
1902	Operações em Ganguela
1902	Operações no Soque
1902	Operações na Quibala
1903	Agitação em Caconda
1904	Operações no Bimbe
1905	Operações na Quissala
1912	Operações no Huambo

Fonte: Autoria própria

E, entre os quais, se destaca a revolta de 1902, no Bailundo, que na minha opinião simboliza um ponto de viragem operacional, em conformidade com a consolidação das mudanças verificadas ao nível da grande estratégia, mesmo que a sua causa imediata não apresente qualquer originalidade, remetendo para as tradicionais dificuldades de relacionamento entre os colonos e os povos locais. Em concreto, alguns indígenas terão recusado pagar garrafas de aguardente³⁶⁴, adquiridas a um comerciante português, e perante isso as autoridades do posto intimaram o respetivo soba a comparecer perante elas para justificar o sucedido. Como este não reconhecia a autoridade portuguesa para interferir nestas matérias, não o fez, acabando por ser capturado³⁶⁵.

Como a tensão naquelas terras se tinha vindo a acumular, como resultado das tentativas portuguesas de imposição de preceitos legais, de dominar os fluxos comerciais e de impor políticas fiscais, perante alguma indiferença dos poderes políticos coloniais, que menosprezavam os constantes avisos dos colonos³⁶⁶, este simples episódio acabará por funcionar como rastilho para um conflito de grandes proporções. Com efeito, aproveitando a fragilidade das tropas portuguesas, que em toda a região não excederiam a centena, irromperam violentos protestos contra a captura do soba, os quais acabaram por estar na base da criação de uma vasta aliança de povos locais³⁶⁷, unidos pelos ressentimentos contra os portugueses, assim ultrapassando as divisões étnicas e as suas rivalidades tradicionais.

³⁶⁴ Motivo pelo qual Pélissier apelida este acontecimento da «Guerra da aguardente». PÉLISSIER, cit. 7, p. 83.

³⁶⁵ AHM 2/2/7/10. (Rebeldia do gentio na área da Capitania – Mor de Bailundo).

³⁶⁶ AHM - 2/2/7/3. (Missão especial entre o Bailundo e o Bié – Capitão Massano de Amorim – 1901).

³⁶⁷ Segundo o relatório do Tenente Francisco da Cunha Tamegão, os revoltosos seriam entre 30 a 40 mil, AHM 2/2/7/11. (Operações de reconhecimento ao interior do distrito de Benguela – 1902).

Wheeler. 1973, cit. 28, p. 54, fala de 10 mil guerreiros. Mas estes números são difíceis de confirmar.

No domínio dos factos, verificou-se um imediato ataque ao forte português, e depois um rápido alastramento da revolta por todo o planalto, com ataques a propriedades e missões, raptos e assassínios de colonos, corte de estradas, razias e incêndios³⁶⁸, havendo por isso a necessidade de convocar tropa proveniente de Benguela e Luanda, e, pela primeira vez desde os anos sessenta, forças expedicionárias metropolitanas. Contudo, as dificuldades de coordenação entre as autoridades instaladas no teatro de operações e os poderes políticos em Benguela, e entre estes e o governador geral implicaram grandes demoras na chegada dos homens ao terreno, obrigando muitos colonos a procurarem refúgio no interior da fortaleza, enquanto as suas terras eram ocupadas e os seus bens pilhados.

De início, as operações foram desenhadas de acordo com o modelo costumeiro de punir e arrasar, mas a extensão, entretanto assumida pelos conflitos, implicou uma tentativa de afinamento dos procedimentos, tendo-se constituído três colunas, cada uma delas seguindo um percurso diferenciado, em direção ao núcleo central da subversão. O propósito era o de aplicar uma manobra de tenaz, tendente a desarticular a capacidade de os revoltosos cooperarem entre si. Falamos da coluna do Libolo, comandada por Pais Brandão (1866-1943), a qual saiu daquela localidade, nos inícios de junho; a coluna do sul, com origem em Benguela e liderada pelo próprio governador da província Teixeira Moutinho (1854-1928), seguindo por Cacondo e pelo Huambo, num percurso mais tarde criticado pelo governador geral Cabral Moncada (1859-1908) e, ainda, a chamada coluna do norte, cujo líder Massano de Amorim (1862-1929), também partiu de Benguela à frente de quase dois mil homens, alguns dos quais provenientes da metrópole.

Pais Brandão, com muita experiência de combate, no Norte de Angola³⁶⁹, aproveitou o mês de junho, seco e fresco, para dar início à marcha da sua coluna³⁷⁰, tendo como principal objetivo operacional a defesa da fortaleza do Bailundo, onde importava evitar a entrada dos nativos, de modo a conter a propagação dos focos de revolta para as regiões do eixo Huambo, Bié, Moxico, essencial para as rotas de penetração comercial. Ao longo da sua progressão no terreno,

³⁶⁸ AHM 2/2/7/11, cit. 367.

³⁶⁹ Na década de 1890, a região do Libolo foi afligida por mais de uma dezena de sublevações e Pais Brandão, a partir de 1895, atuou em muitas delas. AHM 2/2/7/8. (Coluna de operações a N'Dala Cachibo – 1902).

³⁷⁰ 79 militares, dos quais 7 cabos e soldados de artilharia, 32 de infantaria e 36 de segunda linha, apoiados por uma peça de artilharia, 31 granadas ordinárias, 33 granadas com balas, 48 lanternetas e 40 mil cartuchos *Snyder*. Cada praça de infantaria levava 100 cartuchos e as de Artilharia 10. AHM - 2/2/7/21. (Operações ao Bailundo).

enfrentou diversos ataques, caminhos cortados, múltiplos obstáculos naturais, como rios de difícil transposição, desfiladeiros, solos ásperos, matas densas, morros e pequenas serras³⁷¹.

Durante a marcha, e recebendo informações sobre a suposta invasão da fortaleza, decidiu simular um desvio da rota, dando a entender dirigir-se para o Bié, esperando iludir os batedores do Bailundo, de modo a aproveitar o fator surpresa e reconquistar a fortaleza, sem a necessidade de um ataque frontal, para o qual considerava não ter recursos suficientes³⁷². Contudo, as informações da invasão viriam a revelar-se inexatas, tendo os europeus sitiados conseguido manter a posição até à chegada de Pais Brandão, o qual acabaria por entrar na fortaleza sem grandes tormentos³⁷³.

Posto isto, ele desencadeou uma série de contra-ataques nas vizinhanças, para dissuadir novas investidas e para reabastecer os *stocks* alimentares, depauperados após seis meses de cerco, investindo sobre as povoações indígenas com o recurso a fogos contínuos de artilharia, seguidos de investidas de infantaria, muitas vezes concluídas com duros confrontos corpo a corpo e aplicando depois os modelos mais puros das táticas de *razia*. No decurso destas operações, acabou por se abater o líder da revolta Mutu-Ya-Kavela³⁷⁴ e, apesar de a agitação não ter cessado, as notícias da aproximação da coluna do norte e os receios de turbulência no Libolo levaram-no a voltar a essa região, não sem que antes tenha conseguido evitar o alastrar da agitação para o Bié³⁷⁵.

Entretanto, de Benguela partira, em 22 de junho, a coluna do Sul³⁷⁶ com destino a Caconda, local onde Teixeira Moutinho decidiu estacionar até ao dia 1 de agosto, esperando por reforços dos Dragões da Huíla³⁷⁷. Esta decisão levará o governador geral a acusá-lo de falta de coordenação com as ações das outras colunas. Noutro ponto, desenvolveremos esta polémica, mas ela é reveladora de óbvias dificuldades de coordenação entre as tropas no terreno e os patamares políticos, neste caso ainda agravadas por questões pessoais.

³⁷¹ AHM 2/2/7/21, cit. 370.

³⁷² IDEM.

³⁷³ IBIDEM.

³⁷⁴ Mutu-Ya-Kavela foi decapitado e, depois de morto, foi-lhe amputado um pé, onde possuía dedos defeituosos, os quais se pretendiam exhibir junto dos nativos como prova da sua morte. AHM 2/2/7/21.

³⁷⁵ AHM-2/2/7/17. (Operações de Campanha em Tchissende e Quanza – 1902.)

³⁷⁶ 215 homens, equipados com 97.779 cartuchos Snider, 2 peças de artilharia de 7 cm, 24 solípedes, e uma metralhadora Hotchkiss, segundo LAVRADIO, Marquês do. *A Campanha do Bailundo*, Coleção Pelo Império, nº 2, Agência Geral das Colónias, 1935, p. 9. O próprio MOUTINHO, Teixeira, *Em legítima defesa: resposta ao livro do Conselheiro Cabral Moncada intitulado a Campanha do Bailundo*, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904, só fala das 215 praças e duas peças de artilharia de 7c. p.71.

³⁷⁷ Partindo de Moçâmedes os Dragões tiveram de enfrentar as dificuldades da travessia da Serra da Chela, só conseguindo chegar ao Lubango nos inícios de julho, e a Caconda 23 três dias depois.

Já reforçado com os homens da Huíla³⁷⁸, Teixeira Moutinho reinicia a marcha no dia 1 de agosto, avançando sobre o Huambo, onde procede à conquista da respetiva capital, depois de um curto combate, no qual foi morto o soba e queimadas diversas *libatas*³⁷⁹. Para ele, a subjugação do Huambo era crucial, por se tratar do principal foco de oposição à autoridade portuguesa, pois era fundamental quebrar a fama de invencibilidade do respetivo soba, facilitando, assim, a imposição da ordem colonial sobre os restantes povos do planalto³⁸⁰.

Após esta operação, Moutinho dirigiu-se para a região do Bailundo, onde enfrentou forte resistência nos morros de Ganda e Caué. Aqui, os nativos bem protegidos pela altitude e pelas galerias escavadas na terra, receberam as tropas com intenso tiroteio, tornando-se necessário conquistar posições nos flancos, para depois lançar ataques de infantes, em correria pelos morros, de modo a penetrar nas galerias e, com a ajuda de granadas, neutralizar a resistência. Todavia, só após intensos combates corpo a corpo foi possível controlar a situação e capturar alguns dos bailundos incapazes de se colocarem em fuga.

Mas, este não seria o episódio mais sangrento desta campanha, reservando-se esse lugar para o ataque a Candumbo, importante ponto estratégico, por controlar a principal estrada de ligação do Bailundo para o Bié, e onde os nativos resistiram de forma destemida aos ataques da artilharia portuguesa. Mais uma vez, protegidos pelas alturas e por uma linha dupla de paliçadas de madeira, desfeitearam as primeiras tentativas de penetração na *embala*, para só serem derrotados, depois de dois dias de violentos confrontos, quando as tropas portuguesas, guardadas pelo fogo cerrado dos artilheiros, conseguiram escalar o rochedo e penetrar na *embala*, onde o seu soba e mais de trezentos indígenas acabaram por ser abatidos.

De Benguela, partirá ainda a coluna do Norte, progredindo pelas regiões da Hanha, do Soque e da Quibanda³⁸¹. De acordo com as indicações do governador geral, o objetivo era impedir a possibilidade de os nativos concentrarem forças para investir sobre os homens de Teixeira Moutinho, ou para avançarem em direção ao litoral.

³⁷⁸ BENTO, Carlos. *A Gesta de Um Anadiense Na Campanha do Bailundo de 1902*, Anadia, Câmara Municipal de Anadia, 1997, p.8 fala de 615 homens; LAVRADIO, cit. 376, refere um efetivo aproximado de 400 homens, p. 9.

³⁷⁹ MOUTINHO, cit.376, pp. 26-37. De acordo com o plano de campanha apresentado em 22 de abril de 1902, a propósito do qual o governo geral em Luanda ordenara o adiamento.

³⁸⁰ IDEM. p. 27.

³⁸¹ Composta por tropas metropolitanas, pelo batalhão de caçadores 2 de Benguela e também por voluntários (na maioria degredados por crimes menores), contabilizava 142 europeus, a quem se acresciam duas companhias de caçadores indígenas e 13 membros dos serviços de saúde e de administração, num total de 458 homens de primeira linha, acompanhados por mais de mil carregadores e 4 peças de montanha de 7cm. MONCADA, Cabral. *A Campanha do Bailundo em 1902*, Lisboa, Livraria Ferin, 1903, pp. 93-94.

A sua organização iniciou-se nos finais de julho, enfrentando os tradicionais problemas da falta de instrução das tropas, das dificuldades em recrutar carregadores, ausência de peças de artilharia apropriadas, carência de munições, equipamentos e até fardamentos. Agravando tudo isto, foi moroso o processo de estabelecimento da linha de etapas que só foi possível operacionalizar, quando o próprio Moncada se deslocou a Benguela. Então, estabeleceu-se a testa principal da linha em Catumbela, a partir de onde se iniciou a distribuição regular dos reabastecimentos necessários às tropas em marcha, permitindo a Massano de Amorim o início da penetração territorial³⁸².

Pela análise dos relatórios do comandante da coluna, mais uma vez se percebem as grandes dificuldades da marcha, iniciada a 9 de agosto em Benguela, as quais resultaram sobretudo das condições naturais e da falta de carregadores. Pisos arenosos, rios difíceis de transpor, vales e montes, o sol e a chuva, entravaram a marcha e desgastaram os homens e os animais, revelando-se mais perigosos do que as tropas nativas e os seus espiões.

Como sempre, os contingentes nativos eram muito superiores, mas a sua inferioridade tecnológica começava a ser mais decisiva, e, por isso, a falta de munições e a escassa preparação das tropas portuguesas não foram muito penalizadoras da ação.

O primeiro grande obstáculo à coluna do Norte surgiu vinte dias depois da saída de Benguela, quando na localidade de Caiobe, as tropas se envolveram num intenso combate, durante o qual começaram por formar quadrado, a partir de onde bombardearam as *libatas* circundantes. A utilização desta tática, tão bem-sucedida nos teatros de operações moçambicanos, não era usual em Angola e neste episódio mostrou bem algumas das suas limitações. Protegidos por grandes blocos de pedra e armados com lazarinhas, os indígenas conseguiram manter o quadrado sob fogo cerrado durante mais de cinco horas, e só foram desfeiteados, graças ao engenho do comando, quando este simulou desfazer o quadrado para retirar e, depois, aproveitando a desmobilização nativa, ordenou uma investida de surpresa sobre a linha de *libatas*, que assim foram devastadas.

Mas, este sucesso tático não escondia uma fragilidade, a qual se virá a revelar dramática dois anos mais tarde, nos acontecimentos de Pembe, e decorria do facto de, ao contrário dos povos de Gaza, muitos dos indígenas desta região não combaterem em campo aberto, preferindo ataques de surpresa, com poucos efetivos, protegidos pelos matos, bosques e dunas, desvalorizando o *gap* tecnológico e facilitando os recuos; e nada disto recomendava a utilização

³⁸² AHM 2/2/8/3. (Campanha do Bailundo 1902 - Diário de Campanha da Coluna de operações do Norte de Benguela – João Ortigão Peres).

do quadrado fixo durante muito tempo. Este podia ser importante para travar os primeiros impactos, mas depois exigia a capacidade para se desfazer com urgência, em projeções de infantaria e cavalaria, contra o núcleo principal do adversário, como Massano de Amorim concretizou nesta campanha.

A caminho do Bailundo, as tropas de Massano de Amorim enfrentaram ainda outras dificuldades, mas, enquanto progrediam no terreno, muitas populações foram-se colocando em fuga, afastando-se do caminho da coluna e permitindo a sua chegada à fortaleza, a 25 de setembro, encontrando Teixeira Moutinho, que lá chegara dois dias antes.

Reunidas as duas colunas, os objetivos imediatos passavam agora pelo pacificar das principais rotas comerciais para Benguela via Catumbela e o apoio às populações europeias sob ameaça, tendo-se empreendido uma série de ações de retaliação e razia, capturando-se muitos dos líderes da revolta, alguns dos quais, segundo as fontes, haviam estado envolvidos na morte de Almoster, quatro anos antes³⁸³.

Mas, para Cabral Moncada, os propósitos a perseguir eram mais vastos e projetados no futuro, passando pela criação de condições para assegurar a paz e a estabilidade de forma duradoura. Para tanto, ele considerava crucial levantar postos militares nas regiões, entretanto pacificadas, garantindo a segurança das comunicações entre eles, irradiar força para o Bié e o Moxico, julgar os revoltosos capturados, assim como todos os colonos acusados de cometer abusos sobre os nativos, proceder a adaptações legislativas de modo a respeitar alguns dos costumes locais, ter mais atenção na escolha dos funcionários, valorizando o mérito e os conhecimentos sobre África, limpar os rios, construir pontes, telégrafo, incentivar a colonização, aperfeiçoar a organização militar e, para tudo isto ser possível, importava apostar na descentralização³⁸⁴.

Ao longo da sua marcha em direção ao Bailundo, Massano de Amorim foi cumprindo o desejo do governador geral no respeitante à edificação de postos militares, ao contrário de Teixeira Moutinho, por considerá-los uma perda de tempo, e até mesmo um risco, pois tinha de abdicar de soldados, enfraquecendo a sua coluna e, por isso, a capacidade de enfrentar os revoltosos.

Douglas Wheeler³⁸⁵ considera os acontecimentos desta revolta como um estímulo para os movimentos dos anos seguintes, mas, na verdade, esses irão assumir contornos muito diferentes

³⁸³ AHM - 2/2/7/16. (Autos contra Indígenas no Concelho de Humbe).

³⁸⁴ Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, n.º 45, *Portarias* 473 e 474, 1902, pp. 607- 609.

³⁸⁵ WHEELER, 1973, cit. 28, pp. 53-92.

dos verificados no Bailundo, exigindo operações de muito baixa intensidade, e sobretudo de cariz policial, como se comprova pela figura dos seus principais líderes: Samakaka, Issaca e Moleca. Todos eles tinham assumido papéis secundários, no decurso da grande revolta de 1902, mas, depois, acabaram por assumir o protagonismo na oposição à administração colonial.

Com efeito, capitalizando as potencialidades do terreno, todos eles aproveitam as altitudes e as zonas de floresta densa para se esconderem, reorganizar, e empreender ataques contra os interesses europeus, em especial no importantíssimo eixo económico de ligação entre a costa e a região do Bailundo. Se a ação destes homens se direcionou, em grande parte, contra os poderes administrativos e económicos coloniais, eles também não hesitaram em assaltar outros nativos, chegando mesmo a aliar-se a alguns colonos europeus, interessados em participar nestes saques³⁸⁶, revelando as suas motivações de pendor económico.

Samakaka, outrora fora pombeiro³⁸⁷, atividade com a qual adquiriu alguma riqueza e conhecimento dos modos de operar das colunas mercantis, tendo-se concentrado na região do Bimbe, a Norte do Bailundo, onde reuniu um grupo muito coeso de seguidores, com os quais aterrorizou os mercadores mais corajosos durante um ano³⁸⁸. Seria morto à baioneta, em 1904, quando a aldeia do soba Moma, onde se refugiara, foi tomada pelas forças do capitão mestiço Romeiras de Macedo³⁸⁹; mas, até lá, deixou em polvorosa toda a região do Huambo, onde se ambicionava levantar os primeiros troços da linha de caminho de ferro de Benguela.

Issaca, por seu turno, após a queda do Bailundo, refugiou-se nas regiões montanhosas de Sanga, e, desse modo protegido, empreendeu violentos ataques a caravanas. Seria morto num desses ataques, mas a vantagem conferida pelas alturas, onde instalara a sua *embala*, permitiu aos seus sucessores a manutenção das ações contra os interesses portugueses. Como consequência das proporções assumidas por estes assaltos, constituiu-se uma força expedicionária, que iria colocar no poder um novo soba³⁹⁰.

Já no caso de Moleca, outrora o principal lugar-tenente de Luhuna, ele reunira um grupo de várias dezenas de homens armados com Martinis e Snyders³⁹¹, com os quais aterrorizou a região do Humbe, ao longo de vários meses, acabando por ser morto num episódio merecedor

³⁸⁶ AHM - 2/2/8/9. (Diligência a Mucunha a fim de prender o comerciante Jorge de Carvalho – 1903).

³⁸⁷ AHM-DIV/2/2/7/13. (Revolta dos Sobas «Samakaka e Uhembo» - 1902).

³⁸⁸ IDEM.

³⁸⁹ BELO ALMEIDA, cit. 341 p. 41.

³⁹⁰ AHM 2/2/9/04. (Coluna de Operações a Sanga – 1903).

³⁹¹ AHM 2/2/8/13. (Combate da 16ª companhia Indígena de Infantaria, contra o rebelde e salteador Moleca 1903).

de ser aqui narrado, por ser demonstrativo da complexidade dos relacionamentos colocados em jogo.

Apesar de procurado e perseguido pelos portugueses, ele não hesitou em apresentar queixa às autoridades coloniais, quando lhe roubaram algumas cabeças de gado. Situação paradoxal, por expressar um reconhecimento das autoridades portuguesas, permitiu a estas executarem um estratagema, já muitas vezes utilizado, consistindo em prometer negociar com os revoltosos, levando-os a deslocarem-se até às fortalezas, para então os capturar e deportar para regiões mais longínquas. Neste caso concreto, Moleca aproximou-se do forte com a esperança de ver o seu gado restituído e acabou por ser fuzilado a sangue frio, juntamente com muitos dos seus correligionários³⁹².

Após este episódio, as forças portuguesas com grande apoio de civis empreenderam uma série de ações de retaliação por toda a região, visando dissuadir qualquer tentativa de renascimento da revolta³⁹³ e, no essencial, o grande esforço de pacificação da vasta zona do hinterland central ficou concluído, não se voltando a registar movimentos de resistência de grande amplitude até 1912, quando a deslocação de um acentuado número de colonos portugueses para as terras altas terá provocado uma suposta revolta, nas regiões do Huambo, do Sambo e do Bimbe³⁹⁴.

Esta subjugação deve-se a vários fatores, como a atuação das missões religiosas, a integração de muitos nativos nas lógicas comerciais capitalistas, facilitadas pela chegada do caminho de ferro, a generalização do consumo de álcool, com efeitos muito disruptivos no funcionamento destas sociedades; mas os sucessos militares, com uma dimensão até então desconhecida em Angola, assumiram um papel decisivo.

4.4.2 O Sul

Na entrada do século XX, a presença portuguesa para lá do Cunene continuava a ser inexistente, pois as tentativas anteriores de penetração tinham sido esporádicas e com poucos resultados permanentes, como mostraram as incursões de Artur de Paiva ou de Justiniano Padrel.

O facto de os cuamatos e cuanhamas serem povos muito ciosos da sua independência e com fama de serem guerreiros temíveis, também dissuadira penetrações mais efetivas das autoridades coloniais, mais preocupadas em tentar impedir a sua influência sobre os povos da

³⁹² AHM 2/2/8/13, cit. 391 e AHM - 2/2/8/14. (Morte do salteador Moleca – 1903).

³⁹³ AHM 2/2/8/14, cit. 392.

³⁹⁴ É um episódio pouco documentado. A única fonte com referências a este suposto levantamento é: DELGADO, Ralph. *A Famosa e Histórica Benguela. Catálogo de Governadores*, Lisboa, Cosmos, 1940.

margem direita e em assegurar condições mínimas para mercadores e missionários mais aventureiros se lançarem sobre os territórios misteriosos do leste, não afetando, por isso, grandes esforços aos antigos projetos de alcançar o Zambeze ou, até mesmo, a contra costa.

Contudo, a mutação da grande estratégia portuguesa, implica agora uma nova abordagem, face a estas problemáticas terras, considerando-se vital o domínio de toda a vasta região até ao Cubango, para daí avançar em direção às fronteiras delimitadas pelos tratados internacionais, afirmando um discurso de ocupação efetiva, inibidor das ambições dos alemães da Damaralândia.

A prioridade agora concedida a estes lugares levou a uma alteração administrativa, retirando-se a Moçâmedes o governo dos concelhos do Leste, os quais passam para tutela do governador da Huíla.

Portanto, importava vigiar as duas margens do Cunene, subjugar os ovambos, controlar as linhas de penetração para o Cubango e mais além, sendo estes os motivos da conflitualidade, nesta região, cujos principais momentos se identificam no quadro:

Quadro 4.3 Operações militares no sul de Angola (1902/1915)

ANO	OPERAÇÕES
1902	Investidas dos cuamatos
1904	Derrota de Pembe
1905	Derrota do Mulondo
1906	Conflitos com os cuamatos
1906	Ações nos Gambos
1907	Conquista do Cuamato
1908	Operações no Cuamato e nos Gambos
1909	Operações no planalto
1909	Ocupação do Evale
1909	Agitação no Cuamato
1910	Ocupação do Pocolo
1912	Levantamento no Evale
1915	Môngua

Fonte: Autoria própria

Quando os desfechos favoráveis, no Bailundo e no Humbe, permitiram concentrar maiores atenções no Sul, deu-se início aos preparativos para submeter, em definitivo, os ovambos, começando por se definir como objetivos estratégicos a conquista de Ngiva, capital do soba dos

cuanhamas, e a edificação de postos militares, na linha de fronteira com a colónia alemã³⁹⁵. Para esse efeito, organizou-se uma expedição³⁹⁶, cujo comando foi entregue ao capitão João Maria de Aguiar (1858-1935), governador da Huíla e homem experiente nas campanhas africanas, o qual, à ordem de operações inicial, ainda acrescentou a ocupação de Mogogo, capital do Cuamato Pequeno³⁹⁷.

Mais tarde, este planeamento operacional será contestado nalguns setores militares, por considerarem desnecessária a investida sobre Mogogo, por já se terem estabelecido aproximações diplomáticas com os cuamatos, podendo agora evitar-se a dispersão de esforços. Assim, a prioridade deveria ser a derrota dos cuanhamas, principal entrave à afirmação da soberania portuguesa na região e, por consequência, à liberdade de circulação comercial. Porém, importa ter em consideração que estas posições são posteriores ao desfecho das operações e, por isso, condicionadas pelos seus resultados pouco felizes, não se podendo esquecer o facto de, no momento da definição dos objetivos operacionais, se ter tido em consideração o já antigo e nunca escamoteado receio sobre a possibilidade de hipotéticas alianças alargadas entre os ovambos.

Posto isto, o pretendido era começar por esmagar os cuamatos, vistos como adversários menos temíveis, e só depois investir sobre os cuanhamas, acreditando-se no princípio costumeiro das guerras africanas, de a destruição das *embalas* implicar uma desarticulação dos povos e, por isso, a sua incapacidade de implementar posteriores táticas de resistência significativa.

De acordo com este racional, constituiu-se uma coluna, com um total de efetivos muito próximo dos dois mil homens, onde mais uma vez se deteta um importante contingente metropolitano. Mais tarde, alguns críticos irão considerar insuficiente o número de homens mobilizados, encontrando nesse facto um dos principais motivos para o dramático desfecho das

³⁹⁵ A ordem de marcha da coluna, à partida do Humbe em direção ao Vau de Pembe, determina: «a coluna marcha amanhã sobre Moghogho, *embala* do soba do cuamato para bater os indígenas desta região e do Cuanhama».

³⁹⁶ Sobre esta campanha ver: ARRIFES, Marco Fortunato. Pembe. O Império empalideceu de Medo Fúria e Vergonha, em Carlos AFONSO e Vítor BORGES, Coords, *Atas do Seminário Portugal e as Campanhas de África: da Imposição da Soberania à Grande Guerra*, Lisboa, Fronteira do Caos, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2015, pp. 119-147.

³⁹⁷ Dissidências antigas, por disputas sucessórias, levaram a uma cisão entre duas fações dos cuamatos. Uma, estabelecida na antiga capital (Naloeque), era conhecida como a *embala* grande. Os outros, em menor número, mas mais aguerridos e bem armados, estabeleceram-se em Mogogo, conhecida como a *embala* pequena, daqui resultando as denominações de Cuamato Grande e Cuamato Pequeno para nomear estes dois grupos.

operações³⁹⁸, mas, atendendo ao quadro estratégico, ao tipo de operações previstas e às vantagens tecnológicas, é difícil aceitar esta observação.

Tomando-se a decisão de atravessar o rio, no vau de Pembe, as tropas comandadas pelo governador da Huíla partem do Lubango, no dia 22 de agosto, para chegarem ao Humbe, no dia 11 de setembro, iniciando a travessia do Cunene, oito dias depois.

Esta travessia decorre já sob fogo inimigo e leva os portugueses à outra margem, onde instalam o seu bivaque. Este, que nos dias imediatos funcionará como plataforma para projeções de forças de reconhecimento, foi montado com alguns cuidados, destacando-se a construção de pequenas trincheiras, as quais parecem deixar adivinhar a intenção de um alto demorado, adiando a penetração territorial mais profunda para o início do ano seguinte, quando as condições climáticas, já não tão afetadas pela chuva, fossem menos penalizadoras para a marcha.

Genipro de Almeida³⁹⁹ defende ser esta a intenção do comando, embora a ordem de operações de 19 de setembro afirme, de modo muito claro, o avanço sobre o Cuanhama como um objetivo imediato. Por outro lado, a análise das memórias e diários de alguns dos oficiais do estado maior da coluna, revelam uma grande indefinição, a propósito dos objetivos operacionais, permanecendo assim a dúvida sobre qual seria a real intenção de João Maria de Aguiar: avançar já sobre Mogogo e Ngiva, ou manter o alto até as condições climáticas se revelarem mais amenas?

Nos dias seguintes empreenderam-se ações de reconhecimento, tendo-se destruído algumas *libatas* e, no dia 25 de setembro de 1904, um destacamento comandado pelo capitão Pinto de Almeida avançou sobre a chana de Umpungo, tendo sido cercado por forças Cuamatas.

³⁹⁸ «Contreiras Júnior fala em 1800 homens, incluindo tropas regulares e irregulares (JÚNIOR, Manuel Contreiras. *O Massacre do Cunene*, Cadernos Coloniais n.º 44, Lisboa, Edições Cosmos, 1937, p. 7), Salgado refere 2053, incluindo 519 europeus (CALDEIRA, Arlindo. (Fixação do texto, introdução e notas), *O Sul de Angola no início do século XX, Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 19; autores mais recentes, como Jaime Ferreira Regalado reiteram os 1800 homens, particularizando serem 500 europeus (REGALADO, Jaime Ferreira. *Cuamatos. 1907. Os Bravos de Mufilo no sul de Angola*, Lisboa, Tribuna da História, 2004, p. 15); já René Pélissier fala num total de 1160 militares, dos quais 507 europeus (PÉLISSIER, cit. 7, p. 188). O DN, em 25 de agosto, fala em 2200 militares, mas, numa carta do correspondente em Moçâmedes de 22 de setembro, publicada em 14 de outubro, apresenta-se o número de 2000 homens. Genipro Almeida, num relatório estudo de 1927, afirma que, à partida do Lubango, a expedição teria 1223 homens, dos quais 493 seriam auxiliares indígenas. Já no Humbe, a coluna será reforçada com as 15ª e 16ª companhias indígenas, passando a ter um efetivo de 2030 homens, dos quais os 199 da 15ª não marcharam logo para Pembe. Segundo estes números, o total da expedição seriam 1831, (AHM/2/2/62/14 - Elementos para o estudo da campanha pelo Coronel Genipro da Cunha Eça Costa Freitas e Almeida. 1927)». Nota em ARRIFES adpt., cit. 396, p. 139.

³⁹⁹ AHM/2/2/62/14, cit. 398.

Com experiência de combate em Moçambique, Pinto de Almeida decidiu manter o quadrado fixo, em vez de projetar contra-ataques sobre os inimigos protegidos pelo arvoredo, a partir de onde atacavam incessantemente as forças portuguesas, esperando pelo seu desgaste e pelo fim das munições.

Enquanto estiveram posicionadas em quadrado, as tropas portuguesas lançaram duas ofensivas, uma dos dragões e outra dos disciplinares. Por diferentes motivos, nenhuma teve a melhor das sortes. No primeiro caso, não era fácil aos cavaleiros investir sobre homens protegidos por grandes árvores, rochedos ou mato denso e, por isso, os danos infligidos foram poucos e a sua ineficácia agravada pela morte do comandante do esquadrão, obrigando a unidade a recolher ao quadrado. No segundo caso, apesar de se terem conquistado algumas posições no interior do mato, o capitão Almeida acabou por ordenar o regresso da força, invalidando assim as suas conquistas. Desta forma, e mantendo as tropas fixas por mais de uma hora, acabou por se originar um esgotamento das munições, permitindo um contra-ataque por parte dos cuamatos, assim capazes de romper uma das faces do quadrado e colocar as tropas portuguesas em fuga desordenada.

Entretanto, na base de operações, junto ao rio, a cerca de 8 kms do local onde agora se desenrolava esta tragédia, os artilheiros, receosos dum eventual ataque inimigo, dispararam em direção ao mato sem qualquer possibilidade de visualizar os acontecimentos em curso, atingindo por isso alguns soldados portugueses em recuo.

Ainda não era o momento para se conseguir impor a autoridade portuguesa sobre os povos ovambos, e os homens de João Maria de Aguiar acabam por retirar, ultrapassando de novo o rio em direção ao Humbe.

O impacto deste malogro operacional seria grande, tanto na metrópole, onde causou grande emoção junto das populações, assumindo-se como um fator de disputa política nas duas casas do Parlamento⁴⁰⁰, como em Angola, onde contribuiu para incentivar novos focos de insurgência e para ressuscitar alguns outros, então mais ou menos larvares, nas regiões dos Gambos, Huíla, Mulondo e Bimbe, fazendo crescer os receios de uma ultrapassagem do rio e de um ataque sobre as cidades costeiras, receios estes inflacionados pelo alastrar de boatos e notícias alarmistas, a propósito de focos de revolta em preparação.

Neste contexto, importava reagir para estabilizar a zona e preparar uma futura retaliação, a qual deveria permitir consolidar em definitivo o poder português. Eduardo da Costa (1865-1907) antigo governador de Benguela e governador geral interino de Angola, foi convidado

⁴⁰⁰ ARRIFES, cit. 396, pp. 128-132.

para elaborar um plano de operações militares para ultrapassar o Cunene⁴⁰¹. Elaborado com a colaboração de vários oficiais com experiência africana e apoiado em informações recolhidas junto de sertanejos, missionários e autoridades ultramarinas, para além de relatórios oficiais, notícias e relatos de viajantes, preconizava a realização de uma grande expedição para a qual previa necessitar de um financiamento de 1884 contos e de um contingente de 4446 oficiais e praças, 100 auxiliares brancos, 600 auxiliares indígenas, 3000 carregadores, 200 carros bóeres (carros de quatro rodas com cerca de três metros de comprimento, movidos por uma dezena de parselhas de bovinos) e respetivos bois. Números considerados incomportáveis pelo poder político metropolitano que, por isso, não viabilizou a expedição.

Apostou-se, então, em reforçar a vigilância nas margens do rio, controlando o tráfico de armas feito por mercadores portugueses⁴⁰² e em campanhas mais circunscritas, apoiadas em recursos locais, com a finalidade de enfraquecer os ovambos, sustendo os seus raides cada vez mais frequentes. Assumindo esta missão, Alves Roçadas (1865-1926) definiu, como objetivos imediatos, a deposição de sobas renitentes à autoridade portuguesa, os quais, na Huíla, cobravam avultadas portagens aos comerciantes e mantinham laços de amizade com os povos da outra margem do Cunene. Para isso, constituiu uma coluna com 1786⁴⁰³ homens e partiu do Lubango em direção ao Mulondo. Aí chegado, após 400 Kms de marcha, procedeu ao reconhecimento dos terrenos circundantes e das capacidades defensivas do adversário, tendo de seguida atacado a *embala*⁴⁰⁴ com fogos preparatórios da artilharia, seguidos da investida da infantaria, que, aproveitando as brechas abertas no reduto, penetrou as defesas, desfeiteando a resistência africana⁴⁰⁵.

Em paralelo, enviaram-se dragões e um pelotão de infantaria para as possíveis linhas de retirada, de modo a impedir a evasão do soba, mas este conseguiu manter-se em fuga, durante três dias, tendo sido encontrado já cadáver. Sendo uma figura de grande notoriedade local e com fama de invencível, a sua morte reforçou o prestígio português e contribuiu para a apresentação de diversos líderes locais, manifestando a sua obediência às autoridades militares, entretanto instaladas num forte, localizado em Handjabero, e para o qual Roçadas destinava a

⁴⁰¹ BELO ALMEIDA. *Eduardo da Costa - Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, v. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938, pp. 129-142.

⁴⁰² AHM 2/2/9/16. (Diligência a fim de capturar uma carroça que se supunha dirigir ao Cuamato com armas e pólvora – 1905).

⁴⁰³ Sendo 22 oficiais, 544 regulares, dos quais 308 eram europeus, 75 não regulares dos quais 12 eram europeus e ainda 77 bóeres, 1000 auxiliares indígenas, 17 carreiros, 17 pastores, 17 guias e 17 ajudantes. ALVES ROÇADAS. *Relatório das Operações de Guerra no Districto da Huíla em 1905*, Separata da *Revista Militar* nº11 de 1907, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1908, p. 11.

⁴⁰⁴ AHM 2/2/10/1. (Operações no distrito da Huíla em 1906).

⁴⁰⁵ ALVES ROÇADAS, cit. 403, p. 28.

missão de núcleo irradiador de colonização e posto avançado para uma futura penetração nos territórios entre o Cunene e o Cubango, motivo pelo qual ali deixou dois oficiais e um pelotão de infantaria indígena com 60 homens e mais duas peças de artilharia, com a respetiva guarnição de artilheiros⁴⁰⁶.

Mais tarde, a partir do Humbe, lançou várias surtidas de retaliação, visando empurrar os cuamatos para o interior, enfraquecer o seu poder económico e o seu prestígio, e tentou, junto dos poderes políticos, a proibição da venda de armas aos nativos⁴⁰⁷; intenção frustrada por consequência das pressões dos comerciantes, para quem esta atividade era uma importante fonte de rendimentos, não se revelando dispostos a ceder aos argumentos dos militares.

Antes de se ocupar do seu principal objetivo de avanço para leste, Roçadas ainda se preocupou com a situação nos Gambos. A meio caminho entre Moçâmedes e o Cunene tratava-se de uma região fundamental para controlar os corredores de penetração, embora muito inhóspita, e onde os extensos lameiros, as matas de capim e espinheiro, pontuadas por morros isolados e grandes aglomerados de rochas, favoreciam as táticas de guerrilha utilizadas pelas suas populações, as quais se escondiam em grutas, atacavam do alto dos parapeitos e protegiam-se nos rochedos, movimentando-se sempre com grande velocidade, tornando inviáveis combates em campo aberto, massa contra massa.

Assim, e percebendo a necessidade de se apoiar em forças com igual mobilidade e resistência, replicando as táticas locais, Roçadas apostou na utilização de auxiliares africanos, em missões de penalização dos interesses económicos indígenas, deixando os regulares europeus concentrados em pontos estratégicos, a partir de onde pretendia projetar ataques rápidos e pendulares, dissuasores de projetos de coligação antiportugueses.

Mas, como ao mesmo tempo, era fundamental destruir o poder do soba Cander, personificação da resistência contra os portugueses, ele recorreu ao auxílio dos bóeres, para organizar três colunas a quem atribuiu a missão de concretizar ações de desgaste contra os apoiantes do soba. Estas operações desenvolveram-se por toda a região e não encontraram grande oposição, pois as populações preferiam abandonar as suas *libatas*, escondendo-se no mato, esperando a partida dos invasores. As intensas chuvadas de dezembro de 1905 obrigaram ao recuo das tropas para o Lubango, interrompendo mais de quatro meses de campanha, sem a captura de Cander.

⁴⁰⁶ ALVES ROÇADAS, cit. 403, p. 37.

⁴⁰⁷ AHM 2/2/9/16, cit. 402

Entretanto, o agora governador geral Eduardo da Costa informou Alves Roçadas da decisão política de não concretizar a grande expedição punitiva contra os cuanhamas⁴⁰⁸, quando para isso, já se tinham abastecido os postos intermédios existentes na linha Lubango-Humbe, com bens alimentares, forragens e munições. Com os pretextos de não se desperdiçarem estes recursos, de satisfazer a opinião pública e de implementar uma ocupação gradual e sucessiva do território, que satisfizesse «a necessidade imperiosa para o paiz de ir transformando em factos reais e palpáveis as suas intenções tantas vezes manifestadas, algumas mal sucedidas e sempre justas, de arvorar os nossos direitos históricos sobre a terra do Ovampo»⁴⁰⁹, Roçadas recomendou a construção de um reduto defensivo, entre o Cunene e o Humbe, e de uma fortificação no alto do Encombe, já na outra margem. O primeiro serviria para conter as razias dos cuamatos e para lançar, no futuro, a desejada expedição punitiva; o segundo poderia constituir-se, desde já, como plataforma de ataque às capitais do Cuamato Pequeno e do Cuamato Grande, albergando colunas móveis, adequadas à projeção de investidas contra os interesses africanos.

Com estes propósitos, concentrou-se no Humbe um contingente próximo dos dois mil homens, dos quais cerca de 400 provenientes da Europa⁴¹⁰, logo colocados em marcha, em direção ao Cunene. Após a ultrapassagem deste rio⁴¹¹, as tropas seguiram para o Alto do Encombe, onde foi construído o Forte Roçadas. Situado a mais de 20 metros de altitude, e defendido por grandes escarpas rochosas, ele viria a assumir-se como um importante ponto de vigilância para controlar as ações dos ovambos.

Durante as semanas seguintes, as tropas ali instaladas ocuparam-se com a construção de estradas, de uma ponte para substituir os barcos de lona na travessia do rio, e com ações de reconhecimento, muitas vezes sob ataque cuamato, tendo recolhido importantes informações sobre os melhores itinerários, os recursos económicos e a organização social e militar dos cuanhamas. Depois, enviaram-se mensageiros⁴¹² ao Evale e ao Cuanhama, em busca de tratados

⁴⁰⁸ Telegrama de Eduardo da Costa para Alves Roçadas: «Foi resolvido não enviar expedição cuanhamas e adotar providencias convenientes ocupação sucessiva território região sul província dar findos trabalhos preparatórios em execução para expedição aguardar instruções destino material. Governador». AHM 2/2/10/5. (Operações militares no distrito da Huila – Governador José Augusto Alves Roçadas – 1906).

⁴⁰⁹ IDEM.

⁴¹⁰ 1313 soldados, mais 1018 auxiliares (mas sem contabilizar as companhias indígenas á quem Cunene) AHM 2/2/10/5, cit. 408, ou 1384 homens (sem contabilizar carregadores) de acordo com PINHEIRO, J.E. Moreirinhas. *Diário inédito de um combatente das Campanhas do Cuamato*, Separata da *Revista Studia*, Nº 30-31, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, p. 185.

⁴¹¹ Deixando a 17ª companhia indígena, aquém do rio, para iniciar a construção de um reduto, segundo PINHEIRO, cit. 410, p. 189.

⁴¹² João de Almeida, Luna de Carvalho e Albano de Melo.

de aliança ou, pelo menos, de compromissos de neutralidade e criou-se o Comando Superior do Cunene⁴¹³, com sede no Cuamato e jurisdição sobre a linha de fortes, instalados ao longo da margem do rio desde o Cafu até à Dongoena⁴¹⁴.

Convencido da neutralidade de evales e cuanhamas, Roçadas entendeu como suficiente um contingente pouco superior a mil homens, considerando mesmo a possibilidade de empreender uma investida de maior escala, não limitada a ações de retaliação e castigo, mas pensando mesmo em seguir as recomendações de João de Almeida, então seu chefe de Estado Maior, que defendia a ocupação militar de todo o Ovampo. Contudo, por indicação do poder político, a campanha acabou por ser suspensa não se avançando mais para o interior.

Mas, em 1907, apostado em não perder nova oportunidade de desfeitear os cuamatos, vingar Pembe e consolidar a presença portuguesa nos territórios entre o Cunene e o Cubango, Roçadas começou a preparar uma nova operação, com o objetivo imediato de ocupar as capitais do Cuamato Pequeno e do Cuamato Grande.

Começando por organizar a linha de etapas⁴¹⁵, instalou 16 postos intermédios⁴¹⁶, ao longo dos 500 kms entre Moçâmedes e Forte Roçadas, e abasteceu-os com víveres, água, lenha, forragens e medicamentos, para permitir marchas inferiores a três dias, entre cada posto, e reduzir o número de carros bóeres, facilitando, por isso, a mobilidade da expedição. Considerando inviável a pretensão de Eduardo da Costa de organizar a expedição apenas com forças locais, Alves Roçadas insistiu na necessidade de recorrer a forças do reino⁴¹⁷. Sendo esta pretensão aprovada, as tropas metropolitanas começam a chegar a Moçâmedes, nos finais de

⁴¹³ Portaria provincial 668 de 29 de outubro.

⁴¹⁴ Com uma guarnição formada por uma companhia europeia de infantaria, um destacamento de dragões, uma secção de artilharia, enfermaria e uma secção de artífices, num total de 13 oficiais, 451 praças combatentes, das quais 264 europeias, 33 solípedes, 3 bocas de fogo 7cm montanha e 2 metralhadoras e uma lancha a vapor para explorar o rio entre a Dongoena e o Capelongo. AHM 2/2/10/5, cit. 408.

⁴¹⁵ ALVES ROÇADAS. *Conferencia sobre O Sul de Angola a propósito das operações militares no Cuamato feita na Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 10.

⁴¹⁶ Entre os quais avultavam como os mais importantes os localizados na Chibia, Quibita, Gambos, Cahama, Tchupilongo e Humbe.

⁴¹⁷ Roçadas considera necessária a constituição de uma coluna composta por nove oficiais, quinze praças e sete civis de Estado Maior, aos quais pretendia acrescentar corpos de sapadores, artilharia, dois esquadrões de cavalaria, sendo um de lanceiros e outro de dragões e ainda infantaria europeia, uma companhia de Marinha, uma companhia expedicionária, uma companhia disciplinar, e duas companhias europeias do próprio distrito, e ainda tropas indígenas em duas companhias de landins e 3 companhias indígenas de angolas, num efetivo total de 64 oficiais, 1457 praças europeias, 894 indígenas, em termos de forças de combate. Depois para os serviços de saúde, administrativos, trem de combate e comboio, ainda se propunha um contingente total de oito oficiais, vinte e três praças europeias e noventa indígenas. Tudo isto complementado por uma bateria Erhardt com 4 bocas de fogo, uma bateria Canet, também com quatro bocas de fogo, 285 solípedes, 24 carros alentejanos, 23 carros bóeres, 506 bois de carro e 560 bois para abater. ALVES ROÇADAS, cit. 403, pp. 12/13.

julho, tendo sido transportadas de comboio até ao Km. 73 (fim da linha por essa altura) e depois em carros bóeres para o Forte Roçadas⁴¹⁸, de onde partiram para a outra margem do rio⁴¹⁹, em direção a Mogogo.

Embora conhecesse os textos sobre a região, produzidos por Duparquet, Paulo Amado, Nunes Correia, Padrel, Luna de Carvalho e alguns missionários⁴²⁰, o comandante sentiu a necessidade de informações mais atualizadas e, por isso, enviou o seu chefe de estado maior, Eduardo Marques, em missões de reconhecimento, para perceber as movimentações e conhecer o armamento dos cuamatos, para além de fazer um levantamento dos locais melhor providos de recursos hídricos.

Deste modo, antes de iniciar a marcha, Alves Roçadas preocupou-se em garantir o respaldo político, em recolher informações, o mais precisas possível, a propósito do teatro de operações e das potencialidades dos seus adversários, em constituir uma coluna adequada em termos de recursos humanos e materiais, face ao objetivo perseguido, reunindo, por isso, um contingente diversificado, composto por forças metropolitanas e indígenas de diferentes *tipologias* e, só depois de alcançadas estas condições mínimas, iniciou as operações, para o desenvolvimento das quais definiu como etapas intermédias as cacimbas de Auongo, Chamuinde, Damequero, Aluendo e Inhoca.

Antes da primeira etapa, as tropas foram atacadas na chana de Mufilo, tendo formado em quadrado e, valendo-se da grande quantidade de munições disponíveis e de uma inovação tática⁴²¹ introduzida nesta campanha, conseguiram defender-se durante toda a noite contra o fogo de um adversário, avaliado em vinte mil homens⁴²², mas que vendo a sua retaguarda a ser dizimada pela artilharia portuguesa acabou por retirar, permitindo o reiniciar da marcha dos expedicionários, em direção às cacimbas de Auongo, onde permaneceram imóveis durante duas semanas à espera de reabastecimentos.

Concluída essa espera, e já reabastecidas, as tropas retomam a sua marcha a caminho de Mogogo, tendo sofrido um importante ataque na localidade de Damequero, onde sofreram 37

⁴¹⁸ CASTRO, cit. 108.

⁴¹⁹ Reforçada com auxiliares nativos, a coluna fica constituída por 2291 regulares, 115 auxiliares, 100 cavalos, 181 muares, 620 bois de carro, 40 bois para abater, 13 carros alentejanos e 31 carros bóeres. ALVES ROÇADAS, cit. 403, p.15. Embora se identifique alguma discrepância, face ao projetado, o comandante da expedição considera ter os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento dos seus objetivos.

⁴²⁰ Por via das sínteses de Eduardo da Costa, no seu «A questão Cuanhama».

⁴²¹ Os soldados da primeira linha disparam contra o inimigo, os da segunda enchem de terra sacos de lona, que, depois de cheios, permitiam constituir uma linha de trincheiras, dificultando bastante as tentativas de romper o quadrado, num teatro de operações despido de elementos naturais de proteção.

⁴²² ALVES ROÇADAS, cit. 403, p. 27.

baixas. Posteriormente, tomaram a localidade de Aluende, após dez horas de fogo contínuo, e conquistaram as cacimbas de Inhoca, onde a existência de importantes reservatórios de água e a proximidade de Mogogo faziam antever forte resistência, não confirmada no terreno, pois perante um primeiro ataque à baioneta, o gentio acabou por recuar, permitindo o acesso à água tão desejada por homens e animais⁴²³, demonstrando a sua desmoralização perante a marcha inexorável e vitoriosa da coluna.

Entretanto, em Mogogo, as notícias da queda de Inhoca originaram uma debandada geral dos nativos, permitindo a sua ocupação, sem qualquer resistência. O tão temido Cuamato Pequeno, fonte de tantas humilhações para os portugueses, parecia estar submetido. Colocou-se um novo soba no poder, chamaram-se os sóbetas da região para jurarem obediência às forças coloniais, edificou-se o Forte D. Luis de Bragança⁴²⁴ e avançou-se para o Cuamato Grande, onde também se viria a encontrar Naloeque completamente abandonada, aproveitando-se para construir aí um novo forte que, a mais de sessenta quilómetros de Forte Roçadas, passaria a marcar o novo limite da extensão do domínio português.

Todavia, nos meses seguintes e à medida da retirada das tropas, os focos de guerrilha reanimaram, e o padrão de postos dispersos e mal guarnecidos voltou a impor-se, reabrindo a questão cuanhama e contribuindo para o regresso da agitação do Evale, na margem direita.

Este constante fluxo e refluxo da agitação, acompanhando o movimento pendular das tropas nacionais, assumia-se cada vez menos propício às novas gramáticas da ocupação efetiva, mesmo quando estas entendiam a inviabilidade prática de qualquer tipo de domínio extensivo, mas não desmoralizava a narrativa da extensão de soberania territorial, de homens como João de Almeida, que, assumindo a função de governador da Huíla, e de há muito defensor acérrimo de conquistas territoriais, não limitadas ao controlo dos corredores de penetração, preconiza uma expansão do número de postos militares, bem guarnecidos e dotados de capacidade para irradiarem poder numa mancha espacial alargada.

Na ótica de João de Almeida os fortes deveriam estender-se para lá do Cubango, marcando a soberania portuguesa junto das linhas fronteiriças, em especial com a Damaralândia, e tirando consequências das suas ideias, em 1909, ele avança para o baixo Cubango e para além do Cuito, estabelecendo postos em Cuangar, Bunja, Dirico, Sambio e Mucusso, afirmando a presença

⁴²³ IDEM, p. 34.

⁴²⁴ Forte do Cuamato (Kuamato) a partir de 1911, quando a Portaria Provincial n.º 1055 de 28 de setembro de 1911 determinou a extinção de todos os nomes da dinastia de Bragança, atribuídos a instalações militares e civis do Estado.

portuguesa junto dos comerciantes alemães do sudoeste africano que, provenientes de Andara, circulavam no lado português da fronteira.

Em simultâneo, ele entende não poder descurar o domínio sobre a margem direita do Cunene, pois a instabilidade desta região não permitiria qualquer esforço de penetração mais sustentado. Por esse motivo, intensifica a presença na Hinga, na Dombodola, na Unda e no Balondo, privilegiando formas pacíficas de aproximação comercial e estabelecimento de alianças, e desenvolvendo operações militares de alguma intensidade na região do Pocolo, onde os movimentos de resistência às autoridades coloniais eram endémicos, e no Evale, onde recorre a colunas móveis para desencadear intensas ações de repressão, para controlar esta zona de importância estratégica vital, por sustentar boa parte das rotas entre a Chela e o Cunene. Neste conjunto de ações, guiava-o a intenção de isolar o Cuanhama, edificando em seu redor, uma série de alianças, e estabelecendo uma rede de postos militares ligados com troços de estrada, facilitadores de rápidas ações de repressão, em caso de necessidade⁴²⁵.

Com a instauração da República, João de Almeida regressa a Lisboa, mas a política na região pouco se altera e, não obstante terem rebentado rebeliões gerais, no distrito do Congo, entre 1913 e 1915, o Cuanhama irá manter-se como o principal obstáculo para as pretensões portuguesas, agora também confrontadas com o acentuar das ameaças alemãs, provenientes do outro lado da fronteira, e com o receio de aproximação entre ambos.

Deste modo, já no contexto desencadeado pelo deflagrar da Grande Guerra de 1914/1918, quando, após os incidentes de Naulila⁴²⁶, os alemães atacarem o Cuangar, e os portugueses, com receio de uma investida mais sustentada e em força das tropas germânicas, decidem recuar, abandonando Bunja, Dirico, Sambio, Mucusso e todos os fortes do Cuamato e do Evale, todo o sistema, construído ao longo dos últimos anos fica desmantelado em escassas horas, provando a sua debilidade e permitindo uma série de contra ataques dos ovambos, flagelando as tropas em retirada e apropriando-se de muitos dos fortes, agora evacuados, e do pouco material lá abandonado⁴²⁷.

Entretanto, como os alemães acabaram por recuar para o sudoeste, devolvendo Angola aos seus problemas mais tradicionais, assume-se a urgência em reagrupar para contra-atacar em

⁴²⁵ O Cuanhama ficava assim ladeado pelos fortes do Cuamato (Forte Roçadas, Forte D. Luís de Bragança, Damequero, Otokero, Naulila, Aucongo e Nalueque), e pelos três instalados no Evale, Cafu e Cafima.

⁴²⁶ Ver: ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004, pp.158-160.

⁴²⁷ NORTON DE MATOS, José. *Memórias e Trabalhos da minha vida*, v. IV, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1945, pp.244-248.

força, recuperando não só o território perdido, mas algum do prestígio destruído com estes acontecimentos. Contudo, durante meses, os portugueses vão ficar suspensos à espera de novos ataques alemães, tentando controlar as investidas indígenas e esperando definições diplomáticas de Lisboa.

Finalmente, em 1915 o general Pereira de Eça será nomeado para Angola, com o objetivo de reocupar os territórios perdidos, dominar os cuanhamas e colaborar com as tropas sul africanas no combate contra os alemães. Este último objetivo acabará por ser esvaziado, quando estes se rendem, e por isso Eça centra as suas atenções nas ameaças internas. Dispondo de recursos, até então nunca disponibilizados nos teatros de operações angolanos, reocupou o Humbe e a Dongoena, devastando povos, já atingidos pela seca e pela fome, e preparou-se para avançar sobre os ovambos. Organizou então quatro colunas, das quais três partiram do Humbe para se dirigirem ao Cuanhama⁴²⁸, ao Cuamato⁴²⁹ e a Naulila⁴³⁰, enquanto a outra, com origem em Cassinga, tinha a missão de reocupar a região do baixo Cubango e depois o Evale⁴³¹.

A sorte destas colunas foi diferenciada. Naulila e o Forte Cuamato foram reocupados sem dificuldades de maior, e se as colunas de Cassinga enfrentaram alguma resistência, acabaram por atingir os seus objetivos sem grande dramatismo. Pelo contrário, um pouco mais para nordeste, no Cuanhama, a resistência foi feroz. Aí, Pereira de Eça avançou, esticando as suas linhas, agora favorecido pela utilização de camiões, até chegar às cacimbas da Môngua, onde os cuanhamas e seus aliados esperavam pelos portugueses os quais, perante o ataque a que foram sujeitos, recorreram ao quadrado para se defenderem.

Como na primeira investida os cuanhamas não irromperam em massa, permitindo aos portugueses reorganizarem-se, estes acabaram por fixar o quadrado, por mais de 10 horas, apenas se salvando de um destino similar ao de Pembe, por estarem bem guarnecidos de artilharia e munições e terem conseguido receber água e mantimentos pelos camiões de reabastecimento não atacados pelos nativos. De todo o modo, ao fim de tantas horas sob fogo intenso e constantes tentativas de furar o quadrado, as tropas começaram a ficar esgotadas, tendo sido providencial o reforço da coluna do Cuamato, a qual, depois de atingido o seu objetivo, partiu em socorro de Pereira de Eça. Assim vitoriosa na Môngua, a coluna seguiu para

⁴²⁸ 103 oficiais, 2420 soldados, 98 auxiliares brancos e 127 indígenas, PÉLISSIER, cit. 7. p. 243.

⁴²⁹ 56 oficiais, 1208 soldados brancos, 138 soldados indígenas, 5 auxiliares e 30 degredados, IDEM, pp. 243-244.

⁴³⁰ Um esquadrão de cavalaria com 7 oficiais, 50 soldados europeus e 30 auxiliares, IBIDEM, p. 244.

⁴³¹ Dividia-se em três destacamentos, um com origem no Mulondo era composto por 30 oficiais, 611 soldados europeus, 66 nativos e 3 civis; o 2º, proveniente de Cassinga compunha-se de 1 oficial, 3 soldados europeus, 16 auxiliares e 480 Ovimbundos, o 3º, também com origem em Cassinga com 3 oficiais e 148 soldados, IBIDEM.

Ngiva, onde impôs a rendição dos cuanhamas, apesar de o seu soba, Mandume se ter colocado em fuga, refugiando-se na zona neutra, a partir de onde continuou a liderar movimentos de guerrilha, até ser abatido pelos sul africanos.

Reocupado o Humbe, o Cuamato e o Evale, abatido o Cuanhama, o domínio português no Sul, nas condições possíveis, face às potencialidades e atendendo aos propósitos pretendidos, estava consolidado.

Síntese Conclusiva

A mudança ocorrida no sistema internacional, iniciada nos anos de 1880, conduzindo ao término do sistema criado na Conferência de Viena, e implicando o fim da hegemonia inglesa na periferia, forçou Portugal a adaptações em diversas vertentes.

Na dimensão colonial, estas mutações acompanhadas pelas dinâmicas do *Scramble* e a consequente divisão do continente africano em esferas de influência, obrigou a grande estratégia portuguesa a reaproximar-se da Inglaterra, a partir de 1891, e a prestar mais atenção às dinâmicas agónicas de afirmação de presença territorial.

Consolidar o domínio das rotas de penetração, impor a bandeira, a fiscalidade e o trabalho sobre os povos autóctones, como forma de afirmação efetiva de poder, tornou exigível mais soldados no terreno de acordo com as potencialidades do país e de um cálculo negociado entre custos e proveitos.

Todavia, neste capítulo defende-se que, até 1902, as dinâmicas militares nos territórios em causa permaneceram, no essencial, tributárias dos modelos informais, apelando a um dispositivo rudimentar, com escassa afetação de recursos humanos apoiados por infraestruturas muito débeis, recorrendo por vezes ao apoio de grupos privados com interesses económicos, e à utilização de processos de influência mais cautelosos e contratualizados.

Então, e por norma, não se exigia qualquer espécie de divisão de trabalho às estruturas com o monopólio da força institucionalizada, não se vislumbrando a necessidade conceptual e fáctica de estabelecer uma distinção orgânica entre quem realizava ações de cariz militar e quem exercia funções de tipo policial, pois, em termos genéricos, às forças presentes no terreno atribuía-se em simultâneo, a tarefa de garantir a segurança interna e a defesa contra ameaças externas. Ou seja, das unidades instaladas nos centros urbanos também se esperava o assegurada vigilância e defesa das rotas de penetração comercial para o interior e a proteção contra ataques externos, assumindo-se as pobres fortalezas e redutos de adobe como suficientes. Para as situações de maior perigosidade, como as «guerras do Nano», contava-se com reforços pontuais, provenientes de outros pontos de Angola (tropas regulares, vários tipos de milícias,

bóeres, auxiliares nativos), e onde os processos de coordenação assentavam em modelos casuísticos, muito dependentes das características das lideranças operacionais.

No conjunto, estas aproximações, parecem simular uma plataforma de entendimento sedimentada num simulacro de afirmação de poder soberano e na conservação efetiva do essencial dos mecanismos simbólicos e práticos das independências locais, satisfazendo, deste modo, os portugueses e alguns poderes regionais, permitindo controlar a conflitualidade de grande escala e reservando as operações militares para situações de último recurso.

No litoral a conflitualidade resultou das tensões provocadas pelas rivalidades económicas e sociais de pendor laboral ou criminal, e pelas investidas de povos do interior, ameaçados nos seus interesses comerciais, e embora não colocasse em causa as estruturas de sustentação do poder colonial desencorajava a colonização e fragilizava a exploração económica. Este estado de guerra incentivou as narrativas locais de fomento dos mecanismos de defesa e segurança, mas foram escassos os seus efeitos práticos na influência exercida nos patamares de decisão política, mais sensíveis aos argumentos orçamentais e à convicção da suficiência dos recursos alocados, até por consequência do aprofundamento do *gap* tecnológico.

Já na região central, a substituição dos intermediários africanos por europeus e a desarticulação dos sistemas de poder tradicionais, garantes do equilíbrio pelo medo, conduziu a um aumento da instabilidade, expressa no inflacionar da violência entre africanos, mas também entre estes e as forças portuguesas. Na esmagadora maioria dos casos tratou-se de focos controláveis com operações de muito baixa intensidade, de acordo com padrões tipificados de razia, mas os encontros deste contexto regional, com as novas pressões provenientes do sistema internacional, acabariam por conduzir a operações de maior dimensão como no Bié e no Bailundo em 1890 e 1896, quando a afetação de recursos, a extensão dos teatros de operações, a diversidade da tipologia de forças utilizadas, os mecanismos mais atentos de intervenção, por partes dos patamares políticos metropolitanos, e até mesmo o número de baixas, indiciavam uma mutação nos padrões de desenvolvimento das operações militares.

Contudo, ainda neste período, os fatores de aceleração tornaram-se mais evidentes no Sul. Aí, a importância estratégica concedida às regiões do Humbe, dos Gambos e das margens do Cunene, originou tentativas articuladas de reforço de presença soberana, por via de imposições fiscais e ingerências na política interna dos Estado locais, despoletando confrontos agónicos com proporções mais consideráveis, nos combatentes, no tempo, nas baixas e no sacrifício orçamental, como se percebeu no decurso das chamadas revoltas do Humbe.

Por outro lado, nestes teatros de operações, começaram a tornar-se evidentes os custos severos provocados pelas dificuldades de relacionamento entre comandos operacionais e as lideranças políticas, os quais podiam implicar a impossibilidade de concretização de objetivos.

Os *cabos de guerra*, como Paiva Couceiro, Lourenço Padrel, ou Artur de Paiva, tendiam a atuar de forma autónoma do poder político. Couceiro resistiu às ordens de retirada provenientes da metrópole, Padrel ultrapassou o Cunene sem informar Moçâmedes, e por isso viu-se impossibilitado de receber reforços, sendo forçado a uma retirada dramática, sem alcançar nenhum dos seus objetivos táticos. Já Artur de Paiva, possuidor de uma visão estratégica clara, não dispensava a força mas não se esgotava nela, entendendo a necessidade de recorrer a processos de fomento económico e material, de modo a consolidar processos de dominação capazes de se projetarem no médio e longo prazo. Porém, nunca conseguiu influenciar os níveis superiores da hierarquia estratégica local, empenhados nos processos compromissórios, mais baratos e menos exigentes em termos de recursos humanos.

Mas, insista-se, seria no segundo período (1902-1915) onde a mutação de processos se tornaria mais significativa. Para provar essa ideia apresentámos a campanha do Bailundo como momento simbólico dessa transição em Angola, e para isso relevámos a tipologia de objetivos dos contendores, a dimensão dos recursos humanos empenhados, o número de baixas, a extensão do teatro de operações e a duração muito prolongada das ações táticas, mostrando que as ações preventivas, de tipologia securitária, desenvolvidas por algumas escassas dezenas de homens, começaram agora a ser substituídas por operações de grande dimensão, orientadas por uma lógica militar de conquista territorial, obrigando a recorrer a unidades metropolitanas, as quais, não eram empenhadas em Angola desde a década de 1860.

Nesta sequência verificámos que embora as operações no Bailundo se tenham começado por expressar em modelos tradicionais, o seu posterior desenvolvimento, com o recurso a três colunas com diferentes origens geográficas, e a implementação de uma tática de tenaz exigiram uma maior sofisticação. Durante a guerra tornou-se evidente a necessidade de reforçar os mecanismos de ligação entre os comandos operacionais e os poderes políticos locais, e se os mecanismos de coordenação entre estes nem sempre foram perfeitos por questões pessoais, dificuldades logísticas, ou até entendimentos ideológicos ou operacionais diferenciados, como nas relações entre Cabral Moncada e Teixeira Moutinho, Eduardo da Costa e Alves Roçadas ou João de Almeida por exemplo, percebeu-se a urgência de afinamento destes processos de modo a conceder coerência à ação operacional.

No mesmo sentido encontra-se a complexificação de relacionamentos entre forças de tipologias diversificadas. Na primeira fase já se haviam utilizado bóeres e nativos, mas não nas

proporções encontradas no Bailundo, em Pembe, nas campanhas de Alves Roçadas ou de Pereira de Eça, nas quais também se acrescentou a dimensão das tropas metropolitanas e de degredados, tornando-se exigível mecanismos formalizados de coordenação.

Por outro lado, as alterações táticas e doutrinárias acabaram por não ser muito profundas, descontando o uso do quadrado, e, por isso, a manobra insiste nas marchas prolongadas, distendidas no tempo, nas ações ofensivas preparadas por artilharia e, quando possível, antecedidas por reconhecimentos do território e do inimigo, na concentração de forças num ponto estratégico, de modo a permitir a irradiação de raids ofensivos pendulares e na intensificação das lógicas de *razia*, contudo, os racionais são agora conduzidos pelo desejo evidente de expressar poder no espaço, tendo sempre bem presente a necessidade de territorializar, construindo infraestruturas, por *débeis* e transitórias que pudessem ser.

Ao mesmo tempo, também as visões prospectivas se tornam mais evidentes. Como afirmei, Artur de Paiva já defendia a necessidade de conduzir a atuação operacional no presente, com olhos no futuro, mas, agora, estas noções tornam-se mais operativas na atuação de homens como Cabral Moncada, até Teixeira Moutinho e Alves Roçadas por exemplo. Com efeito, Cabral Moncada, quando insiste na construção de postos militares, na necessidade de reprimir os colonos acusados de perpetrar *sevícias*, adaptar a legislação aos costumes locais, criar mecanismos de seleção de funcionários competentes, descentralizar, ou implementar benefícios materiais, não está a pensar apenas na vitória imediata no teatro, mas a projetar uma dominação duradoura e pacífica capaz de garantir proventos económicos e estratégicos. O próprio Teixeira Moutinho, opondo-se a muitas das opções táticas de Moncada, quando prefere investir sobre o Huambo, justifica esta opção por considerar este sobado, como o núcleo fundamental da revolta e exemplar para os restantes povos da zona, significando, a sua derrota, a pacificação de todo o planalto, por muitos anos no futuro.

Em Paiva Couceiro, Eduardo da Costa ou, mais tarde, Norton de Matos estas visões projetadas no tempo ainda serão mais evidentes, mas, como já se referiu, estes casos serão abordados de modo mais desenvolvido no último capítulo desta pesquisa.

Nada disto significa determinismo, mecanicismo ou perfeição, inviáveis nestas realidades sistémicas complexas, mas ao expressar-se na construção, (por vezes apenas na tentativa de construção), de mecanismos institucionais garantes da efetivação daquelas dimensões permitiu maior coerência e eficácia na ação operacional, e, não obstante o percalço de Pembe, em grande parte exemplar dos perigos da falta de coordenação, ou do bambúrrio da Môngua a verdade é que chegados a 1915, os objetivos estratégicos portugueses, na região, parecem alcançados no referente ao *relacionamento* com os povos locais.

Outros problemas, talvez mais importantes, tinham de se resolver, nos tabuleiros da política internacional, mas esses não são os que mais interessam para esta investigação.

5. O PRIMEIRO PLANO. TIPOLOGIA DE FORÇAS E SEUS MODOS DE RELACIONAMENTO

No capítulo anterior, ao abordarmos o desenvolvimento das etapas fundamentais das operações de imposição de ordem colonial, deixámos evidente a diversidade da tipologia de forças empenhadas nessas tarefas. Agora, e recordando que «Não pode haver comando holístico na guerra se não existirem mecanismos de efetiva coordenação entre todas as forças militares presentes no terreno»⁴³², torna-se necessário analisar as formas como essas forças se articularam entre si, e de que modo a complexidade, inerente ao relacionamento entre tipologias diferenciadas, condicionou a prossecução dos objetivos propostos pela política.

Para tal fim, estabelecemos uma macro distinção entre corpos coloniais e forças metropolitanas. No primeiro caso, incluímos o Exército ultramarino e as forças irregulares de carácter reservista ou de puro voluntariado, e, para efeitos de análise, autonomizamos os africanos constituintes das chamadas «guerras pretas», os corpos de auxiliares das companhias móveis, os carregadores, a presença circunstancial de exércitos aliados indígenas e os bóeres contratados. Nas forças metropolitanas incluímos os homens da Estação Naval da África Ocidental (Estação Naval do Atlântico Sul de 1895⁴³³ até 1909⁴³⁴), mas falamos em especial das expedições enviadas da Europa, sempre muito lamentadas, por onerosas, as quais se destinavam sobretudo a enfrentar os momentos de instabilidade mais crítica.

No sentido de responder à questão central deste capítulo, começa-se por uma apreciação da macroestrutura organizacional do dispositivo de defesa colonial e acompanha-se a resposta à questão com a caracterização das tipologias referenciadas, pois só desse modo é viável o entendimento das suas dinâmicas relacionais e até mesmo dos fundamentos da sua existência. Para tal propósito, o estudo da legislação é decisivo, mas tendo em vista a fragilidade das estruturas políticas e administrativas, entende-se a incapacidade dos poderes, central e ultramarino, concretizarem muito do legislado e, por isso, torna-se necessário diversificar as fontes estudadas, de acordo com o enumerado no enquadramento teórico, de modo a avaliar o realmente implementado.

⁴³² LEMOS PIRES, 2014, cit.1, p. 38.

⁴³³ *BCU - 1895*, v. XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 131.

⁴³⁴ Em 2 de outubro de 1909, extinguiram-se as divisões navais, passando a ser consideradas em condições iguais aos navios estacionados em Cabo Verde, Índia e Macau.

5.1 A evolução do dispositivo

O sistema de defesa das colónias assentava numa dualidade entre Exército Metropolitano e Corpos Ultramarinos. O primeiro na dependência da Secretaria de Estado da Guerra, os segundos, tutelados em Lisboa pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, até 1910⁴³⁵, e pelo Ministério das Colónias, após 1911.

Nos corpos ultramarinos terrestres pontuava o Exército da África Ocidental, englobando Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé, e contava-se ainda com o Exército da Índia e as guarnições de Moçambique, Macau e Timor. As forças da Marinha dividiam-se entre a Estação Naval da África Ocidental e a Estação Naval da África Oriental (a partir de 1895 designadas Estação Naval do Atlântico Sul e Estação Naval do Índico e do mar da China⁴³⁶. Esta última, a partir de 1897, será rebatizada como Divisão Naval do Índico⁴³⁷, já que, por força da escassez orçamental, a vasteza espacial sugerida no nome anterior não passava de uma manifestação de intenções).

Este modelo, justificado pelas dificuldades de comunicação e pelas especificidades culturais e sociais das várias parcelas do Império, ao criar corpos estanques e geograficamente definidos, estorvava a mobilidade de tropas no todo colonial, mas oferecia vantagens materiais e de progressão na carreira, aos militares metropolitanos. Ou seja, como não existia um Exército único, a imposição de serviço no ultramar era inviável, e por isso, nos casos em que a necessidade obrigava a recorrer a estes elementos, o seu voluntariado só era exequível em troca das referidas contrapartidas.

De todo o modo, como aquela estrutura implicava importantes constrangimentos operacionais, cedo começaram a despontar propostas para a unificação dos exércitos. Assim, em 1865, sugeriu-se a criação de um único Exército de África, mas só trinta anos depois se acabaria por legislar em favor de processos de unificação de forças não metropolitanas, criando-se o Exército do Oriente. Este, englobando as tropas de Moçambique, da Índia, de Macau e de

⁴³⁵ Em Portugal, as primeiras Secretarias de Estado foram criadas por D. João V. O termo Ministério apenas se começou a utilizar, em termos formais, após a instauração da República, apesar de já antes se ter vulgarizado o termo ministro. Por este último motivo, por vezes utiliza-se a expressão ministério, apesar de não ser essa a designação oficial. A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar foi criada, em 1835, sendo alvo de várias reformas, ao longo deste período: 1859, 1868, 1869, 1878, 1892, 1907. Em 1910, muda a sua designação para Ministério da Marinha e das Colónias, mas, em 1911, é dividido em dois: Ministério da Marinha e Ministério das Colónias. No capítulo 8, procederemos à sua análise mais desenvolvida.

⁴³⁶ *BCU - 1895*, v. XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 131.

⁴³⁷ *BCU - 1897*, v. XXV, Imprensa Nacional, 1901, p. 216.

Timor, deveria constituir um corpo de 4210 homens⁴³⁸, prevendo-se ainda a possibilidade de ele complementar eventuais carências dos 4510 soldados de Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe⁴³⁹, constituintes do quadro ocidental. Com isto, pretendia-se facilitar a mobilidade das tropas pelo Império, contornando a costumeira oposição das populações em servirem longe das suas terras, como se registou, por exemplo, na Índia, onde se chegaram a verificar revoltas armadas contestando o alistamento para Moçambique.

Porém, e de acordo com um padrão cada vez mais instituído, nenhuma daquelas propostas conheceu grande sucesso. O Exército de África não saiu do papel e o quadro oriental não resistiu dois anos, sucumbindo às fortes pressões antagónicas, provenientes de Goa⁴⁴⁰, obrigando ao retorno à estrutura anterior⁴⁴¹.

Mas, na década de 1890 as operações militares intensificaram-se, tal como os debates parlamentares por elas suscitados, e, acompanhando este contexto, paralelo à mutação política em curso, também as páginas de alguns periódicos especializados, como as *Revistas do Exército, e do Exército e da Armada*⁴⁴², se tornaram depositárias de propostas diversas, e por vezes contraditórias, a respeito das necessidades de reorganização dos corpos ultramarinos de defesa e segurança. «Uma só pátria e um só exercito», proclamava Eugénio Alves⁴⁴³, em abril de 1894, enquanto outros, pela mesma altura, chamavam a atenção para a incapacidade das tropas europeias se adaptarem às condições espaciais e climatéricas e apelavam a questões corporativas, para defenderem a manutenção dos vários exércitos ultramarinos, «Dizem-me que querem um só exercito, essa ideia tal como a apresentam. . . , rejeito-a em absoluto. O que fariam

⁴³⁸ Divididos da seguinte forma: Moçambique - 2427; Índia - 964; Macau - 503 e Timor - 316. Dados coligidos em *BCU - 1895*. v. XXIII, Lisboa Imprensa Nacional, 1901, pp. 351 a 354.

⁴³⁹ Divididos da seguinte forma: Angola - 3554; Cabo Verde - 243; Guiné - 474 e São Tomé - 239. Dados coligidos em *BCU - 1895*. v. XXIII, Lisboa Imprensa Nacional, 1901, pp. 354 a 356.

⁴⁴⁰ Objecões corporativas e não estratégicas. O problema era a perda de regalias dos oficiais dos quadros da Índia e de Moçambique, que com a junção viam as promoções dificultadas e, no caso dos Maratas, deixavam de ter direito a bonificações materiais quando iam prestar serviço em Moçambique.

⁴⁴¹ *BCU - 1898*, v. XXVI, Lisboa Imprensa Nacional, 1900, p. 641.

⁴⁴² ALBUQUERQUE, Mouzinho de. O Exército nas Colónias Orientais, *Revista do Exército e da Armada*, Lisboa Typografia do Dicionário Universal Portuguez, 1893, v. I, n.º 2, 3 e 4, pp. 98-101, 161-169 e 220-234; R.F. Um só Exército, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1894 n.º 7, pp. 204-207; IDEM. O Exército no Ultramar, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1894, n.º 20, pp. 625-627; IDEM. Organização Militar Colonial, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1895, n.º 6 pp. 161-164, SANSFIELD A. A questão Colonial. *Revista Militar*, 1894, Lisboa, Empresa da Revista Militar, n.º 13, pp. 390-394; Anon. O anno militar, *Revista do Exército e da Armada*, 1895, v. IV, n.º 22, p. 65; Anon. Questões militares do dia. Organização militar colonial, *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 nov. de 1895, n.º 10860.

⁴⁴³ ALVES, Eugénio. O Exército e as Colónias», *Revista do Exército e da Armada*, 1895, v. III, n.º 15 p. 46.

dos quadros dos nossos vários exercitos ultramarinos, se todos se fundissem n' um único? Entrariam n' uma escala commum no posto actual? Ridiculo e absurdo, apenas»⁴⁴⁴.

Entre alguns dos homens mais destacados da geração que a posteridade irá conhecer como os *africanistas*, o consenso também não foi fácil. Caldas Xavier (1852-1896)⁴⁴⁵, Pereira d'Eça⁴⁴⁶ ou Mouzinho de Albuquerque (1855-1902)⁴⁴⁷ defendem a necessidade de impor, por escala, o serviço colonial às tropas metropolitanas, mas enquanto os dois primeiros fazem acompanhar essa ideia com a defesa da extinção dos corpos regulares ultramarinos, aceitando-os apenas para tarefas policiais, já Mouzinho não abdica deles, considerando-os vitais para a execução das políticas de defesa ultramarinas de modo coerente com os preceitos políticos.

No decurso da 1ª República, Norton de Matos virá a ser o grande defensor do Exército único, por ele visto como garante da sua ideia de «Nação Inteira», na qual englobava a metrópole e as colónias, mas para cuja unidade se exigia não apenas a coerência territorial, mas também unidade económica, unidade de ação, uma só magistratura, um só corpo médico, e acima de tudo um só Exército⁴⁴⁸. Todavia, será necessário esperar por 1926 para se assistir à extinção dos exercitos do ultramar, e consequente afirmação de uma tropa única.

Até lá, no terreno angolano, o comando das tropas era competência do governador-geral, com exceção das forças navais, tuteladas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, durante o período da Monarquia Constitucional, e, a partir de 1911, pelo Ministério das Colónias. Em cada distrito constituído, assumia-se uma divisão militar, cujo comando era da competência dos respetivos governadores distritais, os quais respondiam perante o governador geral. Os distritos, por seu turno, ainda podiam ser divididos em concelhos, implicando a formação de circunscrições militares próprias com tarefas ao nível da segurança. Até à instauração da República, os militares ocuparam a generalidade das funções administrativas ao nível colonial e local, com o pretexto de assim ser mais fácil a necessária coordenação entre políticas de fomento, fiscais e de defesa e segurança. Coordenação essa que se entendia como nuclear, face ao estado de guerra permanente.

Deste modo, resultando do diálogo entre aquela macro estrutura, os princípios ideológicos, a escassez de recursos e as condicionantes macropolíticas, sociais, corporativas e estratégicas,

⁴⁴⁴ TELLES, Wenceslau. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. II, n.º 9 p. 360.

⁴⁴⁵ XAVIER, Caldas. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. III, n.º 15 pp. 107-110.

⁴⁴⁶ PEREIRA D'EÇA, António. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. II, n.º 9, pp. 354-357.

⁴⁴⁷ ALBUQUERQUE, cit. 442. v. 1, n.º 2 pp. 100-101.

⁴⁴⁸ NORTON DE MATOS, José. *A Província de Angola*, Porto, Edição de Maranus, 1926, p. 213.

o dispositivo em Angola revelava-se, no terreno, por intermédio de umas forças terrestres muito heterógenas, em que a evolução diacrónica dos objetivos políticos implicou diversas tentativas de modelagem, por vezes sem grande sucesso, como se prova nos parágrafos seguintes⁴⁴⁹, mas onde a utilização do elemento indígena, de colonos voluntários e de bóeres se revelou crucial.

5.2 Os Corpos Coloniais

5.2.1 O Exército Ultramarino

Apesar de as transformações subsequentes ao triunfo liberal terem implicado uma contestação à organização tripartida dos corpos detentores da força armada, porque entendida como uma sobrevivência das lógicas sociais do Antigo Regime, e incapaz de conferir o exclusivo da força legal ao Exército, a verdade é que em Angola o dispositivo instalado no terreno, ao longo da centúria de oitocentos, continuou muito tributário daquele modelo. Assim, encontramos uma tropa de 1ª linha, diversos tipos de forças milicianas compostas por colonos europeus, e ainda uma espécie de 3ª linha irregular, formada por africanos, constituindo as chamadas «guerras pretas» ou companhias de sipais, as quais iremos analisar quando nos ocuparmos das unidades nativas.

A 1ª linha, de cariz mais ou menos permanente, assente em militares profissionais, enquadrava os voluntários e os conscritos, e compreendia as forças de estado maior, armas especiais, corpos militares de polícia e guarda fiscal, serviços de saúde e administração, bem como os corpos militares de serviço auxiliar; encontrava-se centralizada nos grandes núcleos urbanos e, por norma, não diferenciava as ações de polícia das militares. Sempre deficitária, em termos de recursos humanos, face ao previsto nos seus quadros orgânicos, foi objeto constante de reflexão e de propostas reformistas, onde a criação de mecanismos eficientes de coordenação no seu seio, (entre forças brancas do litoral e forças indígenas do interior), assumiu algum destaque, começando por conduzir a mecanismos de aprimoramento da seleção dos comandos e da regulamentação de cadeias de comunicação⁴⁵⁰.

Nos anos cinquenta do século XIX, apesar de se manter a concentração das principais unidades nos centros urbanos do litoral, sobretudo em Luanda⁴⁵¹, o maior interesse pelas terras do interior começa a tornar-se evidente, e isso leva à criação de dois batalhões de Caçadores, constituídos por europeus e auxiliares indígenas, cada um com quatro companhias, e de quem

⁴⁴⁹ Ver: ARRIFES, cit. 256 p. 293.

⁴⁵⁰ SÁ da BANDEIRA, cit. 246, p 170.

⁴⁵¹ A Companhia de Artífices, o Batalhão de Infantaria nº 1, o Esquadrão de Cavalaria e o Batalhão de Artilharia.

se esperava um incremento da capacidade de penetração territorial⁴⁵². Os seus corpos permanentes deveriam ficar instalados em fortes no Golungo Alto⁴⁵³ e em Moçâmedes⁴⁵⁴, a partir de onde se esperava a irradiação de força, por via do lançamento de destacamentos com capacidade de interferência rápida em focos de perturbação localizados num raio de ação muito amplo, assumindo o forte como epicentro⁴⁵⁵.

A valorização destes princípios de mobilidade, entendidos como a melhor forma de contornar a incapacidade de ocupação extensiva, (a qual, em bom rigor, também nunca se assumiu como uma necessidade para a prossecução dos objetivos), não mais deixará de fazer parte dos enquadramentos operacionais da tropa portuguesa, e torna mais exigentes os mecanismos de coordenação, de modo a atenuar a grande autonomia das unidades táticas projetadas, pouco propícia à coerência estratégica. A este propósito eram frequentes as lamentações de Luanda, queixando-se sobre os excessos de violência dos homens no terreno, pouco favoráveis à prossecução dos grandes objetivos políticos.

No referente aos mecanismos de recrutamento para estas forças de primeira linha, em 1869, previa-se que as praças europeias dos corpos do ultramar, provenientes do reino ou das próprias províncias, deveriam ser voluntárias⁴⁵⁶, mas, já em 1885, publicou-se legislação no sentido do recrutamento obrigatório das populações civis de Angola⁴⁵⁷ e, dois anos mais tarde, o governador Brito Capelo regulamenta esta legislação, estabelecendo o seguinte: «todas as pessoas do sexo masculino residentes na província..., compreendidas na idade de dezoito a trinta e cinco annos, são obrigadas a prestar serviço nos corpos de primeira linha.»⁴⁵⁸. Na sequência da lei do recrutamento metropolitano, aprovada em 1887⁴⁵⁹, prevêem-se vários

⁴⁵² Cada um destes batalhões deveria ser constituído por 443 homens.

⁴⁵³ O Batalhão de Caçadores nº 2.

⁴⁵⁴ Batalhão de Caçadores nº 3 da Huíla.

⁴⁵⁵ Também se esperava destas unidades o impulso da colonização europeia e, para tanto, publicou-se a portaria 352, onde se determinava que a 1ª Companhia de caçadores nº 3, criada pelo decreto de 15 de julho de 1857, fosse organizada em Lisboa e composta por homens casados com prática de trabalhos agrícolas e artífices, colocando-se na Huíla e dando várias regalias às suas praças: viagens gratuitas, sustento para as famílias, terrenos, sementes e isenção de tributos durante dez anos.

⁴⁵⁶ Plano de reorganização das forças militares das províncias ultramarinas. Em: *Collecção de Decretos Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar* 1870, Lisboa, Imprensa Nacional p. 80.

⁴⁵⁷ Boletim Militar do Ultramar, *Decreto de 24 de dezembro de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 4.

⁴⁵⁸ CAPELO, Guilherme Augusto Brito. *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas. Relatório do Governador-geral da província de Angola Guilherme Augusto Brito Capelo. 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 123.

⁴⁵⁹ ARRIFES, Marco. O Recrutamento 1820-1887. O Contexto. Os Problemas. As Soluções? Em: Carlos AFONSO e Luís BARROSO coords. *Recrutamento no Exército Português. Do Condado Portucalense ao Século XXI*, Porto, Fronteira do Caos, 2020, pp. 327-358.

possibilidades de isenção⁴⁶⁰, mas também se determina o recenseamento obrigatório sem qualquer tipo de exceção, assim como penalizações gravosas para quem, depois de ter sido sorteado para cumprir serviço efetivo de 1ª linha, não se apresentasse às autoridades administrativas das suas respetivas zonas⁴⁶¹. Este serviço deveria ter uma duração de sete anos, dos quais cinco em primeira linha e os restantes em segunda. Os compelidos e refratários deveriam servir por dez anos⁴⁶².

Poucos anos decorridos, as pressões dos interesses instalados, e a incapacidade dos poderes públicos em fazerem cumprir os articulados legais, suscitaram afinamentos naqueles articulados, e quando antes se dizia, de forma explícita, ser obrigatório o serviço nos corpos de primeira linha para todas as pessoas do sexo masculino, dentro da faixa etária definida, passou a dizer-se: «todas as pessoas do sexo masculino dos dezoito aos trinta e cinco anos de idade, residentes nas províncias ultramarinas da Africa oriental ou ocidental estão sujeitas a alistar-se, conforme as circunstâncias nos corpos de 1ª linha, ou nos corpos auxiliares....»⁴⁶³. Na prática esta situação conferia aos europeus a possibilidade de se voluntariarem para corpos de 2ª linha, onde só em situações muito excecionais se previa a sua chamada efetiva.

Aquando da organização militar de 1901, apostada sobretudo na tentativa de capitalização das forças indígenas, foi muito evidente a pouca atenção concedida à utilização dos recursos humanos europeus com residência fixa em Angola, extinguindo-se mesmo os quadros de oficiais ultramarinos e dando-se o comando exclusivo das forças de 1ª linha a oficiais e sargentos provenientes da metrópole.

Com tudo isto, nos alvares da República, as tropas coloniais regulares resumiam-se a poucos sargentos e oficiais provenientes de Portugal, enquadrando centenas de soldados indígenas, dispersos em fortes e postos fronteiriços isolados. Dois anos depois, quando a agitação contra o imposto de palhota, nas regiões de Luambo, Sambo, Moma, Bailundo e Ambuelas, começou a assumir proporções de sublevação generalizada, em paralelo com as frequentes incursões dos cuanhamas, o dispositivo existente no distrito de Benguela com 320.000 quilómetros quadrados não excedia «quarenta e cinco postos militares, incluindo sedes de comandos, trinta soldados brancos em serviço, seiscentos e cinquenta indígenas

⁴⁶⁰ Estrangeiros, clérigos diplomatas, funcionários públicos, serviçais do serviço doméstico ou engajados para funções agrícolas ou industriais, marinheiros e pescadores, os casados, médicos, farmacêuticos, veterinários, e cirurgiões, assim como os funcionários públicos, cuja função fosse considerada inconciliável com o serviço militar. Estas isenções, quando funcionais, cessavam com o termo da função, se tal se verificasse antes de o individuo atingir os 35 anos. CAPELO, cit. 458, pp. 123, 124.

⁴⁶¹ CAPELO, cit. 458, pp. 124, 127, 129, 130.

⁴⁶² BCU - 1885, v. XIII, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 431-435.

⁴⁶³ SEMU, Decretos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 130.

disseminados pelos postos, seis soldados de cavalaria, trinta solípedes, doze oficiais em serviço, doze peças de artilharia só de 7 cm e de fogo lento, munições poucas em geral, em mau estado e muito antigas»⁴⁶⁴, deixando esta região, três vezes e meia maior do que Portugal, dependente de reforços provenientes de Luanda.

5.2.2. Forças irregulares de europeus

Desde finais do século XVIII⁴⁶⁵, a estrutura das forças armadas no ultramar fazia acompanhar as tropas regulares com ordenanças e milícias, de acordo com a tipologia continental, e característica do Antigo Regime. O processo revolucionário liberal implicou a extinção legal daquelas últimas modalidades, mas os constrangimentos orçamentais e a constante falta de recursos humanos não permitiram a efetiva dispensa dos irregulares e, no caso específico de Angola, vamos encontrar unidades deste tipo, divididas em duas tipologias genéricas, por um lado as que se adequam a um racional teórico de forças reservistas, e por outro, unidades de cariz voluntário.

Nas primeiras, o serviço era obrigatório para quem passasse à disponibilidade, ou solicitasse a remissão da 1ª linha, devendo ser observado em tempo de guerra aberta, pois em situações de paz, só se previa a sua utilização em casos excepcionais, ou na impossibilidade de as tropas regulares garantirem a segurança urbana. A existência de remissões funcionava como um mecanismo para as elites locais evitarem a conscrição dos seus filhos para a 1ª linha, usufruindo do benefício de estas unidades irregulares, para além de só serem chamadas em emergências, não preverem momentos periódicos de instrução. Com efeito, e apesar de terem sido apresentadas propostas no sentido de decretar a obrigatoriedade da instrução militar e da inspeção regular⁴⁶⁶, tal nunca se veio a realizar, inviabilizando-se a concretização do racional subjacente a este tipo de ideia reservista: facilitar os processos de mobilização da 2ª linha, de modo a reforçar os batalhões regulares, em momentos de crise agónica, permitindo a redução dos efetivos permanentes, assim tornando possível acomodar as exigências orçamentais sem pôr em causa os objetivos estratégicos.

A coerência de ação destes corpos era garantida pela sua dependência direta ao governador-geral, o qual procedia à nomeação dos comandos de acordo com preceitos vigentes para a 1ª linha. Em 1894, chegou a propor-se a nomeação destas lideranças de acordo com os seus

⁴⁶⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão 131 de 11 de junho, 1912, p 3.

⁴⁶⁵ Com a reforma da organização militar do governador Sousa Coutinho (1764-1770).

⁴⁶⁶ Reorganizando as forças militares da província de Angola. Em: *Collecção de Decretos Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1894)*, Lisboa, Imprensa Nacional pp. 39-59.

rendimentos, cabendo-lhes depois a nomeação dos oficiais inferiores e cabos, cujo sancionamento pelo governador geral não devia ser dispensado, de modo a assegurar o seu controlo sobre toda a linha hierárquica ⁴⁶⁷.

No referente aos corpos voluntários, alguns emanam dos próprios enquadramentos legais, mas outros nem por isso, expressando motivações circunstanciais de determinados setores da sociedade civil. Entre os primeiros, destacam-se os chamados Batalhões Provisórios, como o Batalhão de Voluntários da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda, os Batalhões de Comércio de Luanda, a Companhia de Empregados Públicos, e a Companhia de Voluntários de Benguela⁴⁶⁸, para os quais se contava com todos os habitantes europeus, dispensados de servir nas forças de 1ª linha. As unidades da capital, como coexistiam com forças de 1ª linha, assumiam atribuições ao nível da segurança interna⁴⁶⁹, não se prevendo a sua utilização em confrontos fora do núcleo urbano, a não ser em situações de grande exceção. No Sul, e durante muito tempo, a situação era diferente: não existiam forças regulares e por isso da Companhia de Voluntários esperava-se o assegurar da tranquilidade pública, mas também a defesa do perímetro urbano, face a qualquer ameaça externa, indígena ou europeia. Em todos os casos, a coordenação com as forças de 1ª linha era garantida por via da nomeação política das lideranças, as quais recaíam em antigos militares, ou colonos experimentados, de absoluta confiança do governador geral.

Em determinados momentos, também se formaram corpos de voluntários fora dos enquadramentos legais. Por norma eram constituídos por comerciantes e agricultores com os seus interesses mais imediatos em perigo, assumindo um cariz miliciano com um comando proveniente das suas próprias estruturas informais e recorrendo, com frequência, à utilização dos trabalhadores nativos, para funções de auxiliares ou mesmo de combate. Neste caso concreto, a ausência de qualquer tipo de enquadramento legal torna difícil o seu estudo, mas estes corpos foram relevantes em muitas operações de finais do século XIX, estando presentes na repressão da 3ª revolta do Humbe, marchando com Massano de Amorim, no Bailundo e combatendo em Pembe, como já antes haviam acompanhado Padrel ou Artur de Paiva, situações onde ostentaram grande autonomia, perante as estruturas formais de liderança presentes no terreno, pois tendiam a adequar as ações táticas à defesa dos seus interesses patrimoniais, sempre vislumbrados numa perspetiva de muito curto prazo e fora de

⁴⁶⁷ BCU - 1894, v. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp. 521-522.

⁴⁶⁸ BCU - 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 508.

⁴⁶⁹ SOUSA DIAS, Gastão. *A defesa de Angola, Separata da Revista Militar*, n.º 9,10, Ano LXXXIV, 1932, p. 608.

qualquer preocupação estratégica. Todavia, como apresentavam a vantagem do conhecimento do terreno e, nalguns casos, a possibilidade de mobilizarem grande número de soldados entre os seus serviçais, não deixaram de ser um recurso apreciável nalgumas daquelas conjunturas.

Durante a segunda revolta do Humbe, ainda se constituiu um corpo de voluntários muito particular, autodesignado como «Os Patriotas», e constituído por colonos recém-chegados do Brasil; porém, revelaram-se pouco capazes para as operações no sertão e acabaram por ser dispensados⁴⁷⁰.

Outro recurso utilizado foram os degredados, condenados a cumprir as suas penas em África. Naturalmente, estes homens não se encontram integrados na organização do sistema de defesa e segurança, e muitas vezes, a sua mobilização não era mais do que uma estratégia para os manter ocupados e afastados dos núcleos urbanos, onde eram acusados de práticas de roubo e vadiagem⁴⁷¹. Apesar de nem todos serem relutantes a discursos de tipo patriótico, não seria expectável qualquer tipo de identificação individual com os objetivos políticos, sendo por isso determinante a ação das lideranças, as quais se trataram sempre de sargentos ou oficiais permanentes, que se encarregavam da ligação com as estruturas formais de comando das expedições onde estes homens se integravam. E, apesar de serem recorrentes as acusações sobre o comportamento destes degredados, acusados de furtos nos postos de etapes, deserções, rixas, conflitos com as populações locais, e de em campanha se revelarem indisciplinados, a verdade é que foram um recurso valioso nalgumas operações, desempenhando missões muito elogiadas pelos comandos.

Todavia, e na sua globalidade, estas forças civis de voluntários, enquadrados ou não por oficiais de 1ª linha, acabaram por não ter muita relevância nas campanhas militares deste período, traduzindo-se muitas vezes em ações de iniciativa individual, e revelando-se em tarefas como guias, intérpretes, ou comando de auxiliares indígenas, podendo admitir-se terem sido escassos os resultados provenientes desta cooperação.

5.2.3 As forças nativas

A utilização de forças nativas vinha dos primórdios da presença portuguesa em Angola e da compreensão da inferioridade numérica dos contingentes europeus, em simultâneo com a perceção da falta de convergência entre muitas unidades políticas locais. Este último facto tornava viável o estabelecimento de alianças com estados africanos, e permitia a constituição de unidades conjuntas de combate, mas, por norma, a principal aspiração era utilizar os

⁴⁷⁰ LUNA de CARVALHO, cit. 347, pp. 1-8.

⁴⁷¹ BCU - 1894, v. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 33.

africanos como meio de atenuar a escassez das tropas de 1ª linha, recorrendo ao seu esforço como carregadores, guias, e remadores para as lanchas e navios da Estação Naval.

Com efeito, o recurso a alianças formais não foi muito frequente e, de acordo com as fontes portuguesas, parece ter sido pouco profícuo. No decurso da 2ª revolta do Humbe, quando após a conquista da Donguena, Padrel decidiu ultrapassar o Cunene em perseguição de Luhuna e dos cuamatos, conseguiu estabelecer uma aliança com os cuanhamas, que lhe disponibilizam cerca de dois mil homens⁴⁷². Porém, esta coligação circunstancial parece não ter dado grandes frutos, pois, de acordo com o relatório de Padrel, muitos dos cuanhamas sob fogo terão desertado, para além de terem desperdiçado grande parte das munições⁴⁷³. Luna de Carvalho diz mesmo: «Os nossos aliados cuanhamas disparavam contra tudo e contra todos atingindo-se uns aos outros com maior indiferença e percebemos que fizemos mal em arranjar tão estúpido aliado»⁴⁷⁴.

Deste modo, o mais usual foi a integração de africanos nas estruturas portuguesas de defesa e segurança, por via da manutenção das modalidades mais tradicionais de forças irregulares das chamadas «guerras pretas» ou sipais, ou através da sua inclusão nos corpos auxiliares da 1ª linha, por meio de conscrição ou voluntariado, onde se constituíam como companhias móveis, cuja instalação se encontrava preferencialmente no interior.

As «guerras pretas», destinadas aos transportes de víveres, munições e doentes, abertura de estradas, serviço de correio, polícia rural, reconhecimentos e obras de fortificação, haviam sido muito proeminentes durante o século XVIII, mas foram perdendo importância por virtude do informalismo da sua organização, e acabaram a trabalhar de modo esporádico. Mesmo assim, nos anos de 1890, tentou-se conferir-lhes alguma substância orgânica, formalizando os seus quadros, por via legal, os quais deveriam passar a ser constituídos por 100 a 200 sipais, 2 ou 4 corneteiros, 10 cabos, 1 ajudante e 1 chefe de guerra. Mas já era tarde para recuperarem alguma da antiga importância, e, na verdade, não tiveram qualquer impacto operacional, no quadro do novo imperialismo.

As companhias móveis assumiram um papel central nas narrativas sobre a defesa de Angola, porque eram vistas como a maneira ideal de contornar a escassez de soldados brancos e incentivar os processos de penetração territorial, sem grandes temores das inclemências do clima e dos espaços. Assim, na década de cinquenta, quando se assiste a um primeiro momento de acentuado interesse pelas terras do interior, criaram-se as seguintes companhias: Ambaca (4

⁴⁷² Belo Almeida fala de 500 muhumbes e 3500 cuanhamas, num total de 4600 homens. BELO ALMEIDA, cit. 352, pp 407-432.

⁴⁷³ PADREL, cit.348, pp. 1-13.

⁴⁷⁴ LUNA de CARVALHO, cit. 347, pp. 1-8.

companhias), Bengo (1), Cazengo (1), Tala Mugongo (2), Egito (1), Golungo (1), Dembos (1), Golungo Alto (2), São José de Encoge (1), Cambambe (2), Massangano (1), Muxima (1), Pungo Andongo (1), Duque de Bragança (1), onde o contingente de soldados africanos era sempre deficitário face ao previsto nos quadros orgânicos, sendo enquadrado por oficiais e sargentos europeus.

A reforma de 1857⁴⁷⁵ volta a insistir na necessidade de se criarem mais companhias móveis para o interior e, no início da década de noventa do século XIX, acompanhando a intensificação operacional, o governador Ferreira do Amaral manifesta a sua vontade em reorganizar o Exército ultramarino, tendo como base tropas permanentes de recrutamento africano, voltando a propor a criação de 30 companhias móveis de infantaria indígena. Depois, em 1901, legislou-se a criação de mais 16 companhias indígenas de infantaria destinadas ao interior⁴⁷⁶, as quais, nas posições mais problemáticas, onde fosse necessário o apoio da artilharia, se deveriam constituir em companhias mistas, compostas de uma secção de artilharia de montanha com praças europeias e dois pelotões de infantaria indígena⁴⁷⁷.

Contudo, os processos de recrutamento não eram fáceis, havendo mesmo regiões como Cabinda e Cacongo, onde eles se revelavam impossíveis, porque em virtude das altas taxas de mortalidade, os poderes locais não podiam dispensar braços indispensáveis para os trabalhos agrícolas. Assim, as autoridades portuguesas preferiam recorrer a contratos, reservando a conscrição à força para situações excepcionais. Por esses contratos, ofereciam-se prémios de alistamento e prometiam-se salários e facilidades, como a de poder continuar a viver com a mulher e filhos, embora muitas destas promessas não fossem depois respeitadas. Outra solução era a de pagar aos sobas, para serem eles a fornecer os contingentes de supostos voluntários, mas esta solução era causadora de deserções, instabilidade e focos de indisciplina⁴⁷⁸.

Porém, nenhuma destas limitações invalidou a presença de soldados nativos em todas as principais operações desenvolvidas no decurso deste período. No Bié, em 1890, Artur de Paiva

⁴⁷⁵ BCU - 1857 a 1862, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 70 a 81.

⁴⁷⁶ Previam-se Companhias Indígenas de Infantaria para Malange, Cabinda, S. Salvador, Ambrizete, Duque de Bragança, Quela, Cassange, Cassaca, Quimbundo, Bailundo, Bié, Moxico, Cubango, Mossamedes, Gambos, Humbe. Ordem do Exército, n.º 17. 1ª série, p. 440, 21 de novembro de 1901.

⁴⁷⁷ Na sua totalidade, o dispositivo terrestre previsto para Angola era: uma bateria mista de artilharia de montanha, duas companhias mistas de artilharia de montanha e infantaria, um esquadrão de dragões, uma companhia europeia de infantaria, um corpo de polícia em Luanda, um batalhão disciplinar, quatro companhias de depósito, três bandas de música e dezasseis companhias indígenas de infantaria. Dados recolhidos em *Ordem do Exército* n.º 17 1ª série, p. 440, 21 de novembro de 1901.

⁴⁷⁸ AHM 2/2/9/2. (Recrutamento nos distritos de Benguela e Congo – 1903).

comandou uma força de 882 homens, dos quais mais de 60% eram auxiliares bastards⁴⁷⁹ e dâmaras⁴⁸⁰, fundamentais como batedores e bons conhecedores das movimentações e posições táticas dos adversários. O ministro da Marinha ainda solicitou o reforço de soldados moçambicanos, mas estes nunca chegarão. No decurso da primeira revolta do Humbe, o capitão Clemente de Andrade comandou uma coluna ligeira com 34⁴⁸¹, 32⁴⁸² ou 30⁴⁸³ soldados africanos e mais 24 ou 12 auxiliares⁴⁸⁴ e depois, nas operações de captura do Chaungo recorreu-se a um reforço de mais 60 auxiliares.

Lourenço Padrel, para enfrentar a sublevação de Luhuna, recorreu a forças berg-damaras (44 homens), buchemens (30), bastards (20) e muximbas (500), considerados como excelentes soldados e «em conta para a fazenda nacional», apesar de difíceis de liderar, por só obedecerem aos bóeres⁴⁸⁵. A primeira coluna, constituída pelo governador Ramada Curto, para proceder às missões de retaliação, após a morte do conde de Almoester, em 1898, integrava 650 mucancalas, bushmen e muximbas, num total de 1252 homens⁴⁸⁶, começando a tornar-se evidente uma maior preponderância de tropas brancas, daí em diante acentuada.

A campanha do Bailundo de 1902 simboliza uma nova configuração das operações militares, como já se explicou, com o regresso em força de tropas metropolitanas, novas táticas e melhores armamentos e, se isso implicou um acentuar do acréscimo de tropas europeias, não significou de modo algum a menorização tática dos africanos. Na coluna do Libolo, comandada por Pais Brandão, os contingentes de soldados nativos continuavam na ordem dos 50%, numa força com pouco mais de 80 combatentes⁴⁸⁷; já a coluna do sul, à partida de Benguela, apresentava um total de 215 homens, quase todos brancos⁴⁸⁸, e a coluna do norte, com efetivos

⁴⁷⁹ De acordo com Pereira do Nascimento, trata-se de populações mestiças «cruzamento europeu com Hotentote, bushmen ou um-Kankala», NASCIMENTO, José Pereira. *Da Huila Às Terras do Humbe*, Huila, Typographia da Missão Católica do Real Padroado Português, 1891.

⁴⁸⁰ BELO ALMEIDA, cit. 341, pp. 11-12, refere 154 praças indígenas e 340 auxiliares dâmaras e bastards.

⁴⁸¹ IDEM, p. 6.

⁴⁸² COELHO, cit. 341, p. 25.

⁴⁸³ DELGADO, Ralph, cit. 325 citado por PÉLISSIER, cit. 7. p.156.

⁴⁸⁴ PÉLISSIER, cit. 7. p.156.

⁴⁸⁵ PADREL, cit. 348, pp. 1-13. BELO ALMEIDA, cit. 352, p. 410, segue o relatório oficial de Padrel, mas apresenta outros números: 60 soldados indígenas de caçadores, 120 bóeres e colonos brancos do planalto, dos quais 60 a cavalo, 480 auxiliares dâmaras, mucancalas, bastards (sic) e vahimbas num total de 660. Ao que mais tarde acresceram 500 muhumbes e 3500 cuanhamas.

⁴⁸⁶ Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar. *Relatórios das operações de guerra no Humbe no anno de 1898 enviados ao Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar pelo Governador-geral da Provincia de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

⁴⁸⁷ FARIA, António. *Uma página da História de Angola*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 1997, pp.129-136, 1997, fala em 1 tenente, o alferes Carlos Montanha, 2 sargentos, 38 cabos e soldados de 1ª linha, 1 sargento e 36 soldados de 2ª e um sargento enfermeiro.

⁴⁸⁸ Ver nota 376.

mais numerosos, constituída por reforços metropolitanos, perfazia 142 europeus, num total de 458 homens de primeira linha, acompanhados por mais de mil carregadores⁴⁸⁹. Em Pembe, a contabilização dos africanos utilizados é muito dificultada pela falta de coerência das fontes, mas os estudos mais recentes de Jaime Ferreira Regalado parecem ter confirmado o quantitativo total de 1800 homens, dos quais apenas 500 seriam europeus⁴⁹⁰. Quanto às campanhas de Alves Roçadas, em 1905-1906, terão sido utilizados 202 soldados indígenas de infantaria, mais 50 auxiliares; e nas operações de 1907, a cavalaria recorreu a 37 auxiliares indígenas, acompanhados de 711 infantas e 83 auxiliares africanos⁴⁹¹.

Estas companhias deveriam ser comandadas por europeus, embora no caso dos auxiliares se tenham ensaiado algumas modalidades de lideranças indígenas intermédias, como no caso da campanha dos cuamatos de 1907, onde aqueles corpos foram comandados por Orlow (Orlog), de ascendência Zulu, antigo bandoleiro e que, após esta campanha, viria a ser nomeado por João de Almeida para chefiar um corpo irregular de polícia.

Face ao escalar dos fatores de conflitualidade, em 1904, uma comissão presidida por Gomes da Costa foi incumbida de proceder a um inquérito junto das companhias móveis para avaliar os seus modos de organização e o estado físico e de instrução dos seus homens, devendo proceder a entrevistas, junto dos chefes de concelho, comandantes de divisão e companhias. O objetivo final deste estudo era contribuir para futuras alterações na estrutura das forças nativas e dos seus processos de recrutamento, pondo termo aos abusos praticados no alistamento dos nativos, às promessas salariais não cumpridas e aos entraves à desmobilização, depois de concluídos os tempos de serviço regulamentares, para assim tornar possível uma maior adesão dos povos locais a estas forças, exponenciando a sua utilidade para a ação das tropas de 1ª linha, não só em situações de guerra aberta, como nos trabalhos de polícia.

Concluídas as entrevistas a expectativa era a de que Gomes da Costa apresentasse sugestões para remediar os defeitos identificados, mas desconhecemos se ele concretizou o relatório solicitado, e na verdade, nas operações posteriores de 1904 e 1907, o essencial do esforço de guerra acabou por recair sobre forças metropolitanas, de modo que ao chegamos a 1910 muitas das unidades indígenas reclamadas e projetadas nunca foram constituídas, e algumas das que chegaram a ser formadas acabaram por ser desmanteladas com o pretexto da sua fraca capacidade operacional, derivada da deficiência de instrução e da escassez de material⁴⁹².

⁴⁸⁹ MONCADA, cit. 381, pp. 93-94.

⁴⁹⁰ Recordar nota 398, neste texto.

⁴⁹¹ ALVES ROÇADAS. *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907*, Lisboa, 1910. Parte não oficial das Ordens do Exército.

⁴⁹² AHM 2/2/4/85.

No período republicano, até ao eclodir da grande guerra, também se assistiu à desvalorização dos recursos humanos indígenas, enquanto combatentes, preferindo-se a sua utilização como carregadores e batedores. Mesmo assim, e como consequência das muitas irregularidades praticadas pelas forças portuguesas e do tratamento cruel concedido aos nativos arregimentados, era usual a resistência dos africanos a este serviço, tornando-se crucial o apoio das autoridades tradicionais; mas estas, por norma, também se mostravam relutantes a cederem os seus homens, a não ser em circunstâncias muito especiais, pelo que uma solução muito usual, embora não original, passasse pelo apoio dos colonos, que cediam os seus trabalhadores negros, para tarefas de auxiliares ou carregadores, ficando sob autoridade direta do patrão e não do comando operacional.

5.2.4 Os bóeres

Nos primeiros anos de 1880, algumas comunidades bóeres, em fuga do Transval, anexado pela Inglaterra, começaram a instalar-se em terras angolanas, depois de um audacioso *trek*, através do Calaári e da Damaralândia⁴⁹³. Caraterizados por um forte espírito de autonomia, causador de algumas dificuldades de integração e suspeitas entre as autoridades portuguesas, como se irá explicar no próximo capítulo, eram caçadores experientes, habituados aos combates com indígenas, hábeis no manuseamento de armas e reconhecimento de trilhos, na construção de pontes e alteração de leitos dos rios e, por isso foram aproveitados para o esforço de guerra português. Entre 1880 e 1907, participaram em todas as grandes operações militares, e, durante muito tempo, assumiram um papel preponderante na segurança das regiões do planalto, dedicando-se às missões de manutenção da ordem e repressão de revoltas, nas zonas do Cubango, Bié, Humbe ou Cuamato, contribuindo para atenuar a carência de forças regulares, numa zona onde durante muito tempo apenas existiu a companhia irregular da Humpata. Para além disso, introduziram o carro de bois (por isso conhecidos como carros bóeres), permitindo a substituição de muitos carregadores e dando grande autonomia de transporte ao comércio e ao apoio logístico em operações, e abriram a estrada entre os Cuanhamas e a Huíla, ligando-a com a pista portuguesa para Moçâmedes, assim facilitando as vias de penetração comercial e militar⁴⁹⁴.

⁴⁹³ O primeiro contingente Bóer a instalar-se nas margens do Cunene, de acordo com Ralph Delgado, seria constituído por «55 famílias, compostas por 85 homens, 47 mulheres, 81 rapazes e 82 raparigas, num total de 295. Mais 50 indígenas, 100 cavalos, 2 mil bois, 500 ovelhas e 60 cães». DELGADO, cit. 325, *Ao Sul do Cuanza*, v. II, Lisboa, pp. 230-233.

⁴⁹⁴ CLARENCE SMITH, W.G. *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. 26.

Paiva Couceiro apelida-os de «normalmente insubmissos e relapsos à autoridade nacional que desprezavam»⁴⁹⁵, mas as suas capacidades militares e autoridade sobre os nativos, aliadas à escassez de tropas europeias, tornaram a sua colaboração uma mais valia operacional.

Por norma, pugnavam pelos seus interesses imediatos, protegendo as suas terras, gado e património, associando-se às tropas portuguesas a troco de vantagens materiais, resultando a sua participação nas campanhas da celebração de acordos informais, onde se estipulavam as remunerações a auferir⁴⁹⁶ e se caracterizavam os modos pelos quais eles se submetiam ao comando português.

Na campanha do Bailundo, a coluna do sul, introduziu uma novidade neste padrão de relacionamento, ao formalizar um contrato escrito onde se especificava os salários, diferenciando quem combatia a pé e a cavalo, merecendo estes últimos gratificações mais abonadas. Em paralelo, também se contratualizaram as remunerações devidas pela utilização de carros bóeres, comprometendo-se as autoridades portuguesas a pagar todos os cavalos e bois abatidos durante as operações, e a distribuir todos os cartuchos necessários, garantindo-se aos bóeres a possibilidade de participarem equitativamente nas possíveis partilhas de bens arrestados.

Como consequência da dificuldade de relacionamento entre o governador-geral Cabral Moncada e Teixeira Moutinho, este contrato será demonizado pelo primeiro, apelidando-o de antimilitar, antipolítico e pouco económico⁴⁹⁷. Para o comandante da coluna do sul, no entanto, esta pareceu ser a melhor forma de contornar a escassez de elementos militares⁴⁹⁸, acusando Luanda de não dar resposta às suas solicitações de mais recursos humanos.

O comando destes homens, no teatro de operações, pertencia sempre a bóeres proeminentes na comunidade que, participando nos estados maiores formais ou informais, serviam de elo entre os comandos operacionais portugueses e os homens no terreno. Falamos de estados maiores informais, porque em missões como a generalidade das empreendidas por Artur de Paiva, trataram-se de operações com reduzida afetação de recursos humanos e materiais, por vezes não muito prolongadas no tempo, onde a coordenação e preparação tática se resolvia em reuniões noturnas à volta da fogueira, participando os bóeres com o seu conhecimento das terras

⁴⁹⁵ PAIVA COUCEIRO, Henrique. *Angola: Dois anos de Governo, junho de 1907- junho de 1909*, Lisboa, Editora A Nacional, 1910, p. 171.

⁴⁹⁶ Nos anos 1880, receberiam 1 libra por dia, mais bónus extra para cavalos e vagões e compensações para qualquer perda de propriedade; as munições eram fornecidas pelo governo, mas tinham de caçar para comer. CLARENCE SMITH, cit. 494, pp. 27-28.

⁴⁹⁷ MONCADA, cit. 381, p. 69.

⁴⁹⁸ MOUTINHO, cit. 376, pp.116-117, 174, 221-222.

e das gentes. Depois, a posterior complexificação do desenvolvimento operacional, implicando tarefas de planeamento mais difíceis, levou as reuniões de Estado Maior a adquirirem um carácter mais formal, resultando em sessões marcadas em ordens de serviço, com previsão de atas e ordens escritas, como se observa no Bailundo, em Pembe e nas campanhas de Alves Roçadas.

No decurso da campanha do Bailundo, começam a tornar-se evidentes algumas dificuldades de relacionamento entre as forças portuguesas e os bóeres, cada vez mais percecionados como simples mercenários, muitas vezes apostados em inflacionar os perigos reais, de modo a potencializarem os seus proveitos, por via de melhores salários e de preços mais elevados no aluguer de carros bóeres⁴⁹⁹. No fundo, tornava-se cada vez mais evidente que os objetivos pelos quais se combatia não eram convergentes, de onde resultavam diferentes níveis de empenho e compromisso.

Durante as operações da Huíla em 1905, eles ainda começaram por ser importantes nas missões de reconhecimento, mas, de seguida furtaram-se a uma participação mais ativa no ataque ao Mulondo, chegando atrasados ao teatro de operações, apresentando como justificação o facto de terem bivacado longe do corpo principal e não se terem apercebido do início da marcha⁵⁰⁰. Episódio depois utilizado como uma prova, por quem afirmava que eles tinham a ambição de instaurar uma república protestante, na região planáltica. Este suposto plano, do qual não encontramos quaisquer evidências, para além dos comentários de João de Almeida, teria sido abandonado, após os sucessos militares de 1906-1907⁵⁰¹, mas sendo ou não real, a percepção da sua existência é demonstrativa das crescentes dificuldades de articulação entre bóeres e portugueses, num momento a partir do qual as operações se começaram a tornar mais complexas, ultrapassando as tradicionais ações policiais e de retaliação.

Na verdade, a partir de então, as operações conjuntas com bóeres começam a diminuir, embora eles continuem a ocupar-se da segurança interna, sendo amiúde acusados de práticas de grande brutalidade para com os indígenas e desrespeito pelas autoridades coloniais.

Como, ao mesmo tempo, a sua resistência a casamentos com portugueses, vistos como uma boa possibilidade para incentivar a colonização branca, acentuava as desconfianças recíprocas, muitos deles regressam ao Transval, em 1910, e, anos mais tarde, numa repatriação de larga escala, patrocinada pela África do Sul, os restantes abandonarão o território angolano em definitivo.

⁴⁹⁹ AHM 2/2/7/14. (Expedição ao Bailundo e introdução de elementos Boeres nesta expedição – 1902).

⁵⁰⁰ ALVES ROÇADAS, cit. 403, p. 36.

⁵⁰¹ ALMEIDA, cit. 319, p. 95.

5.3 As forças metropolitanas

5.3.1 As forças terrestres

A deficiente prontidão dos corpos ultramarinos, a sua escassez de homens e falta de preparação técnica implicou a necessidade de se recorrer a expedições extraordinárias, provenientes da metrópole, com alguma regularidade até à década de 1880, momento a partir do qual se tornaram muito raras, para só recuperarem a sua intensidade por volta dos finados da centúria.

Sá da Bandeira, considerava indispensável para a defesa de Angola a existência permanente de tropas de 1ª linha, destacadas do Exército de Portugal, as quais deveriam estar sediadas em Moçâmedes, a partir de onde poderiam ser destacadas para missões no interior. Na sua opinião, essas forças não deveriam exceder um batalhão de quatro companhias (cada uma delas com um capitão, 3 subalternos e 90 a 100 praças) sob o comando de um major, meia bateria de artilharia de montanha e meio esquadrão de cavalaria com 2 ou 3 oficiais e ainda um capitão e dois tenentes de engenharia para se encarregarem dos serviços de obras públicas e da retificação dos mapas geográficos, não esquecendo nunca a ligação entre defesa e progresso material⁵⁰², sempre presente nas suas reflexões.

Não se concretizando em pleno estas intenções, o recurso a tropas do reino foi muito usual perante focos de conflitualidade mais intensa. Contudo, as expedições metropolitanas eram sempre muito mal vistas, como consequência dos esforços orçamentais e da ineficácia operacional, muitas vezes revelada, originando, por isso, diversas tentativas reformadoras para as tornar desnecessárias.

Estes esforços reformadores, sempre gorados no essencial, começam por uma curiosa tentativa de criação da chamada Legião do Ultramar, prevista no decreto de 21 de julho de 1870, com a intenção de constituir, em Lisboa, um corpo misto de Artilharia e Infantaria, sempre pronto a atuar em qualquer parte do Império. Parecendo evidente a influência das ideias de reserva colonial preconizadas por Colomb em Inglaterra, esta solução não foi para já adotada.

Apesar de nunca ter saído do papel, importa atentar nas justificações, então apresentadas, para a sua formação e reter a forma como ela pretendia responder às ansiedades que a justificavam.

Para além dos referidos esforços orçamentais, três outros aspetos foram apontados para criticar a solução das expedições metropolitanas:

⁵⁰² SÁ da BANDEIRA, cit. 246, pp.170-171.

- O tempo gasto na sua constituição;
- A falta de preparação dos seus homens e a sua inadaptação perante as dificuldades naturais oferecidas pelos territórios ultramarinos;
- As dificuldades de coordenação com as autoridades dos locais para onde se deslocavam.

Com efeito, após a publicação do decreto onde se estabelecia um corpo expedicionário, era necessário organizar a força, recrutar voluntários, requisitar ao ministério da guerra os militares do quadro, instruir os praças e organizar toda a logística. Tarefas tão demoradas que, por vezes, na altura de a expedição partir para África, já o foco de instabilidade a combater se tinha extinguido. Por outro lado, os incentivos monetários e de carreira, oferecidos aos militares, eram insuficientes para recrutar os mais capazes, tornando-se frequente o recurso a gente pouco preparada, muitas vezes indisciplinada e sem qualquer espírito de corpo.

A criação da Legião, com um corpo permanente para serviço ultramarino, parecia ser a melhor solução para contornar todas estas dificuldades⁵⁰³. Os seus contingentes de praças deveriam ser constituídos por voluntários, provenientes da vida civil ou dos corpos do Exército do reino, (situação onde se tornava exigível uma autorização por parte da Secretaria da Guerra), os oficiais, seriam originários do Exército e da Armada do reino, de cujos quadros deixariam de fazer parte, ou do Exército do ultramar, devendo ostentar boas informações disciplinares e boas condições físicas.

Embora se propusesse Lisboa como sua base, local onde os homens teriam a missão de garantir a segurança dos edifícios da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, a Legião deveria estar em condições de prontidão para enviar tropas para qualquer ponto do Império, sempre que necessário. Aí chegados, ficariam sob o comando direto das autoridades provinciais, as quais assumiam a responsabilidade de pagar os respetivos soldos e gratificações.

Apesar desta Legião nunca ter abandonado o papel, muitos dos princípios defendidos para justificarem a sua criação irão voltar a ser convocados, quando seis anos mais tarde se proceder à formação do Regimento de Infantaria do Ultramar⁵⁰⁴, sob moldes funcionais muito similares

⁵⁰³ A Legião deveria ser composta por um Estado-Maior, três batalhões de infantaria ligeira e uma bateria de artilharia, por se considerar ser esta a tipologia mais adequada ao tipo de operações coloniais. O seu contingente previsto era de 1668 homens, dos quais 69 oficiais.

⁵⁰⁴ Composto por um Estado-Maior e menor e três batalhões a 4 companhias cada, embora se aventasse a possibilidade de constituição de um quarto batalhão, em caso de necessidade. O efetivo total,

aos previstos para a Legião. Este Regimento perdurou até 1892,⁵⁰⁵ quando foi extinto por causa das avultadas despesas inerentes ao seu funcionamento e das dificuldades em se preencher os contingentes previstos em quadro orgânico. Sendo estes os argumentos então aduzidos, é evidente que a esta extinção também não foram estranhas as narrativas favoráveis à presença de mais tropas no terreno, que então se reforçavam, numa altura em que o recurso a soldados metropolitanos era raro, e o essencial do esforço de defesa e segurança pertencia às forças locais, a despeito das suas fragilidades.

Com o eclodir da agitação no Bailundo, e a conseqüente mudança de configuração do desenvolvimento operacional, obrigando à afetação de maiores quantitativos de soldados, aquela tendência tende a alterar-se, e seguindo o exemplo das vitoriosas campanhas de Moçambique no final do século, intensifica-se a utilização de expedições metropolitanas, como depois se tornará evidente em Pembe, nas campanhas de Alves Roçadas, entre 1905 e 1907, e em 1914/15, já no quadro da conflitualidade contra forças europeias no contexto da Grande Guerra.

Com missões determinadas pelas autoridades políticas metropolitanas o seu alinhamento com os grandes princípios estratégicos tendia a ser claro, pelo menos até ao eclodir da grande guerra, momento onde a complexificação do ambiente estratégico criou alguns equívocos e hesitações, que por remeterem para questões continentais aqui pouco me interessam. Assim, reforçadas na sua autoridade, mesmo quando no terreno a sua operacionalização foi contrariada ou estorvada pelos poderes locais, o seu relacionamento com as estruturas já instaladas no terreno tendeu a ser hierárquico e mandatário, quando a elas se recorria, facto que nem sempre se verificou.

5.3.2 As Estações Navais

Localizada em Luanda, a chamada Estação Naval da África Ocidental (Divisão Naval do Atlântico Sul de 1895 até 1909) apresentava, no final do século XIX, uma configuração resultante das reformas empreendidas nos anos 1880, quando a sua função primordial de repressão do tráfico negreiro⁵⁰⁶ começou a ser acompanhada, e depois substituída, por um conjunto mais amplo de questões, como o reforço das missões de soberania, o combate ao

previsto para a formação ordinária, era de 1.193 homens. *BCU - 1875 a 1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp. 298-305.

⁵⁰⁵ *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 276-280.

⁵⁰⁶ A propósito do importante papel da estação naval de Luanda na repressão do tráfico ver: OLIVEIRA, Mário António. *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1981, pp. 139-196.

contrabando, a defesa das cidades costeiras, o transporte de correio, de funcionários e carga, assim como a proteção do tráfico fluvial, apesar de a grande dimensão de muitos dos navios utilizados e a carência de lanchas dificultar esta última tarefa. Também se contava com os navios para bombardeamentos estratégicos de localidades sublevadas, situadas nas margens dos rios, e para facilitar a penetração de forças de infantaria ao longo dos principais cursos navegáveis de Angola.

Eram entraves ao desempenho destas missões, a escassez de navios⁵⁰⁷, o seu mau estado de conservação⁵⁰⁸, a ausência de docas secas, causadora de frequentes viagens até Lisboa para reparações essenciais, e, ainda, a carência de recursos humanos. Para tentar contornar esta última dificuldade, atribuiu-se aos comandantes das divisões a competência para a contratação direta de indígenas⁵⁰⁹, e tendo em vista facilitar o recrutamento de africanos qualificados, legislou-se a criação de uma escola, a qual deveria funcionar a bordo de um navio fundeado em Luanda, e oferecer um programa escolar e possibilidades profissionais muito aliciantes⁵¹⁰, mas de cujo funcionamento efetivo não encontrei evidências.

Mas, a questão mais penalizadora da ação dos navios encontrava-se nas difíceis relações entre os comandantes das divisões navais, que respondiam a Lisboa, e os governadores gerais, tornando muito problemática a coordenação com as forças terrestres. No capítulo 7 desenvolverei esta questão, mas cumpre adiantar que em 1891, os protestos dos governadores gerais, que usavam estas dificuldades para justificar a falta de eficácia dos navios, em matérias de fiscalização das costas e rios, levaram o poder central a decidir-se pela criação de uma pequena força naval dedicada a essas tarefas, ficando subordinada às autoridades locais, com exceção das matérias disciplinares, de pessoal e logística, que eram tuteladas pelo comando da divisão naval.

A esta unidade deu-se o nome de Marinha colonial, tática e administrativamente autónoma, e para cuja constituição se contava com homens da Marinha de guerra e pessoal auxiliar, prevendo-se a aquisição de navios para as suas missões, o que por motivos orçamentais acabou por não se verificar, obrigando a utilizar embarcações dispensadas pela Armada.

⁵⁰⁷ O número total de navios, até 1856, nunca excedeu os quatro. A partir dessa data e até 1883, variou entre os três e os cinco, fixando-se num total de oito. Nestes quantitativos, contabiliza-se o navio depósito naval, que não tinha condições para navegar e estava, por isso, imóvel no porto de Luanda, servindo de enfermaria e depósito de víveres.

⁵⁰⁸ A generalidade dos vasos de guerra, aportados em Luanda eram muito antigos e, por virtude das próprias condições atmosféricas, apresentavam estados de conservação muito deficitários, exigindo por isso constantes paragens e reparações. Estas últimas eram ainda dificultadas pela ausência de uma doca seca e pela frequente falta de materiais e sobressalentes.

⁵⁰⁹ *BCU - 1890*, v. XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 396-397.

⁵¹⁰ *BCU - 1891*, v. XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 173, 176-178.

Esta solução não se revelou muito eficaz, implicando dificuldades de coordenação, pois não foram raras as vezes em que se tornou difícil entender a quem competiam as missões de transporte de tropas, de bombardeamento de alvos inimigos em terra, ou de fiscalização do contrabando e, por isso, também o contributo da Marinha de guerra para o desenvolvimento operacional terrestre acabou por ser afetado, não sendo muito significativo nas operações por nós estudadas, tendo-se resumido ao desembarque de peças de artilharia e ao destacamento de companhias expedicionárias da Marinha, que no terreno se constituíam como forças de infantaria, não fazendo muito sentido falar de qualquer tipo de operações conjuntas.

Em 1900, por ocasião dos estudos de reorganização da Marinha nacional, Júlio de Vilhena⁵¹¹ propôs uma separação radical entre a Marinha de guerra e a Marinha colonial, devendo esta dedicar-se em exclusivo às missões de fiscalização, policiamento dos rios e costas, trabalhos hidrográficos e operações militares, podendo, neste último caso, receber apoio da Marinha de guerra. A despesa com a Marinha colonial deveria ser suportada na totalidade pelos governos locais, a quem competiria a tarefa de contratar e formar indígenas para o serviço dos navios.

As funções de transporte de correio, pessoal e carga deveriam passar para a Marinha mercante e com tudo isto a Marinha de guerra poderia concentrar-se nas tarefas de representação soberana, de proteção das costas e da linha estratégica Lisboa, Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné. Para isto, preconizava investimentos na aquisição de vasos de guerra, e uma demarcação rigorosa das competências das divisões navais e dos governadores-gerais, num quadro de reforço dos processos autonómicos. Todavia, este reforço da autonomia operacional não poderia funcionar como um entrave à necessária cooperação entre estas forças, e entre elas e o Exército, sendo por isso fundamental a subordinação aos mesmos princípios e normas de organização e a criação de mecanismos de coordenação ao nível do comando.

De modo a operacionalizar o funcionamento desta Marinha colonial ele sugere a criação de departamentos marítimos coloniais, subordinados ao governador geral e distribuídos pelas capitâncias dos portos angolanos. Os chefes destes departamentos teriam tutela sobre todos os arsenais, docas, oficinas, depósitos, escolas e pontões, e teriam o comando de todas as forças navais, ao serviço da colónia, incluindo os navios da Armada aí destacados. Deste modo, podia-se garantir a unidade de ação e a adequação da tipologia dos navios à respetiva missão, permitindo evitar a utilização do mesmo tipo de navios para fiscalizar costas, para o serviço de

⁵¹¹ VILHENA, Júlio de. *A Marinha Colonial. Estudo apresentado ao Congresso Marítimo Nacional de 1902*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.

portos, para o serviço hidrográfico, ou para ações ofensivas ao longo do curso dos rios, o que sendo um cuidado óbvio, não era muitas vezes respeitado por virtude da escassez de embarcações.

Mas, a coordenação não se deveria equacionar apenas ao nível operacional, pois importava integrar a ação no conjunto da estratégia política e, nesse sentido, Júlio de Vilhena exemplifica com a utilização das lanchas canhoeriras, cujo relevo não contesta como instrumento privilegiado para operações fluviais, mas cuja utilidade entende como reduzida quando as suas ações não eram acompanhadas por movimentos de ocupação territorial, e posterior colonização.

Proclamada a República, foram várias as propostas apresentadas, visando a reorganização da Marinha colonial. De acordo com o objetivo de reforçar a autonomia dos espaços ultramarinos, o racional de quase todas elas encontrava-se na linha do pensamento de Vilhena e preconizava o aprofundamento de uma separação vincada entre a Marinha colonial e a Marinha de guerra, devendo a primeira ficar na dependência dos governadores-gerais, tornando-se privativa de cada território, sob tutela do novo Ministério das Colónias e independente da Marinha de guerra. Desta última esperava-se o cumprimento de missões de soberania, o destacamento de pessoal dos seus quadros para a realização de ações de formação⁵¹² junto das forças coloniais, e a cedência de lanchas, canhoeriras e transportes. Estes recursos materiais deviam ser requisitados pelos governadores gerais ao Ministério da Marinha, mas apenas em situações de exceção, devendo ser devolvidos logo após a extinção da sua necessidade. Por outro lado, a separação entre Marinha e colónias levava muitos a clamar pela necessidade de colocar um marinheiro à frente deste último ministério, por ele se passar a ocupar apenas de questões técnicas e militares⁵¹³, e, por isso, deixar a marinha colonial na dependência do ministro das colónias, muitas vezes um civil, não parecia, para estes, uma boa solução.

Ainda em 1911, Azevedo Coutinho, perante alguns protestos na constituinte, considerava não serem muito prováveis revoltas indígenas de grande monta, nem ataques externos, pois os tratados e delimitações, entretanto negociados, garantiam a posse dos territórios, bastando por isso pequenos vasos de guerra, não muito onerosos, para garantir a eficácia da ação desta Marinha, agora mais focada em missões de caráter securitário e técnico⁵¹⁴. Por outro lado, sendo

⁵¹² *Diário da Câmara dos deputados*, 8 de junho de 1910, pp. 19-81.

⁵¹³ *Diário da Câmara dos deputados*, 16 de novembro de 1911, p. 9.

⁵¹⁴ Em concreto, a proposta de lei apresentada sugere as seguintes competências para a Marinha colonial: serviços de polícia e fiscalização das costas, portos e rios de cada uma das províncias, bem como todos os seus serviços navais, incluindo o da manutenção da ordem interna, cooperação com os navios da armada em caso de guerra, repressão da emigração clandestina, polícia de pesca, progressos da

importante preservar a estabilidade do pessoal, de modo a fazerem frente às constantes inovações tecnológicas, ele sugere o estabelecimento de contratos entre a colónia e voluntários provenientes da Marinha de guerra⁵¹⁵, pois apesar de este corpo se destinar a missões de baixa intensidade, onde se empregavam materiais não muito sofisticados, não deixava de existir a necessidade de dominar conhecimentos relativos à ciência naval e à manobra de canhoes e lanchas, que só os oficiais da Armada dominavam. A estes marinheiros provenientes da Armada real deveriam entregar-se os cargos de chefes de departamentos, capitães de portos, comandantes e oficiais de guarnição dos navios, podendo os segundos marinheiros e grumetes serem indígenas, e ficando todos eles sob tutela dos governadores gerais.

Como corolário, em Angola, acabou por se criar um departamento marítimo, englobando a capitania dos portos do Congo, com sede em Cabinda, a capitania dos portos de Luanda, e a capitania dos portos do Sul de Angola, com sede em Benguela e jurisdição nas águas marítimas e fluviais, desde o rio Tapado até à fronteira com os territórios alemães. Os chefes de departamento e os capitães dos portos deveriam despachar com o governador, na qualidade de técnicos, propiciando orientações práticas, favoráveis à unidade de ação. Colocando a Marinha colonial sob as ordens diretas de quem tratava das questões de defesa e segurança terrestre, assim como dos temas económicos, sob orientação dos patamares superiores da produção política, contava-se com um alinhamento estratégico coerente.

Deste modo, considerava-se viável o cumprimento das missões navais nas colónias e evitava-se sobrecarregar a Marinha de guerra que assim podia concentrar o essencial dos seus esforços nos mares da Europa⁵¹⁶.

Síntese conclusiva

Neste capítulo procedi à caracterização pormenorizada das tipologias de forças presentes nos teatros de operações angolanos no decurso do período em estudo, tendo demonstrado a sua diversidade organizacional, assim como as distintas tutelas, para além das diferenças ao nível da doutrina, do armamento, dos contingentes, e por vezes até dos objetivos.

Esta caracterização foi importante porque só deste modo se torna possível compreender as dificuldades de coordenação muitas vezes encontradas no desenvolvimento de algumas das

hidrografia da colónia, balizagens, faróis, semáforos, meteorologia, assistência marítima, transportes, comunicações, reboques, acostagens, oficinas navais, docas e escolas práticas.

⁵¹⁵ Na falta de voluntários previa-se a possibilidade do serviço por escala, mas neste caso a comissão não poderia ser superior a dois anos. Os voluntários serviam por um período mínimo de três anos e máximo de cinco, no total, mas nas lanchas-canhoes o serviço não podia exceder um ano.

⁵¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados, 15 de março de 1912*, pp. 8-15.

operações militares de imposição de ordem colonial, sejam os problemas entre Padrel e os aliados cuanhamas no Humbe, entre as tropas europeias e os auxiliares indígenas em Pembe, ou entre Alves Roçadas e os bóeres no Cuamato, por exemplo.

Contudo, e embora o texto não pretenda escamotear estas debilidades, até porque nalgumas situações, como nos dois primeiros casos referenciados, elas contribuíram para revezes táticos, considera-as naturais num quadro de entropia, inerente ao funcionamento de qualquer sistema complexo, e por isso prefere relevar os esforços desenhados e os processos encontrados para a sua superação, porque neles se percebe um racional holístico.

A um nível macroestrutural, a demanda por um Exército Único é disso exemplar. Com efeito, e embora tenha obedecido a diversos racionais e motivações, a procura por uma autoridade única sob a tropa, também deve ser entendida como o corolário de uma procura pelo reforço de mecanismos de coordenação, garantes de uma plena coerência entre estratégia, tática e operações. Como sabemos, essa construção não foi fácil, e só em 1926 se reuniram condições para a extinção do Exército ultramarino, todavia, ao emergirem na década de 1880, os discursos favoráveis a essa solução, apesar das suas contradições e das resistências colocadas, influenciaram muitas das experiências que se foram ensaiando no decurso desse período, contribuindo para o fortalecimento de mecanismos de coordenação entre forças.

Em geral, estes procedimentos valorizavam a escolha das lideranças e o afinar dos processos comunicacionais, sobretudo no seio das tropas de 1ª linha e no relacionamento com as estruturas irregulares de constituição europeia.

Com efeito, no seio das tropas de 1ª linha, a presença de soldados e auxiliares nativos era muitas vezes encarada como um fator de falta de unidade, quase parecendo estarmos a falar de forças de tipologia diferenciada. Na verdade, o treino concedido a estes homens era escasso, as dificuldades comunicacionais eram muitas, por virtude do desconhecimento europeu das línguas locais e da incapacidade das tropas africanas em falar português, e as desconfianças dependor racista não eram menores, motivos pelos quais os nativos costumavam ser vistos como uma menos valia em combate, sendo acusados de falta de solidariedade com o esforço das tropas brancas, de serem pouco atreitos ao cumprimento disciplinado das instruções provenientes das cadeias hierárquicas, para além de não saberem disparar e serem propensos à deserção. Na maioria das vezes a realidade operacional desmentiu estes preconceitos, mas a sua existência conduziu ao estabelecimento de soluções que visavam reforçar o seu alinhamento com o restante das forças regulares, os quais passaram pelo estabelecimento (embora raro) de lideranças intermédias indígenas, a quem se concediam dignidades ao nível dos fardamentos, promoções e soldos.

Depois, e à medida que a estrutura do Exército ultramarino, e os procedimentos de mobilização foram facilitando a dispensa das populações europeias, a tendência para uma africanização dos contingentes de 1ª linha foi-se acentuando, obrigando a uma aposta nos oficiais e sargentos provenientes da metrópole para o controle daqueles homens.

Embora tenhamos considerado pouco relevante o esforço operacional das forças de pendor voluntário, também aí identificámos processos de alinhamento que passaram sobretudo pela escolha política das lideranças. De comandos escolhidos pelo governador geral esperava-se identificação com os propósitos macro estratégicos, mesmo que em corpos espontâneos, emanados da sociedade civil, nos tenhamos apercebido de uma preponderância de objetivos muito circunstanciais, ligados a interesses económicos dos colonos, por vezes pouco subordinados a princípios estratégicos globais.

Situações muito particulares respeitam às alianças formais com povos nativos, e ao caso do recurso a forças bóeres contratadas. A primeira situação foi rara, em contexto de guerra, e nunca se traduziu pela integração das forças africanas nas estruturas do Exército português, obrigando a acertos periódicos entre as lideranças operacionais, sempre muito dificultadas pela natural falta de identificação nos interesses, pelas diferenças organizacionais, tecnológicas e doutrinárias. Por norma, os resultados destas experiências não foram os melhores, e a referida relação entre Padrel e os cuanhamas oferece-se como um exemplo disso mesmo.

Nas fontes portuguesas, a responsabilidade por estas dificuldades de coordenação, e consequentes desastres táticos, foi sempre atribuída aos africanos, adjectivados como traiçoeiros, cobardes ou outros epítetos do género, mas cumpre não descurar que a falta de convergência entre objetivos, as diferentes avaliações de riscos e diferentes posicionamentos nos sistemas políticos regionais implicaram diferentes lógicas operacionais, cuja explicação pouco aproveita com aquele tipo de adjectivos.

Um pouco diferente foi a utilização de mercenários bóeres. Neste caso, mesmo quando não havia identidade de propósitos, tratava-se de forças contratadas, que por isso eram integradas na estrutura de forças portuguesa, ficando subordinados aos comandos operacionais. Contudo, não se despreza a sua especificidade, motivo pelo qual sempre se permitiram lideranças intermédias bóeres, a quem se concedia a participação nas estruturas de estado maior portuguesas, fosse de um modo muito informal, como se verifica até finais do século XIX, fosse por meio de processos formalizados: reuniões, atas, ordens de serviço. Estas lideranças intermédias aceitavam o comando superior português, ficando alinhadas com os objetivos estratégicos, mas ao integrarem as estruturas de comando formalizadas no teatro, participavam na tomada de decisões operacionais, e tendiam a fazer valer alguns dos seus objetivos mais

específicos, que passavam, por exemplo, pelas tentativas de limpeza étnica das regiões onde tinham os seus interesses agrícolas.

Ainda se abordaram as expedições enviadas da metrópole para fazerem frente a circunstâncias de maior entropia, e que por isso mesmo se vulgarizam com o acentuar das gramáticas da conquista e da territorialização, facetas para as quais as forças presentes no terreno se iam revelando como insuficientes. Reforçadas na sua legitimidade política, estas unidades expedicionárias, com missões muito bem determinadas, ao recorrerem a forças locais, integravam-nas nos seus planos operacionais e formatavam-nas aos seus objetivos, mesmo que estes pudessem ser problemáticos no relacionamento com as estruturas políticas coloniais.

Finalizando, sublinhou-se que as dificuldades de relacionamento entre os poderes políticos locais e os navios da Estação Naval, tutelados por Lisboa, contribuíram para uma deficiente coordenação entre a Marinha e as forças terrestres, levando à criação de uma Marinha colonial, dependente do governador geral. Solução, inicialmente pouco eficaz por motivos de dependência funcional deste novo corpo, e falta de clarificação de competências. No primeiro caso porque a maioria do material e dos homens deste corpo de Marinha colonial, em particular dos oficiais provinham da Marinha de guerra e, no segundo caso, porque embora fosse claro que as funções de soberania eram apanágio desta Marinha, muitas das vezes não se especificou a quem pertenciam tarefas como o transporte e desembarque de tropas, bombardeamento de alvos inimigos em terra, ou fiscalização do contrabando por exemplo.

Contudo, estas dificuldades não foram dissuasoras do aprofundamento destas marinhas privativas dependentes dos governadores gerais, buscando-se por essa via uma maior integração entre todas as forças no terreno, processo esse que irá culminar já no período republicano com a criação do departamento marítimo de Angola, na dependência direta do governador geral e com competências técnicas muito vastas nas águas marítimas e fluviais.

Da análise desta diversidade de tipologias empenhadas nos teatros, no decurso das operações de imposição de ordem colonial, assim como dos modos estabelecidos para ordenar os relacionamentos entre elas, podemos concluir que apesar das profundas limitações resultantes das dimensões contextuais, a pulsão dominante nos patamares político-estratégicos e operacionais se guiou com frequência pelo desejo de encontrar as plataformas organizacionais possíveis, e viáveis, para coordenar a ação de muitas daquelas unidades no terreno, de modo a assegurar a coerência tática, adaptando-se, para esse efeito, alguns dos sistemas de comando já existentes, e criando-se outros quando assim foi considerado necessário.

6. AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

Como já descrevemos, a segunda dimensão da Teoria Geral remete para o problema do relacionamento entre organizações civis e militares, o que levando a Teoria ao limite da sua lógica Holística, parece apontar para as virtudes da unidade de comando, onde um mesmo indivíduo concentra em si a autoridade sobre todas as entidades civis e militares, empenhadas num conflito.

Todavia, para além das muitas dificuldades suscitadas por soluções deste teor, os seus perigos são também evidentes, validando as preocupações de Karl Popper face ao holismo em geral, por ele entendido como uma via para o autoritarismo, na medida em que visões unitárias do real, podem contribuir para projetos unitários de resolução dos problemas, facilitando os excessos de concentração do poder⁵¹⁷. Destas ressalvas, parecem resultar como mais equilibradas as propostas tendentes à unidade de esforços, desde que se alcance a identificação de todos com os objetivos políticos, e esta se traduza em processos concretos de coordenação e cooperação entre instituições diversas, esquecendo quem exerce o comando sobre elas.

Contudo, na realidade aqui em apreço, e a partir do momento em que os governadores gerais de Angola acumulam o poder político com o comando em chefe das tropas terrestres, parecem reunidas as condições para se assegurar a unidade de comando⁵¹⁸. Por isso, cabe entender as consequências e o alcance prático desta realidade, e essa tarefa constitui-se como a primeira parte deste capítulo.

De seguida, e mantendo-nos na análise das relações entre militares e civis partimos da identificação genérica entre os primeiros e as autoridades políticas, para introduzir uma variante na teoria, extravasando-a, no sentido de estudar os relacionamentos entre aquelas autoridades no terreno e as diversas tipologias de populações civis (indígenas, europeus, afro-portugueses, bóeres) no sentido de averiguar a existência de mecanismos de colaboração que visem a unidade de esforços.

Esta última proposta, ao assumir-se como a segunda parte deste capítulo, atende à especificidade muito própria de uma organização social moldada por relações de tipo colonial, tomando em consideração as características da visão sobre o outro, ostentada pelas autoridades

⁵¹⁷ POPPER, Karl. *A Pobreza do Historicismo*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2007, pp. 73-88.

⁵¹⁸ Em 1835, os antigos capitães gerais foram substituídos por governadores, *BCU* - 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 5, passando a utilizar-se o termo governador geral, a partir de 1836, com o decreto de 7 de dezembro, o qual estabelece o sistema administrativo das províncias ultramarinas, *BCU* - 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 15-18. A partir de 1869, o termo aplica-se apenas aos primeiros magistrados de Angola, Moçambique, Estado da Índia e Cabo Verde, adotando-se para os casos de São Tomé e Príncipe e de Macau/Timor a designação de governador. A partir de 1921, a designação passa a ser Alto Comissário.

portuguesas, pois era desta que resultavam os mecanismos de cooperação considerados pertinentes e eficazes, para a prossecução dos objetivos.

6.1 Os governadores gerais e a unidade de comando

Os governadores gerais, eram nomeados pelo rei, sob proposta da tutela, a quem respondiam. Entre 1836 e 1910 este cargo foi desempenhado por trinta e três indivíduos. Cinco deles exerceram o cargo por dois mandatos, nunca sucessivos⁵¹⁹, e um, Álvaro António da Costa Ferreira (1853-1933), por três. Com exceção do juiz Cabral Moncada, todos os restantes foram soldados ou marinheiros. Depois da implantação da República e até ao combate da Môngua, o cargo foi ocupado por quatro personalidades, duas em regime interino, sendo três militares.

Representavam a Coroa, nas províncias ultramarinas, aplicavam as leis emanadas das Cortes e as normas e regulamentos enviados pelo ministro da Marinha, chefiavam executivos multifacetados, embora quase sempre diminutos, e tutelavam todas as autoridades no terreno, com exceção das judiciais, podendo:

- Constituir batalhões de 2ª linha, indicando, entre estes, os destinados a reforçar as unidades de 1ª linha⁵²⁰;
- Nomear comissões municipais e atribuir aos oficiais provenientes do reino qualquer comissão de serviço⁵²¹;
- Enviar para Portugal os militares julgados incapazes de serviço em África⁵²²;
- Autorizar inspeções sanitárias extraordinárias para os voluntários da metrópole⁵²³;
- Recrutar degredados⁵²⁴;
- Tutelar os serviços administrativos das tropas através dos chefes da administração militar da província e das delegações de administração militar instaladas nos distritos, e cujos chefes eram por eles nomeados, o mesmo acontecendo com os depósitos de material de guerra e depósitos gerais de material⁵²⁵;

⁵¹⁹ Coelho do Amaral (1854-1860 e 1869-1870); Baptista de Andrade (1862-1865 e 1873-1876); Brito Capelo (1886-1892 e 1896-1897); Ramada Curto (1897-1900 e 1904-1906); Ferreira da Costa (1903-1904 e 1906-1907).

⁵²⁰ *BCU - 1893*, v. XXI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 657.

⁵²¹ *BCU - 1857-1862*, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 5.

⁵²² *BCU - 1875-1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, p. 540.

⁵²³ *BCU - 1895*, v. XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 404.

⁵²⁴ *BCU - 1894*, v. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 33.

⁵²⁵ *BCU - 1898* v. XXVI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 646-655.

- Dirigir as ações de inspeção, tanto em matérias administrativas como militares, não obstante o governo central poder nomear inspetores estranhos às províncias ultramarinas⁵²⁶.

Para além de tudo isso também eram os comandantes superiores das forças militares locais, exercendo um controlo muito atuante das políticas de defesa e segurança, o que tornava crucial as suas funções de charneira entre os patamares superiores da hierarquia estratégica e os níveis táticos e operacionais, contando-se com o facto de eles acumularem a liderança política com o comando militar, para garantir a coerência das ações de todos os agentes.

No exercício dos seus mandatos eram assessorados por diversos órgãos de conselho, os quais cooptavam membros da sociedade civil e que entre 1838 e 1869, se traduziram num Conselho do Governo, constituído por burocratas da capital, sem poderes vinculativos, e uma Junta Geral da Província de cuja constituição faziam parte delegados das câmaras municipais, podendo aconselhar sobre obras públicas e assuntos fiscais⁵²⁷. A partir de 1869, àqueles dois órgãos, a quem se introduziram algumas alterações de plantel⁵²⁸, somou-se um Conselho de Província, com tutela sobre as corporações administrativas e de contencioso, mas sem competências legislativas⁵²⁹. Mas, no fim, a eficácia destes órgãos era pouco significativa e a capacidade de intervenção dos civis no seu seio, bastante reduzida.

De todo o modo a sua atuação era estorvada por algumas limitações relevantes: a subordinação ao ministro da Marinha em Lisboa, as limitações ao nível da política de pessoal, os entraves comunicacionais, e as dificuldades de relacionamento com as expedições metropolitanas e as estações navais.

⁵²⁶ *BCU - 1868-1869*, v. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 618

⁵²⁷ A Junta Geral da Província de Angola tinha a seguinte constituição: secretário-geral do governo, procurador da coroa e fazenda, inspetor da fazenda, chefe do serviço de saúde, engenheiro principal, um professor da escola principal, dois vogais eleitos pelos comerciantes de Luanda, um vogal eleito pelos comerciantes de Benguela, um vogal eleito por cada uma das câmaras municipais da província e o bispo da diocese.

⁵²⁸ O Conselho de Governo era presidido pelo governador-geral e constituído pelos chefes das repartições judicial, militar, fiscal e eclesiástica e mais dois conselheiros escolhidos pelo governador, de entre os quatro mais votados pela Junta Provincial. A partir deste momento, passa a ser constituído pelo governador que preside e pelos secretário-geral do governo que secretaria, os juizes efetivos da relação, os dois oficiais mais graduados de 1ª linha, colocados na capital, o procurador da coroa e fazenda, o secretário da Junta da Fazenda Pública, o chefe do Serviço de Saúde, o presidente da câmara municipal da capital da província e a autoridade superior eclesiástica da província.

⁵²⁹ A constituição do Conselho de Província: governador-geral, secretário-geral do governo, procurador da coroa e fazenda, dois vogais escolhidos pelo governador-geral, sob proposta feita em lista tripla pela Junta Geral.

A subordinação a Lisboa expressava-se de modo muito particular no que reporta a matérias orçamentais, o que limitava o seu comando operacional, sempre muito exigente em matérias de despesa, sobretudo no que reporta às missões de afirmação de soberania, construção de fortes, castigo⁵³⁰ de sobas revoltados, e delimitação de fronteiras, já que para as ações de polícia, controlo dos circuitos económicos, assegurar do eficaz funcionamento da alfândega e proteção das rotas comerciais e das feiras, os fundos locais pareciam suficientes. Os mecanismos de relacionamento com os poderes metropolitanos serão abordados de modo mais desenvolvido quando, no próximo capítulo, nos debruçarmos sobre as relações entre os níveis de autoridade metropolitanos e coloniais.

Em termos de política de pessoal, apesar de serem os comandantes em chefe dos corpos ultramarinos, não tinham autoridade para fazer promoções nas forças de 1ª linha, nem para preencher vagas do quadro, abertas por reformulação de unidades, morte, ou regressos ao reino, as quais podiam ser preenchidas de acordo com as escalas de antiguidade, devendo ser consideradas provisórias até confirmação por despacho régio. Solução de recurso, e só em casos de guerra aberta, era a de o governador geral poder graduar oficiais, mas na condição de estes retomarem o posto de origem, logo após o termo do conflito.

Para assegurar a sua capacidade efetiva de comando tornava-se necessário contornar as dificuldades em fazer circular a informação por todo o sistema político e militar instalado. Recorde-se a este propósito que a divisão administrativa inicial entre reino de Angola e reino de Benguela se tinha transmutado, ao longo do século, com a penetração no *hinterland*, provocando uma orgânica de base assente na divisão territorial em distritos⁵³¹ e concelhos. À frente dos distritos, encontravam-se governadores distritais, sempre militares e dependentes do governador-geral, que tinham competências operacionais e assumiam o comando militar de toda a circunscrição administrativa sob a sua tutela. À frente dos concelhos, encontravam-se, nalguns casos, as câmaras ou comissões municipais (sem competências ao nível da defesa e segurança), constituídas pelos representantes dos moradores europeus, aí residentes, e, noutros casos, os chefes de concelho (quase sempre militares), nomeados pelos governadores distritais, e a quem competiam as tarefas de policiamento e segurança urbana, assim como a nomeação dos comandantes das divisões de 2ª linha.

⁵³⁰ Utiliza-se aqui o termo «castigar», por corresponder à terminologia utilizada nos relatórios da época.

⁵³¹ O Distrito de Benguela dividia-se nos concelhos de Benguela, Caconda, Catumbela, Dombe Grande, Egyto, Quillengues; o Distrito de Moçâmedes em Bumbo, Gambos, Huíla, Humbe, Humpata e Moçâmedes. Para além destes dois distritos, ainda existiam, no período aqui em análise, os de Luanda e Congo, criando-se em 1895, o da Lunda.

Em paralelo, os fortes e postos militares encontravam-se dispersos pelo território, muito distanciados entre si e das capitais distritais, tornando muito morosos os fluxos comunicacionais. Aliás, as propostas que foram surgindo, no sentido de substituir a organização regimental por uma estrutura de forças, assente em companhias de guerra⁵³² autónomas, em matérias táticas e administrativas⁵³³, com o objetivo, de facilitar a mobilidade, permitindo deslocações rápidas para qualquer ponto do território, foram sempre inviabilizadas porque o facto de estas companhias se encontrarem disseminadas pelo terreno, com comandos autónomos, tornava difícil o controlo político sobre a atividade operacional. Ou seja, era mais fácil aos governadores gerais garantirem o alinhamento da atuação das tropas, se elas estivessem enquadradas por regimentos ou batalhões, cujos comandantes respondiam perante eles, e faziam descer as ordens ao longa da cadeia hierárquica constituída.

Em concreto, as dificuldades comunicacionais no seio deste sistema, traduziam-se nas grandes distâncias, nas fragilidades das vias e meios de comunicação, na falta de funcionários intermédios e, por vezes, nas complexidades orgânicas, implicando, no seu conjunto, uma circulação de informação burocrática, formal e, sobretudo, demorada. As ordens circulavam, de Luanda para as guarnições, fortes ou tropas destacadas, através de notas, ofícios e portarias provinciais; dos militares para o palácio seguiam, por vezes, relatórios mais ou menos circunstanciados, requisições logísticas, boletins disciplinares e, outras vezes, nada. O tempo entre o envio e a receção desta informação variava de acordo com a distância, com a época do ano e as características topográficas e climatéricas de cada território, mas era sempre muito alargado, facilitando a autonomia dos *men on the spot*, fossem eles os governadores de distrito, os comandantes das fortalezas, postos ou destacamentos, ou até mesmo os chefes de concelho e das câmaras municipais.

Ou seja, na prática, estes homens no terreno tinham uma grande autonomia operacional, não sendo raras as vezes onde contrariavam ou contornavam diretivas emanadas através das cadeias de comando estabelecidas.

Limitações muito significativas eram as resultantes das dificuldades de relacionamento com as tropas expedicionárias provenientes da metrópole, com os comandantes das estações navais em Luanda, e, noutro patamar, a relação dos governadores de distrito com os comandos operacionais em campanha.

⁵³² Estas companhias contariam com contingentes máximos de 289 homens, e eram comandados por um capitão.

⁵³³ *BCU - 1895*, v. XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 347-357.

No primeiro caso, as situações são diversas, mas o problema resulta do facto de alguns comandos expedicionários considerarem dever responder ao ministro em Lisboa, não se julgando subordinados às autoridades locais. Embora esta situação se torne problemática, no quadro dos conflitos do período da Grande Guerra, na verdade, ela só se encontrava prevista para situações determinadas pelo poder político central, caso contrário, as expedições chegadas aos teatros de operações angolanos deviam submeter-se à autoridade do governador-geral.

A propósito das relações com os comandantes da estação naval, a questão é mais complexa. Como toda a despesa feita com os navios e suas tripulações era paga pela metrópole e não pelos fundos provinciais, os laços de dependência hierárquica entre Luanda e o comando da frota tendiam a ser difusos e pouco claros. Na década de 1840, o comandante da estação era independente do governador-geral, originando situações de grande conflitualidade, como as verificadas quando Pedro Alexandrino da Cunha (1801-1850) comandou a frota e acusou o governo local de falta de colaboração na repressão ao tráfico, exigindo o controlo de todas as embarcações do estado, estivessem ou não, sob alçada da estação naval⁵³⁴.

Perante a oposição do Conselho de Governo, então no exercício interino do poder executivo, Pedro Alexandrino terá patrocinado um golpe de mão para o destituir, originando grande tensão entre as forças de terra e mar, chegando a rezeir-se confrontos violentos entre elas. Alexandrino acabará por assumir o poder político, em acumulação com o comando da estação naval, inaugurando um período decisivo, no combate aos negreiros. Contudo, as disposições legais nunca se adequaram a esta situação de facto, não se tendo aproveitado para desenhar mecanismos propiciadores de coordenação, entre o poder político, os navios e as forças terrestres e, terminada esta experiência, regressados os comandos duais, voltaram as tensões.

Ainda nos finais da década de setenta do século XIX, publicaram-se normativos tendentes a normalizar estas relações, tendo-se instituído a obrigação dos comandantes navais se submeterem às autoridades políticas locais, prestando-lhes todo o apoio solicitado, aceitando-se, como exceção, as matérias referentes à repressão do tráfico de escravos, nas quais a frota continuava autónoma, como consequência de, nesta matéria, Lisboa nunca ter escondido a profunda desconfiança, em relação aos governadores-gerais, muitos deles acusados de protegerem os negreiros.

Porém, e mesmo assim, como a frota sofria de um crónico défice de pessoal e as embarcações eram escassas e estavam em mau estado de conservação, os oficiais da Marinha

⁵³⁴ PORTUGAL. Arquivo Histórico da Marinha (AHMarinha), Estações Navais Angola – Caixa 319, Maço 1843-1866, Pasta 6 de 18 de agosto de 1843.

recusavam, com frequência, os pedidos de transporte de pessoal, carga ou correio, não os considerando prioritários para a sua missão, criando-se fricções intensas entre os navios e o palácio. Estas fricções costumavam ser ultrapassadas pelo reforço do relacionamento pessoal entre os detentores dos cargos, mas isso não escondia a necessidade de formalizar os procedimentos, motivo pelo qual se acabou por legislar a impossibilidade dos governadores-gerais requisitarem oficiais embarcados, para prestarem serviços não previstos nas missões da frota⁵³⁵, e a obrigação dos comandantes navais acederem a qualquer solicitação dos governadores-gerais, em matérias referentes a situações de proteção a cidadãos nacionais, transporte de tropas para teatros de operações, fornecimento de mantimentos, utilização da artilharia embarcada para defender fortalezas sob ameaça, asilo a bordo para cidadãos nacionais ou de países aliados, e o desembarque da guarnição, em casos de rebelião ou ataque externo de grande monta.

Mais tarde, com a instauração da República, esta situação será resolvida com a criação da Marinha colonial, sujeita aos poderes locais, mas com funções técnicas e securitárias, deixando as missões de soberania para a Marinha de guerra metropolitana, como se explicou num capítulo anterior.

A terceira das situações, que diagnosticamos como menos clara em termos de ordenamento jurídico, remete-nos para o facto de os governadores de distrito serem equiparados a general de brigada⁵³⁶ (mesmo nos casos raros de serem civis), e, por esse motivo, quando decidiam participar nas operações no terreno, assumiam o comando operacional, mesmo quando nos corpos existiam militares mais graduados, o que não sendo muito frequente chegou a suceder, gerando momentos de pressão e rivalidade, no seio das tropas em campanha, como os acontecimentos de Pembe demonstram, quando alguns oficiais, por serem mais antigos, não aceitaram de bom grado a autoridade de João Maria de Aguiar, governador da Huíla e, por inerência, comandante da expedição.

Todas estas situações se oferecem como limitações concretas a uma plena unidade de comando por parte dos governadores gerais, e, na realidade operacional, quando somadas a questões pessoais e a diferentes perspectivas táticas, e às vezes até estratégicas, conduziram a alguns momentos problemáticos no relacionamento entre Luanda e os comandos operacionais, como se adivinhou na descrição das operações militares desenhada noutro capítulo, mas que

⁵³⁵ BCU - 1886, v. XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 89.

⁵³⁶ No distrito de Benguela, um dos mais importantes do ordenamento administrativo angolano, entre 1822 e 1910, exerceram o cargo de governador oitenta e três militares, entre os quais dois coronéis, dois capitães-de-fragata, oito tenentes-coronéis, oito capitães-tenentes e vinte e seis majores, mas todos os restantes (quase 50%) foram capitães e oficiais subalternos.

aqui podemos recuperar, para desenvolver dois dos seus momentos mais paradigmáticos: as relações entre Paiva Couceiro e Brito Capelo ou Cabral Moncada e Teixeira Moutinho.

Concretizando, em 1890, Paiva Couceiro marchava para o Barotze, numa missão de reconhecimento, com vista a uma posterior ocupação militar, facilitadora do avanço para Moçambique, quando, por consequência dos desenvolvimentos do ultimato britânico, recebeu ordens do governador-geral Brito Capelo, para alterar os seus planos e dirigir-se para sul, onde deveria estabelecer relações de vassalagem com autoridades locais. Desconhecendo os motivos da alteração de planos, Couceiro manifestou o seu desacordo, fazendo tenções de prosseguir para norte, procurando aliados entre povos adversários do soba do Barotze, em terras onde poderia encontrar caminhos para o avanço, em direção à costa leste.

Instado pelos patamares políticos em Lisboa, Brito Capelo insiste na necessidade de Paiva Couceiro não se aproximar do Zambeze. Não se podia correr o risco de entrar em choque com a Inglaterra e, por isso, as intenções de Couceiro, no terreno, tinham de se acomodar às disposições estratégicas da diplomacia portuguesa, apesar dos seus protestos, e de reportar para Luanda a impossibilidade de inverter a marcha em direção ao sul, por falta de carregadores. Todavia, acabará por o fazer.

O segundo exemplo remete para o quadro dos conflitos no Bailundo, quando a informação desencontrada e os diferentes entendimentos operacionais geram hesitações e falta de coordenação no desenvolvimento das operações, para além de trocas de palavras amargas entre Teixeira Moutinho, governador do distrito de Benguela e comandante da coluna sul, e o governador-geral Cabral Moncada.

Moutinho, desde fevereiro, que reportava para Luanda o agudizar da conflitualidade na região do Bié e Bailundo, considerando fundamental desfeitear o soba do Huambo, por ele entendido como o foco de destabilização de toda aquela vasta região. Se este soba não fosse derrotado, a conflitualidade, no Bailundo, tornar-se-ia endémica, e para lá teriam de ser enviadas forças todos os anos, afirmava. Mas, essa não era a perspetiva do governador-geral, para quem o Huambo se tratava de uma questão marginal e dispersiva; importava derrotar o foco de subversão, ativo no Bailundo, e depois irradiar forças rápidas para o Bié e Moxico, estabilizando as linhas de comunicação, levantando postos militares estratégicos, onde se deveriam posicionar algumas guarnições.

Iniciadas as operações de repressão à revolta do Bailundo, Moutinho decide seguir a rota de Caconda, por ele considerada mais segura, e por lhe permitir fazer escala no Huambo, cuja capital desejava ocupar. No futuro, Cabral Moncada virá manifestar a sua estranheza por esta opção, por achar esta rota mais demorada, recriminando ainda o governador de Benguela por

ter permanecido muito tempo, em Caconda, esperando reforços, assim comprometendo a tática de tenaz preconizada, e permitindo aos bailundos concentrarem forças para enfrentarem a coluna do norte. O governador de Benguela considera estas críticas sem sentido, pois afirma nunca ter recebido ordens explícitas para avançar por outro caminho e, porque tendo saído de Caconda, a 1 de agosto, e chegado ao Bailundo, a 22 do mesmo mês, conseguiu derrotar o Huambo, impedindo-o de apoiar os revoltados mais a norte.

Outra crítica de Cabral Moncada foi o facto de Teixeira Moutinho, na sua marcha, ter conquistado a Quissala, retirando depois, sem lá deixar qualquer guarnição, contrariando as suas indicações de instalar e guarnecer postos militares estratégicos. Moutinho justifica a sua opção pelo facto de não considerar aquela localidade um objetivo estratégico e porque a divisão das suas forças o tornaria mais frágil, para empreender o assalto ao Huambo, o seu objetivo principal.

Ao mesmo tempo, e de acordo com práticas costumeiras, o governador de Benguela recorreu ao apoio de forças bóeres, com elas estabelecendo um contrato escrito, o qual, depois de analisado por Moncada, será considerado dispendioso, antipolítico e antimilitar.

Concluindo, quando as tropas das duas colunas se encontram no Bailundo, Moutinho não considerou concluída a sua missão, nem cedeu o comando da sua coluna a Massano de Amorim, como era a expectativa de Cabral Moncada, tendo disponibilizado alguns dos seus homens para seguirem para o Bié e para o Moxico, mas não desmobilizando o restante da sua força, por considerar importante manter as operações, de modo a ocupar o Sambo e pacificar o Huambo⁵³⁷.

6.2 As Relações com os povos indígenas

A Teoria Geral preocupa-se com a guerra e, nessa medida, considera fundamental a procura e a criação de mecanismos de unidade de esforços entre os militares e as entidades civis presentes nos teatros de operações, mas, no caso em apreço, e por via da relação colonial, esta dimensão assume dimensões complexas. Muitas vezes o inimigo é o civil e a colaboração entre os poderes tradicionais e as autoridades militares tende a ser construída na base de mínimos denominadores comuns, não tornando fáceis ou eficazes os modos de coordenação.

Como já se percebeu, os europeus, por norma, não tinham dificuldade em obter superioridade nos campos de batalha, mas logo após a retirada das tropas, o seu poder efetivo sobre os povos (embora não sobre os mapas) tendia a tornar-se difuso, virtual e, por isso, muitas vezes, dependente de alianças com as autoridades tradicionais, as quais se podiam constituir

⁵³⁷ MOUTINHO, cit. 376, pp. 190-204; MONCADA, cit. 381.

como estratégicas, se encaradas de uma forma mais ampla de relacionamento social, económico e cultural.

Neste capítulo, pretendemos esclarecer o modo como as autoridades portuguesas entenderam esta problemática e, para isso, consideramos relevante avaliar o conhecimento que, nos seus contornos funcionais mais amplos, elas registavam sobre as populações locais, pois diferentes maneiras de perceber o «outro» implicam diferentes maneiras de com ele se relacionar. Ou seja, pretende-se avaliar os modos como o saber se transforma em política e, por esse motivo, a averiguação das dimensões teóricas, ao nível da relação entre saber e poder em quadros coloniais, assume-se como momento inicial desta fase do estudo. De seguida, procederemos à caracterização dos agentes produtores de conhecimento, atendendo ao seu posicionamento institucional e académico para estabelecermos uma síntese das grandes temáticas por eles abordadas, integrando-as nas correntes ideológicas enformadoras do olhar sobre o «outro» não ocidental.

Sendo certo que na generalidade dos casos estes agentes (missionários, funcionários administrativos, militares situados em patamares operacionais), não se encontravam em posições de efetiva capacidade de concretização dos seus planos, as suas reflexões apelam para dimensões muito práticas (nem sempre convergentes) de relacionamento com os povos indígenas, acabando por exercer influência nos patamares de decisão, como se explicará.

6.2.1 Conhecimento e poder

O propósito deste trabalho não é desenvolver qualquer tipo de estudo etnológico ou antropológico, com recurso aos posicionamentos mais atualizados destas áreas de estudo, para depois caracterizar as populações africanas do período e espaço em apreço; o enfoque de partida é outro e consiste em perceber qual é o tipo de dados respeitantes às populações nativas, inscritos como conhecimento pelos agentes portugueses no terreno, e qual a utilização que estes fazem desse corpo de informações.

Isto significa perceber se o conhecimento tem capacidade de se transformar em política e implica estudar, em termos teóricos, a relação entre saber e poder em quadros coloniais, remetendo de imediato para os debates resultantes das posições assumidas por Edward Said, no seu livro *Orientalism*⁵³⁸ de 1978. No essencial, Said defendia a ideia de que todo o conhecimento produzido pelas potências coloniais, a propósito do oriente, se esgotava na sua vertente de estratégia de dominação, perdendo, deste modo, grande parte da sua capacidade de

⁵³⁸ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

descrição objetiva e neutra do real. Tratava-se, portanto, de conhecer para invadir, descrever para dominar.

Embora estes argumentos se fundamentem nas realidades orientais, a sua capacidade explicativa cedo lhes conferiu aplicabilidade analítica para todo o edifício colonial ocidental, mas, em simultâneo, também suscitou o eclodir de várias reflexões de pendor mais crítico, por parte de quem não considerava inviável identificar autores preocupados com a apreensão da realidade cultural exógena de *per si*⁵³⁹, sem quaisquer fins utilitários de facilitação de estratégias de dominação.

Logo, estas perspetivas críticas contestam o aparente determinismo do autor palestino, quando assume a existência de planos de dominação coerentes, unitários, autónomos, integrados e capazes de serem impostos pelas macroestruturas políticas metropolitanas, assim como a ausência absoluta dos povos indígenas das estratégias de dominação⁵⁴⁰, e por isso, validadas pelo cotejar atento e comparativo da realidade histórica, essas perspetivas permitem consolidar uma noção de colonialismo como um processo em construção, muitas vezes casuístico e errático, com dificuldades várias para impor as suas estruturas e visões, e onde as populações subjugadas não perdem em absoluto a capacidade de participar na construção das narrativas imperiais, por via de processos de colaboração.

Uma área onde esta discussão parece ter assumido contornos significativos respeita à antropologia, quando alguns investigadores identificam, na sua génese, uma vertente de mero servilismo, face aos poderes coloniais⁵⁴¹. Para estes entendimentos, o conhecimento do outro não europeu, produzido pelas estruturas da antropologia clássica, não passaria assim de uma forma de construir um determinado conhecimento, facilitador da dominação colonial.

Estas perspetivas ganharam particular relevância, nos contextos da descolonização da segunda metade do século XX, assumindo como réu involuntário a antropologia social britânica, acusada de acreditar na inevitabilidade dos processos de dominação colonial e de não valorizar que, mesmo na dimensão filantrópica onde assentava a sua auto imagem, os mecanismos de atuação junto das comunidades eram sempre externos e muitas vezes se

⁵³⁹ OLIVEIRA, Arison. Edward Said e o orientalismo alemão, *Ciências & Letras*, Porto Alegre, 2012, n. 52, pp. 207-226.

⁵⁴⁰ Na sua obra *Culture and Imperialism* de 1993, o próprio Said aceita esta contestação e valoriza o papel dos povos dominados, no processo de construção dos conhecimentos coloniais. SAID, Edward *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia de Bolso, 2009.

⁵⁴¹ Uma das obras mais acutilantes na crítica à relação da antropologia com o colonialismo continua a ser: LECLERC, Gerard. *Anthropologie et Colonialisme*, Paris, Fayard, 1972.

alicerçavam na violência e na dominação⁵⁴². Destas críticas decorre uma revisão crítica do papel do antropólogo, enquanto agente direto do poder, ou seja, enquanto produtor/inspirador (por vezes executor) de mecanismos concretos de implementação de estratégias políticas e administrativas de submissão, e, nessa medida, elas também fazem sentido para o período aqui em causa, permitindo problematizar a questão dos instrumentos colocados em jogo nos modos de relacionamento entre as hierarquias militares e os poderes civis indígenas, num quadro de análise sistémico, onde se considere o antes, o durante e o pós-guerra.

6.2.2 Quem conhece?

No quadro da nossa investigação, a resposta à questão que intitula este subcapítulo pode ser dada pela seguinte dicotomia: homens no terreno/académicos, em que os primeiros atuam de forma hegemónica, durante quase toda a centúria de oitocentos, despontando os segundos, de forma tímida, nas suas duas últimas décadas.

Todos eles próximos das estruturas formais ou informais do poder caracterizavam-se por uma homogeneidade significativa em termos ideológicos, permitindo tornar desprezível a sua heterogeneidade social e funcional. Ou seja, apesar das diferentes origens sociais e modos de inserção nas realidades africanas, a sua inclusão, na órbita do poder colonial, conferia-lhes um quadro mental e ideológico de observação sobre o outro extraeuropeu, expresso por um conjunto de conceitos, porque não dizer preconceitos, idênticos na sua essência.

Falamos de noções como a aceitação acrítica da ideia de inferioridade do nativo, a qual, ultrapassando o posicionamento social, as sofisticações teóricas e os posicionamentos políticos ou filosóficos de cada um, se traduzia numa série de imagens de profunda negatividade, onde a embriaguez, a preguiça, a devassidão e a boçalidade se constituíam como meros exemplos.

No seio dos *men on the spot*, destacam-se os missionários, os funcionários administrativos e os militares, e nem a mutação do sistema político internacional de meados do século XIX, implicando uma maior aposta no conhecimento como processo facilitador de narrativas de apropriação efetiva, lhes retira a preponderância na produção do conhecimento sobre o outro colonial. Para Rui Pereira⁵⁴³, esta preponderância, que ele ainda identifica no período do Estado-Novo, implicou a produção de investigação alinhada e ao serviço dos poderes coloniais. Pereira reflete sobretudo a propósito do período do Estado Novo, mas as suas conclusões

⁵⁴² PEREIRA, Rui. A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina, *Antropologia Portuguesa*, v. 7, 1989, p. 63.

⁵⁴³ PEREIRA, Rui. Colonialismo e Antropologia: a Especulação Simbólica, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11: 1989, pp. 269-81.

parecem ser aplicáveis ao período cronológico aqui analisado, mesmo sabendo que os interesses das elites locais, nem sempre foram convergentes com os propósitos estratégicos metropolitanos.

Já na produção académica oitocentista, os historiadores da antropologia portuguesa identificam escassa preocupação com as realidades ultramarinas, pois a preferência encontrava-se naquilo que Georges Stocking apelida de antropologia de «construção da nação», ou seja, de compreensão das comunidades nacionais, valorizando sobretudo a análise das comunidades rurais em detrimento das ultramarinas⁵⁴⁴. No caso português, esta faceta verifica-se nos trabalhos de Leite de Vasconcelos, Rocha Peixoto, Bernardino Machado ou Teófilo Braga e expressa-se no desenvolvimento dos estudos etnológicos.

Para o investigador João Leal, este incremento das pesquisas, onde se procurava o solidificar do discurso de identidade nacional, em paralelo com a debilidade e dependência do Império português, terá contribuído para a incipiência dos estudos académicos sobre os povos coloniais e para o seu foco quase exclusivo no campo da antropologia física⁵⁴⁵, como se revela nos trabalhos de Eusébio Tamagnini (1880-1972) , em Coimbra, de Mendes Correia (1888-1960)⁵⁴⁶ , na Universidade do Porto e do militar Fonseca Cardoso (1865-1912)⁵⁴⁷, capitão-mor do Moxico, entre 1902 e 1906, e considerado pelo professor do Porto como o fundador da antropologia colonial portuguesa⁵⁴⁸.

⁵⁴⁴ Utiliza-se aqui a conceptualização de Georges Stocking quando ele afirma existirem duas correntes na antropologia de finais do século XIX. Uma seria a de «construção do império» e outra de «construção da nação», mais centrada nas questões de identidade nacional e por isso no estudo das comunidades rurais europeias. STOCKING, Georges. Afterword: A view from the center, *Ethnos*, 47, 1982, pp. 172-186.

⁵⁴⁵ LEAL, João. A Antropologia Portuguesa entre 1870 e 1970: Um Retrato de Grupo, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 27-61.

⁵⁴⁶ Sobre a vida e obra de Mendes Correia ver: MATOS, Patrícia Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do séc. XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Doutoramento em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2012.

⁵⁴⁷ Sobre a vida e obra de Fonseca Cardoso (FC) ver: ROQUE, Ricardo. *Antropologia e Império*, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Histórica, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1999. FC começou por se interessar pelos estudos antropológicos, na linha da *anthropologie* dos franceses Paul Broca e Paul Topinard, tendo fundado, em 1887, a Sociedade Científica Carlos Severo, sendo então a sua preocupação as questões relativas às origens étnicas nacionais e à diversidade de tipos humanos, no território nacional; mas, ao cumprir missões na Índia e em Angola, acabou por empreender estudos sobre essas populações, publicando «*O indígena de Satary. Estudo antropológico*», Porto, 1896, que se trata de um conjunto de observações antropométricas no vivo a 44 prisioneiros satarienses.

⁵⁴⁸ CORREIA, Mendes. *A Escola Antropológica Portuense*, Lisboa, [s.n.], 1941, p. 17. Entre 1916 e 1918 publicou vários trabalhos com base nas notas recolhidas por Fonseca Cardoso em Angola: CORREIA, Mendes. Antropologia Angolense – Quiocos, Luimbes, Luenas e Lutchazes, *Archivo de*

6.2.3 O que se conhece

Antes da apresentação mais concreta do conhecimento registado em ambos os lados daquela relação dicotómica, homens no terreno/académicos, começemos por prestar atenção às visões ideológicas que então enquadravam o olhar sobre o «outro», que se construía em torno de posicionamentos binários, assentes em noções eurocêntricas de superioridade/inferioridade, e onde, em termos de teorias explicativas da origem do Ser Humano, a dicotomia entre as interpretações monogenistas e poligenistas foi marcante durante boa parte do século XIX.

Os primeiros defendiam a existência de uma única espécie humana criada por Deus e, por isso, as diferenciações entre as raças correspondiam a processos de degeneração, resultantes do afastamento progressivo que, ao longo da história, se verificara de um centro mítico (o paraíso) para as periferias mais inóspitas. Para estes, as populações negras eram identificadas como aquelas onde os processos de degeneração tinham sido mais intensos. Para os segundos, confrontados com o aprofundar das assimetrias, causadas pelo desenvolvimento industrial, parecia óbvia a divisão do género humano em várias espécies, com diferentes origens e marcadas por profundas diferenças, traduzidas em caracteres biológicos identitários específicos.

Por consequência, era importante o estudo das características físicas, podendo provar-se a inferioridade dos nativos, por via de processos comparativos entre o tamanho dos crânios e a medição dos esqueletos.

Na segunda metade do século XIX, o progressivo consolidar das noções evolucionistas, contribuindo para ultrapassar o debate entre poligenistas e monogenistas, permitiu a retirada da explicação metafísica e o colocar do homem, na escala da natureza, abrindo, deste modo, o caminho para a afirmação de que as raças não ocidentais correspondiam às fases originais da evolução das espécies, encontrando-se, assim, em patamares mais atrasados, num entendimento histórico assente em lógicas de progresso.

Raça degenerada, em etapas mais atrasadas da evolução, ou mesmo uma espécie diferente da raça branca ocidental, foram estas as visões mais veiculadas sobre o africano, em grande parte do séc. XIX. Uma vez é o «bom selvagem», outras o mau; mas é sempre despojado de qualquer humanidade, coisificado como objeto de evangelização ou de exploração capitalista, colocado fora da história e da moral, sem quadros de referência metafísicos, simbólicos ou políticos, sem religião, território ou estado.

Anatomia e Antropologia, Lisboa, Instituto de Anatomia da UL, II, n.º 4, 1916, pp. 323-356; CORREIA, Mendes. *Antropologia Angolense II*. Bi-N' Bundo, Andulos e Ambuelas-Mambundas, *Archivo de Anatomia e Antropologia*, IV, n.º 2-3, 1918, pp. 283-321.

Alguns podem considerar o africano como um selvagem incorrigível, perigoso, de quem se deve desconfiar; outros, posicionando-se de modo mais paternalista, podem acreditar nos efeitos benfazejos da fé, da escola ou do estado, como elementos redentores da selvajaria neles vislumbrada. Contudo, ninguém se posiciona em patamares próximos de qualquer discurso igualitário, relativista, de aproximação cultural, próximo do que, a partir de finais do século XIX, será defendido pelas correntes antropológicas americanas, herdeiras dos trabalhos de Franz Boas⁵⁴⁹.

Estas considerações são aqui relevantes, por permitirem entender que para quem se posicionava num universo analítico de raiz monogenista ou evolucionista, a viabilidade de conduzir as sociedades primitivas às supostas maravilhas da civilização ocidental, implicava a imposição dos modelos culturais ocidentais, e para tal não era imprescindível o uso da força. Para os crentes na poligenia, como o género humano se dividia em espécies diferentes, e a inferioridade de algumas era inegável, os processos de aculturação eram inviáveis, só restando a implementação de métodos de domínio e subjugação, onde qualquer modelo colaborativo era entendido como irracional.

Em concreto, no caso português, embora no século XIX se tenha começado a esboçar, em certos setores das elites políticas⁵⁵⁰, o mito da especificidade da colonização portuguesa, que seria distinta das restantes pela capacidade de atuar sem preconceitos, colonizando em vez de exterminar, aproximando sem espoliar, o discurso dominante veiculado por via da imprensa e do senso popular, não se encontrava alinhado com essas noções, preponderando as imagens veiculados pelos agentes colocados em jogo pelos processos da ocupação colonial, os quais se exprimiam por via de crónicas de viagens, memórias, relatórios ou cartas, sem qualquer tipo de preocupação metodológica, rigor científico ou enquadramento teórico, limitando-se a dar conta das suas experiências e das suas opiniões.

Por norma, este conhecimento não excedia as descrições do exótico e do ridículo, insistindo nas descrições de indígenas apatetados de boca aberta, ou sobas com roupas europeias que mal lhes serviam, acrescentando-se, por vezes, narrações acríicas da vida material, social e política,

⁵⁴⁹ Franz Boas (1858-1942), antropólogo americano de origem germânica, teve um papel determinante na evolução da antropologia moderna, ao afastar as explicações raciais deterministas então predominantes, as quais consideravam raça e cultura como fenómenos interdependentes, considerando, numa perspetiva evolucionista, que os povos em graus de desenvolvimento mais primitivo ostentavam culturas inferiores. As suas ideias abriram caminho para estudos culturalistas e relativistas das sociedades humanas, evitando noções de superioridade e permitindo a valorização dos contextos culturais específicos, colocados fora das lógicas evolucionistas lineares de evolução primitivo/selvagem/civilizado.

⁵⁵⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Contra o Vento. Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2017, p.14.

dando-se particular destaque à averiguação das potencialidades, ao nível de recursos, e à identificação de territórios salubres, acessíveis para a implementação da colonização branca⁵⁵¹. Também não escasseiam análises sobre os rituais, as práticas quotidianas, o papel social das mulheres, as técnicas de construção, as táticas de combate, as línguas e a geografia, as instituições, os poderes dos sobas e dos seus vários ministros, ou catalogações taxonómicas que visavam diferenciar as populações em grupos mais ou menos autónomos, em jeito de inventários étnicos⁵⁵².

No essencial, e não obstante os diferentes contextos redaccionais, a generalidade destas análises, muito condicionadas pelos limitados conhecimentos do terreno, pelas grandes dificuldades terminológicas e metodológicas e pela ausência de abordagens contextuais e de contributos dos nativos, tratava, sobretudo, de provar a deficiência das sociedades africanas e de justificar a necessidade de modelos de subjugação, direta ou indireta, mediata ou imediata.

De todo o modo, foram essas construções, como formas de conceder alguma racionalidade interpretativa, a conduzir muita da reflexão militar, mesmo ao nível da aproximação e do diálogo, perante as instituições civis nativas. Mesmo a busca de mecanismos de colaboração, por norma divisivos, assentava nas lógicas taxonómicas, pois a aproximação a determinadas comunidades era vista como um mecanismo facilitador de subjugação de outras; acreditando-se, para tal, na existência de processos de identificação grupal muito sólidos e homogéneos, que estariam na origem de supostas inimizades naturais, passíveis de serem capitalizadas pelo esforço militar português.

Contudo, a realidade no terreno, nem sempre confirmou essas perceções, pois, não obstante, a existência de processos de identificação grupal assentes em redes de relacionamento pessoal ou familiar, e por vezes sustentados em processos de sacralização, eles nem sempre implicaram diferenças irreconciliáveis ou divergências permanentes entre grupos africanos, como supunham as autoridades portuguesas, que assim foram muitas vezes surpreendidas, quando determinadas alianças, assumidas como garantidas ou permanentes, acabavam por não se concretizar ou se revelavam efémeras.

⁵⁵¹ MALHEIRO, Alexandre. *Chronicas do Bihé*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1903.

⁵⁵² Héli Chatelain (1859-1908), foi o percussor dos trabalhos de catalogação taxonómica, era um missionário protestante suíço, que chegou a Angola, em 1885, tendo-se destacado pelo estudo da literatura e gramática Kimbundu, assim como dos costumes tradicionais dos Ambundu. Acreditava na capacidade de os povos de Angola se autogovernarem e foi muito crítico do sistema português de exploração laboral dos indígenas.

Entretanto, nos setores acadêmicos, os princípios teóricos preponderantes colocavam-se numa posição de crença na impossibilidade de os nativos ascenderem aos patamares do desenvolvimento de tipologia ocidental, derivado da sua radical inferioridade, a qual, advinda da natureza, se expressava nas diferenciações anatómicas. Ou seja, a diferença entre os homens não se explica pelo ambiente ou pela cultura, mas pelas dimensões do crânio e dos corpos, que importava estudar, abrindo-se o caminho para uma antropologia física, focada nos corpos dos indígenas, entendidos como objetos de investigação e concentrando os seus esforços em complicadas e minuciosas operações, comparativas de medição de crânios e pesagem de esqueletos. A antropologia tornava-se, assim, antropometria e craniologia e o aparato tecnológico envolvente dava-lhe uma aura de racionalidade e cientificidade, ajudando à sua popularidade.

Esta antropologia física foi hegemónica na academia, até aos anos cinquenta do século XX, e grande parte dos investigadores dedicou-se, deste modo, ao estudo do diâmetro dos crânios, do comprimento do buraco occipital, da altura e largura nasal, da altura facial, dos índices cefálicos, do vértico-longo e do vértico-transverso, assim como do estéfano-zigomático e dos gnáticos, não se permitindo, desta maneira, um grande desenvolvimento para as aproximações de tipo cultural ou social⁵⁵³, não sendo, por isso, de grande utilidade operativa para quem se move no real.

6.2.4 Como se utiliza

Aqui chegados, cumpre então procurar a resposta para a nossa questão central: existiram, em Angola, no período em análise, tentativas de aproximação às populações indígenas que, partindo do conhecimento construído, as desejassem dominar, por vias não agónicas? Convocando-as para processos colaborativos. A resposta a esta questão pode parecer óbvia, senos recordarmos dos vagos discursos, em torno dos esforços evangelizadores e educacionais, mas merece ser pesquisada com mais detalhe, de modo a avaliar o nível de integração, planeamento e efetividade dessas putativas aproximações.

Tal esforço só é possível por via da análise do pensamento de alguns dos agentes no terreno e exige uma distinção prévia entre quem, girando em torno dos círculos do poder, não integrava as suas estruturas formais, e quem, pelo contrário, assumiu cargos políticos, administrativos e militares em vários patamares da hierarquia colonial.

⁵⁵³ Para uma análise histórica da evolução da Antropologia em Portugal ver MATOS, cit. 546 pp. 37-89.

Como paradigmáticos da primeira categoria, salientamos António Francisco Nogueira (A.F. Nogueira⁵⁵⁴), Augusto Bastos (1873-1936)⁵⁵⁵, o padre José Maria Antunes (1856-1928)⁵⁵⁶ e Quirino Avelino de Jesus (1865-1935)⁵⁵⁷, o diretor da revista de ação missionária *Portugal em África*.

No segundo grupo, incluímos operacionais como Albano Augusto Pais Brandão (?-1943)⁵⁵⁸, Artur de Paiva ou João de Almeida, para além dos governadores-gerais, e não devemos esquecer o facto de os primeiros não se limitarem a dirigir as operações de guerra, pois também acumulavam muitas das principais funções políticas e administrativas, enquanto os governadores se encontravam na posição paradoxal de possuírem os vastos poderes formais supra explicitados, embora, por via de múltiplos constrangimentos, nem sempre lhes conseguissem dar plena utilização.

Analisemos então, cada um desses casos.

Em relação a A.F. Nogueira e Augusto Bastos, as suas convocatórias, para esta narrativa, resultam de dois elementos analíticos: a possibilidade de demonstrar o modo como a diferenciação de posicionamento perante o «outro» condiciona a função utilitária do

⁵⁵⁴ António Francisco Nogueira foi comerciante, agricultor, bancário e etnógrafo amador. Instalou-se em Angola, em 1849, proveniente de Pernambuco. Publicou vários artigos em jornais da metrópole e de Angola, para além do livro *Raça Negra*, em 1880.

⁵⁵⁵ Augusto Bastos, angolano mestiço, tem uma extensa obra publicada em revistas, jornais e livros, sobre os mais diversos assuntos como filologia, etnografia e história, para além de ficção e poesia. Educado na metrópole, acreditava nas virtudes do sistema colonial para o desenvolvimento das populações africanas através da educação. Para uma análise mais profunda da sua obra ver: COSTA, Cátia Miriam. *Continuidades e Descontinuidades da Colonização Portuguesa. Literatura e Jornalismo entre a Utopia e a Realidade*, Tese apresentada à Universidade de Évora, para obtenção do Grau de Doutor em Literatura, Évora, 2014, pp. 44-74, 130-151, 318-331.

⁵⁵⁶ José Maria Antunes, Missionário da Congregação do Espírito Santo, foi durante vinte e três anos superior da missão da Huíla, deveu-se a sua ação à fundação de várias missões em Angola.

⁵⁵⁷ Quirino de Jesus, advogado, especialista em assuntos coloniais, defensor das posições da igreja católica, colaborou com vários periódicos católicos, foi deputado às cortes, durante a Monarquia Constitucional, colaborador da Seara Nova, apoiante de Salazar, foi um dos ideólogos do Acto Colonial de 1930 e terá participado na elaboração da Constituição de 1933.

⁵⁵⁸ AHM Cx. 308 (Processo individual). Apenas consta nota biográfica de jornal não identificado, dando notícia da morte, em Coimbra, do então coronel Albano Augusto Pais Brandão e referindo os seus principais feitos militares, em Angola. Não indica data, nem local de nascimento. Chegou a Angola, em 1893, com o posto de alferes. Combateu no Libolo, sob as ordens de Padrel. Promovido a tenente, em 1899, voltou ao Libolo para submeter os rebeldes e destacou-se, mais tarde, na defesa da fortaleza do Bailundo. Entre 1902 e 1904, combateu nas regiões de Mucengo, Quissoma e da Songa, no concelho de Novo Redondo. Em 4 de fevereiro de 1905, assumiu o cargo de governador do distrito de Benguela e, no mesmo ano, tomou o comando das operações na Quibala e na Quissola. Assumiu, em 1913, o cargo de capitão-mor do Ambriz e, em 1915, do Duque de Bragança. Reformou-se, em 1918, no posto de tenente-coronel e, em 1920, foi promovido ao posto de coronel. Além de distinguido com muitos louvores, possuía dois colares da Torre e Espada (cavaleiro e comendador), era grande oficial da Ordem de Aviz e detentor da medalha de ouro de serviços distintos no ultramar.

conhecimento e o facto de, não obstante as suas idiossincrasias, as suas divergências de visão se revelarem exemplares das principais noções em circulação no terreno.

Nogueira, tendo vivido mais de uma década na região de Moçâmedes, descreve as populações negras como pacíficas, hospitaleiras, nada tendo de despóticas, possuindo instituições políticas e judiciais funcionais, formas artísticas apuradas, alguns conhecimentos astronómicos e médicos e atividades industriais e agrícolas desenvolvidas. Contudo, são ingénuas e primitivas, importando civilizá-las. Mas, para isso, recomenda meios não violentos, recorrendo à escola, utilizando a sua língua, respeitando os seus usos e costumes, pagando as portagens exigidas para atravessar as suas terras, pedindo audiências prévias aos sobas, incrementando melhoramentos materiais e incentivando o trabalho livre e bem remunerado. Desta forma, seria possível recorrer aos chefes nativos para aplicarem a justiça em primeira instância, formar as tropas de 1ª linha, apenas com forças indígenas e criar hábitos de consumo não limitados às armas e ao álcool, contribuindo, assim, para o desenvolvimento global da economia angolana⁵⁵⁹.

Muitos criticam as suas ideias de civilizar os nativos, em vez de reforçar a presença militar, por verem aí o perigo de uma futura independência de Angola, mas, em relação a isso ele responde:

«Mas dado que afinal a colónia se venha a emancipar – e esse é o destino de todas as colónias – que devemos preferir: conservá-la estéril e improdutiva como até agora, ou convertê-la em uma nação amiga, e mesmo irmã ao menos sob o ponto de vista da civilização e dos costumes? [...]. Ora o Negro é o nosso auxiliar indispensável nessa empresa. Se (o) civilizando o tivermos emancipado, nem por isso teremos deixado de conseguir o nosso fim, antes o teremos conseguido plenamente. Oxalá que a Europa, a civilização, a humanidade, nos estivessem a lançar em nosso rosto muitas dessas faltas!»⁵⁶⁰

Augusto Bastos, por seu turno, num trabalho etnográfico sobre Benguela⁵⁶¹, assume como objetivo ajudar os poderes dirigentes a executarem uma «orientação racional e produtora em

⁵⁵⁹ NOGUEIRA, A.F. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África – Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1880, pp. 96-101; 205-214; 232; 250-252.

⁵⁶⁰ IDEM. pp. 213-214.

⁵⁶¹ BASTOS, Augusto. *Traços Gerais sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, Lisboa, Typographia Universal, 1909.

matéria da política e administração colonial a seguir». Ou seja, para bem administrar, cumpre bem conhecer os povos nativos, sendo muito clara a interação entre saber e política. Contudo, a sua visão do negro é bem diversa da anterior. Para ele, quase todos os povos indígenas eram «essencialmente maus, e a sua principal ocupação o roubo, o saque, o assassinio e o fogo posto», a sua organização política, próxima da Monarquia absoluta, era imperfeita, as amputações e a morte eram os castigos mais aplicados, muitas vezes para delitos sem grande gravidade, as suas táticas de guerra limitavam-se ao aproveitamento dos elementos naturais como recursos defensivos, ao cair em avalanche sobre o inimigo, ou a ataques traiçoeiros por emboscadas; sendo sanguinários, a vista do sangue despertava os seus instintos violentos⁵⁶² e, por isso, para lidar com eles só patrocina o domínio militar, a apropriação patrimonial e a total assimilação cultural.

Por outro lado, não descarta formas de aproximação e até possibilidades de reforço autonómico, mas só com as elites mestiças.

Algumas das propostas mais interessantes para conquistar a adesão das populações, por meios pacíficos, ou para as convocar para o esforço de guerra, em caso de necessidade, surgiram nas páginas da revista *Portugal em África*, cujo primeiro número foi dado à estampa, no ano de 1894⁵⁶³. Os seus principais cultores foram o padre José Maria Antunes e Quirino Avelino de Jesus, o primeiro diretor da citada revista. Antunes sugeriu a criação de uma linha de missões de penetração, partindo do Humbe até à fronteira ocidental do Zambeze. Do Bié, de Cassinga e da Huíla deveriam partir três linhas de missões, num total de dezasseis até à fronteira, constituindo-se como centros civilizadores e de fomento das atividades económicas autóctones. Estas deveriam apoiar as populações nas suas condições materiais de vida e doutriná-las, por via da catequese e da escola, e, para tal, era importante estudar os seus hábitos, usos e costumes, aproveitando esse conhecimento para facilitar os processos de erradicação da maioria das práticas consuetudinárias dos povos, vistas como adversas aos valores do cristianismo.

Não se tratava, assim, de qualquer respeito pela alteridade, mas de uma estratégia de ação, visando conquistar a confiança dos nativos para melhor concretizar os intentos prosélicos e, por consequência, os políticos e económicos com eles concomitantes.

Cristianizar era a melhor forma de fazer os sobas respeitar as leis nacionais e reconhecer a soberania portuguesa e, desse modo, permitia facilitar a ocupação efetiva do território, os

⁵⁶² IDEM. pp. 3, 14, 21-24, 26.

⁵⁶³ Para uma análise mais abrangente da atividade missionária, aqui não pretendida, ver: JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*, ICS, Lisboa, 2009; DORES, Hugo Gonçalves. *A Missão da República. Política, Religião e o Império Colonial português 1910-1926*, Edições 70, Lisboa, 2015.

processos de recrutamento de soldados e trabalhadores, eliminar a constante atividade predatória dos cuanhamas e hotentotes, facilitar a concretização de projetos de colonização branca e, ao mesmo tempo, esvaziar a ação das missões protestantes na região, evitando a penetração de interesses estrangeiros, contribuindo para proteger as fronteiras da ação de britânicos e alemães⁵⁶⁴. Ao mesmo tempo, este plano seria menos oneroso para as finanças públicas e poderia ajudar à consolidação da presença dos comerciantes, diz Antunes, acrescentando ainda a necessidade absoluta de a ação missionária se complementar com a atuação dos militares e as estratégias de colonização branca.

Todavia, estes planos, na sua plena configuração, nunca mostraram capacidade de congregar os apoios públicos e privados, considerados indispensáveis pelos missionários, não se identificando qualquer tentativa de integração entre a malha das missões e a dos postos e fortes militares, acontecendo mesmo não terem sido raros os conflitos entre autoridades administrativas e os padres, quando aquelas assumiam, na sua relação com os indígenas, uma prática efetiva de respeito pelos usos e costumes tradicionais, o que, no limite, foi sempre muito desacreditado por parte dos membros das missões.

Por outro lado, as críticas de Antunes à má qualidade dos militares e dos administradores⁵⁶⁵, à sua incapacidade de sustentar o progresso da influência alemã, no Sul, e à sua responsabilidade na progressiva diminuição do prestígio português na região, não favorecem a aceitação das suas propostas junto do poder colonial. Acrescendo ainda a desconfiança das autoridades coloniais de que, por detrás daquelas críticas, se encontrava a influência de França, país de origem das missões católicas do Espírito Santo, de José Maria Antunes.

Seja como for, o aumento do número de missões na região contribuiu para a expansão daqueles pontos de vista e as virtualidades genéricas da missionação, como modelo barato de «pacificação», foram ganhando adeptos e ideólogos, como demonstram as seguintes palavras do padre Wieder: «Se o governo tem a peito a conservação do seu prestígio no meio do gentio, como também a civilização do interior do Dondo, Libollo, Quiballa e Bailundo, dê-nos, pois, o dinheiro necessário e iremos para diante levando numa mão o estandarte do madeiro sagrado da Cruz e na outra a bandeira das Quinas. Menos lhe custará coadjuvar a fundação de uma missão ou duas, do que construir um quartel e conservar o número de praças preciso e que ele não tem. A missão sendo a vanguarda representará o governo e vigiará os interesses da pátria e da religião»⁵⁶⁶.

⁵⁶⁴ ANTUNES, José Maria. Crónica das Missões, *Revista Portugal em África*, 1895, nº 15, p. 534.

⁵⁶⁵ ANTUNES, José Maria. A questão africana, *Jornal do Comercio*, 1884, nº 9031, p. 1.

⁵⁶⁶ WIEDER, padre. Crónica das Missões, *Revista Portugal em África*, 1897, nº 48, julho, p. 480.

Um dos melhores exemplos desses ideólogos é o referido Quirino Avelino de Jesus. Para o diretor da *Portugal em África*, cronista do *Económico* e do *Correio Nacional*, as despesas feitas com a componente militar eram exageradas e contraproducentes, defendendo a sua canalização para a atividade missionária e para políticas de fomento.

Considerando excessivo o número de postos militares, dispersos pelo território, é apologista da sua redução. Sempre mal providas de recursos humanos, aquelas infraestruturas militares em nada contribuía para o prestígio da soberania portuguesa e constituíam-se como um sorvedouro de capitais, afirma. Por isso, apela à sua concentração em pontos estratégicos, defendendo as virtudes das grandes expedições metropolitanas, para enfrentar os focos de instabilidade mais graves. Na verdade, não era essa a posição da generalidade dos militares no terreno, mas ele justifica-se com a ideia de que através das missões, das obras públicas e da educação seria possível esvaziar muitas das motivações insurrecionais, tornando a ação marcial punitiva um mero recurso de última instância.

Nesta linha de pensamento, ele considera a maioria das revoltas nativas como o resultado dos constantes abusos perpetrados pelos colonos brancos e não de qualquer sentimento protonacionalista. Por isso, sugere a criação de uma Escola Colonial para os membros da administração pública, onde estes poderiam tomar contacto com as realidades sociais, políticas e culturais, facilitando os contactos com os nativos e contribuindo para a redução da conflitualidade⁵⁶⁷.

Entrando agora no segundo grupo de análise, também aqui não é difícil encontrar quem se coloque em posição de maior relativismo cultural e quem seja mais sensível a noções etnocêntricas não vislumbrando necessidade, nem mesmo viabilidade, de qualquer tipo de ação holística sobre as populações.

Entre os primeiros, gostaríamos de destacar o já mencionado Pais Brandão. Nunca tendo hesitado na execução de operações de grande violência, como destruição de aldeias, incêndio de produções agrícolas, captura de mulheres, ou perseguição de sobas renitentes, os seus relatórios⁵⁶⁸ revelam, ao mesmo tempo, a convicção de que os objetivos portugueses, em África, nunca poderiam ser atingidos em pleno, por via da mera execução de operações militares. Por isso, defende a participação ativa das autoridades portuguesas na escolha dos sobas, de modo a ganharem ascendência sobre eles; mas considera que os militares deviam respeitar a sua

⁵⁶⁷ AVELINO de JESUS, Quirino. A política militar ultramarina desde 1890, *Revista Portugal em África*, 1897, n° 43, julho, pp.465-473; IDEM. As Rebeliões indígenas, 1898, n° 57, pp. 329-335.

⁵⁶⁸ AHM 2/2/7/8 (Coluna de operações a N°Dala Cachibo – 1902); AHM 2/2/7/21 (Operações ao Bailundo).

dignidade, correspondendo aos seus presentes com outros de igual valor, recebendo-os com afabilidade e sempre bem uniformizados⁵⁶⁹. Por princípio, os militares não se deveriam intrometer nas relações entre sobados, a não ser como elemento conciliador, contudo, incentivava-os a fiscalizar as arbitrariedades cometidas pelas lideranças indígenas, sobre os seus próprios povos, com o intuito de ganhar a confiança destes últimos.

Pais Brandão ainda vislumbra, para os fortes, um papel de centros difusores de desenvolvimento económico e implementação de políticas de educação e sanitárias. Eles deveriam estimular a produção local, difundir práticas de higiene e estimular as famílias nativas a colocarem os seus filhos nas escolas, as quais se deveriam instalar nos fortes, e não nas missões. Os comandantes de posto, por norma sargentos, deveriam assumir a função de professores dos nativos, e Pais Brandão recomenda que eles utilizem o método João de Deus e aprofundem o estudo da história, das instituições e dos costumes dos nativos, de modo a facilitar os processos de aproximação. Todavia, e não obstante os cargos de responsabilidade política assumidos por Pais Brandão, nunca lhe foi viável concretizar estes planos na sua plenitude⁵⁷⁰.

Mas, as perspetivas mais frequentes no terreno enquadram-se em visões de menor consideração pela alteridade e podem ser bem identificadas na ação de cabos de guerra, tão determinantes como Lourenço Justiniano Padrel ou Artur de Paiva, para quem a visão negativa do negro não autoriza grandes preocupações com estratégias de colaboração e coordenação de esforços. O que lhes importa são as vitórias imediatas no teatro, traduzidas na obtenção de objetivos táticos, e, para tanto, o essencial é atender à organização logística, ao recrutamento e instrução dos efetivos, tal como ao reconhecimento territorial e climatérico.

A defesa de projetos de fomento de vias e meios de comunicação, patente em Artur de Paiva, assume-se como exceção a este quadro de pensamento muito imediatista, marcado pela procura da eficiência e pouco prospetivo. Contudo, mesmo em Paiva, a consideração de lógicas globais de médio e longo prazo, para o enquadramento das populações, extravasando as manifestações de vassalagem, não se encontram presentes, e a relação com as populações instaladas nos teatros de operações, não excede o considerado oportuno para potencializar a eficácia, pensada num quadro tático,⁵⁷¹ não considerando como estratégico o apoio das populações no tempo.

⁵⁶⁹ AHM 2/2/8/7 (Operações em Quissama – 1903).

⁵⁷⁰ Práticas que nas últimas guerras do III Império, entre 1961 e 1974, acabaram por ser concretizadas com muito sucesso.

⁵⁷¹ PAIVA, Artur. Expedição ao Cubango 1886. Ambuelas e Rio Cubango, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v I, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas AGC, pp. 59-110; 1938; PAIVA, Artur, Expedição ao Cubango. Cassinga-1885, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7ª série,

A postura de João de Almeida, já na primeira década do século XX, é mais complexa e sofisticada. Apologista convicto da ocupação militar, considerava que, na relação com os africanos, a diplomacia, os conselhos, o exemplo e a propaganda, como substitutos da guerra, não passavam de teorias românticas e utópicas⁵⁷². Isso não significa o desprezo absoluto por aquelas abordagens, pois admite-as numa primeira etapa de ação, aceitando mesmo a relevância da influência civilizacional junto das populações, e preconizando a sua proteção contra as arbitrariedades dos sobas, chegando a defender a criação de movimentos africanos, partidários da presença portuguesa, aos quais admite conceder poderes de representação. Porém, não acredita na possibilidade de todas estas soluções poderem contribuir para eliminar a guerra no relacionamento com os povos locais, sobretudo quando os objetivos operacionais passavam por ocupações territoriais e pelo exercício do domínio político e fiscal.

No seu projeto de domínio concede relevo à informação etnográfica, como se pode observar nos relatórios, por si elaborados a propósito da missão no Cuanhama e Evale, em 1906⁵⁷³, e a propósito do seu governo do distrito da Huíla⁵⁷⁴. Logo no primeiro, apresenta uma série de informações de cariz político, militar, económico e etnográfico, e refere a importância desses dados como facilitadores dos processos de dominação nesses territórios, tão problemáticos para a estratégia portuguesa. Já no extenso documento, produzido em 1912, descreve de forma exaustiva as populações do Sul nos seus usos e costumes, características físicas e modos de organização social e política, reiterando a ideia da importância desse conhecimento, para a posterior elaboração de um conjunto de regras para toda a administração seguir, no seu contacto com os povos locais, atraindo-os para a esfera nacional, e convocando-os para o esforço militar.

A propósito da ação dos governadores-gerais do período aqui apreciado⁵⁷⁵, já vimos que eles se encontravam em posições institucionais privilegiadas para traçar políticas de tipo

pp. 7-142, 1887; PAIVA, Artur, *Expedição ao Cubango – 1889. Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 31-33, 1890; PAIVA, Artur. Reocupação do Forte Princesa Amélia – 1889, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9ª série, n.º 6, pp. 257 – 284, 1890; PAIVA, Artur. Expedição ao Bié - 1890, 1ª e 2ª partes, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica v I, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, pp. 157-240, 241-323. 1938; PAIVA, Artur. Operações contra os Hotentotes - 1893, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v. II, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas AGC, 1938, pp. 57-85.

⁵⁷² ALMEIDA, cit. 319, p. 131.

⁵⁷³ AHM -2/2/10/8 (Missões ao Evale e Cuanhama – Capitão João de Almeida – 1906).

⁵⁷⁴ ALMEIDA, cit. 319.

⁵⁷⁵ Ferreira do Amaral (foi Governador Geral entre 1882-86), Brito Capelo (1886-92 e 1896-97), Jaime Godins (1892-93), Álvaro Ferreira (1893-94, 1895-96; e 1908), Francisco Pereira de Miranda (1894-95), Ramada Curto (1897-1900 e 1904-06), Cabral Moncada (1900-03), Eduardo da Costa (1903-04 e 1906-07), Custódio Borja (1904), Paiva Couceiro (1907-08), Alves Roçadas (1909-10), Caetano

holístico, porque centralizavam o comando político e militar, podendo desenhar medidas de implementação de mecanismos multiformes de aproximação às sociedades africanas, sem grandes embaraços teóricos. Se nem sempre o fizeram, a explicação para isso encontra-se no contexto das suas atuações. Coincidindo este período com o acentuar das narrativas de ocupação efetiva, a busca por soluções imediatas pareceu mais aliciante, e por isso, a convocatória integral, para os domínios executivos, de valores enquadrados em lógicas próximas do pensamento de homens como A.F. Nogueira, Quirino de Jesus ou Pais Brandão, mesmo na sua diversidade, levantavam problemas práticos de difícil resolução, em matérias orçamentais e ao nível de prazos de verificação de resultados, situações difíceis de atender para quem se via pressionado à prestação de contas de curto prazo.

Não espanta, assim, o predomínio funcional, concedido por quase todos estes governadores às atividades bélicas, tendentes à conquista territorial; interessa avançar para o interior e ocupar o território e, por isso, o entendimento da relação com o nativo, privilegiando a dimensão militar é inegável. Porém, este facto não inviabiliza a possibilidade de encontrar modelos de diversificação na tipologia dos contactos, como iremos demonstrar através da análise dos governos de Ferreira do Amaral, Brito Capelo, António Ramada Curto e Cabral Moncada, deixando os casos de Eduardo da Costa, Paiva Couceiro e Norton de Matos para um capítulo próprio.

Assim, começando por Ferreira do Amaral, encontramos um seu ofício de 1885, onde sugerindo a urgência da ocupação da região do Cuanhama, ele apela à realização de uma campanha de conquista «com todas as suas conseqüências e com a necessidade de faser uma guerra de terror e extermínio cuja memória se conserve por muitas desenas d’annos como tradição de paes para filhos e restabeleça a ordem na margem esquerda do Cunene colocando sobbas da sua escolha e subdividindo os sobados para evitar largas influências que nos incomodem ou outros o farão por nós»⁵⁷⁶.

Como no momento da redação deste ofício, ele assumia como primordial o receio do alargamento da influência regional da Alemanha, por via da problemática em torno da delimitação da fronteira, a posterior assinatura da convenção luso alemã acabaria por apaziguar alguns daqueles impulsos, e daí em diante podemos assistir à sua tentativa de conciliar as

Gonçalves (1910-11), Manuel Maria Coelho (1911-12), Romeiras de Macedo (1912) e Norton de Matos (1912-15).

⁵⁷⁶ FERREIRA do AMARAL, Francisco. Ofício nº 412 do governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1885. Em: OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO. *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, p. 735.

dimensões mais agressivas, deixadas entender naquelas linhas, com políticas de assimilação e cooperação. As primeiras, expressas nos castigos físicos, destruição de *libatas* e arresto de bens, são para ele fundamentais, para impor a soberania sobre as sociedades africanas; nas segundas, preconiza políticas conciliadoras com o gentio, contribuindo para evitar a destruição das raças indígenas⁵⁷⁷, e para as concretizar, é apologista da criação das chamadas Estações Civilizadoras, e da celebração de autos de vassalagem. Aquelas estações deveriam ser uma espécie de missões laicas, destinadas ao reconhecimento e estudo dos espaços e das populações, servindo também como escolas para os indígenas e centros de desenvolvimento económico regional, na linha do proposto por Pais Brandão, já quanto aos autos de vassalagem⁵⁷⁸, que haviam sido cruciais durante os períodos de colonialismo informal, ele propunha a sua intensificação como modelo privilegiado para formalizar as relações com as autoridades tradicionais.

Sempre marcados por grande cerimonial, os autos de vassalagem implicavam a deslocação de embaixadas até às residências dos sobas, onde eram recebidas de forma solene, seguindo-se a troca de presentes e as promessas de apoio mútuo, concluídas pela assinatura de documentos, através dos quais os sobas reconheciam a soberania portuguesa, materializada no hastear da bandeira nacional, e se comprometiam a não apoiarem outras potências estrangeiras, a proteger os comerciantes portugueses e as missões religiosas instaladas nas suas regiões, a prestar auxílio militar às forças de Luanda, para além de se comprometerem em termos fiscais, e garantirem facilidades no recrutamento de trabalhadores, carregadores e soldados. Ao mesmo tempo, esperava-se dos nativos a preservação das linhas de comunicação, e uma política de não agressão perante as outras tribos. Como contrapartida os portugueses reconheciam o poder do soba e seus sucessores, asseguravam a proteção contra grupos rivais, prometiam campanhas esporádicas de vacinação e, por vezes, o estabelecimento de escolas nos postos militares⁵⁷⁹.

Apesar de na prática estes autos de vassalagem não terem sido muito eficazes como mecanismos de colaboração, por terem sido sendo frequentes os exemplos de sobas com bandeiras de dois ou três países europeus, as quais eram hasteadas em função da nacionalidade

⁵⁷⁷ FERREIRA do AMARAL, Francisco. Relatório do Governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre a sua viagem pelos portos do Sul. 1884, em OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO. *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, pp.143-176 e 183-201.

⁵⁷⁸ Em geral, os autos de vassalagem, em Angola, seguiam um modelo comum. Como exemplo, pode-se consultar o Auto de Vassalagem dos povos da Chibia em 1891. AHM 2-2-6-14 (Auto de Vassalagem dos povos de Chibia 1891).

⁵⁷⁹ AHM 2-2-1-9.

das expedições que se aproximavam dos seus territórios⁵⁸⁰, assim como os equívocos provocados pelo facto de, por vezes, os nativos os terem entendido como manifestações de subordinação por parte dos portugueses, pelo menos assumiram relevo como instrumento político de agudização da rivalidade entre comunidades africanas, porque fazendo alianças com determinados grupos em detrimento de outros, estabeleciam-se, ou agravavam-se, focos de divisão entre eles, evitando, deste modo, a constituição de grande alianças indígenas, sempre muito temidas pelas autoridades coloniais.

Atendendo à região do Cuanhama e reconhecendo não dispor de recursos para impor uma dominação direta, Ferreira do Amaral acaba por sugerir o estabelecimento de um posto diplomático, junto do respetivo soba a quem se deveriam conceder prendas condignas e títulos militares honorários, de modo a evitar a entrada em confrontos bélicos e a estabelecer uma barreira à influência alemã⁵⁸¹. Para tal, também se mostra recetivo ao respeito pela autonomia administrativa dos poderes tradicionais, embora não se mostre adverso à interferência na vida política interna dos estados locais, sobretudo para condicionar a escolha dos líderes, garantindo a eleição dos mais propensos a estabelecer alianças com as autoridades portuguesas.

Uma outra questão, por ele considerada de extrema relevância, remete para o problema da lei, pois partindo do pressuposto de não se poderem utilizar os mesmos meios para «civilizar povos gentílicos e povos civilizados»⁵⁸², ele advoga a elaboração leis especiais para os indígenas. Esta questão do ordenamento jurídico a aplicar aos nativos era, então, um dos motivos de maior polémica entre as autoridades coloniais. Para alguns, a legislação aplicada aos indígenas deveria ser igual à da metrópole, validando, deste modo, a noção de unidade nacional e o respeito pelos ideais liberais de igualdade perante a lei. Outros, pelo contrário, consideravam estes propósitos sem sentido, porque com a justificação do respeito pelos indígenas, lhes impunham princípios desadequados ao seu nível de evolução intelectual e material⁵⁸³.

⁵⁸⁰ AHMarinha – Estações Navais de Angola – Caixa 319, Maço 1843-66, 4/1/1854.

⁵⁸¹ FERREIRA do AMARAL, Francisco. Ofício nº 452 do governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo informações dos exploradores Capello e Ivens sobre a situação no Sul de Angola. 1884. Em: OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO. *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, pp.237- 246.

⁵⁸² FERREIRA do AMARAL, Francisco. Relatório do Governador Geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre a sua viagem pelos portos do Sul. 1884. Em: OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO. *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, p. 169.

⁵⁸³ MAGALHÃES, Albano. *Estudos coloniais. Legislação Colonial seu espírito, sua formação e seus feitos*, Coimbra, França Amado Editor, 1907.

Na verdade, as intenções de Ferreira do Amaral, não eram originais. Já em 1869, altura em que o Código Civil, passou a ter aplicação nas províncias ultramarinas, se tinha estipulado a necessidade de o compatibilizar com os costumes tradicionais, prevendo-se mesmo a sua aplicação em tribunais especiais⁵⁸⁴, tendo-se nomeado diversas comissões de trabalho, visando a recolha de hábitos e tradições nativas, de modo a proceder a essa compatibilização, que no entanto nunca se viria a concretizar⁵⁸⁵. De todo o modo, pelo menos em termos formais, os grandes códigos metropolitanos eram aplicados nas colónias, e para além do referido Código Civil, também o Penal, desde 1854, e o Comercial, desde 1894, tinham curso em Angola. Contudo, a generalidade dos juizes, por considerarem aqueles ordenamentos pouco consentâneos com a realidade dos povos, não os aplicavam, sendo usual a substituição de penas de prisão, em caso de pequenos delitos, por trabalho obrigatório ou castigos corporais, por exemplo.

No governo de Brito Capelo, o investimento no esforço militar é inflacionado, por consequência das operações de reocupação do Bié, da retaliação à morte de Silva Porto, e da adesão do governador à ideia das grandes expedições de penetração. No seu entendimento, o atraso civilizacional dos indígenas, quase todos dados ao roubo, indisciplina, embriaguez e cobardia, tornava o uso da força indispensável para a segurança dos povos, todavia, ele também considera fundamental terminar com as extorsões que os colonos exerciam sobre os africanos, e criar condições para o desenvolvimento económico dos povos⁵⁸⁶, pois, só com a reunião de todas estas condições se poderia contar com a adesão popular ao projeto colonial português, que assim poderia ser viável, no futuro, sem o recurso constante à utilização da força. Por estes motivos, no decurso dos seus dois mandatos procedeu-se à abertura das comunicações com a metrópole por cabo submarino, à inauguração da 1ª secção do caminho de ferro de Ambaca, ligando Luanda à Funda, à promulgação de novas pautas aduaneiras e à reformulação dos serviços mineiros com a determinação de melhores condições de trabalho para os nativos empenhados nestes esforços.

O coronel médico António Ramada Curto, sucessor de Brito Capelo, governou o território angolano durante dois mandatos e, apesar de René Pélissier o considerar defensor de «meios

⁵⁸⁴ Artigo 8º, & 1º do decreto de 18 de novembro de 1869.

⁵⁸⁵ Em 1883, Joaquim de Almeida Cunha elaborou uma primeira coletânea de usos e costumes legais dos povos de Moçambique: CUNHA, Joaquim de Almeida. *Estudo Acerca Dos Usos e Costumes dos Banianes, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas. Para cumprimento do que dispõe o artigo 8º, & 1º do decreto de 18 de novembro de 1869*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1885.

⁵⁸⁶ CAPELO, cit. 458, pp. 85, 87.

suaves» de expansão⁵⁸⁷, esses dois períodos foram marcados pelas violentas campanhas do Humbe e algumas das mais significativas ações de Alves Roçadas, nas margens do Cunene. Médico de formação, ele tinha iniciado a sua carreira ultramarina como diretor do hospital de Ambriz, onde fora delegado de saúde, seguindo depois para a direção do hospital de Luanda. Nessas etapas da sua vida profissional, destacou-se pela apologia do tratamento das águas, fundamental para a prevenção do paludismo, pela defesa das campanhas de vacinação, e do combate ao alcoolismo entre os nativos, para os quais também preconizava a generalização do sistema educativo⁵⁸⁸.

Depois de assumir o governo da província, viu-se confrontado com as dinâmicas operacionais, decorrentes das ações de retaliação à morte do Conde de Almoester e por consequência recebeu pouco apoio por parte dos poderes metropolitanos, para a prossecução daquele tipo de políticas sociais, mesmo quando Mariano de Carvalho, afirmava no Parlamento: «o melhor é acabar-se com o sistema até agora seguido de se querer levar o preto à pancada, (pois) não é dessa maneira que o civilizam»⁵⁸⁹.

Assim, forçado pelas circunstâncias a canalizar o seu labor para os esforços agónicos, tentou diminuir a despesa com as expedições militares e revelou particular atenção com o estado do armamento, tendo para o seu estudo nomeado uma comissão de trabalho que logo concluiu da desadequação da generalidade dos recursos disponibilizados às tropas. Ainda aprovou vários regulamentos, a propósito da importação de armas, reestruturou os serviços de material de guerra, publicou normativos sobre os uniformes e as tropas de 2ª linha, patrocinou a construção do quartel de Novo Redondo e criou um batalhão disciplinar. Ao mesmo tempo, preocupou-se em aplicar medidas de fomento, em consolidar autos de vassalagem, em melhorar as relações económicas com os indígenas e em combater os abusos contra os indígenas, tendo chegado a punir um oficial por atacar e incendiar uma *libata* sem autorização⁵⁹⁰.

O seu primeiro mandato terminaria em 1900, mas quatro anos depois, voltaria a Luanda, para substituir um Custódio Borja, muito fragilizado pelos nefastos acontecimentos de Pembe, para nesta sua segunda experiência governativa, muito efémera, ter assumido como núcleo central de ação o desenho das campanhas de retaliação preconizadas por Alves Roçadas.

⁵⁸⁷ PÉLISSIER, cit. 9, p.216.

⁵⁸⁸ FÂNZERES, Ruben de Carlos Oliveira. *António Duarte Ramada Curto Governador de Angola (1897-1900 e 1904-1906) nos seus papéis*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, 2016.

⁵⁸⁹ *Diário da Câmara do Deputados*, 7 de agosto de 1897, p. 545.

⁵⁹⁰ *Boletim Geral da província de Angola*, Portaria n.º 93 de 5-3-1898.

Intercalando os dois mandatos de Ramada Curto, o governo de Cabral Moncada foi deveras condicionado pela grande revolta do Bailundo e, nessa medida, não causa qualquer estupefação o ter concentrado grande parte dos seus esforços, em tarefas de cariz operacional. Contudo, como na sua opinião o principal motivo da insubordinação teriam sido os abusos dos colonos brancos, ele considera basilar a vigilância dos colonos, o melhor conhecimento dos hábitos indígenas, a elaboração de leis consentâneas com as tradições locais e o apoio aos africanos, que apresentassem denúncias contra os brancos⁵⁹¹, de modo a evitar futuros focos de conflitualidade.

6.3 As relações com os civis não indígenas

Nesta parte do capítulo, a nossa análise vira o seu foco para o estudo dos modelos de relacionamento entre os militares e os colonos de origem europeia, os afro-portugueses e os bóeres, com o intuito de averiguar qual o tipo de estratégias utilizadas, para assegurar a cooperação destes setores da sociedade angolana, na prevenção e combate aos focos de conflitualidade.

6.3.1. Os colonos europeus

Em relação aos colonos⁵⁹² provenientes do reino, iniciamos o estudo com reflexões quantitativas e sócio profissionais, por as considerarmos relevantes para o entendimento dos modos como se posicionavam, perante as políticas de defesa e segurança.

A presença de europeus em Angola, no período em causa, não foi muito relevante em termos quantitativos, a despeito de alguns setores políticos considerarem a colonização branca como estratégica, na relação com o ultramar. Contudo, a este respeito cumpre recordar não serem estes posicionamentos consensuais, podendo mesmo identificar-se os defensores de dois enquadramentos distintos⁵⁹³: uns preferem a ocupação intensiva do território com populações

⁵⁹¹ MONCADA, cit. 381, p. 10.

⁵⁹² Utilizamos aqui a palavra no seu sentido mais amplo de agente de colonização, instalado em território ultramarino, não considerando a atividade económica exercida, apesar de no sentido rigoroso, a expressão colono se referir apenas aos emigrantes dedicados a atividades agrícolas.

⁵⁹³ A propósito da colonização branca de Angola, ver: AMARAL, Ilídio. *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960; BENDER, Gerald. *Planned Rural Settlements in Angola*. Em: Heimer, F., *Social Change in Angola*, Frankfurt, 1970, pp. 235-279; IDEM. *Angola sob o domínio português*, Lisboa, Sá da Costa, 1980; CASTELO, cit. 8; MEDEIROS, Carlos Alberto. *A Colonização das Terras Altas da Huíla*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976; RIBEIRO, Orlando, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, INCM, 2014.

provenientes de Portugal, outros, a exploração da mão de obra africana, menos onerosa em termos orçamentais.

Os primeiros, onde podemos integrar Sá da Bandeira⁵⁹⁴, Carneiro de Moura⁵⁹⁵, Paiva Couceiro ou João de Almeida, ambicionavam transpor pedaços de Portugal para as terras negras e, aí, criar uma nova portugalidade. Daqui decorrem as diversas tentativas de colonização de vastas áreas do território angolano, ensaiadas no decorrer da centúria de oitocentos. Contudo, a generalidade destas tentativas não conheceu grande sucesso, umas vezes pela má preparação dos colonos, outras pela má escolha dos locais e falta de recursos de comunicação com o litoral, muitas vezes pela incapacidade de proteger as populações, face ao descontentamento dos povos locais.

Após a proclamação da República, esta bandeira voltaria a ser desfraldada e, em 1912, será mesmo o motivo de amplos debates nos deputados. Considerando-se o falhanço de todas as tentativas oitocentistas, insiste-se então na necessidade da colonização branca, apoiada pela ação do Estado, enquanto garante de proteção e apoios fiscais, mas não desprezando a iniciativa privada⁵⁹⁶, discutindo-se mesmo a possibilidade de autorizar uma proposta de estabelecimento de uma colónia judaica em Angola⁵⁹⁷. Sobre tudo isto, Carvalho Araújo recorda: «... não há colonização sem haver primeiro pacificação dos indígenas... A ação militar da França, da Inglaterra e da Alemanha provam que para colonizar é preciso primeiramente pacificar»⁵⁹⁸ e depois será Norton de Matos a incentivar o fomento da colonização branca, entendida como uma tarefa vital, pois, nas suas próprias palavras, sem a presença dos europeus, a missão civilizadora de Portugal nunca lograria ser alcançada.

Para a concretização destes projetos, todos eles confiavam no papel determinante do Estado, sobretudo no transporte das populações e no apoio à sua instalação, através de diversos

⁵⁹⁴ Sá da Bandeira, em 1852, com o propósito de desviar a emigração de madeirenses e açorianos da Guiana e do Brasil, inquiriu o governador-geral de Angola a propósito das condições da região de Moçâmedes para receber aqueles ilhéus, que despesa pública necessária para tal, qual o tempo necessário para se começar a ter proveitos da agricultura, assim como da eventual necessidade de essa colonização assumir uma componente militar. *Annaes do Conselho Ultramarino Parte Oficial Série I, Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858*, pp. 7-8.

⁵⁹⁵ Para este, devia incentivar-se a emigração de operários para as colónias, de modo a evitar o crescimento da influência socialista em Portugal, que Moura temia poder vir a dar-se num futuro próximo, pois na sua opinião as agruras das colónias poderiam contribuir para acalmar os espíritos revolucionários, *Diário da Câmara dos deputados*, 24 de janeiro de 1896, pp. 80-82.

⁵⁹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 de março de 1912, pp. 7-14.

⁵⁹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 de maio de 1912, pp. 3-4.

⁵⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 de maio de 1912, p. 11.

incentivos⁵⁹⁹ como o fornecimento de terras, alfaias e sementes e, ainda, no garantir da sua segurança, para a qual preconizam a participação ativa dos próprios colonos.

Para os segundos, a aposta nas lógicas de mera exploração económica, acompanhada da ocupação militar de pontos estratégicos e da construção de entrepostos comerciais pouco dispendiosos e nada exigentes, em termos de afetação de recursos humanos europeus, parecia dispensar grandes esforços de colonização. Existindo tantas zonas da metrópole em défice populacional, mais valia apostar na colonização interna e, no caso de se emigrar, deveria preferir-se o Brasil como destino preferencial.

A influência destes dois posicionamentos foi alternando ao longo dos tempos, e se naqueles períodos de maior entusiasmo com os projetos imperiais o discurso da primeira categoria se destacou, já nos momentos de maior ceticismo, as ideias de colonização branca tendiam a ser arredadas das prioridades políticas.

Todavia, não obstante estes debates, a debilidade dos recursos colocados à disposição do esforço povoador e a pouca vontade dos continentais em emigrarem para África, a população branca, em Angola, não parou de crescer, ao longo do século XIX, embora com números sempre distantes das expectativas mais otimistas. Em concreto, se no pós-revolução liberal os brancos instalados em Luanda e Benguela não excediam em muito o milhar⁶⁰⁰, já vinte anos mais tarde, em todo o território angolano, estariam próximos das duas mil pessoas, para no virar para o século XX, atingirem a cifra de 9198, crescendo para 12000 e 20700, em 1910 e 1920⁶⁰¹.

Nas regiões planálticas de Benguela e de Moçâmedes, nucleares nas narrativas incentivadoras da colonização, por serem zonas salubres e de grandes potencialidades em termos de exploração agrícola, os números mostram-se ainda mais minguados, como se pode constatar na tabela abaixo apresentada:

⁵⁹⁹ Em 1838, estipula-se a obrigação do governador-geral de Angola conceder terrenos não ocupados a todos os originários do reino ou militares licenciados do serviço em África, desejosos de aí se instalarem; o mesmo decreto determina viagens gratuitas desde Portugal para os colonos e suas famílias e a entrega de sementes, alfaias e sustento durante um ano, *BCU - 1867*, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional *1834 a 1851*, p. 65. Em 1877, volta a prever-se viagens pagas e diversos apoios materiais, para a instalação de colónias agrícolas, *BCU - 1875 a 1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp. 433-434.

⁶⁰⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Angola*, cx. 156.

⁶⁰¹ CASTELO, cit. 8, p. 59.

Quadro 6.1 População branca proveniente do reino (1861-1900).

Local	1861	1869	1876	1877	1900
Benguela	142 a)		124 a)		
Mossamedes	601 a)	702 a)	360 a)	348 b)	1020 c)
Huíla	266 a)	112 a)	75 a)	72 b)	150 c)
Humbe	32 a)				55 c)

Fontes: a) Ribeiro, Manuel. *Colonização Luso-Africana*⁶⁰²;

b) Oliveira, Mário. *Angolana (Documentação sobre Angola)*⁶⁰³;

c) Almeida, João. *Sul de Angola*⁶⁰⁴.

Mesmo assim, foi no Sul onde, em 1849, as autoridades metropolitanas e coloniais se uniram num projeto de colonização, com brasileiros provenientes de Pernambuco, que, pela primeira vez, se formalizaram mecanismos de íntima relação entre projetos de colonização e mecanismos de defesa e segurança. Sendo esta uma relação já antes adivinhada, ela agora afirmou-se de modo explícito, e a instalação destes colonos para além de atender à questão do clima e da salubridade das terras, também considerou a proximidade de unidades militares, as quais deveriam garantir a segurança dos colonos e esperar a sua colaboração⁶⁰⁵.

Estes projetos iniciais, por múltiplos fatores de inadaptação dos colonos, revelaram-se um fracasso, mas a necessidade de fazer acompanhar os movimentos de povoamento com ações concretas ao nível da defesa e segurança, não mais deixarão de estar presentes e refletem-se na criação da companhia de caçadores da Huíla, na construção da fortaleza do Humbe, ou na formação de um regimento de cavalaria europeia, quando nas justificações da sua serventia se apresentava a ideia de se assumirem como pilares de sustentação de movimentos de povoamento, e não apenas instrumentos de conquista ou penetração.

Passando para a reflexão em torno das atividades profissionais desta gente, deve-se começar por se ressaltar as limitações analíticas, decorrentes da escassez de fontes coerentes e credíveis, sendo aqui muito evidente a necessidade de se recorrer a informações indiretas, recolhidas em textos legais e memorialísticos, relatórios militares e artigos da imprensa, como de forma desenvolvida se explicou na introdução metodológica.

Da análise da informação, assim coligida, resulta então a possibilidade de observar, desde logo, uma divergência entre as preferências das políticas de colonização pela atividade agrícola e a realidade no terreno, onde se sobrepõem os comerciantes, cujos estratos sociais mais

⁶⁰² RIBEIRO, Manuel Ferreira. *A Colonização Luso-Africana. Zona Occidental*, Lisboa, Lallemand Frères, 1884, p. 158.

⁶⁰³ OLIVEIRA, Mário (anotações). *Angolana (Documentação sobre Angola)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica do Ultramar, 1968, p. 144.

⁶⁰⁴ ALMEIDA, cit. 319, p. 99.

⁶⁰⁵ PORTUGAL. Direção Geral do Ultramar, *Collecção de Decretos Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 123-133.

abonados se juntavam aos militares e funcionários públicos, para formarem a elite social da colónia.

Estes comerciantes, durante grande parte do século XIX, e apesar dos esforços legislativos para o desmantelamento contratualizado das redes de tráfico negreiro, estavam de algum modo ligados a essa lucrativa, embora sinistra, atividade comercial. Alguns conciliavam-na com a venda de armas e álcool aos nativos ou a exportação de amendoim, marfim, borracha, algodão, açúcar, café, frutas ou carne. Após a consolidação dos processos de ilegalização do tráfico, estas atividades exportadoras tornaram-se preponderantes, mas deixaram os colonos à mercê da sucessão dos ciclos económicos internacionais, na vertigem dos seus diálogos com a crise e a expansão.

Nos núcleos urbanos, a marcha do tempo, o crescimento populacional e alguma diversificação económica foram contribuindo para o aparecimento de um outro tipo de burguesia, através do crescimento de profissões como advogados, professores primários, jornalistas, tipógrafos ou médicos e, no caso mais específico do Sul, pescadores na Baía dos Tigres, ou proprietários rurais em Moçâmedes e Benguela, embora estes últimos tenham revelado sempre grandes dificuldades de afirmação, não sustentando a sua presença por períodos muito longos de tempo.

Também não é insignificante recordar a presença de degredados, condenados por crimes diversos, como homicídios, roubo de bens alimentares, violações ou fogo posto, para além de exilados políticos e mulheres adúlteras. Estes, foram sujeitos a várias tentativas de edificação de mecanismos de colonização penal, sempre sem grande sucesso⁶⁰⁶, e, se em geral permaneceram em Angola por longos períodos, na maioria dos casos nunca revelaram grandes aptidões de integração social, nem capacidade de contribuir para o desenvolvimento do território angolano.

O *feedback*, proveniente da relação entre o número e a função, permite entender a diversidade dos interesses colocados em jogo, e o modo como estes se traduzem no entendimento das práticas de defesa e segurança e na respetiva cooperação com as autoridades públicas.

Concretizando, os negreiros mais convictos eram pouco significativos em termos demográficos, mas a disponibilidade financeira permitia-lhes apostar em mecanismos de

⁶⁰⁶ Para mais informação a este propósito ver: SILVA TELLES, Francisco. *A transportação penal e a colonização*, Lisboa, Livraria Ferin, 1903; BENDER, Gerald. Os degredados e o sistema de colonização penal. EM: *Angola sob o domínio Português. Mito e Realidade*, Lisboa, Sá da Costa pp. 95-143; ROQUE, cit. 38.

influência junto dos poderes políticos, passando pelo compadrio e pela corrupção e não revelando qualquer interesse em colaborar com as autoridades, em matérias de defesa, no geral irrelevantes, quando não contraproducentes, para os seus propósitos.

As firmas comerciais, por seu turno, como numa primeira fase enviavam os seus agentes para as feiras do interior, preocupavam-se com a proteção dos caminhos, sempre apoquentados por roubos e raptos, e se para tal confiavam nos seus próprios recursos, não deixaram de exigir o apoio regular das forças de segurança. Quando mais tarde se começa a ambicionar a conciliação entre conquista territorial e eliminação dos intermediários indígenas, estes comerciantes passam a ostentar posturas mais reivindicativas, ao nível das exigências de investimento público em soldados e armas, e não descartam a participação direta, embora esporádica, nesses esforços.

Os mercadores individuais, projetados no interior, protegiam-se a si próprios, adequando estratégias de aproximação aos poderes indígenas ou investindo mesmo em tecnologia militar. Alguns instalavam-se em permanência nessas terras, outros circulavam de modo esporádico em busca de lucros rápidos. Duas posturas com implicações divergentes em matérias de segurança, pois se os primeiros apostavam na colaboração com as autoridades tradicionais, e se faziam valer dos seus trabalhadores indígenas para enfrentarem situações de conflitualidade, também é certo que, instalados no terreno e com património a proteger, não se mostravam avessos a recorrer aos apoios públicos, nas situações de maior emergência. Os segundos, ciosos da autonomia e possuidores de grande mobilidade, preferiam confiar nos seus próprios recursos e não hesitavam em desenhar estratégias de aliança com poderes locais, até mesmo quando estas eram contrárias aos interesses de Portugal.

Já as burguesias profissionais urbanas preocupam-se, sobretudo, com a violência quotidiana e, embora se tenham assustado com algumas «guerras do nano» e outras aproximações aos muros das cidades, por norma achavam-se protegidas pelo *gap* tecnológico. Em situações de maior emergência, eram muitas vezes sensíveis a discursos de pendor nacionalista, facilitando a sua adesão a processos de voluntariado, em especial no planalto, onde os frequentes ataques às propriedades rurais e o estado de guerra permanente criavam ansiedade e predisposição para participar na defesa local.

Estas diferentes motivações económicas dos colonos brancos não escondem uma convergência genérica: por norma, os seus interesses eram conflitantes com os interesses dos indígenas, daí resultando tensão e conflitualidade, contraditórias com os objetivos expressos em termos de grande estratégia. Com efeito, os comerciantes apostados no lucro fácil, insistiam em estratégias de usurpação e abuso nos seus relacionamentos económicos com os africanos,

enquanto os agricultores não respeitavam os magistrados tradicionais das zonas ribeirinhas, que zelavam pela conservação e gestão dos diques e pelo usufruto das águas comuns e instalavam-se nas terras férteis, recorrendo a argumentos como os da *terra nullius* (terra de ninguém)⁶⁰⁷, para justificarem as suas posições, desrespeitando, amiúde, as noções indígenas de propriedade, muitas vezes assentes em lógicas clânicas e de sacralização dos espaços. E se o sistema judicial previa a possibilidade de os indígenas interporem ações contra os colonos, quando consideravam terem sido espoliados dos seus legítimos direitos de propriedade, na realidade a legislação favorecia as práticas predatórias dos colonos⁶⁰⁸; não sendo, assim, de estranhar a frequência de confrontos, por vezes de grande intensidade, motivados por disputas em torno destas matérias. Daí, decorre a frequência com que os agentes económicos europeus recorrem ao respaldo político e aos seus mecanismos coercivos, para fazerem valer os seus intuitos.

Quando a partir dos anos de 1880 as narrativas de defesa e segurança se deslocam do predomínio da segurança interna, para motivações de soberania e jogo diplomático, vislumbra-se a contradição de um poder político ou militar, mais desejoso da participação operacional dos civis, enquanto estes se demonstram cada vez menos disponíveis para tarefas exteriores às preocupações, com o controlo da potencial perigosidade de influências alemãs ou inglesas sobre os circuitos económicos.

Deste modo, em tudo o que a partir de então se começa a construir como narrativa política: avanços sobre as fronteiras delimitadas, ocupações territoriais e subsequentes edificações de estruturas físicas, castigos por incumprimentos fiscais, ou interferência nos jogos políticos internos das sociedades tribais, a disponibilidade de participação dos civis, nas estruturas de defesa e segurança, torna-se problemática. Não porque se opusessem à dimensão expansionista, mas sim porque não mostravam disponibilidade para arcar com as consequências, daí provenientes, em matérias de sacrifício fiscal, conscrições ou desarticulação dos circuitos económicos, e a partir deste momento, começa a tornar-se mais evidente uma linha divisória no

⁶⁰⁷ As baixas densidades do planalto angolano, a existência de zonas marcadas por secas permanentes, doenças endémicas e múltiplas dificuldades geográficas implicavam a existência de vastidões territoriais quase na totalidade desabitadas, mas, na verdade, não eram essas as terras ambicionadas pelos colonos, pois o seu olhar lançava-se sobre as zonas férteis e salubres da Huíla e do vale da Chela, por exemplo, onde a concentração de povos indígenas era significativa.

⁶⁰⁸ São vários os diplomas a regulamentar a concessão de terras e, se não é possível ignorar o facto de os colonos serem poucos e não terem muito interesse pela agricultura, na verdade essa legislação permitia a ocupação da suposta terra vazia pelos europeus, chegando ao ponto de para estes efeitos considerar terra vazia, aquelas em regime de pousio, sendo, por isso, passíveis de ocupação. Em 1907, decretou-se a delimitação de zonas para os indígenas, uma espécie de reservas; a consequência prática foi a de permitir aos brancos a ocupação legal dos restantes terrenos, por norma os melhores. Ver: ALMEIDA, cit. 319, pp. 567-573.

relacionamento entre os militares e alguns setores civis em Angola, onde a preponderância política dos primeiros acaba por se assumir como decisiva.

Com efeito, e não obstante a organização administrativa angolana não ser uniforme, o predomínio dos militares em cargos políticos e administrativos foi uma constante até ao eclodir da República e aos projetos civilistas de Norton de Matos, e para além de terem sido, quase sempre, os detentores do cargo de governador geral, ainda ocuparam o governo da maioria dos distritos e dos concelhos. Contudo, nada na legislação estipulava a obrigatoriedade de assim ser, e, por isso, aquele predomínio foi alvo de críticas regulares.

Um artigo anónimo, publicado no *Jornal de Lisboa*, afirmava:

«Vê se pois que os nossos ministros do ultramar entendem que os oficiais de mar e terra são o que há no paiz de mais versado em matérias de governo e administração. Entendem que o manejo de armas, a escola de pelotão, a prática de fazer guardas e rondas, e o saber manobrar um navio e soltar-lhe o rumo, é a melhor de todas as habilitações para bem governar e administrar uma colónia. Está aí qualquer tenente de sair capitão, pensa que tem de gastar uma infinidade de anos nesse posto e ocorre-lhe então que se for governador de certos pontos do ultramar está major em 3 anos. Ele nunca sonhou com matérias de administração, sabe apenas que há uma coisa chamada código administrativo e nunca pensou nas colónias. Isso, porém, não lhe é obstáculo e vai pedir o governo de uma província ou distrito, que nem sabe em que parte do mundo está situado (...). Na verdade, o cargo de governador-geral no ultramar é um cargo que tem muito pouco de militar, é um cargo político e particularmente de administração. Os governadores-gerais são delegados do governo, os governadores de distrito são delegados do governador-geral. A parte militar nas colónias que por norma tem poucos centos de homens armados é insignificante. Como é, pois, que entendem ou fingem entender que os respetivos funcionários devem ser forçosamente militares?»⁶⁰⁹

Já António José Seixas, antigo negreiro e deputado que defendeu, de modo bem aguerrido, os interesses dos comerciantes, nos seus discursos parlamentares e em vários textos publicados durante mais de três décadas, patrocinando um verdadeiro programa de ação, onde apelava à concretização de modelos de aprofundamento, na cooperação entre as autoridades

⁶⁰⁹ Anon. *Jornal de Lisboa*, nº 764, 16 de janeiro, 1867, p.1.

político/militares e as populações, não escondia uma preferência pelo incentivar de uma administração pública controlada pelos civis.

Defensor de um programa heterodoxo, ele começou por fazer a apologia do trabalho obrigatório dos nativos, muito vantajoso para os comerciantes, porque não acreditava na possibilidade de colonizar Angola com populações brancas provenientes da Europa. Ao mesmo tempo, tomando em consideração o estado lastimável das finanças e da segurança de Angola, sugeria equacionar a possibilidade de alienar outras partes do Império, de modo a concentrar, na costa ocidental, os tão necessários investimentos em termos de infraestruturas e vias de comunicação⁶¹⁰. Na sua opinião, nada disto seria viável sem o reforço da administração civil, sendo por isso, muito crítico da preponderância dos militares na ocupação dos cargos políticos.

Em particular, acusa os militares de serem um entrave às soluções pacíficas, mais úteis para os interesses económicos da província⁶¹¹, e de serem os principais responsáveis pela emergência de focos de insubordinação, quando pautavam as suas ações pelo desrespeito pelos povos locais, exigindo assim a separação entre a administração civil e militar, até porque considera que muitos dos militares colocados nos postos e fortalezas do interior, em contacto mais direto com as populações, não revelavam competência para o exercício dessas funções, porque tratando-se de alferes de 1ª linha, portanto sargentos do reino, a sua preparação técnica e intelectual seria deficiente para enfrentar as dificuldades diárias da administração colonial.

No seu entender, aos militares deveria competir apenas a sistematização dos processos inevitáveis de ocupação territorial, através de uma definição racional e prudente dos pontos estratégicos a conquistar e militarizar, deixando a sua posterior administração para funcionários civis, preparados para estas tarefas, e para os quais se deveriam reservar a representação do poder executivo, a liderança da administração corrente e a aplicação da justiça.

Como consequência deste projeto recomenda a atribuição de vencimentos dignos, aos detentores daqueles cargos, dissuasores de qualquer agência corruptiva. Enquanto não fosse viável adotar uma administração isenta da participação militar, devia-se, pelo menos, ter o cuidado de promover os soldados apenas no fim da comissão e nunca no começo⁶¹² e providenciar no sentido de melhorar as suas qualificações e os seus salários⁶¹³. Também considera a ocupação extensiva, inviável, desnecessária e muito onerosa, e por isso considera

⁶¹⁰ SEIXAS, António José. *Carta Dirigida ao Ilmº Exmº Sr. Ministro da Marinha e do Ultramar*, Lisboa, Typographia Universal, 1860, pp. 15,17-22.

⁶¹¹ SEIXAS, António José. *As Colónias Portuguesas. Considerações*, Lisboa, Typographia Universal, 1865, pp. 16-19.

⁶¹² IDEM. p. 26.

⁶¹³ IBIDEM. pp. 20, 21, 22; SEIXAS, cit. 610. p. 50-52.

ser suficiente a ocupação do litoral, desde Ambriz até Moçâmedes e até Cassange, pela sua importância na ligação com o comércio vindo da Lunda, deixando para mais tarde a ocupação do Cuanhama⁶¹⁴. Assim, afirma serem os projetos de penetração nesta região uma fantasia de militares, sem qualquer interesse económico. O importante é o comércio, entendido como o nervo da pátria e a alavanca da riqueza das grandes nações⁶¹⁵.

Podemos entender estes argumentos, como expressão da defesa dos interesses comerciais e com pouco alcance estratégico global, mas na verdade eles representam a sensibilidade dominante nos setores urbanos de Angola, talvez minoritários, erráticos e difusos, quase sempre pouco consolidados em termos conceptuais e muito marcados pelo imediatismo e pelo interesse, mas que acreditavam na paz, no fomento e na desmilitarização da administração, como processos de construção de ocupação efetiva, entrando, muitas vezes, em choque com os mais intransigentes adeptos da exclusividade da solução militar.

À preponderância dos militares nos cargos de decisão política também havia quem atribuísse o inflacionar dos gastos em armamento, munições, recrutamento de soldados, e construção de fortes, o que em nada contribuía para atrair as populações para a órbita dos interesses portugueses, pois, ao invés, incentivava à retirada das populações, em fuga ao imposto, ao trabalho obrigatório e ao recrutamento compulsivo, levando à desertificação das regiões e a uma pacificação improdutiva.

Todavia, estas críticas, em geral, não duvidavam da impossibilidade de eliminar por completo a administração militar, considerada indispensável nas regiões onde a presença europeia era nula ou a conflitualidade endémica. Contudo, em áreas como Luanda, Congo, Benguela, Huíla, Lunda, Huambo, Bailundo, Bié ou Humpata, por exemplo, já parecia possível, nos finais do século XIX, estabelecer processos preferenciais de administração civil.

No fim, resta uma evidente dificuldade em estabelecer mecanismos de colaboração muito efetivos, refletindo-se na crescente desmobilização dos corpos de voluntários, na escassa participação de locais nas estruturas do Exército ultramarino, cada vez mais dependente de militares provenientes do reino, em busca de promoções ou vantagens económicas; mas, sobretudo na ausência de participação das populações civis, nos patamares produtores de estratégia, impossibilitando-as de exercerem alguma influência na génese, senão dos objetivos estratégicos, pelo menos dos táticos ou operacionais, mesmo quando desde 1830, a província

⁶¹⁴ SEIXAS, António José. *Exposição aos Senhores Eleitores do primeiro Círculo Eleitoral da Província de Angola*, Lisboa, Typographia Universal, 1860, p. 7.

⁶¹⁵ IDEM, p. 32.

de Angola podia eleger deputados às cortes em Lisboa⁶¹⁶, porque os processos eleitorais eram afligidos por graves irregularidades, condicionando a escolha dos deputados, quase sempre cooptados pelo palácio, e, por vezes, sem qualquer ligação a Angola, para além de alguma viagem passada ou algum artigo escrito para qualquer jornal metropolitano.

A este propósito no jornal angolano, não por acaso denominado *O Desastre*, alguém escreveu:

«... que valeram as censuras ao governo, e que tem valido a critica de hoje sobre os actos do governo em questões eleitoraes? Nada! São escandalosos e aviltantes os actos que se praticam com as eleições – quer camararias quer para deputado. Ninguém duvida que em Angola é uso comprarem-se os votos, elegendo-se por consequência um individuo que desconhece este paiz e se o conhece (é) incapaz de represental-o em côrtes – quer por conveniências políticas quer por insufficiencia de dotes intellectuaes. Tudo quanto se há legislado sobre eleições é uma mera fantasia, um escarneo ao povo e um enredo à boa fé do cidadão, e nos pode ser permittida a phrase podemos dizer que é um insulto ao bom senso e um agravo aos bons sentimentos do povo angolense – quer europeu quer angolano, especialmente este.... Eleger como no ultramar se elegem os deputados causa nojo e ofende o bom senso. Mas porventura os deputados teem servido para Angola de alguma utilidade? Se conseguem alguma coisa no parlamento é para benefício deles»⁶¹⁷.

6.3.2 Os afro-portugueses

Quando refinamos um pouco mais o nosso foco de análise e o dirigimos de forma aproximada para as populações descendentes dos primeiros colonos e para os mestiços, no seu todo conhecidos como os *filhos do país*, identificamos uma capacidade de intervenção política pouco relevante, nos seus contornos fundamentais. Na verdade, estas populações haviam assumido posições de algum destaque em termos administrativos e militares, até ao dealbar do século XIX, quando, por consequência da escassez de brancos, tinham ocupado as escassas posições portuguesas no interior, consolidando o seu posicionamento nas redes comerciais constituídas⁶¹⁸.

⁶¹⁶ Angola elegia dois deputados até 1869 e, a partir desse ano, apenas um.

⁶¹⁷ PALMA, M. As Eleições em Angola, *O Desastre*, Loanda 30 de setembro de 1889, pp. 2-3.

⁶¹⁸ A propósito do importante papel económico das famílias afro portuguesas ver DIAS, Jill. A Sociedade Colonial de Angola, em PEREIRA, Miriam Halpern *et al* (coord.), *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao colóquio organizado pelo*

Com efeito, eles foram capitães-mores, chefiaram postos militares, monopolizaram as milícias de Luanda e integraram as burocracias administrativa e judicial. Porém, quando os fluxos populacionais, provenientes da metrópole começaram a aumentar, o seu estatuto foi afetado. Como acima se referenciou, os quantitativos globais de europeus a abraçarem estas terras nunca foram muito significativos, contudo, como muitos deles se destinavam a ocupar as posições mais elevadas da administração pública e da oficialidade de terra e mar, acabaram por despojar os *filhos do país* daquelas posições⁶¹⁹. Também contribuiu para este facto o crescimento das narrativas autonómica e republicana entre eles, levando à sua marginalização por parte dos poderes monárquicos.

Como exemplares daquelas posições políticas assumem-se alguns periódicos como *O Pharol do Povo*, onde numa primeira página de março de 1883 se afirmou:

«Os cofres públicos exaustos e sem esperança, e, não obstante sobrecarrega-se a província com despesas supérfluas como seja a continuação de carregamento que mensalmente Portugal nos envia de funcionários... em vista, pois, deste e de outros factos digam-nos, pois, angolenses e portugueses se o governo de Portugal pode-nos inspirar a menor confiança na sua apregoada proteção? Hontem como hoje, viveremos nesta apathia, não teremos nunca os melhoramentos necessários, a instrução exigida... que faremos nós africanos? Tratemos da nossa organização social, entremos desde já em discussão para estabelecer o... governo... Ninguém pode impunemente abafar a voz da liberdade. A Força Armada é uma fantasmagoria ridícula perante a consciência, a soberania e a força do povo»⁶²⁰.

Para na semana seguinte acrescentar:

«Enquanto Portugal renova as molas gastas da anemia que tem arrastado até o século XIX – vamos dispendo das coisas, mostrando ao mundo civilizado que sabemos amar o nosso paiz e a nossa liberdade, protextando contra Portugal, que a sombra dos seus velhos direitos de descobridor insustentáveis hoje continue a arrogar-se a posse deste vasto império africano... o deslumbramento das descobertas atordoa-lhes os sentidos

Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981, 1º Volume, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 267-286.

⁶¹⁹ Em 1877 e 1883 publicou-se legislação a determinar a obrigatoriedade de os cargos administrativos serem ocupados por funcionários provenientes da metrópole.

⁶²⁰ Anon. Bremond, *O Pharol do Povo. Folha Republicana*, 1º ano, nº 5, 10 de março de 1883, p.1.

delirantes, apesar de passarem 400 anos, e nós africanos sofremos, como é regra natural ... devemos por isso renegar essa maldita mãe, que nos tem servido de madrastra.»⁶²¹.

Marginalizadas por via destes seus posicionamentos ideológicos, estas populações também não ficaram imunes ao acentuar dos discursos de tipo racista, muito operativos, nos anos finais de oitocentos, e que colaboraram no seu rebaixamento hierárquico nas estruturas do poder político e militar, e na sua perda de influência nas câmaras municipais, onde, até ao final dos anos de 1880, se tinham assumido como personagens centrais, nas estratégias de reivindicação de maiores investimentos metropolitanos para o desenvolvimento da agricultura, da educação, dos transportes e das vias de comunicação.

Agora, acompanhando-se esta deterioração social, com o acentuar das narrativas mais belicistas, a sua posição, no âmbito de uma estratégia abrangente político-militar, torna-se irrelevante, pois eles não se constituem como uma ameaça militar imediata, mas também não oferecem mais valias operacionais.

6.3.3 Os bóeres

Chegados ao Sul de Angola, nos anos oitenta do século XIX, fugindo da imposição da ordem britânica no Transval, os bóeres estavam marcados pela sua história de profunda autonomia, e, para além de terem perdido o apego à ideia europeia de pátria, como afirma Hannah Arendt⁶²², não estavam dispostos a submeter-se a qualquer outra realidade estadual. Por isso, era escassa a sua motivação em colaborar com as autoridades portuguesas, em tudo o que fosse estranho aos seus próprios interesses, os quais pouco excediam a procura pela subsistência. De todo o modo, neste último e relevante particular as autoridades coloniais em Angola assumiam-se como instrumentais, recrutando-os a bom preço para serem auxiliares nas campanhas militares, alugando os seus carros de bois, imponentes e lentos, mas substitutos eficazes dos carregadores indígenas, sempre tão difíceis de recrutar e cedendo o direito às terras onde eles pastoreavam o gado, e poderiam desenvolver a ocupação branca.

Contudo, fora destas motivações económicas imediatas, não seria expectável encontrar plataformas de convergência mais amplas, capazes de assegurar qualquer tipo de unidade de esforços num quadro estratégico alargado, e a ativa e eficiente participação, dos bóeres em muitas das operações militares, descritas em capítulos anteriores, não foram suficientes para

⁶²¹ Anon. Angola perante a idêa do século, *O Pharol do Povo. Folha Republicana*, 1º ano, nº 6, 16 de março de 1883, pp. 1-2.

⁶²² ARENDT, cit. 93, p. 258.

esconder os receios a propósito das suas hipotéticas aspirações secessionistas, as quais poderiam contribuir para incentivar os povos locais a rebelarem-se contra os portugueses. Estes receios terão impulsionado os projetos de instalação de portugueses no Sul, com a intenção de equilibrar a influência bóer na região e atenuar os seus constantes atritos com as populações negras, vistos como possíveis aceleradores de revoltas mais amplas.

Como afirmei no capítulo anterior, não conheço provas destas supostas conspirações bóeres, a propósito das quais, Paiva Couceiro fala de boatos⁶²³. Todavia, a sua falta de apego aos territórios de Angola é bem evidente na facilidade com que partem; primeiro, para a Damaralândia, mais tarde, para a África do Sul, e, em 1926, quase todos para este último país, organizador de uma grande campanha de repatriamento, encerrando uma breve passagem por Angola destes descendentes de antigos holandeses, instalados no Cabo, no século XVII, para vender carne e legumes às frotas da Índia⁶²⁴.

Síntese conclusiva.

Este capítulo estruturou-se a partir da 2ª dimensão da Teoria Geral abordando a problemática do relacionamento entre civis e militares.

Num primeiro momento, analisámos a figura dos governadores gerais, como exemplos da possibilidade de afirmação de uma lógica de unidade de comando, na medida da sua capacidade de concentração de poderes políticos e militares. Com efeito, mesmo sendo os representantes dos poderes metropolitanos em Angola, e estando na dependência funcional do ministro da Marinha que os escolhia e podia exonerar, aqueles governadores gerais tutelavam as autoridades políticas e militares, ostentando por isso relevantes poderes de facto, e capacidades para atuarem de modo a integrar as dimensões políticas, económicas e de defesa e segurança.

Dito isto, não se podem ignorar as importantes limitações à sua atuação, as quais relevámos, e se traduzem nos constrangimentos orçamentais derivados da sua dependência de fundos disponibilizados pela metrópole, as debilidades das vias e meios de comunicação, que no final permitiam grande autonomia aos escalões políticos e militares mais internados, as suas dificuldades ao nível do controle da política de pessoal, em termos de promoções e destacamentos na 1ª linha, matérias onde era necessário o sancionamento de Lisboa, e cuja importância não era despicienda porque funcionava como uma forma de assegurar o controlo sobre os militares, muito centrados naquele tipo de preocupações, e ainda os problemas de

⁶²³ PAIVA COUCEIRO, cit. 495, p. 171.

⁶²⁴ ARENDT, cit. 93, p. 251.

relacionamento com as expedições metropolitanas, e com as forças da estação naval, durante anos independente do poder de Luanda.

Destes constrangimentos, e das esporádicas dificuldades de relacionamento pessoal entre alguns governadores gerais e determinados líderes operacionais, resultaram dificuldades no desenvolvimento de algumas operações militares, mas a verdade é que as linhas de comando se encontravam previstas e bem desenhadas: o governador geral, como representante do poder metropolitano, acumulava poder político e militar, sendo o comandante supremo das forças; os órgãos políticos no terreno e os comandos operacionais eram seus subordinados e, de forma hierárquica, transmitiam as ordens de modo vertical, acreditando-se que a inflação de militares ao longo de toda a cadeia política e administrativa, funcionava como um meio de assegurar um maior respeito pelos ordenamentos políticos, atendendo à sua mentalidade mais formatada em lógicas hierárquicas, ao mesmo tempo que se defendia estarem melhor preparados para estabelecer as necessárias ligações entre as problemáticas da guerra, da política, da economia e da sociedade.

No segundo andamento deste capítulo, partiu-se da especificidade da realidade colonial aqui apreciada, para alargar o campo de análise em direção aos mecanismos de relacionamento entre as autoridades políticas (quase sempre militares) e a sociedade civil, ou seja: indígenas, colonos de origem europeia, afro-portugueses e bóeres.

Na primeira situação considerou-se incontornável o entendimento das visões que os portugueses ostentavam sobre os africanos e provou-se que estas não eram monolíticas, assentando em princípios teóricos diferenciados. Embora, a noção da inferioridade radical do negro fosse comum a todos eles, para quem acreditava nessa inferioridade como expressão de uma deficiência evolutiva, a hipótese de ascensão às virtudes da cultura ocidental era viável, exigindo esforços de aculturação. Esforços estes que ao exigirem modos de aproximação pacíficos, tornavam possível acreditar na possibilidade de concretizar modalidades de cooperação, e, no limite, até a possibilidade de cooptação de indígenas para patamares inferiores da administração pública e da força armada, permitindo ultrapassar a necessidade do conflito e construir, no futuro, uma sociedade onde a integração do negro, no todo português, pudesse resultar em benefícios mútuos.

Para os outros, crenes na ideia da radical selvageria e inferioridade, assente até, por vezes, nas noções poligenistas, o uso da força era inevitável, não se considerando possível, nem tão pouco desejável, qualquer forma de colaboração pacífica.

Construídas por diversos agentes (militares, missionários, comerciantes), estas visões, embora diferenciadas, revelaram capacidades de influenciar os patamares políticos, ganhando

por isso cambiantes mais difíceis de esquematizar, por na prática originarem muitos procedimentos de síntese.

Como se explicou, estando os governadores gerais posicionados numa posição de absoluta centralidade na arquitetura institucional do poder colonial, sendo eles a charneira entre a grande estratégia e o teatro, era inevitável apreciar o seu papel nesta dimensão da problemática. E nesse ponto, acredito ter provado, com exemplos concretos, que para muitos deles, as modalidades de colaboração com as populações civis indígenas eram aspetos a valorizar. Importava captar a adesão das populações e contribuir para o seu desenvolvimento material, como mecanismo estratégico para a prevenção da conflitualidade, contando-se com a ação dos militares no terreno, para a implementação de muitas das medidas preconizadas.

Assim, e embora a atuação dos governadores gerais convocados pela análise, não decorra de uma doutrina escrita, centralizada e coordenada de forma hierárquica, emanando de iniciativas individuais, por vezes divergentes porque alicerçadas em posicionamentos ideológicos diferenciados, a generalidade destas atuações pressupõe a potencial eficácia dos processos colaborativos como mecanismos pacíficos de dominação.

Esta noção, incentiva ao conhecimento do outro e das suas particularidades, e à emergência de discursos de intervenção ao nível de políticas sociais (educativas, legais e de saúde) e económicas (incentivo à integração nos circuitos comerciais, fomento material), parecendo ser possível afirmar que, quase cem anos antes da 2ª etapa das guerras africanas do terceiro Império e da introdução estruturada das dinâmicas da chamada ação psicossocial, já aqui se identificavam preocupações em utilizar o conhecimento para desenhar estratégias de contacto não agónicas, mesmo que assentes em lógicas instrumentais e num ponto de partida ideológico de base racista, adequado ao contexto cultural da época.

No relacionamento com as populações não negras, concedi destaque aos colonos europeus, não obstante a sua relativa insignificância demográfica. Na verdade, mesmo apesar dos seus números limitados, ocupavam-se de tarefas muito variadas, desde o comércio, à administração, passando por várias profissões liberais, e de modo natural este facto posicionava--os de modo diferenciado perante as políticas de defesa e segurança, levando a diferentes graus de compromisso.

Em termos gerais o que estes colonos pretendem das forças de segurança é a defesa dos caminhos, a ordem nas cidades, a proteção das fazendas e armazéns, a aplicação de castigos aos indígenas, renitentes à integração nas lógicas do capitalismo comercial, a participação no apoio à expropriação das terras, assim como a imposição da livre passagem; para tanto, mostram-se dispostos a atenuar a fragilidade dos recursos financeiros e humanos públicos, colocando à sua

disposição servisais armados, carregadores e, por vezes, ajudas financeiras e alimentares. Mas quando as motivações estratégicas não pareciam de particular pertinência para o assegurar destes seus propósitos, já não era fácil implicá-los na defesa do suposto interesse público, e os projetos de cariz mais intervencionista advindos da metrópole foram sempre encarados com muita desconfiança. Com efeito, e numa primeira fase, as políticas anti esclavagistas foram vistas como atentatórias do progresso económico e por isso desrespeitadas; depois, as estratégias de maior dureza em termos de intervenção militar e ocupação territorial começaram por ser entendidas como desnecessárias e dispendiosas, para no fim o balanço da cooperação destes colonos com as forças armadas se ter revelado muito circunstancial, reativo e portanto pouco relevante, assim como a sua participação nos escalões da decisão política local e metropolitana, pois na primeira situação viram-se durante muito tempo suplantados pela presença quase hegemónica de militares, e na segunda, a possibilidade de eleição de representantes para o Parlamento em Lisboa assumia pouco significado, não só pela deficiência dos processos de escolha de deputados, mas também porque mesmo nos momentos em que os deputados por Angola eram conhecedores da realidade, e empenhados em apresentar propostas para o desenvolvimento da região, e houve exemplos disso, acontece que a já referida supremacia do executivo sobre o legislativo, por norma não permitiu a adoção das sugestões assim apresentadas.

7 RELAÇÕES ENTRE NÍVEIS DE AUTORIDADE

De modo a assegurar a coerência entre a grande estratégia e a ação operacional, era crucial que os mecanismos de ligação entre os patamares superiores da decisão política metropolitana e os seus representantes em África se encontrassem coordenados. Ou seja, definidos os princípios políticos importava que eles atingissem o terreno, com o mínimo ruído possível, e para isso a conexão entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (Ministério das Colónias após 1911), e os governadores gerais assumia um papel crucial.

Como se processava essa ligação é o problema aqui abordado, e para o resolver começaremos por estudar a evolução estrutural daquela Secretaria de Estado e respetivos órgãos consultivos, valorizando as dimensões funcionais, com o intuito de clarificar os modos como a metrópole tutelava os assuntos relativos à segurança e defesa colonial, para, de seguida, abordarmos os modos de relacionamento entre estes poderes metropolitanos e os governadores-gerais, tomando em consideração o incremento dos processos de descentralização do poder.

A abordagem aqui adotada não deve ser confundida com o sublimar de perspetivas institucionalistas, onde se sobrevalorize a análise das estruturas de poder no entendimento do mundo, pois é o resultado da ideia de que a construção ideológica e formal das instituições não emerge do vazio, sendo por isso a expressão visível de realidades profundas, tornando-se necessária a sua análise para uma compreensão integrada do todo, entendido como uma estrutura organizada.

7.1 A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar

As transformações políticas internas, as estratégias orçamentais e os esforços de adequação às mudanças do sistema internacional, condicionaram a relação de Portugal com África, daí resultando vários processos reformistas ao nível da orgânica da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar⁶²⁵, cujas características fundamentais se pretendem expor de seguida.

Em maio de 1835, a Secretaria de Estado de Negócios do Ultramar⁶²⁶ passou a concentrar todos os assuntos relativos às colónias⁶²⁷, interrompendo-se a experiência de dispersar os assuntos coloniais por diversas pastas governamentais, na linha do que se praticava em Inglaterra e na França. Os argumentos apresentados para justificar esta opção, então inovadora,

⁶²⁵ A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar foi reestruturada nos anos de 1843, 1859, 1868, 1869, 1878, 1884, 1892 e 1902.

⁶²⁶ *BCU - 1834-1851* v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 5-6.

⁶²⁷ *IDEM.* pp. 6-7.

construíram-se em torno de duas linhas argumentativas: a ideia de o controlo centralizado ser crucial para qualquer estratégia de valorização dos territórios africanos, e a afirmação de uma necessidade urgente de implementação de procedimentos técnicos e burocráticos especializados, garantes de uma administração eficaz.

Só três anos mais tarde se aplicariam estes preceitos, aproveitando-se a oportunidade para dividir a Secretaria de Estado em duas secções⁶²⁸, ficando uma com as competências relativas à Marinha, e outra com o exclusivo das matérias ultramarinas, incluindo as dimensões terrestres de defesa e segurança, inaugurando-se uma voragem legislativa, que se iria estender por toda a centúria e cuja marca primordial foi o realce concedido aos aspetos formais, em detrimento de reflexões de âmbito mais estratégico.

Logo em 1843, a secção ultramarina acabaria por ser dividida em 4 repartições, respeitante cada uma delas às quatro províncias que no momento constituíam o Império ultramarino: (Índia, Macau, Solor e Timor); (Angola); (Moçambique) e (Cabo Verde e São Tomé), pretendendo-se, com esta solução, valorizar os traços específicos e diferenciadores de cada território. A implementação desta estrutura implicou o desrespeito pela lógica assimilacionista, então preponderante, e segundo a qual as leis da metrópole deviam ser aplicadas, em todas as parcelas do Império, suscitando por isso severas críticas em setores políticos que, mal chegaram ao poder, implementaram uma nova estrutura funcional na Secretaria de Estado, acrescentando uma Direção de Administração da Fazenda⁶²⁹ às agora denominadas Direções do Ultramar e da Marinha, substituindo-se a lógica geográfica por um racional temático.

No caso particular da Direção do Ultramar, procedeu-se à sua divisão em quatro repartições: a repartição central, encarregue do expediente geral, arquivos e policiamento de todo o ministério, mais as 1ª, 2ª e 3ª repartições a quem incumbia respetivamente:

- As matérias referentes à administração geral e municipal colonial, a eleição dos deputados ultramarinos, a saúde pública, a administração de justiça, os negócios eclesiásticos e a polícia e segurança pública;
- As responsabilidades, em termos de negócios externos, organização militar, colonização e emigração, recrutamento e abolição da escravatura, para

⁶²⁸ IBIDEM. pp. 294-299.

⁶²⁹ BCU - 1857-1862 v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 457-469.

além dos aspetos burocráticos referentes às reformas e recompensas a conceder aos militares;

- As obras públicas, a indústria, a agricultura e o comércio, mas também os correios, as matas e as minas.

Nove anos depois, a repartição central acabou por ser extinta, e as atribuições da 3ª repartição do ultramar foram distribuídas pelas outras duas, de modo a permitir a sua dedicação exclusiva aos assuntos militares⁶³⁰, mantendo-se a polícia e ordem pública na 1ª repartição, apesar de no terreno, as tarefas de defesa e segurança se confundirem e serem executadas pelas mesmas unidades.

Esta nova repartição militar passou, então, a ser dirigida por um oficial superior com experiência colonial e, se perdeu a tutela sobre os negócios externos, a colonização e a emigração, em contrapartida aumentou de forma considerável o seu espectro de ação teórico, em termos operacionais, acrescentando, às suas competências, a organização das forças expedicionárias, as escolas militares, as fortificações e o movimento de tropas e operações.

Todavia, ainda não se tinha esgotado um ano, quando, em 1 de dezembro de 1869, o ministro Luís Augusto Rebelo da Silva fez aprovar uma nova reorganização, assumindo como prioridade a contenção orçamental. A seu ver, África só interessava sem esforço financeiro para a metrópole, e por essa razão os poderes ultramarinos foram incentivados a fomentar mecanismos potencializadores de estratégias de autossuficiência, e o poder central a manter as despesas controladas e austeras. Nesse sentido, a grande mudança então implementada, foi a extinção da Direção da Fazenda⁶³¹, cujas responsabilidades passaram a ser partilhadas pelas Direções da Marinha e do Ultramar, de modo a diminuir o pessoal, e a tornar aquelas duas direções mais operacionais, permitindo-lhes lidar, de modo mais imediato, com a gestão corrente dos seus assuntos contabilísticos e financeiros.

No essencial, esta orgânica perdurou até ao ano de 1878⁶³², quando, por consequência da amplitude de competências da 1ª repartição da Direção do Ultramar, se optou pelo seu

⁶³⁰ A 3ª repartição trata agora da organização militar, recrutamento, organização das forças expedicionárias, promoções, reformas e recompensas dos militares, escolas militares, movimentos de tropas e operações militares e fortificações. *BCU - 1868 - 1869*, v. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 117-118.

⁶³¹ Então designada Direção Geral de Contabilidade Naval e do Ultramar.

⁶³² *BCU - 1875 a 1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp.639-651.

desdobramento, fundando-se uma nova repartição, com funções burocráticas⁶³³, passando-se a 6 repartições, de entre as quais a 4ª ficou encarregue dos assuntos castrenses e a 5ª da contabilidade, dos orçamentos e da fiscalização de todas as despesas e receitas ultramarinas, incluindo as militares.

Mais tarde, em 1889, o então ministro da Marinha, Ressano Garcia, considerou insatisfatório o balanço desta reorganização, porque a achou incapaz de fazer frente ao crescente número de assuntos com que havia de lidar: os caminhos de ferro, as obras públicas, companhias para abastecimento de águas, reformas fiscais e administrativas, telégrafos, transportes e comunicações, trabalhos estatísticos, a reforma da fazenda e, sobretudo, a necessidade de alargar a presença territorial, tendo exigido um acréscimo de funcionários e novas reestruturações. Sendo impossível satisfazer a primeira solicitação, insistiu-se nas tentativas de reforma orgânica, as quais se foram repetindo, até ao termo da Monarquia Constitucional.

Logo em 1892, de forma algo hesitante, extinguiu-se a Direção Geral de Marinha⁶³⁴, mas ela regressaria, quatro anos mais tarde, quando se implementou uma subdivisão sectorial nas várias repartições da Direção do Ultramar⁶³⁵. Desta reorganização, resultaram três novas secções no seio da 4ª repartição: a 1ª, dedicada à organização militar, ao recrutamento, à organização das forças expedicionárias e do depósito de praças do ultramar, à expedição de patentes aos oficiais, à publicação do boletim militar do ultramar, aos tribunais militares e às nomeações, promoções, reformas, recompensas, licenças e transferências dos militares. Ou seja, tarefas burocráticas e administrativas. A 2ª secção, por seu turno, ficou com as infraestruturas e a logística, as fortificações e o material de guerra, assim como a execução de contratos para fornecimento de artigos militares. À 3ª secção, atribui-se o serviço médico e higiénico, os hospitais militares, os boletins e as companhias de saúde. Sendo extinta em 1902, as atribuições sanitárias passaram para a 5ª repartição, por isso privada das incumbências contabilísticas e orçamentais, em favor da Direção Geral de Contabilidade Pública⁶³⁶.

⁶³³ Esta 6ª repartição recupera algumas das atribuições da antiga repartição central e tem como missão os arquivos da direção geral do ultramar, a biblioteca do ministério, a entrada geral, as certidões, a guarda dos selos, a expedição de correspondência para o ultramar e o policiamento do edifício do ministério, por exemplo.

⁶³⁴ *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, *Imprensa Nacional*, 1894, pp.485-504.

⁶³⁵ *BCU - 1902*, - v. XXX, Lisboa, *Imprensa Nacional*, 1902, pp. 1564-1600.

⁶³⁶ Em 1900, tinha-se criado a Inspeção Geral da Fazenda do Ultramar e esta absorvera algumas competências, até aí entregues à 5ª repartição, como a elaboração de contas gerais de despesa e receita do ultramar, arrecadação e regulamentação de rendimentos públicos e organização geral do orçamento do ultramar.

Desta dinâmica de compartimentação setorial das repartições e de substituição de lógicas de funcionamento geográfico por outras de fundamentação temática, resultou a necessidade de um grande esforço de coordenação, por parte dos respetivos diretores gerais e, por isso, o artigo 3º da II secção do decreto de organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, orienta os chefes de repartição para: «Prestar aos outros chefes de repartição as informações necessárias para o bom desempenho dos trabalhos da competencia d'elles, e requisitar-lhes as de que possam carecer para fim analogo»⁶³⁷; contudo, na prática, as dificuldades de coordenação, no seio da Secretaria de Estado, não facilitavam a tarefa dos ministros, carentes de aconselhamento técnico.

De modo a contornar esta situação, criou-se, em 1892, um Conselho Consultivo, constituído pelo Diretor Geral do Ultramar e pelos seus chefes de repartição, com o objetivo de coordenar as tarefas das diversas secções; porém, este organismo foi incapaz de superar as dificuldades, provenientes da escassez de informação entre os funcionários das repartições que, não conhecendo as disponibilidades de recursos humanos, a natureza específica das missões em contexto colonial ou a tipologia das ameaças, produziam muitas propostas inviáveis de operacionalizar, pouco ajudando a tomada de decisão executiva.

Ao mesmo tempo, a lógica de organização temática e não geográfica implicava uma dificuldade acrescida de adequação ao concreto, pois quando se regulamentava para um abstrato universal, corria-se o risco de, por via da grande diversidade dos territórios em causa, criar dificuldades locais ou até o total desrespeito pelos normativos. Veja-se, como exemplo, o sucedido com as experiências de unificação entre os exércitos metropolitano e ultramarino, quando o desprezo pelas realidades culturais indianas, resultou em movimentos subversivos de grande escala, como a recusa dos soldados maratas embarcarem para Moçambique, em 1879 e 1895⁶³⁸. Tal recusa foi o resultado de se negarem a combater e viver junto de populações negras, com hábitos alimentares e tradições religiosas por eles desprezadas, e do facto de a integração orgânica dos corpos implicar a perda de compensações económicas de particular relevo, nos seus quadros mentais, pois, em caso de morte em combate, elas eram o garante do sustento dos seus agregados familiares, obrigação vital de qualquer chefe de família, nesta tradição religiosa e social. Duas marcas culturais profundas que, se tomadas em consideração pelo legislador, poderiam ter evitado as sublevações e originado soluções de concretização mais viável.

⁶³⁷ BCU - 1875-1878, v. IX, Lisboa Imprensa Nacional, 1880, p. 644.

⁶³⁸ A propósito destas revoltas, ver: ROQUE, Ricardo. *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

Para além destas dificuldades, a complexificação das relações com África, por via da necessidade de maior formalização da presença, não consentia descanso à pulsão legislativa, e Eduardo Vilaça (1852-1914), na pasta da Marinha, apresentou uma nova proposta de reorganização, estruturada em torno de dois vetores nucleares: a necessidade de apreciar os problemas coloniais como um todo, não se dissociando as questões económicas, financeiras e sociais das questões de defesa e segurança; a perceção da urgência em reforçar a centralização do poder.

Considerando a política de melhoramentos materiais no ultramar dependente de um entendimento global das questões, e de uma eficaz liderança política⁶³⁹, ele considera que esta devia assentar num poder central robusto, com capacidades efetivas de controlo e inspeção, capaz de garantir a coerência local, com as opções da grande estratégia. Para isso, era importante alterar o quadro e a organização da Secretaria de Estado, no sentido de melhorar os mecanismos de coordenação e integração e, com esse objetivo, decidiu reduzir a 4ª repartição a duas secções, visando a sua agilização, e determinou a necessidade de o seu chefe ser um oficial superior do Exército, com experiência ultramarina. Mais importante, foi a indicação para o Diretor Geral do Ultramar preparar, com todos os seus chefes de repartição, as propostas de lei, decretos, regulamentos e relatórios,⁶⁴⁰ de modo a enviar ao ministro textos coerentes, com contributos integrados de todas as secções, e não propostas desgarradas e por vezes contraditórias, como por vezes sucedia.

Nos últimos tempos da Monarquia Constitucional, os discursos favoráveis à descentralização do poder, por via da apologia de uma maior autonomia dos governos coloniais começaram a ganhar força e, ao mesmo tempo, aparecem vozes a reivindicar a separação dos negócios da Marinha e das colónias⁶⁴¹. Neste percurso, cabe destacar a proposta de Jayme de Sousa de constituir duas secretarias de estado autónomas: a dos Negócios das Colónias e a dos Negócios da Marinha. A primeira deveria tutelar todos os serviços, então dependentes da Direção Geral do Ultramar, da Inspeção Geral da Fazenda do Ultramar e da Direção Geral dos Caminhos de Ferro Ultramarinos, assim como os serviços de Marinha, destinados ao serviço fluvial e de defesa de portos nas colónias, deixando-se a defesa das costas do reino e das colónias e ilhas, assim como os assuntos da Marinha mercante, pescas e recreio, para os

⁶³⁹ *Diário da câmara dos deputados*, 20 de março de 1899, pp. 11-103.

⁶⁴⁰ *BCU - 1902*, v. XXX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, pp. 1564-1600.

⁶⁴¹ Em fevereiro de 1907 Jayme Sousa apresenta a proposta de criação de um Ministério do Ultramar autónomo. A proposta fica para segunda leitura, não sendo discutida. *Diário da Câmara dos deputados*, 16 de fevereiro de 1907, p. 1.

Negócios da Marinha⁶⁴². No decurso dos últimos anos da Monarquia, estas ideias não tiveram acolhimento, mas abriram o caminho para dois pontos essenciais nas posteriores narrativas republicanas: a descentralização e a autonomia.

Após a proclamação da República, em maio de 1911, aquela diferenciação acabou por se concretizar, conduzindo à substituição da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar por dois ministérios: o da Marinha e o das colónias, apesar de mais tarde, Norton de Matos afirmar ter-se tratado de uma mera mudança de nomes, sem nada se alterar no essencial⁶⁴³.

O novo Ministério das Colónias manteve a estrutura dual, agora com uma Direção Geral das Colónias e uma Direção Geral da Fazenda, solução pouco operativa para o reforço de mecanismos de unidade de ação, prejudicados pela independência funcional entre as direções gerais, a qual se justificava pela necessidade de controlo sobre a gerência financeira colonial, mas de onde resultavam conflitos de jurisdição e dificuldades no quotidiano dos governos ultramarinos. As dificuldades provenientes desta solução originam uma via de compromisso, pela qual se estabeleceu uma organização geográfica dentro de cada uma daquelas duas direções que, no seu seio, passaram a estar divididas em secções específicas, uma para a África ocidental e outra para as restantes províncias.

Esta orgânica irá perdurar até 1920, quando se regressa ao racional geográfico, com a criação de duas direções gerais: a da África ocidental e a das colónias a oriente do cabo. Cada uma delas ostentando unidade de direção, ou seja, com competências tutelares sobre todos os assuntos (incluindo os orçamentais) referentes a cada um daqueles macro espaços⁶⁴⁴, esperando-se propiciar soluções coerentes e integradas não só dentro da cada colónia, mas também no conjunto do grupo geográfico em que se integram.

7.1.1 Órgãos Consultivos

As estruturas funcionais, supra mencionadas, expressavam-se por via dos controlos técnicos e burocráticos, esgotando-se nas tarefas de despacho, arquivo, fiscalização administrativa e coleção de dados estatísticos, não revelando muita eficácia no apoio ativo aos processos de iniciativa legislativa, levando à criação de órgãos consultivos, com competências coloniais⁶⁴⁵, de quem se esperava a assessoria à ação política dos ministros.

⁶⁴² *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 de fevereiro de 1907, p. 4.

⁶⁴³ NORTON de MATOS, cit. 427, p. 119.

⁶⁴⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 abril de 1912, pp.35-43 (Proposta de reorganização do Ministério das Colónias).

⁶⁴⁵ No âmbito da Marinha também foram criados alguns órgãos consultivos: a Comissão Consultiva de Marinha em 1859, depois substituída pela Junta Consultiva de Marinha em 1868. No mesmo ano

Ao longo do período aqui analisado, foram vários os órgãos de conselho constituídos, como o Conselho Ultramarino e a sua sucessora Junta Consultiva do Ultramar, a Comissão Central Permanente de Geografia, a Comissão de Cartografia, o Conselho das Pautas Ultramarinas, a Junta Geral das Missões Portuguesas, o Conselho Superior da Magistratura do Ultramar e a Comissão Técnica das Obras Públicas, dos quais só nos interessam os quatro primeiros, e apenas no referente às dinâmicas colaborativas.

Em 1833, com o pretexto de facilitar as tarefas da administração pública e reduzir os seus custos, extinguiu-se o velho Conselho Ultramarino, herdado dos tempos da Restauração da Independência, sendo as suas competências dispersas pelo Tesouro Público e pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Contudo, a convicção da necessidade de um órgão coletivo, constituído por especialistas de matérias coloniais, imunes ao turbilhão das remodelações governamentais, não esmoreceu e, por isso, nos finais dos anos trinta, e no decorrer da década seguinte, várias propostas se foram erguendo na defesa do seu restabelecimento⁶⁴⁶.

A análise dos argumentos, apresentados em sua defesa, permite destringer as seguintes ideias: um dos grandes males dos territórios ultramarinos é o pouco tempo de permanência dos ministros nos seus cargos; as autoridades provinciais, porque não se sentem controladas, não têm qualquer receio em desrespeitar as determinações metropolitanas e a conduzirem as suas ações em proveito próprio; as propostas legislativas, emanadas do governo, e as próprias leis aprovadas pelas Cortes são parcelares, demonstram desconhecimento do terreno, são amiúde reativas e é raro possuírem visões prospetivas de médio prazo.

Por todas estas razões, a existência de um corpo permanente com um papel de controlo e incentivo das políticas ultramarinas, capaz de estudar e preparar de forma cuidada e coordenada propostas para apresentar ao ministro, começa a ganhar um número cada vez maior de adeptos, entre os defensores do projeto colonial. Porém, só com a Regeneração será possível assistir ao ressurgimento do Conselho Ultramarino, o qual, nesta nova etapa da sua existência, assume um leque muito alargado de competências. Por exemplo, ser ouvido em tudo que respeite à interpretação de decretos de lei, propostas de lei ou regulamentos relacionados com as matérias

surgem a Junta Consultiva de Saúde Naval, a Comissão de Aperfeiçoamento da Artilharia Naval e o Conselho de Instrução Naval. Em 1902, verificam-se alterações onomásticas pontuando então o Conselho Superior da Marinha, o Conselho Superior de Saúde Naval, a Comissão técnica de Artilharia Naval e a novidade: Comissão Central de Pescarias.

⁶⁴⁶ Vejam-se por exemplo as propostas apresentadas por Almeida Garrett em 1837 na Câmara dos Deputados e o projeto de lei de Sá da Bandeira de 1840 para criar o então designado Conselho do Ultramar. Diário do Governo em Câmara dos Senadores [em linha], 1840, 10 de julho, nº 012, pp. 864-865. [consult. 3 mar. 2017]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/csenadores>.

ultramarinas, organizar e propor regulamentos para aplicação do legislado, sugerir propostas de lei para o governo apresentar às cortes, organizar o orçamento anual das províncias ultramarinas, vigiar com especial atenção a aplicação das leis anti esclavagistas e organizar a estatística de todas as províncias de além-mar.

No sentido de potencializar a sua ação, o Conselho foi dividido em sete secções, das quais, a 6ª, denominada de guerra e Marinha, se encarregava da organização militar e também do recrutamento, reformas e recompensas militares, justiça militar, relações exteriores, para além da inspeção e administração dos correios de mar e terra.

Esta orgânica permitiu-lhe ter uma ação de grande dinamismo, ao longo dos anos cinquenta, década durante a qual apresentou mais de 550 consultas, entregou na Secretaria de Estado quase duas centenas de ofícios a solicitar esclarecimentos e ultrapassou aquele quantitativo, no respeitante a portarias e ofícios enviados a diversas autoridades⁶⁴⁷. Apesar da secção militar ter sido das menos ativas, ela não deixou de produzir diversos pareceres, a propósito de temas como a reorganização militar do ultramar, a organização das forças de 1ª linha, as promoções, os soldos, as gratificações, as condecorações e reformas dos oficiais, a higiene, o vestuário e alimentação das tropas, as munições e o serviço de carregadores, assim como as vantagens a conceder às praças, a extinção e criação de unidades militares, as campanhas militares como as de Cassange, Ambriz ou Quissengues, a constituição de guarnições, a sujeição de sobas, os autos de vassalagem ou a organização militar indígena.

Para entender tal labor, não se pode ignorar a constituição inicial do Conselho. Presidido por Sá da Bandeira, era constituído por 7 vogais efetivos, quase todos com experiência ultramarina⁶⁴⁸, e 4 vogais extraordinários, dos quais três tinham sido governadores-gerais de territórios ultramarinos⁶⁴⁹. Este facto, em confronto com a inexperiência de muitos dos ministros do ultramar, a sua curta permanência no cargo e o pendor burocrático das estruturas permanentes da Secretaria de Estado, levou o Conselho a assumir-se, em muitas ocasiões, como o verdadeiro centro de produção de propostas legislativas. Por vezes, e apesar de estar cerceado de qualquer capacidade executiva, também parece ser ele a liderar a política ultramarina,

⁶⁴⁷ PORTUGAL. *Synopse dos trabalhos da Conselho Ultramarino desde a sua Creação até ao fim do anno de 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857; *Synopse dos trabalhos da Conselho Ultramarino desde 1857 até ao fim do anno de 1865*, Lisboa, Typographia do Jornal Colónias Portuguesas, 1891.

⁶⁴⁸ Manuel de Portugal e Castro tinha sido ministro do ultramar e governador geral da Índia, tal como José Ferreira Pestana; João de Fontes Pereira de Melo tinha sido governador de Cabo Verde; o Visconde de Lançada tinha sido conselheiro do velho Conselho Ultramarino, extinto em 1833. Apenas Almeida Garrett (perito em direito administrativo) e José da Silva Guardado (juiz de direito) não tinham experiência colonial.

⁶⁴⁹ Domingos Coreia Arouca foi governador de Cabo Verde, José Maria Marques, de São Tomé e Timor, e Adrião da Silveira Pinto, de Angola. Francisco da Costa Amaral fora ouvidor de Macau.

enquanto a Secretaria de Estado se esgotava nas suas múltiplas tarefas de pendor administrativo. Tal panorama mais se reforçaria quando, a partir de 1854, passou a fiscalizar as contas das províncias ultramarinas⁶⁵⁰.

Contudo, no final dos anos cinquenta, uma importante reforma deste organismo tendeu a esvaziar muitas das suas competências. Perdeu a coordenação da estatística, em favor da 2ª repartição da Direção do Ultramar, ficou impossibilitado de solicitar informações às autoridades ultramarinas, de controlar a aplicação da legislação anti esclavagista e de organizar os orçamentos coloniais, iniciando-se um movimento de progressiva irrelevância, que acabará por levar à sua extinção, ainda antes de terminar a década de 1860.

Sucedeu-lhe, então, a Junta Consultiva do Ultramar⁶⁵¹, até 1911, quando, no novo contexto republicano, se fez renascer o Conselho Colonial⁶⁵². As funções da Junta eram consultivas, devendo ser ouvida em matérias referentes à produção legislativa e aos contratos com companhias comerciais. Para além disso, deveria codificar a legislação relativa ao ultramar e organizar os trabalhos estatísticos, a partir dos documentos que lhe fossem enviados pelos serviços da Direção do Ultramar. Trinta anos após a sua fundação, foram-lhe concedidas competências respeitantes aos orçamentos das missões, às pautas ultramarinas, à concessão de medalhas e terrenos, acrescentando-se, mais tarde, atribuições como tribunal contencioso, funcionando como última instância perante os recursos dos Conselhos do Governo das províncias, em matérias fiscais. Porém, o processo de reforço burocrático e de modernização administrativa das estruturas governamentais acaba por se refletir na crescente insignificância deste corpo consultivo, e, embora ele detenha a competência de dar parecer sobre todos os projetos, relativos à administração ultramarina, e sobre todos os regulamentos, promulgados pelos governadores do ultramar, na verdade o seu papel foi irrelevante.

Numa dimensão técnica, assumiram relevo a Comissão Central Permanente de Geografia e, sobretudo, a Comissão de Cartografia. Surgidas num contexto de aceleração dos processos atinentes ao «Scramble», tinham como função produzir informação geográfica e cartográfica, com utilidade para os processos de decisão política e diplomática. A primeira, criada em 1876⁶⁵³, dividia-se em três secções: «a secção de geografia, a secção de história ethnologica e

⁶⁵⁰ O regimento do Conselho Ultramarino, como Tribunal de Contas, só será publicado em 1867, embora essa missão lhe seja incumbida desde 54.

⁶⁵¹ O regimento da Junta Consultiva do Ultramar foi aprovado, em 16 de fevereiro de 1869. *BCU* - 1868 e 1869, v. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 145-148.

⁶⁵² No âmbito da nova organização colonial, de 27 de maio de 1911, e da criação do Ministério das Colónias.

⁶⁵³ A Comissão foi criada por Andrade Corvo em 17 de fevereiro e oficializada dois dias depois no Diário do Governo n.º 39.

arqueologia, e a secção de anthropologia e sciencias naturaes»⁶⁵⁴. Era composta por dezoito vogais e tinha como grande objetivo organizar expedições científicas ultramarinas e coligir os conhecimentos, delas resultantes. Integrando-se numa nova fase da política colonial portuguesa, onde se acentuavam os discursos tendentes a ocupações mais formais, acabará depois por se fundir com a Sociedade de Geografia.

As vantagens desta peculiar unificação, entre um organismo oficial e uma sociedade privada, estão por estudar e também não é este o objetivo específico desta tese. Contudo, e como a cobertura cartográfica do ultramar continuava por concluir, e a ausência de estudos técnicos cartográficos, geodésicos e hidrográficos sistemáticos, não permitia a existência de cartas das regiões ultramarinas com qualidade razoável, acabou por se fundar, em 1883 a Comissão de Cartografia.

A Secretaria de Estado já possuía assessorias técnicas nesta área e, muitas vezes, recorria a serviços externos, mas agora criava-se um departamento efetivo com funcionários públicos permanentes, na maioria militares, com experiência no terreno, encarregados de compilar toda a informação concernente aos serviços marítimo-coloniais, e de produzir material cartográfico, referente às fronteiras ultramarinas. Muitos destes estudos geográficos, assim como as cartas elaboradas, viriam a assumir relevância nos processos de decisão política e no quadro das relações diplomáticas, pós Conferência de Berlim; e não obstante os militares em campanha produzirem as cartas topográficas de que necessitavam, também recorreram a alguns destes trabalhos, os quais eram elaborados de acordo com as melhoras práticas e técnicas conhecidas na época.

7.1.2. Recursos humanos

A compreensão da estrutura formal da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, e da dinâmica dos respetivos órgãos consultivos, não é suficiente para entender os seus mecanismos de tomada de decisão. Para tal, devem-se ter em consideração mais dois vetores: a sua marginalização no contexto organizacional das estruturas governamentais e a dificuldade em exercer um controlo efetivo sobre as estruturas de poder no terreno.

A primeira afirmação parece poder provar-se pela escassez de recursos humanos e pelo facto de no período monárquico nunca se ter concedido aos assuntos coloniais a dignidade para justificar uma Secretaria de Estado autónoma.

⁶⁵⁴ *BCU* - 1875-1878, v. IX, Lisboa Imprensa Nacional, 1880, p. 316.

No que aos recursos humanos respeita, comecemos por atentar na seguinte tabela⁶⁵⁵:

Quadro. 7.1 Pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1838-1902)

Ano	Total da Secretaria de Estado	Secção/ Direção do Ultramar	Repartição Militar
1838 ⁶⁵⁶		8	
1859 ⁶⁵⁷	159		11
1868 ⁶⁵⁸	55	7/8	
1869 ⁶⁵⁹	66	20	
1878 ⁶⁶⁰	92	39	3
1892 ⁶⁶¹	76	73	7
1902 ⁶⁶²	140	70	12

Fontes: BCU

⁶⁵⁵ Nesta tabela, não se contabilizam os membros dos órgãos consultivos, pois em muitos dos casos exerciam funções em acumulação.

⁶⁵⁶ Um oficial maior graduado, um oficial ordinário, um oficial graduado, quatro amanuenses de 1ª classe e um de 2ª. *BCU - 1834-1851*, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 46.

⁶⁵⁷ Contabilizam-se, aqui sessenta e sete aspirantes, destinados aos diversos serviços, tanto nas repartições como fora delas. *BCU - 1857-1862*, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 466.

⁶⁵⁸ Na Direção Geral do Ultramar: um diretor geral (em acumulação pode ser chefe de uma das repartições), dois chefes de repartição (civis), um primeiro oficial, quatro segundos oficiais, *BCU - 1868 e 1869*, v. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p.119.

⁶⁵⁹ Um ministro, dois diretores gerais, vinte e oito funcionários da Direção Geral de Marinha, dezanove da Direção Geral do Ultramar, três da Secção de Saúde Naval, um porteiro, quatro contínuos, quatro correios (dois a cavalo e dois a pé) e quatro serventes. Os dezanove funcionários da Direção do Ultramar destinavam-se às quatro repartições. *BCU - 1868 e 1869*, v. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 605,607.

⁶⁶⁰ Um ministro, dois diretores gerais, trinta e um funcionários da Direção de Marinha, trinta e oito funcionários da Direção Geral do Ultramar para seis repartições, um pagador, um fiel, um porteiro, cinco contínuos, quatro correios (dois a cavalo e dois a pé) e oito serventes. *BCU - 1875 a 1878*, v. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp, 642,643.

⁶⁶¹ Neste ano, foi extinta a Direção da Marinha. A diferença entre o total de setenta e seis e os setenta e três da Direção do Ultramar justifica-se pelo Gabinete do ministro, composto, para além do próprio, por um secretário e um ajudante de ordens, o qual deveria ser um oficial da Armada. A repartição militar tinha um oficial superior do exército, que era o chefe, um oficial do corpo de saúde naval, dois capitães e três amanuenses. *BCU - 1892*, v. XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp, 489, 494-495.

⁶⁶² Repartidos do seguinte modo: o ministro, quarenta e sete funcionários na Direção Geral da Marinha, três oficiais gerais no Conselho Consultivo da Marinha, cinco médicos navais no Conselho Superior de Saúde Naval, sete membros da Comissão Central de Pescarias, setenta e um funcionários na Direção Geral do Ultramar e seis na Comissão de Cartografia. Junto do Ministério funcionava ainda a Comissão Técnica de Artilharia Naval, mas os seus membros exerciam funções em acumulação. Não se contabilizam os membros da Junta Consultiva do Ultramar, pois não eram funcionários da Secretaria de Estado, nem do Conselho de Pautas pois este era presidido pelo ministro, mas os seus membros pertenciam a outros ministérios, nomeadamente da fazenda e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *BCU - 1902*, v. XXX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, pp. 1570-1571, 1580-1582, 1586-1587, 1596-1599.

Se estabelecermos uma comparação com estruturas similares, como o CO britânico⁶⁶³, estes números em nada se mostram diminuídos, porém, importa tomar em consideração o modelo sob o qual estes funcionários serviam, pois, ao contrário da lógica descentralizadora britânica, o modelo português apostava no reforço dos processos centralizadores, mais exigentes na afetação de pessoal metropolitano. Assim, a afetação regular de menos de 50% do total de funcionários da Secretaria de Estado à Direção do Ultramar, parece ser insuficiente, ainda para mais quanto esta ostentava competências de tutela, sobre matérias políticas, administrativas, judiciais e militares, de territórios situados a grandes distâncias e com extensões de muitos milhares de quilómetros quadrados.

Na verdade, o processo de crescimento e consolidação do III Império, com a sua tentativa de sedimentação de práticas de colonialismo formal, acabou por implicar um acréscimo do número de funcionários, mas, também não é menos verídico o facto de este movimento não ser acompanhado por um crescimento proporcional da repartição militar, que se manteve sempre exaurida de pessoal, ainda para mais com reduzida experiência em assuntos ultramarinos⁶⁶⁴.

Por outro lado, consideramos significativo o facto de só muito tardiamente se ter considerado os assuntos coloniais merecedores de uma estrutura ministerial autónoma, movimento onde o caso português não diverge dos processos de mutação institucional de outras potências coloniais.

Com efeito, a manutenção dos assuntos ultramarinos, na égide do ministro da Marinha, resulta mais da influência dos padrões internacionais do que da efetiva importância dos navios na defesa do Império, e sobretudo da falta de convergência entre o discurso e a prática. Quer dizer, se durante muito tempo o Império, em particular o «continente negro», foi assumindo uma importância crescente nas narrativas políticas, onde «os novos Brasis» pareciam ser a esperança para a salvação nacional, a realidade ia afirmando que, na prática, África não era assim tão importante, mas sim um sorvedouro de despesa e uma fonte de contrariedades, pouco proveitosa para o país.

⁶⁶³ O CO em 1862, tinha quarenta e oito funcionários, em 1871, cinquenta e em 1936, 404. Números em: DUGNAN, Peter e L.H. Gann. *The Rulers of British Africa, 1870-1914*, Croom Helm, London, 1978, p. 53. Mas, aqui, deve-se recordar o facto de o Império britânico ser o mais descentralizado e mais diversificado de todos os impérios, onde as lógicas das *Self-governing colonies* em nada se comparam com o caso português.

⁶⁶⁴ Os funcionários superiores, para além de possuírem uma boa caligrafia, eram obrigados a demonstrar bons conhecimentos de gramática, aritmética, geografia e de uma língua estrangeira; mas só a partir de 1868, passaram a ter de possuir experiência ultramarina e, mesmo então, só no caso dos chefes da repartição militar.

Os ministros, por seu turno, até final dos anos setenta do século XIX, também não foram mais do que atores secundários da ordem liberal; em jeito de estudo prosopográfico, apenas observamos como exceções, até 1878, os nomes de Sá da Bandeira (6 vezes ministro durante este período; algumas vezes interino), António Maria Fontes Pereira de Melo (4 vezes ministro, mas apenas 11 meses no total), João Andrade Corvo (nesta fase foi 4 vezes ministro, sempre interino, e a sua primeira experiência à frente do ministério não chegou a um mês) e as situações episódicas do Duque da Terceira (ministro três dias, em maio de 1846) e de Saldanha (6 dias, em 1870). Como seria de esperar, o panorama altera-se a partir dos anos de 1880, quando a crescente centralidade do ultramar faz chegar, a esta pasta, personalidades como Anselmo José Braamcamp, Manuel Pinheiro Chagas, Henrique Barros Gomes, Frederico Ressano Garcia, António Enes, Francisco Ferreira do Amaral ou Aires de Ornelas os quais, apesar dos posicionamentos políticos diversificados, dos conhecimentos coloniais variáveis e dos seus sucessos ou insucessos governativos, foram personagens de primeiro plano, no panorama político oitocentista.

Este processo de sensível mutação nas elites terá de ser provado, mas, se implicou um reforço do papel dos ministros, no interior da mecânica político administrativa metropolitana, não demonstrou capacidade suficiente para a autonomização dos assuntos ultramarinos, entretanto preconizada por cada vez mais gente e, sobretudo, não foi capaz de romper com uma outra dimensão da análise, muito relevante para o nosso estudo: as dificuldades em transformar a potência legislativa, regulamentar e normativa, em agência efetiva no terreno.

Por outras palavras, a pulsão centralizadora afigura-se como uma força muito evidente ao longo de todos este período, não obstante as constantes pressões tendentes ao reforço formal de processos descentralizadores, contudo, a expressão dessa pulsão no terreno é mais problemática, por virtude dos condicionalismos inerentes à hipervalorização das entropias motivadas pelo espaço e pelo tempo. Com efeito, por consequência destas dificuldades, nem sempre o poder central, marcado pelas diversas fragilidades diagnosticadas, demonstrou capacidade para controlar a aplicação dos seus normativos, tendo dificuldades em garantir o alinhamento coerente da política, da estratégia e da tática. Ou seja, uma coisa eram as decisões em Lisboa, outra a sua execução pelos homens no terreno, dimensão, onde o papel dos governadores-gerais se assumia como de transcendente importância, na função a que noutro momento apelidámos de charneira entre a grande estratégia e o real.

7.2 Os governadores-gerais

No capítulo anterior percebeu-se o papel dos governadores gerais enquanto entidades de liderança das estruturas civis e militares no terreno, viabilizando modalidades limitadas de unidade de comando. Agora, cumpre entender os processos através dos quais eles rececionavam os grandes princípios estratégicos emanados dos poderes políticos metropolitanos, para depois os lançarem no real, no sentido de o moldarem, ou pelo menos condicionarem, em direção ao estado final desejado.

Na teoria, os seus poderes estavam circunscritos e a sua subordinação ao ministro da Marinha era quase total. Todavia, importa recorrer à cronologia para matizar um pouco a espessura das dimensões centralizadoras de Lisboa, pois, se elas são inegáveis, não foram uniformes ao longo do tempo, sendo bem mais intensas no intervalo que decorre entre a revogação, em 1838, do artigo 16º do decreto de 7 de dezembro de 1836, e a reforma administrativa de 1 de dezembro de 1869.

Em 1838 revogou-se a possibilidade dos governadores-gerais examinarem, em sede de Conselho de Governo, a legislação emanada da metrópole, e de procederem à sua adaptação às realidades locais, sem necessidade de beneplácito central⁶⁶⁵. De agora em diante, todas as medidas concernentes a anular, modificar ou substituir as leis, decretos, portarias ou regulamentos em vigor, nas províncias ultramarinas, teriam de se sujeitar a prévia sanção superior, demonstrando uma nítida preocupação, por parte dos governos centrais, em limitarem ao máximo o poder das autoridades ultramarinas. Deste modo, os governadores-gerais não só ficam cerceados de capacidade legislativa, como são condicionados em áreas de particular sensibilidade, como as respeitantes às questões orçamentais e de gestão de pessoal, pois não podiam determinar despesa, sem a prévia autorização de Lisboa, nem nomear funcionários com carácter de efetividade, o que implicava dificuldades acrescidas em matérias de defesa e segurança, por se tratarem de áreas exigentes em afetação de recursos humanos e materiais.

Desta dupla limitação, resultam dificuldades nas áreas militares, exigentes em despesa e pessoal, em particular no que reporta às tarefas de soberania e infraestruturas, obrigando a árduos processos negociais, que no limite se assumiram como um modo eficaz de Lisboa controlar a ação dos poderes coloniais.

⁶⁶⁵ O art.º 16º do decreto de 7 de dezembro de 1836 tinha autorizado os governadores-gerais a examinarem, em sede de Conselho de Governo, a legislação emanada da metrópole, no sentido de a executarem no todo ou em parte, em função do considerado mais adequado às realidades locais. *BCU* - 1834-1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p.17.

Em 1852, a publicação do Ato Adicional à Carta Constitucional parece oferecer alguma autonomia aos governadores-gerais, permitindo-lhes aprovar leis especiais, em situações excepcionais de ameaças à defesa e segurança⁶⁶⁶; contudo, essas leis deveriam ser ratificadas pelo Parlamento, logo que possível.

Dezassete anos depois, outra reorganização introduz mecanismos mais efetivos de descentralização, pelos quais se permite aos governadores-gerais nomearem funcionários com remunerações inferiores a três mil réis, readmitirem oficiais inferiores da guarnição da província e do Exército de Portugal, ali em comissão, assim como constituírem corpos de 2ª linha⁶⁶⁷. No essencial, este modelo irá sobreviver à Monarquia Constitucional, perdurando até 1914, apesar de, logo no momento da sua aprovação, ter suscitado algumas desconfianças e dividido opiniões. Para alguns, aquelas medidas eram uma inevitabilidade, gerada pelas dificuldades causadas pela distância e, por isso, uma exigência de uma administração racional; mas, para outros, não passavam de uma forma do governo abdicar das suas competências, correndo-se o risco de transformar os governadores em pequenos reis, acima da lei.

A entrada no século XX é marcada pela derrota em Pembe, acontecimento traumático, que neste particular contribuiu para um recrudescer das propostas, visando o reforço da autonomia dos governadores-gerais, preconizando-se a criação de Conselhos de Administração Coloniais⁶⁶⁸, que deveriam funcionar junto de cada governador, de modo a facilitar-lhe o aumento das atribuições em matérias políticas, sociais, económicas e de administração interna. Contudo, as reuniões daqueles concelhos destinadas a abordar matérias referentes a políticas de

⁶⁶⁶ Nunca poderiam ser abrangidas por este artigo: impostos, empréstimos, monopólios, despesas, questões territoriais, tratados internacionais, poder judicial, suspensão de juízes, ordenados, condecorações, companhias privilegiadas, moeda, direitos civis e políticos dos cidadãos, amnistias ou comutação de penas, questões eclesiásticas, alteração da constituição do Conselho de Governo ou da Junta da Fazenda. *BCU - 1852-1856*, v. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pp. 787-788.

⁶⁶⁷ No Relatório justificativo da «Carta Orgânica das Instituições Administrativas das Províncias Ultramarinas» é afirmado: «A Província de Angola pelos seus progressos e pelas suas fontes de riqueza, que leis benéficas, e uma bem regida actividade tornarão copiosas com o estímulo da agricultura e do commercio, promete engrandecer-se em um futuro próximo. Cumpre por agora, que a mão da metrópole, sem deixar de a guiar, lhe deixe correr desassombradas as boas aspirações... a influência do poder central ainda aproveita muito, mas regulada de modo que a acção individual e colectiva não seja comprimida ou anulada, e que possa ser empregada com vantagem...» *Diário do Governo* n.º 280 de 9 de dezembro de 1869, p. 2.

⁶⁶⁸ Presididos pelo governador, deveriam ser constituídos pelo chefes de todos os serviços da Província e por mais cinco conselheiros temporários, nomeados pelo governo da metrópole, sob proposta do governador, na condição de não pertencerem ao funcionalismo colonial. Naquelas colónias, onde funcionassem associações agrícolas, industriais ou comerciais também teriam assento um representante de cada uma delas. O mesmo para as colónias, onde existiam instituições municipais. *Diário da Câmara dos deputados, 19 de novembro de 1906*, pp. 3-6.

defesa e segurança, deveriam originar atas para serem enviadas para a metrópole, sinalizando a pretensão do poder central não abdicar dos seus mecanismos de controlo.

A instauração da República, com a sua anunciada descentralização e autonomia, contribuiu para uma narrativa de reforço do poder dos governadores-gerais, sobretudo nas suas competências de tutela sobre as instituições no terreno, incluindo os militares, cujo poder político também se ambicionava diminuir. Porém, em termos práticos pouco se fez de imediato, para além da criação do Ministério das Colónias, em 1911.

Aliás, como a Constituição de 1911, na linha do Ato Adicional, conferia ao poder executivo a capacidade de legislar sobre as províncias ultramarinas, executando regulamentos antes de eles serem aprovados pelo Congresso, isto limitava a autonomia, permitindo ao governo intervir nos assuntos administrativos das colónias e subordiná-las em matérias financeiras, bases fundamentais do regime de descentralização, preconizado pela constituição. Em simultâneo, a instabilidade política interna e o recrudescer da conflitualidade em algumas das regiões angolanas, também não permitiu a efetiva concretização dos desejados princípios de descentralização e autonomia, continuando a legislar-se para Angola, de modo avulso e conjuntural, a despeito dos esforços de Norton de Matos, nas suas tentativas de aliar políticas de fomento com reformas administrativas de pendor civilista.

Assim, e embora o debate parlamentar, a propósito dos modos de conjugar autonomia, fomento e descentralização, nunca tenha esmorecido, a realidade impôs-se e só, em 1914, se aprovaram as primeiras leis, visando a implementação desses princípios descentralizadores e de reforço dos poderes dos governadores-gerais⁶⁶⁹, as quais estariam na base das cartas orgânicas publicadas, em 1917.

Síntese conclusiva

Neste capítulo estudou-se a evolução estrutural da Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios das Colónias (Ministério das Colónias desde 1911) e a sua relação com os governadores gerais de Angola, de modo a avaliar as formas como os princípios da grande estratégia, definidos pelos patamares políticos centrais, chegavam ao terreno.

Da análise da evolução estrutural daquela Secretaria de Estado tira-se uma grande conclusão: apesar de ser necessário esperar pela implementação da República para se constituir um ministério específico para as questões coloniais, estas já se concentravam numa secção específica, no seio da referida Secretaria de Estado, desde 1835. Com efeito, desde essa data a

⁶⁶⁹ Lei n.º 277, Lei orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, e a Lei n.º 278, Lei Orgânica da Administração Financeira das Províncias Ultramarinas, as duas de 15 de agosto de 1914.

Secção/Direcção do Ultramar tutelava as matérias referentes à administração colonial, à eleição dos deputados ultramarinos, à saúde pública, à justiça, aos negócios externos, colonização e emigração, recrutamento e abolição da escravatura, até às questões económicas, de polícia e segurança pública, para além da organização da defesa terrestre. Neste último ponto, mesmo quando havia necessidade de recorrer a forças expedicionárias do Exército metropolitano, que tinham de ser requisitadas à Secretaria da Guerra, cabia à Secretaria de Estado da Marinha e das Colónias a organização das expedições, que chegadas ao terreno deviam obediência ao governador-geral, por seu turno nomeado pelo ministro da Marinha.

Se nos recordarmos do caso inglês, onde estas matérias, durante grande parte do século XIX, se encontravam dispersas pelos CO,WO, Almirantado, FO e até pelo IO, ou do caso gaulês, em que as tendências menos favoráveis à descentralização não conseguiram criar um Ministério das Colónias autónomo antes de 1894, podemos considerar que sendo a arquitetura institucional portuguesa mais favorável à unidade e integração das temáticas coloniais, as capacidades de controle por parte dos patamares superiores da decisão política em Portugal se encontravam facilitadas.

Porém, não se podem ignorar as fragilidades resultantes da marginalização da secção colonial no seio da Secretaria de Estado, onde foi evidente a supremacia dos assuntos da Marinha, e onde a escassez de recursos humanos, as dificuldades de coordenação entre as diversas repartições, assim como as difíceis comunicações como o ultramar, tornavam problemática a execução das suas atribuições.

Sendo tudo isto contraditório com o reforço das narrativas centradas no ultramar, também é verdade que estas acabaram por se fazer acompanhar por esforços de superação de algumas daquelas debilidades. Entre esses esforços, destacámos a criação de órgãos consultivos especializados, os quais visavam providenciar aconselhamento técnico aos decisores políticos, e ainda o reforço de pessoal, e o aprofundamento dos meios de coordenação entre repartições. Assim, aspirava-se a tornar possível a produção de determinações mais coerentes e integradas, as quais deveriam ser enviadas para Angola, onde seriam rececionadas pelos governadores gerais a quem cabia a sua execução.

O alinhamento destes últimos com os preceitos da grande estratégia era garantido por via do controle orçamental, e pela exigência de sanção régia a quaisquer alterações legislativas por eles implementadas. E, se em 1852, o Ato Adicional lhes concedeu a prerrogativa de aprovar leis especiais em casos de emergência, também obrigou à sua posterior ratificação parlamentar. Como as Cortes não funcionavam durante todo o ano, estas ratificações poderiam ser demoradas, permitindo que eventuais vetos não tivessem grande alcance prático, mas, mesmo

assim, este preceito não deixa de ser exemplar do desejo de controlo por parte dos poderes políticos centrais. Em simultâneo, os magistrados superiores da administração pública em Angola também tinham severas limitações no que reportava à nomeação de pessoal, o que lhes coartava a capacidade de liderança sobre os militares no terreno.

Quer dizer, os patamares de decisão política, em Lisboa, definiam as grandes orientações para a estratégia e não abdicavam de garantir a sua concretização, por via dos condicionamentos legais e dos constrangimentos orçamentais, e, para além disso, nem sempre prestavam muita atenção aos ecos provenientes do terreno. Alguns governadores-gerais conseguiram influenciar as decisões da grande estratégia, mas, de certo modo, fizeram-no contra a lógica do próprio sistema, porque sem assento no Parlamento e no Governo em Lisboa, e confrontados com a debilidade das comunicações, eram poucas as suas capacidades de intervenção nos mecanismos decisores nacionais, e, até mesmo os seus relatórios de atividades, com diversas informações, propostas e solicitações, quando eram enviados para a metrópole, acabavam, muitas vezes, por ser analisados pelos funcionários das repartições da Secretaria de Estado, sem subirem ao ministro.

Todavia, esta incapacidade de influenciar os patamares superiores da hierarquia estratégica não esconde o seu progressivo fortalecimento no terreno. Com efeito, a expansão territorial, o crescimento da população residente e a conseqüente complexificação das questões quotidianas contribuíram para o aumento dos assuntos com que os governadores-gerais tinham de lidar, mas também para um reforço dos seus poderes efetivos e, por isso, para o incremento das narrativas favoráveis ao desenvolvimento da descentralização.

É certo que, ao longo de todo este período, os movimentos tendentes ao reforço da descentralização foram intensos, mas a sua implementação foi paulatina e controlada, e mesmo após a instauração da República, onde o discurso descentralizador ganhou um maior dinamismo, aconteceu que, em termos concretos, só em 1914 se aligeirou um pouco a tutela metropolitana. Mesmo assim, esse reforço dos poderes dos governadores gerais não autoriza a negação do pendor centralizador do regime. Os patamares de decisão política em Lisboa continuam a definir os grandes princípios políticos, e não abdicam de pugnar pela sua concretização, deixando poucos espaços formais para os poderes ultramarinos intervirem na definição da grande estratégia.

8. AS EVOLUÇÕES DOUTRINÁRIAS

Sendo possível reconhecer princípios e regras gerais (os quais iremos apresentar) na manobra das tropas portuguesas em África, ao longo de todo o século XIX, defendemos neste texto que só a partir de meados da década de 1890 se pode falar de uma verdadeira doutrina de nível tático, capaz de conduzir as operações de modo coerente e integrado, tendo em vista a criação de condições para a satisfação dos objetivos estratégicos, por nessa altura se terem publicado as *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*⁶⁷⁰, onde consideramos ser possível identificar o início de um edifício doutrinário ultramarino, antecipando, em mais de quarenta anos, o importante trabalho de Júlio Botelho Moniz *Conduta das Operações Coloniais*⁶⁷¹, muitas vezes apresentado como a primeira sistematização racional dos procedimentos operacionais em campanha nos teatros africanos, e os cinco volumes do guia *O Exército na Guerra Subversiva*⁶⁷², texto orientador das operações militares no decurso das últimas guerras do III Império.

A importância dessas *Instruções* obriga ao seu estudo, aqui empreendido, mas como o seu autor, Eduardo da Costa, se considerou tributário dos enquadramentos teóricos e práticos identificados noutras potências coloniais europeias, também cumpre examinar esses mesmos enquadramentos, com o intuito de perceber os modos da sua receção em Portugal. Por esse motivo, o capítulo inicia-se com uma apreciação sintética das evoluções doutrinárias em algumas dessas potências europeias, concedendo particular destaque aos casos inglês e francês, por virtude da influência de pensadores como Thomas Bugeaud (1784-1849), Hubert Lyautey (1854-1934), Joseph Gallieni ou C.E. Callwell (1859-1928) no pensamento operacional em territórios periféricos.

Em suma, enquadrados no quadro conceptual definido, vai-se avaliar a evolução das doutrinas operacionais e táticas, para entender a sua adequação aos objetivos políticos, assim como as possibilidades oferecidas às próprias reformulações estratégicas, recordando com Nuno Lemos Pires que «Pensar de forma holística é olhar para os instrumentos disponíveis, entre eles as doutrinas existentes, e adequar o seu uso às circunstâncias, à política e à estratégia escolhida, ao ambiente em que se desenvolvem e ao momento em que se aplicam»⁶⁷³.

⁶⁷⁰ Elaboradas no âmbito do Relatório das operações em Moçambique em 1895, mas aprovadas por Portaria nº 346 de 27 de agosto de 1896, do Governo-geral de Moçambique.

⁶⁷¹ BOTELHO MONIZ, Júlio. *Conduta das Operações Coloniais*. Em: João Vieira BORGES. org. *Visões Estratégicas no Final do Império*, pp. 61 – 196. Tribuna, Lisboa, 2007.

⁶⁷² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Estado-Maior do Exército, *O Exército na Guerra Subversiva*, V volumes, 1963-1966.

⁶⁷³ LEMOS PIRES (2014), cit.1, p. 59.

8.1. Enquadramento internacional

Apontando os textos de Eduardo da Costa, como a primeira tentativa portuguesa de estabelecer um edifício doutrinal para as táticas ultramarinas, e atendendo ao facto de o próprio ter reconhecido as influências de autores franceses e do estudo das campanhas coloniais de outras potências⁶⁷⁴, convém começar por esclarecer quais os princípios então dominantes, no pensamento europeu sobre esta matéria.

Ao longo do século XIX, as reflexões doutrinárias mais acutilantes resultaram do pensamento e ação de Thomas Bugeaud, na Argélia, depois refinadas pelas práticas de Joseph Gallieni e Hubert Lyautey em Marrocos, Madagascar e Tonquim, configurando a chamada «escola francesa de guerra colonial». Se a falta de unidade conceptual, derivada da natural necessidade de adequação a teatros operacionais muito diversificados, leva alguns autores a rejeitarem a designação de «escola»⁶⁷⁵, esta é para nós útil, porque, remetendo para um corpo de princípios genéricos, aplicáveis a qualquer espaço regional de intervenção, facilita a sistematização aqui pretendida.

Desta maneira, podemos começar por afirmar que essa suposta escola se caracterizaria, na sua primeira geração argelina, pela apologia do uso indiscriminado da violência, através da aplicação da tática das *razias*. Estas, consistindo em ataques violentos contra os interesses socioeconómicos das populações, pretendiam punir as tribos insubmissas, buscando a desmoralização dos povos e o seu afastamento de práticas de apoio direto ou indireto às forças adversas à administração francesa. Depois, na Indochina e em Madagáscar, através da ação de Gallieni e Lyautey, este pensamento seria refinado, no sentido de complementar a ação violenta com um conjunto de práticas de apoio sanitário, económico e civilizacional, de modo a seduzir as populações e a preservar os recursos.

Mas esta apresentação esquemática merece alguns aprofundamentos. Em primeiro lugar, importa entender que chegado à Argélia, dez anos após a entrada francesa no território, Bugeaud deparou-se com tropas europeias incapazes de potencializar as suas forças e enredadas nas suas fraquezas, por isso impotentes para dominar os focos de resistência ativos. Com efeito, perante adversários difusos, com modelos de tipo guerrilha, as forças metropolitanas agiam de acordo com os padrões clássicos das guerras europeias. Ou seja, enquanto os argelinos se dispersavam entre a população, atacavam os flancos, evitando os confrontos diretos, não se organizavam de

⁶⁷⁴ BELO ALMEIDA, cit. 401, p. 30.

⁶⁷⁵ PORCH, Douglas. Bugeaud, Gallieni, Lyautey: Desenvolvimento da Guerra Colonial Francesa. Em: Peter PARET, *Os Construtores da Estratégia Moderna de Maquiavel à Era Nuclear*, Tomo I, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, 2015, pp. 461- 499.

forma regular e não controlavam pontos estratégicos passíveis de serem atacados, as tropas de Paris lançavam-se em marchas penosas pelos terrenos áridos do interior, edificavam postos e fortalezas militares, valorizando a massa, o choque e a artilharia pesada e procuravam os exércitos inimigos para os bater, em ambicionadas batalhas decisivas.

Bugeaud, antigo combatente das guerras peninsulares, sabe que essas batalhas não irão acontecer e, para ser bem-sucedido, na sua missão de consolidação do domínio francês, percebe a urgência de alterar as táticas empregues. Para tal, constitui as populações como um objetivo de guerra, pois, naquele contexto, entende ser impossível distinguir entre civil e combatente, motivo pelo qual assume as *razias* como uma manobra adequada para ganhar vantagem sobre o adversário, embora lhes acrescente algumas mutações conceptuais, no sentido da exigência de enquadramentos técnicos e formais capazes de assegurar a mobilidade, o reconhecimento e a sustentação logística.

Assim, importava substituir os modelos estáticos, alicerçados no controlo territorial por meio de postos militares dispersos pelo interior, por dinâmicas valorizadoras da mobilidade, criando colunas rápidas capazes de perseguirem os resistentes e de lançarem *raids* de surpresa às suas posições de acantonamento eventual, e às localidades onde recebiam apoios logísticos. Para tal, e como substitutos dos soldados e dos lentos vagões de transporte, determinou a utilização de cavalos, muares e camelos, e ainda a construção de armazéns, bem localizados, para garantir o abastecimento célere das colunas em movimento. Também defendeu a utilização de peças de artilharia ligeira, e a afetação sistemática das populações nativas, em tarefas de reconhecimento e inteligência⁶⁷⁶.

Mas, para Bugeaud, existiam outros dois pontos relevantes na atuação operacional ultramarina: a gestão dos recursos humanos e a importância da dimensão política⁶⁷⁷. Na primeira componente, e valorizando o papel dos militares na promoção da mudança, considera necessário substituir as lideranças intermédias, instaladas no terreno, por elementos mais jovens e preparados, para quem recomenda a atribuição de incentivos financeiros, e ainda recomenda investimentos no apoio médico, sanitário e alimentar, para as tropas localizadas nos teatros de operações.

Na dimensão política, ele eleva a importância da criação de focos de divergência entre as tribos da região e alude à necessidade de desenvolvimento económico local, de modo a permitir

⁶⁷⁶ RID, Thomas. *Razzia: A Turning point in Modern Strategy, Terrorism and Political Violence*, [Em linha] 2009, 21, pp. 617-635. [cons. 8 abr. 2019]. Disponível em DOI: [10.1080/09546550903153449](https://doi.org/10.1080/09546550903153449).

⁶⁷⁷ THORAL, Marie Cecile. French Colonial Counter-Insurgency: General Bugeaud and the conquest of Algeria, 1840-47, *British Journal of Military History*, [Em linha] 2015, 1 (2), pp. 8-27 [consult. em 18, abr. 2019]. Disponível em: <http://shura.shu.ac.uk/15073/>

melhorias no nível de vida das populações argelinas, chegando mesmo a afirmar: «Chaque arabe qui s'enrichira deviendra notre partisan; c'est un ennemie de moins, et un allié de plus»⁶⁷⁸. Tirando consequências desta asserção, criou os chamados *Bureaux arabes*, constituídos por um corpo especial de funcionários, autônomos do poder militar, incumbidos de desenvolverem formas de aproximação aos civis. Formas estas que acabaram por assumir contornos diversificados como campanhas de vacinação anti varíola e incentivos à liberdade religiosa. Esta via, mais tarde conceptualizada e aprofundada através de designações, ainda não enunciadas, como estratégia de conquista dos «corações e das almas», «hearts and minds strategy» ou «gagner les cœurs et les esprits», seria logo, na segunda metade do século, aprofundada e refinada por Gallieni e Lyautey, primeiro no Tonquim e mais tarde em Madagáscar.

Em ambos os casos, a visão estratégica subjacente ao pensamento assentava no desejo de implementar, na sociedade francesa, uma organização política com uso extensivo de militares. Estes deveriam concentrar em si a liderança administrativa, de defesa e segurança, o que, transposto para o ultramar, deveria facilitar a sua agência como agentes de civilização.

Quer dizer, preconizando a ultrapassagem das autoridades paralelas, configuradas no projeto argelino dos *Bureaux arabes*, agora defende-se uma espécie de poder autocrático, muito assente em militares, materializado no terreno, através da chamada «ocupação progressiva»⁶⁷⁹, onde a conquista devia ter como base a noção de «organization qui marche»⁶⁸⁰, em vez de assentar nas operações que, sendo instrumentais, não podiam ser vistas como um fim em si mesmas. Como resultado devia estabelecer-se a divisão de cada colónia em três tipos de circunscrições administrativas: o setor, o círculo e o território, onde, em todas elas, o poder político e militar deveria estar concentrado num oficial⁶⁸¹.

Isto implicava a aposta numa rede de postos militares, utilizados como espaços de desenvolvimento socioeconómico (através da utilização das suas instalações para escolas, núcleos de campanhas sanitárias e instrumentos de interferência nos setores produtivos, através da aquisição das produções locais, a preços acima dos valores do mercado) e projetados do

⁶⁷⁸ BUGEAUD, Thomas. *L'Algérie: des moyens d'utiliser et de conserver cette conquête*, [Em linha], Paris, Dentu, 1842 [Última consult 17 out. 2020]. Disponível em PDF acesso livre, Google Books.

⁶⁷⁹ LYAUTEY, Hubert. Du rôle colonial de l'armée, *Revue des deux mondes*, [Em linha] 1900, tome 157, pp. 5-6, [consult. 11 maio 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/>

⁶⁸⁰ IDEM. p.6.

⁶⁸¹ No setor, um tenente ou capitão comanda uma companhia, no círculo (conjunto de vários setores), as diferentes companhias estão sob autoridade de um oficial superior, no território (conjunto de todos os círculos), um coronel coordena a ação, tendo em conta o interesse geral e não apenas os de cada divisão administrativa.

centro para a periferia, como uma espécie de mancha de óleo (a *tâche d'huile* que dará nome ao método).

Ao mesmo tempo, os comandantes operacionais deveriam saber, com antecedência, que no futuro iriam administrar a região onde combatiam, acreditando-se ser esta uma forma de se evitar a violência gratuita, a destruição dos recursos da região e o acicatar da hostilidade das populações. No limite, acreditava-se na possibilidade de esta organização antecipar a conquista militar, em vez de lhe suceder, podendo mesmo dispensar o uso da violência. Ou seja, os objetivos operacionais e táticos ganham uma espessura holística, não se tratando apenas de vencer o oponente no teatro, mas de o fazer sem comprometer o médio e o longo prazo.

Esta visão é por vezes interpretada como uma condenação total do conflito armado, mas convém ter presente dois fatores relevantes: primeiro, nunca Gallieni e Lyautey excluíram, de modo absoluto, o uso da *manus militaris*, e para além do mais estas afirmações também fizeram parte de uma estratégia de sedução da opinião pública metropolitana, menos propensa às grandes aventuras coloniais, suas despesas e crueldades. Segundo, se o sucesso destes princípios é verídico na Indochina, o mesmo não parece ter acontecido em Marrocos, onde o uso da força, mesmo na sua dimensão de *razias*, foi usual no decurso da administração Lyautey⁶⁸².

Em termos concretos, aquele conjunto de enunciados conduziu, na Ásia, no Norte de África e na zona do golfo da Guiné, à constituição de colunas ofensivas móveis, dotadas de supremacia tecnológica e com recurso a tropas nativas. A mobilidade, exponenciada pela cavalaria, pela utilização de corpos destacados e pela generalização da artilharia ligeira, devia permitir não só a rápida aproximação ao choque, mas também a agilidade para dismantelar focos de resistência nas periferias, partindo de áreas já pacificadas; da supremacia tecnológica, por seu turno, esperava-se um primeiro efeito dissuasor, pois com a sua exibição esperava-se evitar o seu uso. Para tudo isto ser exequível, era necessário um Exército colonial autónomo. Como diz Lyautey: «Mais pour une telle œuvre, il faut une armée coloniale, qui soit vraiment une armée coloniale et non pas seulement de l'armée aux colonies, ce qui n'est pas la même chose»⁶⁸³.

Este conjunto de princípios pode não configurar um pensamento doutrinal formalizado, aliás em 1962 David Galula afirmava, a propósito do Exército francês: «... The sad truth was that, in spite of all our past experience, we had no single, official doctrine for counterinsurgency

⁶⁸² GOTTMANN, Jean. Bugeaud, Gallieni, Lyautey: The Development of French Colonial Warfare. Em: Edward MEAD EARLE ed. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*, Princeton, Princeton University Press, 1944, pp. 246-255.

⁶⁸³ LYAUTEY, cit. 679, p. 32.

warfare»⁶⁸⁴, mas, no entanto, por terem sido elaborados pelos men on the spot, que, no quadro do colonialismo francês do III Império, detinham grande autonomia operacional, não só se concretizaram no terreno, como acabaram por exercer influência significativa nas práticas de outras potências, constituindo-se como exemplos pragmáticos de eficácia.

A dado passo, C.E. Callwell, em Inglaterra, afirmou,: «The French operations in Algeria during many years of war will ever serve to illustrate what is the right way and what is the wrong way of dealing with an antagonist who adopts the guerrilla mode of war»⁶⁸⁵ e, se isto não significa qualquer espécie de circulação ideológica acrítica, inviável por virtude da diversidade dos teatros de operações espalhados pelo mundo, dos diferentes posicionamentos de cada centro metropolitano, no sistema internacional, assim como da diversidade dos seus modelos políticos e dos procedimentos relacionais com as respetivas periferias, simboliza, pelo menos, a prioridade francesa neste domínio da reflexão.

Na verdade, durante grande parte do século XIX, nenhuma das potências coloniais considerou importante formalizar enquadramentos doutrinários específicos, em matéria de tática colonial. Em Inglaterra, a primeira doutrina oficial para o Exército surgiu apenas, em 1909, com o *Field Service Regulations*⁶⁸⁶ e, na Holanda, em 1928, com a publicação do *Voorschrift voor de uitoefening van de politiek-politioneele taak van het Leger (Manual para as tarefas políticas e policiais do Exército)*, e, por isso, o aparelho doutrinal existente, durante boa parte da centúria de oitocentos, foi informal e muito dependente do prestígio dos seus proponentes. Mesmo assim, a tensão entre a apologia de atuações de natureza violenta, com o objetivo de criar domínio através do medo, e os métodos de aproximação pacífica às populações, constituiu-se como preponderante na generalidade das aproximações doutrinárias ensaiadas.

No tocante à sublimação da violência, tendente a desmoralizar os povos e a desincentivar as suas práticas subversivas, os exemplos fora da Argélia, Tonquim, Marrocos, ou África Subsariana, são variados, desde Java a Ache, passando pela África Ocidental Alemã, ou pela Índia, por exemplo.

Nas suas Índias Orientais, os holandeses, na primeira metade do século XIX, não hesitam em utilizar o medo como uma arma estratégica para conter as guerrilhas e, por isso, queimam aldeias e matam os seus chefes, destroem as culturas e roubam os gados, utilizando pequenas

⁶⁸⁴ GALULA, David. *Pacification in Algeria 1956-1958*, Santa Monica, Rand Corporation, 2006, p. 64.

⁶⁸⁵ CALLWELL, cit. 100 p. 128.

⁶⁸⁶ Para o caso, merece particular atenção o capítulo X «Warfare against an uncivilized enemy», em *Field Service Regulations, part. I*, London, His Majesty's Stationery Office, 1909, pp. 191-213.

colunas móveis, evitando grandes despesas e minorando a atrição do clima e do terreno⁶⁸⁷. Nos anos oitenta do século XIX, após uma tentativa fracassada de política de apaziguamento, o governador militar de Ache, Karel van der Heijden, lançou uma campanha punitiva sem precedentes e, utilizando colunas móveis com mais de dois mil homens, penetrou cinquenta quilômetros pelo interior da ilha, em busca de vitórias decisivas, não distinguindo entre combatentes, civis, inimigos ou colaboradores, queimando perto de quinhentas vilas e matando mais de trinta mil civis⁶⁸⁸.

Na África Ocidental Alemã, os governos de Von François e Von Trotha foram marcados pela utilização sistemática e planeada de táticas de grande brutalidade, atingindo dimensões de um verdadeiro genocídio dos povos hereros. Após 1904, quando estes últimos intensificaram as suas formas de resistência, Von Trotha, em clara oposição com os poderes civis locais e metropolitanos, estabeleceu mesmo um conjunto de mecanismos de concentração de poder, permitindo-lhe implementar uma verdadeira ditadura militar, que se traduziu no terreno pelo uso estratégico da violência ilimitada. Assim, utilizou a Marinha para bombardear posições dos hereros e a infantaria, proveniente da metrópole, para a execução de ações deliberadas de extermínio, acantonou milhares de nativos em campos de concentração e incentivou a fuga de muitos outros para fora da colônia, no sentido de inviabilizar qualquer possibilidade futura de guerrilha. Não tendo alcançado estes objetivos, Von Trotha decretou a expulsão dos hereros, ameaçando de morte todos quantos permanecessem em territórios sob administração alemã, e ainda expropriou e abateu o gado dos nativos, única fonte dos seus rendimentos⁶⁸⁹.

Exemplos de discursos e práticas mais consentâneas com as «políticas de conquista dos corações e das mentes», ou de tentativas de conciliar estas abordagens com medidas mais musculadas também abundam.

Por exemplo, na Holanda, a insatisfação da opinião pública perante os excessos de violência, em conjunto com a incapacidade das práticas mais brutais obterem qualquer vitória decisiva, levou, a partir dos anos 1870, o general Jan van Swieten a preconizar a lógica do posto militar como centro de atração em vez de plataforma ofensiva, e a instruir as tropas para se comportarem de modo pacífico com as populações locais. Mais tarde, já nos inícios do século

⁶⁸⁷ NORDHOLT, Henk Schulte. A genealogy of violence. Em: Freek COLOMBJIN e J. Thomas LINDBALT, eds. *Roots of violence in Indonesia: contemporary violence in historical perspective*, Leiden, KITLV Press, 2002, pp. 33-61.

⁶⁸⁸ Números em: GROEN, Petra. Colonial Warfare and military ethics in the Netherlands East Indies, 1816-1941. *Journal of Genocide Research*, 2012, 14:3-4, p. 285.

⁶⁸⁹ BLEY, Helmut. *South West Africa under German Rule 1894-1914*, London, Heinemann, pp. 149-169, 1971.

XX, tentou-se conciliar aqueles dois tipos de aproximações contra subversivas, aplicando a doutrina, mais tarde apelidada de «violência cirúrgica». Esta, em termos táticos, baseava-se numa primeira etapa de bombardeamentos navais preparatórios sobre as bases das forças insurgentes, quando passíveis de localizar, sucedida de rápidas investidas de colunas móveis, com o objetivo de ocupar as áreas bombardeadas e de nelas proceder à instalação de bivaques provisórios, servindo estes como bases para outras investidas e para a posterior consolidação da administração civil holandesa⁶⁹⁰.

Ao contrário do advogado pela «escola francesa», não se preconizava a concentração de poderes políticos e militares numa única entidade, nem se concedia às forças armadas, tarefas administrativas ou de cariz desenvolvimentista, atribuindo-se as funções políticas a autoridades civis, incentivando-as a implementar políticas de fomento, sanitárias e educativas⁶⁹¹.

No Império Inglês, por virtude da sua dimensão e diversidade política e administrativa, as práticas conflituais foram caracterizadas por um largo espectro de características, inibidor de tentativas de definição de enquadramentos prescritivos muito específicos, como as palavras de N.G. Lyttelton, então chefe do estado-maior, no prefácio à 3ª edição do livro de C.E. Callwell *Small Wars, Their Principles and Practice*⁶⁹² ilustram: «It is recommended to officers as a valuable contribution on the subject of the conduct of small wars. It is full of useful facts and information on all the details which must be considered in the management of those minor expeditions in which the British Army is so frequently engaged. But it is not to be regarded as laying down inflexible rules for guidance, or as an expression of official opinion on the subjects of which it treats.»⁶⁹³.

Mesmo assim, e como o trabalho de Callwell se constitui como um desenvolvido e profundo estado da arte, torna-se possível recolher, no seu seio, alguns exemplos de práticas de atuação das forças britânicas, em teatros periféricos. Com efeito, nesta obra, para além de se definir «Small wars», ainda se elabora sobre a importância da definição de objetivos em teatros exóticos, as dificuldades de montar serviços de inteligência, a importância da logística e da adequação aos espaços adversos, a necessidade de tomar a iniciativa com vigor e ousadia (*vigour and boldness*), a pertinência de, por vezes, se dividir as forças, ao contrário do verificado na Europa, onde a manutenção da unidade era entendida como um valor fundamental ao nível da manobra.

⁶⁹⁰ de MOOR, J.A. Colonial Warfare theory and practice: the Dutch experience in Indonesia 1816-1949, *Journal of the Japan-Netherlands Institute*, 1990, v. 2, pp. 98-114.

⁶⁹¹ GROEN, cit. 688, pp. 227-296.

⁶⁹² CALWELL, cit. 100

⁶⁹³ IDEM, p. 4.

Callwell, ainda salienta a importância de organizar as linhas de comunicação, as marchas e os bivaques, elabora sobre as táticas específicas de todas as armas e, debruçando-se sobre as manobras defensivas, ofensivas e de retirada, afirma que, no terreno, as forças europeias por norma têm vantagem tática, mas os nativos possuem primazia estratégica. Por isso, as operações, quando possível, devem ser conduzidas de acordo com a tentativa de regularizar o confronto, ou seja, devia-se tentar conduzir os adversários para o choque em campo aberto, aproveitando a vantagem tecnológica e evitando cair nas malhas da guerrilha. Quando isso não se revelasse possível, deveria apelar-se à utilização de *raids* punitivos sobre as populações, na linha das *razias*, marcados por extrema violência numa lógica de *butcher and bolt*, muito longínqua do princípio de *minimum force*⁶⁹⁴, mais tarde apresentado como característica da atuação colonial britânica.

Concluindo, uma coisa parece certa: mais de sessenta anos antes das obras de David Galula, o foco militar nas populações parece estar definido como fundamental numa doutrina contra subversiva.

8.2 O caso português

Repetindo a evolução da grande estratégia portuguesa, em relação ao continente africano, não parece demasiado esquemático concluir que, até à década de 1870, os grandes objetivos eram a manutenção da ordem pública, a diversificação das atividades económicas e a implementação de algumas modalidades de colonização branca e de ação civilizadora, com o propósito geral de quebrar o posicionamento periférico no sistema internacional; ao que depois acresce a paulatina necessidade de materializar as narrativas de ocupação efetiva, mostrando controlo interno, e tentando aproximações às linhas de fronteira delimitadas pelos acordos internacionais. Mas, para isso, era fundamental penetrar, conquistar e territorializar.

Os procedimentos doutrinários operacionais e táticos refletiram esta mutação? É o que de seguida se pretende avaliar.

Portugal não difere dos restantes países com interesses na periferia, no respeitante à ausência de corpos doutrinários formalizados, até chegarmos aos anos noventa do século XIX, e os regulamentos para o serviço de Exército em campanha, orientadores da ação do Exército metropolitano, eram difíceis de replicar em África, pois tendo vindo a convergir com os novos

⁶⁹⁴ Para uma problematização deste conceito, num período mais tardio ver: REIS, Bruno Cardoso. The myth of British minimum force in counterinsurgency campaigns during decolonisation (1945-1970), *Journal of Strategic Studies*, 2011, v. 34:2, pp. 245-279. Disponível em [ICS_BCREIS_Myth_ARI.pdf](#).

paradigmas da guerra moderna, não se adaptavam aos modelos predominantes de confronto agónico, no ultramar.

Revelador destas dificuldades de adequação é a divergência entre a receção metropolitana das inovações do direito internacional, e a sua aplicação ultramarina. Com efeito, na linha das evoluções resultantes da primeira convenção de Genebra⁶⁹⁵, os normativos portugueses aderem à ideia de não utilização de todos os meios para fazer mal ao inimigo, nem ter como objetivo a total destruição dos seus exércitos, e também renegam a guerra de extermínio, a utilização de projéteis explosivos ou incendiários, os tratamentos indignos aos prisioneiros de guerra, a mulheres, crianças e velhos, a destruição da propriedade privada e ainda determinam a obrigatoriedade de passar recibos de todos os bens requisitados, em território inimigo⁶⁹⁶.

No fundo, a guerra faz-se entre os estados e não entre o povo. Exatamente o contrário do aplicado no ultramar, onde, para além do mais, como em Angola era raro combater em choque frontal, tornava-se difícil identificar os interesses operacionais do opositor, e o próprio inimigo, disperso entre a população. Por consequência, em África valia sobretudo a intuição, a capacidade de adaptação e o corpo de lições aprendidas no terreno e, por vezes, também se convocava o improvisado. Todavia, isto não invalida a possibilidade de identificação de alguns princípios basilares, os quais, validados pelos resultados concretos, obtidos nos teatros de operações terrestres, se assumiram como mecanismos estruturantes da práxis: a construção de práticas colaborativas com os autóctones, por meio dos já referenciados autos de vassalagem, a potencialização da Marinha de guerra, e a utilização da força terrestre como instrumento de contenção e de afirmação simbólica.

Deste modo, reservavam-se as pequenas unidades terrestres de primeira linha para a atenuação de focos disruptivos mais intensos. A propósito destas unidades, vamos referir alguns exemplos de práticas respeitantes à formação das forças, à mobilidade, ao armamento e ao combate. Práticas não formalizadas em qualquer documento normativo, mas assumidas no terreno como princípios táticos correntes.

Ao nível da formação das forças, a unidade preponderante é a coluna ligeira, formada por poucas dezenas de homens de infantaria e cavalaria, e com escasso número de artilheiros, de auxiliares e carregadores, que por norma não atingia o escalão de companhia. Existem algumas exceções, como as colunas formadas, em 1858, para enfrentar o soba do Humbe,

⁶⁹⁵ Realizada em 1863 e 1864.

⁶⁹⁶ *Regulamento provisório para o Serviço do Exército em campanha, 1890*, pp. 379-401.

Tchivalanca⁶⁹⁷, e, em 1860 para tentar conter a agitação no Cassange⁶⁹⁸, onde se constituíram batalhões de trezentos e setecentos efetivos, embora o racional subjacente à formação dos corpos tenha sido sempre a potencialização da mobilidade.

Sendo a mobilidade condicionada pela heterogeneidade das condições climatéricas e das características dos terrenos, não era fácil a definição de princípios organizacionais uniformes para todo o território angolano. Ou seja, progredir e manobrar em desertos, florestas, planícies e montanhas, rios caudalosos ou fios de água anémicos, em condições de habitual insalubridade, com amplitudes térmicas diárias muito acentuadas, implicava desafios muito diversificados, motivo pelo qual as soluções encontradas também o deviam ser. Todavia, isto não impede a possibilidade de identificar princípios muito genéricos, aplicáveis em todos os teatros: a preocupação em aligeirar a carga dos combatentes, a prática de marchas nunca superiores aos vinte quilómetros e o movimento em coluna simples, são disso bom exemplo. No primeiro caso, quando possível, recorria-se a carregadores indígenas para transporte de víveres, munições, bivaques e demais material logístico. Quanto às marchas, a norma era iniciá-las, ao nascer do dia, para conjugar as vantagens da visibilidade com as condições climatéricas menos penosas.

Durante muito tempo, o mais habitual nos teatros de operações angolanos é o movimento em coluna simples, por via de se tratar de unidades pouco nutridas, em termos quantitativos, sendo a testa composta pelos cavaleiros, seguidos pela infantaria, pelo comboio logístico e por uma retaguarda de infantes e mais cavaleiros. Em caso de colunas mistas, a artilharia intercalava entre os infantes e o comboio, advogando-se a constituição de pequenas secções de flanqueadores para proteção da marcha, quando as forças assumiam um número de efetivos muito superior à centena.

Não sendo possível determinar distâncias fixas entre a vanguarda e a retaguarda da linha, como se propunha nos regulamentos metropolitanos, é comum as vanguardas, em terrenos menos acidentados, serem constituídas por cavaleiros lançados que procedem aos reconhecimentos e amortizam os primeiros choques; já em áreas de mato mais cerrado, o costume era o avanço de auxiliares indígenas, munidos de catanas para abrirem os caminhos.

A propósito do armamento, como as forças portuguesas combaterem sempre em inferioridade numérica, tornava-se fundamental ultrapassar essa fraqueza por via da tecnologia, recorrendo-se ao poder de fogo para reduzir as capacidades do inimigo. Muitas vezes dispensavam-se as peças de artilharia, para não penalizar a mobilidade e procurava-se atingir a

⁶⁹⁷ ALMEIDA, cit. 319, pp. 325-326.

⁶⁹⁸ AHM 2/2/4/43 (Discurso Pronunciado pelo Conselheiro Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes no fim do seu mandato como governador-geral de Angola).

superioridade tecnológica por meio do armamento ligeiro, mas quando se enfrentavam grandes massas, ou quando estas se acantonavam em *embalas* localizadas em altitude, a utilização da artilharia era essencial. Mesmo assim, e como as peças eram de pouca fiabilidade, ficando inoperacionais ao fim de poucos disparos, e tinham a sua precisão de tiro muito diminuída, pela falta de preparação técnica dos artilheiros, as operações não concediam grande preponderância aos artilheiros, utilizados como um meio de preparar as decisivas investidas dos infantes⁶⁹⁹.

No referente à atrição, as ações empreendidas em terra dividiam-se entre a resistência a ataques diretos aos fortes do interior e às colunas em marcha, e a repressão de focos de insurgência. No primeiro caso, mais raro, tinha de se resistir a um cerco, geralmente não muito demorado, como consequência da incapacidade indígena de aprovisionar mantimentos, permitindo aos sitiados fazer valer o poder dos seus fogos, por vezes acompanhados de investidas de cavalaria. Quando os cercos se prolongavam no tempo, a situação tornava-se mais complexa, tornando-se necessário recorrer a reforços enviados do litoral, de modo a ultrapassar as carências das fortificações do interior, em homens e material. As situações mais frequentes resultavam de focos de insurgência sinalizados, expressos na recusa do pagamento de tributos, no roubo de gado, no ataque a comerciantes, fazendeiros ou tribos avassaladas e, na esporádica aproximação aos centros urbanos do litoral. Para as colunas em movimento sobre o teatro, isto implicava dois tipos de atuação: as campanhas demoradas de perseguição aos grupos disruptores, sempre muito dificultadas pelas características do terreno e pelos próprios mecanismos táticos indígenas, ao que se podia suceder o choque frontal em campo aberto, ou o ataque direto aos interesses económicos dos nativos, de acordo com uma lógica de *razia*.

Em Angola, até meados dos anos oitenta do século XIX, há alguns exemplos de grandes movimentações integráveis na primeira tipologia, mas, na sua maioria, verificaram-se longe dos campos do Sul, sendo mais frequentes as *razias*. E se, como temos vindo a referir, a sua execução não se encontra tipificada em documentos formais, a análise da sua execução demonstra um conjunto de padrões de atuação pouco diversificados. Por norma, começa-se por observar o adversário, reconhecer as vias de acesso aos seus interesses e lançar sobre ele ataques rápidos de cavalaria e infantaria, por vezes precedidos de fogos de artilharia. Na esmagadora maioria dos casos apreciados, à chegada das forças portuguesas às *libatas* segue-se a debandada geral das populações, que é acompanhada pela destruição dos alojamentos, queima das culturas e roubo dos gados. O saque funciona ao mesmo tempo como um meio de dissuasão e castigo e de aprovisionamento de géneros, atenuando as dificuldades logísticas das forças portuguesas.

⁶⁹⁹ AHM 2/2/6/13 (Expedição a Humbe - major Lourenço Justiniano Padrel).

Num contexto de predomínio das lógicas de colonialismo informal e de permanente necessidade de contenção orçamental, não parecia impossível assegurar, deste modo, os objetivos mínimos definidos, com indecisão, pela grande estratégia. As evoluções iniciadas a partir dos anos oitenta, implicando um acentuar dramático das narrativas de controlo formal, inauguram um novo período e obrigam os oficiais mais ligados aos teatros de operações africanos, a refletir sobre os novos enquadramentos operacionais e táticos, apreciando as experiências internacionais e fazendo despontar um desejo de sistematização e padronização dos procedimentos.

Neste esforço de institucionalizar e formatar procedimentos de atuação, específicos para as campanhas ultramarinas, destaca-se Eduardo da Costa. Major do estado-maior, com larga experiência operacional e administrativa em África, combateu em Marracuene, e foi governador do distrito de Moçambique, de Benguela e governador-geral de Angola. Para além disso, foi um estudioso atento das evoluções do pensamento tático.

Em 1895, foi nomeado chefe do estado-maior de António Enes em Moçambique, e, aproveitando-se dos seus conhecimentos sobre as campanhas militares de outras potências coloniais, elaborou umas instruções para a coluna, com destino a Marracuene. Mais tarde fixadas no *Relatório acerca da missão desempenhada em Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 1895, durante a Campanha*⁷⁰⁰, essas *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, assumem-se como uma tentativa de adequação às especificidades da natureza e das táticas adotadas pelos indígenas e preconizam mecanismos facilitadores de mobilidade, proteção e defesa, acabando por ser aprovadas pela portaria governamental, nº 346 de 27 de agosto de 1896, sendo, deste modo, oferecidas como doutrinais para a atuação de todas as forças terrestres em África. Daí, a análise atenta que, de seguida, se irá fazer.

Mas, como o seu autor defende um verdadeiro projeto global para a África portuguesa, traduzido em propostas com preocupações políticas, estratégicas e operacionais, cumpre destacar, desde logo, algumas das ideias centrais dessa visão global, porque de outro modo não é possível compreender as «Instruções». No próximo capítulo, o projeto de Eduardo da Costa será analisado com mais detalhe, nas suas vertentes holísticas. Por isso, e para não nos repetirmos, apresentamos aqui apenas as ideias essenciais para o entendimento das suas propostas ao nível da doutrina tática.

⁷⁰⁰ COSTA, Eduardo. Eduardo da Costa na Campanha de Moçambique em 1895. Em: *Eduardo da Costa - Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, v. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, pp. 25-348.

A sua visão política é muito clara: as colónias são territórios portugueses por direito histórico e, para o seu pleno aproveitamento económico, a ocupação militar é indispensável, pois não acredita na suficiência da ação diplomática, das feitorias comerciais, nem das missões religiosas. Apoiando-se numa visão muito própria dos modelos descentralizadores, ainda preconiza o reforço do poder dos governadores-gerais, os quais deveriam concentrar todos os poderes políticos, administrativos e militares.

Não escondendo um posicionamento eurocêntrico e mesmo racista, afirma ser obrigação dos povos civilizados explorar e desenvolver as terras deixadas ao abandono pelos selvagens, e se por vezes a ocupação pacífica é possível, o mais usual é ter de se utilizar a força, a qual não devia ser entorpecida por discursos de tipo filantrópico⁷⁰¹. Nesta sequência, defende a necessidade de penetração no *hinterland*, aproveitando os cursos de água navegáveis, para dominar os povos rebeldes e construir fortalezas numa lógica sistémica de rede. Quer dizer, os comandos militares deveriam ser implementados nas zonas mais relevantes em termos estratégicos, e, a partir daí, deveriam projetar-se pequenos fortes de representação simbólica e de exercício de influência, todos eles ligados por vias de comunicação rápidas e eficazes, facilitadoras da ação de colunas móveis, num modelo inspirado na *tâche d'huile* francesa.

No fundo, como resultado deste entendimento do problema colonial, ele conclui pela necessidade de penetrar, chocar e ocupar, e, por isso, sugere normativos doutrinários, capazes de dirigirem a prática para a resolução eficaz daqueles problemas. Logo, não renegando as práticas do período informal, porque validadas pelo uso, ele considera útil acrescentar-lhes outras dimensões referentes às dinâmicas da formação da força, mobilidade, proteção, capacidade de choque e sustentação.

Então, e começando pela constituição da força, defende a importância de fixar a brigada como unidade estratégica base, em vez da divisão como se verificava no continente europeu, de modo a aliar a noção, já institucionalizada pela prática de as unidades operacionais serem de dimensões reduzidas, para potencializar a mobilidade, à obrigatoriedade de elas se constituírem de modo misto, isto é, incluindo elementos de todas as armas (infantaria, cavalaria e artilharia) e serviços auxiliares de administração, saúde e engenharia. Por esta via, pretendia-se facilitar a capacidade de constituição de destacamentos móveis, portanto com grande facilidade de penetração, mas constituídos de modo completo, de forma a potencializarem as vantagens inerentes às armas combinadas e às mais-valias logísticas, resultantes da possibilidade de se

⁷⁰¹ COSTA, Eduardo. *Ocupação militar e domínio efetivo das nossas colónias (conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 27 novembro de 1901, 1939, pp. 19-40.*

fazer acompanhar os pequenos grupos, em avanço para o interior, por peças de artilharia, engenheiros para abrir caminhos e construir pontes, e médicos para tratar dos feridos e doentes.

No seu entendimento, como consequência da superioridade tecnológica, bastava constituir unidades com efetivos de quinhentos a seiscentos infantess, acompanhados de uma secção de artilharia com duas peças de fogo e um pelotão de trinta cavalos, para enfrentar grupos adversários com quantitativos entre dez a vinte mil homens. A sugestão de utilizar apenas duas peças de artilharia remete para outros dois pontos essenciais do seu pensamento: a lógica do quadrado e a preservação da mobilidade. Formando em quadrado, aquelas peças seriam bastantes, pois, ao serem colocadas em dois ângulos opostos da figura, podiam proteger as suas quatro faces; por outro lado, a contenção na utilização de peças de artilharia atenuava as dificuldades colocadas no seu transporte, motivadas pelas deficientes vias de comunicação.

Já a importância da mobilidade em toda a manobra, leva-o a definir regras muito precisas para o desenvolvimento das marchas, propondo os 25 quilómetros diários como seu limite e a preferência pelas primeiras horas da madrugada para o seu arranque. Não exclui a possibilidade de marchas noturnas, mas remete-as para situações de excecionalidade por considerar que a falta de visibilidade impede a ligação entre as forças e propicia a debilitação psicológica dos homens. Por outro lado, de modo a acautelar eventuais ataques, não permite grandes distâncias entre a vanguarda e a retaguarda, para, em caso de necessidade, as colunas se poderem colocar rapidamente em posição de combate, assumindo que «as tropas regulares, quer em marcha quer em estacionamento, devem estar sempre prontas a receber o inimigo, qualquer que seja a direção em que ele se apresente»⁷⁰², pois, como também afirma «A segurança de uma coluna em África repousa sobre a sua constante preparação a receber o choque»⁷⁰³.

Neste domínio, ainda estabelece a coluna dupla como formação de marcha mais adequada, fora de zonas de densa vegetação. Deste modo, as tropas marchavam em duas colunas paralelas, distando entre si cinquenta a cem metros, seguindo a artilharia e o comboio no centro, com as guardas avançada e de retaguarda progredindo subdivididas pelas duas colunas, permitindo, em caso de ataque, a rápida formação do quadrado e a instalação no seu centro do trem de combate, constituído pelas munições de reserva, ambulância, muares da água e ferramentas.

Nesta sequência, assumia-se, como vital, o investimento em vias de comunicação, mas tendo em consideração o pouco alcance das linhas de caminho-de-ferro e a sazonalidade dos

⁷⁰² COSTA, Eduardo. Instruções Provisórias para o Serviço em Campanha. Em: *Eduardo da Costa - Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, v. II, 1939, p. 120.

⁷⁰³ IDEM. p. 123.

caudais dos rios navegáveis, ele estabelece a preponderância operacional dos caminhos terrestres, não obstante a sua escassez e estreiteza. Assim, concede destaque ao papel da engenharia, a quem deveria competir a abertura das estradas, e dos sapadores, responsáveis pela sua manutenção e proteção. Só deste modo coordenado, seria possível garantir a segurança e rapidez das colunas em marcha, tornando-lhes possível a prossecução dos objetivos operacionais, dentro dos prazos estipulados.

Sendo as unidades obrigadas a marchar em direção ao interior, com a maior velocidade possível, muitas vezes por terrenos desconhecidos, a questão da proteção durante a manobra é também central nas suas propostas doutrinárias. E, num período onde as evoluções tecnológicas implicavam algumas divisões teóricas, a propósito das tarefas a desempenhar pela cavalaria, Eduardo da Costa defende o seu grande relevo nos territórios africanos, destinando aos cavalos as funções de segurança das colunas e de reconhecimento do terreno. Estabelecendo uma distinção entre o sistema de proteção a utilizar em terrenos descobertos, daquele a utilizar em terrenos de mato, determina que, no primeiro caso, bastava lançar a cavalaria duzentos a quatrocentos metros à vanguarda, flanqueando a coluna com cavaleiros isolados; no segundo, devia-se complementar o dispositivo anterior, com patrulhas indígenas, marchando por fora das filas de cavaleiros.

No respeitante aos procedimentos de segurança em estacionamento, prescreve a organização em acampamento ou bivaque, devendo este último ser reforçado em termos defensivos, fazendo-se uma trincheira abrigo e montando-se um serviço de segurança ao seu redor, garantido por auxiliares ou infantas. O local de acantonamento devia ser escolhido em função da proximidade da água, das facilidades de observação e devia ter espaço suficiente para permitir a formação em quadrado, de modo a poder passar-se de descanso a combate, num curto intervalo de tempo.

No referente aos procedimentos de combate, o autor é comedido no respeitante à definição de princípios táticos de aplicabilidade universal, considerando não existirem muitas determinações a fazer a propósito de ataques recebidos em posições fortificadas e de combates defensivos, pois essas são situações muito dependentes da especificidade dos terrenos e dos comandos. No fundo, como a diversidade dos problemas oferecidos por estes teatros de operações não facilita a determinação de mecanismos funcionais para todas as situações, valoriza-se a autonomia das lideranças táticas, para lidarem com as situações concretas.

No respeitante aos ataques ofensivos, apela sobretudo à conveniência de combinar ações de frente com as de flanco, quando o choque se verifica em terrenos amplos e abertos.

Compreendendo a primazia dos ataques a colunas em marcha, repete a necessidade de estas formarem quadrado em rapidez, de modo a susterem o primeiro ataque e depois assumirem a iniciativa, através de rápidos contra-ataques, de infantes e dragões, protegidos no interior do quadrado ou na sua face menos exposta. De preferência, estes contra-ataques deviam permitir a conquista de posições, ou, pelo menos, a dispersão e perseguição do inimigo. O regresso ao quadrado das tropas projetadas devia ser apoiado pela artilharia, colocada no seu interior.

Como muitas vezes os indígenas, incapazes de quebrarem o quadrado, o atacam durante períodos muito prolongados de tempo, por vezes protegidos por obstáculos naturais, devia-se disparar apenas à ordem e com muita contenção, de modo a não esgotar os stocks de munições.

No conjunto das suas considerações, avulta ainda a importância dos postos do interior e do serviço de etapas, como garante de sustentação. No primeiro caso, e no sentido da racionalização do esforço e do planeamento, determina uma caracterização tipológica do edificado militar, dividindo-o em postos de ocupação (destinados a aumentar o domínio territorial), de polícia (para manter a ordem e segurança) e de comunicação (com o papel de apoio às forças em deslocação no teatro), onde só os primeiros deveriam ser considerados indispensáveis. Esta sistematização era imposta aos governadores de distrito, só podendo ser alterada após solicitação justificada e aprovada pelo governador-geral.

Quanto à linha de etapas, preocupa-se em formalizar e sistematizar alguns procedimentos consagrados pela prática. Em contexto operacional, deveria começar-se pela instalação da base de operações, no porto de desembarque das tropas, nos terminus da linha férrea ou nos extremos de navegação dos grandes rios navegáveis, e, aí, deveriam formar-se parques de munições e de fardamentos, víveres e equipamentos diversos, para além dos hospitais e oficinas. Estes parques de grandes dimensões deveriam ter a capacidade de abastecer outros postos da mesma tipologia, mas de menor dimensão, constituídos ao longo da linha de penetração das colunas, as chamadas linhas de etapas. Aqueles postos deveriam estar distanciados entre si por um dia de marcha, apenas se admitindo maior distância, em zonas de fácil aprovisionamento de água. O primeiro, constituía-se como a «base de etapas» e deveria ser fortificado e abastecido, de modo a poder fornecer os postos subsequentes, sem necessidade de ligações periódicas à base de operações. No limite do teatro, deveria constituir-se a chamada «base testa de etapas», com capacidades provisionadas para sustentar os efetivos, durante todo o tempo previsto para o desenrolar das operações.

Como se explicou num capítulo anterior, o período, entre a publicação da portaria nº 346 de 27 de agosto de 1896 e a vitória na Môngua, foi marcado pela diversidade das operações empreendidas, pois em paralelo com as múltiplas ações de tipo policial, amparadas em *razias*,

autojustificadas em lógicas de castigo ou pacificação, também se intensificaram as campanhas de verdadeira ocupação, na sequência dos objetivos políticos de solidificação das narrativas de ocupação efetiva. Em todas estas ações, são visíveis traços salientes das propostas veiculadas pelas *Instruções*.

Em concreto, generaliza-se a utilização de forças mistas, com efetivos reduzidos, de modo a não penalizar a mobilidade, mas também as marchas matinais em coluna dupla, os cuidados com a organização da base de operações e da linha de etapas, a organização de reconhecimentos a cavalo e apeados, a utilização de auxiliares em tarefas de exploração e reconhecimento, a utilização do quadrado em marcha, bivaque e combate, a construção de postos e fortalezas, como símbolos de poder e mecanismos irradiadores de força, a projeção de destacamentos ofensivos a partir da coluna principal, assim como o patrocínio de mecanismos de aproximação às populações, incentivando, ao mesmo tempo, as divisões étnicas e a interferência na escolha de sobas.

Mas as doutrinas exigem permanente revisão no decurso dos conflitos, de modo a adaptarem-se às realidades concretas dos teatros⁷⁰⁴, sendo isso muito evidente em diversos momentos do desenvolvimento das operações. Por exemplo, na campanha do Humbe, as longas e penosas marchas, na maior parte dos casos desenvolveram-se em colunas simples, mais consentâneas com as características dos terrenos e com a tendência dos nativos da região atacarem os postos militares, as fortalezas e os interesses económicos, em detrimento das colunas em marcha⁷⁰⁵. Já no decurso da campanha do Bailundo, o capitão-mor Romeiras de Macedo elaborou umas *Instruções Gerais* manuscritas, tendo determinado que, embora se devesse privilegiar o quadrado em marcha, bivaque e combate, o líder no terreno deveria adotar a formação mais consentânea com as características específicas do inimigo⁷⁰⁶.

Alves Roçadas, por seu turno, sem desvirtuar o modelo doutrinal, introduziu-lhe várias novidades em termos de proteção, fogo e manobra⁷⁰⁷. Com efeito, quando manobrava sobre o Mulondo, montou o seu serviço de segurança, dispensando as trincheiras abrigo, propostas por Eduardo da Costa, por, na sua avaliação, as ter considerado desnecessárias, em virtude de o nativo daquelas regiões não investir em massa⁷⁰⁸; na campanha de 1907, introduziu, no

⁷⁰⁴ LEMOS PIRES, (2014), cit.1, p. 59.

⁷⁰⁵ AHM - 2/2/8/3 (Campanha do Bailundo 1902 - Diário de Campanha da Coluna de operações do Norte).

⁷⁰⁶ BELO ALMEIDA. *Operações Militares de 1904 na região do Bimbe, Bailundo*, Coleção Pelo Império, nº 91, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 42 – 49.

⁷⁰⁷ ALVES ROÇADAS. cit. 403, pp. 18 e 20.

⁷⁰⁸ IDEM. p. 19.

elemento proteção, uma variação muito criativa, distribuindo sacos de serapilheira aos soldados, para, em caso de necessidade, se constituírem como sistemas rápidos e mais ou menos eficazes de defesa. Assim, colocados atrás de uma primeira linha de atiradores, os soldados procediam ao enchimento dos sacos e depois utilizavam-nos para a construção de uma espécie de trincheiras, para onde depois recuava a linha de atiradores.

Nestas campanhas de Roçadas ainda se verificaram outras adaptações significativas, respeitantes ao fogo, à marcha e ao choque. No fogo, verifica-se uma tentativa de acentuação da assimetria, pelo incremento do uso das metralhadoras, e, em virtude dos ensinamentos de Pembe, implementaram-se mecanismos mais eficazes de controlo da disciplina de tiro, no sentido de evitar o sempre temido esgotamento das munições. Quanto às marchas, adotou-se por várias vezes o dispositivo de coluna a três fileiras, de modo a facilitar uma melhor adequação às particularidades do terreno e às capacidades de armamento dos cuamatos. Mas, na verdade, tratou-se apenas de uma variação da coluna dupla e não de um corte conceptual significativo, pois a preocupação em terrenos abertos continuava a ser a capacidade do dispositivo em marcha se converter em quadrado com rapidez, deixando a artilharia a guarnecer os ângulos e a posição central do esquema⁷⁰⁹.

Em relação ao choque, a diversidade foi maior. Em 1902, perante a sublevação generalizada no planalto de Benguela⁷¹⁰, as forças portuguesas empreenderam ações de proteção de fortalezas, *razias*, proteção de pontos estratégicos vitais e ataques a *libatas*, muitas vezes protegidas por obstáculos naturais ou instaladas em altitude. Nestas últimas situações, os ataques preparatórios da artilharia, seguidos de investidas de infantaria constituíram-se como elemento tático de relevo⁷¹¹. A artilharia procedia a descargas sobre os pontos estratégicos, e só depois os infantas ocupavam os objetivos, obrigando, por vezes, à subida de morros abruptos, à penetração de galerias escavadas nas rochas e ao combate corpo a corpo⁷¹². Já nas campanhas de Alves Roçadas, como a missão procurava obter três objetivos distintos em três teatros diferentes (Mulondo, Cuamato, Gambos), as táticas utilizadas também não foram as mesmas⁷¹³.

Contra o Mulondo, o combate tratou-se de uma investida sobre a *embala* do soba, e, por essa razão, as tropas posicionaram-se na sua frontaria, castigando-a com fogo de artilharia,

⁷⁰⁹ ALVES ROÇADAS. cit. 415.

⁷¹⁰ AHM 2/2/7/11 (Operações de reconhecimento ao interior do distrito de Benguela – 1902).

⁷¹¹ AHM 2/2/7/21 (Relatório das operações ao Bailundo, no ano de 1902, elaborado pelo Comandante da coluna, tenente Pais Brandão).

⁷¹² AHM 2/2/7/10 (Rebeldia do gentio, na área da Capitania-Mor de Bailundo).

⁷¹³ AHM 2/2/1/10 (Operações no distrito da Huíla. Relatório elaborado por Alves Roçadas em 15 de janeiro de 1906).

seguido de uma avançada da infantaria, transposição de um fosso, e posterior penetração, saque e destruição⁷¹⁴. Depois, formaram-se colunas móveis para perseguir os fugitivos. Na investida sobre os cuamatos, a coluna do Mulondo, no seu avanço, efetuou uma série de razias, queimando palhotas, fazendo prisioneiros e obrigando os povos a elevado consumo de munições. Apostando sobretudo na surpresa, empenhou-se os dragões em ações de reconhecimento e dividiu-se a coluna em dois destacamentos principais. Um, constituído pelos bóeres, investiu a partir da zona do vau de Pembe; outro, formado pelos auxiliares, empreendeu as suas operações através da Dongoena, tendo os confrontos durado quatro dias, em ambas as margens do Cunene. Assumindo-se como terceiro grande objetivo o infligir de castigo aos Gambos, onde o soba Cander se mostrava renitente perante a autoridade portuguesa, foi necessário ter em consideração as condições naturais das fragas da Chela. Estas protegiam os nativos e condicionavam as suas táticas, no sentido de nunca investirem em campo aberto, preferindo apostar na guerrilha, estendendo o teatro de operações por uma vasta área, aproveitando as vantagens defensivas de rochas, grutas e matagais. Sendo assim evidente a desadequação do choque direto entre massas, apostou-se na mobilidade e insistiu-se nas técnicas da *razia*, atuando sobre os interesses económicos dos nativos.

Já na campanha de 1907, Roçadas, imbuído da tarefa simbólica de vingança, perante o descalabro de Pembe e de acordo com o objetivo estratégico de pacificação e ocupação progressiva da região do Ovampo, definiu, como objetivos militares, as ocupações das capitais do Cuamato Grande e do Cuamato Pequeno, entendendo a desarticulação dos centros de poder desses povos como suficiente para lhes quebrar o ímpeto. Para tal, combateu-se e marchou-se em quadrado, no Mufilo, na chana de Macuvi, assim como no assalto a Damequero e nos ataques às capitais dos Cuamatos, Pequeno e Grande. Projetou-se destacamentos de cavalaria para efetuarem reconhecimentos e *razias*, lançou-se fogos preparatórios de artilharia e definiu-se objetivos operacionais muito claros que foram concretizados, com a ocupação das *embalas*⁷¹⁵.

⁷¹⁴ IDEM.

⁷¹⁵ ALVES ROÇADAS. *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907 Atlas*, Lisboa, 1910, parte não oficial das Ordens do Exército. (Contém: mapas da zona de operações, do itinerário da coluna na zona de operações, dos dispositivos de marcha e de combate, de estacionamento em frente do inimigo, da organização do quadrado nos combates do Mufilo, Macuvi e ataques às *embalas* dos cuamatos).

Apresenta gráficos de mortalidade por doença e por ferimentos em combate, as plantas dos fortes Eduardo Marques no Mauloéque, D. Luiz de Bragança no Cuamato, e do Damequero, assim como a disposição do bivaque entrincheirado em Ancongo e o Esboço Corográfico da Provincia de Angola.

Síntese conclusiva

De início, num contexto de predomínio das lógicas de colonialismo informal e de permanente necessidade de contenção orçamental, não parecia impossível assegurar os objetivos mínimos definidos com indecisão pela grande estratégia, através da aplicação de instrumentos táticos elementares assentes na razia, na coluna ligeira, na mobilidade, beneficiada através do aligeiramento da carga, do recurso a carregadores e da marcha em coluna simples, nos processos elementares de reconhecimento, adaptáveis às especificidades de cada teatro, e nas vantagens tecnológicas, mesmo que estas últimas apenas se tenham começado a assumir como decisivas a partir da década de 1870, pois, até aí, não foram raros os momentos de paridade entre portugueses e indígenas, na medida em que os primeiros tendiam a dispensar a artilharia, penalizadora da marcha e recorriam a muito armamento ligeiro já desatualizado na Europa, a que os segundos também tinham acesso por consequência dos mecanismos capitalistas implementados no terreno se sobreponem a qualquer tipo de motivação estratégica ou patriótica por parte dos comerciantes portugueses.

No essencial a aplicação destes princípios resultava das lições aprendidas e não constavam em qualquer ordenamento doutrinal formalizado. As evoluções iniciadas a partir dos anos oitenta, implicando um acentuar dramático das narrativas de controlo formal, inauguram um novo período e obrigam os oficiais mais ligados aos teatros de operações africanos, a refletir sobre os novos enquadramentos operacionais e táticos, apreciando as experiências internacionais e fazendo despontar um desejo de sistematização e padronização dos procedimentos, sendo disto exemplar a publicação das *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, que ao serem aprovadas por portaria governamental, se constituem como um enquadramento doutrinal tático, para as todas as operações em teatros africanos daí em diante.

Refletindo as novas opções estratégicas, mais viradas para a necessidade da conquista territorial, esse texto não despreza as experiências passadas, os meios disponíveis e os exemplos internacionais de conciliação entre a matriz da razia e a procura pela aproximação pacífica, e preconiza a generalização das forças mistas, a marcha em coluna dupla, os cuidados com a organização das linhas de etapas, ou seja a atenção mais cuidadosa com a sustentação logística, o aprofundamento do *gap* tecnológico, visando superar a permanente inferioridade quantitativa, a melhoria dos procedimentos de reconhecimento e acantonamento, o aperfeiçoamento do quadrado em marcha e em combate, e, claro está, a necessidade de se intensificar a construção de postos e fortalezas, os quais se deveriam assumir não só como símbolos de poder mas

também como mecanismos irradiadores de força, ao propiciarem a projeção de destacamentos ofensivos.

Ao mesmo tempo, e apesar de considerar o incentivo às divisões étnicas como um modo de enfraquecer potenciais insurgências, não despreza as modalidades de aproximação às populações, olhando estrategicamente para o longo prazo.

No essencial estes preceitos serão depois validados pelas operações subsequentes do Bailundo até à Môngua, mas sem que isso impeça a sua revisão, decorrente das diferentes realidades com que as tropas se foram deparando, como se provou com os exemplos do Bailundo e das campanhas de Alves Roçadas.

9. O PENSAMENTO HOLÍSTICO NOS COMANDANTES DE ÁFRICA

Neste capítulo, consideram-se os projetos africanos de Eduardo da Costa, Paiva Couceiro e Norton de Matos, como exemplares de uma visão holística de acordo com as seguintes vertentes nucleares, estruturantes e universais do modelo teórico:

- a necessidade de criar mecanismos eficientes de coordenação e controlo de todas as forças atuantes num teatro de operações, de modo alinhado com os objetivos estratégicos;
- a criação de processos tendentes à «unidade de esforços» e favoráveis à mobilização das vontades não militares;
- a imperiosidade de lógicas de cooperação biunívoca entre os patamares políticos e operacionais, excedendo a conjuntura porque projetadas no futuro.

De modo a validar esta afirmação, começo por apreciar alguns aspetos biográficos dos indivíduos referidos, tendo em consideração dois pontos fundamentais para a compreensão dos seus projetos angolanos: a obra escrita, e a experiência político-administrativa e militar. No fim, aprecio os seus projetos, à luz da estrutura da Teoria Geral, atendendo ao contexto, e assumindo o cuidado de não identificar o concretizado com a ambição, nem, tão pouco, com o legislado.

9.1 As Biografias

A propósito das informações biográficas, atentaremos apenas nos aspetos funcionais e ideológicos, importantes para a compreensão dos seus percursos africanos, não concedendo grande atenção a outras dimensões das suas vidas, apesar das relevantes posições políticas, profissionais e cívicas, por todos eles ocupadas.

Assim, e no seguimento da nossa linha de pesquisa, parece importante destacar os processos formativos destes homens, analisar as suas obras escritas e atender à evolução das suas carreiras profissionais, naquilo que se relaciona com o ultramar. Deste modo, no primeiro patamar de observação, salienta-se o facto de eles serem provenientes de famílias prestigiadas e próximas do poder monárquico. Os dois primeiros eram filhos de reputados generais do Exército e Norton de Matos provinha de uma família minhota de proprietários rurais, com interesses comerciais no Porto.

Eduardo da Costa e Paiva Couceiro destacaram-se nos seus percursos escolares, demonstrando grande apetência pelo estudo e pela reflexão. O primeiro foi aluno do Colégio

Militar, tendo-se distinguido depois na Escola do Exército, onde os seus resultados académicos o levaram a oficial do estado-maior, com apenas vinte e quatro anos de idade. Paiva Couceiro foi também um destacado aluno daquela última instituição.

Apesar dos graves problemas económicos da família, Norton de Matos estudou Matemática em Lisboa e na Universidade de Coimbra, não tendo logrado o seu intento de aprender Engenharia, área por ele considerada mais vantajosa para a ambicionada carreira militar. Aliás, em 1887, ainda como estudante, assentou praça como voluntário, entrando para a Escola do Exército no ano seguinte. Apesar de esta experiência ter sido de má memória, pela fraca qualidade dos professores e pelo pouco interesse das matérias lecionadas, não saciando o seu gosto pelas temáticas filosóficas e políticas, os seus esforços e disciplina tornaram-no notado entre os seus camaradas cadetes.

Estas últimas considerações apenas servem para chamar a atenção para a curiosidade intelectual, capacidade de trabalho e desejo de ação destes personagens, capacidades sempre presentes nos seus trajetos profissionais, permitindo-lhes conciliar tarefas muito diversificadas e exigentes com a produção de uma extensa obra, versando problemáticas muito díspares, mas onde as reflexões e as propostas políticas, administrativas e militares, a propósito de África, se vão destacar.

9.2 Os Textos

Logo nos primeiros anos da sua carreira, Eduardo da Costa publicou vários artigos em revistas militares. Entre estes, destaca-se um extenso artigo, dividido por vários números da *Revista do Exército e da Armada*, nos quais recorreu a uma variada bibliografia internacional, para apresentar de modo pedagógico um estado da arte sobre o estudo da tática⁷¹⁶, onde avultam algumas considerações pertinentes para o esclarecimento do seu futuro pensamento.

Nesse estudo, de cariz técnico, ele analisou as potencialidades da pólvora sem fumo, então uma novidade, demonstrando a diversidade das suas implicações em função das especificidades das várias armas do Exército e seus respetivos escalões operacionais. Assim, afirmou que para a artilharia, a supressão quase completa do fumo era vantajosa do ponto de vista ofensivo, pelo facto de as forças inimigas deixarem de estar protegidas pela fumosidade tornando-se alvos mais acessíveis, mas, em contrapartida e pela mesma ordem de razões, tornava-se negativo do ponto de vista defensivo, perante inimigos equipados com peças de artilharia de longo alcance,

⁷¹⁶ COSTA, Eduardo. Estudo sobre tática de combate, *Revista do Exército e da Armada*, v. I, 1893, pp. 412-424, 469-480; v II, 1894, pp. 1-13, 77-84, 170-172, 279-286, 332-339; v. III, 1895, pp. 28-34, 65-70, 361-370, v. IV, 1895, pp. 98-110, 321-336.

o que, de todo o modo, não se verificava em África. Já no caso da infantaria, o raciocínio não é muito diferente: a falta de nuvens de pólvora permitia observar melhor os preparativos do ataque inimigo e facilitava o tiro, mas, ao invés, implicava a perda de um importante elemento de identificação das linhas adversárias, se estas se colocassem a maiores distâncias e disparassem protegidas por elementos de camuflagem.

No seu conjunto, tudo isto obrigava os comandantes operacionais a reforçar, nos seus planeamentos, a preocupação com o diálogo entre a visibilidade e a invisibilidade, própria e alheia, assim como a combinação tática entre armas, e, destas análises, ele retirou algumas conclusões que resultaram na sua valorização dos mecanismos de diálogo entre forças no teatro. No fundo, concluiu que as novas problemáticas, advindas dos processos de mutação tecnológica, implicavam mais valias para a utilização de armas combinadas, mas também tornavam decisiva a falta de coordenação entre elas. Em simultâneo tomou consciência da primazia da ofensiva sobre a defensiva, pois se o desenvolvimento das capacidades do armamento reforça as capacidades da defesa, só os processos de combate ofensivo tornam viáveis as vitórias decisivas.

Quando chegar a África, estas duas ideias nunca o abandonarão. Derrotar os indígenas só é viável por via de ações concertadas e planeadas, solidárias com os objetivos estratégicos, e convocando todas as forças no terreno. Não tomar a iniciativa, esperar para reagir, são provas de fraqueza, incapazes para garantir a prossecução dos objetivos operacionais. Para além disso, como nos confrontos assimétricos o fator moral assumia uma relevância preponderante, a capacidade europeia de tomar a iniciativa, manifestar superioridade, impor mobilidade em detrimento da passividade, contribuía, de modo determinante, para a submissão dos povos autóctones.

Por sua vez, Paiva Couceiro escreveu dezasseis obras de grande fulgor, na maioria dos casos sobre Angola, versando temários muito diversos e dos quais podemos destacar a biografia de Artur de Paiva, ao lado de quem chegou a combater, os relatórios a propósito da sua viagem às terras do Bailundo e dos seus dois anos de governo, e também um curioso relato das experiências de tração mecânica por si realizadas, em Angola⁷¹⁷, onde expressa uma das preocupações nucleares do seu pensamento estratégico: a questão das vias de comunicação.

⁷¹⁷ PAIVA COUCEIRO, Henrique. *Experiência de Tracção Mechanica na Provincia de Angola*, Lisboa, Typographia da Livraria Ferin, 1902.

Confrontado com a questão sempre problemática do recrutamento de carregadores e das consequências da pouca resistência dos cavalos ao clima e às doenças africanas⁷¹⁸, ele advoga a absoluta imperiosidade da utilização do caminho de ferro e dos rios navegáveis, como instrumentos incontornáveis para a penetração e domínio efetivo do território angolano. Devendo este investimento material ser acompanhado por uma aproximação aos nativos, e pela afirmação de soberania efetiva, como base de uma política de nacionalização do território, tornava-se vital aplicar uma política virada para a integração de todos estes elementos.

Na obra de Norton de Matos, escrita depois das suas vivências africanas, destacam-se os 4 volumes da autobiografia, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, redigidas nas décadas de trinta e quarenta do século XX, em particular os volumes II, III e IV⁷¹⁹, onde, entre outros temas, se aborda a posição de Angola no xadrez internacional, e as condições de vida dos povos indígenas. Não obstante o diferente contexto redaccional, estavam aqui expressas muitas daquelas que já eram as suas posições sobre estas matérias, por alturas do seu mandato enquanto governador geral (1912-1915).

Com efeito, se nas *Memórias* ele reflete a propósito de um contexto internacional, então em marcha acelerada para a eclosão de um novo confronto mundial, afirmando que nunca, como então, o continente europeu necessitara tanto de África, de quem dependia para o seu desenvolvimento comercial e económico, o certo é que as ideias agora apresentadas já eram as suas em 1912. Ou seja, ocupar e desenvolver as terras negras era uma prioridade, e a potência que granjeasse o seu maior quinhão poderia tornar-se hegemónica⁷²⁰. Por essa razão, ao assumir o governo geral de Angola, e perante as aspirações germânicas de anexar as terras portuguesas das margens do Cunene, ele identificou como prioridade da sua política de defesa a proteção das fronteiras angolanas, única forma de preservar a unidade da nação, de acordo com o seu conceito de «Nação Una», no qual englobava a metrópole e as colónias⁷²¹. Acrescente-se que, para Norton, a unidade da nação não pressupunha apenas unidade territorial, mas também unidade económica, unidade de ação, uma só magistratura, um só corpo médico e um só Exército.

⁷¹⁸ CLARENCE-SMITH, Gervase. *Equids in Mozambican history*. Apresentação oral, no Colóquio Internacional «José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29 de maio de 2017.

⁷¹⁹ NORTON de MATOS, José. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vols. II e III e IV, Lisboa, Editora Marítimo Colonial. 1944-1945.

⁷²⁰ NORTON de MATOS, José. cit. 427, pp.101-103.

⁷²¹ NORTON de MATOS, *Memórias e trabalhos da minha vida*, v. I, 2ª ed. Lisboa, Editora Marítimo Colonial, pp. 18-21.

A propósito dos indígenas afirma a sua convicção de que eles viviam num estado de selvageria do qual só poderiam sair pela ação civilizadora ocidental, sendo para tanto obrigatória a aposta na educação e no desenvolvimento material, reservando-se a força para último recurso. Ocupar e pacificar o território devia constituir-se como um processo para acabar com a vida nómada, o consumo de álcool, as práticas religiosas baseadas na feitiçaria e nas superstições⁷²², e com as administrações tradicionais baseadas em lógicas despóticas e violentas. Depois, poderiam impor-se medidas sanitárias, melhoramentos materiais e reformas do trabalho, favoráveis a um incremento da colonização indígena, já que a colonização branca lhe parecia pouco viável, apesar de possível e desejável.

Nestes livros ainda concedeu destaque ao balanço das suas ações para impor uma organização administrativa civil em Angola, referindo que sempre considerou a ocupação militar como um ato prévio, necessário, mas incapaz de garantir a posse do território no futuro. Para tanto, a administração civil e pacífica, era incontornável, e única forma de o indígena aderir à ordem portuguesa por convicção, pagando impostos como forma de agradecimento pelos benefícios e proteção concedidos pelo Estado português⁷²³.

Na sua produção escrita ainda merecem relevo os livros *A Província de Angola*⁷²⁴ e o seu curioso ensaio sobre a vida e ação de Paiva Couceiro em Angola⁷²⁵. No primeiro, apesar de centrado nas suas realizações enquanto Alto Comissário, apresenta algumas reflexões em torno da sua experiência enquanto governador-geral, em especial no que se refere ao vetor nuclear do seu pensamento: o estabelecimento de coesão territorial (unidade administrativa) em Angola, motivo pelo qual sempre se opôs a qualquer forma de divisão do território. Enquanto parte integrante do todo nacional português, Angola devia ser um território único, para o que, no seu entender, a administração militar havia sido um obstáculo por se caracterizar por núcleos isolados e de curta permanência. No segundo livro, ele procede à análise de vários textos de Paiva Couceiro, não escondendo uma grande admiração por eles e pelo seu autor, cujo governo considera notabilíssimo, por ter sido no seu decurso que o país começou a entender as potencialidades e riquezas de Angola, assim como a necessidade de apostar no fomento material. Por fim, Norton ainda reconhece a influência que sobre ele tiveram as ideias de

⁷²² NORTON de MATOS, cit. 324, pp. 241-242.

⁷²³ NORTON de MATOS, *Memórias e trabalhos da minha vida*, v. III, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944, p. 188.

⁷²⁴ NORTON de MATOS, cit. 448.

⁷²⁵ NORTON de MATOS, José. *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola* Lisboa, Edições Gama, 1948.

Couceiro a propósito da necessidade de nacionalização, civilização e proteção dos nativos de Angola.

9.3 Os cargos

No decorrer das suas carreiras profissionais, todos eles assumiram funções muito diversas, ocupando cargos políticos e administrativos, em paralelo às suas carreiras militares, tanto na metrópole como no ultramar.

Eduardo da Costa combateu nas icónicas campanhas de finais do século XIX, em Moçambique, de cujo distrito chegaria a ser governador. Mais tarde, já na costa ocidental, assumiu o governo do distrito de Benguela, no ano de 1903, e depois foi governador geral de Angola, entre 1906 e a data da sua morte, em maio do ano seguinte.

Quem então lhe sucedeu como governador geral foi Paiva Couceiro, também veterano das campanhas moçambicanas, onde dirigiu as forças de cavalaria da polícia de Lourenço Marques e combateu em Marracuene, Magul e Coolela, tendo-se antes destacado em Angola, à frente do Esquadrão irregular da Humpata e na exploração da região do Barotze.

Nessa última região, conheceu o sertanejo Silva Porto, cujas dramáticas circunstâncias do seu suicídio contribuíram para consolidar a ideia da inevitabilidade da via militar para a concretização dos projetos de domínio colonial.

Norton de Matos, pouco tempo após terminar os estudos na Escola do Exército, atormentado por dívidas e com poucas perspetivas profissionais, ambicionava partir para África ou para o Oriente, pois aí vislumbrava possibilidades para o fortalecimento e recuperação do país, ainda abalado pelos traumas do ultimato. Depois de algumas tentativas frustradas para ser colocado em Moçambique ou São Tomé e Príncipe, acabou por partir para a Índia, em 1898, assumindo a direção da Repartição de Agrimensura de Goa e, mais tarde, os governos militares de Satary e Sanguem, onde teve de enfrentar uma revolta dos *ranes*⁷²⁶ e levantamentos populares em Surla. Ainda permanecerá mais dez anos na Índia, ocupando os cargos de administrador das matas de Goa, membro de uma comissão de investigações arqueológicas, diretor das obras públicas e provedor da Santa Casa da Misericórdia, para além de ter integrado comissões de estudo sobre o ensino primário, técnico e profissional.

Em 1908, ainda cumpriu uma comissão em Macau, para negociar com a China a delimitação das fronteiras do território, mas, por alturas da revolução republicana de 5 de outubro de 1910 já se encontra em Lisboa, sendo incentivado a participar na vida pública por

⁷²⁶ ROQUE, cit. 547 e 638.

Bernardino Machado, integra uma comissão da Sociedade de Geografia para estudar temáticas coloniais, é eleito Vice-presidente da União Colonial Portuguesa⁷²⁷ e em 1912 será nomeado governador geral de Angola.

Desta multiplicidade de experiências resultou, para todos eles, um conhecimento muito abrangente sobre a realidade ultramarina e, por isso, um desempenho dos seus cargos políticos marcado pela preocupação em implementar projetos de largo alcance, onde se incluíssem as vertentes políticas, económicas e sociais, como se pode comprovar pelos exemplos apresentados, em seguida.

Enquanto governador do distrito de Moçambique, Eduardo da Costa dirigiu os seus esforços para áreas tão diversas como as tentativas de reformulação da organização administrativa do território, a definição das competências dos capitães-mores, ou a organização do serviço de fazenda. Para isso, providenciou no sentido do aumento das receitas, através de uma cobrança mais eficaz dos impostos de palhota, prediais e industriais, assim como dos rendimentos aduaneiros, tendo legislado em matéria de correios e telégrafos, obras públicas, comunicações e instrução pública, atuando também sobre a organização dos serviços sanitários.

Nesta última matéria, considerava as suas competências legais muito reduzidas, por ser obrigado a solicitar autorização ao comissário régio, para colocar pessoal médico a acompanhar as tropas em campanha. Considerando tal facto um entrave às dinâmicas operacionais, defende a conveniência de o governador de distrito tutelar esses assuntos, assim facilitando a coordenação dos meios de assistência médica, e a sua disponibilização atempada a todas as forças em atuação, nos teatros de operações da sua circunscrição.

Na costa oriental, escreveu as já analisadas *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, implementou procedimentos de melhoria nos modos de defender a cidade de Lourenço Marques e abordou a problemática da proteção do porto de Angoane, cuja manutenção lhe parecia importante, por motivos de política gentílica⁷²⁸. Nestes dois últimos casos, valorizando as condições de vida dos soldados, substituiu o sistema de linhas para defesa da capital, esgotantes para os soldados, por um esquema de dois piquetes montados, que colocados nas extremas do perímetro urbano, realizavam rondas periódicas. Já no importante posto de Angoane, reduziu a guarnição branca e introduziu melhoramentos nas instalações onde elas se aquartelavam.

⁷²⁷ NORTON, José. *Norton de Matos. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2002, p. 176.

⁷²⁸ BELO ALMEIDA. *Eduardo da Costa*, Coleção Pelo Império n.º 70, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1941, p. 30.

Estes dados são aqui importantes, pois o pouco tempo da sua comissão em Moçambique foi crucial para reforçar a sua convicção da necessidade de colocar todas as forças no terreno sob a direção de uma única autoridade, a qual não devia tutelar apenas os aspetos relacionados com o desenrolar das ações militares, mas também as questões concernentes à disciplina, higiene, saúde, segurança interna e instrução. Desta maneira, a sua convicção sobre a necessidade de concentração de poderes no governador-geral foi ganhando força. Munido destas convicções, a sua carreira na costa ocidental, será marcada pelas três etapas já referidas: o governo do distrito de Benguela, nos primeiros meses de 1903, a interinidade no governo geral, de maio a novembro do mesmo ano, e o exercício pleno do cargo máximo da magistratura angolana.

Logo em Benguela, viu-se perante três problemas de particular acuidade: a persistência de focos de insurgência, após a repressão da revolta do Bailundo, a pressão exercida por múltiplos interesses económicos sobre o porto do Lobito, então em construção, e percecionado como um investimento estratégico por via da possibilidade de expansão da sua linha de caminho de ferro, e as acusações contra determinados setores das elites europeias e crioulas, a propósito de contratos forçados de trabalhadores para S. Tomé. Como só permaneceu cinco meses nesta zona, a sua atuação não foi de particular relevo, contudo, deve-se destacar a sua preocupação em delegar competências para fazer frente àqueles problemas. Assim, nomeou o operacional, capitão-mor do Bailundo, Romeiras de Macedo, para a execução de ações de repressão dos focos de insurgência, na região do Bimbe, e ao burocrata e seu futuro biógrafo, Bello de Almeida, nomeado em acumulação de funções, secretário do governo distrital, delegado da coroa e curador de serviçais, foi entregue a missão de fiscalizar e reprimir todos os comerciantes suspeitos de impor contratos maliciosos aos indígenas.

Convicto de terem sido os abusos, perpetrados pelos angariadores de trabalho serviçal, a causar as insurgências no Bailundo, determinou a obrigatoriedade de o recrutamento de mão de obra, para São Tomé e Príncipe, ser feito através de contratos livres e assinados na presença de dois intérpretes, possibilitando a recusa do contrato, por parte dos serviçais, em qualquer momento anterior à partida para o referido arquipélago. Acreditava que era possível diminuir a conflitualidade com a aplicação destas medidas.

Assumindo o governo geral, embora por um curto período, empenhou-se em assuntos tão diversos quanto os sistemas de extração de borracha, organização da exploração mineira, criação de escolas, reforma das pautas aduaneiras e obras públicas, não descurando o alargamento da conquista militar, para a qual considerou importante a abertura de estradas e o melhoramento das comunicações telegráficas.

Paiva Couceiro, por seu turno, logo no discurso de tomada de posse como governador geral interino⁷²⁹, afirmou como seu principal objetivo a prosperidade da província, embora reconhecesse as dificuldades deste propósito, como consequência da pressão estrangeira sobre as fronteiras, das consequências desastrosas para a economia angolana da implementação de pautas protecionistas, dos pesados encargos tributários, da incapacidade do café fazer frente à concorrência brasileira, mas, sobretudo, do estado muito deficiente das vias de comunicação. Por isso, e lamentando a pouca importância concedida ao território angolano, pelos poderes políticos metropolitanos, apresentou um plano de ação assente na trindade: nacionalização, civilização e proteção dos nativos, e fomento económico.

Decorrendo daqui a necessidade de atuar sobre várias dimensões políticas, sociais e administrativas, de impor limites ao protecionismo, favorável à indústria metropolitana, de fomentar a agricultura, incentivar a colonização branca e investir no aperfeiçoamento dos meios de transporte, logo, no estudo dos cursos de água navegáveis e das vias de comunicação em geral.

Na sua ótica, importava chegar com celeridade às zonas de fronteira delimitadas e, aí, marcar a presença portuguesa, pelo que define seis eixos nucleares de penetração, a partir dos quais devia irradiar a ocupação. Na definição destes eixos, aproveita o curso do rio Zaire, os caminhos de ferro de Malange, Benguela e Moçâmedes, assim como as estradas carreteiras a eles anexas. Por isto, a construção de estradas, o aproveitamento dos rios navegáveis e a construção de linhas de caminho de ferro eram para ele incontornáveis e deviam acompanhar o esforço militar.

Na sua experiência oriental, e na convivência com o sistema político e administrativo seguido pelos ingleses no *Raj*, Norton de Matos, recolheu uma série de aprendizagens favoráveis a lógicas de descentralização e autonomia, ficando-lhe para sempre um profundo interesse pelas temáticas ultramarinas e a consciência da valorização das colónias, como um passo fundamental para a valorização do país no seu todo⁷³⁰, de onde decorria a necessidade de garantir a sua defesa, face aos perigos internos e externos.

Também ele marcado pela experiência do ultimato, preocupa-se com o destino de África, defendendo a via da unidade nacional, garante de «rapidez de execução e continuidade na ação»⁷³¹, como a única forma de a preservar dos apetites germânicos. Para tanto, importava

⁷²⁹ A interinidade de Couceiro deve-se ao facto de possuir o posto de capitão, quando, por lei, o governador geral deveria ser um oficial superior.

⁷³⁰ NORTON de MATOS, cit. 427, p. 56.

⁷³¹ IDEM. p. 60.

equilibrar orçamentos, intervir na organização administrativa, demarcar fronteiras, atuar de forma atenta nas esferas diplomáticas, incentivar a colonização branca, fomentar as infraestruturas, pensar no sistema de defesa, para o qual era fundamental apostar na construção de vias de comunicação, e refletir em função das ameaças europeias, por ele entendidas como sendo mais relevantes, pois face aos indígenas bastava impor a superioridade tecnológica.

9.4 O pensamento holístico?

Na secção precedente, sugeriu-se que estes homens guiaram as suas práticas coloniais pela preocupação em desenhar projetos de apropriação e exploração do território angolano, assentes numa pluralidade de dimensões ao nível do político, do administrativo, do social e do económico. Contudo, não se permitam reticências, se os três aceitam todo aquele conjunto de variáveis, como fundamentais para concretizar o domínio efetivo, nenhum deles considerou a possibilidade imediata de excluir a utilização da força militar, mesmo que Norton de Matos acreditasse na possibilidade da sua futura superação.

De todo o modo, as abordagens abrangentes por eles assumidas acabam por se expressar no domínio específico do militar, revelando-se em dinâmicas com traços holísticos, como podemos confirmar, se acompanharmos as suas ideias e práticas, através de uma apreciação ancorada na estrutura da própria Teoria Geral, e se atentarmos nas observações de Paiva Couceiro, quando censura quem pretendia governar Angola, abordando as suas múltiplas questões como se fossem unidades isoladas, com objetivos próprios. Pelo contrário, diz ele, a governação deveria ser vista como um maquinismo geral, onde se deviam cultivar as ligações harmónicas entre o todo e as peças adjacentes⁷³².

9.4.1 A primeira dimensão

Recordando as dinâmicas de relacionamento entre as várias tipologias de forças analisadas em capítulos anteriores, sabemos que a realidade da cadeia hierárquica não se constituía de particular complexidade: o governador geral era o comandante chefe de todas as unidades e a ele obedecia o comando no terreno, o qual, por sua vez, assessorado pelo respetivo estado-maior, coordenava a ação dos corpos operacionais. Contudo, como estes possuíam diferentes tipologias com lógicas organizacionais próprias e, por vezes, objetivos contraditórios e escasso espírito de corpo, nem sempre era fácil garantir os mecanismos de coordenação.

⁷³² PAIVA COUCEIRO, *Angola. Dois anos de Governo (Junho 1907 – Junho 1909) História e Comentários*, Lisboa, Edições Gama, 1948, pp.47,48.

Observando os primórdios da experiência africana de Paiva Couceiro, notamos o facto de ele ter vivenciado o início da alteração do paradigma do modelo de atuação das tropas: no decurso do seu comando da cavalaria irregular da Humpata privilegiava-se a tradição operacional, de ações ofensivas de cariz contra subversivo, assentes em pequenas unidades isoladas, mas homogêneas, dotadas de grande autonomia; já na década de 1890, aquando da campanha do Bié, àquela realidade começaram a acrescentar-se outras camadas mais complexas, convocando-se tropas metropolitanas, homens de Moçambique, voluntários brancos, bóeres e nativos, apenas dispensando as «guerras pretas» do Bailundo, por receio das suas eventuais pilhagens. Ou seja, a diversidade tipológica torna-se bem mais sentida, tornando-se exigível equacioná-la, enquanto problema de comando e integração de unidades táticas.

Como sabemos, nesta última campanha, as tropas sob o comando de Artur de Paiva eram muito diferentes na sua constituição, formação e preparação, carecendo de mecanismos eficazes de coordenação, e, por esse motivo, no sentido de dar homogeneidade à sua atuação, ele concedeu grande proeminência às lideranças intermédias, na maior parte dos casos constituídas por homens da sua inteira confiança, como Paulo Amado ou Quintino Rogado, e também Orlog, o chefe dos auxiliares dâmaras, para além dos bóeres Hendriz de Kluk e Stuson, periodicamente reunidos naquilo a que noutro capítulo chamámos de estado maior informal, onde se preparavam as operações do dia seguinte, visando potenciar a ação integrada dos movimentos de reconhecimento, com as investidas de artilharia e os progressos dos infantes no terreno.

Paiva Couceiro, no decurso do seu mandato à frente dos destinos de Angola, nunca perdeu de vista este exemplo e a absoluta necessidade de, num quadro espacial tão característico quanto o angolano, garantir a funcionalidade da estrutura de comando, assegurando a proximidade com os seus oficiais. Por isso, e considerando imprescindível um férreo controlo político da administração civil e das campanhas militares, deslocava-se com frequência aos teatros de operações, ouvindo os comandos operacionais, incentivando as tropas ou até acompanhando as forças, como aconteceu na perseguição aos focos de resistência, emergentes na faixa litoral, em 1907.

Por outro lado, e em paralelo com as ações de ocupação, investiu na formação de corpos de tipo policial. Constituídas por indígenas e sob a liderança de sargentos e oficiais europeus, a estas forças reservava-se a possibilidade de afetação a esforços de tipo militar, em caso de necessidade urgente, embora, na sua perspetiva, a ação dos corpos do Exército devesse ser de cariz policial e não militar. Ou seja, para Couceiro, as funções do Exército deveriam expressar-se sobretudo ao nível de operações entendidas nos domínios da segurança interna: manter a ordem nas cidades, construir estradas, proteger as linhas de caminho de ferro e o trânsito

fronteiriço, transportar correio, proteger as obras públicas, promover a civilização dos nativos e garantir a livre circulação dos agentes comerciais.

Em simultâneo, preocupou-se em reforçar os mecanismos de integração entre a ação da Marinha e das forças do Exército. A primeira, a quem incumbia, como sabemos, a defesa da costa e a repressão do contrabando, para além das missões de correio e transporte, poderia ser capitalizada para apoiar as ações terrestres, por via de bombardeamentos preparatórios, não apenas no litoral, mas também nas regiões do interior, onde os cursos de água permitissem a penetração. Por esse motivo, na já antiga disputa entre o comando naval e os governadores gerais, ele defendia, como seria expectável, a total subordinação dos marinheiros, ao poder civil em Luanda.

Perante estes problemas, a ação de Eduardo da Costa foi mais incisiva, tendo-se debruçado sobre três temas: o agilizar dos mecanismos de comando e ligação das forças autóctones, a racionalização das cadeias hierárquicas, e o garantir de processos de coordenação das forças, ao longo das linhas de penetração.

Embora não considere a utilização de forças nativas como uma necessidade absoluta, por elas terem sido dispensáveis nas vitoriosas campanhas moçambicanas, e porque não esconde o preconceito a propósito da sua putativa falta de coragem e disciplina, reconhece algumas vantagens na sua utilização, como forma de superar o esforço exigido pelas grandes distâncias a percorrer, os maus conhecimentos do terreno e as dificuldades de adaptação ao clima por parte dos europeus, e para garantir uma maior fixação de tropas após as conquistas territoriais.

Contudo, a relevância das tropas e auxiliares indígenas naquelas missões, dependia da sintonização dos seus comandos com a hierarquia, e com as restantes unidades. Como sabemos, a prática costumeira era atribuir a chefia destes corpos a graduados europeus, esperando-se assegurar, deste modo, o funcionamento da cadeia hierárquica; todavia, muitas vezes, esta solução não era eficaz em termos de motivação e empenho dos homens, face a objetivos, em bom rigor, não entendidos pelos soldados. Por isto, a liderança, normativa e punitiva, era razoavelmente inoperante, valendo sobretudo a proximidade, o exemplo e o carisma.

Partindo desta noção, Eduardo da Costa retira novas hipóteses, às quais reputa potencialidades de facilitação dos mecanismos de exponenciação operacional: graduar os indígenas mais preparados para comandar os seus pares, e institucionalizar as práticas correntes de colocar os auxiliares na subordinação direta de voluntários europeus, aproveitando os vínculos de pendor laboral, consolidados na vida civil. Nesta última dimensão, importava garantir uma efetiva submissão destes homens à estrutura hierárquica formal, de modo a impedir excessos de autonomia, os quais foram muito usuais, permitindo o eclodir de

desalinhamentos operacionais, como se verificou em Pembe, onde os auxiliares muximbas, comandados por sertanejos, tendiam a disparar fora da sequência, não só por inabilidade, mas, sobretudo, por convicção das suas lideranças, pouco atreitas a acatarem o comando dos militares, a quem não reconheciam conhecimentos suficientes, sobre a realidade específica do teatro de operações onde progrediam.

Já no respeitante à possibilidade de capitalização das competências dos bóeres, embora admita as suas potenciais mais-valias, considera não dever contar com eles, em termos de planeamento de médio ou longo prazo. Trata-se de forças mercenárias, estrangeiras, com objetivos duvidosos, que poderiam ser úteis, sob controlo e vigilância dos comandos portugueses, mas deveriam ser consideradas como um suplemento, exigindo uma coordenação ajustada de modo casuístico, tendo sempre em vista a maximização dos seus conhecimentos do território e das suas competências de tiro e disciplina.

Atendendo ao quadro geral do seu pensamento tático e à importância nele ocupada pela mobilidade, preocupou-se, sobretudo, em definir princípios generalizáveis para a constituição, coordenação e ligação entre as bases de etapas e de operações. Questão crucial, por virtude da debilidade das vias carreiras e a quase ausência de caminho-de-ferro.

Na sua visão, qualquer estratégia bem-sucedida de ocupação efetiva carecia de bons corredores de penetração, capazes de garantir as condições para os movimentos pendulares das forças e, nesse sentido, a logística assumia-se como central. No seu entendimento, a principal base de operações para a região Sul deveria ser constituída em Moçâmedes, porto tradicional de desembarque das tropas com destino ao planalto e ao interior mais profundo. Partindo desta cidade, importava constituir-se uma linha de etapas, pontuada por postos intermédios, nutridos de forças reservistas e de estruturas de apoio civis, militares ou militarizadas. Como vimos, em capítulos anteriores, a primeira base desta linha seria a «base de etapas», onde se deveria construir um hospital central para receber os feridos, provenientes do teatro de operações, e armazéns para alojar os recursos injetados na linha, como munições, armas, comida e fardamento. Nos postos intermédios, cumpria instalar depósitos de serviços, oficinas para reparações, enfermarias, fornos de pão e serviço de águas.

Estes postos, muitas vezes separados por dezenas de quilómetros, deveriam ser abastecidos pelo serviço de logística, podendo mesmo recorrer-se a contratos com empresas civis, para alugar carros bóeres e pessoal especializado.

Repete-se, aqui, esta informação, porque cabe entender a complexidade deste sistema, assim como a diversidade funcional e orgânica dos indivíduos seus constituintes, tornando crucial uma coordenação eficiente, que Eduardo da Costa considerava dever assentar numa

divisão em 4 secções com os seguintes terminais: Moçâmedes-Huíla, Huíla-Gambos, Gambos-Cahama e Cahama-Humbe. Cada uma delas sob comando de um militar subalterno, cuja ligação com o topo da hierarquia deveria ser facilitada e garantida. Todas as demais infraestruturas e serviços auxiliares, colocados ao longo da linha, deveriam responder perante lideranças intermédias, as quais seriam integradas numa comissão de organização, com a missão de as coordenar⁷³³.

Uma outra dimensão a merecer o seu esforço analítico respeita à organização ideal dos corpos de polícia. No seu ambicioso projeto de reorganização da administração civil de Angola⁷³⁴, nunca posto em prática, ele estabelece uma distinção entre as unidades com competência de policiamento urbano e as destinadas ao controlo privativo das populações indígenas. Nas primeiras, e ao contrário de Paiva Couceiro, mostra-se avesso à utilização de militares, pois tendo estas forças de lidar com pequenas rixas, roubos, bebedeiras e outros focos de turbulência quotidiana, facilitava-se o conflito direto com a população, correndo-se riscos de desprestigiar os soldados, e estes, como representantes da coroa e garantes da soberania, deveriam preservar a sua imagem. Mas, como por outro lado, não era possível desprezar o recrutamento de elementos das forças policiais urbanas, para enfrentarem levantamentos e revoltas de grandes proporções, eles deveriam ter instrução militar e estar subordinados a oficiais do Exército.

Como consequência, prefere um corpo de polícia único, com comando unificado, ao invés de unidades específicas para cada cidade ou circunscrição, como na verdade acontecia, acreditando nesta solução para tornar mais eficaz a gestão de pessoal e a sua utilização em operações militares, quando tal se justificasse.

Em relação aos corpos destinados ao policiamento dos indígenas, ele preconizava dois tipos de forças: uma de tipo militarizado, cuja função primordial seria garantir a obediência às autoridades coloniais e assegurar o bom relacionamento entre tribos, e outra de tipo civil, tendente a assegurar a manutenção da ordem nas aldeias. As primeiras ficariam sob alçada

⁷³³ Esta Comissão deveria se presidida pelo comandante da expedição e ser constituída pelo Chefe de estado-maior e o seu adjunto, por um diretor do serviço de etapas, comandante de engenharia, artilharia e cavalaria, um oficial subalterno de artilharia, cada um deles acompanhado de um oficial subalterno ou superior e, ainda, o chefe do serviço de saúde, oficiais subalternos do corpo médico e do corpo de administração militar e, também, os chefes dos serviços veterinários e administrativos. Esta comissão poderia subdividir-se em subcomissão de remonta e subcomissão de receção e embarque de artigos destinados às tropas.

⁷³⁴ COSTA, Eduardo. Estudos sobre a administração civil das nossas possessões africanas. Em: BELO ALMEIDA, Eduardo da Costa. *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, v. IV, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, pp.41-334, (especificamente sobre o serviço de polícia: pp. 282-290).

direta das autoridades militares, deveriam ter uma organização de tipo militar e permitiriam libertar os corpos do Exército de tarefas, como cobranças fiscais ou captura de assaltantes; as segundas, constituídas apenas por soldados nativos, deveriam ter chefias europeias privativas, tuteladas pelas autoridades políticas concelhias.

Em Norton de Matos, verificamos que apesar do seu discurso civilista, de condenar o excesso de militarização que identifica em Angola, e de acreditar na suficiência da administração civil e da ação da polícia para controlar os focos de rebelião⁷³⁵, ele não descarta o uso da força e a sua intenção de a reservar para situações de último recurso⁷³⁶ pouco significa de inovação face ao precedente. Logo, nas múltiplas situações de insurgência, ocorridas durante o seu mandato, ele sempre preconizou soluções definitivas, assentes na derrota total dos revoltados, na entrega das suas armas e captura dos seus líderes, de modo a evitar quaisquer reincidências futuras, não se contentando, assim, com as tradicionais manifestações de submissão por parte dos sobas, seguidas pelo regresso às suas práticas costumeiras, mal as tropas retiravam. Portanto, era necessário alterar a prática costumeira de enviar expedições punitivas, que depois se retiravam sem deixar presença efetiva no terreno, ou deixando apenas fortes mal armados e desguarnecidos⁷³⁷, devendo passar a ocupar-se as principais linhas de penetração comercial, com guarnições móveis bem treinadas e municadas, recorrendo para tal a forças nativas.

Justamente, e embora, a sua aposta tenha sido na política de fomento em estradas e caminhos de ferro, vistos não apenas na sua vertente económica, mas também como um processo integrado de tornar mais eficaz o dispositivo de defesa, ele também apelou para um aumento do número de companhias indígenas, recrutadas para o Exército de 1ª linha, que deveriam ser enquadradas por sargentos e oficiais do Exército de Portugal, garantes da sua instrução militar e até mesmo da educação cívica⁷³⁸. Poderiam existir soldados e cabos indígenas, mas um só Exército, o Exército português, pois ele não concordava com a existência de exércitos ou marinhas coloniais, por as entender como uma forma de desunir e separar, quando a grande preocupação deveria ser unir e ligar por forma a garantir a unidade nacional⁷³⁹.

Ao mesmo tempo e preocupado com a melhoria das condições de vida dos nativos decidiu-se pela extinção das «guerras pretas», então transformadas numa forma barata dos fazendeiros

⁷³⁵ NORTON DE MATOS, cit. 723, p. 180.

⁷³⁶ IDEM. pp. 184-185.

⁷³⁷ AHM, 2/2/6/26, (Relatório confidencial para sua Ex.^a o Ministro das Colónias, 1915, p. 13).

⁷³⁸ *Ordem à Força Armada da Província de Angola*, 1914, pp. 39, 40 e 121. Criação de Companhias Indígenas.

⁷³⁹ NORTON de MATOS, cit. 448, p. 213.

se apropriarem do trabalho indígena, e numa fonte de receita para muitos administradores de concelhos. Fonte de receita, porque eles recrutavam esses homens e, depois, colocavam-nos nas fazendas dos seus concelhos a troca de pagamentos por cabeça, para além do que ainda recebiam dinheiro dos indígenas, quando estes, ao fim de 10 ou doze anos de trabalho, pretendiam a baixa destas unidades, as quais, na teoria, apenas deveriam servir para missões de carregadores ou de combate, em tempos de guerra.

Quanto à tradicional utilização de elementos bóeres, a sua opinião é bastante cautelosa, recomendando moderação no seu emprego e, sobretudo, a limitação da sua autonomia operacional, desconfiando da sua lealdade, num contexto de crescente tensão com a Alemanha, país com forte ligação aos interesses bóeres, na África do Sul.

9.4.2 A segunda dimensão

A segunda dimensão da teoria, remete-nos para a retroação entre civis e militares.

Para Paiva Couceiro, o povoamento europeu deveria assumir-se como o elemento motriz da estratégia de nacionalização do território. Sem populações de Portugal não haveria futuro para a Angola portuguesa e, com esta ideia em mente, Couceiro nomeou uma comissão para percorrer toda a colónia e produzir um folheto sobre as suas potencialidades. Assim se fez, e o folheto foi depois divulgado pelo continente e ilhas e utilizado como um instrumento de propaganda, a favor da colonização europeia. Mas, o mais relevante do pensamento de Paiva Couceiro, neste particular, encontra-se na sua defesa da necessidade de coordenar a colonização com as ações de conquista territorial, aproveitando a fome de terra dos colonos para facilitar a penetração.

No seu projeto de povoamento, não entram os degredados, a quem, de forma irónica, ele atribuía a designação de professores da escola oficial do limoeiro e da universidade livre da rua⁷⁴⁰, pois estes, na sua ótica, para além de se revelarem muitas vezes perigosos para a segurança coletiva, constituíam-se como elementos pouco confiáveis, em termos de aproveitamento militar, não só pela renitência ao respeito hierárquico e habitual indisciplina, mas sobretudo por via da falta de empenho e total desadequação, perante os objetivos políticos mais amplos.

Paiva Couceiro também reflete em torno das possibilidades de cooperação com os bóeres, mas conhecendo o seu vincado espírito autonómico e renitência em aceitar comandos externos à sua comunidade, não vislumbra possibilidades imediatas para a sua plena integração,

⁷⁴⁰ PAIVA COUCEIRO, cit. 493, p.50.

preferindo preconizar medidas de longo prazo, apostando na obrigatoriedade dos seus filhos frequentarem escolas portuguesas, sendo assim aculturados na língua, hábitos, costumes e tradições nacionais.

Já a propósito das populações indígenas, a sua visão não é uniforme: aos indígenas de algumas regiões confere a designação de perigosos antropófagos, só possíveis de dominar pelo uso da força, enquanto outros são vistos como uma espécie de crianças, carentes de proteção paternalista. Mas, para o domínio de todos eles, considera inevitável uma primeira fase militar, de *butcher and bolt*, seguida pela implementação de mecanismos de civilização dos povos, ou seja, e na gramática da época, a imposição dos valores ocidentais, por via da igreja e da lei. Assumindo ser uma obrigação ocidental tutelar as raças atrasadas, vestindo-as, alimentando-as, educando-as e retirando-as da alçada dos seus chefes tiranos e dos feiticeiros carregados de superstições, assim como de uma vida de ignorância, estupidez, brutalidade e indolência, entende essa tarefa como possível em duas ou três gerações, mas acredita ser possível, deste modo, nacionalizar o território e colocar as populações do lado das autoridades portuguesas⁷⁴¹.

Ainda toma por crucial a alteração das formas de recrutamento indígena, substituindo o modelo assente em compelidos, por voluntários, a quem se deveriam conceder incentivos com suficiente capacidade de atração, como, por exemplo: formação técnica, concessão de proventos económicos aliciantes e proteção contra abusos de qualquer tipo, por parte dos colonos. Ao mesmo tempo reclamava pelo respeito dos prazos de serviço militar contratualizados, acabando com o hábito de forçar os nativos a permanecerem nas fileiras, após se terem extinto os prazos acordados. Só assim se poderia partir para o aprofundamento da ligação com as populações civis, negras.

Em termos de propostas de colonização branca, a posição de Eduardo da Costa é diferente da anterior, por nela não mostrar muito empenho. Na sua ótica, a sociedade civil branca era pouco dinâmica e presa aos seus interesses particulares, pouco se preocupando com os objetivos nacionais que não entendia como seus. Mesmo assim, numa dimensão operacional, ele não descarta a importância de estabelecer processos de cooperação com a indústria privada, em particular nas situações onde as oficinas militares não tinham capacidade de efetuar as reparações no armamento, nos rodados dos carros bóeres ou na diversa impedimenta de bivaque. Porém, ao não considerar relevante a participação das instituições civis no esforço de guerra, não reflete a propósito da construção de procedimentos de coordenação entre o esforço militar e o universo dos interesses privados.

⁷⁴¹ IDEM. pp.218, 221, 222.

A propósito da colaboração com os indígenas, já acima se referiu as suas desconfianças, em simultâneo com a consciência da impossibilidade de a descartar por completo. Desta tensão entre princípios contraditórios, resultará um pensamento mais elaborado, o qual parece ter sido sintetizado numa conferência por ele proferida, na Sociedade de Geografia, em 1901⁷⁴². Aí, afirmou a inevitabilidade da ocupação militar para a obtenção de um domínio efetivo, e a insuficiência das tentativas de domínio por via da colaboração pacífica, expressas em autos de vassalagem, no reforço da atividade comercial, ou, de modo mais elaborado e influenciado pelo modelo britânico, na constituição de protetorados. Não desprezava os méritos destas soluções, mas exigia a sua coordenação com o esforço militar.

Mesmo sendo dispendiosa, a ocupação territorial era incontornável, mas não era inevitável a sua tradução em ações de combate, acrescenta, considerando que as tropas se podiam apropriar do território sem ter de dar um tiro, e recebendo o apoio dos locais, não obstante ter consciência da raridade dessas situações:

«Por ocupação militar se não deve entender apenas as operações a ferro e fogo; há conquistas pacíficas e muitas vezes sem dúvida, se poderá ocupar extensos tratos do país sem ter de dar um tiro. Não é esse, porém o caso geral. Por via de regra tem de se utilizar a força. Que considerações aparentemente filantrópicas não venham entorpecer esta ação militar. As raças mais fortes têm o evidente direito de aproveitar as terras que a barbárie deixa improdutivas, com o dever correlativo de melhorar pela civilização as raças que as habitam»⁷⁴³.

Já no posto de governador geral de Angola, em 1906, reconhece ser importante para um bom desempenho da administração, conhecer os hábitos, costumes e tradições dos povos nativos e, deste modo, elabora um questionário para os governadores de distrito e chefes de concelho aplicarem. Nesse questionário pretendia recolher informações detalhadas sobre os povos gentílicos, passando pelos seus quantitativos, formas de organização política e militar, direitos civis, recursos económicos, linguagem, mas também usos, costumes, crenças e superstições⁷⁴⁴.

⁷⁴² COSTA, Eduardo. *Ocupação Militar e Domínio Efectivo Nas Nossas Colónias 1901*. Em: *Eduardo da Costa. Colectânea das suas Principais Obras Militares e Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, pp. 17-40.

⁷⁴³ IDEM. p. 29.

⁷⁴⁴ COSTA, Eduardo. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, 1906, pp. 389-391.

As autoridades tradicionais, convertidas pela diplomacia, deveriam governar em nome do rei de Portugal, diz, e, para além de atuarem na administração da justiça, na cobrança de impostos e no recrutamento de trabalhadores, deveriam ocupar-se da conscrição de carregadores e guerreiros, assim como da polícia das suas aldeias⁷⁴⁵; quando não cumprissem o esperado, deveriam ser substituídas, se possível, no respeito pelas normas de sucessão tradicionais.

Passando para Norton de Matos, diga-se que a propósito do relacionamento com os africanos, ele foi influenciado pelos princípios do darwinismo social, considerando ser possível os nativos ascenderem à civilização, mas, desde que eles abdicassem da sua cultura e tradições, deixando-se aculturar, mas sem apelo à miscigenação, por ele desprezada.

Enquanto este processo de aculturação não se concretizasse, não era crível o cessar da conflitualidade, pois eram bastantes os ressentimentos mútuos. De todo o modo, se por este motivo o uso da força não podia deixar de ser basilar, importava também implementar estratégias pacíficas de apaziguamento, através de uma política indígena tendente a melhorar as condições de vida das populações, intervindo na legislação de trabalho, melhorando a assistência médica, investindo na educação, colocando termo às relações laborais de pendor servil, e proibindo os castigos corporais.

Mesmo as ações militares necessárias deveriam ser aproveitadas para ajudar a penetração pacífica e a política de atração, e, logo que concluídas deveriam ser as forças portuguesas a ajudar as populações de modo a recuperarem dos danos provocados pelas operações militares, de acordo com uma ideia por ele expressa, numa conferência em 1934, por ocasião da 1ª Exposição Colonial: «As populações de Angola, por mais rebeldes e insubmissas que sejam, nunca devem ser consideradas por nós como inimigos, como beligerantes, como dando lugar a abertura e a permanência de hostilidades. Não se trata de países diferentes, de povos pertencentes a nacionalidades diversas, mas de uma mesma nação, vivendo sob a mesma República, forte, pacificadora, justiceira e igual para todos»⁷⁴⁶.

Ainda neste particular, ele criou o Serviço dos Negócios Indígenas e de Reconhecimento e Exploração Científicas, foi o criador de um Museu Etnográfico, de modo a desenvolver os estudos sobre os povos de Angola e encomendou um minucioso inquérito etnográfico⁷⁴⁷, com

⁷⁴⁵ IDEM. p. 407.

⁷⁴⁶ NORTON de MATOS, José. A ação civilizadora do Exército português no Ultramar, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934, p. 15.

⁷⁴⁷ Portaria 215, 23/2/12.

uma intenção muito evidente de potencialização do conhecimento, como forma de facilitar os processos de dominação.

Este inquérito virá a ser concretizado por Ferreira Diniz, em colaboração com uma vasta rede de funcionários espalhados por quase todo o território, tendo recolhido uma imensidão de dados etnográficos, pretendendo-se utilizar «(o conhecimento dos) usos e costumes indígenas como base primordial da orientação a seguir na administração e política indígena»⁷⁴⁸, em que o estudo etnológico deveria permitir depreender quais os princípios de legislação e administração mais adequados para as populações africanas⁷⁴⁹, indo-se muito para além das meras observações de antropologia física. Partindo de uma grelha analítica de tipo taxonómico, Diniz dividiu os povos, utilizando o conceito de tribo, definido por via das afinidades linguísticas e culturais e, a partir daí, descreveu os seus antecedentes históricos, assim como traços da sua vida material e intelectual, dando particular destaque a aspetos tão diversos como cuidados dados ao corpo, vestuário, alimentação, habitação, meios de existência, ocupações, artes, ciências, vida familiar e vida política e social. Como resultado deste estudo, apresentaram-se vinte e duas propostas legislativas, versando temáticas tão diversas como a justiça, o recenseamento, o trabalho ou a assistência médica⁷⁵⁰.

No respeitante às relações com os civis de origem europeia, é evidente a influência das dificuldades por ele sentidas quando, no oriente, à frente da Repartição de Agrimensura de Goa, pugnou pela execução de um completo cadastro do território, visando o conhecimento real das dimensões das propriedades, de modo a permitir um aumento da coleta fiscal, originando uma poderosa campanha de oposição por parte das elites locais. Em Angola, parece não se ter esquecido desse episódio, não escondendo a sua desconfiança face aos interesses instalados, o que mais se agravou quando pretendeu a colaboração dos comerciantes europeus, para terminar com o comércio de armas e munições com os indígenas, tendo visto os seus intentos defraudados, em virtude dos grandes lucros proporcionados por aquela atividade.

⁷⁴⁸ DINIZ, Ferreira. *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

⁷⁴⁹ DINIZ cit. 748, VI, VII.

⁷⁵⁰ Projetos do estatuto civil e político dos indígenas; do Regimento de administração e justiça, do código de justiça indígena; do Regulamento do registo do estado civil; do Regulamento do recenseamento da população; Projetos regulando o exercício de petição por escrito, regulando a organização política interna regulando o Regulamento do trabalho indígena, regulando os acidentes de trabalho; Projeto de diploma sobre a repressão da ociosidade e vadiagem; Projeto do regulamento da Secretaria dos Negócios Indígenas, da instituição de um Museu Etnográfico: sobre a instituição de loterias, sobre o fundo de proteção e assistência, sobre a instituição de prémios de natalidade a indígenas, de tutorias a menores indígenas, sobre o ensino profissional, sobre colónias de correção para indígenas, para um asilo de velhos e inválidos em Luanda; de Regulamento de festas e cerimónias gentílicas, de Regulamento para a concentração, isolamento e higiene das habitações indígenas e Portaria sobre a assistência médica aos indígenas.

Assim sendo, e como os seus apelos ao bom senso dos comerciantes não chegaram a bom porto, decidiu intervir por via de mecanismos legais, tentando ilegalizar e reprimir essa atividade, por ele entendida como a principal causa da manutenção de focos de instabilidade e violência. Mas, também por aqui, os resultados foram escassos, contribuindo apenas para acicatar a desconfiança de certas elites económicas e políticas a elas associadas, impedindo a implementação de modelos muito profícuos de colaboração com os civis, numa altura em que muitos setores militares se afastavam das suas políticas, desgostosos com as intenções de Norton de Matos lhes retirar o quase exclusivo, na ocupação dos cargos políticos.

9.4.3 A terceira dimensão

Entrando no segundo plano da teoria, Costa, Couceiro e Norton identificam-se com as visões estratégicas de quem defende Angola, como um espaço vital para o destino de Portugal, mas para todos eles a concretização destes propósitos gerais carecia do reforço dos poderes dos governadores-gerais, assim como da sua autonomia.

Eduardo da Costa considera mesmo a possibilidade de retirar ao Parlamento em Lisboa, a capacidade de legislar em matéria colonial, mantendo-se apenas a sua faculdade de fiscalização, no que, em bom rigor, não alterava em muito a realidade de predomínio do poder executivo. Todavia, nesta sequência, preconiza um reforço dos poderes legislativos dos governadores-gerais, assim colocados num patamar de produção legal muito próximo do governo central. Estas intenções incidiam em particular no campo das políticas de defesa e segurança, domínios onde considera crucial o conhecimento da realidade, de modo a evitar princípios estratégicos desadequados porque emanados de centros de decisão com escassos conhecimentos dos espaços concretos, e por isso assentes em ideias abstratas. Em simultâneo, preconiza limitações ao poder executivo do governo central, a quem deveriam pertencer as atribuições de fiscalização, mas sem poder intervir na vida interna das províncias.

Por estas vias reforçava-se o poder dos governadores gerais, facilitando-se os processos de tomada de decisão, o que na perspetiva de Costa se tratava de os capacitar para melhor atuarem com atenção às conexões entre as realidades políticas, sociais, económicas e militares, tanto em tempo de paz como de guerra.

De modo a melhor operacionalizar estes ideais ele afirma pretender a «descentralização do poder de grau em grau e a concentração de poder em cada grau»⁷⁵¹, significando isto o derramar

⁷⁵¹ COSTA, Eduardo. Projecto de Reorganização Administrativa de Angola – 1906. Em: BELO ALMEIDA, cit. 401, pp. 212-279.

de poderes, em cada um dos níveis hierárquicos de decisão, mas reforçando os mecanismos de controlo da entidade de tutela, sobre cada um deles. Por isso, e em termos muito concretos, recomenda a divisão de Angola em duas províncias, dirigidas por governadores provinciais. Estes, apesar de tutelados por Luanda, teriam amplos poderes em matéria de política de defesa. As duas províncias, por seu turno, seriam divididas em distritos, enquanto estes, nas regiões pacificadas, se repartiriam em concelhos, e, nas áreas de grande atividade insurrecional, manteriam as capitânias-mores.

A partir dos distritos, recomendava a separação entre poderes civis e militares, fazendo uma distinção entre distritos civis e distritos militares. Nos primeiros, a administração civil e a autoridade militar deveriam ser confiadas a diferentes indivíduos, ao contrário dos segundos, pois aí o comando militar também concentrava a autoridade política e administrativa. No primeiro caso, os chefes dos distritos civis teriam tutela sobre a polícia, também podendo requisitar tropas, embora não as pudessem comandar. De todo o modo, era crucial a escolha de funcionários competentes, e, embora, não determinasse obrigatoriedades de formação profissional, era evidente a sua preferência pelos militares, por ele considerados como detentores de mais qualificações para assegurarem as funções de organização e liderança num quadro ético, tão necessário no governo ultramarino. Com tudo isto, pretendia contribuir para o assegurar de uma maior coerência entre a decisão política e a ação, mas este projeto nunca foi posto em prática.

Porém, ao chegar ao poder, as suas tentativas de concentrar capacidades de decisão em Luanda, e diversificar instrumentos locais de dominação, foram tributárias daquele projeto. Sentindo-se limitado nas suas competências práticas, tentou ganhar espaço de manobra perante Lisboa, com quem trocou uma intensa atividade epistolar, sobre temáticas de cariz operacional, apresentando frequentes solicitações de mais recursos humanos, propostas para contornar as dificuldades de recrutamento de oficiais, ou até recomendações a propósito da aquisição de cavalos, denotando-se uma óbvia tentativa de reclamar maior capacidade de intervenção local, por via do argumentário subjacente à valorização do conhecimento presencial.

Aproveitando-se da chegada à pasta da Marinha de Aires de Ornelas, com quem desenvolvera uma relação de amizade, por altura das campanhas moçambicanas, a sua correspondência para Lisboa aumentou, assim como a abrangência das temáticas abordadas, passando a assumir particular relevo as sugestões orçamentais, assim como a exigência de maior capacidade de manobra, perante o emergir do perigo alemão. Preocupou-se, também, em apresentar sugestões sobre as pautas, usos e costumes indígenas, manifestando uma óbvia intenção de participação nos patamares da decisão estratégica.

No sentido de construir uma maior capacidade de centralização do poder, e como já fizera em Benguela, rodeia-se de um corpo de oficiais de sua inteira confiança, como, e mais uma vez, Bello de Almeida, depois nomeado administrador do concelho de Luanda, e ainda João Pedro Lemos, escolhido para assumir os cargos de Secretário Geral da Província e Chefe do Estado-Maior, a quem delegava muitas funções executivas e administrativas. Em parte, caberia a estes homens a ligação com o terreno.

Para a eficácia dessa ligação, exigia-se às unidades militares o envio para o quartel general de mapas detalhados do total dos seus efetivos humanos e animais, nos quais se deveria especificar as tropas destacadas, os adidos, os doentes e os presos⁷⁵². Para os chefes de concelhos e capitães-mores, determinou-se o envio mensal de relatórios com indicações de todas as alterações à ordem pública, os seus motivos, conhecidos ou presumidos, e os nomes e ocupação dos seus instigadores ou promotores, o efetivo total das forças de 1ª e 2ª linhas, para além de indicações a propósito do rancho, instrução e estado de armamento das respetivas tropas⁷⁵³. Aos governadores de distrito ficava reservado o envio regular de informações detalhadas, a propósito das suas infraestruturas de defesa, exigindo-se que eles garantissem a racionalização da sua localização, a qual se deveria fundamentar em argumentos alinhados com os valores estratégicos, em vez de fundamentações circunstanciais.

Só deste modo, o comando das forças poderia ser integrado, efetivo e coerente, sem invalidar o reforço de poder dos operacionais, como se faz em 1906, quando se estabeleceu o comando militar superior do Cunene, com sede no forte Roçadas, e se conferiu ao seu comandante a tutela sobre todos os fortes e postos militares, instalados ao longo da margem do rio, permitindo a esse militar a acumulação de atribuições operacionais e administrativas⁷⁵⁴.

As relações dos militares em operações com os governadores de distrito, quando estes decidiam comandar as tropas no terreno, foi outro assunto sobre o qual Eduardo da Costa refletiu. Como já se explicou, este facto gerava dificuldades quando os militares de carreira se mostravam renitentes na aceitação desta autoridade, emanada pela equiparação atribuída, e por isso, como solução de compromisso e forma de agilizar a decisão operacional, ele sugere que os chefes de distrito, mesmo quando eram civis, mantivessem as honras militares concedidas

⁷⁵² LEMOS, José Pedro. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, Suplemento ao n.º 31, 9 de agosto, 1906, pp.1,2.

⁷⁵³ *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*. Loanda, Imprensa Nacional, Suplemento ao n.º 2 13 de janeiro, 1906, pp.9-10.

⁷⁵⁴ COSTA, Eduardo. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, n.º 44, 29 de outubro, 1906, p. 44.

pela lei, a chefia das forças de polícia, e a possibilidade de requisitar tropas, para suprimir revoltas ou motins, mas deixassem de exercer o comando operacional sobre os militares.

Preocupado com a solidificação dos mecanismos de coordenação entre estes vários patamares, assim desenhados, compreende as limitações dos processos então mais usuais de circulação de informação: relatórios, cartas e memorandos escritos, enviados através de estafetas, com a inevitável morosidade, inerente aos próprios circunstancialismos espaciais. Ora, sendo a organização que preconiza exigente a este nível, ele defende o investimento no telégrafo como a melhor maneira de agilizar os processos comunicacionais, entre as chefias operacionais, os postos militares, as diversas unidades na retaguarda e os patamares superiores de decisão política.

No entendimento de Paiva Couceiro o bem das colónias seria também o da metrópole e, por isso, ambos deveriam ser promovidos em íntima ligação⁷⁵⁵. Fazer cumprir os objetivos da grande estratégia significava impor no terreno um vasto programa de ação, traduzido em medidas de fomento diversificadas, obras públicas, incentivos à produção, povoamento branco, reformas na navegação, na instrução e nas pautas aduaneiras, substituição dos couraçados e cruzadores por torpedeiros, concentração de soldados em Luanda, na testa do caminho de ferro, e nas regiões de fronteira, evitando o fracionamento da tropa, mas, para tanto, a cooperação entre os poderes locais e metropolitanos era incontornável.

Questão sensível neste relacionamento, já o sabemos bem, é o problema orçamental. Aceitando que a falta de entusiasmo de Lisboa, perante as suas propostas, resultava da ação das correntes adversas aos esforços financeiros no ultramar, ele sugere a afetação para políticas de fomento local de uma fatia dos capitais provenientes dos impostos sobre o álcool, o tabaco e as exportações. Todavia, entende não ser isto suficiente para dispensar todo o contributo financeiro, proveniente da metrópole, e para garantir a utilização racional desses recursos considera importante fortalecer as atribuições do governador-geral na gestão dos orçamentos, porque só dessa maneira ele poderia ser responsabilizado perante o poder central.

Nesse sentido, também se revela defensor da partilha de competências legislativas, recomendando a criação de um organismo, a Procuradoria Oficial, para concertar a ação dos ministros da Marinha e dos governadores-gerais, funcionando como um instrumento de ligação entre as colónias e a Secretaria de Estado, eliminando atritos e facilitando o despacho.

O ministro, quer dizer, o governo em Lisboa, deveria continuar a decretar sobre a organização administrativa, a aprovação do orçamento, os regimes aduaneiro, bancário e

⁷⁵⁵ PAIVA COUCEIRO, Henrique. *Angola. Estudo administrativo*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1898, p. 4.

monetário, as nomeações do governador-geral, o regimento da justiça, as questões de política externa e a organização defensiva contra inimigos externos. Ao governador-geral deveria competir todos os demais assuntos de ordem interna, como a política de defesa, para a qual também se previa uma grande amplitude de ação para os governadores distritais. Destes, nomeados pelo governador-geral, esperava-se convergência na ação, mas não se deixava de lhes conceder poderes administrativos alargados. Deveria competir-lhes a tutela direta de todos os serviços distritais, assim como o controlo da atuação dos administradores das circunscrições e dos capitães-mores. A estas últimas entidades, Paiva Couceiro, nos seus intentos, ainda concedia uma importância significativa, pois, como tinham a vantagem da proximidade com as populações, deveriam, pela justiça e pelo trabalho, ganhar as populações para o esforço português, contribuindo desta forma para evitar, ou pelo menos atenuar, a conflitualidade sempre latente.

Exemplo deste articulado será o relacionamento entre o governador-geral e João de Almeida, enquanto governador da Huíla (1908-1910). Este, com ideias muito articuladas sobre o modelo de desenvolvimento de Angola, empenhou-se em concretizar no terreno os princípios políticos, emanados de Luanda, através de medidas de fomento económico e social, como a abertura de escolas indígenas, junto aos postos militares, criação de oficinas para treino profissional, obras de conservação de estradas, construção de casernas e canalizações de água potável, tendo acrescentado a tudo isto um esforço de racionalização da administração civil e militar, através da elaboração de instruções para os comandantes dos postos militares e de regulamentos destinados ao serviço da secretaria militar do distrito, aos serviços de transportes, de depósitos e de recrutamento de tropas indígenas⁷⁵⁶.

Para a concretização daquelas medidas, e considerando serem poucos os poderes dos governadores distritais, Almeida exige um reforço da descentralização e um aprofundamento das competências das autoridades locais, apresentando mesmo uma proposta para a reorganização administrativa do distrito da Huíla⁷⁵⁷. Nessa proposta surge uma ideia de particular relevância, embora sem vencimento: sendo o território angolano tão vasto, a organização administrativa não tinha de ser idêntica em toda a sua extensão, devendo adequar-se às especificidades de cada província, o que se assumia como de particular destaque, em termos de orientação das campanhas militares, tendo em vista as particularidades regionais dos antagonistas a enfrentar.

⁷⁵⁶ ALMEIDA, cit. 319, pp. 457-467, 477-81, 486-487, 167-184, 149-150, 156-161.

⁷⁵⁷ IDEM, pp. 436-447.

Mas, para Paiva Couceiro, antes de descentralizar o poder interno, era indispensável garantir o compromisso das autoridades locais aos grandes ditames estratégicos e, para isso, era imprescindível que eles fossem definidos com coerência e continuidade. Para tanto, patrocina o estabelecimento de uma plataforma de entendimento político em Lisboa, entre todos os partidos do arco da governação, evitando-se que as mudanças de pessoal político fossem acompanhadas por mutações estratégicas. Esta continuidade era muito relevante no papel das missões religiosas, no destino a dar aos degredados, no regime de trabalho indígena e distribuição de terras, assim como nos princípios fundamentais da estratégia militar, remetendo depois para questões como a função e tipologia dos fortes, os sistemas de recrutamento, os tipos de armamento, os modelos de instrução das tropas, o regime de alianças, que no seu conjunto deveriam fazer parte de um programa comum de ação, aceite por todos os partidos políticos, pois, só assim, seria possível dirigir a práxis dos homens no terreno de forma estável, sem sobressaltos ou fúrias reformistas.

Para Norton de Matos, o ultramar é parte integrante da nação e, sem ele, Portugal estaria condenado a uma posição menor no sistema internacional, decorrendo dessa ideia a imperiosidade da sua defesa, de acordo com o princípio genérico enunciado, quando tomou posse como governador-geral de Angola: «Ordem e progresso: - tudo se contém nisto. E, para mim, têm mais ampla significação estas palavras associadas à província de Angola do que à própria metrópole»⁷⁵⁸. São, assim, claros os seus objetivos, os quais só poderiam ser concretizados, através de uma concertação entre os poderes políticos, em Lisboa, a diplomacia e os poderes locais. Ou seja, a unidade nacional só poderia ser alcançada por via da unidade de ação e, por isso, os objetivos operacionais e táticos, embora não utilize estes termos, deveriam estar alinhados com os patamares superiores, de modo a garantirem a ordem, por via da defesa e segurança, e o progresso, por via do fomento material, única forma de ultrapassar situações de ocupação nominal. Para tanto, também os operacionais no terreno deveriam estar em consonância com as diretrizes emanadas de Luanda, e a ela submetidos, sendo esta tarefa facilitada com a generalização da administração civil por ele preconizada.

As capitânias, subordinadas ao poder militar, não seriam extintas, mas ficavam reservadas para as zonas mais problemáticas em termos de segurança, não dispensando a dependência dos militares, perante o poder político, motivo pelo qual intensifica as ações inspetivas sobre as unidades no terreno e as colunas em operações. Estas, dependentes do governador-geral, embora visassem matérias orçamentais, não se coíbiam em interferir nas questões de

⁷⁵⁸ Citação em NORTON, cit. 727, p. 184.

recrutamento, nomeações ou deslocamento de forças, provocando ressentimentos nas lideranças militares.⁷⁵⁹ Só deste modo seria possível inverter a situação no terreno, aplicando uma administração intensiva e, como ele refere:

«apoiada nos núcleos de força europeias durante um longo período -cinco anos pelo menos- a seguir à ação violenta e indispensável do combate, da destruição de culturas e povoações, do aprisionamento e fusilamento dos chefes indígenas (e substituição por chefes aliados), o desarmamento geral, a obrigação do trabalho remunerado em obras do Estado... o desenvolvimento agrícola e comercial, a cobrança de imposto e a transformação necessária do regime de administração militar no regime de circunscrição civil, constituem um sistema racional de ocupação, apenas iniciado nos últimos anos, e que ia sendo posto em execução, só eu sei através de quantas dificuldades, de quantas relutâncias, de quantas resistências passivas.»⁷⁶⁰

Neste particular, é merecedor de destaque o conflito entre Norton de Matos e Gomes da Costa, escolhido como chefe do estado maior em fevereiro de 1912 e adepto incondicional do fortalecimento do domínio militar. Preconizando a ocupação integral do território, a imposição coerciva do imposto de palhota, e da obrigatoriedade do trabalho indígena, defende o predomínio de uma administração controlada por militares como o único meio para garantir aqueles propósitos e por isso rejeita as disposições do governador-geral, acabando por ser demitido, depois de ver recusada a sua solicitação para lançar um ataque contra os cuanhamas, que persistiam nos ataques às tribos vizinhas, e, segundo ele, se preparavam para atacar o Lubango.

Então, muitos se solidarizaram com Gomes da Costa, dificultando a missão de Norton que neste particular só acabaria por se ver concretizada por alturas do seu segundo mandato angolano quando em 1921, o decreto nº 80 transformou todas as capitânias mores em circunscrições civis dando nova organização às forças militares da província.

De todo o modo, ainda em 1913 foi publicado o Regulamento das circunscrições civis⁷⁶¹, afirmando-se a necessidade de colocar à sua frente autoridades bem preparadas em termos

⁷⁵⁹ Portaria n.º 1017 de 17 de setembro de 1914.

⁷⁶⁰ NORTON DE MATOS, cit. 427, pp. 253-254.

⁷⁶¹ De acordo com este Regulamento Angola ficou com 35 circunscrições civis, 25 capitânias, 11 concelhos e 1 intendência.

técnicos, com poderes alargados e, por isso, bem pagas, as quais deveriam ser a expressão da vontade política dos governadores gerais, com quem deveriam estar em permanente contacto.

Nessas circunscrições não se previa a existência de militares, mas sim de unidades de nativos para funções de polícia civil, os quais por norma se encontravam desarmados e dependiam dos administradores civis, devendo evitar o uso da violência.

Nesta sequência, compreende-se o desconforto por ele sentido, quando, em setembro de 1914, desembarcaram em Angola as forças expedicionárias, sob o comando de Alves Roçadas, dependentes do poder central. Desconforto mais intenso ainda, quando se apercebeu do objetivo primordial de Roçadas: a ocupação dos cuanhamas, sem qualquer referência explícita ao perigo alemão, para o qual Norton de Matos chamava a atenção desde 1912. Os posteriores acontecimentos de Naulila e o sentimento de falta de confiança e apoio por parte do poder central levaram ao seu pedido de demissão e conseqüente regresso a Lisboa, mas não sem ter assistido ao triunfo da sua ideia de unidade de comando, pois ao novo governador-geral, Pereira de Eça, foi entregue a jurisdição sobre as forças expedicionárias, incumbidas de enfrentar os nativos sublevados, como consequência das rápidas investidas germânicas de finais de 1914.

9.4.4 A quarta dimensão

Todos estes homens se identificavam com uma visão da história assente numa visão ideológica do processo expansionista de quinhentos, de acordo com a fórmula da «herança sagrada», definida por Valentim Alexandre, mas, ao mesmo tempo, eram pragmáticos, encontrando na sustentação do espaço imperial a melhor maneira de o país se afirmar num sistema internacional em mutação. Para isto, era indispensável encontrar preceitos holísticos de domínio, apelando para a guerra, mas também para a economia, a política interna e externa, a educação e o fomento material, em que o grande objetivo se projetava no tempo: no médio e no longo prazo, e visava a construção de uma nação única, constituída por várias províncias pluricontinentais, com a mesma cultura, língua, usos e costumes, ligada por laços económicos.

Esta projeção no tempo (no passado e no futuro) deveria condicionar a atuação operacional no presente. O argumento histórico justifica a ação, legitima as reivindicações no quadro internacional e contribui para a construção de muitos dos argumentos de aproximação ao africano, moderando, pelo menos na narrativa, a violência das aproximações agónicas. Por outro lado, é a pensar no futuro que Couceiro ou Norton valorizam o incentivo da colonização branca, que todos eles, embora com diferentes níveis de cuidado, valorizam a educação, o fomento material e a racionalização dos modelos de funcionamento da economia.

Claro que a conquista militar lhes parecia incontornável, e por várias vezes ao longo deste texto se deixou bem claro a importância por todos eles conferida às dimensões bélicas, mas ao mesmo tempo também se percebeu a sua preocupação em acompanhar essas movimentações com projetos reformistas, mais ou menos amplos, tendo sempre em vista uma espécie de providencialismo, agarrado a uma imagem do passado, mas olhando sempre para um futuro desejado⁷⁶².

Em concreto, não é por acaso que Eduardo da Costa, afirmava a necessidade do maior número de combates para dominar aqueles a quem chamava de rebeldes, aceitando roubar os gados, destruir as colheitas, desarmar os homens, aprisionar mulheres e crianças, mas acrescentava que, se esta deveria ser a regra militar, importava fazer acompanhá-la pela benignidade como valor político. Se na prática este posicionamento, pela sua potencial antinomia, se afigura como de difícil execução, importa recordá-lo neste contexto analítico, por via da justificação por ele encontrada, em que a suprema energia em combate se deveria acompanhar pela posterior bondade, porque só assim, no futuro, se evitariam reincidências beligerantes.

Já Paiva Couceiro, afirmou a necessidade de os atos da administração colonial se regerem por um espírito de «previsão esclarecida»⁷⁶³, proporcionando meios de continuidade persistente, querendo afirmar, com esta ideia, a importância de tomar medidas com o futuro em vista, não se esgotando no circunstancialismo imediato. Podendo mencionar-se, como exemplo desta sua posição, as recomendações de comportamento humanitário para com os nativos derrotados em combate, para facilitar a pacificação e integração no pós-conflito, assim como a defesa da construção de mecanismos laborais, fiscais e remuneratórios, onde, aceitando o trabalho obrigatório, apelava à construção de meios de integração dos autóctones nos mecanismos capitalistas, tornando-os contribuintes, mas sobretudo consumidores, e, por isso, interessados na paz.

Ainda mais acutilante na perceção do vínculo entre os níveis táticos, e sobretudo operacionais, e o *post bellum* é o pensamento de Norton de Matos, bem resumido no momento da sua afirmação a propósito da necessidade de as operações militares deverem ser acompanhadas com a ajuda às populações, no sentido de elas recuperarem dos danos provocados pelos desenvolvimentos táticos, decorrendo daqui que estes, no seu decurso e

⁷⁶² Garcia Rosado no texto evocativo da memória de Eduardo da Costa, e citado em: BELO ALMEIDA, cit. 401, p. 155, afirma que para Costa a ocupação militar não era o único meio para o alargamento do domínio efetivo, mesmo se muitas vezes parecia o modo único de o obter.

⁷⁶³ PAIVA COUCEIRO, cit. 732, p. 175.

quando possível, deveriam ser empreendidos de modo a não causarem danos permanentes, ou de muito difícil recuperação.

Síntese conclusiva

Quando apresentei a Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra, nos termos em que Nuno Lemos Pires a definiu, ficou claro que não obstante a utilização da História como instrumento justificador da sua argumentação, o que mais preocupava o autor era a condução das campanhas militares do presente. Daqui decorre, e já se explicou, o peso do lastro da contemporaneidade na construção da Teoria Geral, e, por isso, a urgência de atender de modo muito atento às especificidades contextuais, quando se recorre ao modelo para proceder a estudos de caso arrancados à História.

Mesmo assim, manifestámos a intenção de averiguar, no âmbito do objeto definido para este trabalho, a possibilidade de validar alguns dos preceitos da Teoria a que atribuímos a feição de vetores nucleares e estruturantes do modelo, e que por isso na sua enunciação teórica não são, à partida, excluíveis pela argumento contextual. Esses fatores, decorrem dos planos e dimensões da Teoria Geral e traduzem-se na necessidade de criar mecanismos eficientes de coordenação e controlo de todas as forças atuantes num teatro de operações, de acordo com os objetivos estratégicos, a criação de mecanismos propiciadores de «unidade de esforços» que permitam congregar a mobilização das vontades não militares, e também a imperiosidade de lógicas de cooperação biunívoca entre os patamares políticos e operacionais, de acordo com um enquadramento temporal que se saiba colocar numa dimensão que exceda a conjuntura e, de modo coerente, se projete no futuro.

Assim, averiguou-se a existência destes preceitos em projetos muito concretos veiculados por figuras cujo percurso individual e profissional oferecesse pertinência à análise. Para a escolha desses atores considerou-se fundamental a acumulação de intervenção política e operacional concreta em Angola, acompanhada por reflexão sustentada em torno das temáticas da defesa e segurança coloniais, daí resultando a opção pelo exame das atuações de Paiva Couceiro, Eduardo da Costa e Norton de Matos.

Iniciou-se o estudo com a apresentação de dados biográficos destes personagens, relevando a sua produção intelectual e os cargos assumidos em contexto colonial, porque estes elementos elucidam as suas visões abrangentes. Pelos seus percursos formativos e profissionais percebemos a apetência de todos eles para abordagens militares, políticas, sociais e económicas, que no caso específico de Norton de Matos ainda foram favorecidas pela sua longa experiência oriental e conseqüente contacto com as soluções encontradas no *Raj*.

Posto isto, apreciámos os seus projetos, à luz da própria estrutura da Teoria Geral nos termos e com os cuidados metodológicos enunciados. Neste exercício acompanhámos as quatro dimensões da referida Teoria, provando a viabilidade de as identificar em muitos passos da reflexão e atuação daqueles indivíduos.

Nas dimensões atinentes ao primeiro plano (1ª e 2ª dimensão), Paiva Couceiro criou mecanismos para garantir a proximidade com os seus oficiais, deslocava-se com regularidade até junto das tropas destacadas e formou corpos policiais indígenas, com comandos europeus, de modo a assegurar a coerência na ação de todas as forças no terreno. No mesmo sentido preocupou-se com as problemáticas relações com a Marinha, pugnando pela sua submissão ao poder civil local, como forma de facilitar a coordenação operacional com o Exército. No referente ao relacionamento com os civis, considera fundamental incrementar a colonização branca, amparar os colonos e concertar modos de otimizar a sua instalação com o avanço militar; em relação aos indígenas, após a fase inicial de submissão pela força defende o incentivo dos processos pacíficos de imposição de modelos culturais e de proteção material dos povos, única forma de no futuro conquistar a adesão das populações ao projeto português.

Eduardo da Costa concedeu atenção particular aos mecanismos de comando das forças nativas e à operacionalização dos processos de coordenação das forças projetadas. No primeiro caso ensaiou a possibilidade atribuir os comandos intermédios a indígenas graduados e consolidou o hábito de deixar os auxiliares sob o comando dos seus patrões na vida civil, procurando uma maior identificação das tropas nativas aos objetivos táticos e operacionais. No outro caso, entendendo o papel crucial das linhas de penetração, criou mecanismos para facilitar a ligação entre as várias forças localizadas ao longo dessas linhas e dos seus postos intermédios, preconizando a criação de uma comissão de organização, tendente a coordenar todas as lideranças intermédias aí localizadas. Comissão essa que deveria responder perante o governador geral. Em simultâneo também se debruçou sobre a orgânica dos corpos policiais, tendo proposta a criação unidades de específicas para o policiamento urbano, e outras para o controlo privativo das populações indígenas. Embora este projeto não se tenha consumado merece destaque a sua preferência pela criação de um corpo policial único, no que se refere às forças de policiamento urbano, pondo fim à pulverização até aí existente, pois cada concelho tinha as suas forças próprias, com comando específico, tornando difícil coordenar a sua ação em termos globais, e impedindo a sua utilização em operações militares, nos casos em que isso se justificasse. Quanto às unidades destinados ao policiamento dos indígenas, defende a sua divisão em duas tipologias, uma de tipo militarizado deveria estar sob tutela das autoridades

militares, outras, de tipo civil, seriam tuteladas pelas autoridades políticas concelhias, seriam constituídas apenas por nativos, mas comandadas por europeus.

Na dimensão de relacionamento com instituições civis o seu cuidado é menor. Em relação aos brancos entende-os como pouco dinâmicos e nada empenhados nos interesses estratégicos, pelo que se limita a observá-los na sua dimensão de parceiros técnicos circunstanciais. Dos indígenas desconfia, mas percebe a sua utilidade operacional, desde que enquadrados por oficiais brancos, e por esse motivo favorece o estudo dos seus costumes e hábitos para melhor os controlar.

Já em Norton de Matos o que importa, em termos de relacionamento entre forças militares, é mesmo a redução das tipologias presentes no teatro, pois entende essa dispersão como um risco de potencial desunião. O seu grande propósito é a ideia de unidade nacional, e, neste particular, isso significa um só Exército. Por consequência, aceita e incentiva, o crescimento de companhias nativas, mas desde que elas se integrassem em pleno no Exército de Portugal, patrocina o fim das «guerras pretas» e desincentiva a utilização operacional de bóeres.

Na linha de Eduardo da Costa, desconfia da sociedade civil branca, mas atribui ao relacionamento com os nativos uma faceta de primordial importância. Há que os conhecer, para o que preconiza medidas diversas de estudo dos seus hábitos e modelos organizativos, e depois patrocinar o seu desenvolvimento material e cultural numa ótica de ocidentalização, protegendo-os para os convocar para o projeto português numa perspetiva de médio e longo prazo. Mas, até lá, também cumpre não hesitar na repressão dos focos de insubordinação conjunturais. Tendo bem presente em todo este plano que, nas suas próprias palavras: «... só poderá existir a posse do território quando ele esteja legal e equitativamente distribuído pelos habitantes da região. Imaginar-se que a nação possui realmente os territórios de Angola, porque os descobriu e os ocupou à força, militarmente, por engano ou dolo em face dos seus habitantes indígenas é um erro colossal...»⁷⁶⁴.

A posição de todos eles no âmbito do segundo plano da Teoria Geral (3ª dimensão) é mais fácil de sintetizar. Todos se identificam com os princípios genéricos da grande estratégia portuguesa, mas todos consideram fundamental para a sua execução um reforço dos poderes dos governadores gerais. As modalidades patrocinadas para esse efeito são por vezes diferentes, mas, no essencial o que importa é reforçar aqueles poderes, pois essa era a melhor forma de operacionalizar, de forma eficaz, modalidades de coordenação centralizada, favoráveis à

⁷⁶⁴ NORTON DE MATOS, cit. 723, p.190.

construção de mecanismos de «unidade de esforços», capazes de fazer chegar aos comandos operacionais, de modo coerente e eficaz, os ditames políticos.

Este reforço dos poderes locais implicava o investimento em funcionários competentes e empenhados e neste ponto sobressai um ponto de divergência de Norton face aos outros dois. Para Couceiro e Costa, a permanência da lógica organizativa assente nas estruturas militares não parecia problemática, até porque os soldados lhes surgiam como os mais bem preparados para a amplitude de tarefas exigíveis em projetos tão abrangentes e integrados, enquanto que para o primeiro, a excessiva militarização devia ser ultrapassada, e isso passava desde logo pela implementação de uma lógica civilista, pondo termo às capitánias, e apostando sobretudo em funcionários públicos civis.

No fim, (terceiro plano, 4ª dimensão) demonstrámos que em todos eles está presente uma «visão abrangente que inclui o antes, o durante e o pós-guerra»⁷⁶⁵. O antes, remete para as suas visões da História que justificam a ação, o durante, remete para a ação, que na sua abrangência se deve executar com o depois no pensamento. Ou seja, como o importante era garantir a coesão territorial, a unidade nacional, que percecionavam como justa e conveniente, o desenvolvimento tático e operacional deveria ser executado de modo a não comprometer o futuro, criando condições para conquistar a aderência duradoura das populações.

⁷⁶⁵ Utilizando as palavras de LEMOS PIRES (2014), cit. 1, p 37.

CONCLUSÃO

1.

O estudo do envolvimento militar em África, no decurso da 1ª fase do III Império, tem ocupado, apesar da sua relevância histórica, uma posição muitas vezes marginal e afastada dos campos de renovação historiográfica dos estudos coloniais. Atrevo-me mesmo a afirmar que, se falarmos das operações militares em Angola, no período entre a Conferência de Berlim e o eclodir da Grande Guerra (e mesmo neste último caso só a partir de 2004, com a publicação de *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*⁷⁶⁶), não se lhe tem dado atenção alguma, salvo raras e honrosas exceções, como a obra de René Pélissier.

Todavia, muitos dos momentos mais relevantes da experiência colonial estão ligados ao confronto militar. De facto, as campanhas do Bailundo, as revoltas do Humbe, a derrota em Pembe, as ações nos Cuamatos, pela dimensão e abrangência dos problemas colocados, constituem alguns dos momentos decisivos dessa experiência. Por outro lado, o impacto de muitas daquelas operações militares na metrópole foi tão significativo, que sem elas talvez não se tivesse consolidado, de forma quase massiva, a centralidade discursiva e imagética assumida por África, em múltiplas dimensões da autoimagem e do sentimento nacional português.

Como ainda assim estas temáticas têm passado despercebidas nas explicações mais atuais do momento colonial português, adotei como questão central desta tese a possibilidade de demonstrar a presença, nas operações militares no Sul e Centro de Angola, entre 1885 e 1915, de realidades enquadráveis nos princípios da Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra, tendo para esse efeito identificado seis questões derivadas, decorrentes dos seus 3 planos e 4 dimensões, as quais recordamos, para depois apresentarmos as respostas a cada uma delas:

- a) Qual a tipologia das forças empenhadas nas operações militares de imposição de ordem colonial, e quais foram os modos utilizados para a sua coordenação?
- b) As formas de relacionamento entre militares e civis (europeus e africanos) no terreno foram adequadas à condução das operações?
- c) Quais eram, como se formaram e evoluíram os objetivos políticos coloniais, em matérias de defesa e segurança?
- d) Existiu coerência entre esses objetivos e as realidades operacionais?
- e) Quais os modelos de relacionamento entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais?

⁷⁶⁶ ARRIFES, cit. 426.

f) É possível encontrar uma visão prospetiva nos planeamentos estratégicos e táticos?

a) Neste ponto, a Teoria Geral exige mecanismos formais de coordenação entre todas as forças militares atuantes num determinado teatro de operações, de modo a garantir a sua atuação coerente face aos objetivos da grande estratégia. Como por diversas vezes indiquei, no desenvolvimento do texto, apesar de a Teoria procurar os seus fundamentos no processo histórico, a sua principal preocupação está no presente e no futuro da arte da guerra, motivo pelo qual valoriza os modos de relacionamento entre forças aliadas de diferentes proveniências nacionais. Realidade operacional cada vez mais frequente, face às ameaças e riscos das «novas guerras», onde a existência de vastas coligações se torna cada vez mais imperiosa. Mas, como em simultâneo não é rara a coexistência entre tropas regulares e diversos modelos de forças irregulares, por isso não integradas nas estruturas formais de comando, a Teoria também se preocupa com os modos de integração destes elementos no todo tático-operacional e mesmo estratégico. Por fim, cumpre que o relacionamento entre forças de defesa e forças de segurança se estabeleça através de processos adequados, para garantir a coerência na ação.

No concreto desta pesquisa, as coligações entre estados (tomando em consideração o entendimento conceptual apresentado no enquadramento teórico) foram raras, mas existiram. Contudo, a questão mais pertinente remete para o relacionamento entre forças regulares e irregulares, onde, por norma, não havia distinção em termos de atribuições de defesa e segurança.

Na primeira situação, quando as forças portuguesas se aliaram a estados africanos, não se verificou qualquer integração das estruturas de combate indígenas no Exército português. Falamos, em concreto, da aliança de Lourenço Padrel com o Estado cuanhama para enfrentar os cuamatos, momento onde se mantiveram duas estruturas paralelas de comando, com diferentes enquadramentos doutrinários e objetivos políticos, contribuindo para a ineficácia operacional desta solução. O recurso a forças bóeres, não obstante a falta de identificação nacional, não deve ser enquadrado nesta dimensão do problema, pois não se constituíam como uma entidade aliada, numa lógica de coligação. Eram elementos mercenários e, por via da sua forte identidade e autonomia, obrigaram à criação de mecanismos de ligação entre as estruturas intermédias de liderança e os comandos operacionais, através da sua inclusão nos patamares de estado maior. No essencial, e apesar das desconfianças face aos seus supostos projetos, antagonistas dos interesses portugueses, estes procedimentos garantiram a coerência da sua ação operacional.

A propósito das forças regulares, teve-se em consideração a distinção entre exércitos metropolitano e colonial, vigente até 1926, e percebeu-se que o facto de o comando superior de todas estas tropas no teatro ser da responsabilidade do governador geral, funcionava como um meio de garantir a coordenação na ação operacional. Ao mesmo tempo, como no seio das forças regulares de 1ª linha a presença de soldados africanos foi, por vezes, entendida como um fator de desunião, apostou-se nas lideranças intermédias nativas, como forma de reforçar a identificação entre as tropas.

Críticas em toda esta dinâmica foram as relações com a Marinha. Como durante muito tempo, os navios se encontraram fora da alçada do governador geral, a sua coordenação com as forças do Exército tornou-se mais problemática e, por isso, as propostas de criação de uma Marinha colonial foram ganhando peso. Criada nos finais do século XIX, esta Marinha será tutelada pelos poderes locais, ficando incumbida de missões ultramarinas. Mais tarde, a formalização de mecanismos de coordenação levará à constituição de um departamento marítimo, cujos chefes de departamento e capitães de porto despachavam com o governador geral, contando-se com este modelo para, entre outros intentos, garantir a coordenação com as forças terrestres em atividades operacionais, como o desembarque de tropas, bombardeamentos estratégicos, transporte de armamentos, vigilância de cursos de água ou proteção das costas.

Presentes ao longo de todo o período estudado, as unidades irregulares assumiram diversas feições, desde as «guerras pretas» aos batalhões provisórios de colonos. Com enquadramentos legais distintos e diferentes graus de utilidade operacional, a coordenação com as forças de 1ª linha era executada por via da nomeação política das lideranças, as quais recaíam em antigos militares ou colonos da confiança do governador geral.

No desenvolvimento da Teoria Geral, assume particular destaque a problemática do relacionamento entre as forças militares e as forças de segurança. No âmbito do nosso objeto de estudo, o facto de as missões policiais serem, em grande parte, desempenhadas pelos corpos militares de 1ª linha garante a sua subordinação aos patamares superiores do comando militar e, por isso, aos governos centrais, facilitando a sua hipotética utilização em ações de combate. Contudo, esta explicação tende a ser redutora, pois as condições especiais de Angola também permitiram o aparecimento de corpos policiais de tipologia civil, formados por nativos enquadrados por antigos militares europeus, subordinados às autoridades concelhias, onde o alinhamento estratégico poderia ser mais problemático, não se desse o caso de o seu aproveitamento em operações de guerra ser raro, ocupando-se de assuntos menores, como rixas, fuga aos impostos, ou distúrbios da ordem pública, situações onde um pequeno número de polícias desarmados era muitas vezes suficiente. Acrescente-se, ainda, o facto de estes últimos

corpos serem geridos por regulamentos privativos, emanados das estruturas concelhias, diferenciados de região para região, onde se previam as atribuições, estruturas funcionais, condições de serviço e matérias disciplinares.

b) A relação entre instituições civis e militares constitui-se como um dos vetores centrais e estruturantes do comando holístico, remetendo para um estágio ideal de «unidade de comando», onde a acumulação de autoridade sobre os agentes civis e militares se transformaria no desenlace perfeito para o modelo. Na generalidade das situações históricas esta terá sido, e será, uma solução improvável, tornando mais credível as propostas de «unidade de esforços» onde se possam construir processos de colaboração, partindo de uma identificação com os grandes objetivos estratégicos.

Todavia, no caso em apreço, pareciam estar reunidas as condições para implementar lógicas de «unidade de comando», na pessoa dos governadores gerais, atendendo ao facto de eles acumularem a tutela sobre as organizações políticas e de todas as unidades militares terrestres. Contudo, não se podem esquecer diversos aspetos limitadores do seu comando, como a dependência institucional perante o ministro da Marinha, as limitações orçamentais e ao nível da política de pessoal, as dificuldades de comunicação com as autoridades concelhias e com muitas das unidades militares instaladas no território, para além dos entraves suscitados por algumas expedições metropolitanas, assim como os problemas de relacionamento com a divisão naval. Mas, também não se pode ignorar que, mesmo assim, a lógica do sistema ia no sentido de lhes conceder poderes formais muito ampliados, como se prova pelas sucessivas alterações legislativas, onde não se escondeu o desígnio de reforçar as atribuições destes magistrados superiores da administração angolana, alargando mesmo o leque de temáticas sobre as quais eles podiam exercer a sua atividade e criando organismos de conselho, tendentes a aprimorar as tarefas de coordenação.

Assim, a lei foi determinando a possibilidade de eles acumularem cada vez mais funções administrativas e militares, e neste último particular entre 1836 e 1869 a sua autoridade foi equiparada aos generais das províncias do reino⁷⁶⁷, devendo despachar com o ministro da Marinha e não com funcionários superiores do ministério⁷⁶⁸. Ademais, foram-lhes concedidas diversas prerrogativas militares, municipais, de recrutamento, administrativas e inspetivas, sem esquecer as suas capacidades legislativas, apesar de limitadas pela obrigação de sanção parlamentar.

⁷⁶⁷ BCU - 1834 a 1851, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 15-16.

⁷⁶⁸ IDEM. p. 41.

Nesta sequência, entende-se o facto de todas as propostas apresentadas, com vista à formalização da autonomia das unidades destacadas, terem sido recusadas e a grande preocupação ter sido o aperfeiçoamento das redes e processos de comunicação, de modo a tornar mais efetiva a linha de comando assim estabelecida. Motivo pelo qual as tentativas de organizar as forças de 1ª linha, numa estrutura de companhias autónomas, apesar de legislada em 1895, acabou por nunca se concretizar.

No âmbito desta dimensão, abordou-se ainda o relacionamento entre as estruturas políticas, quase sempre desempenhadas por militares, e as populações civis, tendo-se provado que a visão sobre o africano determinava as propostas sobre os modelos de aproximação. Para quem acreditava numa inferioridade radical do negro, a violência era o único caminho proposto, não se considerando qualquer forma de diálogo ou colaboração. Para quem entendia a suposta debilidade material ou civilizacional, como um posicionamento recuado na escala evolutiva, importava estreitar os laços, apostar na educação e na colaboração, e mesmo que essa visão fosse paternalista e não menos racista, expressava-se em propostas de integração dos africanos nas estruturas políticas e militares portuguesas e na construção de processos formais e informais de aliança, como os autos de vassalagem podem exemplificar.

No referente às populações brancas, como as suas motivações eram principalmente económicas, nem sempre elas se identificaram com os propósitos da grande política e estratégia, não hesitando em entrar em conflitos indesejados com os povos locais, por insistirem em modelos predatórios das relações económicas, de propriedade e de trabalho. Na maioria dos casos analisados, verificou-se que quando as forças de segurança e de defesa se assumiam como instrumentais para os intuitos daquelas populações, a sua colaboração era viável e traduzia-se na disponibilização de recursos humanos e materiais; quando assim não acontecia, essa colaboração era mais problemática, e podia gerar antagonismos, sobretudo quando remetia para esforços fiscais.

c) Num outro estudo, por mim publicado, a propósito da organização militar colonial no período da Grande Guerra⁷⁶⁹, estabeleci uma distinção entre «estratégia nacional» e «estratégia real»⁷⁷⁰, onde o primeiro conceito fala dos objetivos definidos pelos patamares superiores da decisão política, e o segundo remete para tudo aquilo que a realidade deixa concretizar, em adição com

⁷⁶⁹ ARRIFES, cit. 256, p. 290.

⁷⁷⁰ Conceitos tributários do pensamento ensaiado em: TELO, António José. *Uma Estratégia Nacional?* Em: *Pilares da Estratégia Nacional*, Lisboa, Edições Prefácio, 2010, pp. 9-19.

outras ações concretas empreendidas no terreno, muitas vezes sem preocupações de alinhamento estratégico. Recuperar estes conceitos é apropriado neste momento, onde se pretende verificar a possibilidade de validar a exigência holística de coerência entre a política e o terreno, porque na verdade a evolução da «estratégia nacional», ao longo do século XIX, nem sempre conseguiu ser acompanhada pela «estratégia real», por virtude de múltiplos condicionalismos espaciais, comunicacionais, políticos, materiais e orçamentais.

Assim, de imediato se poderia concluir pela inexistência de uma coerência holística; contudo importa matizar as conclusões porque, se a relação de Portugal com os seus territórios ultramarinos se foi adaptando às mutações do sistema internacional, aos diferentes enquadramentos ideológicos internos e, por isso, às disputas políticas conjunturais e aos entendimentos sobre as potencialidades do país, gerando propostas diversificadas, isso não esconde um sentimento de continuidade nacional, bem expresso nos textos constitucionais, e um pensamento político-estratégico claro.

A observação das leis fundamentais, entre 1822 e 1911, ajuda a entender a natureza da relação com os territórios ultramarinos: a primeira Constituição portuguesa, no seu título II, artigo 20, onde se descreve o território nacional, indica as seguintes províncias ultramarinas em África: Bissau e Cacheu; na Costa da Mina, o Forte de São João Batista de Ajudá, Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo, as ilhas de Cabo Verde, as de São Tomé e Príncipe e suas dependências; na Costa Oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado. A Carta Constitucional, no seu artigo 2 do Título I, mantém essa descrição, tal como a Constituição de 1838, onde apenas se acrescenta a referência à baía de Lourenço Marques. Já a Constituição republicana, aprovada em 1911, limitou-se à seguinte afirmação: «O território da Nação Portuguesa é o existente à data da proclamação da República», e em todos estes textos se adivinhava o desejo de manter estas terras.

Perante isto, os objetivos político-estratégicos face ao ultramar, apesar de hesitantes, nem sempre articulados e quase nunca expressos em documentos formais, parecem claros na sua definição genérica, podendo ser sintetizados na intenção de preservar aquela integridade territorial assim decretada, para a utilizar como um instrumento de afirmação portuguesa num sistema internacional pouco favorável a pequenas potências, tendo isto implicado esforços regulares de criação de mecanismos formais tendentes ao alinhamento entre a política e o terreno, como se prova pela voragem legislativa de reformas, emendas, propostas, contrapropostas, comissões de trabalho e grupos de estudo que se ocuparam desta problemática.

Aquele grande propósito obrigava, então, a exponenciar modelos de integração diplomática, exploração económica e domínio territorial, e se os meios de o fazer podiam ser

diversificados, por vezes até mesmo divergentes, o acompanhamento da produção legislativa demonstra a preocupação em utilizar o dispositivo de defesa e segurança como instrumental desses intentos, obrigando a procurar alguma coerência entre a política e o teatro de operações.

De modo natural, a alteração dos fins, mesmo quando circunstanciais, foi implicando a mutação dos meios e dos processos, e se os propósitos da grande estratégia informal eram o controlo barato dos circuitos económicos, os modelos operacionais daí decorrentes expressaram-se através do desenho de um dispositivo assente numas forças militares exíguas, urbanas, locais, mal armadas e sustentadas no apoio da *Royal Navy*. Depois, quando, no âmbito do *Scramble*, a prossecução dos objetivos da «estratégia nacional» se tornou mais dependente da territorialização, os princípios foram evoluindo, no sentido de acomodar a necessidade de mais homens no terreno com medidas de contenção orçamental, proteção das atividades económicas, salvaguarda da segurança interna, aproximação às fronteiras garantidas pela diplomacia, caucionando e protegendo corredores de penetração.

De modo a assegurar estes últimos propósitos, as intervenções sobre o dispositivo continuaram a incidir na criação de procedimentos baratos, sustentados nos recursos locais, acrescentando o assegurar de uma ocupação de pontos estratégicos, capazes de dispensar a inviável ocupação extensiva, obrigando a apostar na mobilidade da força e na aproximação não agónica às populações, em simultâneo com narrativas de fomento material, cooperação internacional e incremento do *gap* tecnológico.

E se por vezes os entendimentos dos patamares políticos no terreno se constituíram como entraves à plena capacidade da grande estratégia de moldar o real, em direção ao estado final desejado, importa relevar dois pontos: um no domínio do concreto e outro no domínio do teórico. No primeiro ponto, foi evidente o cuidado com a criação de mecanismos, tendentes a conciliar o reforço de processos autonómicos com meios eficazes de controlo central, tendentes a garantir a coerência entre «estratégia nacional» e «estratégia real», portanto entre política e terreno. No segundo ponto, convém ter presente que o patamar da criação política não existe como um «para si». Interessa, pois, interferir no real tendo em vista um estado final ambicionado e isso, num quadro de verticalidade hierárquica, deve levar a política a mobilizar e disponibilizar os recursos necessários. Contudo, como se trata de interagir com uma realidade caleidoscópica, num constante diálogo entre o ideal e o possível, o espaço e a diacronia, sem desprezar a sincronia, num ambiente estratégico volátil, incerto, complexo e ambíguo, faz pouco sentido acreditar na possibilidade de um efeito linear absoluto.

Quer dizer, a realidade sobre a qual o ato político pretende interferir é um «todo» complexo, transformável de acordo com a informação introduzida, mas por via dos processos de retroação,

não torna viável a previsão mecanicista. Ou seja, como se trata de um sistema composto por vários subsistemas, em retroação, as respostas aos *inputs* introduzidos podem não gerar as respostas expectáveis.

Do encontro entre estes dois pontos resulta a hipótese de afirmar que, mesmo quando determinados aspetos circunstanciais não se concretizam, a visão holística pode estar presente. Ou seja, não é pelo facto de determinada ideia emanada dos níveis superiores da decisão política ser contrariada, ou qualquer outro *input*, lançado sobre o real, não produzir o resultado ambicionado que a possibilidade holística tem de ser imediatamente negada. No fundo, o pensamento holístico deve ser percecionado como uma atitude, uma consciência da necessidade de olhar para o todo e atuar sobre ele, de modo integrado, criando mecanismos formais para o fazer, percebendo a necessidade da mudança, num quadro de constante adequação, compreendendo que, quando uma coisa muda, tudo muda.

d) Definidos os objetivos políticos e com eles a estratégia adequada, importa tratar dos instrumentos para a sua operacionalização coerente no teatro. E aqui entramos na problemática das doutrinas. Estas são ferramentas, e como tal, instrumentais. Em termos holísticos isto obriga a pensar na doutrina como um meio para a prossecução dos grandes propósitos, de acordo com as especificidades do ambiente estratégico, devendo ser maleável para se transformar em concomitância com eles.

Assim enunciado o problema, a análise procurou verificar se as mutações sistémicas pós Conferência de Berlim, se traduziram na revisão e adaptação dos princípios doutrinários, tendo-se concluído que assim aconteceu. Com efeito, as lições aprendidas provenientes das experiências da primeira metade da centúria de oitocentos não se perderam, foram assimiladas mas transformadas, o mesmo se fazendo com muita da experiência internacional relativa a países com aproximações coloniais similares, para com tudo isto se formalizar um conjunto de procedimentos muito concretos, tendentes a conduzirem a nova forma de operações, agora apostadas na valorização da conquista territorial.

Neste processo foi determinante a publicação das *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, de Eduardo da Costa, onde se consolidaram princípios como a generalização de forças mistas, (a artilharia deve preparar a conquista e a infantaria consolidar a ocupação) a marcha em coluna dupla (facilitando os processos de defesa no decurso de penetrações territoriais), o aprofundamento do *gap* tecnológico (sendo agora necessário conquistar e ocupar, a inferioridade quantitativa tornava-se muito mais relevante, e só a tecnologia a poderia superar), a necessidade de racionalizar as linhas de etapas, e por isso o

cuidado com a organização logística (facilitando o controle das linhas de penetração, a sustentação das tropas internadas, e as marchas pendulares), a potencialização da tática do quadrado tanto em marcha como em combate (tentando criar condições para aguentar ataques de grandes massas), a racionalização das razias (sobretudo como instrumento de dissuasão) e, claro está, a necessidade de se intensificar a construção de postos e fortalezas, os quais se deveriam assumir não só como símbolos de poder mas também como mecanismos irradiadores de força, ao propiciarem a projeção de destacamentos ofensivos, carecendo, por isso, de serem bem defendidos e guarnecidos.

A questão já abordada do relacionamento com as populações negras, pode ser de novo convocada, pois assumindo-se como uma questão instrumental também se integrou no corpo da doutrina, e por dois caminhos: o incentivo à conflitualidade interétnica e a ultrapassagem do circunstancialismo tático da razia, em favor de aproximações de colaboração. A primeira via, incentivava a divisão, contribuindo para ultrapassar o receio português de grandes coligações africanas adversas, e, por isso, enfraquecia as potenciais insurgências; a segunda via, valorizava as aproximações pacíficas como forma de consolidar a presença, mas também de olhar estrategicamente para o longo prazo.

e) Quais os modelos de relacionamento entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais?

No decurso da análise efetuada, tive oportunidade de caracterizar a génese e evolução da Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos (Ministério das Colónias desde 1911), enquadrando-a na transformação do contexto político, com o objetivo de, pela compreensão da sua orgânica, entender os modos como se processava o relacionamento com o terreno. Fui, deste modo obrigado a proceder ao exame da evolução estrutural da referida Secretaria de Estado e seus órgãos consultivos, e desejo salientar os seguintes aspetos:

Em primeiro lugar, apesar de só em 1911 se ter procedido à criação de um ministério específico para os assuntos ultramarinos, a generalidade das temáticas, referentes ao governo das províncias ultramarinas, já se encontrava concentrada na secção/direção do ultramar desde 1835, facilitando a sua tutela e marcando uma grande diferenciação com o verificado em outras realidades nacionais, como a inglesa, a francesa ou a alemã, onde a dispersão foi uma característica dominante, durante boa parte do século XIX, gerando movimentos intensos contrários a essa tendência, justificados pela otimização da eficácia e da eficiência, os quais se iriam expressar na constituição do Ministério das Colónias francês, em 1894, do CID, em 1902, e do Ministério das Colónias alemão, em 1907.

Em segundo, esta concentração funcional, facilitadora do controlo central sobre a atividade periférica, esgotou-se durante muito tempo em tarefas de cariz burocrático, revelando dificuldades de afirmação política. A constituição de diversos órgãos de conselho, políticos e técnicos, foi-se afirmando como um processo de superação desse problema, e neste particular sublinhei o importante papel desempenhado durante alguns períodos da sua existência pelo Conselho Ultramarino/Junta Consultiva do Ultramar.

Em terceiro, a constante escassez de pessoal parece indicar uma certa marginalização efetiva dos assuntos ultramarinos, contraditória com o seu crescente peso narrativo, e mesmo quando o pessoal aumenta, a partir dos anos de 1880, a secção militar não acompanha esse ritmo com a mesma intensidade.

Em quarto e último lugar, o contexto narrativo mais propício ao reforço da descentralização, pós 1911, não esconde a possibilidade de o poder executivo legislar em matéria ultramarina, limitando os desejos autonómicos, e só em 1914 se publicaram leis mais favoráveis à efetiva descentralização.

Seja como for, a decisão política tem a sua sede em Lisboa. Emanada dos poderes legislativo e executivo e resulta dos procedimentos em vigor em cada momento, expressando o corolário de um processo negocial, para o qual se convocam agentes diferenciados em diversos escalões de decisão. No período da Monarquia Constitucional, o poder executivo tinha óbvio domínio sobre o legislativo, ao contrário do que depois a República irá instituir e, em ambos os momentos, as províncias ultramarinas tinham a capacidade legal de escolher deputados, sem embargo das debilidades dos processos da sua eleição e das suas possibilidades efetivas de participar nas tomadas de decisão. Posto isto, os mandamentos políticos desciam ao terreno e a expectativa seria a sua execução por intermédio das cadeias de comando, encabeçadas pela figura dos governadores gerais.

Da recuperação destes pontos, por vezes contraditórios nos seus termos, percebe-se a complexidade das relações estabelecidas entre o centro e a periferia. O desejo pelo controlo expressa-se na lei e no orçamento, mas choca com a distância e a realidade; o desejo pela descentralização e maior autonomia emana do concreto, mas recua perante a falta de meios. Por outro lado, os próprios governadores gerais, enquanto entidades transmissoras dos princípios da grande estratégia (e por vezes das suas visões sobre ela), deparam-se com entraves para a sua concretização efetiva, os quais resultam sobretudo das dificuldades espaciais, e não tanto dos enquadramentos legais, pois estes são claros a propósito da sua autoridade sobre as instituições civis e militares.

f) «Só pode haver comando holístico na guerra se esta for abordada sem limites temporais»⁷⁷¹, considerando o passado, para intervir no presente, pensando no futuro. No caso em apreço, não falámos de uma guerra em concreto, mas sim de um conjunto de operações militares, prolongadas no tempo, onde o projeto finalista era projetado no futuro (garantir o domínio português para lá do tempo presente da ação) e sustentado no passado (a justificação ideológica da «herança sagrada», regressando à cristalina expressão de Valentim Alexandre). Assim sendo, cabe perceber se nos vários patamares da hierarquia estratégica, esta noção se assumiu como operacional e não apenas narrativa. Ou seja, quem decidia e atuava, ponderava o efeito das suas ações, no seu nível de atuação, considerando os efeitos que elas poderiam ter, para além do curto prazo, avaliando se a perturbação introduzida no sistema era justificável em função do *end state* desejado?

A resposta a esta questão não é fácil, contudo foram vários os exemplos elencados para demonstrar preocupações capazes de lhe dar uma resposta positiva, embora de forma algo parcelar. Comandantes operacionais como Artur de Paiva, Teixeira Moutinho ou Alves Roçadas, por exemplo, conduziram as suas ações com o futuro em mente. O primeiro considerava fulcral a vitória militar, mas compreendia que esta só por si era insuficiente para assegurar o domínio português. O desenlace operacional deveria criar condições para possibilitar a colonização branca, o reforço das unidades militares territorializadas, assim como o fomento material e os investimentos em vias e meios de comunicação, pois só isto no seu conjunto seria garante do sucesso do projeto colonial. Moutinho, por sua vez, justifica a sua investida sobre o Huambo, pelo facto de considerar o seu soba como o principal foco de resistência à autoridade portuguesa e a sua derrota a garantia de os portugueses poderem dominar o planalto, em paz, durante muitas décadas.

Entre as lideranças políticas, Cabral Moncada, Paiva Couceiro, Eduardo da Costa ou Norton de Matos também foram apresentados como exemplos de quem age *in bello* pensando no *post bellum*, motivo pelo qual preconizaram medidas que não se esgotassem no imediato e não comprometessem o *end state* definido pelos escalões políticos. Daí, a política de construção de fortes, o assegurar de comunicações livres entre eles, o julgamento dos revoltosos e também dos colonos acusados de cometer sevícias sobre as populações negras, a adequação da lei aos costumes locais, a escolha ponderada de funcionários, a limpeza de rios, a construção de infraestruturas e aperfeiçoamento da organização militar, incentivados por Moncada, assim

⁷⁷¹ LEMOS PIRES, (2014), cit.1, p. 61.

como as recomendações de comportamento humanitário de Costa e de Couceiro ou os apelos de Norton de Matos para o apoio ao desenvolvimento e educação dos nativos.

2.

Assim sendo, para a existência de comando holístico da guerra é necessário:

- A presença de mecanismos formais de coordenação entre forças de diferentes tipologias, presentes num teatro de operações, garantindo o seu alinhamento à estratégia geral;
- A existência de condições para uma «unidade de esforços», pois a «unidade de comando», desejável na teoria, parece perigosa e pouco provável de ser alcançada;
- A coerência entre a política, a estratégia e as operações, colocando em jogo ferramentas doutrinárias adequadas;
- E, por fim, uma visão não esgotada no presente, capaz de se projetar no futuro, com base no passado.

Da resposta às nossas questões, é evidente a presença destes fatores no complexo histórico estudado (embora não necessariamente em todas as operações apreciadas), ou pelo menos o desejo de os perseguir. Eduardo da Costa, Norton de Matos e Paiva Couceiro foram sugeridos como exemplos mais cabais de abordagens holísticas, mas, noutros momentos e com outros agentes, também se podem identificar muitos aspetos enquadráveis na essência da Teoria. Esta afirmação não dispensa as necessárias correções impostas pelo contexto e a exigência de distinguir o desejado do concretizado, tendo sempre em conta o enquadramento teórico complexo e sistémico em que nos movemos, valorizando a entropia, como um dado natural e não eliminatório, e impondo o diálogo entre as múltiplas dimensões do problema, mas permite uma última e decisiva questão:

- Foi a aplicação genérica destes preceitos decisiva para a concretização dos objetivos estratégicos portugueses?

A resposta não pode ser definitiva. A consolidação do Império e das suas fronteiras foi um problema político, jogado em muitos tabuleiros, sabemos bem; contudo, a componente militar cumpriu a sua parte, e com todas as suas limitações e fragilidades participou de modo relevante

na edificação concreta do Império, e, para tanto, consideramos terem sido importantes aqueles elementos holísticos, como elementos norteadores da ação, e como atitude e visão do mundo.

Aliás, se colocarmos a questão pelo seu reverso, verificamos que as operações militares em Angola se cifraram em várias dezenas, e se nem todas se traduziram em claros sucessos operacionais, a mais clamorosa das derrotas, sofrida na chana de Umpungo, em Pembe, foi um exemplo perfeito da ausência de enquadramentos de tipo holístico. Com efeito, os objetivos estratégicos dessa campanha eram claros: importava quebrar em definitivo a tradicional resistência dos ovambos, para se poder avançar em profundidade para além do Cunene; contudo:

- Os objetivos operacionais nunca foram bem clarificados;
- As relações entre o governador geral e o comando da expedição foram tensas e descoordenadas, com consequências na afetação de armamento e munições;
- As chefias militares nunca aceitaram de bom grado o comando de João Maria Aguiar, nomeado para essa função por ser governador da Huíla, quando vários dos oficiais da expedição eram mais antigos do que ele;
- A coordenação com os auxiliares indígenas falhou, quando os seus comandos privativos desconsideravam a liderança operacional e não coordenavam com ela, implicando hesitações táticas no tiro e nas marchas;
- Os soldados provenientes da metrópole não tinham qualquer formação específica para combate em terrenos africanos e mesmo os oficiais, na sua esmagadora maioria, tinham experiência em Moçambique, mas não em Angola;
- A utilização do quadrado revelou-se um equívoco doutrinal. Ao contrário do verificado na costa oriental, onde nas bem sucedidas campanhas de 1895 os vátuas atacavam em massa, em campo aberto, concedendo vantagem ao quadrado no momento do choque, aqui, os cuamatos, protegidos pela vegetação, fustigaram as tropas portuguesas, fixas na posição, durante várias horas, até à completa exaustão das munições, momento aproveitado para a investida final dos africanos, causando o rompimento do quadrado.

E de tudo isto resultou a retirada dramática das tropas portuguesas.

Indicações para futuras investigações

As últimas considerações fecham a pesquisa, mas o tema, esse, está longe de encerrado, deixando espaço para críticas e abrindo perspectivas para novas investigações, para as quais me

parece pertinente sugerir quatro percursos temáticos de índole comparativa, a partir de abordagens assentes na perspetiva holística:

- Refletir a propósito das operações militares desenvolvidas nos restantes teatros de operações do ultramar português;
- Analisar as operações militares ocorridas nos espaços ultramarinos africanos ingleses, franceses e alemães;
- Estabelecer comparações com as operações de guerra no quadro dos conflitos militares em Angola no período de 1961 a 1974;
- Elaborar um estudo comparativo entre as operações militares, aqui estudadas, e a participação portuguesa nas missões UNAVEM II (1991/95) e III (1995/97) e Monua (1997/98), no âmbito do processo de paz angolano.

A primeira daquelas sugestões remete, em particular, para a questão moçambicana. Esta realidade operacional encontra-se já muito bem estudada e, no decorrer do texto, fomos apresentando alguns exemplos dos melhores trabalhos empreendidos a seu propósito. Contudo, acreditamos que uma abordagem assente nas questões suscitadas pela Teoria Geral, enriquecida com um esforço comparativista, poderia contribuir para o enriquecimento daqueles labores, já de si tão valorosos e elucidativos.

A segunda proposta exigiria uma empreitada de grande dimensão, com especialistas das diversas nacionalidades estudadas, para concretizar um estudo do esforço militar europeu em África, recorrendo a uma maior diversificação de documentos e novos focos de análise. Sem desprezar a análise das manifestações de poder político, militar e económico, tradicionais nos estudos imperiais clássicos, poderia convocar-se perspetivas teóricas mais inovadoras e diversificadas, onde a antropologia ou os estudos literários, tão estimados pelas teorias pós-coloniais, se deveriam assumir como importantes instrumentos de trabalho, mas onde as questões centrais se deveriam situar no enquadramento teórico da Teoria Geral.

Deste modo poderia contribuir-se para que as problemáticas militares coloniais, marginalizadas a partir dos anos de 1970, recuperassem algum do seu antigo vigor, embora despidas das preocupações ideológicas que durante muito tempo as atravessaram. Fica a sugestão.

Também poderá ser interessante estabelecer alguns esforços comparativos com o ocorrido no decurso das últimas guerras do III Império, não obstante este tema se ter vindo a constituir, recentemente, como um objeto privilegiado de múltiplas abordagens historiográficas.

A abordagem Holística já empreendida por Nuno Lemos Pires a propósito das operações na Guiné, no seu estudo sobre o comando holístico de António de Spínola, poderá servir aqui como modelo referencial para a aproximação ao caso angolano, no qual se poderão constituir como temas privilegiados de investigação: a comparação entre os princípios doutrinários estabelecidos por Eduardo da Costa, a *Conduta das Operações Coloniais* de Júlio Botelho Moniz e os cinco volumes de *O Exército na Guerra Subversiva*, que orientaram as operações ultramarinas na década de 1960; a comparação entre as lógicas de unidade de comando vislumbradas nas ações dos governadores gerais do século XIX, e as soluções encontradas em Angola no decorrer das últimas guerras do III Império, ou os modelos de aproximação aos povos africanos propostos por Pais Brandão e Norton de Matos e sua ligação com as bens sucedidas estratégias de ação psicossocial nos anos de 1960.

Trata-se apenas de algumas pistas de investigação e de todo o modo, deve-se salientar que neste particular se encontra ausente uma ligação narrativa relevante com o nosso objeto de estudo, a qual remete para o discurso da paz. Noutro momento deste texto já expusemos a nossa discordância com a terminologia hodierna de campanha de pacificação, todavia, não podemos ignorar que essa é a linguagem da época e que por isso mesmo norteia a ação, autojustificando-a. Por essa via também me parece que se poderá assumir como um esforço profícuo a comparação entre as operações militares estudadas nesta tese e a participação portuguesa nas missões UNAVEM II (1991/95) e III (1995/97) e Monua (1997/98), no âmbito do processo de paz em Angola.

A este respeito, o rigor conceptual obriga a que se comece por esclarecer os entendimentos de campanha de pacificação e missão de paz assumidos pelos seus próprios atores, entendendo os contextos enformadores da sua génese e evolução, avaliando a sua espessura conceptual em confronto com os discursos que à ideia de campanha de pacificação preferem (como eu) a de operação militar de imposição de ordem colonial, ou, no âmbito da nova ordem política, pós guerra fria, optam por olhar para aquelas missões como uma nova modalidade de prática neocolonialista (não como eu).

Posto isto, será imperioso apresentar as grandes linhas caracterizadoras dos dois contextos políticos nacionais e internacionais considerados. Quer dizer, importa entender, por um lado, as lógicas subsequentes ao chamado «Novo Imperialismo» de finais do século XIX, avaliando as suas consequências na política interna e externa portuguesa, e, por outro lado, importa

percecionar as modalidades de transformação da ordem internacional pós-guerra fria, no sentido de avaliar os seus impactos na evolução política interna de Angola, mas também no posicionamento de Portugal no sistema internacional. Estes dois aspetos permitem entender a definição dos objetivos estratégicos em cada um daqueles momentos, e o que se espera das forças armadas para a sua concretização. Esta reflexão importa, na medida em que se pretenda sublinhar que os *inputs* do sistema internacional, em paralelo com as mutações internas, são, em ambos os casos, determinantes para a coerência das intervenções e, nesse sentido, determinantes nas práticas e discursos militares.

Central neste projeto deverá ser o exame pormenorizado de todas as operações militares portuguesas no espaço e nos períodos cronológicos definidos, juntando, por isso, as apreciações a propósito das operações no Humbe, no Bailundo e nos Cuamatos com as ações empreendidas no decurso das missões de paz do século XX. Tomando em consideração que, em função dos objetivos políticos diferenciados, as respetivas componentes operacionais também são distintas, deve-se proceder ao estudo de todas aquelas missões, a partir da reflexão sobre os seus objetivos políticos e estratégicos; os recursos humanos e materiais disponíveis, e os modos de liderança e coordenação colocados em jogo.

Ao mesmo tempo, poderão descortinar-se as formas pelas quais a participação nestas operações foi determinante, em ambos os momentos, para a renovação da imagem pública das forças armadas e para a sua própria reestruturação. Podendo, nesta vertente, averiguar-se a maneira como a construção dessa imagem foi rececionada no interior da própria instituição e de que forma a receção dessas perceções foi determinante na definição da práxis técnica e política dos militares.

Em ambos os casos, também se devem investigar as consequências políticas e sociais de médio e longo prazo, resultantes destas operações.

No fim, ao refletir de modo desenvolvido sobre um amplo conjunto de temáticas que relacionam os espaços periféricos com a atuação militar, poderá criar-se saber que, ancorado na História, se poderá revelar pertinente para as atuais missões internacionais das Forças Armadas Portuguesas, tanto em ações de contrassubversão, como em operações de paz.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes Arquivísticas

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)

- FUNDO DA 2ª DIVISÃO (COLÓNIAS-ULTRAMAR), 2ª SECÇÃO (ANGOLA)
- 82 caixas.

- PROCESSOS INDIVIDUAIS:

- Albano Augusto Pais Brandão – Caixa 308 (apenas um recorte de jornal);
- Alfredo Carlos Barbosa - Cx.1841;
- Alves Roçadas – Cx. 1576;
- Artur de Paiva - CX. 564. (apenas um recorte de jornal de uma notícia do falecimento da mulher, escrita por Gastão de Sousa Dias);
- Carlos Augusto Montanha – Cx. 46;
- João de Almeida – Cx. 3018;
- João Ortigão Peres – Cx. 1353;
- José Francisco Quintino Rogado – Cx. 1048;
- Sebastião Lopes Malheiros de Menezes - Cx.1047;
- Sebastião Nunes da Mata – Cx. 959.

ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA (AHMarinha)

- DIVISÃO E ESTAÇÃO NAVAL DE ANGOLA (NÚCLEO/FUNDO 164)

- Depósito da Divisão da África Ocidental;
- Depósito da Divisão da África Ocidental e América do Sul.

- BATALHÃO DE MARINHA AO SUL DE ANGOLA (NÚCLEO/FUNDO 140)

- Livros de ordens do QG, de companhias e copiador de ofícios expedidos - 1907 Cota 6-XXX-6-3.

- COMPANHIA DE DESEMBARQUE EM ANGOLA (NÚCLEO/FUNDO 161)

- MAJORIA GENERAL DA ARMADA (NÚCLEO/FUNDO 11)

- COMANDO NAVAL DE ANGOLA (NÚCLEO/FUNDO 411)

- Ultramar Angola, cx. 1339/A;
- Ministério da Marinha s/d-1796-1909 cx. 453;
- Estações navais Angola – cxs. 319- 321;
- Comissões sobre assuntos do ultramar – cx. 114;
- Conselho ultramarino – cx. 145;

- Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos - 1724-1910 cx. 1283/1287;
- Capitánias de Benguela, Luanda e Moçâmedes – cx. 89;
- Companhia Anglo-luso brasileira – cx. 115;
- Estações navais África Ocidental – cx. 317 – 317;
- Consulados e cônsules – cx. 151;
- Entradas e saídas de navios dos portos de Benguela – cx. 226;
- Entradas e saídas de navios dos portos de Luanda – cx. 274;
- Conselho de saúde naval e do ultramar – cx. 145;
- Fortaleza de S. Miguel de Luanda – cx. 333/A;
- Governadores de Angola – cx. 336;
- Esquadilha de Operações e Fiscalização no Distrito do Congo 1888 – caixa 332;
- Fortaleza de S. Miguel (Luanda) 1891 – cx. 333/A;
- Instituto Ultramarino 1901 – cx. 358.

- LEGISLAÇÃO

- Alvará (Criação das Secretarias de Estado) 1736 cx. 396;
- Alvarás e Diplomas 1756-1905 cx. 396;
- Códigos s/d-1811-1904 cx. 396;
- Decretos s/d-1744-1910 cx. 396/397;
- Despachos Ministeriais 1906 cx. 397;
- Estudos Diversos s/d-1838-1897 cx. 397;
- Portarias 1809-1910 cx. 398;
- Majoria General da Armada s/d-1796-1910 cx. 403/420;
- Majoria General da Armada Telegramas recebidos s/d-1909-1910 cx. 420.

ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (AHMNE)

- Direção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos (1885-1915);
- Fundo Batalha Reis;
- Fundo Andrade Corvo.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Arquivo Sá da Bandeira;
- SEMU – Conselho Ultramarino - Estatística;
- SEMU – Conselho Ultramarino - Informações de Militares;
- SEMU - Direção Geral do Ultramar (DGU) Cx. 705 Regimento de Infantaria do Ultramar;
- SEMU - DGU – cx. 707 (1857);
- Ultramar Registo de Angola;
- Catálogo Geral Códices.

HOUSE OF COMMONS AND HOUSE OF LORDS PARLIAMENTARY DEBATES

- UNITED KINGDOM, *Parliamentary Debates, House of Commons*, 4th Series, vol. 118, 5th March 1903, cc. 1579, 1582–1583. Disponível em <https://www.parliament.uk/business/publications/hansard/commons/by-date/commons-hansard-bound-volumes/>
- <https://hansard.parliament.uk/>
- Parliamentary Papers, 1834, vol. VI., «Report from Select Committee on Colonial Military Expenditure», appendix, pp. II 2-113.

B. Publicações Periódicas

- Annaes do Conselho Ultramarino Parte Oficial Série I;
- Boletim do Conselho Ultramarino 38 v. (1834-1910);
- Boletim Militar do Ultramar (1878/1910);
- Boletim Militar das Colónias (1910/1915);
- Boletim Oficial do Governo Geral da província de Angola (1845/1911). Até 1851 tem a designação de Boletim do Governo Geral da Província de Angola;
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa;
- Collecção de Decretos Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar;
- Collecção de Leis e Decretos Promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar desde 2 de dezembro de 1869 a 31 de dezembro de 1889 com relação às Forças Militares das Províncias Ultramarinas;
- Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1874-1910);
- Diário da Câmara dos Pares do Reino (1874-1910);
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte (1911);
- Diário da Câmara dos Deputados (1911-1915);
- O Desastre;
- O Exército Portuguez: Jornal Quinzenal Biographico, Scientifico e Noticioso Destinado aos Exercitos do Continente e Ultramar (1878-1895);
- O Pharol do Povo;
- Ordem do Exército (1836 a 1915);
- Revista do Exército e da Armada;
- Revista Militar (números diversos);
- Jornal de Lisboa (1864/1867);

- Jornal do Porto (1859/1892).
- RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. *Journal officiel de la République française. Lois et décrets*, 2 e 3 de novembro, [Em linha] 1902, pág. 7105, [consult. 12 de mar. 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6253244v/f2>.
- KAISERLICHES STATISTICHES AMT. (Anuário Estatístico do Império Alemão), 1881-1943, [Em linha]. Disponível em: <https://www.digizeitschriften.de/dms/toc/?PID=PPN514401303>.

C. Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, Mouzinho de. (1893) O Exército nas Colónias Orientais, *Revista do Exército e da Armada*, Lisboa Typografia do Dicionário Universal Portuguez, 1893, v. I, nº 2, pp. 98-101.

____ O Exército nas Colónias Orientais, *Revista do Exército e da Armada*, Lisboa Typografia do Dicionário Universal Portuguez, 1893, v. I, nº 3, pp. 161-169.

____ O Exército nas Colónias Orientais, *Revista do Exército e da Armada*, Lisboa Typografia do Dicionário Universal Portuguez, 1893, v. I, nº 4, pp. 220-234.

ALMEIDA, João de. *Sul de Angola, Relatório de um Govêrno de Distrito (1908-1910)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias (1936).

ALVES, Eugénio. O Exército e as Colónias», *Revista do Exército e da Armada*, 1895, v. III, nº 15 p. 46.

ALVES ROÇADAS. *Relatório das Operações de Guerra no Districto da Huila em 1905*, Separata da *Revista Militar* nº11 de 1907, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1908.

____ *Conferência sobre O Sul de Angola a propósito das operações militares no Cuamato feita na Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

____ *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907*, Lisboa, 1910. (Parte não oficial das Ordens do Exército).

AMERY, Leopold. Imperial Defence and Nacional Policy. Em: Charles SIDNEY GOLDMAN ed., *The Empire and the Century: A series of Imperial Problems and Possibilities by various Writers*, London, E.P. Dutton and Co., 1905.

ANDRADE, Alfredo. Estudos do planalto do distrito de Benguela, do Bihé ao Mochico, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. XVI, 1897, pp. 663-669.

ANDRADE CORVO, João. *Perigos*, Lisboa, Typographia Universal, 1870.

____ *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, IV vols., Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883-1887.

- Anon. The Imperial Defences, *The Times*, 7 de novembro, 1884, p. 4, disponível em linha: <https://www.thetimes.co.uk/archive/article/1884-11-07/4/3>, [consult. em 16 de mar.2020].
- Anon. O Exército e as Colônias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. II, n.º 9, pp.292-298 e 353- 364.
- Anon. O Exército e as Colônias», *Revista do Exército e da Armada*, 1894 v. III, n.º 15, pp.45 - 51, 106 -110 e 164-173.
- Anon. O ano militar, *Revista do Exército e da Armada*, 1895, v. IV, n.º 22, pág. 65.
- Anon. Questões militares do dia. Organização militar colonial, *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de nov. de 1895, n.º 10860.
- Anon. *A Campanha de África ou a guerra com os Cuamatas contada por um soldado e vários oficiais*, Porto, Escritório de Publicações. 1908.
- ANTUNES, José Maria. A questão africana, *Jornal do Comercio*, 1884, n.º 9031, p. 1.
- ____ Crónica das Missões, *Revista Portugal em África*, 1895, n.º 15, p. 534.
- AVELINO de JESUS, Quirino. A política militar ultramarina desde 1890, *Revista Portugal em África*, 1897, n.º 43, julho, pp.465-473;
- ____ As Rebeliões indígenas, *Revista Portugal em África*, 1898, n.º 57 pp. 329/335.
- BEELER, John ed. *The Milne Papers: Volume I*, Navy Records Society Publications, Routledge, 2019. ISBN 0754650634.
- BELO ALMEIDA. *Eduardo da Costa - Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, IV vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938/1939.
- BENTO, Carlos. *A Gesta de Um Anadiense Na Campanha do Bailundo de 1902*, Anadia, Câmara Municipal de Anadia, 1997.
- BOTELHO MONIZ, Júlio. Conduta das Operações Coloniais. Em: João Vieira BORGES, org. *Visões Estratégicas no Final do Império*, pp. 61 – 196. Tribuna, Lisboa, 2007. 978-972-8799-59-5. (A edição original é de 1944).
- BRIGHT, John. *Selected Speeches of The Right Hon. M.P. on Public Questions*, [Em linha] London, Everyman's Library, 1907, [consult. 10 ago. 2017]. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/bright-selected-speeches-of-the-rt-hon-john-bright-m-p-on-public-questions>.
- BROCHADO, J.B. Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama e outras, contendo uma idéa da sua população, seus costumes, vestuários, etc. Em: *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte não oficial Série I*, Lisboa, 1855, pp. 187-197.

- BUGEAUD, Thomas. *L'Algérie: des moyens d'utiliser et de conserver cette conquête*, [Em linha], Paris, Dentu, 1842 [última consult. 17 out. 2020]. Disponível em PDF, acesso livre, Google Books.
- CALDEIRA, Arlindo, (Fixação do texto, introdução e notas), *O Sul de Angola no início do século XX, Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2011. ISBN 978-972-9045-30-1.
- CALLWELL, C.E. *Small Wars, Their Principles and Practice*, London, General Staff-War Office, 1906, p. 128. (a primeira edição é de 1896).
- CANA, Frank R. German Aims in Africa, *Journal of the Royal African Society*, [Em linha] Oxford, Oxford University Press, 1915, vol. 14, n.º 56, pp. 355-365, [consult. 2 mar. 2018]. Disponível em <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a099398>.
- CAPELO, Guilherme Augusto Brito. *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas. Relatório do Governador-geral da província de Angola Guilherme Augusto Brito Capelo. 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- CASTRO, Velloso de. *A campanha do Cuamato em 1907. Breve narrativa acompanhada de fotografias*, Luanda. Imprensa Nacional, 1908.
- COELHO, Bernardino Peixoto. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 1, pp. 23-27.
- _____. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 4, pp. 115-118.
- _____. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 5, pp. 138-143.
- _____. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 7, pp. 208-212.
- _____. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 8, pp. 242 – 245.
- _____. A Guerra do Humbe de 1885, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 9, pp. 279-282.
- _____. Uma Questão por liquidar, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1898, Anno L, nº 21, pp. 646-647.
- COLOMB, Captain J. C. R. *The Protection of Our Commerce and Distribution of Our Naval Forces Considered*, [Em linha] London, Harrison and Sons, 1867, [consult 23 set. 2017]. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=dK1WAAAACAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PP1

- _____. The Distribution of our War Forces. Part II, *Royal United Services Institution. Journal*, [Em linha]. 1869, vol. 13:53, pp. 57-71, [consult. em 23 abril 2017]. disponível em <https://doi.org/10.1080/03071846909417021>.
- COSTA, Eduardo. Estudo sobre tática de combate, *Revista do Exército e da Armada*, v. I, 1893, pp. 412-424, 469-480.
- _____. Estudo sobre tática de combate, *Revista do Exército e da Armada*, v. II, 1894, pp. 1-13, 77-84, 170-172, 279-286, 332-339.
- _____. Estudo sobre tática de combate, *Revista do Exército e da Armada* v. III, 1895, pp. 28-34, 65-70, 361-370,
- _____. Estudo sobre tática de combate, *Revista do Exército e da Armada* v. IV, 1895, pp. 98-110, 321-336.
- _____. A questão do Cuanhama, *Revista Militar*, Tomo LVII, (9), 1905, pp. 734 – 741.
- _____. A questão do Cuanhama, *Revista Militar*, Tomo LVII, (10), 1905, pp. 773 – 782.
- _____. A questão do Cuanhama, *Revista Militar*, Tomo LVII, (11), 1905, pp. 863 – 967.
- _____. *Ocupação militar e domínio efetivo das nossas colónias (conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 27 novembro de 1901*, 1939, pp. 19-40.
- _____. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, 1906, pp. 389-391.
- CUNHA, Joaquim de Almeida. *Estudo Acerca Dos Usos e Costumes dos Banianes, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas. Para cumprimento do que dispõe o artigo 8º, & 1º do decreto de 18 de novembro de 1869*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1885.
- DILKE, Charles. *Imperial Defence*, London and New York, MacMillan and Co., 1892. DINIZ, Ferreira. *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, V, 1918.
- ENGLAND. *Field Service Regulations, part. I*, London, His Majesty's Stationery Office, 1909.
- FÂNZERES, Ruben de Carlos Oliveira. *António Duarte Ramada Curto Governador de Angola (1897-1900 e 1904-1906) nos seus papéis*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, 2016.
- FERREIRA do AMARAL, Francisco. Relatório do Governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre a sua viagem pelos portos do Sul. 1884, em OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO, *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, pp.143-176 e 183-201.

- _____. Ofício nº 452 do governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo informações dos exploradores Capello e Ivens sobre a situação no Sul de Angola. 1884, em OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO, *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, pp.237- 246.
- _____. Ofício nº 412 do governador geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1885, em OLIVEIRA, Mário e Carlos MENDES do COUTO, Carlos, *Angolana. Documentação sobre Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971, p. 735.
- FERRY, Jules. Speech Before the French Chamber of Deputies, March 28, 1884, *Discours et Opinions de Jules Ferry*, [Em linha] ed. Paul ROBIQUET, Paris, Armand Colin & Cie., 1897, 1. 5, pp. 199-201, 210-11, 215-18, [consult. 12 mar. 2018]. Disponível em <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1884ferry.asp>.
- FROUDE, James Anthony. *Short Studies on Great Subjects* [Em linha]. London, Longmans Green, and Co, 1871, v. 2 p. 151. [consult. 13 mar. 2016]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/20755>.
- _____. *Oceana, or England and Her Colonies*, [Em linha]. Cambridge, Cambridge University Press, 2011, [consult. 12 mar. 2016]. Disponível em: <https://archive.org/details/oceanaorenglandh00frouiala/page/n5/mode/2up>. (Edição original 1886). ISBN 9780511783449.
- JÚNIOR, Manuel Contreiras. *O Massacre do Cunene*, Cadernos Coloniais n.º 44, Lisboa, Edições Cosmos, 1937, p. 7.
- KERSTEN, Otto. *Ueber Colonisation in Ost-Afrika mit Hervorhebung ihrer Wichtigkeit fur Deutschland und besonders fur Osterreich*, Wien, Hilberg, 1867.
- LEMOS, José Pedro. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, Suplemento ao n.º 31, 9 de agosto, 1906, pp.1,2.
- LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*, [Em linha] Paris, Guillaumin Libraires, (1882), [consult. 6 jan. 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k245012.r=modernes?rk=21459>.
- LIMA, David Martins. *A campanha dos Cuamatos contada por um soldado expedicionário*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1908.
- LUNA de CARVALHO, Joaquim Maria. Expedição ao Humbe. Relatório do Chefe do Concelho, *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, 17º apenso II, nº 47, 24 de novembro, Luanda, Imprensa Nacional, 1891.
- LYAUTEY, Hubert. Du rôle colonial de l'armée, *Revue des deux mondes*, [Em linha] 1900, tome 157, pp. 5-6, [consult. 11 maio 2018]. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/>
- MAGALHÃES, Albano. *Estudos coloniais. Legislação Colonial seu espírito, sua formação e seus defeitos*, Coimbra, França Amado Editor, 1907.

- MAGYAR, Ladislau. Carta ao Governador de Benguella sobre o interior da Africa Austral, em *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte não oficial Série I*, Lisboa, 1856, pp. 237 – 240.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, [Em linha], 12^a ed. 1918, [consult. 19 out. 2019], Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>.
- MALHEIRO, Alexandre. *Chronicas do Bihé*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1903.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército, *O Exército na Guerra Subversiva*, V Volumes, 1963-1966.
- MONCADA, Cabral. *A Campanha do Bailundo em 1902*, Lisboa, Livraria Ferin, 1903.
- MOUTINHO, Teixeira. *Em legítima defesa: resposta ao livro do Conselheiro Cabral Moncada intitulado a Campanha do Bailundo*, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- NASCIMENTO, José Pereira. *Da Huila Às Terras do Humbe*, Huila, Typographia da Missão Católica do Real Padroado Portuguez, 1891.
- _____. *O Humbe, Annaes do Club militar naval*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- NOGUEIRA, A.F. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África – Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1880.
- NORTON de MATOS, José. *A Província de Angola*, Lisboa, Edição de Maranus, 1926.
- _____. *A acção civilizadora do Exército português no Ultramar*, Edições da 1^a Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934.
- _____. *Memórias e trabalhos da minha vida*, v. I, 2^a ed. Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944.
- _____. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, v. II, 3^a ed. Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944.
- _____. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, v. III, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944.
- _____. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. v. IV, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1945.
- _____. *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola*, Lisboa, Edições Gama, 1948.
- NUNES DA MATA, Sebastião. Relatório de Dezembro de 1885, *Angolana*, v II, 1885 pp. 879-890.
- OLIVEIRA, Mário (anotações). *Angolana (Documentação sobre Angola)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica do Ultramar, 1968.

PADREL, Justiniano. Expedição ao Humbe: Relatório do comandante da expedição, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 11ª série, n.º 12, 1892.

PAIVA, Artur. Expedição ao Cubango. Cassinga-1885, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7ª série, 1887, pp. 7-142.

_____. *Expedição ao Cubango – 1889. Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, pp. 31-33.

_____. Reocupação do Forte Princesa Amélia – 1889, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9ª série, n.º 6, 1890, pp. 257 – 284.

_____. *Relatórios da expedição ao Humbe no Anno de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

_____. Expedição ao Cubango 1886. Ambuelas e Rio Cubango, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v I, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas AGC, 1938, pp. 59-110.

_____. Expedição ao Bié. 1ª parte – 1890, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938, pp. 157-240.

_____. Expedição ao Bié. 2ª parte – 1890, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938, pp. 241-323.

_____. Operações contra os Hotentotes - 1893, *Artur de Paiva*, Antologia Bibliográfica, v II, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas AGC, 1938, pp. 57-85.

PAIVA COUCEIRO, Henrique. *Relatório da Viagem entre Bailundo e as Terras de Mucusso*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

_____. *Angola: Estudo Administrativo*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1898.

_____. *Arthur de Paiva. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, A Liberal, Officina Typographica, 1900.

_____. *Experiência de Tracção Mechanica na Provincia de Angola*, Lisboa, Typogrhafia da Livraria Ferin, 1902.

_____. *Projeto de Fomento Geral D'Angola*, Separata da Revista Portugal Colonial, Lisboa, 1931.

_____. *Angola. Dois anos de Governo (Junho 1907 – Junho 1909) História e Comentários*, Lisboa, Edições Gama, 1948.

PALMA, M. As Eleições em Angola, *O Desastre*, Loanda 30 de setembro de 1889, pp. 2-3.

PAUL, Herbert W. *The Life of Froude*, London, [Em linha]. Sir Isaac Pitman & Sons, 1905, pp. 117 e 435. [consult 23 mar. 2016]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=gQjDDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Herbert+W.+Paul,+The+Life+of+Froude>.

- PEREIRA D'EÇA, António. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. II, n.º 9, pp. 354-357.
- PEREIRA de MATOS, A. *A Marinha Colonial. Estudo apresentado ao Congresso Marítimo Nacional de 1902*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.
- PINHEIRO, J.E. Moreirinhas. *Diário inédito de um combatente das Campanhas do Cuamato*, Separata da *Revista Studia*, Nº 30-31, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, p. 185.
- PORTUGAL. *Synopse dos trabalhos da Conselho Ultramarino desde a sua Creação até ao fim do anno de 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.
- PORTUGAL. *Instruções provisórias de Serviço em Campanha*, Lisboa, Typographia Universal, 1877.
- PORTUGAL. Regulamento provisório para o Serviço do Exército em campanha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- PORTUGAL. *Synopse dos trabalhos da Conselho Ultramarino desde 1857 até ao fim do anno de 1865*, Lisboa, Typographia do Jornal Colónias Portuguesas, 1891.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, *Relatórios das operações de guerra no Humbe no anno de 1898 enviados ao Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar pelo Governador-geral da Provincia de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.
- RAMADA CURTO, António Duarte. *Relatórios das operações de guerra no Humbe no anno de 1898 enviados ao Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar pelo Governador-geral da Provincia de Angola* Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.
- R.F. Um só Exército, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1894, nº 7, pp. 204-207.
- _____. O Exército no Ultramar, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1894, nº 20, pp. 625-627.
- _____. Organização Militar Colonial, *Revista Militar*, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1895, nº 6, pp. 161-164.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira. *A Colonização Luso-Africana. Zona Occidental*, Lisboa, Lallemand Frères, 1884.
- SÁ DA BANDEIRA, Marquês de. *O trabalho rural africano e a administração colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- SARFIELD A. A questão Colonial. *Revista Militar*, 1894, Lisboa, Empresa da Revista Militar, nº 13, pp. 390-394.

SEELEY, John. *The Expansion of England: Two Courses of Lectures*, [Em linha] London, MacMillan and Co, (1914), [consult 23 mar. 2016]. Disponível em : <https://archive.org/details/expansionofengla00seeluoft/page/n8/mode/2up>. (edição original é de 1883).

SEIXAS, António José. *Carta Dirigida ao Ilmo Exmo Sr. Ministro da Marinha e do Ultramar*, Lisboa, Typographia Universal, 1860, pp. 15,16, 22, 23.

_____. *Exposição aos Senhores Eleitores do primeiro Círculo Eleitoral da Província de Angola*, Lisboa, Typographia Universal, 1860, pág. 7.

_____. *As Colónias Portuguesas. Considerações*, Lisboa, Typographia Universal, 1865, pp. 16-19.

SMUTS, Jan. *Holism and evolution*, London, MacMillan and Company Limited, 1927. (primeira edição é de 1925).

STEAD, W. T. The Truth About the Navy, *The Pall Mall Gazette*, [Em linha] 5 de setembro [consult. 16 março 2020]. Disponível em <https://attackingthediabol.co.uk/pmg/navy.php>.

TELLES, Wenceslau. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. II, n.º 9 p. 360.

VILHENA, Júlio de. *A Marinha Colonial. Estudo apresentado ao Congresso Marítimo Nacional de 1902*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.

WIEDER, padre. Crónica das Missões, *Revista Portugal em África*, 1897, nº 48, julho, p. 480.

XAVIER, Caldas. O Exército e as Colónias, *Revista do Exército e da Armada*, 1894, v. III, n.º 15 pp. 107-110.

D. Bibliografia

Bibliografias:

AREIA, M.L. Rodrigues, *et al. Angola: Bibliografia Antropológica*, Coimbra, Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1998. ISBN 9729006350.

BENDER, Gerald. *Portugal in Africa. A Bibliography of the UCLA Collection*, Los Angeles, UCLA, 1972.

CARVALHO, Francisco Martins. *Dicionário bibliográfico militar Português*, 2ª ed., II vols. Lisboa, Academia das Ciências, 1976/79. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional).

COGER, Dalvan. *Kenya. World Bibliographical Series*, v. 25, Oxford, Clío Press, 1996. ISBN 1851092579.

- CORDEIRO, Luciano. *As Publicações. Sociedade de Geographia de Lisboa, Catálogos e Índices*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- DALY, M.W. *Sudan. World Bibliographical Series*, vol. 40, Oxford, Clío Press, 1983. ISBN 0903450704.
- DARCH, Colin. *Tanzania. World Bibliographical Series*, vol. 54, Oxford, Clío Press, 1985. ISBN 1851092196.
- DIAS, Jill R. *Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa*, Revista Internacional de estudos Africanos, 1948-90, nº 1-13.
- GIBSON, Mary Jane. *Portuguese Africa: A Guide to official Publications*, Washington, Library of Congress, 1967.
- GONÇALVES, Júlio. *Bibliografia do Ultramar Português Existente na Sociedade de Geografia de Lisboa*, fasc. IV, Angola 1962/63.
- _____ e José Lúcio NUNES. *Bibliografia Histórico-militar do Ultramar Português*, Lisboa, Ed. Império, 1962/63.
- HALSTEAD, John e Serafino PORCARI. *Modern European Imperialism: A Bibliography of Books and Articles – 1815-1972*, 2 Vols. Boston, G.K. Hall, 1974.
- HIGHAM, Robin. *A guide to the sources of British military history*, London, Routledge, 1972. ISBN 1138934216.
- JORDAN, G. *British military history: a supplement to Robin Higham's guide to the sources*, New York, Garland, 1988.
- KIRK-GREENE, A.H.M. *A Preliminary Note on New Sources on Nigeria Military History*, *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 1964, v. 3, nº 1, pp. 129-147, 1964.
- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua história*, Centro de informação e turismo de Angola, 1964. (Nas pp 86/87 tem uma listagem de jornais publicados em Angola até 1945).
- PÉLISSIER, René. *Africana, Bibliographies Sur L'Afrique Luso-Hispanophone (1800-1980)*, Orgeval, Éditions Péliissier, 1990. ISBN 2902804059.
- _____ *Du Sahara à Timor: 700 livres analysés (1890-1990) sur l'Afrique et l'Insulinde ex-ibériques*, Orgeval, Editions Péliissier, 1991.
- _____ *Angola, Guinéas. Mozambique, Sahara, Timor. Etc*, Orgeval, Editions Péliissier, 2006. ISBN 290280413X.
- _____ *De África a Timor. Uma Bibliografia internacional crítica (1995-2011)*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Porto, 2013. ISBN 9898549769.

____ Portugal; *Afrique, Pacifique: Une Bibliographie Internationale Critique (2005-2015)*, Venda do Pinheiro, Éditions Pélissier, 2015. ISBN 2902804156.

PORTUGAL. Instituto Português de Arquivos, *Guia de Fontes Portuguesas para a História de África*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991. ISBN 9722704028.

SOARES, Alberto Ribeiro. *Imprensa Militar Portuguesa Catálogo da Biblioteca do Exército*, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003. ISBN 972-99011-0-4.

Estudos e Monografias

ABADIE, Maurice. *La Défense des Colonies*, Paris, Charles- Lavauzelle, Éditeurs Militaires, 1937.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno, 1822-1891*, Lisboa, Sá da Costa, 1979. ISBN 9789725622254.

____ *África no imaginário Político Português, Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, nº 15, pp. 39-52.

____ *Situações Coloniais II – O Ponto de Viragem. As Campanhas de Ocupação (1890-1930)*. Em: Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI, dirs. *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, v. 4, pp. 182-208. ISBN 972-42-1798-1.

____ *A Questão Colonial no Parlamento Vol. I, 1821-1910*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008. ISBN 9789722036467.

____ *Contra o Vento. Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2017. ISBN 978-989-644-457-0.

ALVES, Carlos Martins. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. Bosquejo biográfico do colonizador de Moçâmedes, *Separata de Garcia de Horta, Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, 1970, v. 18, nº 1-4.

ANTIER-RENAUD, Chantal. *Les soldats des colonies*, Rennes, Éditions Ouest-France, 2008. ISBN 978-2-7373-4283-7.

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, Lisboa, Edições D. Quixote, 2004. ISBN 9789722029094.

ARRIFES, Marco Fortunato. Pembe. O Império empalideceu de Medo Fúria e Vergonha. Em: Carlos AFONSO e Vítor BORGES coords, *Atas do Seminário Portugal e as Campanhas de África: da Imposição da Soberania à Grande Guerra*, Lisboa, Fronteira do Caos, Instituto de Estudos Superiores Militares, pp. 119-147. ISBN 978-989-99532-0-8.

____ *Organização Militar das Colónias – Adequabilidade e Potencialidades*. Em: LOUSADA, Abílio Pires e Jorge Silva ROCHA, *História Militar Concisa da Participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. ISBN 978-989-8593-17-7.

- _____. O pensamento colonial de José Barbosa Leão, *Atas do XXVII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2019. ISBN 978-989-8593-18-4.
- _____. O Recrutamento 1820-1887. O Contexto. Os Problemas. As Soluções? Em: Carlos AFONSO e Luís BARROSO coords. *Recrutamento no Exército Português. Do Condado Portucalense ao Século XXI*, Porto, Fronteira do Caos, 2020, pp. 327-358. ISBN 978-989-54892-5-1.
- BARRENTO, António. *Da Estratégia*, Tribuna da História, Lisboa, 2010. ISBN 9789898219183.
- BARROWS, Leland Conley. The Merchants and General Faidherbe. Aspects of French Expansion in Sénégal in the 1850's. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1974, 61, n.º223, 2e trimestre, pp. 236-283 [consult. 23 abr.2017]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1974_num_61_223_1757.
- BARTH, Volker e Roland CVETKOVSKI. Introduction - Encounters of Empire: Methodological Approaches. Em: Volker BARTH e Roland CVETKOVSKI eds, *Imperial Cooperation and Transfer*, [Em linha]. London, New York, Bloomsbury Academic, 2015, pp. 3-34. [consult. 10 jan. 2017] Disponível em: DOI [10.5040/9781474256100.0006](https://doi.org/10.5040/9781474256100.0006).
- BEAUFRE, André. *Introduction a la Estrategia*, Trad. Carmen Maria de la Escalera e Luis Arias, Madrid, Ediciones Ejército, 1980. ISBN 84 - 500 - 3753 - 0.
- BELL, Duncan. *The Idea of Greater Britain: Empire and the Future of World Order, 1860-1900*, Princeton, Princeton University Press, 2007. ISBN 978-0-691-12865-8.
- _____. *Reordering the World: Essays on Liberalism and Empire*, Princeton, Princeton University Press, 2016. ISBN 9780691138787.
- BELO ALMEIDA. Campanha do Humbe de 1891, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 53, n.º 11-12, 1935, pp. 407-432.
- _____. *Meio Século de Lutas no Ultramar*, Lisboa, Ed. da Sociedade de Geografia, 1937.
- _____. *Eduardo da Costa*, Coleção Pelo Império n.º 70, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1941, p. 30.
- _____. *Operações Militares de 1904 na região do Bimbe, Bailundo*, Coleção Pelo Império, n.º 91, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 42 - 49.
- BERGE, François. Le Sous-secrétariat et les Sous-secrétaires d'État aux Colonies: histoire de l'émancipation de l'administration coloniale, *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1960, tome 47, n.º168-169, troisième et quatrième trimestres, pp. 301-376. [consult. 12 abr. 2018]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1960_num_47_168_1324.

- BESSA, Carlos. Angola. Do Feudalismo Luso-Africano À Ocupação. Em: Manuel Themudo BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, dirs. *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 3, pp. 271-286. ISBN 972-42-3071-6.
- BETHENCOURT, Francisco e Kirti CHAUDHURI dirs. *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 4. ISBN 972-42-1798-1.
- BLEY, Helmut. *South West Africa under German Rule 1894-1914*, London, Heinemann, pp. 149-169, 1971.
- BORGES, João Vieira. Evolução do pensamento estratégico. Em: *Pensamento Estratégico Português*, Editora Prefácio, 2006, pp. 19-59. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/17899>. ISBN 972-8816-96-0.
- BRUNSCHWIG, Henri. *Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français*, [Em linha]. Paris, Armand Colin, 1906), [consult. 23 out. 2019] Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3331508g/f>
- _____. Le parti colonial français, *Revue française d'histoire d'outre-mer*, [Em linha] 1959, 46, n°162, pp.49-83. [consult. 23 fev. 2016]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1959_num_46_162_1305.
- BURROUGHS, Peter. Defence and Imperial Disunity. Em: Andrew PORTER ed., *The Oxford History of The British Empire*, v. III, Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 320-344. ISBN 0-19-820565-1.
- CAIN, Peter e Anthony G. HOPKINS. (1993), *British Imperialism, 1688- 1914*, 2 v. London, Longman, 1993. ISBN 0582491754.
- CALAFATE, Margarida. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento, 2004. ISBN 9789723607109.
- CARVALHO, Filipe Nunes. Historiografia e Propaganda Colonialista do Estado Novo: A Coleção «Pelo Império» (1935-1961), *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996, número 11-12, janeiro-dezembro, pp. 91-102.
- CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007. ISBN 978-972-36-0879-3.
- CHAFER, Tony. *Promoting the Colonial Idea: Propaganda and Visions of Empire in France*, Basingstoke, Palgrave, 2001. ISBN 978-1-4039-1942-7.
- CHAMBERLAIN, Muriel Evelyn. *The Scramble for Africa*, 2ª ed. Edinburgh, Pearson Education Limited, 1999. ISBN 0582368812.
- CLARENCE SMITH, W.G. *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979. ISBN 0-521-22406-3.

- _____. *Equids in Mozambican history*. Apresentação oral, no Colóquio Internacional «José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29 de maio de 2017.
- CONKLIN, Alice L. *A mission to civilize: the republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930*, Stanford, Stanford University Press, 1997. ISBN 0804740127.
- CONRAD, Sebastian. *German Colonialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012, pp. 32-35. ISBN 978-1-107-40047-4.
- CORREIA, Mendes. *A Escola Antropológica Portuense*, Lisboa, [s.n.], 1941, p. 17.
- COSTA, Cátia Miriam. *Continuidades e Descontinuidades da Colonização Portuguesa. Literatura e Jornalismo entre a Utopia e a Realidade*, Tese apresentada à Universidade de Évora, para obtenção do Grau de Doutor em Literatura, Évora, 2014.
- COSTANTINI, Dino. La mission civilisatrice. Em : Dino COSTANTINI, *Mission civilisatrice: Le rôle de l'histoire coloniale dans la construction de l'identité politique française*, Paris, La Découverte, 2008. ISBN 2707153877.
- D'ANDURIAN, Julie. Entre velléité et opiniâtreté: La création du ministère des Colonies en France (1858–1894), em *French Colonial History*, v. 14, 2013, pp. 33-54. DOI: [10.1353/fch.2013.0001](https://doi.org/10.1353/fch.2013.0001).
- DARWIN, John. *Ascensão e Queda dos Império Globais. 1400– 2000*, Lisboa, Edições 70, 2015, pp. 352-354.
- DAVENPORT, T.H.R. *South Africa. A Modern History*, 4ª ed. London, Macmillan, 1991. ISBN 0333550331.
- D'EGVILLE, Howard. *Imperial Defence and Closer Union: A Short a Short Record of the Life-Work of the Late Sir John Colombo (sic), in Connection with the Movement Towards Imperial Organisation*, London, Forgotten Books, 2018. (edição original 1913). ISBN 133136695X.
- DELGADO, Ralph. *A Famosa e Histórica Benguela. Catálogo de Governadores*, Lisboa, Cosmos, 1940.
- _____. *Ao Sul do Cuanza*, II v., 1944, Lisboa.
- de MOOR, J.A. Colonial Warfare theory and practice: the Dutch experience in Indonesia 1816-1949, *Journal of the Japan-Netherlands Institute*, 1990, v. 2, pp. 98-114.
- DENZIN, Norman K. Interpreting the lives of ordinary people: Sartre, Heidegger and Faulkner, *Life Stories/Récits de Vie*, n. ° 2, pp. 14-20, 1986.
- DRACK, Manfred. Ludwig von Bertalanffy's Early System Approach, *Systems Research and Behavioral Science*, [Em linha], 2009, 26, n° 5, pp. 563-572, [consul. 22 ago.2019]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/sres.997>.

DUIGNAN, Peter e L.H. Gann. *The Rulers of British Africa, 1870-1914*, Croom Helm, London, 1978. ISBN 0804709815.

EPSTEIN, Klaus. Erzberger and the German Colonial Scandals, 1905-1910, *The English Historical Review*, [Em linha], 1959, v. 74, n.º 293, pp. 637-663, [consult. 3 mar. 2018]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/558886?seq=1>.

ETHERINGTON, Norman. *Theories of Imperialism. War, Conquest and Capital*, New Jersey, Barnes and Noble Books, 1984. ISBN 0-7099-0927-6.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Letra Livre, (2015). ISBN 9789898268303 (edição original, 1961).

FARIA, António. Uma página da História de Angola. Morte de Mutu-Ya-Kevala e aniquilamento da Revolta do Bailundo (1902) numa leitura do relatório do tenente Pais Brandão, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Edições Colibri, 1997, pp. 129-136.

FEIO, Mariano. *O Rio Cunene. Estudo Geomorfológico*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 1970. PDF Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/2470-Texto%20do%20Trabalho-5537-1-10-20130228.pdf>.

_____. *O Relevo do Sudoeste de Angola. Estudo de Geomorfologia*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981.

FERGUSON, Niall. *Império. Como a Grã-Bretanha Construiu o Mundo Moderno*, Lisboa, Civilização Editora, 2013. ISBN 9789722633642.

FERNANDES, Marisa Alexandra. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O caso do Sudoeste Africano, *Revista de Ciências Militares*, II (1), 2014, pp. 65-86.

FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010. ISBN 9789896262235.

_____. O fim do Império Virtual. A África Oriental portuguesa e as representações do domínio colonial na metrópole (1878-1898), em A. NASCIMENTO, A. ROCHA, e Eugénia RODRIGUES, eds., *Moçambique: relações Históricas Regionais e com Países da CPLP*, Maputo, Alcance, 2011, pp. 83-107. ISBN 992-87-9931-8.

FORTIN, Robin. *Compreender a Complexidade. Introdução a O Método de Edgar Morin*, Lisboa, Edições Piaget, 2005.

_____. *Pensar com Edgar Morin. O Método*, Lisboa, Edições Piaget, 2006.

FREEDMAN, Lawrence. *Strategy. A History*. Oxford, Oxford University Press, 2013. ISBN 978-0-19-022923-8.

FREUDENTHAL, Aida. Angola. Em: A.H. de Oliveira Marques, coord., *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 259-467. ISBN 972-33-1648-X.

- GALLAGHER, John e Ronald ROBINSON. Imperialism of free trade, *Economic History Review*, [Em linha], 1953, v. 6, n.º 1, pp. 1-15. [consult. 23 out. 2017]. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.1953.tb01482.x>.
- GALLAGHER, John, Ronald ROBINSON e Alice DENNY. *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*, London, I.B. Tauris, 2015. (Edição original, 1961). ISBN 1780768567.
- GALULA, David. *Pacification in Algeria 1956-1958*, Santa Monica, Rand Corporation, 2006, p. 64. (edição original 1963). ISBN 978-0-8330-3920-0. PDF disponível em www.rand.org.
- GARVEY, Marcus. *Selected Writings and Speeches of Marcus Garvey*, New York, Dover Publications, 2004. ISBN 9780486113852.
- GORDON, Donald C. The Colonial Defence Committee and Imperial Collaboration: 1885-1904, *Political Science Quarterly*, 1962, vol. 77, No. 4, 526-545.
- GOTTMANN, Jean. Bugeaud, Galliéni, Lyautey: The Development of French Colonial Warfare. Em: Edward MEAD EARLE ed. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*, Princeton, Princeton University Press, 1944, pp. 246-255.
- GROEN, Petra. Colonial Warfare and military ethics in the Netherlands East Indies, 1816-1941. *Journal of Genocide Research*, 2012, 14:3-4, p. 285.
- GUEVARA, Gisela. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da Africa. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. ISBN 9789729245510.
- GUIMARÃES, Luiz de Pina. *Campanha do Humbe 1897-98*, Coleção Pelo Império n.º 44, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1938.
- HABERBUSCH, Benoît. Un espace stratégique? L’empire colonial français à la veille de la Première Guerre mondiale, *Revue historique des armées*, [Em linha], 2014, n.º 274, p. 3 [consult. 8 mai. 2019]. Disponível em: <http://rha.revues.org/7957>.
- HAMER, D.A. *Liberal Politics in the Age of Gladstone and Rosebery*, Oxford, Clarendon Press, 1972. ISBN 1911204718.
- HAMMOND, Richard J. Uneconomic Imperialism: Portugal in Africa Before 1910. Em: Peter DUGNAN, Peter L.H. GANN, eds, *Colonialism in Africa 1870/1960*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, v. I, pp. 352-382. ISBN 0-521-07373-1.
- HARCOURT, Freda. The High Road to India. The P&O Company and the Suez Canal, 1840-1874, *International Journal of Maritime History*, [Em linha]. 2010 v. 22, n.º 2, 19-72 [consult. em 12 set. 2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/084387141002200203>.
- HARGREAVES, J.D. *Prelude to the partition of West Africa*, London, Macmillan, 1966.

- HARPIN, Paul. *The British War Office from the Crimean War to Cardwell, 1855-1868*, Master Theses, University of Massachusetts Amherst, 1976. Disponível em PDF: <https://scholarworks.umass.edu/theses/1592/>.
- HART, Liddel. *As grandes guerras da história*, 5ª ed. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1999. (A edição original é de 1954)
- HIERY, Herman J. e Arthur J. KNOLL ed. *The German Colonial Experience*, Lanham, University Press of America, 2010. ISBN 978-0-7618-3900-2.
- HOBBSAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. ISBN 1000239109627.
- HOBSON, J.A. *Imperialism, a study*, [Em linha] New York, James Pott and Company, 1902, [consult. 23 out. 2019] Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf.
- HODGKIN, Thomas. Some African and third world Theories of imperialism, em Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 93-116. ISBN 0-582-48753-6.
- HOPKINS, A. G. The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882, *The Journal of African History*, [Em linha], Cambridge, Cambridge University Press. 1986, vol. 27, n.º 2, (363-391).[consult. 2 jan. 2019]. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/181140>.
- _____, Economic Imperialism in West Africa: Lagos 1882-92, *Economic Historic Review*, [Em linha], 1968, vol. 21, n.º 3, pp. 580-606. [consult. 2 jan. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.1968.tb01677.x>
- HULL, Isabel V. Military Culture and the Production of “Final Solutions” in the Colonies. Em: Robert GELLATELY e Ben KIERNAN, (eds), *The Specter of Genocide*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 141–162. ISBN 978-0521527507.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*, Lisboa, Edições 70, 2012. ISBN 9724417158.
- JOHNSON, F. A. *Defence by Committee: The British Committee of Imperial Defence 1885–1959*, Oxford, Oxford University Press, 1960.
- JOHNSON, R.W. French Imperialism in Guinea, Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 230-247. ISBN 0-582-48753-6.
- KANYA FORSTNER, A.S. French Expansion in Africa: the Mythical Theory. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 277-294. ISBN 0-582-48753-6.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 2ª ed. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997. ISBN 9789721030473.

- KUMAR, Krishan. *Visões Imperiais. Cinco Impérios que mudaram o mundo*, Lisboa, Edições 70, 2017. ISBN 9789724420172.
- LABAND, John. *Kingdom in Crisis: The Zulu response to the British invasion of 1879*. Manchester, Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-3582-1.
- LANGER, William Leonard. *European Alliances and Alignments, 1871-1890*, New York, Knopf, 1950.
- LAVRADIO, Marquês do. *A Campanha do Bailundo*, Coleção Pelo Império, nº 2, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, p. 9.
- LEAL, Hugo. *Complexidade Científica e Sistémica. A Emergência do Novo Movimento Social*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.
- LEAL, João. *A Antropologia Portuguesa entre 1870 e 1970: Um Retrato de Grupo, Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 27–61.
- LECLERC, Gerard. *Anthropologie et Colonialisme*, Paris, Fayard, 1972.
- LEMOS PIRES, Nuno. *O Comando Holístico da Guerra. Wellington, Spínola e Petraeus*, Tese Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, Lisboa, AM/ISCTE, 2013.
- _____. *Wellington, Spínola, Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*, Lisboa, Nexo Literário, 2014. ISBN 978-989-8529-19-0.
- LENINE, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lisboa, Editorial Avante, 1985. (edição original, 1917). ISBN 9789725500903.
- LOWNDES VICENTE, Filipa. *Género e Colonialismo: a escrita feminina sobre a Índia colonial portuguesa e britânica*. Em: Miguel Bandeira JERÓNIMO org., *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Edições 70, 2012, pp.487-514. ISBN 9789724417233.
- LUTTWAK, Edward N. *Strategy. The Logic of War and Peace*. Cambridge, Massachusetts/London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1987. ISBN 0674839951.
- MACKENZIE, John M. *Propaganda and Empire. The manipulation of British public opinion*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986. ISBN 0719018692.
- MACKINTOSH, John P. *The Role of the Committee of Imperial Defence before 1914*, *The English Historical Review*, [Em linha] Oxford, Oxford University Press, 1962, vol. 77, N.º, 304, pp. 490-503, [consult. 27 out. 2016]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/561324>.
- MADELÉNAT, Daniel. *La Biographie*, Paris, PUF, 1984. ISBN 9782130381334.

- MADLEY, Benjamin. From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe, *European History Quarterly*, 35.3, 2005, pp. 429-64. ISSN 0265-6914. doi: 10.1177/0265691405054218.
- MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999. ISBN 9789726710561.
- MARTIN, Jean. L'Empire renaissant, 1789–1870, em, *L'Aventure coloniale de la France- 5 v*, Paris, Denoel, 1987-1997, vol. II. ISBN 2207233499.
- MASCARENHAS, Renato. *Norton de Matos. Alto Comissário e Governador Geral de Angola*, Texto Policopiado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1970.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do séc. XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2012.
- MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional*, Lisboa, Horizonte, 1990. ISBN 9789722407861.
- MOMMSEN, Wolfgang. *Das Zeitalter des Imperialismus*, Frankfurt, Fischer Verlag, 1969.
- MORIN, Edgar. *La Méthode I*, Paris, Editions du Seuil, 1977. ISBN 2020046342.
- _____. *O método I. A natureza da Natureza*, Mira-Sintra, Publicações Europa-América, [s.d.]. (edição original de 1977).
- _____. *Introdução ao Pensamento Complexo*, 6ª ed. Lisboa, Instituto Piaget, 1991. ISBN 9789897590870.
- _____. *Ciência com Consciência*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992. ISBN 9789721037977.
- NETO, Maria. *In Town and out of Town: A Social History of Huambo (Angola) – 1902/1961*, Thesis submitted for the degree of PhD in History, Department of History School of Oriental and African Studies, University of London, 2012. (texto policopiado).
- NEVES, João Manuel. O Terror nas colónias como prelúdio do fascismo, *Africana Studia*, [Em linha] Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2016, n.º 27, pp. 149-166 [consult. 3 set. 2017]. Disponível em <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/7581-24606-1-SM.pdf>.
- NEWBURY, C. W. e A. S. KANYA FORSTNER. French Policy and the Origins of the Scramble for West Africa, *The Journal of African History*, 1969, Vol. 10, n.º 2, p. 254.
- NORDHOLT, Henk Schulte. A genealogy of violence. Em: Freek COLOMBJIN e J. Thomas LINDBALT, eds. *Roots of violence in Indonesia: contemporary violence in historical perspective*, Leiden, KITLV Press, 2002, pp. 33-61. ISBN 9067181889.

- NORTON, José. *Norton de Matos. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2002. ISBN 972-25-1235-8.
- NUSSBAUM, Manfred. *Vom Kolonialenthusiasmus zur Kolonialpolitik der Monopole. Zur deutschen Kolonialpolitik unter Bismarck, Caprivi, Hohenlohe*, Berlin, Akademie-Verlag, 1962, pp. 133-134.
- OLIVEIRA, Arison. Edward Said e o orientalismo alemão, *Ciências & Letras*, Porto Alegre, 2012, nº 52, pp. 207-226.
- OLIVEIRA, Mário António. *Alguns Aspetos da Administração de Angola em Época de Reformas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1981, pp. 139-196.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. A Diplomacia do Terceiro Império. Em: Miguel Bandeira JERÓNIMO org. *O Império Colonial em Questão, (Séculos XIX e XX) Poderes, Saberes e Instituições*, Lisboa, Edições 70, pp.87-117. ISBN: 978-972-441-723-3.
- OTTE, T.G. The Foreign Office and defence of empire, 1856-1914. Em: Greg KENNEDY, *Imperial Defence – The old World Order 1856-1956*, New York, Routledge, 2008. ISBN 0-415-35595-8.
- PARKINSON, Roger. *The Late Victorian Navy. The Pre-Dreadnought Era and the Origins of the First World War*. Woodbridge, The Boydell Press, 2008. ISBN 1843833727.
- PÉLISSIER, René. *Campagnes Militaires au Sud-Angola: 1885-1915*, Paris, Monton, 1969.
- _____(1986), *História das Campanhas de Angola*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, 2 v. ISBN 9789723326963 (v. 1); ISBN 9789723326970 (v. 2).
- PEREIRA, Rui. A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina, *Antropologia Portuguesa*, v. 7, 1989, pp. 61-78.
- _____. Colonialismo e Antropologia: a Especulação Simbólica, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11: 1989, pp. 269-81.
- PESEK, Michael. *Koloniale Herrschaft in Deutsch-Ostafrika: Expeditionen, Militär und Verwaltung seit 1880*, Frankfurt, Campus, 2005. ISBN 359337868X.
- POPPER, Karl. *A Pobreza do Historicismo*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2007, pp. 73-88. (Edição original de 1957). ISBN 9789898025296.
- PORCH, Douglas. Bugeaud, Galliéni, Lyautey: Desenvolvimento da Guerra Colonial Francesa. Em: Peter PARET, *Os Construtores da Estratégia Moderna de Maquiavel à Era Nuclear*, Tomo I, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, 2015, pp. 461- 499 (edição original 1986). ISBN 9788570112958.
- PORTER, Bernard. *The Lion's Share. A short history of British Imperialism 1850-1983*, London, Longman, 1984. ISBN 0582493870.

- PROENÇA GARCIA, Francisco. *Da Guerra e da Estratégia. A nova Polemologia*, Lisboa, Prefácio, 2011. ISBN 9789896520519.
- QUINN, Frederick. *The French Overseas Empire*, Westport, Praeger Publishers, 2000. ISBN 0-275-97543-6.
- RAMOS, Rui. *Tristes Conquistas. A expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea*, Dissertação apresentada para provas de acesso a investigador auxiliar, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.
- REGALADO, Jaime Ferreira. *Cuamatos. 1907. Os Bravos de Mufilo no sul de Angola*, Lisboa, Tribuna da História, 2004, p. 15.
- REIS, António. *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, 3 V. (Texto Policopiado).
- REVEL, Jacques. *Jeux D'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Lonrai, Gallimard, Le Seuil, 1996. ISBN 2020287730.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1968. (edição original 1955).
- RID, Thomas. *Razzia: A Turning point in Modern Strategy, Terrorism and Political Violence*, [Em linha] 2009, 21, pp. 617-635. [cons. 8 abr. 2019]. Disponível emDOI: [10.1080/09546550903153449](https://doi.org/10.1080/09546550903153449).
- ROBINSON, Ronald. *Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration*. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 117-142. ISBN 0-582-48753-6.
- RODRIGUES, Teresa. *O Brasil no discurso parlamentar português, 1836-1889*. Lisboa, Assembleia da República, 2002, Coleção Portugal e o Brasil. ISBN 972-556-305-0.
- ROQUE, Ricardo. *Antropologia e Império*, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Histórica, Texto policopiado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1999.
- _____. *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- _____. *The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola*, *International Journal of African Historical Studies* [Em linha], 2003 v. 36, nº1, pp. 105-124. [consult. 3 dez. 2015]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3559321>.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. (edição original é de 1978). ISBN 9788535910452.

- _____. *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia de Bolso, 2009. (edição original é de 1993). ISBN 9788535919516.
- SANDERSON, G.N. The European Partition of Africa: Coincidence or Conjuncture? Em: E.F. PENROSE, ed. *European Imperialism and the Partition of Africa*, London, Franck Cass, 1975, pp. 1-54. ISBN 0-7146-3058-6.
- SCHURMAN, Donald M. *Imperial Defence, 1868-1887, London*, Frank Cass Publishers, 2000. (Edição revista da tese de doutoramento defendida em 1955 na Universidade de Cambridge). ISBN 1138873624.
- SEBE, Bernie. *Heroic Imperialists in Africa. The Promotion of British and French colonial heroes 1870-1939*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015. ISBN 0719097517.
- SILVEIRA PEREIRA, Hugo. Debates Parlamentares como fonte histórica: Potencialidades e limitações, *Historiæ*, [Em linha], Rio Grande, 2017, 8 (1), pp. 31-52, [consult. 2 mai. 2019]. Disponível em PDF <https://www.researchgate.net/publication/324080885>.
- SMITH, Gervase Clarence. *O III Império Português*, Lisboa, Teorema, 1990. ISBN:972-695-099-6.
- SOUSA DIAS, Gastão. *A defesa de Angola, Separata da Revista Militar*, n.º 9,10, Ano LXXXIV, 1932.
- _____. *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.
- _____. *Ocupação de Angola (Exploração, conquista e Povoamento)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- _____. O Desastre do Vau de Pembe, *Revista Militar*, Volume XCVII (12), 1945, pp. 636-653.
- _____. *O Tenente Quintino Rogado*, Coleção Pelo Império n.º 127, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.
- STOCKING, Georges. Afterword: A view from the center, *Ethnos*, 47, 1982, pp. 172-186.
- STURGIS, James Laverne. *John Bright and the Empire*, London, University of London, 1969.
- TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*, Oxford, The Clarendon Press, 1957, pág. 294.
- TEIXEIRA, Luiz. *Heróis da Ocupação, Discurso pronunciado na praça do Império em 28 de maio de 1943, durante as cerimónias oficiais de homenagem nacional aos heróis das Campanhas da ocupação militar nos territórios de África*, Lisboa, Editorial Ática, 1943.
- TELO, António José. *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991. ISBN 9729170657.
- _____. Modelos e Fases do Império Português 1890-1961. Em: Hipólito de la Cruz Torre GOMEZ, coord. *Portugal, Espanha y Africa en los Últimos Cien Años*, (IV Jornadas de

- Estudios Luso-Espanoles), Mérida, Universidade Nacional de Educacion a Distância, 1992, pp. 65-92. ISBN 84-362-2753-0.
- _____. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994. ISBN 9789728081553.
- _____. A Terceira Vaga de Inovação em Portugal. Em: Manuel Themudo BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, dirs. *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 3, pp 377-406. ISBN 972-42-3071-6.
- _____. *Moçambique 1895 a campanha de todos os heróis*, Lisboa, Tribuna da História, 2004. ISBN 9789728799212.
- _____. Uma Estratégia Nacional? Em: *Pilares da Estratégia Nacional*, Lisboa, Edições Prefácio, 2010, pp. 9-19. ISBN 9789896520403.
- _____. Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891). Em: João MEDINA, dir. *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, Amadora, Clube Internacional do Livro, [s.d]. v. IX, pp. 199-218. ISBN 844080105X.
- TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa, Portugália, 1965.
- THORAL, Marie Cecile. French Colonial Counter-Insurgency: General Bugeaud and the conquest of Algeria, 1840-47, *British Journal of Military History*, [Em linha] 2015, 1 (2), pp. 8-27 [consult. em 18, abr. 2019]. Disponível em: <http://shura.shu.ac.uk/15073/>
- TODD, David. A French Imperial Meridian, 1814–1870, *Past and Present*, [Em linha] 2011, 210, (1), pp. 155-186, [consult. 23 jan. 2016]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtq063>.
- TUNSTALL, W.C.B. Imperial Defence, 1815-1870. Em: *Cambridge History of The British Empire*, v. 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1940.
- VALKOUN, Jaroslav. *The Establishment of the Committee of Imperial Defence and the British-Dominion Relations, 1904–1911*, [Em linha]. Department of Historical Sciences at the Faculty of Philosophy and Arts of the University of West Bohemia, [s.d.], [consult. 12 abr. 2018]. Disponível em: https://praguepapers.ff.cuni.cz/wp-content/uploads/sites/16/2016/01/Jaroslav_Valkoun_61-72.pdf.
- VALVERDE, Paulo. O corpo e a busca de lugares de perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa, 1930-1960, *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Lisboa, 1997, v. 1, n° 1 pp. 73-96.
- VASCONCELOS, Carlos da Cunha. *Um Soldado de África. Paulo Amado de Melo Ramalho da Cunha e Vasconcelos*, Coleção pelo Império, n° 79, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
- VON BERTALANFY, Ludwig. *General System Theory*, New York, George Braziller, 2009. (edição original de 1968, mas só publicada em 1969). ISBN 0-8076-0453-4.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno – I*, Porto, Edições Afrontamento, 1990. ISBN 9789723602289.

WEHLER, Hans-Ulrich. Bismarck's Imperialism 1862-1890, *Past and Present*, [Em linha], Oxford, Oxford University Press, 1970, 48, pp.119-155, [consult. 8 jul. 2017]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/650484>.

_____. Industrial Growth and Early German Imperialism. Em: Bob SUTCLIFFE e Roger OWEN eds, *Studies in the theory of imperialism*, London, Longman, 1972, pp. 71-92. ISBN 0-582-48753-6.

WHEELER, Douglas. The Portuguese Army in Angola, *The Journal of Modern African Studies*. [Em linha] 1969, Vol. 7, nº. 3, pp. 425-439. [consult. 13 jan. 2017]. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/portuguese-army-in-angola/DF090FF89DE4EB3069CB8314B099298A>.

_____. Angola is Whose House? Early Stirrings of Angolan Nationalism and Protest, 1822-1910, *African Historical Studies*, [Em linha], 1969, vol. 2, nº1, pp. 1-22. [consult. 13 jan. 2017]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/216324>.

_____. To Rise with one Mind: The Bailundu War of 1902. Em: F.W. HEIMER coord. *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag 1973, pp. 53-92.

WHITTINGHAM, Daniel. Savage Warfare. C.E. Callwell, the roots of counter-insurgency, and the nineteenth century context, *Small Wars and Insurgencies*, 2012, 23:4-5, pp 591-607.

_____. Warrior-scholarship in the age of colonial warfare. Charles E. Callwell and small wars. Em: MUMFORD, Andrew e Bruno C. REIS, eds. *The theory and practice of Irregular Warfare*, London, Routledge, 2014, pp. 18 – 34.

ZIMMERER, Jürgen, Joachim ZELLER, Edward NEATHER. eds., *Genocide in German South-West Africa: the Colonial War (1904-1908) and its Aftermath*, London, Merlin Press, 2008.

ZIMMERMANN, Emil. *The German Empire of Central Africa*. New York, George H. Doran Company, 1918.